

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

# **“NOSSO NOME É ENÉAS!”**

PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL  
(1989-2006)

Odilon Caldeira Neto  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre  
2016

ODILON CALDEIRA NETO

“NOSSO NOME É ENÉAS!”  
PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL (1989-2006)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Brandalise (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e coorientação do Prof. Dr. António Costa Pinto (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa).

Porto Alegre  
2016

### CIP - Catalogação na Publicação

CALDEIRA NETO, Odilon

"Nosso nome é Enéas!": Partido de Reedificação da  
Ordem Nacional (1989-2006) / Odilon CALDEIRA NETO. --  
2016.

413 f.

Orientadora: Carla BRANDALISE.

Coorientadora: António COSTA PINTO.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2016.

1. Conservadorismo. 2. Neofascismo. 3. Prona. 4.  
Enéas Carneiro. I. BRANDALISE, Carla, orient. II.  
COSTA PINTO, António, coorient. III. Título.

## BANCA EXAMINADORA

Prof. <sup>a</sup> Dra. Carla Brandalise Presidente da Comissão Examinadora PPG História – <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</i>
Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli PPG História – <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</i>
Prof. <sup>a</sup> Dra. Maria Izabel Noll PPG Ciência Política – <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</i>
Prof. Dr. António Costa Pinto Instituto de Ciências Sociais – <i>Universidade de Lisboa</i>
Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves PPG História – <i>Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul</i>

Após a arguição do aluno para a obtenção do título de Doutor em História, a banca examinadora reuniu-se e aprovou a Tese, atribuindo-lhe conceito A. Sessão pública de defesa de Tese de Doutorado realizada em 17 de Março de 2016, nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas concedidas, pois sem elas a pesquisa apresentada seria impossível, tanto no Brasil, quanto em Portugal (através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior), assim como na Missão de Curta Duração (PROPG/UFRGS) realizada na Argentina. De igual modo, agradeço ao Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian, pelo apoio concedido à pesquisa.

À minha orientadora, Professora Doutora Carla Brandalise, pela orientação e apoio constante à pesquisa. Ao decorrer de todos os encontros, a pesquisa tomou corpo e profundidade de modo exponencial. Pelo acolhimento e desenvolvimento do trabalho, estendo o agradecimento aos colegas, professores e secretário do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao meu orientador em Portugal, Professor Doutor António Costa Pinto, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A convivência e parceria durante o estágio doutoral foram de grande aprendizado, interlocução constante e uma honra.

Aos membros da banca arguidora (Professora Maria Izabel Noll, Professor Doutor Cesar Augusto Guazzelli, Professor Doutor Leandro Pereira Gonçalves), assim como aos membros da banca de qualificação (Professora Doutora Carla Rodeghero e Professor Doutor René Gertz). As críticas e sugestões foram substanciais para o amadurecimento do trabalho.

Aos meus antigos professores da Universidade Estadual de Londrina (especialmente José Miguel Arias Neto) e da Universidade Estadual de Maringá (com especial menção aos professores Reginaldo Benedito Dias e sobretudo a João Fábio Bertonha).

A Jair Kirschke, presidente do Movimento de Justiça de Direitos Humanos de Porto Alegre, que além de conceder acesso ao valioso acervo da entidade, esclareceu diversos pontos sobre a complexa trama das organizações *larouchistas* no Brasil e Argentina. Ao colega Alexandre de Almeida, por facilitar acesso aos documentos do Instituto Fernando Henrique Cardoso e à Professora Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, pela generosidade marcante em conceder cópias das fontes integralistas.

Tive a felicidade, em variados estágios, de discutir perspectivas da pesquisa com diversos colegas, algo que indubitavelmente auxiliou a constituir os bônus por ventura aqui apresentados. De maneira geral, agradeço aos colegas da rede de investigação “Direitas,

História e Memória”, pelos diálogos diversos, não somente em ambiente virtual.

Apesar de certamente cometer algum deslize fruto de uma memória já combalida, é necessário ressaltar alguns nomes. Na Argentina, agradeço de sobremaneira a Ernesto Bohoslavsky e Olga Echeverría. Em Portugal, durante período de trabalho junto ao Instituto de Ciências Sociais, tive a felicidade em dialogar constantemente com Riccardo Marchi e José Pedro Zúquete.

No Brasil, dentre tantos, é inevitável não lembrar de Luiz Felipe Mundim, Aden Lamounier, Renata Guerra, Tiago João José Alves, Fábio Chang de Almeida, Laís Saleh, Vinícius Liebel, Ricardo Figueiredo de Castro, Antônio Gasparetto Júnior, Marcos Paulo dos Reis Quadros e Jefferson Rodrigues Barbosa. Aos colegas Tiago C. Soares e Rafael Evangelista, por compartilharem das angústias de pesquisas e das inebriantes vivências do lado alviverde da força (e sob auspícios de Fernando Prass).

Para além dos amigos de coração e profissão, outros tantos foram companheiros permanentes e irrevogáveis. De Porto Alegre a Lisboa, passando por Goiânia, São Paulo, Florianópolis, São Francisco de Sales, Maringá, Blumenau, Araçatuba, Bauru e outras localidades, foram os melhores parceiros ao longo desses meses.

A peça mais importante da minha vida e dessa caminhada está, claro, em meus familiares. Afinal, tiveram que compreender as ausências e estresses infortunadamente pouco raros. Mais que isso, demonstraram interesse na pesquisa nos momentos em que até o próprio pesquisador julgava improvável. Pais, irmãs, sobrinhos, avós, primos, cunhados (e cunhada), sogros, meu profundo agradecimento. Por fim – e especialmente – à Jaqueline, por tudo o que é (e o que nos auxilia a ousar sonhar em ser).

Muito obrigado!

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a trajetória política do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), organização liderada por Enéas Ferreira Carneiro. Fundado em 1989 e existente até 2006, o Prona representou uma alternativa de direita radical à ordem democrática brasileira, agregando diversos estratos do conservadorismo e autoritarismo político brasileiro após o fim do regime militar. Dessa maneira, a pesquisa se estrutura em dois eixos fundamentais e complementares. Em primeiro lugar, busca analisar a diversidade constituída pela própria agremiação, isto é, quais os caminhos percorridos por uma pequena legenda partidária que buscava eleger seu líder como Presidente da República. Além disso, a pesquisa objetivou analisar também a circularidade de ideias que permearam o partido político em questão, sobretudo no âmbito das cooperações da direita radical brasileira, seus preceitos e valores conservadores e autoritários. Dessa maneira, busca compreender não apenas a trajetória da própria agremiação, mas também suas relações em amplitude nacional e internacional.

**Palavras-chave:** Conservadorismo; Neofascismo; Prona; Enéas Carneiro.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to analyze the political trajectory of the Reedification of National Order Party (PRONA), an organization led by Eneas Ferreira Carneiro. Founded in 1989 and existed until 2006, PRONA represented a radical right alternative to the Brazilian democratic order, adding several layers of Brazilian political conservatism and authoritarianism after the end of Military dictatorship. Thus, the research is divided into two core and complementary lines. First, is to analyze the diversity constituted by the Party, that is, which paths were taken by a small party label that sought to elect their leader as President. In addition, the research also aimed at analyzing the circularity of ideas that permeated the political party in question, particularly in the context of cooperation of the Brazilian radical right and its precepts and conservative and authoritarian values. In this way, seeks to analyze not only the trajectory of their own party, but also their relationships on a national and international scale.

**Keywords:** Political Conservatism; Neofascism; PRONA; Enéas Carneiro.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fundadores do Prona: Geolocalização	68
Figura 2	Fundadores – R. Araucária, RJ	69
Figura 3	Cartografia dos Fundadores – Enéas Carneiro	71
Figura 4	HGPE – Prona/Enéas Carneiro (1989)	81
Figura 5	Charge Enéas – <i>Revista Placar</i> (1989)	86
Figura 6	<i>Um Grande Projeto Nacional</i> , 1994 (reprod.)	106
Figura 7	Contracapa – “ <i>Um Grande Projeto Nacional</i> ” (1994)	190
Figura 8	“Meu nome é Enéas!” (Aroeira)	218
Figura 9	Enéas <i>nazifascista</i>	221
Figura 10	Enéas <i>Nazista</i>	222
Figura 11	<i>Enéas e Zebra</i>	223
Figura 12	HGPE – Enéas Carneiro e Havanir Nimtz (1996)	246
Figura 13	<i>O Brasil em Perigo</i> (Capa)	289
Figura 14	<i>O Brasil em Perigo</i> (p. 09)	289
Figura 15	<i>O Brasil em Perigo</i> (Contracapa)	289
Figura 16	Enéas e a bomba atômica	310
Figura 17	HGPE: Osvaldo Enéas / Enéas Carneiro (26/09/1998)	311
Figura 18	Enéas Carneiro: 1.5000.000 (Ique/JB)	344
Figura 19	HGPE – Enéas Carneiro (2006)	373
Figura 20	Símbolos partidários: PL/PR	377
Figura 21	Enéas / Enéias Filho (2008)	380

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Responsáveis pela reunião de fundação do Partido	63
Tabela 2	Comissão Nacional Provisória do Prona (1989)	64
Tabela 3	Ocupações profissionais (líderes do Prona)	66
Tabela 4	Fundadores – Lenine Madeira de Souza	69
Tabela 5	Fundadores do Prona e vizinhos de líderes	70
Tabela 6	Comissão Executiva Nacional (1994)	107
Tabela 7	Diretório Nacional (1994)	108
Tabela 8	HGPE / Enquadramento	197
Tabela 9	“Lula” x “Enéas”	213
Tabela 10	Votação (Enéas Carneiro)	228
Tabela 11	Resultados – Candidatos (Governadores/Prona)	229
Tabela 12	Votos (legenda)	230
Tabela 13	<i>O Brasil em Perigo!</i>	289
Tabela 14	Diretório Nacional (1998)	296
Tabela 15	Votação: Enéas Carneiro (1998)	314
Tabela 16	Votação: Governadores/Prona (1998)	315
Tabela 17	Votação: Legenda/Prona (1998)	317
Tabela 18	Candidatos Prona – Prefeituras (2000)	324
Tabela 19	Deputados Federais eleitos (2002)	340
Tabela 20	Deputados Estaduais eleitos (2002)	340
Tabela 21	Deputado Federal: Enéas Carneiro (1º lugar)	341
Tabela 22	Deputada Estadual: Havanir Nimitz	341
Tabela 23	Atividade Legislativa – Prona/1	347
Tabela 24	Atividade Legislativa (Prona: Enéas Carneiro)	356
Tabela 25	Atividade Legislativa (Prona: Elimar Damasceno)	359
Tabela 26	Votação: Enéas Carneiro (2006)	374

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Fundadores Prona x Saúde	66
Gráfico 2	Enredos conspiracionistas	166
Gráfico 3	Estrutura da Obra	189
Gráfico 4	Estrutura da Obra/2	191
Gráfico 5	Conspiracionismo – Lyndon LaRouche	255

## PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

Prona	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AIB	Ação Integralista Brasileira
CCPS	Centro Cultural Plínio Salgado
CEDI	Centro de Estudos e Debates Integralistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EIR	<i>Executive Intelligence Review</i>
ESG	Escola Superior de Guerra
FIB	Frente Integralista Brasileira
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MINeII	<i>Movimiento por la Identidad Nacional e Integración Ibeoroamericana</i>
MSI	<i>Movimento Sociale Italiano</i>
MSIa	Movimento de Solidariedade Ibero Americana
MST	Movimento Social dos Trabalhadores Sem-Terra
NCLC	<i>National Caucus of Labor Committees</i>
ND	<i>Nouvelle Droite</i>
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNRB	Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPR	<i>Partido Popular de la Reconstrucción</i>
PR	Partido da República
PRP	Partido de Representação Popular
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSN	Partido da Solidariedade Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SWP	<i>Socialist Workers Party</i>
TNP	Tratado de Não Proliferação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDR	União Democrática Ruralista

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>I As “novas direitas” e a fundação do Prona</b>	<b>22</b>
1.1 1989 e o mundo: Novas direitas e Neofascismo	22
1.2 “Nova República”, “novas direitas” e a fundação do Prona	44
1.3 Pela ordem e pela autoridade: a fundação do Prona	54
1.4 Em busca de autoridade perdida: Prona e as eleições de 1989	73
<b>II A construção de uma identidade política</b>	<b>88</b>
2.1 Regina Gordilho e o processo institucional	89
2.2 A antessala do projeto político	103
2.2.1 Roberto Gama e Silva: um militar para Vice-Presidente	110
2.2.2 Marcos Coimbra: nacionalismo e autoritarismo	118
2.2.3 Pedro Schirmer, <i>Ombro a Ombro</i> e o radicalismo militar	122
2.2.4 José Walter Bautista Vidal e a <i>civilização dos trópicos</i>	134
<b>III Um Grande Projeto Nacional: o Prona e as eleições de 1994</b>	<b>148</b>
3.1 Elementos de um pensamento e projeto político	149
3.1.1 Manifesto Político	149
3.1.2 O Estado	155
3.1.3 A conspiração	163
3.1.4 Economia, matriz energética e Forças Armadas	173
3.1.5 Educação e Ensino	181
3.2 O Prona no processo eleitoral de 1994	192
3.2.1 Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral	195
3.2.2 Debates e entrevistas entre os candidatos	202
3.2.3 A cobertura da imprensa	215
3.2.4 Resultados Eleitorais	227
3.3 Enéas Carneiro, um novo fascista?	232

<b>IV Um grande projeto (inter)nacional: Prona e as eleições de 1998</b>	<b>242</b>
4.1 Lyndon LaRouche e o <i>larouchismo</i> internacional	248
4.1.1 Organizações LaRouche no Brasil e o Prona	268
4.2 O “grande projeto nacional” de 1998	288
4.3 O Processo eleitoral e a bomba atômica: entrevistas, imprensa e HGPE	300
4.4 Resultados Eleitorais	313
4.5 Um novo caminho?	316
<b>V Da representação parlamentar ao declínio político (2000-2006)</b>	<b>319</b>
5.1 2000: <i>Um grande projeto municipal</i>	319
5.2 <i>Larouchismo</i> , Neointegralismo e o Prona	328
5.3 2002: o efeito <i>Enéas</i>	337
5.4 A bancada do Prona: atuação legislativa	346
5.4.1 Enéas Carneiro	350
5.4.2 Elimar Máximo Damasceno: conservadorismo e integralismo	358
5.5 2006: o fim do Partido de Reedificação da Ordem Nacional	371
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>383</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>386</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>406</b>

## Apresentação

“Meu nome é Enéas!”. O ano de 1989 marca o início da trajetória do *Partido de Reedificação da Ordem Nacional* (Prona), legenda que existiu até o ano de 2006 e permaneceu, ao longo desse período, sob a liderança personalista e centralizadora do médico cardiologista Enéas Ferreira Carneiro. Durante a primeira campanha eleitoral de Enéas Carneiro à Presidência da República (1989), surge o bordão supracitado, que marcou não apenas a trajetória do cidadão acriano residente desde jovem no Rio de Janeiro, mas também da agremiação por ele controlada, assim como de entusiastas oriundos de outras organizações políticas.

Além de citar o próprio nome, Enéas Carneiro transmitiu uma mensagem incisiva, também expressa na sigla da agremiação: era crucial reordenar a nação, tomar as rédeas da própria existência e preparar o Brasil para o glorioso porvir. Sob a defesa de um nacionalismo orgânico, o clamor era pronunciado praticamente aos berros por Enéas Carneiro, evidenciando o aspecto autoritário e enunciando um apelo eminentemente antissistêmico.

O Prona surge em um período notadamente propício para novas investidas políticas, ou de antigas práticas sob novas roupagens. No entanto, o alvorecer da chamada *Nova República* foi marcado por uma tônica essencialmente antiautoritária (ou simplesmente *não autoritária*), assim como de um relativo silenciamento em torno de uma sociedade e classe política que proclamavam-se consensualmente democrática e socialmente progressista.

Dessa maneira, o Prona seria tratado como uma espécie de habitual *intruso* na “festa da democracia” brasileira. Autoritário, conservador e hierárquico, em contrariedade ao princípio de retificação social e demais políticas igualitaristas, transmitindo de modo contínuo proposições coerentes com as definições basilares da direita (e em distinção à esquerda<sup>1</sup>), o Prona persistiu à direita da direita, conquistando espaço cativo como legenda referencial para (e da) direita radical brasileira.

Ao que pesassem as diferenças e especificidades do caso brasileiro, o Prona trouxe uma similaridade marcante com diversas siglas da direita radical d'além-mar: a crítica à democracia liberal, sem que contudo constituísse um efetivo ou eminente discurso e prática antidemocrática<sup>2</sup>. Em suma, ainda que enunciasse um suposto cariz democrático, a crítica e o

---

1 Cf. LUKES, Steven. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, Terence & BELLAMY, Richard (orgs.). *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 602-626.

2 Este é, de fato, um dos aspectos marcantes da constituição da categoria de direita radical para politólogos como Michael Minkerberg (cf. MINKENBERG, Michael. *The Renewal of the Radical Right: Between*



desprezo eram latentes. Conforme será notado, essa foi uma das razões para que o Prona fosse progressivamente visualizado pela imprensa e opinião pública (mas também por algumas produções de âmbito acadêmico) como mero mimetismo de um neofascismo genérico internacional ou então do fascismo brasileiro nos anos 1930. A questão, contudo, era mais complexa, e é também sobre isso que a pesquisa aqui apresentada buscou averiguar.

De certa maneira, escrever sobre a história do – ou *uma* história sobre o Partido de Reedificação da Ordem Nacional implica enveredar nas possibilidades e dificuldades da História do Tempo Presente: temáticas *quentes*, memórias em disputa, militância cativa, diversas certezas e, por vezes, poucas dúvidas ou questionamentos. É evidente que isso decorre não apenas da temática em questão – que pode, claro, impulsionar essas dinâmicas, mas principalmente por estar inscrito naquilo que historiadores como Eric J. Hobsbawm chamavam de *escrever a história de seu próprio tempo*<sup>3</sup>.

Escrever a história de nosso próprio tempo, ou trabalhar com temáticas da História do Tempo Presente e da História Política implica, também, em estruturar a dinâmica da pesquisa em torno de novos meios de comunicação, políticas públicas de difusão do conhecimento, suportes tecnológicos variados, etc. Esse, inclusive, é um concomitante *ônus* e *bônus* do recorte temporal oferecido pelo objeto de pesquisa: a diversidade das fontes, o grande montante delas e a aparente facilidade de acesso ao pesquisador.

A facilidade do acesso e do próprio arquivamento não tornam a História do Tempo Presente menos trabalhosa e alheia às antigas *armadilhas* ao metiê do historiador. Quem faz o acervo? A partir de qual prerrogativa? Quais os interesses do Estado ou da militância política na escolha desses materiais? Essas indagações são uma constante desse trabalho – seja na pesquisa em si ou na redação da tese, e a estratégia utilizada consistiu em entrecruzar as fontes (e a própria crítica dessas fontes) em seus diversos suportes tecnológicos, de origens ou composição.

Para além das fontes habituais, o exemplo mais concreto, talvez, seja o canal de vídeos *Arquivo Prona Doutor Enéas* (depois denominado *EneasTV*<sup>4</sup>) na plataforma *Youtube*, que contempla também uma biblioteca virtual<sup>5</sup>, uma página de difusão em rede social<sup>6</sup>, assim

---

Modernity and Anti-Modernity. *Government and Opposition*. v. 35, n. 2, p. 170-188, Abril, 2000).

3 HOBSBAWM, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. *Novos Estudos*. n. 43, Nov./1995, p. 103-112.

4 Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/EneasTV>>

5 Disponível em: <<https://pt.scribd.com/user/256002348/arquivoprona>>

6 Disponível em: <<https://www.facebook.com/Espa%C3%A7o-En%C3%A9as-Carneiro-1035199186525244/timeline>>

como a divulgação de trechos de frases da principal liderança do partido<sup>7</sup>. Sem menção de autoria ou responsabilidade, descrito como “canal histórico” sem vinculação a candidatos ou partidos políticos, é um efetivo espaço virtual (em razão de seu suporte tecnológico) destinado a criar uma memória coletiva em torno de uma liderança concebida como *incontestável*.

Isso auxilia a engendrar não apenas a imagem que Enéas Ferreira Carneiro buscou construir de si, assim como em relação ao partido político do qual foi presidente durante os dezessete anos de existência, mas também a suposição da militância sobre um *líder* predestinado, genial, glorioso, mas sobretudo incompreendido e injustiçado. Mas porque utilizar esse material tão “eivado”, logo, problemático?

Em primeiro lugar, a questão do acesso às fontes. Os materiais de campanha (sobretudo a propaganda eleitoral gratuita) não são fontes sistematicamente armazenadas, isto é, não existe uma definição sobre qual a responsabilidade dos partidos políticos, da Justiça Eleitoral ou das redes de Televisão e Rádio em preservar e disponibilizar o armazenamento ou acesso a esse tipo de material. Raras e importantes são as iniciativas como o DOXA/Laboratório de Estudos Eleitorais, em Comunicação Política e Opinião Pública, da UERJ, assim como do Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Além disso, a composição militante da questão é pertinente para a pesquisa histórica em questão. A partir dela, é possível observar as permanências e mutações do *espírito militante* na trajetória partidária, assim como na atualidade. Ademais, proporciona o contraste entre as diversas representações construídas, fosse pelos adeptos e votantes mais entusiasmados, pela própria agremiação ou mesmo dos adversários políticos e de veículos da grande imprensa brasileira. Por essa razão, a pesquisa baseou-se não apenas em fontes primárias da própria agremiação, mas também secundárias das mais diversas categorias e composições, como é possível constatar no decorrer do trabalho em questão.

Documentos partidários, manifestos, programas de governo e propagandas políticas somam-se a fontes diversas: textos e obras escritas por membros do Prona, participações em programas televisivos e debates entre candidatos, representações gráficas e matérias na grande imprensa nacional, atuação no Legislativo, registros e dados eleitorais, etc. Embora o objetivo primordial da pesquisa que resultou na presente tese tenha sido observar e analisar a trajetória de uma pequena agremiação existente entre 1989 e 2006, a intenção secundária buscou compreender a *vaga* representativa da direita radical ou da extrema-direita brasileira a partir de 1989 até os primeiros anos do século XXI.

---

7 Disponível em: <<https://twitter.com/eneasdoc>>

Quais organizações políticas relacionaram-se com o partido liderado por Enéas Carneiro durante a sua existência? Por qual razão? Qual o impacto dessas relações na vida da própria agremiação? Essas questões decorrem não apenas dos objetivos da própria pesquisa, mas também da constatação de um longo processo, no qual o Prona passa a ser visualizado, desejado e compreendido como o principal e mais *bem-acabado* representante de expressões tão diversas da direita brasileira e também internacional.

Essa relação impactou não somente sobre um relativo nicho do campo político nacional, mas também na composição partidária e das mutações observadas durante a sua existência. Assim, a pesquisa buscou compreender a influência do Prona na política brasileira, mas também como diversas organizações políticas, nacionais ou internacionais, se relacionaram, aderiram ou influenciaram o partido fundado em 1989. Dessa maneira, a tese intitulada “*Nosso nome é Enéas!*”: *Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)* está dividida em cinco principais capítulos.

O capítulo I, “As ‘novas direitas’ e a fundação do Prona”, compreende três eixos fundamentais. Em primeiro lugar, uma breve análise contextual que busca apreender as vicissitudes das direitas (em especial as direitas radicais) em 1989, no Brasil e no mundo. Adiante, é abordado o processo de fundação do Prona, um partido que enunciadamente negava qualquer relação com organizações precedentes de qualquer espécie. Por fim, uma análise sobre a campanha eleitoral em 1989, momento de surgimento da vida política de Enéas Ferreira Carneiro.

No capítulo seguinte (“A construção de uma identidade política”), é analisado o processo de formação da identidade política da legenda para o ano de 1994. Se no primeiro processo eleitoral, o Prona era uma agremiação fundada e articulada em torno de Enéas Carneiro e de diversos colegas médicos, após 1989 a questão muda de amplitude e configuração. O Prona passa a ter uma Deputada Federal (Regina Gordilho, eleita pelo Partido Democrático Trabalhista) e principalmente a efetivar relações com diversas correntes e expressões do nacionalismo autoritário brasileiro, em especial aquelas mais próximas ao radicalismo militar. A partir desse momento (onde teve início o uso da expressão “*Nosso nome é Enéas!*”), o Prona passa a congrega uma maior diversidade política.

Essa dinâmica se encaminhará ao contexto eleitoral de 1994, objeto de análise do capítulo III (“*Um Grande Projeto Nacional: O Prona e as eleições de 1994*”). A partir de então, o Prona deixa de ser somente o partido de Enéas Carneiro, mas de um corpo partidário diversificado, embora em torno de um líder centralizador. Marcado efetivamente pela

publicação e divulgação do primeiro projeto ou plano de governo de Enéas Carneiro para a Presidência da República, tal material foi redigido a partir de contribuições diversas, que são devidamente analisadas e esmiuçadas.

Além do programa de governo (que é também um compêndio de um pensamento político), o capítulo em questão é destinado a observar o processo eleitoral e o impacto da candidatura presidencial do Prona, que garantiu a surpreendente terceira colocação de Enéas Carneiro e do Almirante Roberto Gama e Silva. Nesse momento, teve início a noção ou suposição de Enéas Carneiro como um eminente perigo *neofascista* na realidade política brasileira, também objeto de análise e crítica.

Já o quarto capítulo, intitulado “Um grande projeto (inter)nacional: Prona e as eleições de 1998” é dividido em dois blocos complementares. Em 1998, o Prona transcorre pela continuidade do amadurecimento partidário, aprofundamento do discurso e relações internacionais em um contexto de cooperação transnacional do radicalismo de direita. Dessa maneira, a primeira parte do capítulo IV objetiva analisar a trajetória das organizações *larouchistas*, i. e., diversas siglas e grupos políticos de caráter diminuto ou mediano, que promulgam similaridades ideológicas em torno do *think tank* fundado e gerido pelo norte-americano Lyndon LaRouche Jr. Para tal, são analisados não apenas os fundamentos ideológicos do grupo baseado fundamentalmente nos EUA, mas também suas ramificações em todo o mundo, especialmente na América Latina e no Brasil, chegando até ao Prona.

Assim, a segunda parte do capítulo busca compreender quais foram as razões e os frutos da relação entre Enéas Carneiro e Lyndon LaRouche, assim como qual a efetiva influência e impacto dos ideais *larouchistas* no projeto de governo do Prona em 1998. Nesse momento, ocorre também uma das propostas mais heterodoxas da carreira política de Enéas Carneiro, a construção de uma bomba atômica como instrumento geopolítico e de autonomia nacional.

Da mesma maneira como o Prona passa a radicalizar o seu discurso e relações políticas à extrema-direita nacional e internacional, isso contribuiu para a marginalização da agremiação e de seu líder. Assim, após o significativo decréscimo no pleito de 1998, Enéas Carneiro e o Prona tornam a investidas menos contundentes do ponto de vista eleitoral sob a rubrica da própria agremiação.

De candidato perene à presidência da República, Enéas Carneiro passa a candidatar-se a outros cargos, fosse para a Prefeitura de São Paulo ou principalmente à Câmara dos Deputados, em Brasília. Paradoxalmente, o relativo sucesso eleitoral do Prona (e principalmente de Enéas) em 2002 marca, também, o declínio político do partido e de seu

líder.

O capítulo V, sob o título “Da representação parlamentar ao declínio político (2000-2006)” analisa esse processo, que conta com a eleição de diversos Deputados Federais e Estaduais pelo Prona, assim como a intensificação das relações com organizações de Lyndon LaRouche ou do neofascismo brasileiro, em especial os grupos neointegralistas (ou integralistas do século XXI).

Além disso, são analisados os processos legislativos dos seis Deputados Federais eleitos pelo Prona, seja em termos de proposição de Leis, das participações no plenário da Câmara ou das relações com os demais parlamentares e partidos políticos no Congresso Nacional. Com isso, é possível observar que malgrada a conquista eleitoral de Enéas Carneiro, o Prona sucumbiu rapidamente às estruturas políticas da qual era crítico enfático, embora ironicamente aderente.

Em contrapartida, ao analisar as idiosincrasias do Partido de Reedificação da Ordem Nacional entre os anos de 1989 e 2006, constata-se o rearranjar de algumas forças da direita brasileira, suas aspirações, bandeiras ideológicas, lideranças emergentes e novas estratégias. Esse é um dos fatores primordiais para que o trabalho não buscasse alguma espécie de biografia política de Enéas Carneiro (embora ela esteja entremeada ao texto), afinal de contas, sob a frase “Nosso nome é Enéas!” existiu um projeto coletivo de poder, de entendimento de nação e da prática política.

## **1. As “novas direitas” e a fundação do Prona**

A fundação do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona) em 1989, não ocorre por acaso, ou em decorrência de alguma espécie de ocaso histórico. Portanto, para além da necessidade de compreender qualquer objeto histórico em relação ao ambiente de sua própria constituição, isto é, a historicidade de um fato, o contexto específico no qual ocorre a fundação do Prona parece ser politicamente interessante, por algumas razões.

### **1.1 – 1989 e o mundo: Novas direitas e Neofascismo**

O ano de 1989 pode ser compreendido como um marco significativo na história recente. Momento do eclodir de novas práticas e possibilidades, de novas formas de organização, atores e participação política ou, em suma, de um efetivo início de um novo capítulo da história política, fosse à realidade brasileira ou mesmo em perspectiva internacional.

Para além dos limites nacionais, a queda do Muro de Berlim e o processo de esfacelamento da substancialização de uma dualidade normativa, construída e desenvolvida ao longo da Guerra Fria (capitalistas x comunistas; ou EUA x URSS), levou ao fortalecimento de processos e demandas existentes há algum tempo, embora não tão evidentes ou notadas pela opinião pública em geral.

Os radicalismos políticos de direita, inclusive nos territórios influenciados ou outrora pertencentes à ex-União Soviética, sofreram um influxo substancial, fosse pela possibilidade de formação de novas siglas, organizações e agremiações, ou mesmo pela evidência factual do crescente apoio a projetos políticos outrora tão distantes das antigas realidades ou consensos gerais dessas perspectivas locais.

Conforme observa François Hartog, ao longo dos anos 1980, a Europa vivenciou o “desabrochar de uma grande onda: a da memória”<sup>8</sup>. Entre memoriais, lugares de memória e discussões sobre os não-lugares, as reflexões sobre os problemas de um passado recente se alastraram pelo continente europeu, do Oeste ao Leste, passando depois por diversas regiões do mundo. Os questionamentos do passado contemplavam discussões sobre as reminiscências e implicações da participação de diversos setores da sociedade civil no envolvimento, usos e abusos dos instrumentos de poder e da própria história, com especial intensidade ao âmbito do trato público.

---

8 HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 24.

Contudo, apesar das tentativas (muitas delas inscritas dentro dos próprios aparelhos e aparatos de Estado) de resolução dos problemas e querelas oriundas, em parte, dos radicalismos de direita durante a Segunda Guerra Mundial – e tensionadas durante os anos de Guerra Fria, o que se viu foi o recrudescimento de diversas formas de extremismo político, ou mesmo o surgimento de novas práticas e referenciais para e das porções à direita da própria direita.

De fato, a antevisão do que Francis Fukuyama denominou de o “fim da história”<sup>9</sup> não se concretizou, de modo que uma vindoura e completa hegemonia de um certo tipo de democracia liberal não se cumpriu, e tampouco cessou as cisuras políticas existentes em diversas regiões, agrupamentos sociais ou nações. Conflitos étnicos, ultranacionalismos fundados sob princípios excludentes, agrupamentos juvenis em grandes centros urbanos a espancar os “diferentes”, xenofobia expressa em uma miríade constituinte, preconceito racial, entre tantos outros discursos e práticas discriminatórias, causaram espanto em analistas, historiadores, politólogos e talvez, em especial, em determinados setores das grandes mídias.

Estaria, de fato, a Europa e o mundo a reviverem os “tempos sombrios” que antecederam a Segunda Guerra Mundial e quase destruíram grande parte do mundo ocidental e ocidentalizado? Quiçá, apressadamente, alguns autores dedicados à questão não titubearam em vaticinar: sim, a besta está a ressurgir – e com o mesmo poder destrutivo de outrora. Para Martin A. Lee<sup>10</sup>, por exemplo, um certo neonazismo demasiadamente genérico estaria prestes a sucumbir as estruturas e mitos fundadores das democracias e das próprias nações, desde o Oriente ao Ocidente, dos momentos que antecederam ao fim da URSS até o início do século XXI.

Embora esse perigo não devesse ser minimizado, tampouco mereceria superdimensionamento. Se a “besta” não despertou com toda potência propalada, é bem possível que jamais estivesse de fato em letargia absoluta, todavia em roupagens diversificadas. Dessa maneira, é necessário, ainda que rapidamente, traçar esse panorama de modo inteligível para poder situar, visualizar e compreender de qual maneira ele infere alguma relação inspirativa ou categórica com o contexto brasileiro – e em especial a fundação e posterior desenvolvimento do Partido de Reedificação da Ordem Nacional.

Entre o fascismo histórico que funcionou como espécie de epicentro e catalisador das outrora recentes investidas das direitas entre Europa e América Latina, até as novas e

---

9 FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

10 LEE, Martin A. *The Beast Reawakens: Fascism's Resurgence from Hitler's Spymasters to Today's Neo-Nazi Groups and Right-Wing Extremism*. New York: Routledge, 2011.

hodiernas formas e organizações políticas surgidas no após Guerra Fria (e até momentos do limiar do século XXI) – muitas delas chamadas genericamente de *neofascistas*, houve um afluxo constante de memórias, reinterpretações e apagamentos. Deliberados ou não, este processo auxiliará aos atores envolvidos, no sentido de se compreenderem dentro da complexidade do mundo que os cerca, concomitantemente às suas investidas políticas e partidárias.

Em especial no espaço temporal compreendido entre as décadas de 1920 e 1940, o fascismo histórico foi o principal expoente do radicalismo de direita, fosse no aspecto de protagonismo ou mesmo no que diz respeito à novidade política. Aliando uma série de valores de roupagens conservadoras, retóricas antimodernas, e dinâmicas e estratégias modernas (sobretudo em relação às estratégias de mobilização de massas), as organizações e movimentos fascistas protagonizaram um período de disputas políticas e algumas conquistas de poder.

O fascismo é compreendido, aqui, de modo genérico, isto é, não determinado a uma única experiência política, tampouco no que diz respeito às restrições de âmbito nacional (no caso, o Fascismo italiano enquanto única e autêntica experiência política do tipo, de caráter normativo). Ademais, dissociado das restrições de ordem continental (ou seja, fenômeno político não restrito somente às fronteiras do continente europeu). Caracteriza-se o fascismo distante do que autores como Seymour Lipset chamara de “extremismo de centro” (em razão da composição social de sua militância/votantes)<sup>11</sup>.

Conquanto compreende-se que é possível visualizar o fenômeno fascista enquanto uma espécie de “rasgo” estabelecido entre as definições e limites distintivos entre esquerda e direita, tal qual preconizado em estudos de autores como Zeev Sternhell<sup>12</sup>, o fascismo assume, de modo paulatino e ao longo de uma diversidade de práticas existentes, determinados elementos que tutelam sua categorização à direita e que deram tom à especificidade política dessa experiência. Isso pode ser notado inclusive na breve definição de Robert O. Paxton, para quem:

O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcado por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia, da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas

---

11 LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

12 Para Sternhell, o fascismo se constitui a partir sua gênese primordial (a *Action Française*, de Charles Maurras), em uma espécie de amálgama entre o nacionalismo antidemocrático, antiliberal e antiburguês, envolvendo, assim, alguns dos valores e elementos referenciais ao não conformismo de esquerda e aos nacionalistas de direita. Cf. STERNHELL, Zeev. *The birth of fascist ideology: from cultural rebellion to political revolution*. New Jersey: Princenton University Press, 1994.



engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza.<sup>13</sup>

Para Michael Mann<sup>14</sup>, o fascismo foi – e permanece sendo, sobretudo uma variante de um ideal político mais amplo, qual seja o nacionalismo autoritário de Estado. Essa perspectiva compreensiva é fortuita no sentido de compreender a filiação do fascismo enquanto uma espécie existente e relacionada a um gênero ou família política (a direita). Além disso, auxilia no sentido de inteligibilidade e historicidade das relações e conexões políticas, assim como ideológicas, transnacionais ou temporais no fascismo enquanto fenômeno internacional.

Tendo sido o fascismo formado por razões inspirativas de diversas tradições políticas existentes, modificando-as e criando algo novo, as redes de interação auxiliaram a engendrar essa *grande onda*, uma novidade contemplativa. Por outro lado, o colapso do nazifascismo e o sucessivo declínio de movimentos, organizações e partidos de cariz fascista ao redor do mundo, levou a uma dinâmica inversamente proporcional.

Se antes da Segunda Guerra Mundial, perguntava-se de onde o fascismo teria surgido e por que havia conquistado tamanho poderio eleitoral ou propriamente estatal, após a Guerra e nos anos que seguiram, a pergunta provavelmente passara a ser: “aonde estão os fascistas?”. O processo de *desfascistização*, miríade de ações de afastamento face ao passado fascista, envolvia desde deliberações de ordem estatal até esquecimentos de ordem pessoal, passando por variações de perspectivas ideológicas (dentro da própria direita, ou mesmo de indivíduos que se inseriram em perspectivas de outros matizes políticas), ou ainda a tentativa de mascarar as evidências fascistas em novas investidas políticas.

A *desfascistização* perpassa, certo modo, a trajetória dos setores radicais de direita em vários países após a Segunda Guerra Mundial, em especial (embora de modo não exclusivo) daqueles que vivenciaram alguma experiência fascista, fossem movimentos coadjuvantes ou protagonistas do fascismo internacional. Esse processo pode ser compreendido a partir de duas grandes categorias ou perspectivas entrelaçadas: questões interligadas a condições do campo de poder institucional, ou utilização da expressão “fascismo” enquanto adjetivo para degeneração de uma conduta/visão política.

Em relação às condições do campo institucional, após o fim da segunda guerra mundial ocorreu a constituição de uma dualidade entre o “mundo livre ocidental” e a “restrição

---

13 PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Terra e Paz, 2007, p. 358-9.

14 MANN, Michael. *Fascistas*. São Paulo: Record, 2004, p. 51.

autoritária soviética” no mundo oriental. Ainda que houvesse a ocorrência de antigas e novas ditaduras e regimes autoritários na porção ocidental, o imaginário social do pós-1945 concebia o ocidente enquanto baluarte da liberdade política, ao passo que o mundo soviético representaria a sociedade sitiada, assistida, pobre e reclusa às artimanhas de uma polícia secreta, violenta e invasiva.

Nesse sentido, dentre tantas outras variáveis e elementos históricos problemáticos aos anseios e então tempo presente do mundo Ocidental – e em especial a Europa, o fascismo foi um dos maiores, senão o maior deles. Além das investidas legais visando a proibição dos fascismos (exterioridades em tons memorialísticos ou organizações políticas), a hegemonia de um discurso pró-democrático e liberal estabelecia exíguos espaços e possibilidades de atuação legal aos fascistas existentes e *persistentes* (fosse líderes, organizações ou movimentos).

Conforme assinala Tony Judt<sup>15</sup>, a Europa pós-1945 (e por extensão, grande parte da porção ocidental) era um imponente edifício alicerçado sobre um passado indizível. Dentro do Ocidente enquanto um edifício meticulosamente construído, a persistência de um fantasma ou alegoria fascista era insatisfatória e angustiante, mas além disso também um evidente perigo às estruturas recém-estabelecidas.

No encadeamento de uma conjuntura de solavanco às reminiscências e do passado fascista, o termo “fascista” passa a inquirir além de um paradigma estruturado e diversificado (às suas experiências diversas, no caso). Há início ou acirramento do que é possível afirmar como a utilização do fascismo enquanto adjetivo para degeneração de uma conduta, visão ou prática política. O termo “fascista” passa a significar além de um projeto de poder e visão de mundo relativamente estruturados, sendo utilizado como adjetivo instrumental para deslegitimação de posturas e práticas sociais das mais diversas, em inúmeros âmbitos.

O termo “fascismo” e suas variações são designados, sobretudo em contextos de agitação e militância política, às posturas e premissas autoritárias, agressivas, machistas, repressivas, intolerantes, coercitivas, supostamente não-democráticas, etc. Desse modo, o amálgama de elementos constituintes do que se compreende enquanto fenômeno do fascismo genérico passa a ser concebido, separadamente, todos eles, independentemente da estruturação estabelecida, como um ônus e prática “fascista” em sua própria essência, isto é, alienígena a qualquer amálgama estruturante e estruturado.

A “denúncia fascista” transita entre discursos das mais variadas colorações políticas, da direita à esquerda, em fluxo contínuo. Dessa maneira, o fascismo condensaria *tudo* aquilo que

---

15 JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. São Paulo: Objetiva, 2008.

há de ruim e desprezível nas relações de poder, institucionais e humanas. Se por um lado essa condição é relativamente cabível (afinal, os principais legados do fascismo histórico não são em nada louváveis), a possibilidade de absorção e reprodução dessa generalização com aspecto denunciativo por análises científicas, acadêmicas ou mediáticas é latente e problemática.

Constitui-se, portanto, o perigo de esvaziamento da categoria fascismo/fascistas enquanto perspectiva de conhecimento histórico ou mesmo instrumental analítico. Se faz necessário, dessa maneira, o rigor científico, para não incorrer em sinonimização entre, conforme denomina Michael Mann<sup>16</sup>, “fascistas” e “*fascistas!*”, de modo que o uso político não sobressaia à política do uso do termo.

A questão dos usos e abusos das terminologias não se encerra ou enquadra somente aos fascismos. De fato, a própria noção esquerda e direita incorre nessa prática, assim como outros termos e conceitos que perpassam o uso político às análises científicas, tal qual “totalitarismos”<sup>17</sup>, “autoritarismos”, entre outros diversos. No entanto, em se tratando da perspectiva analítica sobre o Partido de Reedificação da Ordem Nacional, a questão dos usos sobre o fascismo se faz necessária. Conforme delineado anteriormente, o Prona foi “acusado”, visto e analisado como (neo)fascista não somente por adversários políticos, tampouco veículos da imprensa nacional e internacional, senão também por algumas produções em âmbito acadêmico.

Corroborar ou criticar tais assertivas implica a necessidade de problematização dessas categorias, ou da própria constituição delas. Se logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, o termo “fascista” enquanto denúncia de desagravo às posturas políticas teve aumento contínuo, com o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim, esse processo tenderia a intensificar-se.

Remetendo novamente a Tony Judt<sup>18</sup>, a “perspectiva de liberdade” tornar-se-ia a única via possível para a Europa pós-1989, para o mundo que se imaginava ou desejaria livre – e também para um país recém-saído de um regime militar autoritário. No bojo do acirramento do uso do termo fascismo (“*fascismo!*”) enquanto denúncia de práticas políticas degradantes à democracia, o termo “neofascismo” (e “neofascistas”) passa a reverberar constantemente e garantir importância heurística.

---

16 MANN, *Op. Cit.*, 2004.

17 Sobre a questão da crítica ao uso do termo e noção de totalitarismo(s), ver ZIZEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo? Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. São Paulo: Boitempo, 2013.

18 JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. São Paulo: Objetiva, 2008, p. 21.

De fato, a expressão *neofascismo* já consta no léxico político desde o momento de reordenação das forças mundiais após a segunda grande guerra, inclusive em organizações fascistas ou “ex-fascistas” do pós-guerra<sup>19</sup>.

Todavia, ele (o termo) passa a desempenhar protagonismo e ser incorporado às produções acadêmicas devido ao surgimento e fortalecimento de diversos grupos e organizações que supostamente remeteriam ao “fascismo histórico” em graus, intensidades e fundamentações diversas, chegando inclusive a galgar pequenas conquistas em processos eleitorais mundo afora.

Se por um lado o fascismo histórico (ou fascismo em sua primeira grande onda ou estágio) pode ser compreendido por meio de movimentos, partidos políticos, organizações, líderes e literatura imersos em um ambiente de circularidade de ideias e relativa padronização ou similitude categórica, o neofascismo se encara e “encerra” de modo mais fluido e descentralizado, isto é, um grande amálgama diversificado, fragmentado e por muitas vezes divergente em essência ou representação.

Dentre diversas siglas, grupos e fenômenos que são analisados (ou peremptoriamente classificados) como neofascistas, é possível encontrar e delinear alguns deles, dentro de uma variada gama descrita pela literatura afim: os negacionistas do holocausto (i. e., movimentos e escritores que promulgam a relativização ou negação absoluta do holocausto); organizações neonazistas, sejam aquelas clandestinas ou não; *hooliganismo* de direita (ou seja, torcidas e grupos organizados de aficionados por futebol com filiação à extrema-direita); gangues, gravadoras, conjuntos e festivais de música *skinhead*; partidos políticos de direita institucionalmente reconhecidos em sistemas democráticos; grupos e organizações de comemoração e rememoração de um “pujante” passado fascista; organizações políticas clandestinas ou terroristas; correntes do radicalismo islâmico; fóruns de discussão *online*, blogs e redes sociais de difusão de material e valores fascistas; entre inúmeros outros fenômenos que vez ou outra são descritos e classificados como neofascistas.

A imagem e configuração da diversidade do que viria a ser o “neofascismo internacional” seria aparentemente não menos assustadora que um olhar retrospectivo em uma Europa pré fascismo ou em uma reunião em alguma cervejaria vienense. A *hidra neofascista* (ou a besta renascida), multifacetada, e por isso mesmo atuante em diversos setores da sociedade e do ciberespaço, estaria disposta e propensa a ramificar cada uma de suas cabeças, enraizá-las na

---

19 Esse fenômeno ocorre inclusive no Integralismo brasileiro, conforme demonstra Gilberto Calil (Cf. CALIL, Gilberto. *O Integralismo no Pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.)

sociedade e sustentar um novo espectro, que rondaria todo o mundo – o espectro do neofascismo.

Antes de qualquer discussão sobre as possibilidades ou não de um ressurgimento fascista no mundo ocidental em um dado momento, é necessário ater-se à questão do neofascismo a partir das seguintes indagações: “o fascismo morreu?”; “como o fascismo renasceria?”; “onde vive o neofascismo?”; e por fim, “ao que poderíamos chamar de neofascismo?”. Essas questões podem ou devem auxiliar-nos a matizar, problematizar e refinar um termo que, devido a sua multiplicidade constituinte e usos políticos da expressão, às vezes pouco ou nada tem a nos dizer.

A preocupação com a possibilidade do “renascimento da besta” ultrapassa, claro, os limites restritivos ao âmbito acadêmico, mas neste ambiente é possível encontrar algumas soluções e caminhos. Walter Laqueur, em “*Fascism: Past, Present, Future*”<sup>20</sup>, em capítulo inteiramente dedicado ao “Neofascismo”, assevera que o fascismo não está morto. De fato, conforme afirma o autor, apesar da morte ao (do) fascismo decretada em 1945, e também da ausência carnal dos grandes líderes fascistas como Benito Mussolini, Adolf Hitler entre outros, o fascismo continuaria vivo na sociedade, até os dias atuais.

Essa atualidade do fascismo, ou o neofascismo, assinala Laqueur, estaria presente em uma grande diversidade, que agregaria pagãos, cristãos, ateus, “democratas”, autoritários, antifeministas, ecologismo transcendental, partidos políticos, o fenômeno *new age*, etc. Apesar dessa diversidade constituinte do fenômeno neofascista, com componentes difusos e contraditórios, os princípios básicos do neofascismo (e dos neofascistas) residiria naqueles comuns ao fascismo histórico, tal qual: darwinismo social, racialismo, busca por uma liderança incontestada e de uma nova aristocracia, princípio da obediência e a negação dos ideais do iluminismo e da Revolução Francesa.

Ademais, tais grupos e organizações se aglutinariam ao neofascismo no que diz respeito ao “nacionalismo raivoso”, à crença na ordem e do poder do Estado, no desprezo ao liberal parlamentarismo e na oposição ao comunismo e ao capitalismo, de modo concomitante. Uma diferença básica entre o fascismo e o neofascismo seria, para Laqueur, o aspecto «*out of fashion*» do culto aos líderes fascistas, inclusive pela inexistência deles. Outra característica fundamental do neofascismo seria, à revelia do ultranacionalismo desse grupos, a opção pela defesa da Europa, visto que as premissas de agressão e conquista militar seriam inexequíveis, devido em muito ao caráter fragmentado e politicamente irrelevante desse neofascismo.

---

20 LAQUEUR, Walter. *Fascism: Past, Present, Future*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Conquanto o autor almeja ainda ressaltar a não-centralidade europeia no fenômeno neofascista, fica evidente que Laqueur pensa a Europa (e com bastante esforço, os EUA) como centro irradiador daquilo que o fascismo poderia desempenhar na viragem do século XXI e adiante. Além disso, compreende que o neofascismo pode irromper tanto naquelas organizações que retomam e promulgam da simbologia e ritualística do fascismo histórico, quanto de outras que por ventura se afastam de alguns desses referenciais, mas persistem nos elementos constituintes descritos acima.

Ainda que Laqueur compreenda o fenômeno neofascista de modo diversificado e antagonista, isto é, um conglomerado fragmentado que contempla desde gangues juvenis até partidos políticos legalmente estabelecidos, tende a encarar o neofascismo enquanto não restrito e incrustado a uma ideologia ou agremiação política estabelecida (inclusive pela inviabilidade prática de uma efetivação do tipo), senão a um estilo/modo de vida alternativo, no qual os membros buscam rejeitar a cultura e meios de comunicação de massa, preterindo-os face aos clássicos escritos patrióticos de seus respectivos países<sup>21</sup>.

Já Michael Mann<sup>22</sup>, ao se perguntar sobre os fascismos e fascistas vivos ou mortos, conclui que a corporificação fascista tal qual o fascismo histórico dos anos 1920-30 é improvável, senão impossível, inclusive pela quase incapacidade de diversos partidos políticos em arregimentar mobilizações de massas, aspectos tão caro ao fascismo histórico. Todavia, afirma o autor, alguns dos cinco elementos essenciais ao fascismo (nacionalismo, estatismo, transcendência, expurgos e paramilitarismo) se encontram espalhados pelo mundo, em diferentes combinações e intensidades.

Sinaliza, ainda, que grupos e organizações que se dedicam efetivamente à negação do holocausto (negacionismo) podem ser compreendidos como alicerces e receptores das características essenciais do fascismo (ou parte delas), de modo que permitem serem encaradas enquanto *essencialmente* ou enunciadamente neofascistas.

Apesar do postulado e ocorrência de discursos xenófobos em partidos de direita em diversas localidades, sobretudo na Europa, compreende que essas agremiações (em especial aquelas que tiveram algum crescimento entre os anos 1980-2000) não buscam ou dispõem da sustentação, aparato ou implicação “científica” nessas práticas. Ademais, acredita o autor que essa questão muito provavelmente não desempenhará qualquer ameaça totalizadora (totalizante) ou fascizante.

---

21 No entanto, Laqueur afirma anteriormente (p. 97) que *skinheads* e *hooligans* não seriam habituais leitores daquilo que ele compreende como clássicos da literatura (neo)fascista, tal qual Julius Evola.

22 MANN, Michael. *Fascistas*. São Paulo: Record, 2008.

Mann busca ainda desvincular a radicalização violenta e esporádica perpetuada por agrupamentos juvenis (a quem intitula indiscriminadamente de *skinheads*<sup>23</sup>) e uma possível milícia neofascista organizada, operante e emparelhada por algum partido neofascista estabelecido. Rejeita o termo “fascismo islâmico”, por compreender que tal expressão é uma espécie de variação do depreciativo adjetivo “fascista!”, além de tomar o fascismo não como um fenômeno genérico, mas um subproduto do período de entre guerras europeu. Desse modo, os fascistas estariam mortos e a ressurreição não estaria eminente em um presente ou futuro próximo.

Por sua vez, Robert O. Paxton<sup>24</sup> traça um panorama menos animador. Segundo o historiador norte-americano, algo próximo ao fascismo histórico teria despertado após um determinado período de letargia. O fim da fase letárgica do fascismo corresponderia, para o autor, a um processo de esvaecimento correlacionado ao aspecto geracional, de modo que estariam menos nítidas as lembranças e memórias dos horrores da Segunda Guerra Mundial, do holocausto e dos fascismos, inclusive em razão do desaparecimento daquela geração que havia sido testemunha ocular desses fenômenos.

Esse “ressurgimento do fascismo” poderia ser visto – ou indicado – em diversas ocasiões, oportunidades e agrupamentos políticos, desde aqueles mais afeitos ao fascismo histórico, tal qual o *Movimento Sociale Italiano* (MSI) ou algumas porções *skinheads*, ou ainda em variadas agremiações políticas que buscavam negar peremptoriamente qualquer filiação fascista, tal os casos do Front National de Jean Marie Le Pen ou do Partido da Liberdade Austríaca (*Freiheitliche Partei Österreichs*), de Jörg Haider.

R. Paxton procura salientar que a constituição fascista no após “fascismo histórico” necessitaria cumprir alguns pré-requisitos, de modo a evitar que o viés analítico não fosse pautado por um generalismo absoluto, sobrepondo a generalização genérica ao próprio processo analítico. Dessa maneira, almeja dissociar a categorização (neo)fascista a perspectivas relativamente denunciativas e analiticamente “frouxas”, quais sejam o fascismo residente em toda e qualquer expressão racista ou nacionalista abertamente violentas.

Essa preocupação é fortuita, sobretudo por que, apesar da presença constante do nacionalismo (em última instância, a razão de *ser* fascista) e do racismo (em variadas expressões e intensidades) no fascismo histórico, são questões que historicamente precedem, se inserem e sucedem ao fascismo histórico. Qualquer racismo ou nacionalismo exclusivista, por mais socialmente danoso que sejam, não devem ser definitiva e apressadamente

23 “...os chamados *skinheads*” (MANN, 2008, p. 487).

24 PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

classificados como fascistas (ou “fascistas!”, conforme sinalizou Mann).

Para além dessas possibilidades simplificativas e execratórias, amparado em um relativo exercício imaginativo, Paxton sugere que caberia ao novo fascismo aliar algumas premissas ou práticas persecutórias do fascismo histórico aos tempos presente ou do futuro. Desse modo, o racismo fascista, mancomunado à figura do inimigo interno construído e reproduzido feito alicerce da própria condição fascista renovada, tenderia ou necessitaria em dissociar ao antissemitismo enunciado, buscando outras categorias e expressões dos inimigos nacionais, tal qual o islamismo (sobretudo nos EUA pós 11/09), senão métodos antissemitas menos elaborados ou enunciados.

No entanto, a persistência da existência da figura do inimigo interno nesse novo fascismo não seria acompanhada do mesmo aparato simbólico e ritualístico. Segundo Paxton, caberia ao fascismo do futuro se dissociar dos tabus de 1945, sendo que as representações historicamente associativas deveriam ser (ou seriam) descontinuadas, respeitando, assim, os limites memoriais, políticos e legais existentes.

Apesar da tentativa de mobilização de massas, buscando a regeneração, purificação e reunificação nacional, esse fascismo do futuro provavelmente buscaria referência a novos nomes e símbolos, em especial aqueles remetentes à identidade nacional (trajes típicos e patrióticos, por exemplo), além da necessidade de uma crise ainda não imaginada<sup>25</sup>.

No entanto, adiante daquelas organizações que não teriam renegado as credenciais e genealogia fascistas (MSI italiano e os ingleses *British National Front* e *British National Party*, por exemplo) e ficaram restritas às franjas, marginalidade ou ilegalidade política, houve um processo, concomitante ao discurso de “não-fascismo”, de centralização da práxis política (no sentido de suavizar as tendências radicais e extremistas), no qual alguns partidos rotineiramente alcunhados de “neofascistas” postulavam o respeito aos limites democráticos e à ordem de livre mercado.

Nesse sentido, Paxton lança o seguinte questionamento: “[...] haveria alguma justificativa para que esses movimentos de segunda geração fossem chamados de fascistas, ou mesmo neofascistas, diante da veemente negativa deles próprios?”<sup>26</sup>. O autor sugere que, ao menos até o momento em que as condições materiais e políticas permitissem, esses grupos – sobretudo partidos políticos – deveriam ser observados como radicalismo de direita, não necessariamente (neo)fascistas.

À revelia do então recente crescimento e ganhos eleitorais de alguns partidos de direita,

---

25 Cumpre salientar que a obra de Robert Paxton data originalmente de 2004.

26 PAXTON, Robert O. *Op. Cit.*, p. 301-2.



sobretudo na Europa ocidental, assim como da operacionalização e capitalização política de um não tão camuflado racismo na questão dos imigrantes, não haveria o apelo uníssono à regeneração da nação/identidade/indivíduo, do uso sistemático do “inimigo interno”, assim como da mobilização das massas em um dado período em crise. Em suma, apesar do perigo do fim da letargia ou catalepsia política fascista, esse “despertar” não coincidiu com um panorama propício para sua disseminação.

Stanley Payne<sup>27</sup>, por sua vez, tem uma visão relativamente próxima à de Walter Laqueur (que compreende o neofascismo enquanto um certo estilo de vida alternativo), no sentido em que postula que, após a diluição de agentes, atores e organizações fascistas a partir de 1945, o fascismo desapareceu como força política majoritária, restando enquanto resíduo cultural que, embora “permanente”, seria extremamente limitado.

Ainda que limitados, observa que a sociabilidade desses grupos e atores permanece, quando não apresentam um relativo crescimento, inclusive passando d'além de um centro europeu, chegando aos “rincões” norte-americanos ou aos territórios pós-soviéticos. As organizações neofascistas seriam, segundo S. Payne, aquelas que persistiam na defesa ao vitalismo, irracionalismo, entre outros elementos típicos do fascismo. Situados e restritos à marginalidade dos limites do campo político-institucional, e portanto relativamente distante das agremiações dispostas dentro do aparato da ordem democrática estabelecida (em alguns países), esse neofascismo seria encontrado e reconhecido em seus anseios de “Eurofascismo” ou de uma “pan-Europa”.

Torna-se evidente, portanto, que embora Stanley Payne compreenda alguma possibilidade do novo fascismo em atuação fora dos limites do velho continente, a estruturação ideológica e sociabilidade crescente (embora tímida) seria uma característica essencialmente europeia, ao menos no momento assinalado<sup>28</sup>. E é dentro desse contexto, inclusive, que o autor observa um período de ramificação e radicalização neofascista entre os anos de 1980 e 1990, por meio do fenômeno *skinhead*<sup>29</sup>.

Apesar de discordâncias, sutis ou evidentes, há uma relativa predominância nos autores até então citados, no que consiste na tentativa e perspectiva que busca analisar algumas das

---

27 PAYNE, Stanley. *A History of Fascism (1914-1945)*. London: Routledge, 1995.

28 Cumpre ressaltar que a obra em questão fora editada em 1995.

29 Não fica evidentemente claro, no texto de Stanley Payne, se o autor compreende o fenômeno *skinhead* enquanto radicalização de uma parcela do neofascismo/neonazismo, ou se busca assinalar as décadas de 1980 e 1990 como um período marcado pelo crescimento das disposições e agrupamentos neofascistas e neonazistas internos ao fenômeno *skinhead*. A diferença analítica “vetorial” é importante, pois predispõe o entendimento de uma cultura juvenil urbana, ou a politização de parcela desta.

expressões neofascistas, projetando-as ao passado ou, em outras palavras, utilizar o passado para iluminar o presente. No caso, a compreensão do fascismo histórico, sua diluição e escárnio político, auxiliam a compreender os processos de rearticulação de organizações e agrupamentos da extrema-direita e direita radical internacional, assim como os elementos que formam o amálgama do fascismo histórico e internacional.

Essas questões (o contexto histórico passado e presente, e os elementos constituintes do que se compreende, genericamente, como “fascismo”), auxiliam a retro projetar o presente ao passado, problematizando, assim, os estudos sobre o (neo)fascismo. No entanto, essa tentativa em compreender o novo fascismo a partir de graus e interações históricas para com o fascismo dos anos 1930 (ou seja, a genealogia histórica do objeto e do fato), sobretudo no aspecto ideologicamente inspirativo, não é consenso nos estudos que lançam mão do “neofascismo” enquanto elemento ou argumento analítico.

É possível observar, ainda, perspectivas analíticas que buscam seguir uma tradição marxista estabelecida desde os primeiros estudos sobre o fascismo histórico, isto é, a compreensão do fascismo como decorrência direta da fase imperialista do capitalismo. Nessa perspectiva transposta, atualizada, e portanto referente ao neofascismo, compreende-se que as novas formas de divisão do trabalho, assim como a reorganização do aparato industrial do pós-guerra – principalmente na constituição dos conglomerados multinacionais, acarretariam necessidades diversas ao imperialismo, no que concerne ao enfrentamento das crises financeiras, sociais e políticas.

Autores como Álvaro Briones<sup>30</sup> (que sintetiza a produção intelectual de uma geração ou parcela de intelectuais marxistas durante os anos 1970-1980), auferem que a crise do capitalismo pós *Bretton Woods* sancionou o processo da maior centralidade do aspecto econômico na ordenação das relações internas e externas aos estados nação. Nessa perspectiva, os países econômica e politicamente dependentes das nações imperialistas, sobretudo os da América Latina, estariam suscetíveis à radicalização dessas crises e também das perspectivas imperialistas em busca da solução desse imbróglio.

Às nações do capitalismo dependente, restariam basicamente duas grandes opções, um nacionalismo desenvolvimentista e *populista*, ou uma expressão “contraditória de nacionalismo pró-imperialista”, o que o autor prefere chamar de *neofascismo*. Esse conflito e contradição se daria principalmente nos países da América Latina, justamente pela existência

---

30 BRIONES, Álvaro. El neofascismo en America Latina. *Problemas del Desarrollo*. México, Nº 23, Ano VI, Agosto – Outubro de 1975, pp. 25-50.

de relações de dependência, estreitas e bem definidas para com os países imperialistas – e em especial os EUA. Nessa perspectiva analítica, o neofascismo seria caracterizado pela dubiedade de uma premissa nacionalista visando aos ganhos do Imperialismo capitalista internacional.

O autor salienta que para a manutenção dessa ordem *neofascista* (e também para a caracterização dessa como um fenômeno do tipo), métodos autoritários e repressivos de controle social se faziam necessários, coadunados com uma “histeria anticomunista”, naquilo que se assemelharia ao fascismo histórico. Todavia, por ser uma formação “fascista em condições de capitalismo dependente”, isto é, sem o caráter de mobilização de massas ou mesmo pela não constituição de um regime autenticamente nacionalista (visto a abertura “total e irrestrita” ao capital estrangeiro), optou-se pela denominação de “neofascismo”<sup>31</sup>.

Para Briones, naquele momento, as expressões mais fortemente caracterizadas pela imposição do modelo neofascista no continente seriam, a saber, o Brasil<sup>32</sup>, Chile e Argentina, com alguma possibilidade futura a outros países. Restaria, portanto, nesse contexto, apenas duas variáveis para o desenvolvimento latino-americano: a via *subimperialista* (neofascista) e aquela que buscaria romper com esses determinantes (ou seja, um modelo socialista).

Essa perspectiva teórica e analítica traz algumas contribuições para os estudos sobre o “neofascismo”. Em primeiro lugar, rompe com o postulado que compreende (ou subentende) que o neofascismo seria uma questão restrita aos centros europeus irradiantes. Além disso, auxilia a problematizar a constituição autoritária de ditaduras civis e militares no Cone Sul. No entanto, alguns aspectos problemáticos necessitam ser acentuados, a começar pelo aspecto relativamente datado do que o autor compreende como “neofascismo”, assim como a relação existente, e principalmente, determinada pela estrutura econômica.

Ocorre, portanto, uma problemática semelhante aos estudos clássicos sobre o fascismo, ou então uma linhagem interpretativa sobre o fascismo histórico, na qual o fascismo seria sobretudo uma fase ou estratégia gerada no bojo do desenvolvimento do capitalismo. O determinismo economicista acaba por obscurecer as nuances das relações pessoais e humanas, projetando o contexto econômico por sobre o político e social. Além disso, a restrição do fenômeno neofascista às nações do capitalismo dependente significaria a possibilidade de suposição da não existência de um neofascismo nas nações mais desenvolvidas.

---

31 BRIONES, Álvaro. El neofascismo en America Latina. *Problemas del Desarrollo*. México, N° 23, Ano VI, Agosto – Outubro de 1975, p. 33.

32 “La expresión más representativa del neofascismo en America Latina se encuentra en Brasil, país que, quizás por su tamaño económico e importancia geográfica, fue escogido por el imperialismo para ensayar por primera vez el modelo”. (BRIONES, 1975, p. 35).

Por fim, a questão do evidente autoritarismo nas ditaduras chilena, argentina e brasileira não podem ser tomadas como elementos determinantes para uma caracterização neofascista. Apesar dos indícios da participação de organizações e indivíduos de cunho fascista nessas ditaduras (em especial na Argentina, conforme observa Federico Finchelstein<sup>33</sup>), esse autoritarismo não pode, *per si*, justificar a utilização do termo “neofascista” como determinante categórico, do mesmo modo como o termo fascismo ou neofascismo de esquerda não parece ser algo analiticamente estruturado para tratar sobre o autoritarismo de esquerda, seja em sua expressão ditatorial, ou não.

A multiplicidade das perspectivas analíticas aventadas até o momento, auxiliam a corroborar aquilo anteriormente afirmado: a complexidade e confusão relativa à miríade do que se compreende como fenômenos e práticas neofascistas, do imediato pós-guerra até o tempo presente – e essa questão é relevante, pois o Prona foi tomado como neofascista durante grande parte de sua existência. É nesse sentido (da multiplicidade e complexidade), portanto, que se insere a crítica de Anthony James Gregor, em obra intitulada “*The search for Neofascism: the use and abuse of Social Science*”<sup>34</sup>.

Para A. Gregor, parte dos estudos sobre “neofascismo” deixa a desejar, sobretudo no sentido em que auxiliam a sustentar premissas que buscam deslegitimar grupos e organizações políticas diversas. A utilização do termo “neofascismo” enquanto aspecto denunciativo engendra um processo de desqualificação de oponentes políticos, especialmente em contextos e regimes nos quais os grupos sociais e seus possíveis representantes detêm, legalmente, no bojo de uma democracia representativa, a possibilidade de articulação e atuação política. Refuta, paralelamente, a leitura marxista da qual tomamos A. Briones como exemplo, seja pelo determinismo econômico expresso nessa literatura política, ou então pela conceituação, que compreende a um só lado do espectro político as práticas persecutórias e intolerantes, sobretudo no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Crítica, ainda, a aparente ausência de qualquer perspectiva morfológica para a conceituação do neofascismo, visto que pode contemplar, nos estudos sobre neofascismos, desde o fundamentalismo cristão (em especial nos EUA), passando pelos adeptos do liberalismo mais radical, chegando até aos economicamente conservadores. Além disso, aquilo que chama de

---

33 A análise sobre a genealogia fascista enquanto método inspirativo de um nacionalismo radical e persecutório é desenvolvida com propriedade em FINCHELSTEIN, Federico. *The ideological origins of the Dirty War: Fascism, Populism, and Dictatorship in Twentieth Century Argentina*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2014.

34 GREGOR, Anthony James. *The search for Neofascism: the use and abuse of social science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

“a pós-modernista busca por um neofascismo”<sup>35</sup> insere o *Rock’n’Roll* proletário e racista – isto é, a música de setores radicais *skinheads* – como expressões tipicamente fascistas, ao lado, ainda, de organizações políticas democráticas ou antidemocráticas, marginas ou *mainstream*, concomitantemente aos negacionistas do holocausto<sup>36</sup>, *hooligans* ou *ultras*<sup>37</sup>, *skinheads*, fundamentalismo islâmico, movimentos de organizações negras radicais, e assim por diante.

É nesse sentido, portanto, que o autor busca sustentar a crítica presente em seu livro, explícita desde o título da obra: os cientistas sociais (historiadores, cientistas políticos, etc.) estariam em uma espécie de linha de produção intelectual, marcada pela fragilidade do âmbito científico, visto que a perspectiva acadêmica seria caracterizada pela busca, contínua e incessante, do neofascismo, fosse em qualquer configuração, de modo que (o neofascismo) poderia tomar qualquer forma política possível, um repositório no qual quase tudo tem ou teria lugar cabível

Haveria, portanto, uma dilatação conceitual entre os termos “fascismo” e “neofascismo”, de modo que aquilo encontrado no “neofascismo” dificilmente se encaixaria no “fascismo”, fosse em perspectiva retroativa ou genealógica. Em outras palavras, surgiria a indagação: de fato, o que haveria de fascismo no neofascismo?

Para A. Gregor, em alguns casos, pouco ou quase nada, tendo em vista que, apesar das negativas à filiação política fascista, além da aceitação dos limites legais da democracia representativa, ou ainda do afastamento a algumas prerrogativas ideológicas do fascismo histórico, organizações como o *Front National* francês e a *Alleanza Nazionale* italiana continuariam a ser caracterizadas como neofascistas, juntamente àqueles grupos que expressavam, pública e reiteradamente, o desprezo à democracia e buscavam restaurar simbologias e práticas do fascismo histórico.

---

35 Há, nesse sentido, uma evidente crítica aos estudos de Roger Griffin, em especial à obra “The Nature of Fascism”.

36 Um fator necessário para se compreender a emergência do negacionismo do holocausto, diz respeito a sua constituição inicial, que não era única e exclusivamente restrita aos setores mais radicais da direita, de modo que alguns militantes de tradição esquerdista já sinalizavam apreço às teses de negação dos crimes de guerra nazista. Sobre essa questão, cf. MILMAN, Luis. Negacionismo: Gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual. In: MILMAN, Luis & VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

37 A terminologia *hooligan* ou *ultra* se refere, em certo sentido e guardadas as devidas especificidades, aos torcedores aficionados de futebol, em especial àqueles mais violentos. Todavia o termo *hooligan* consta em especial no léxico popular e acadêmico britânico, ao passo que os *ultras* é um fenômeno presente em grande parte da Europa, de Portugal a Grécia, passando por Turquia, Itália, etc. No Brasil, o termo *ultras* passa a designar algumas torcidas que se inspiram em práticas, indumentárias, cânticos e posturas de torcidas europeias, diferenciando-se das *torcidas organizadas* brasileiras (em razão da forma de organização e procedimento nas arquibancadas), ou mesmo das *barra bravas* (que, por sua vez, se refere aos grupos organizados de torcedores típicos do cone sul, ou mesmo alguns grupos da região sul do Brasil, em especial).

Termos como “criptofascismo” sugerem, ainda, afirma o autor, um caráter ainda mais nebuloso ao próprio termo, e também aos contextos nos quais ele é utilizado. Há, na obra de A. Gregor, uma observação pertinente no que diz respeito ao modo como a terminologia “neofascista” é utilizada, recorrentemente atrelado a termos coextensivos, tal qual “ultranacionalista”, “conservadorismo”, “ultradireita”, “radical”, “extrema-direita”, entre outros. Isso, segundo o autor, seria um grande indicativo do esvaziamento, causado pela distensão e dilatação absoluta do termo “neofascismo”, ao menos no modo o qual ele é rotineiramente atribuído – e isso nos auxiliará a pensar sobre o caso do Partido de Reedificação da Ordem Nacional.

A crítica ao esvaziamento conceitual e rigor analítico acompanha, necessariamente, duas premissas básicas: a busca por uma conceituação de “fascismo” (e o apreço categórico a essa definição) e a compreensão que residiria, de fato, no neofascismo, algo que remeteria, ideológica e historicamente, ao fascismo ou fascistas em seu primeiro estágio.

Embora a premissa de Gregor nos pareça a mais acertada, é necessário ressaltar que o autor parte do princípio de entendimento do fascismo enquanto expressão genuinamente italiana, e por isso busca atestar sua hipótese, em especial, por meio da análise da trajetória política de duas organizações: o MSI (*Movimento Sociale Italiano*) e a *Alleanza Nazionale*.

O MSI surgiu no cenário político italiano no logo após a Segunda Guerra Mundial, fornecendo, anos adiante, corpo à *Alleanza Nazionale*. As duas agremiações, com trajetória em comum, auxiliam a compreender o processo e possibilidade de definição conceitual de neofascismo: criado inicialmente a partir dos quadros do *Partito Nazionale Fascista* e da própria burocracia do regime fascista italiano, o MSI buscava arregimentar o capital político e mobilização fascista após a queda do fascismo, mantendo alguns de seus referenciais e postulando a herança fascista de modo explícito. Conforme mostra Riccardo Marchi<sup>38</sup>, as disputas internas, necessidades políticas e a redefinição ideológica do partido, significaram um perfil mais centralizado (ou moderado e democrático) e, conseqüentemente, o abandono da via neofascista.

Esse processo significou a transformação do MSI (1946–1995), ou setores majoritários do partido, em *Alleanza Nazionale*, agremiação com maior apelo eleitoral, importância política, quadros, todavia ainda historicamente ligado ao MSI, em especial na sua face e fase moderada, política, ideológica e discursivamente. É nesse contexto, portanto, que A. Gregor indaga sobre as reais necessidades ou interesses em atribuir de modo definitivo um suposto

---

38 MARCHI, Riccardo. *Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo delle Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália. Análise Social*, v. XLVI (201), 2011, 697-717.

caráter *neofascista* à *Alleanza Nazionale*. Para Gregor, imputar o passado (fase neofascista do MSI) ao presente (*Alleanza*) configuraria uma espécie de desatino intelectual, causado em muito pela transposição de interesses partidários ao meio intelectual, em especial de alguns militantes de partidos de esquerda.

A razão argumentativa de A. Gregor obteve recepção relativamente exitosa em meio aos estudos e teóricos do fascismo (do qual, aliás, ele é um dos nomes de maior impacto). Todavia, as críticas de Peter Merkl<sup>39</sup> e a de Michael Mann<sup>40</sup> são pertinentes e nos auxiliam a pensar a questão do “neofascismo” e a relação para com o Partido de Reedificação da Ordem Nacional. Para Merkl e Mann, o principal problema da crítica de A. Gregor aos estudos sobre o neofascismo se refere na premissa do autor acerca da compreensão do caso italiano como o *único* fascismo de fato, rompendo, portanto, com a perspectiva compreensiva do fascismo enquanto fenômeno genérico e em modo transnacional.

Nessa perspectiva, se o fascismo for compreendido apenas a partir do caso italiano, o fenômeno neofascista seria, por consequência, aquele existente em um contexto específico, qual seria o cenário político italiano do pós-guerra até os dias atuais. Além disso, conforme afirma Peter Merkl, a realidade na qual se deu a emergência do fascismo é, certo modo, oposta à formulação do que se pode compreender ao fenômeno neofascista, seja na Itália ou em diversos países.

Se em um primeiro momento havia um propício ou receptivo espaço de ação e articulação política, na conjuntura neofascista se dá de modo oposto, ao menos para aqueles que efetivamente se lançam à retomada fascista de modo enunciado. Todavia, se essas críticas são cabíveis, a obra de A. James Gregor traz boas reflexões sobre a relativa confusão existente no que se compreende como neofascismo.

A primeira e principal delas é certamente a preocupação em não reproduzir, em ambiente acadêmico, discursos com aspectos denunciativos contra organizações de direita. Isso acarreta, por consequência, a necessidade em *comprovar*, seja ideologicamente, de modo discursivo ou nas relações extrapartidárias, uma possível essência fascista em organização do tempo presente, ou seja, o neofascismo há de dizer algo que remeta ao fascismo histórico.

E, se uma organização neofascista há de remeter politicamente ao fascismo histórico, como essa (hipotética) organização o faria, sendo uma agremiação partidária, inserida em um

---

39 MERKL, Peter H. Missing the Neofascist Forest. *International Studies Review* Vol. 9, No. 3 (Autumn, 2007), pp. 531-533.

40 MANN, Michael. Review: The Search for Neofascism. *The American Historical Review*, Vol. 112, No. 5 (Dec. 2007), pp. 1498-1499.

contexto democrático e liberal, portanto condicionado às restrições legais? Conforme afirmado anteriormente, o processo de *desfascistização* (ou *centralização* política) é uma das condições essenciais para a existência de uma organização política na democracia liberal ocidental. Essa é, portanto, mais uma contribuição de James Gregor aos estudos do tema, ao compreender as especificidades e diferenciações entre aquilo que se compreende como neofascismo enquanto via política e estilo de vida alternativo, e uma política institucionalizada. O Prona se enquadra, pois, nessa segunda categoria, embora não necessariamente neofascista.

Dentro da institucionalidade democrática, mesmo aqueles partidos crescidos sob a rubrica neofascista passaram por mutações visando perspectivas mais liberais (em especial no âmbito econômico), ou então uma espécie de “neopopulismo de direita”, de acordo com autores como Roger Griffin<sup>41</sup>, para quem essas modificações seriam decorrência de um mundo pós-fascista, que traria a necessidade às novas configurações do fascismo, um fascismo com novas caras ou um fascismo sem face.

Esse fenômeno (fascismo sem face, ou nova face do fascismo) seria algo diferente daquele observado por A. Gregor (partidos políticos institucionalizados acusados de neofascismo), por suas premissas ideológicas e espaços de atuação. O novo fascismo se assemelharia às agremiações que negam seus referenciais fascistas em um sentido principal: a dinâmica da negação de identidade fascista. Todavia, a negação da identidade fascista seria talvez uma das poucas semelhanças existentes, de modo que as diferenças seriam marcantes e mais profundas.

Esse novo fascismo sem face teria maior expressão, avalia Griffin, nas formas e estratégias metapolíticas, tal qual a *Nouvelle Droite* (ND) de Alain de Benoist, o Neo-Eurasianismo (ou nacional bolchevismo) de Aleksandr Dugin, entre outras correntes e variações, inspiradas sobretudo pela nova direita francesa. A nova direita francesa, de acordo com Diego Luis Sanromán<sup>42</sup>, surgiu em meio às reminiscências do fim do colonialismo francês na Argélia, em especial a partir do GRECE – *Groupement de Recherche et d'Études pour la Civilisation Européenne*, organização que buscava reunir intelectuais da direita francesa, assim como produzir novas teorias e possíveis práticas políticas.

A perspectiva dominante dessa *nova direita*, apesar das correntes internas existentes,

---

41 GRIFFIN, Roger. Studying Fascism in a Postfascist Age. From new consensus to New Wave?. *Fascism: Journal of Comparative Fascist Studies*. V. 1, N.1, 2012, pp. 01-17.

42 SANROMÁN, Diego Luis. *La Nueva Derecha: Cuarenta años de agitación metapolítica*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2008.



consistia em buscar uma atuação metapolítica, isto é, para além do imediatismo político-partidário, ou mesmo em sentido contrário a ele. Segundo os intelectuais da *Nouvelle Droite* (e em especial o filósofo Alain de Benoist, espécie de tutor e norteador ideológico dessa geração), a perspectiva metapolítica viria a construir um aparato sistêmico e intelectual, destinado a refundar uma cultura e um mito de uma nova (velha) Europa, com possibilidade de mobilizar os “bons europeus” e construir uma Nação-Europa.

A *nova Europa*, na visão desses intelectuais, seria encontrada a partir da retomada de valores e referenciais de uma Europa de outrora, existente antes da degradação causada pela “civilização ocidental”. Por sua vez, a “civilização ocidental” (ou falsa civilização ocidental) seria a representação e prática dos valores morais judaicos cristãos, no qual o alicerce desse edifício seriam os EUA. Dessa maneira, a ND/GRECE promulgaria que os autênticos referenciais morais e espirituais europeus teriam berço no paganismo, representante da força, e da ausência de *vitimismo*, características fundamentais para (e da) inerente vitória europeia.

O igualitarismo de origem monoteísta consolidaria, assim, a razão de todos os “problemas” filosóficos, políticos e morais, do qual o marxismo (ou mesmo o liberalismo) seria não o maior inimigo, culpado ou síntese, mas uma dentre tantas outras expressões possíveis. Da mesma maneira, o “politicamente correto” face a temas como a imigração, reconhecido como responsável por um lento e doloroso processo de “suicídio genético” para os povos europeus. Para dissociar de um racismo científico (e, por consequência, do *nazifascismo*), a ND postula, nesse sentido, o direito à diferença, o direito à identidade, o direito às especificidades.

A perspectiva política da ND/GRECE não residiria somente em criar visões de mundo em defesa de uma unidade europeia imaginada. Se fazia necessário, portanto, a atuação política<sup>43</sup>. No entanto, tendo em vista que a democracia liberal seria expressão – uma dentre tantas outras – dos valores ocidentais desprezados pela nova direita, restaria, portanto, a necessidade em buscar novas vias de atuação, para além daquelas constituídas.

Nisso reside, pois, no entendimento de seus ideólogos, a perspectiva efetivamente metapolítica e revolucionária da ND/GRECE, a qual intitulam de “gramscianismo de direita”, uma releitura (ou instrumentalização política desvirtuada) do conceito de hegemonia de Gramsci. Esse suposto gramscianismo seria, aos arautos da ND, a perspectiva para estabelecimento de uma hegemonia de direita, não por meios políticos tradicionais e habituais (a via partidária), senão pela constituição de uma nova cultura e valores. Somente essa estratégia (a metapolítica, ou “guerra cultural”) seria capaz de romper com a hegemonia da

43 Uma síntese dos ideais da *Nouvelle Droite* pode ser encontrada em – BENOIST, Alain de. *Nova Direta Nova Cultura: antologia críticas das ideias contemporâneas*. Lisboa: Casa do Livro Editora, 1981.

“civilização europeia” (ou judaica cristã) e restaurar o verdadeiro Ocidente, em um longo e sistemático processo político-cultural.

Além da inicial vertente francesa, a nova direita se ramificou pela Europa a partir dos anos 1970, gerando movimentações similares e ideologicamente inspiradas, tal qual a *Nuova Destra* italiana, alicerçada em Benoist e liderada por Marco Tarchi, e também o Neo-urasianismo (ou nacional bolchevismo), de A. Dugin. O Neo-urasianismo, de acordo com Marlene Laruelle<sup>44</sup>, apesar de ideologicamente inspirado na ND francesa, busca estabelecer a centralidade dos referenciais russos na consolidação de uma nova identidade, inclusive geopolítica. Dessa maneira, aliança uma postura anticapitalista ao tradicionalismo pagão de autores como Julius Evola (referência essencial também para a ND/GRECE)<sup>45</sup>.

Essas seriam, portanto, as principais tendências do que Roger Griffin chamou de “nova face do fascismo” (ou fascismo sem faces). Apesar da negativa da enunciação fascista, esses movimentos e organizações primam por postulados que os aproximam a alguns referenciais do fascismo histórico, seja pelo viés extremista, um racismo (mais velado/“cultural” que científico) e a defesa da necessidade de um espaço vital por direito (para constituição de uma verdadeira identidade), anti-igualitarismo, antiliberalismo, além da utilização de autores e cânones fascistas (ou que tiveram alguma relação com o aparelho ideológico fascista), etc.

Para o autor, distante das agremiações políticas formais (fosse a *Alleanza Nazionale* italiana ou mesmo o *Front National* francês), a nova face do fascismo residiria na perspectiva metapolítica acima enunciada, além de uma série de pequenas organizações e atividades marginalizadas, tal qual a negação do holocausto, atividade de grupos e gangues de *skinheads* racistas, entre outros. Esse caráter fragmentado e “descomprometido” com a política institucional/partidária seria, pois, resquício e fruto da chamada era “pós-fascista”. Seriam, dessa maneira, caracterizados pela estrutura rizomática e grupuscular, marcados pela combinação entre autonomia organizacional e a capacidade de criar vínculos informais.

A principal diferença com organizações partidárias (sejam aquelas neofascistas, ou não), reside justamente pela inexistência de uma rigidez hierárquica, mas sim a ordem rizomática, isto é, não estruturada objetivamente, portanto, dinâmicas sem lideranças e multiorganizacionais. Esse caráter grupuscular auxilia, assim, a engendrar a atuação marginal

---

44 LARUELLE, Marlene. Aleksandr Dugin: A Russian Version of the European Radical Right? *Kennan Institute Occasional Papers*. 2004, Washington D.C. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/kennan>>.

45 O “antiglobalismo” assemelha Dugin à ND, todavia o relativo apreço ao stalinismo, visto como decorrência da ancestral e magistral identidade eurásiana (que viria a reunificar a Europa, sob a tutela da tradição Russa), causa pontos de divergências entre as expressões russa e francesa.

de diversos grupos, além de sua sobrevivência, existência e prática em meios virtuais (em especial a internet), etc. Garante, ainda, um combustível ideológico constante, mantendo ativos movimentos nacionalistas extremistas e revolucionários dos mais diversos países, nas mais variadas roupagens, reconhecidamente fascistas ou não.

Embora Griffin não atente para essa questão, há ainda a possibilidade desses grupos (ou a direita grupuscular) manter relações com estrutura de Estado ou organizações políticas. Evidencia-se, portanto, uma questão central e de extrema importância analítica: a necessidade em compreender a diferenciação entre a direita grupuscular neofascista (ou direita grupuscular de uma era pós-fascista) e organizações de direita legalmente reconhecidas e inscritas dentro dos limites legais de uma democracia liberal, em especial os partidos políticos.

Além disso, a constante negativa da filiação fascista empreendida por essas agremiações (e o Prona é um desses casos), sinalizam que é necessário estabelecer um rasgo analítico entre uma miríade grupuscular, extremista, heterogênea e neofascista (um certo estilo de vida alternativo), e partidos políticos de direita que, em algum sentido, buscaram se afastar de qualquer filiação fascista ou neofascista, aceitando em sua quase totalidade os limites e regras do jogo democrático.

Analisar o Partido de Reedificação da Ordem Nacional sem estabelecer esse quadro delineado poderia, portanto, obscurecer o caráter ideológico da agremiação; a relação política existente na “denúncia neofascista” do partido (não-fascista ou neofascista); as relações, conflitos ou cooperações existentes entre o Prona e alguns representantes brasileiros do que se pode compreender como elementos da extrema-direita grupuscular nacional.

Dentre os autores apresentados (e cada um deles busca representar as diversas disputas sobre as concepções do fenômeno neofascista) e suas decorrentes divergências, é possível ainda assim traçar algumas linhas de condensação. Embora a premissa de A. Gregor seja sedutora do ponto de vista analítico no que diz respeito à necessidade de se observar as evidências fascistas em organizações políticas, autores como R. Griffin, R. Paxton, S. Payne e demais observam a dinâmica de esvaziamento da unidade do fascismo do pós-guerra aos dias atuais.

Se na emergência do fascismo ele aportou como epicentro de diversas tendências das variadas colorações políticas, o fim do fascismo deu a tônica de implosão e fragmentação política. Isso explica por que o neofascismo é enxergado em formações políticas aparentemente tão distantes. Todavia, talvez a solução analítica (ao menos para o estudo sobre o Prona) seja compreender a premissa básica de Mann (o fascismo enquanto um tipo dentre

outros nacionalismos autoritários de Estado), aliada à percepção da fragmentação neofascista e, por fim, compreender como essa fragmentação transita e orbita em torno de projetos de agremiações partidárias.

Compreender essa dinâmica (e partir desse pressuposto) significa sustentar a premissa que um partido político pode surgir como alguma espécie e prática de radicalismo de direita e, ao passar dos anos, amadurecimento de discurso, forjamento de uma identidade, ou mesmo da efetividade ou fracasso de um projeto político, sofrer um processo paulatino de *fascistização*. Nesse sentido, compreende-se que um partido originalmente alheio aos referenciais históricos do fascismo (e isso independe a nacionalidade de sua fundação) pode tornar-se (neo)fascista por razões diversas.

Se o Prona, existente entre os anos de 1989 e 2006, haveria sido, desde a sua fundação, o representante institucional do neofascismo brasileiro (e isso seria mais uma acusação e adjetivação política do que necessariamente um processo histórico), essa condição há de ser esmiuçada, inclusive para poder compreender a estrutura, alcances e limites do próprio neofascismo no Brasil no período compreendido.

Para trabalhar com essa perspectiva analítica é necessário portanto buscar responder algumas questões próprias ao contexto brasileiro no surgimento do Partido de Reedificação da Ordem Nacional: *qual a vaga da extrema-direita brasileira em 1989? Qual a situação do que se pode compreender como neofascismo brasileiro em dado momento? Por fim, qual o papel desses radicalismos de direita na fundação do Prona?*

## 1.2 – “Nova República”, “novas direitas” e a fundação do Prona

Em 1989, se o contexto internacional diversificava o panorama político em razão dos claros sinais do desfalecimento do modelo soviético e, conseqüentemente, de uma dualidade existente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, no Brasil adiciona-se o fim de um lento e gradual processo de democratização – a passagem do autoritarismo militar para a participação e predomínio civil, que viria a ser estabelecido pela realização das eleições livres e diretas naquele ano, a primeira após o fim da ditadura civil-militar.

Conforme mostra Maria Kinzo<sup>46</sup>, o processo da transição decorrido entre o fim do regime militar iniciado em 1964 até as eleições livres e diretas ocorridas em 1989, se deu por três fases, que denotam o longo processo de transição constituído, assim como os legados

---

46 KINZO, Maria D'Alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, 15 (4) 2001, p. 03-11.

históricos para a tardia democracia brasileira. A primeira fase (1974 a 1982) é caracterizada pela continuação da hegemonia do poderio militar nas principais estruturas de poder. Ainda assim, a partir da ascensão do general Geisel, houve indício e anúncio do processo de liberalização das estruturas autoritárias e ditatoriais, por meio de um projeto de distensão nomeadamente “gradual e segura”. O ano de 1974 marca, desse modo, o avanço das conquistas eleitorais do partido de oposição (MDB, ou *Movimento Democrático Brasileiro*) à situação (*Aliança Renovadora Nacional*, Arena). Durante essa fase, fato marcante foi o processo da Anistia Política (1979), que permitiu a reintegração de exilados e opositores ao cenário político brasileiro.

A segunda fase se inicia em 1982 e vai até o ano 1985, em razão das eleições que garantiram um significativo acréscimo da participação política de setores oposicionistas, em especial das cerca de duzentas cadeiras garantidas na Câmara dos Deputados pelo PMDB. Essa diminuição do poderio dos militares e seus aliados, proporcionou também algumas disputas políticas (embora distante de qualquer equidade democrática), com destaque para a tentativa de reformulação das regras para o processo eleitoral do Executivo que viria a realizar-se em 1986<sup>47</sup>.

Já a terceira fase compreende os anos de 1985 a 1990, portanto em torno das eleições de Tancredo Neves/José Sarney e Fernando Collor de Mello/Itamar Franco à presidência da república em 1985 e 1989, respectivamente. É o momento do retorno dos civis ao protagonismo político nacional, com destaque para a elaboração de uma nova Constituição (1988). Nesse período, o processo da constituinte foi nodal para o estabelecimento dos anseios e disputas em torno daquilo que se compreenderia ser o ideal para a chamada Nova República.

A divisão em questão é construída de modo objetivo, em razão do delineamento dos fluxos e conflitos existentes no processo de inserção e da participação civil durante um regime autoritário, assim como as decorrentes disputas políticas em relação aos projetos em torno dessa conjuntura. Dessa maneira, não entra necessariamente no mérito de compreensões diversas como, por exemplo, qual teria sido de fato o marco definitivo do fim da ditadura no Brasil – 1979 (Anistia política), 1985 (eleição de Tancredo Neves e José Sarney) ou 1989 (primeiras eleições diretas).

---

47 A princípio as eleições majoritárias do ano de 1986 seriam realizadas por meio do Colégio Eleitoral, que viria a corroborar o poderio dos interesses dos militares garantidos pela maioria no congresso. Por conta do avanço de poder do PMDB, a oposição buscou a modificação do pleito, ao propor a eleição por meio de votos diretos. Apesar da larga adesão popular em torno das “Diretas Já!”, o pleito ocorreu tal qual previsto em sua formulação original.

Além disso, essa sistematização trifásica não se atem às nuances das disputas internas existentes durante a vigência do regime militar, como as relações entre setores militares radicais e conservadores, entre tantas outras variáveis possíveis. No entanto, é pertinente para se pensar sobre a questão da longa duração da transição democrática brasileira, assim como as reminiscências e legados autoritários nas estruturas e representações da então (re)nascente democracia brasileira.

O lento processo de declínio do regime militar, assim como o baixo índice de inserção e participação popular (na questão de representação política) durante o processo da constituição democrática, foram elementos fundamentais para a permanência do autoritarismo na práxis política nacional, assim como a garantia do poderio político dos setores civis atrelados à ditadura no limiar da chamada Nova República. E isso, por sua vez, é elemento substancial para a inexistência de sanções e penalizações legais aos envolvidos na construção, sustentação e desenvolvimento da ditadura civil-militar brasileira iniciada em 1964.

De acordo com António Costa Pinto, “o controle das elites sobre a determinação do tempo de transição e a grande continuidade de elites políticas ao longo do processo de transição levam transições ‘por transação’, ou transições ‘contínuas’, a evitar, em geral, a punição ou o saneamento das elites autoritárias”<sup>48</sup>. Além disso, afirma:

Na Europa do Sul, na década de 1970, como na América Latina, nos anos 1980, e na Europa Central, nos anos 1990, as pressões para a criminalização das elites autoritárias e dos corpos repressivos estiveram presentes desde os primeiros momentos da transição, mas apenas em transições por ruptura se verificou de fato a oportunidade de isso acontecer.<sup>49</sup>

O caso brasileiro, portanto, não fora inédito, senão fenômeno em perspectiva transnacional. Esta condição clarifica a compreensão da situação brasileira dentro um panorama mais amplo, onde o modo de transição auxilia a determinar a persistência de legados e atores autoritários no cenário político-democrático após o fim de um determinado período autoritário.

Embora a ditadura civil-militar brasileira não possa ser entendida de modo definitivo como uma ditadura (neo) fascista, valeu-se de um regime autoritário de direita, alicerçado, por sua vez, entre 1965 e 1979, em uma agremiação partidária (Aliança Renovadora Nacional) que reunia diversas tendências políticas da direita brasileira do período, todas elas dispostas a colaborar com a sustentação do regime ditatorial, e tirar algum proveito político dessa

---

48 PINTO, António Costa. O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul: uma introdução. In: PINTO, António Costa & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013, p. 24.

49 *Idem*, p. 25.

relação. Conforme mostra Lúcia Grinberg<sup>50</sup>, findado o período do bipartidarismo (Arena x MDB), grande parte dos então membros da Arena passariam ao Partido Democrático Social (PDS), e esse processo se alastraria com a própria dinâmica da democratização e da diversidade partidária.

Mais do que isso, conforme observa Timothy Power<sup>51</sup>, o modo de democratização (transição conservadora) sucedido no Brasil significou, ainda, para além da inexistência das implicações legais àqueles envolvidos na ditadura, a permanência de parte dessas elites políticas junto às esferas do poder, mesmo que sob roupagens democráticas. Para Gabriel O'Donnell, a continuidade da influência de políticos e representantes das elites anteriormente adeptas ao regime militar se deu não somente nas práticas políticas dominantes, mas também por meio das instituições centrais, mesmo após o término da presidência de José Sarney<sup>52</sup>.

Essa situação é a princípio paradoxal, tendo em vista que a não culpabilização e a permanência de atores da direita (envolvidos na ditadura) na Nova República se deu de modo concomitante ao fenômeno da “direita envergonhada”, onde representantes políticos negavam a se reconhecerem enquanto dispostos à direita política.

De acordo com Antônio Pierucci<sup>53</sup>, eram poucos os políticos que se afirmavam à direita nos anos de 1985 e 86 (Amaral Netto – PDS/RJ e Ronaldo Caiado, da União Democrática Ruralista, UDR, eram raras exceções), e esse fenômeno se estendia inclusive aos votantes – gerando, por sua vez, o “voto envergonhado”, notadamente nas eleições de Jânio Quadros e Paulo Maluf na capital paulista, segundo as análises de Pierucci.

Tal questão se aprofundou ainda mais e pôde ser empiricamente comprovada. Como mostra Leôncio Rodrigues<sup>54</sup>, os deputados envolvidos na Assembleia Constituinte se reconheciam 5% esquerda radical, 52% centro-esquerda e 37% ao centro. À direita, residiam somente 6% deles, sendo todos eles autorreconhecidos como centro-direita – e nenhum deputado de direita radical. Em outra pesquisa realizada pelo mesmo autor, houve a repetição do montante de

---

50 GRINBERG, Lúcia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)*, 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

51 POWER, Timothy J. *The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2000.

52 O texto, publicado em 1992, discorre sobre a repetição nas eleições que renovaram o legislativo e elegeram Fernando Collor de Mello à presidência da República. Cf. O'DONNELL, Gabriel. “Transitions, Continuities, and Paradoxes”. In: MAINWARING, S., O'DONNELL, G. & VALENZUELA, J.S. *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspectives*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992, p. 17-56.

53 PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos (CEBRAP)*. Nº 19, dezembro, 1987, p. 285.

54 RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987, p. 97.

deputados que se classificaram à direita. Conforme afirma Rodrigues, “a julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita”.

Residiria aí, portanto, o elemento paradoxal. Se as elites políticas envolvidas na ditadura iniciada em 1964 não haviam sido saneadas politicamente, tampouco deixado a vida pública e, mais do que isso, persistiam eleitos e reeleitos nas esferas legislativa e executiva, o que explicaria essa negativa no autorreconhecimento da direita brasileira?

Para Timothy Power e César Zucco<sup>55</sup>, essa questão não seria necessariamente uma novidade na história nacional, senão um traço histórico da própria cultura política das elites brasileiras. Embora concorde-se com tal assertiva, essa dinâmica tende a intensificar-se e estender-se com a questão pós-autoritária, pois para além de um procedimento comum padrão às elites nacionais, há relação com disputa de capital político e interesses envolvidos em uma sociedade em vias de democratização.

Além da tônica do período em questão, em especial entre os anos de 1985 e 1989, ser baseada na questão democrática e portanto distante de qualquer “entulho autoritário” (mesmo que a prática e representações políticas determinem um fluxo quase inverso), os limites e barreiras para o reconhecimento da direita brasileira enquanto tal extravasavam a esfera institucional.

De acordo com Daniel Aarão Reis<sup>56</sup>, desde os debates em torno da Lei da Anistia, houve um processo de silenciamento coletivo, envolvendo a sociedade civil, a classe dirigente (civil e militar), chegando até a determinados setores oposicionistas. Esses silêncios seriam construídos em torno de três eixos principais: o silêncio sobre a tortura e torturadores, o silêncio em relação ao apoio da sociedade à ditadura, e por fim o silenciamento em relação às táticas e propostas revolucionárias de esquerda entre 1966 e 1973.

O apoio da sociedade à ditadura pôde ser medido e externado em três momentos principais. O primeiro, a partir da ampla participação popular nas marchas que antecederam ao golpe de 1964, onde milhões de pessoas apoiaram abertamente o processo golpista. Adiante, os altos índices de popularidade do general Garrastazu Médici, em pleno anos de chumbo. Por fim, a significativa votação obtida pela Arena nas eleições 1979. Já em 1979 e 1980, a questão se inverte: a sociedade brasileira torna-se *potencialmente democrática*.

Portanto, após a ditadura, eram não somente as elites políticas que empreendiam um

---

55 POWER, Timothy J. & ZUCCO Jr., Cesar. Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990-2005. *Latin American Research Review*, Vol. 44, No. 1, 2009, p. 235.

56 REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, vol. 23, no. 45, Rio de Janeiro, Jan./Jun, 2010.



afastamento frente a qualquer vinculação e evidenciação de um passado-presente autoritário. Setores da sociedade civil também buscaram o distanciamento desses indícios, vínculos, ou mesmo práticas. Isso auxilia a compreender o porquê da “direita envergonhada”, seja na condição dos possíveis representantes políticos, mas também daqueles que por ventura votariam em alguma direita que assim se assumisse no período. De modo geral, a direita envergonhada, mesmo aquela eleita, haveria de tê-lo conseguido por meio de alguns votos igualmente envergonhados.

É a partir desse panorama, problemático por si só, que se encara a “vaga” da direita radical, extrema-direita ou mesmo de um neofascismo no Brasil, no limiar de 1989. Se por um lado, a democratização estabeleceu um novo espaço, novas possibilidades e horizontes para militantes e organizações de direita, por outro lado haveria um silenciamento que fazia uma espécie de corte entre as memórias e práticas políticas remanescentes do regime anterior.

Ao se falar sobre extrema-direita e questão fascista no Brasil, o Integralismo (em especial a Ação Integralista Brasileira) é invariavelmente tomado como o maior e seu mais “bem-acabado” representante. Por mais que a AIB não tenha sido a primeira organização de cariz fascista e autoritária da história política nacional, ela foi, de acordo com Rosa Maria Feiteiro Cavallari<sup>57</sup>, a primeira organização política de massa no Brasil, não somente no âmbito das direitas.

Isso foi, provavelmente, fator determinante para que o Integralismo tivesse um grande impacto na cultura política<sup>58</sup> autoritária brasileira, inclusive no que diz respeito ao imaginário decorrente – fosse em meios oposicionistas ou correligionários. Embora o integralismo tenha vivenciado a principal fase ainda na década de 1930, em meio ao alvorecer de diversas correntes e propostas nacionalistas autoritárias<sup>59</sup> de direita (fascistas ou não), fato é que a *persistência* integralista se dá até os dias atuais (o chamado neointegralismo). Tal fator é decorrente para além da existência de um período mais propício à onda do fascismo em contexto internacional (entre as décadas de 1920 e 1940, ou o *alvorecer nacionalista*<sup>60</sup>, nas palavras de Héglio Trindade).

De acordo com Leandro Pereira Gonçalves<sup>61</sup>, Plínio Salgado, o principal líder integralista

---

57 CAVALLARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil*. Bauru: EDUSC, 1999.

58 Quando se utiliza a expressão “cultura política”, afirma-se a utilização da definição proposta por Serge Bersntein. Cf. BERSTEIN, Serge. *Cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

59 Sobre esta questão, Cf. FAUSTO, Bóris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

60 TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro nos anos 30*. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

61 GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a*

em seus variados momentos, buscou compreender as diversidades do pensamento conservador brasileiro e europeu (em especial o português e o francês, em aspecto internacional), inclusive visando realocação política e ideológica após a “era do fascismo”, por meio de noções como “democracia-cristã” e “democracia orgânica”. Ainda assim, a trajetória *perrepista* do líder integralista e de parte da antiga militância dos ex-camisas verdes da AIB então filiados ao Partido de Representação Popular (PRP, 1945-1964), foi marcada, como mostra Rodrigo Christofolletti<sup>62</sup>, pela necessidade de reviver os tempos e procedimentos oriundas da Ação Integralista Brasileira, sobretudo por parte da militância de base (tradicionalmente mais afeita às exterioridades e ritualísticas integralistas dos anos de AIB).

Embora o integralismo tenha sido palco de disputas e diversidades ao longo dos anos, a centralidade normatizadora de Plínio Salgado outorgava uma espécie de tutela e legitimidade política às *novidades integralistas* após AIB, fosse o PRP ou mesmo a participação integralista durante a ditadura (em especial por meio da Arena<sup>63</sup>), além de tantas outras organizações e pequenas siglas existentes. Essa condição se encerraria em 1975, quando após o falecimento de Plínio Salgado. Inicia-se, portanto, o que aqui compreende-se enquanto fenômeno neointegralista<sup>64</sup>, que exercerá relativa influência e trajetória paralela à existência do Prona.

O neointegralismo, desde os momentos iniciais, não tinha uma proposta uníssona quanto às estratégias políticas e formas de organização. As concepções diversas de atuação, em especial no que dizem respeito à organização partidária são pontos de discordância e litígios entre as pequenas siglas existentes desde 1975<sup>65</sup>. Ente 1975 até 1984 (quando do início das campanhas das “Diretas Já!”), o cenário neointegralista dividiu-se em pequenas (algumas efêmeras e inócuas) organizações, como: *Cruzada de Renovação Nacional*, *Movimento Popular de Apoio*

---

*influência do conservadorismo português*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 699 fls, 2012.

62 CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Rapsódia verde: as comemorações do jubileu de prata integralista e a manutenção de seu passado/presente (1957-1958). *Revista Brasileira de História*, v. 31, nº 61, p. 145-165, 2011.

63 Sobre a participação integralista no processo golpista, na construção e desenvolvimento da ditadura civil-militar brasileira, cf. CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1964)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

64 Para uma crítica e análise sobre a viabilidade da utilização do termo “neointegralismo” às organizações integralistas que se articulam após 1975, cf. CALDEIRA NETO, Odilon. Integralismo contemporâneo ou Neointegralismo? Sobre a viabilidade e possibilidades de uma definição. BOHOSLAVSKY, Ernesto & ECHEVERRÍA, Olga (Org.). *Las derechas en el cono sur, siglo XX*. Los Polvorines: Instituto del Desarrollo Humano, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2014, p. 82-113.

65 A disputa entre pequenos grupos por sobre temas como organização partidária são, aliás, um dos fatores determinantes para o próprio fenômeno neointegralista. Sobre tal questão, cf. CALDEIRA NETO, Odilon. O Neointegralismo e a questão da organização partidária. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 6, Nº18, Rio, 2011.

à Fundação Plínio Salgado, Associação Cívico Cultural Minuano, a tentativa de recriação da Associação Brasileira de Cultura, ou a Casa Plínio Salgado.

Para Márcia Carneiro<sup>66</sup>, a morte de Plínio Salgado veio a potencializar um processo e disputa já existentes nas fileiras integralistas desde o fim da AIB: o conflito entre aqueles que almejavam construir o integralismo como “lugar de memória”<sup>67</sup>, e aqueles afeitos à reorganização integralista do ponto de vista político e institucional, inclusive partidário.

Com as evidências do processo de redemocratização da política nacional, essa divisão entre os militantes (neo)integralistas se aprofundou ainda mais. Entre aqueles que previam a necessidade e possibilidade de atuação política integralista *strictu sensu*, a ambivalência entre a história integralista e uma prática democrática eram evidentes e problemáticas. Além do sempre presente/passado fascista da AIB, coubera ao integralismo a participação ativa no golpe de 1964 e nas estruturas de poder do regime militar.

O integralismo teria, portanto, fôlego e legitimidade política para atuação *independente* ou teria que permanecer às franjas das agremiações partidárias, de modo atrelado? É possível asseverar que os neointegralistas buscaram estabelecer as duas vias de atuação política: criação de organizações e inserção em grupos e agremiações já existentes (ou em vias de instalação), fosse em sentido aos partidos políticos ou organizações políticas em outras configurações.

Uma das primeiras organizações neointegralistas que previa a possibilidade de atuação partidária foi a *Ação Nacionalista Brasileira*, surgida em 1985. Apesar da existência efêmera, sinalizou o efetivo início do processo de reorganização política. Tal qual afirma René Dreifuss<sup>68</sup>, alguns integralistas almejavam a inserção em iniciativas partidárias como o PAN (*Partido de Ação Nacionalista*), organização que seria financiada pela Causa-Brasil (“braço político-ideológico e operacional da chamada ‘Seita Moon’”), ou mesmo pela aproximação com representantes políticos do conservadorismo brasileiro – em especial o deputado Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno (então filiado ao Partido Democrático Social<sup>69</sup>). Em última hipótese, os integralistas buscaram ainda criar o *Partido de Ação Integralista* (PAI), que esbarrou na absoluta inviabilidade política.

---

66 CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese de doutorado (História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

67 No sentido atribuído por Pierre Nora. cf. NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

68 DREIFUSS, René. *O jogo da Direita*. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1989.

69 O PDS, conforme mostra Lúcia Grinberg, foi o principal repositório político daqueles outrora filiados à Aliança Renovadora Nacional.

Dessa maneira, o cenário neointegralista buscou retomar a ancestralidade histórica do movimento, em um processo relativamente semelhante ao fenômeno neofascista em âmbito internacional anteriormente descrito. A primeira grande tentativa se deu a partir da refundação da Ação Integralista Brasileira em 1985, por iniciativa do advogado e *ex-perrepista* Anésio de Lara Campos Júnior.

No entanto, a trajetória da “nova AIB” foi marcada por polêmicas e disputas políticas, não somente no que dizia respeito às disputas internas de poder, mas também pela inserção de novas práticas estratégicas. A principal delas se deu mais efetivamente à relação da “nova AIB” e agrupamentos *skinheads*, em especial os “Carecas do Subúrbio” (principal facção *skinhead* brasileira à época<sup>70</sup>), relação essa inclusive divulgada e noticiada publicamente, por meio de veículos da grande imprensa nacional.

Dessa relação, é possível observar, ainda, a cooperação neointegralista (ao menos dessa organização específica, a “nova” AIB) e representantes do neonazismo no Brasil, como o *Partido Nacional Socialista Brasileiro* (PNSB, idealizado por Armando Zanine Júnior e não aceito para registro junto à justiça eleitoral) e o negacionismo do holocausto – sobretudo por meio da divulgação e defesa das obras da Revisão Editora Ltda<sup>71</sup>, de Siegfried Ellwanger Castan.

Se, por um lado essas investidas da segunda Ação Integralista Brasileira auxiliaram a divulgar o movimento integralista em um momento marcado pelo afrouxamento da ditadura (que por si só inspirava novas investidas políticas), por outro lado evidenciou as credenciais fascistas do integralismo, além das suas práticas neofascistas e a marginalidade política.

Além disso, o crescimento de atos violentos praticados por *skinheads* em algum sentido ligados aos integralistas, e também do processo judicial envolvendo os principais negacionistas do holocausto no Brasil, determinaram resultados desastrosos para a tentativa de recriação da AIB, não somente para a sigla específica, mas para todo o contexto neointegralista e neofascista brasileiro.

Isso auxilia a compreender o hiato institucional existente entre a (re) criação da Ação Integralista Brasileira (1985) e a primeira grande tentativa efetiva de rearticulação integralista

---

70 Sobre o processo da formação das primeiras organizações *skinheads* nos subúrbios paulistas, assim como suas relações com organizações políticas diversas (em especial integralistas), cf. COSTA, Márcia Regina da. Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno. São Paulo: MUSA, 2000.

71 Entre os anos 1980 e 2000, a editora Revisão Ltda., sediada em Porto Alegre e mantida por Siegfried Ellwanger Castan, foi a principal difusora de material negacionista (ou o autointitulado “revisão do holocausto”) no Brasil. Sobre a trajetória da editora e seus fundamentos políticos, cf. JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória*. São Paulo: EdUnesp, 2006. Para uma análise específica sobre a relação neointegralista e o antissemitismo, cf. CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o signo do sigma: integralismo, neointegralismo e o antissemitismo*. Maringá: EdUEM, 2014.

após “nova AIB”, ou a realização do “I Congresso Integralista para o Século XXI”, em 2004, na cidade de São Paulo. Entre os quase vinte anos que separam a fundação da segunda AIB e a realização do evento em 2004, o panorama do neointegralismo reflete, em muito, o contexto da direita radical e extremista brasileira no período da abertura política – fragmentada e desarticulada, ou então essencialmente (e politicamente) envergonhada.

Os resquícios e traumas da então recente ditadura civil militar estabeleceram sólidas barreiras para as investidas políticas abertamente radicais de direita. No caso de organizações que tinham ou buscavam alguma retomada simbólica e ideológica tipicamente influenciada ou remetente ao fascismo histórico, essa problemática tornar-se-ia ainda mais evidente. Aos neointegralistas, reconhecidamente os principais representantes daquilo que se compreende como fascismo (e neofascismo) no Brasil, restou uma nova fragmentação.

O congresso realizado em 2004 reuniu diversos militantes integralistas dispersos em pequenas organizações e lugares de memória, tal qual a Casa Plínio Salgado (São Paulo/SP)<sup>72</sup>. O resultado do evento teria sido a criação do MIB, ou Movimento Integralista Brasileiro, que viria a ser a organização uníssona dos integralistas brasileiros para o século XXI. Todavia as disputas internas no movimento integralista acabaram por gerar três organizações neointegralistas que promulgavam a recepção da herança dos ideais do sigma: a Frente Integralista Brasileira (FIB), o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e a Ação Integralista Revolucionária (AIR).

A Frente Integralista Brasileira pode ser descrita, no contexto tripartido neointegralista, como o principal polo conservador do integralismo histórico. Promulgam, desde o início, a permanência dos ideais históricos do integralismo, principalmente em sua primeira fase (anos 1930). Quanto à questão partidária, visualizam a organização como um sonho distante. Já o MIL-B busca trazer inovações políticas, organizativas e ideológicas ao integralismo da primeira AIB. Afeitos principalmente à ala mais radical integralista, representada pelo antissemitismo da corrente *barrosiana* (isto é, de Gustavo Barroso), recusam por completo qualquer organização inserida nos moldes de uma democracia representativa de cunho liberal.

Por fim, a Ação Integralista Revolucionária buscava remeter ao que compreendem como o integralismo em sua primeira fase, isto é, enquanto aquilo que compreendem como ideologia revolucionária não partidária, ou os moldes da Ação Integralista Brasileira até o ano de 1935,

---

72 Uma análise aprofundada sobre esse processo pode ser observada nas produções de Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, em especial a supracitada tese. Outra obra que compreende as vicissitudes do integralismo contemporâneo, é de autoria de Jefferson Rodrigues Barbosa. (BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.)

quando se transformou em partido político (e, na ótica da AIR, possibilitou a manobra do Estado Novo que forçou o Integralismo à ilegalidade).

Em muito devido a esta fragmentação quase fratricida, que muitos dos neointegralistas e demais militantes de organizações da extrema-direita brasileira receberiam com bons olhos, além de boa dose de esperança, a fundação do Partido de Reedificação da Ordem Nacional, em 1989. No entanto, esse processo tem que ser analisado à luz da própria trajetória política do Prona e seu fundador, o médico cardiologista Enéas Ferreira Carneiro.

### **1.3 – Pela ordem e pela autoridade: a fundação do Prona**

O Partido de Reedificação da Ordem Nacional, ou Prona, fundado oficialmente em primeiro de Abril de 1989<sup>73</sup> e existente até o ano de 2006 foi, durante o período de existência citado – e especialmente após determinadas conquistas eleitorais, referenciado como a maior expressão da direita extremista (e/ou neofascista) brasileira. Essa proposição, reverberada em diversos setores e meios de comunicação, para além do corpo discursivo e reivindicativo partidário, em muito se valia à liderança central e aparentemente incontestado do principal líder e fundador da legenda, o político e médico cardiologista Enéas Ferreira Carneiro.

Ainda que compreendemos, de antemão e para fins historiográficos, a necessidade em ir além dos “heroicos atos” e reverberação de mitos fundadores de organizações políticas, assim como da entronização das principais lideranças políticas de uma época ou organização, a referência contínua à trajetória de vida de Enéas Carneiro foi um elemento marcante do discurso legitimador do Prona, seus afiliados, aliados e remanescentes políticos. Portanto, se faz necessário esboçar um breve resumo biográfico da vida de Enéas Ferreira Carneiro antes da criação do Prona<sup>74</sup>.

Enéas Ferreira Carneiro nasceu em 05 de novembro de 1938 (falecido no dia 06 de maio de 2007, aos 68 anos de idade), na cidade de Rio Branco, capital do Acre, embora registrado

---

73 Cf. Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, pp. 5280 – 5285.

74 Para tal, serão utilizadas sobretudo informações presentes nos seguintes títulos e produções: LOPES, Juliana. Ganhou um partido e perdeu a mulher. *Revista IstoÉ*. Disponível em: <[http://www.terra.com.br/istoegente/168/reportagens/eneas\\_carneiro.htm](http://www.terra.com.br/istoegente/168/reportagens/eneas_carneiro.htm)> (acesso em 12 jan. 2014), SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. *A face da Extrema Direita: 'Meu Nome é Enéas!'* (1989-1998) - A Trajetória de um Neofascista no Âmbito Político Nacional". Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999, 100 fls, e DANTAS, Edna. Enéas volta com proposta de intervenção na economia. *Folha de São Paulo*, 11/06/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/11/brasil/30.html>> (acesso em: 12.01.2015).

nove anos depois, em Belém do Pará. O pai de Enéas, o barbeiro Eustáquio José Carneiro, ex-funcionário da Companhia de Navegação Costeira, faleceu quando o filho tinha apenas nove anos de idade, fato que teria motivado a mudança de Enéas, sua mãe (Mina Ferreira Carneiro, dona de casa) e seu irmão para a capital paraense (Belém/PA).

Nesse momento, Enéas cursava o então Ensino primário, quando teria se destacado como principal aluno da sala, fato este (juntamente às demais façanhas estudantis) rotineiramente mencionado por Enéas Carneiro e demais correligionários do Prona. Quando se mudou para a capital paraense, Enéas o fez após Admissão em primeiro lugar, e concluiu o período “Ginasial” também em primeiro da turma. Esses fatores serão comemorados não por acaso, senão fruto da construção de uma retórica em torno de uma vivência permeada por traços pessoais de inequívoca dedicação e desprendimento.

Dentro da retórica que mais adiante seria construída na carreira política de Enéas Carneiro, os primeiros anos de formação escolar podem ser compreendidos como aqueles em que Carneiro teve contato com a necessidade do conhecimento, o poder libertador da educação e o início de um processo inexorável: a formação de uma potencialidade disposta inicialmente em âmbito de liderança pessoal, e depois coletiva, portanto determinada a ser aplicada na vida política, para usufruto da coletividade nacional. Iniciava-se aí, em âmbito discursivo, a formação de um potencial líder nacional.

Em 1958, há o início da consolidação do trato profissional, quando Enéas se transfere para a cidade do Rio de Janeiro/RJ, acompanhado de sua mãe, em busca de admissão na Escola de Sargentos do Exército Brasileiro. Devidamente aprovado em primeiro lugar no exame realizado em Belém, fato que viria a corroborar a linearidade do desenvolvimento de uma excelência existente desde os anos de ensino básico (conforme assinalado acima), Enéas Carneiro permanece nas Forças Armadas até o fim do ano seguinte, quando se forma 3º Sargento Auxiliar de Anestesia – novamente em primeiro lugar da turma.

É possível conceber que a partir desse momento se inicia o processo da construção do apego à autoridade e à ordem na figura e identidade de Enéas Carneiro. Ela nasce como elemento central de sua formação humana e social frente aos anos de educação militar. E adicionadas à formação educacional tradicional constante (inclusive em uma perspectiva de autodidatismo, confluindo as capacidades pessoais aos valores tradicionais), seriam elementos basilares da constituição do futuro Enéas político. Sobre a sua formação militar, Enéas afirmara:

Eu fui militar quando criança [...] Na juventude minha, que eu estive por necessidade para poder estudar, e sou grato ao Exército [...] fiz, fiz, durante seis

anos, Sargento do Exército, seis anos, seis anos. Formei-me em medicina, larguei. O militar aprende a defender a pátria [...]”<sup>75</sup>

No ano de 1960, Enéas prestaria exame vestibular para admissão na Faculdade Fluminense de Medicina ligada à Universidade Federal Fluminense, juntamente a mais setecentos e cinquenta e cinco candidatos. Dentre os cinco aprovados, Enéas teria ocupado, mais uma vez, o primeiro lugar. Em 1962, inicia estudos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Estado de Guanabara, onde graduou-se em Física e Matemática<sup>76</sup>.

Com a admissão no curso de medicina, adiciona-se mais um elemento na possibilidade de inteligibilidade do processo de formação de uma identidade pública (e futuramente, seu lastro político) de Enéas Carneiro. Se, em um primeiro momento, o destaque contínuo em diversos estágios de sua formação intelectual demonstravam um caráter predestinado de liderança, dedicação e alto nível de formação intelectual, Enéas Carneiro passaria a tomar apreço pelo respeito à autoridade e à ordem com o advento da logística e educação pautada em valores militares.

Nesse sentido, ao iniciar o processo de formação profissional e sobretudo na área médica, Enéas passaria então a tomar noção do desprendimento em razão da dedicação aos seus estudos, mas também para um uso social da profissão, além da substancialização do fator de interação humana, qual fosse o trato público. Aventa-se a possibilidade da conjunção desse três fatores ter compreendido o início do entendimento para uma possível «vocação política» relacionada à liderança e autonomia apresentada na trama (auto)biográfica de Enéas.

Durante o período da faculdade, Enéas Carneiro teria se aproximado momentaneamente ao *Partido Comunista Brasileiro*, em especial pela admiração à figura de Luiz Carlos Prestes. No entanto, a incursão de Enéas ao campo político da esquerda teria se dado de modo espasmódico e pouco definitivo, ocasionando somente em comparecimento a algumas reuniões do *partidão*. Até então, teria sido esta a única experiência à esquerda e à vida política na trajetória de Enéas Carneiro. Na década de 1960, conhece Adriana Lorandi, que futuramente viria a ser sua primeira esposa.

---

75 Trecho da entrevista de Enéas Carneiro veiculada no “Programa do Jô”, da Rede Globo de Televisão. Tal entrevista pode ser acessada *online*, por meio do canal “Enéas TV”, uma iniciativa de um ex-militante do Prona de São Paulo, que busca reunir e resguardar vídeos (entrevistas, propagandas eleitorais, comunicados partidários, etc.) de Enéas Carneiro e demais militantes do Prona. (“Entrevista Doutor Enéas Programa do Jô – Completo”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v8NtQOh1pg4>> Acesso em 12.12.2014). Sobre o trecho supracitado da entrevista, ao afirmar sobre a formatura em medicina, provavelmente referir-se-ia ao ingresso na faculdade.

76 Pelo não ocorrência de divulgação constante de dados específicos a este período de formação, suponhamos que Enéas não tenha conseguido finalizar esses cursos em primeiro lugar da turma.



Em 1977, Enéas lança a obra “O Eletrocardiograma”, fruto de sua especialidade na área médica, a eletrocardiografia. A obra, também conhecida como “A bíblia do Enéas” transformou-se em clássico entre estudantes e profissionais da área (e áreas afins, como a Medicina Veterinária), sendo adotada por diversas escolas de Medicina em todo o país (foi, inclusive, atualizada e republicada em exatos dez anos após a primeira edição<sup>77</sup>).

Paralelamente à atuação profissional em hospitais da região metropolitana da capital fluminense, Enéas Carneiro passou a angariar um público cativo em seus cursos sobre eletrocardiografia, organizados de modo independente, vinculados ou não a determinadas instituições privadas de ensino e tradicionalmente ministrados em hotéis nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Além disso, entre os anos de 1986 e 1988, Enéas Ferreira Carneiro ocupou a presidência da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro (SOCERJ), fato esse que auxilia a compreender o grau de influência de Enéas junto à classe médica local (em especial da capital fluminense), assim como a composição social do então futuro partido político.

A figura ou faceta política de Enéas Carneiro vêm a público somente no ano de 1988, quando ocorre a supostamente abrupta ruptura entre as vidas profissionais/pessoal e a futura atribuição política, a partir da consolidação e publicização das ambições políticas do fundador do Prona.

A noção de uma dedicação quase absoluta à educação (em nível pessoal ou enquanto docente) e às áreas de saúde (médico, professor, profissional e líder de especialistas) foram marcas constantes da retórica não somente do líder partidário, mas também do corpo discursivo enquanto agremiação política<sup>78</sup>. Desse modo, se faz necessário compreender como se deu a construção partidária e a narrativa da fundação da agremiação, isto é, qual a relação e o grau de intensidade entre as partes.

O início da ambição política em Enéas Ferreira Carneiro foi transmitido, fosse pelo discurso partidário ou mesmo em tons memorialísticos, de modo pitoresco<sup>79</sup>. Exausta das reivindicações, reclamações, e propostas políticas declamadas diariamente por Enéas Carneiro, Adriana Lorandi teria interpelado o então professor e médico cardiologista, questionando o porquê de Enéas não se candidatar à presidência da República, tendo em vista

---

77 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O eletrocardiograma: dez anos depois*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1987.

78 Cf. Projeto de Decreto Legislativo (PDL 02-0021/1997 (15/04/1997), de autoria do então vereador Osvaldo Enéas (Prona, São Paulo, SP), que dispunha a concessão do título de Cidadão Paulistano a Enéas Ferreira Carneiro.

79 OYAMA, Thaís. 1.570.000 votos: Enéas, eleito com votação recorde, gaba-se da fama de conquistador e ri de si próprio. *Revista Veja*, ed. 1773, 16/10/2002. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/161002/p\\_052.html](http://veja.abril.com.br/161002/p_052.html)> (acesso em 03 jan. 2014).

que o companheiro afirmava conhecer as razões e conceber as soluções para os principais problemas da nação.

O que inicialmente poderia ter sido uma espécie de chiste ou provocação em âmbito de uma relação matrimonial, passaria a tomar corpo e consciência. No entanto, o apoio a uma possível iniciativa de vida pública por Enéas Carneiro não era algo absoluto no seio de sua família. De acordo com reportagem de Clarice Spitz, veiculada no caderno “Poder” do jornal *Folha de São Paulo*, o irmão de Enéas, Eustáquio José Carneiro, era contrário a qualquer investida do caçula na vida política. Nas palavras de Eustáquio: “Não queria que ele entrasse na política porque ele não tinha ideia do que fosse isso e pela personalidade que ele tinha. Achava que não iria se dar bem. Radical, quando pensava numa coisa queria levar até o fim”<sup>80</sup>. No entanto, ainda assim, seguindo os conselhos (ou provocação) de sua companheira, Enéas teria aceitado a ideia e iniciado as ambições políticas e partidárias.

Nesse momento, há, então, a criação de mais uma estratégia discursiva que seria observada durante a atuação do Prona: a crença em um virtuosismo político inato a Enéas Ferreira Carneiro, ou melhor, uma virtude que transcenderia à arena política – em suma, a condição capacitadora de um autêntico líder do povo brasileiro. No entanto, essa condição não seria decorrente de uma construção e formação sob bases políticas e ideológicas estabelecidas, senão de uma vocação inerente à inteligência do fundador do Prona – e derivada da liderança estabelecida de modo meritocrático desde os anos de infância.

A política não teria feito Enéas Carneiro, mas ele (e o Prona) teriam criado a perfeição para o trato público e político brasileiro. Embora em se tratando da então recente “Nova República”, e estando o país prestes à primeira eleição direta para a presidência após o fim do regime militar, se fazia circunstancial a criação de uma nova agremiação partidária, politicamente inédita, livre e sem amarras ou vícios dos mais diversos possíveis da nova/velha política nacional.

Devido em especial à atuação docente, quando teria lecionado para cerca de vinte mil estudantes em cursos pré-vestibulares, e para mais de dez mil alunos inscritos nos cursos de eletrocardiograma, Enéas Carneiro teria compreendido a eventualidade imediata em angariar

---

80 SPITZ, Clarice. Irmão diz que era contra entrada de Enéas na política. *Poder (Folha de São Paulo)*, 07/05/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u91972.shtml>> (Acesso em 12 jan. de 2015). Cumpre ressaltar que a afirmação de Eustáquio Carneiro foi concedida momentos após o falecimento de Enéas. Embora tal questão não venha a deslegitimar a afirmação supracitada, há de ser vista com as devidas ressalvas. Além disso, a afirmação “Radical, quando pensava numa coisa queria levar até o fim” seria aparentemente relacionado à relação familiar e pessoal, não em perspectiva política, moral ou ideológica. Por mais que possa sinalizar um procedimento padrão de Enéas em diversas facetas, não deve ser superdimensionado.

um mínimo de trinta mil votos na corrida presidencial. Informado da possibilidade de candidatura via agremiação dotada de registro provisório – e que supostamente teria direito a trinta segundos de propaganda eleitoral gratuita em emissoras de televisão e rádio, Enéas Carneiro prontamente decide pela candidatura presidencial.

Dessa maneira, inicia-se a busca pela fundação do Partido de Reedificação da Ordem Nacional, o Prona. O nome da agremiação dispõe, de antemão, três elementos que serão centrais no discurso, ideologia e propaganda partidária de Enéas Carneiro e seus correligionários. *Reedificação*, substantivo do verbo transitivo “reedificar”, compreende sinônimo de reconstrução e reestabelecimento, isto é, a busca pelo reacender de algo ou alguma coisa que já esteve presente em determinado lugar ou determinado estado – e passível de ser resgatado.

O resgate em questão, claro, se refere à *ordem*, por sua vez remetente à autoridade e hierarquia em uma perspectiva essencialmente conservadora. Além disso, essa ordem é compreendida enquanto uma associação à condição *nacional*, e mais propriamente ao Estado brasileiro (aos moldes desejados pela agremiação). Dessa maneira, a ordem provém da nação e caminha para a nação, é portanto uma “ordem nacional”. Ao se enunciar que o Prona é o Partido de reedificação, e essa é a reedificação da ordem nacional, compreende-se que o uso da preposição e o artigo deferem que a ordem nacional é um fato dado, ainda que seja necessária uma reedificação para sua manutenção.

Por outro lado, a preposição sem o artigo na passagem “Partido de reedificação...” sugere um sentido contrário. Se a ordem nacional é um fato dado (ou plenamente imaginado), sendo necessário somente um processo de reedificação para a sua reconstituição, a própria dinâmica de reedificação não tem vida até dado momento, em especial fora do grupo político em questão. A reedificação da ordem nacional se refere ao partido, e não ao contrário. Dessa maneira, o processo político (a reedificação da ordem nacional) emana do Prona, compete à organização política em fundação, sendo o único caminho viável para seu estabelecimento.

A morfologia da sigla partidária não é fortuita ou mero acaso. Em 1968, após concluir licenciatura em física e matemática, Enéas Carneiro foi fundador de um curso pré-vestibular (*Curso Gradiente*), inclusive seu diretor-presidente. Além disso, foi professor nas disciplinas de Matemática, Física, Química, Biologia e Português. O apego à norma culta da língua portuguesa, assim como a utilização de inúmeros termos médicos, foram elementos de sua retórica política, de modo a sustentar a tese de excelência intelectual, profissional e humana.

No que diz respeito à questão da utilização de termos médicos na constituição de um

discurso político, ela também se faz presente na constituição da própria sigla. Além de “Partido de Reedificação da Ordem Nacional”, prona se refere, na área médica, a “uma manobra utilizada para combater a hipoxemia nos pacientes com síndrome de desconforto respiratório agudo”<sup>81</sup>. É, ao mesmo tempo, uma posição (o paciente deitado em posição horizontal, de bruços, com a cabeça virada para o lado) e uma técnica, seja para procedimentos cirúrgicos ou para tratamentos específicos, como a SDRA (ou Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo), onde a posição prona auxilia à oxigenação, em razão da expansão das regiões dorsais do pulmão, acelerando o processo de recuperação desses pacientes.

É possível auferir uma relação entre a noção morfológica delineada (o conteúdo político da própria denominação partidária) e a atribuição de sentido político ao termo médico. Ao compreender que a condição nacional determina a necessidade de um processo com um fim específico (reedificação da ordem nacional) e enuncia-se que tal processo seja entendido e denominado de modo homônimo a um procedimento médico, compreende-se, em primeiro, o entendimento da nação enquanto um organismo social, portanto, o resgate da ordem, nacionalista, de modo orgânico. O próprio nacionalismo haverá de ser, dessa maneira, também orgânico, de maneira a sanar as deficiências e doenças presentes na sociedade brasileira.

Além disso, sendo a posição prona um procedimento e técnica de solução de problemas no organismo humano, transpõe-se tal capacidade ao Prona (e somente ele) enquanto procedimento político. O partido como instrumento para a reedificação da ordem nacional, detentor da resolução dos desvios da sociedade brasileira e também método a viabilizar a melhoria do paciente, qual fosse a nação Brasileira. Para compreender o porquê e os significados dessa relação entre termo médico e agremiação política em formação, é necessário observar tal dinâmica a partir de dois fatores distintos, embora intrinsecamente ligados.

Em primeiro lugar, há a questão da visibilidade de Enéas Carneiro em seu meio profissional e pessoas próximas, especialmente os (então) atuais e antigos alunos. Teria sido esse, inclusive, um dos fatores preponderantes para a alternativa partidária na trajetória de Enéas. Conforme supracitado, Enéas Carneiro imaginaria disposição de imediatos trinta mil apoiadores na corrida eleitoral. De fato, havia a suposição de algum capital político

---

81 PAIVA, Kelly Cristina de Albuquerque & BEPPU, Osvaldo Shigueomi. Posição prona. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, vol.31 no.4 São Paulo Jul./Aug., 2005.

disponível, no sentido que Pierre Bourdieu dá ao termo<sup>82</sup>. Mais especificamente, é possível compreender essa questão à noção de “capital convertido” proposto por Luís Felipe Miguel ao pensar as especificidades do “capital político” de Bourdieu à realidade política brasileira.

Para Luís Miguel, o capital convertido compreende um subtipo do capital político - “a notoriedade e a popularidade obtidas em outras áreas são transferidas para a política. É o caso, por exemplo, de intelectuais, artistas ou esportistas que ingressam na vida parlamentar”<sup>83</sup>. O detentor desse subtipo de capital político “possui grande capital não-político e busca convertê-lo de modo a logo alcançar uma posição mais elevada”<sup>84</sup>. Ao visualizar Enéas Carneiro dentro desse quadro delineado, compreende-se a necessidade de transmissão de capital, assim como a relação na homonomia entre o termo médico e o nome da agremiação, assim como sua decorrente homonímia. A adoção do termo prona como sigla partidária estaria determinada a funcionar, portanto, como um elemento de transfusão de um provável capital que viria a adquirir caráter essencialmente político.

A notoriedade que Enéas Carneiro detinha – e que deveria ser transmitida integralmente a um capital político imaginado, era estabelecida além das salas de aula. Indício disso é o título de cidadão benemérito do município do Rio de Janeiro concedido a Enéas em 1987, por mediação do então vereador Moacyr Bastos (PMDB-RJ)<sup>85</sup>. Outro fator preponderante para compreender o processo de transmissão de capital convertido à formação do Prona reside no cargo de chefia de Enéas Carneiro na Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro no biênio 1986-1988 e que, juntamente às demais atividades de liderança exercidas por Enéas na área de saúde, auxiliaram a formação do partido, em especial no aspecto da coletividade

---

82 Na acepção ao termo dada por Pierre Bourdieu, o capital político compreende uma dentre outras espécies do capital simbólico, com a especificidade que o capital político é determinado pela configuração de seu próprio campo, que tem a especificidade de ser “um universo obedecendo as suas próprias leis” (BOURDIEU, 2000, apud KERBAUY, Maria Teresa Miceli & ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. Redes sociais e capital político: uma proposta teórico-metodológica para análise das organizações partidárias brasileiras. *Política & Sociedade*, vol. 10, nº 18, abril, 2011, 301-332). A noção de campo para Bourdieu para ser compreendida como “O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação no mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (...)” (BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p.164).

83 MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso nacional. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, Curitiba, p. 115 – 134, Junho, 2003.

84 Ainda, segundo Miguel, em relação ao capital convertido: “Os exemplos são inúmeros: o cantor Agnaldo Timóteo, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, a atriz Bete Mendes, o repórter Celso Russomano, o sindicalista Jair Meneguelli, a líder do movimento antiviolência carioca Regina Gordilho.” (*op. cit.*). Conforme veremos nos capítulos posteriores, Regina Gordilho viria a integrar ao Partido de Reedificação da Ordem Nacional.

85 Resolução nº 513/1987 (26/11/1987). Moacyr Bastos viria a integrar futuramente as vogais da Comissão Executiva do Prona, em 1994.

em torno de uma iniciativa política.

É esta a segunda variável possível na relação entre saúde e política na formação do Prona. Pensar em um partido político enquanto objeto de análise histórica, predispõe a necessidade de resgatar a compreensão da ação coletiva em torno de sua constituição, isto é, na formação daquilo que virá a ser o objeto central da pesquisa. A teoria sociológica de Pierre Bourdieu nos auxilia nesse sentido, a partir do momento em que compreende a mobilidade dos agentes em determinado campo, dispostos em conexões diversas e em constantes relações de disputa de lugares e poderes em torno de capitais simbólicos diversos.

Analisar a fundação do Prona apenas a partir das iniciativas de Enéas Carneiro pressupõe certa aceitação da retórica da agremiação em torno de seu líder. Além disso, não compreende que *aqueles* e *aquelas* que apoiaram a Enéas Carneiro em uma iniciativa política o fizeram por razões diversas, enquanto inscritos juntos a um processo determinado, em muito, por razões profissionais (área da Saúde).

E além disso, muito em razão das características de clientelismos políticos e profissionais nas constituições dos partidos políticos brasileiros, é necessário, portanto, compreender a importância das redes sociais e de sociabilidade (assim como o capital político decorrente), no processo de formação do Prona. Conforme afirmam Maria Kerbauy e Raiane Assumpção,

O conceito de capital político, associado à análise de redes sociais, favorece o desenvolvimento de uma análise organizacional a respeito dos partidos que permita compreender a forma de produção e de acesso aos recursos políticos, pois este conceito indica o reconhecimento, entre os atores, das lideranças; assim o acesso, de alguns mais que outros, aos recursos que viabilizam a ação política. Tal relação pressupõe uma reciprocidade entre os atores envolvidos, seja pela identidade ideológica, pela afetividade, ou pela relação de troca ou confiança – favores, recursos materiais ou de outra natureza<sup>86</sup>.

Por sua vez, para averiguar a forma como se dá a reciprocidade entre os atores envolvidos no processo de formação do Prona, é necessário atentar às biografias desses indivíduos, buscando compreender em qual sentido e aonde se dá o princípio de interesses e evidências rumo à atividade política conjunta a Enéas Carneiro. Para tal, lançamos mão da prosopografia enquanto técnica e procedimento da história política. Na canônica definição de Lawrence Stone,

A prosopografia é usada como uma ferramenta com a qual se atacam dois dos mais básicos problemas na história. O primeiro refere-se às origens da ação política: o

---

86 KERBAUY, Maria Teresa Miceli & ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. Redes sociais e capital político: uma proposta teórico-metodológica para análise das organizações partidárias brasileiras. *Política & Sociedade*, vol. 10, nº 18, abril, 2011, 301-332, p. 306.

desvelamento dos interesses mais profundos que se considera residirem sob a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles. O segundo refere-se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas; um outro conjunto de problemas refere-se à determinação do grau de mobilidade social em determinados níveis por meio de um estudo das origens familiares (sociais e geográficas), dos novatos [recruits] de um certo status político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família; um terceiro conjunto de problemas lida com a correlação de movimentos intelectuais ou religiosos com fatores sociais, geográficos, ocupacionais ou outros. Assim, aos olhos de seus expoentes, o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior. Inventada como um instrumento da história política, ela é agora crescentemente empregada pelos historiadores sociais<sup>87</sup>.

A reunião que culminou a fundação do Prona contou com a presença de cento e doze pessoas<sup>88</sup>. De antemão, haviam sido determinados os responsáveis pela reunião. Na tabela a seguir, é possível conferir os nomes e os respectivos cargos ocupados, assim como suas devidas atribuições profissionais.

Nome	Cargo	Função profissional
Enéas Carneiro	Presidente	Médico cardiologista
Lenine Madeira de Souza	Secretário	Médico cardiologista
Samuel Alleyne Neto	Membro	Médico
Sophia Akcelrud Finkel	Membro	Médica
Osório Alexandrino de Souza	Membro	Engenheiro Nuclear / Físico Nuclear
Vanderlei Assis de Souza	Membro	Médico
José Augusto de Oliveira	Membro	Empresário

Tabela 1 – Responsáveis pela reunião de fundação do Partido

Lenine Madeira de Souza, secretário da reunião, era médico com especialidade em cardiologia, assim como Enéas Carneiro. Além disso, em 1988 constava como membro da diretoria da SOCERJ, cujo presidente era justamente Enéas Carneiro. No mesmo ano, a entidade lançaria a primeira edição de seu periódico (cujo editor era, também, Enéas). O primeiro artigo publicado na revista foi “A hipertensão arterial na cidade do Rio de Janeiro”<sup>89</sup>,

87 STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011, p. 115-116.

88 Cf. Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5280.

89 SOUZA, Lenine Madeira de; FILHO, Salvador Borges & CARNEIRO, Enéas Ferreira. A hipertensão arterial na cidade do Rio de Janeiro. *Revista da SOCERJ*, Vol. 1, nº 1, junho 1988, p. 05-14.

escrito por Lenine Madeira, Salvador Borges Filho e Enéas Carneiro. Além disso, Lenine Madeira é citado nos agradecimentos originais da obra “O eletrocardiograma”, de Enéas Carneiro<sup>90</sup>.

Junto a eles, estavam os médicos Samuel Alleyne Neto, Sophia Akcelrud Finkel (também citada nos agradecimentos da primeira versão da obra de Enéas), o engenheiro e físico nuclear Osório Alexandrino de Souza e o empresário José Augusto de Oliveira. Vanderlei Assis de Souza, especificamente, recebera agradecimento especial na obra de Enéas, em sua segunda edição (1987): “velho amigo de mais de 20 anos, médico e professor de Física”<sup>91</sup>.

A disposição dos responsáveis pela primeira reunião pública do Prona corrobora aquilo aventado anteriormente, isto é, os principais líderes da legenda seriam pessoas ligadas, de alguma maneira, com Enéas Carneiro, em suas diversas atribuições que antecedem ao Prona, em especial na área médica. Fica evidente que a reunião em questão estava liderada por Enéas e contava com a presença de pessoas de sua confiança na composição da mesa.

Dessa maneira a reunião prosseguiu e, ao fim (com intervalo de uma hora para apresentação de possíveis nomes e chapas), ocorreu a votação e eleição unânime da comissão nacional provisória do Prona:

Nome	Cargo	Função profissional
Enéas Ferreira Carneiro	Presidente	Médico cardiologista
Moacyr Barros Bastos	Vice-presidente	Professor
Benício Corrêa Netto	2º vice-presidente	Advogado
Vanderlei Assis de Souza	3º vice-presidente	Médico clínico
Lenine Madeira de Souza	Secretário-Geral	Médico cardiologista
Fábio do Ó Jucá	1º Secretário	Médico cardiologista
Samuel Alleyne Neto	2º Secretário	Médico clínico
José Augusto de Oliveira	1º Tesoureiro	Empresário
Maria Celeste Suassuna	2º Tesoureiro	Médica clínica
Osório Alexandrino de Souza	1º Vogal	Engenheiro Nuclear / Físico Nuclear
Vitor Schmidt Finkel	2º Vogal	Engenheiro / Empresário

Tabela 2 – Comissão Nacional Provisória do Prona (1989)

Entre os onze eleitos, seis deles figuravam na direção da reunião (Enéas Carneiro, Vanderlei Assis, Lenine Madeira, Samuel Alleyne, Osório Alexandrino e José Augusto de Oliveira). Para o cargo de vice-presidência do partido, foi eleito Moacyr Barros Bastos, que havia sido o responsável pelo título de cidadão benemérito do Rio de Janeiro concedido a

90 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O eletrocardiograma: dez anos depois*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1987, p. XI.

91 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O eletrocardiograma: dez anos depois*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1987, p. XII



Enéas, dois anos antes. A relação entre Moacyr Bastos e Enéas Carneiro remete à experiência docente do líder do Prona, quando em 1985 Enéas ministrou um curso de português nas dependências das Faculdades Integradas Moacyr Bastos, em Campos Grande (RJ), cujo o diretor era aquele que viria a ser o primeiro vice-presidente do Prona.

Fábio do Ó Jucá era também membro da diretoria da SOCERJ. Maria Celeste Suassuna, apesar de constar na especialidade de clínica médica, viria a integrar a diretoria da SOCERJ no biênio 1990-92<sup>92</sup>. Por fim, Vitor Schmidt Finkel, que aparentemente não tinha vínculo algum com Enéas. No entanto, o sobrenome de Vitor poderia indicar traços de parentesco entre ele e Sophia Akcelrud Finkel, anteriormente citada, antiga colega profissional de Enéas.

Além dos já citados fundadores do Prona e membros da comissão nacional provisória do partido, o primeiro documento oficial do Partido de Reedificação da Ordem Nacional traz, ainda, uma lista dos demais fundadores (cento e onze, no total), assim como seus endereços de residência, zonas e registros eleitorais, estado civil, local de nascimento e ocupações profissionais<sup>93</sup>. Esses cento e onze fundadores seriam, a princípio, os membros do Prona presentes na primeira reunião do partido – em tese, um deles não teria assinado o documento quando ao fim do evento.

De antemão, tais dados demonstram dois fatores circunstanciais. Dentro de um universo de cento e onze pessoas, somente duas delas não eram então residentes no estado do Rio de Janeiro, a médica Sued Mara Scardini Gonçalves, de Belém do Pará, e o comerciante José Ciribeli, da cidade de Muriaé/Minas Gerais. Além disso, das outras cento e nove pessoas restantes, somente três não residiam na capital carioca: a médica Ignez Helena Figueiredo Bruno (Valença, RJ), o alfaiate Elias Araujo do Couto (Caxias, RJ) e a cozinheira Maria do Carmo Lira de Jesus. Cumpre notar, mais uma vez, que alguns daqueles que fugiam à regra dos fundadores e líderes do Prona, traziam a questão da área de saúde dentro do aspecto de relação com Enéas ou demais principais líderes do partido.

Ao analisar as atribuições profissionais primárias (isto é, aquelas referenciadas no documento de fundação da sigla) dos fundadores do Prona, delineia-se o seguinte quadro, com trinta e oito profissões listadas (e o devido montante de cada uma).

---

92 ALBANESI FILHO, Francisco Manes (org.). *50 anos de história da cardiologia do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SOCERJ, 2005, p. 15.

93 Cf. Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5286-5288.

Administrador (2)	Advogado (3)	Alfaiate (2)	Almoxarife (1)	Aposentado (1)	Assistente Adm. (1)	Autônomo (1)
Auxiliar Prod. (1)	Bancária (1)	Comerciante (3)	Comerciário (7)	Cozinheira (1)	Do Lar (12)	Doméstica (9)
Empresário (1)	Enfermeira (2)	Engenheiro (4)	Estudante (7)	Físico (1)	Fonoaud. (1)	Func. Público (2)
Garagista (1)	Historiadora (1)	Linotipista (1)	Manicure (1)	Mecânico (1)	Médico (15)	Motorista (1)
Nutricionista (1)	Op. Terminal (1)	Pedreiro (1)	Porteiro (2)	Prof. Univ. (1)	Professor (14)	Psicóloga (1)
R.P. (1)	Téc. Radiot. (1)	Vendedor (1)	Vigia (1)	Zelador (1)	Não definido (1)	

Tabela 3 – Ocupações profissionais (fundadores do Prona)

Em relação a esse cômputo, e apesar de uma aparente diversidade constituinte, é possível traçar um panorama sobre as áreas gerais. Dessa maneira, determina-se a subdivisão dessas profissões específicas em três grandes áreas, quais sejam a) médicos e médicas; b) profissionais ligados a área da saúde; e c) demais profissões; que compreendem cada qual: quinze, sete, e oitenta e oito pessoas. A predominância de fundadores do Prona com profissões não relacionadas às áreas da saúde pode ser medida no seguinte gráfico.

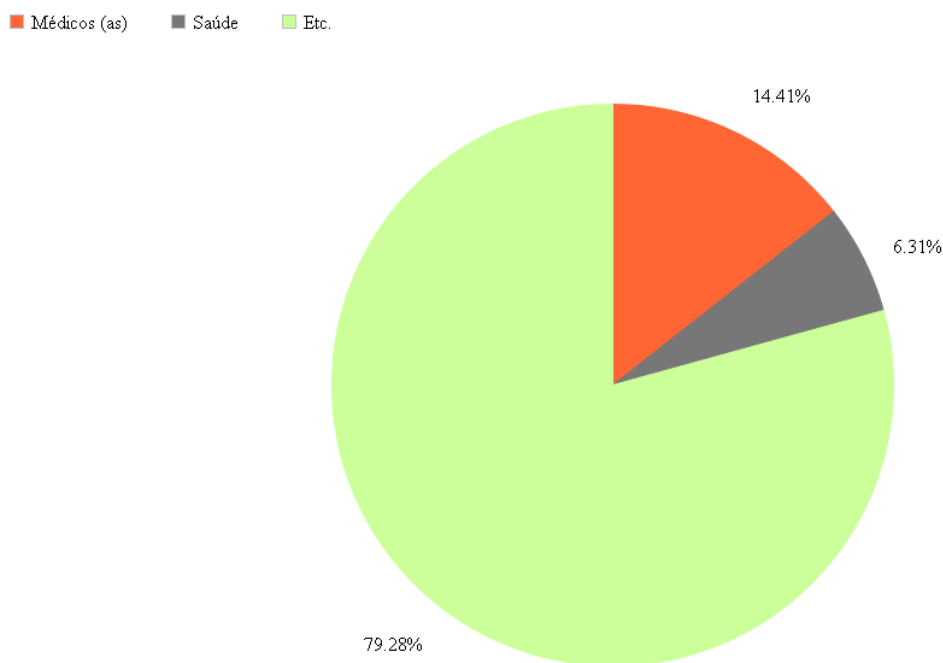


Gráfico 1 – Fundadores Prona x Saúde

A quantidade de membros fundadores do Prona que não apresentavam qualquer relação evidente com profissões do campo de Saúde (79,28%, ou 88 pessoas) poderia, a princípio, desestabilizar a tese da centralidade de Enéas Carneiro na fundação do partido, ou mesmo aquela que leva em conta a atuação preponderante de Enéas e seus colegas médicos ao processo de forjamento do Prona. No entanto, ao dispor essas personagens, as suas devidas localizações, juntamente aos dados até então apresentados (ocupação profissional, relação com área da saúde, etc.), os resultados são mais esclarecedores.

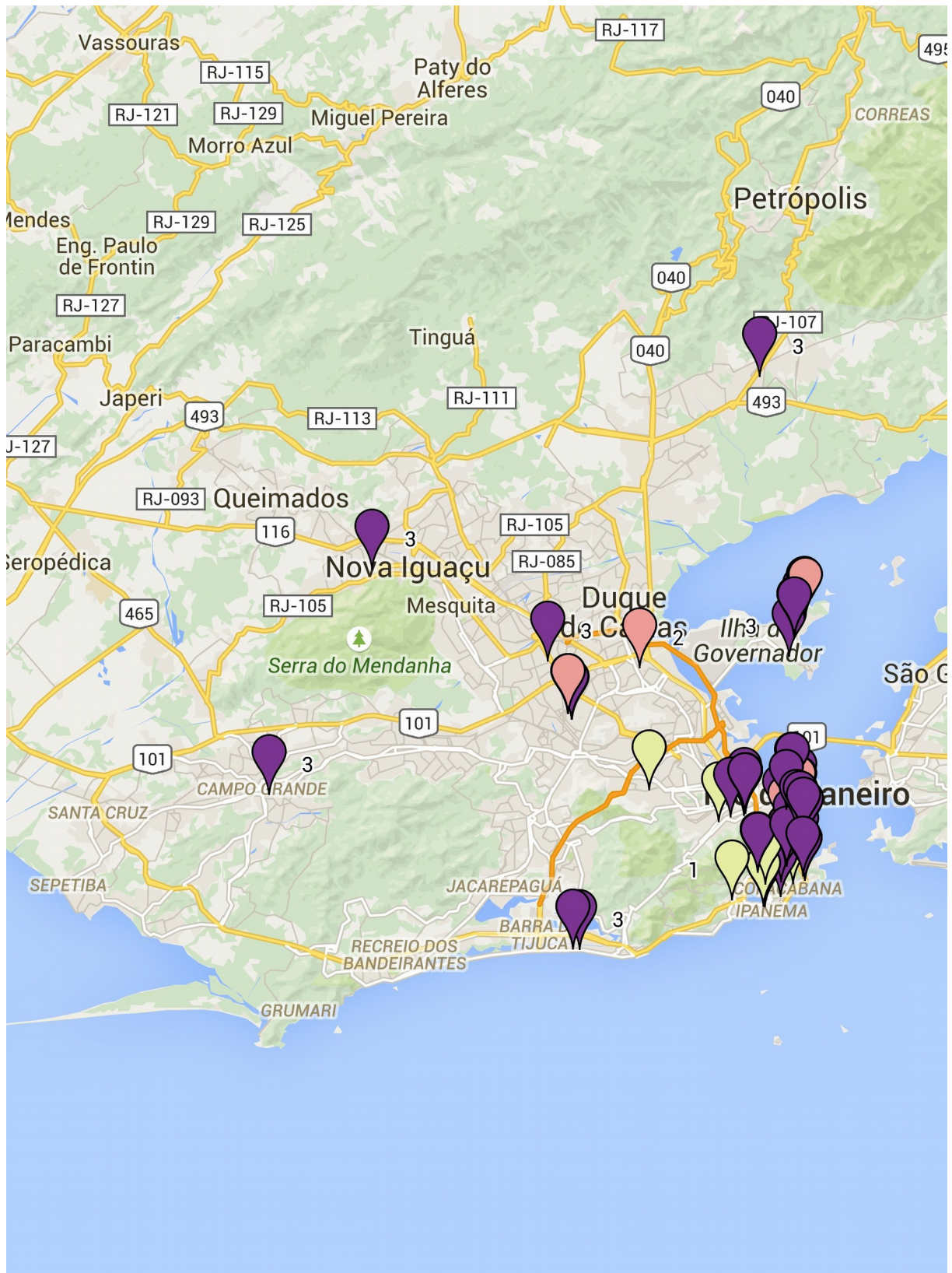


Figura 1 – Fundadores do Prona: Geolocalização

Além do atributo mencionado em relação aos fundadores do partido serem residentes no estado do Rio de Janeiro (e apenas três deles situados fora da capital do estado), tal cartografia<sup>94</sup> auxilia a compreender em especial a dinâmica de coleta de assinaturas para a fundação do Prona, ou mesmo a convocação (ou convite) àqueles presentes na reunião de fundação.

A apreciação e análise desses dados sugere que, para além da iniciativa política e pessoal de Enéas Carneiro e também de um núcleo de colegas de profissão (que ocupariam a direção do Prona no momento de sua fundação), o processo de criação do Partido corresponde também a relações ainda mais microscópicas, estabelecidas junto às vizinhanças de determinadas localidades, fossem moradores de áreas próximas ou de um mesmo edifício.

Dentre as localidades com maior incidência de assinaturas/presentes, é possível localizar a área da então residência de Lenine Madeira de Souza, secretário-geral do partido, com onze fundadores na própria rua, inclusive vários deles residentes ao mesmo endereço, como o caso de *R. Araucária, nº 114*, onde residiriam três signatários.

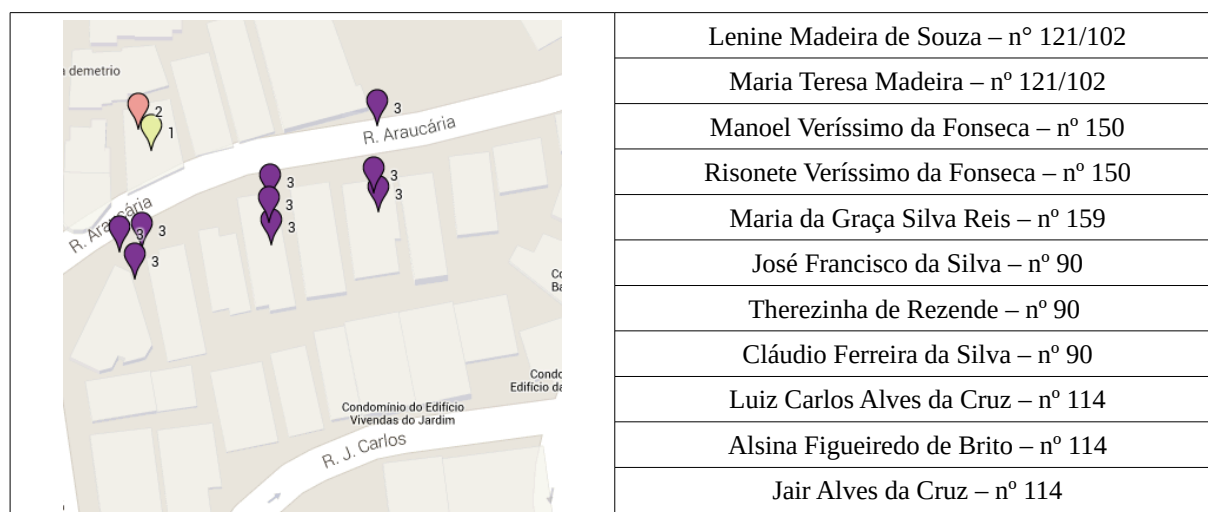


Figura 2 – Fundadores - R. Araucária, RJ

Tabela 4 – Fundadores – Lenine Madeira de Souza

94 Para tal exercício de cartografia política, foi utilizada a ferramenta *Google Maps*, disponível mediante endereço <http://maps.google.com>. A partir da plataforma citada, foram inseridos os dados de todos aqueles fundadores mencionados (cento e onze pessoas). Cada “alfinete” no mapa *online* corresponde, portanto, a uma pessoa. Ao clicar em cada um destes personagens geolocalizados, é possível compreender o nome do fundador e o respectivo endereço de residência. Além disso, para facilitar a visualização da diversidade social dessas pessoas, assim como as possibilidades de interação entre elas, cada um destes alfinetes estão divididos em duas grandes categorias que obedecem, por sua vez, a três subcategorias. São elas: relações profissionais (médicos; áreas da saúde; etc.) e relações parentais (laços parentais com membros da comissão nacional provisória; laços de parentesco entre aqueles que não estão inscritos na primeira ordem; e pessoas sem qualquer evidência de relacionamento familiar). Por essas razões, há três variações possíveis de cores. O mapa pode ser acessado a partir do seguinte endereço: <http://bit.ly/1GZWpIK>, não sendo necessário qualquer tipo de instalação prévia ou autorização externa. Cumpre ressaltar que tal mapa é acessível somente mediante endereço supracitado, visando resguardar o máximo de privacidade possível aos atores envolvidos.

Esse tipo de informação sugere, portanto, que o princípio da influência social no processo de fundação do Prona transpassou às razões particulares e restritas somente a Enéas Ferreira Carneiro, fosse enquanto presidente de uma associação de classe, professor de profissionais em formação, entre outras variações possíveis. Do mesmo modo, ultrapassa qualquer princípio de transmissão entre pares, isto é, a relação das figuras de segundo escalão do partido, as suas devidas sociabilidades em círculos médicos e demais áreas da saúde.

Por mais que possa ter ocorrido o processo de reprodução de convocação entre pares profissionais pelos demais profissionais médicos da direção do partido, esses dados evidenciam uma relação existente em circularidades bastante restritas, inclusive por razões consanguíneas ou de vizinhanças. Dessa maneira, é possível constatar a incidência de diversos fundadores do Prona em um mesmo logradouro ou em áreas muito próximas (duas ou três quadras, ou cerca de 100 a 300 metros), em especial daquelas em que residiam os membros da comissão nacional do partido, listados a seguir.

Líder	Endereço	Vizinhos - Fundadores
Moacyr Barros Bastos	Tatuoca, 46	1
Benicio Correa Netto	Carolina Santos, 209	1
Vanderlei Assis de Souza	Edgardino Pinta, 165	7
Lenine Madeira de Souza	Araucária, 114	11
Fábio do Ó Jucá	Dona Mariana, 182	8
Samuel Alleyne Netto	Marquês de Abrantes, 177	3
José Augusto de Oliveira	Bartolomeu Portela, 52-B	1
Maria Celeste Suassuna	Barata Ribeiro, 307	2
Osório Alexandrino de Souza	Negreiros Lobato, 23	2
Vítor Schmidt Finkel	Conde de Baependi, 23	9
		<b>Total:45 (40,54%)</b>

Tabela 5 – Fundadores do Prona e vizinhos de líderes

É possível constatar que parte significativa dos fundadores do Prona (exatos 40,54%) eram vizinhos ou pessoas próximas aos líderes do partido, inclusive exceptuado cômputo de Enéas Carneiro. Nesse caso específico, o mapa de influência geolocalizada de Enéas é bem menor que em relação aos demais líderes do Prona.

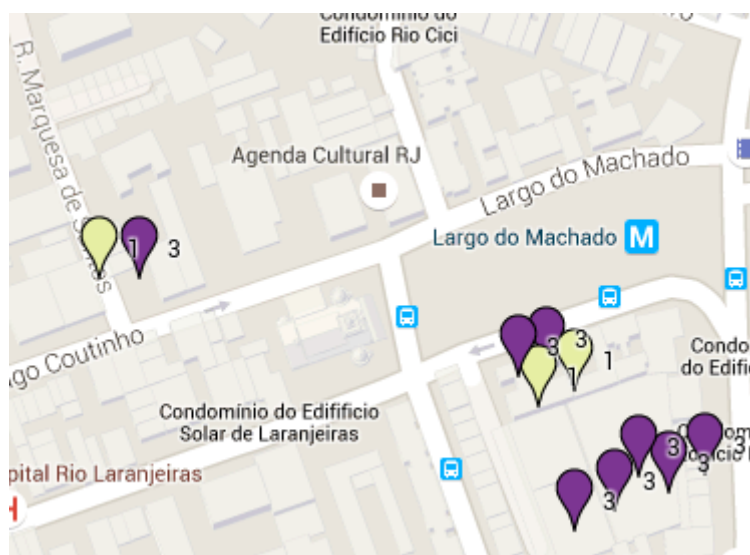


Figura 3 – Cartografia dos Fundadores – Enéas Carneiro

Embora a área relacionada a Enéas Carneiro demonstra uma grande quantidade de fundadores, ela deve ser vista com ressalvas. Na imagem acima, os nove fundadores à direita da seleção, referem-se à Vitor Schmidt Finkel (2º Vogal do Prona), Sophia Finkel, entre outros. Além do fato de serem pessoas mais próximas a também líderes do Prona – e portanto seguindo uma lógica muito própria de relações, eram todos eles residentes em um mesmo endereço (edifício residencial). Dentre esses nove fundadores do Partido de Reedificação da Ordem Nacional, é possível constatar, além de Vitor e Sophia Finkel (apartamento 704), dois de seus vizinhos de edifício (apartamentos 804 e 203).

Além da relação de parentesco e vizinhança, os dados apresentados demonstram que a empregada doméstica de Vitor Finkel é listada como fundadora do Prona (Marly Almeida Aguiar, “doméstica”, residente ao mesmo endereço de Vitor e Sophia Finkel), além de três possíveis funcionários do condomínio predial: o garagista Severino Avelino da Silva, o porteiro Joacil Abdon Genuino e Josefina Maria Ferreira (auxiliar de produção). Esse quadro e procedimento se repetem em relação aos fundadores residentes à Rua Marquês de Abrantes. Além do médico Samuel Alleyne Neto (2º secretário do Prona) e sua provável companheira, a administradora Regina Lúcia Alleyne, observa-se o nome do vigia Arlindo Alves de Lima, todos residentes ao mesmo endereço.

Essa questão é circunstancial para o entendimento do processo da coleta de assinaturas e/ou das presenças na reunião de fundação do Prona. Para além dos altos círculos profissionais ocupados por Enéas e algumas das lideranças da agremiação, houve também um processo de

relacionamento com ambições políticas, ou mesmo apoio por razões diversas ou demasiadamente particulares, entre vizinhos e empregados de família. Além do fato de determinar relações de poder e também de aspecto de uma certa elite constituinte e predominante nos quadros dirigentes do partido em sua primeira constituição oficial<sup>95</sup>, auxiliam a compreender o caráter inicial do Prona e os seus futuros caminhos.

Com exceção de Moacyr Barros Bastos, que havia cumprido carreira política em um curto espaço de tempo (durante alguns meses entre 1987 e 1988<sup>96</sup>), os demais fundadores do Prona (e não somente a liderança) não tinham exercido qualquer cargo do tipo ou desempenhado alguma experiência anterior de predominância em quaisquer organizações políticas institucionalizadas.

Esse fator é preponderante para a compreensão do partido, seus quadros e a construção de um discurso político, na intenção de uma “nova” forma de fazer política, ou em outras palavras, a negação da vida política precedente (e toda ela) como fator substancial para uma suposta autêntica desenvoltura para o trato público.

À revelia do sistemático *esquecimento* acerca de uma recente atividade legislativa do então vice-presidente do partido, a criação do Prona prima por três bases substanciais: a negação da política, a busca pela reedificação da ordem e de um nacionalismo de Estado, e a defesa de um ineditismo político. Dessa maneira, o manifesto de fundação do Prona, intitulado “O desaparecimento da autoridade”, se inicia da seguinte maneira:

Nós, brasileiros de todas as partes, de todas as raças, de todos os credos, de todas as classes, insatisfeitos, preocupados e possuídos de absoluta desesperança com o quadro político vigente, cientes de que as organizações políticas atuais não correspondem aos anseios do povo como um todo, decidimos fundar o PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL – PRONA, sem nenhum vínculo com qualquer organização já existente.<sup>97</sup>

De fato, o Prona não era um fato dado, talvez sequer imaginado em sua completude até o momento. O que marca a iniciativa – pessoal, de Enéas Carneiro, e coletiva, da liderança e demais membros fundadores do partido – é a crença inabalável na capacidade de gerir e

---

95 Cumpre ressaltar também que grande parte dos signatários da fundação do Prona e residentes na cidade do Rio de Janeiro, residiam à época na Zona Sul da cidade, reduto da elite carioca.

96 Entre os dias 07/02/1987 e 08/06/1988, Moacyr Barros Bastos ocupou o cargo de vereador do município da capital carioca, ocupando a vaga do então vereador Sérgio Cabral (PMDB) que passara a desempenhar a função de Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

97 Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5286. (grifo do original). Ao longo desse trabalho, serão respeitados os grifos originais presentes nos documentos partidários, pois compreende-se que seriam estratégias de ênfase (espécie de entonação discursiva) dispostas pela própria agremiação.



sobretudo resolver uma crise sem precedentes na história brasileira, oriunda em especial do modo como se daria o sistema de representação política e a sua última instância – os próprios partidos.

Sendo essa crise profunda e, sobretudo, percebida em sua configuração em âmbito nacional, a resolução desta passaria por um único caminho e inevitável estratégia: a candidatura de Enéas Carneiro à Presidência nacional, pelo Partido de Reedificação da Ordem, também nacional. O candidato a vice-presidente viria a ser o também médico Lenine Madeira de Souza que, conforme mostrado, foi um intenso articulador do processo de fundação do Prona.

#### **1.4 – Em busca da autoridade perdida: Prona e as eleições de 1989**

A campanha eleitoral de Enéas Carneiro/Lenine Madeira e do Prona para a presidência nacional em 1989 se inicia com a publicação do manifesto político do partido. Afinal de contas, segundo a retórica militante, seria, em última instância, a eleição de Enéas Carneiro à presidência a razão de existência e, principalmente, da fundação do partido. Portanto, esse é o documento que dará a tônica ao processo de criação e para a difusão de um discurso político-partidário, ainda que em estágio quase embrionário.

Conforme a análise dos significados expressos pelos termos constituintes da sigla partidária buscou demonstrar, a necessidade de criação do Prona se dá, segundo a retórica da agremiação, a partir da constatação de uma profunda crise em diversas expressões. Por sua vez, essa perspectiva se estrutura a partir de um panorama de desordem constituído no seguinte tripé: “desordem política, desordem econômico-financeiro e desordem moral”.

Apesar dos aspectos e diversidades desse panorama crítico atingirem razões morais, o epicentro deste processo teria origem a partir do ápice hierárquico de poder governamental. Não seria, portanto, uma crise necessariamente transcendental ao campo político ou de um espírito de época (ao menos naquele momento), mas determinantemente ligado à ausência de autoridade no âmbito do Estado. Dessa maneira, não seria a crise que afetaria o exercício da autoridade, mas a quase absoluta inexistência do exercício da autoridade que geraria e alimentaria a crise.

Por ser um fenômeno tão específico – e visualiza-se sua dinâmica somente à razão do Brasil, a intensificação dessa crise é datada. Teria início uma década antes da fundação do Prona. Conforme mencionado anteriormente, o ano de 1979 marca o processo da Anistia

política, aquele que é justamente um dos possíveis marcos distintivos para o início do fim da ditadura militar, ou ao menos o processo da efetiva inserção dos civis na vida política e sua decorrente democratização.

Para os fundadores do Prona, esse é também o marco da desconstrução da autoridade e da ordem, autoridade que legitima um governo, e da ordem que alimentaria essa autoridade:

O Brasil vive, em nosso tempo, um momento crucial de sua história como nação, talvez o pior, se a análise for feita em termos de alguns parâmetros, como economia, educação e saúde. Esmagado pela pressão de seus credores internacionais, assolado por crises internas, o país vem mergulhando, na última década, em um processo de indefinição política onde é notória a ausência de autoridade em tudo aquilo que se faz ou se planeja fazer. Da ação centralizadora, das décadas de [19]60 e 70, que esmagava o livre pensamento e silenciava as vozes de oposição, chegou-se, num processo dialético, à sua antítese, à não-autoridade, à não-decisão, à não-realização, à inação, à quase anarquia. O país está à beira do caos.<sup>98</sup>

Nota-se, contudo, que havia um evidente cuidado com a forma de anúncio de um certo desprezo pelo estado das coisas, isto é, a constituição democrática nacional. Se a partir do processo da Lei da Anistia, a sociedade brasileira torna-se potencialmente democrática – e passa a silenciar os aspectos de colaboração para com a construção de um regime autoritário, no ano de 1989 isso permanece (ou se intensifica). E em se tratando de uma organização política disposta ao jogo democrático, as tensões são evidentes.

Isso auxilia a esclarecer as razões para que os membros fundadores do Prona compreendessem que o problema fosse não o fim do regime militar, mas uma indefinição política marcada pelo fim da autoridade. De qualquer maneira, o jogo de palavras naquilo que seria uma crítica ao regime militar, é ambíguo e por isso mesmo esclarecedor.

Ao discorrer sobre uma “ação centralizadora, das décadas de 60 e 70, que esmagava o livre pensamento e silenciava as vozes de oposição”, não são utilizados termos como “ditadura” ou “regime militar”. Além disso, a constatação das práticas de censura e perseguição política não são efetivamente criticadas. Por fim, a ambiguidade reside na efetiva confusão sobre qual era o problema ocorrido durante os anos 1960 e 70 – a ação centralizadora ou a perseguição política?

A sequência da sentença é menos ambígua e mais esclarecedora: “chegou-se, num processo dialético, à sua antítese, à não-autoridade, à não-decisão, à não-realização, à inação, à quase anarquia. O país está à beira do caos”. À revelia das práticas políticas persecutórias do regime militar, fica implícito que há uma valoração à “ação centralizadora”, isto é, o caráter

98 Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5286.

autoritário do regime militar – os erros residiram nos fins, não nos meios enunciados. Mais do que isso, o problema estaria na perspectiva da transição política, onde se perdera esse ode, clamor à autoridade e às práticas autoritárias. O país estaria à beira do caos, e somente o Prona teria capacidade de compreender a existência e magnitude de tal problema.

O Prona se cria, portanto, seguindo a definição proposta por Michael Minkenberg<sup>99</sup>, como uma alternativa de direita radical à política nacional, e dessa maneira se apresenta para a disputa eleitoral. Em que pese as particularidades da distinção proposta por Minkenberg, isto é, determinada a um contexto essencialmente europeu e relativo às diversas tendências de direita existentes em determinadas sociedades pós-industriais, a direita radical compreende organizações devidamente institucionalizadas, todavia críticas aos limites e definições da democracia liberal. A aceitação das “regras do jogo”<sup>100</sup> determina, portanto, o princípio básico da definição e distinção. Seria a direita radical uma categoria na qual se encaixam os partidos legalmente existentes em democracias liberais, ao passo que organizações dispostas na marginalidade política (em especial aquelas de evidência neofascista e/ou enunciadamente antidemocráticas) se encaixariam na condição de extrema-direita<sup>101</sup>.

A perspectiva de propor uma candidatura de direita radical ao planalto nacional passa não somente pela razão do poder investido pelo cargo. Para o Prona, a questão do desfalecimento do binômio autoridade – ordem na sociedade brasileira seria decorrente da ingerência do poder Executivo para o poder que lhe competiria, e não da inexistência de leis ou prática ineficiente do Legislativo.

A profunda destruição da sociedade brasileira seria decorrência de um processo iniciado no ápice do Estado. Ao não exercer a autoridade, o poder público (em especial o Executivo), sistematizaria a reprodução desse procedimento em diversos agrupamentos sociais (escolas, hospitais, empresas, etc.).

Tal dinâmica implicaria em um processo que acabaria por aprofundar a luta de classes. Curiosamente, segundo o manifesto político, o Prona compreenderia a luta de classes como algo natural na sociedade. Por outro lado, em razão da diversidade de uma crise sistêmica,

99 MINKENBERG, Michael. The Renewal of the Radical Right: Between Modernity and Anti-Modernity. *Government and Opposition*. v. 35, n. 2, p. 170-188, Abril, 2000.

100 BOBBIO, Norberto. *O futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

101 Na realidade, o autor utiliza o termo «*right wing extremism*», que em tradução literal pode ser compreendido como “extremismo de direita”. Entende-se, portanto, que seja mais um procedimento ou estratégia política de uma família política, do que uma categoria definida de modo absoluto. Além do mais, isso implica o reconhecimento (e partilhamos dessa premissa) que uma organização de direita radical pode ser constituída por oriundos do extremismo de direita, ou mesmo transformar-se em uma organização de extrema-direita por razões diversas, internas ou externas à própria lógica da agremiação.

qualquer procedimento dirigido às classes, independentemente de quais fossem elas, seria plenamente inócuo. Caberia somente ao Prona, quando imbuído de plenos poderes, a reivindicação da autoridade, o pleno exercício dela e a resolução da crise. Ao descrever a amplitude dessa crise na sociedade brasileira, o discurso do partido evidencia mais uma vez a questão da relação entre política e medicina, nação e organismo humano, patologia e terapia.

A sociedade brasileira está doente. Padece de um quadro de atetose, expressão que traduz, em linguagem médica, uma certa forma de incoordenação motora. Os diversos segmentos da sociedade, desarticulados, debatem-se, em paroxismos espasmódicos, cada um tentando sobreviver ao verdadeiro estado de choque em que se encontra a nação<sup>102</sup>.

Algumas das propostas para a resolução da crise são tratadas, ainda que brevemente, no manifesto político do Prona. Na área empresarial, seria necessário o recrudescimento da atividade especulativa, passando às áreas efetivamente produtiva. Sobre os trabalhadores, concebe-se a legalidade constitucional e democrática dos direitos trabalhistas e do direito à greve. No entanto, afirma-se que por mais acertada que fosse a iniciativa grevista, ela acabaria infundada, caso não houvesse um efetivo diálogo com uma direção disposta a resolvê-lo. Seria essa direção, claro, os líderes maiores do Estado brasileiro.

Sobre a distribuição de renda, afirma-se a imprescindibilidade de um piso salarial condizente com as necessidades de sobrevivência com dignidade. Em relação à dívida externa, enuncia-se a impossibilidade de pagamento em sua totalidade, propondo a sua revisão, no montante e nos moldes de quitação. Para termos e razões tão diversas quanto o acesso à saúde e aos bens básicos de consumo, ou mesmo para a necessidade de reforma agrária, o teor do manifesto é uníssono e mono proposital: somente uma direção política firme seria capaz de propiciar uma resolução definitiva para tais problemas. O mesmo se dá em relação à educação – delineia-se um panorama caótico, advoga-se o caráter urgente de sua resolução, e projeta-se a solução sob uma autoridade estatal imaginada.

Em relação aos problemas da área de saúde, a análise é relativamente mais elaborada. Afirma-se que, devido à inexistência de uma medicina de caráter efetivamente preventivo no Brasil, estrutura-se um processo de recrudescimento de epidemias diversas. Soma-se, então, à ingerência dos aportes públicos nos hospitais e centros de saúde, além da disparidade tecnológica em diversas localidades. No que diz respeito à questão profissional, fica evidente o entendimento da centralidade quase absoluta dos médicos (excetua-se a descrição dos

---

102 Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5287.

problemas vivenciados por profissionais de categorias afins).

Por outro lado, no que concerne à remuneração profissional, os médicos não constituem uma exceção dentro do quadro geral de trabalhadores do país. Muito ao contrário, chega a ser aviltante a condição salarial a que foram guindados profissionais que detêm, no mínimo, 18 anos de vida escolar, isso sem levar em conta o investimento extraordinário que é feito nos tratados de Medicina, que são, indiscutivelmente, os mais caros dentre todos os livros de educação superior no país. [...] O MÉDICO DEVE TER SUA IMAGEM PROFISSIONAL RESTABELECIDNA NA SOCIEDADE. NELA, CADA CIDADÃO DELE DEPENDE DESDE O SEU NASCIMENTO ATÉ O MOMENTO EM QUE, AO SE DESPEDIR DO MUNDO, NECESSITA DO SEU ÚLTIMO DOCUMENTO, QUE VEM NECESSARIAMENTE ASSINADO POR UM MÉDICO – O ATESTADO DE ÓBITO<sup>103</sup>.

Embora o Prona não tenha sido fundado integralmente por médicos e diversos profissionais da saúde, sua estruturação se deu em meio ligados à área da saúde. Além disso, a executiva nacional do partido era formada majoritariamente por médicos. Conquanto não fosse um partido político fundado para defender os interesses da classe médica, tal trecho no manifesto do partido pressupõe que as angústias de determinada classe profissional, condizentes ou não com a realidade, haveriam de ser efetivamente manejadas em um possível mandato exercido por Enéas Carneiro e Lenine Madeira.

Ainda assim, o apelo do Prona passa pela conclamação da totalidade e totalização da sociedade brasileira. Seria na condição uníssona dos cidadãos brasileiros, organizados, harmônicos, em concordância e sob uma autoridade constante, em que haveria o processo de restauração da ordem nacional. Caso não houvesse esse pacto – envolvendo os líderes do Prona (desprendidos de atuação profissional em benefício à coletividade nacional), a população brasileira e os demais estratos de governo, o prognóstico seria desalentador.

Os militares estiveram governando a nação desde 1964 até 1985. Foram duas décadas sobre as quais muito já foi dito e escrito, sendo, hoje, axiomático que não foi um período de felicidade para o povo brasileiro. Mas o poder já foi devolvido às autoridades legalmente constituídas para exercê-lo. E, se elas não o exercem, desta vez, pelo menos, a culpa não é dos militares. É IMPERIOSO, AGORA, QUE O PODER CIVIL SEJA EXERCIDO COM FIRMEZA. A TURBULÊNCIA SOCIAL, FRUTO DA DESORDEM, A ANARQUIA, O CAOS, PODEM LEVAR, EM UM MOMENTO DO FUTURO NÃO MUITO DISTANTE, O PRÓPRIO POVO, ATRAVÉS DE MUITOS DOS SEUS ÓRGÃOS, A PEDIR A AJUDA DOS MILITARES PARA RESTAURAR A ORDEM.<sup>104</sup>

---

103 Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5282. (grifo do original)

104 *Idem*. (grifo do original)

Novamente, a relação para com a ditadura civil-militar brasileira é dúbia e esclarecedora. O passado não se estabelecia como um elemento constituinte dos problemas da sociedade brasileira, de modo a ser efetivamente desnecessário atentar por sobre a conjuntura política a que precede o caos nacional em 1989.

Todavia, ao enunciar que o não exercício da autoridade viria a providenciar uma nova investida militar sob auspício da sociedade civil, fica implícito ou subentendido a compreensão de uma certa legitimidade no regime militar entre 1964 e 1985. Se a sociedade brasileira havia desejado o fim do regime militar, a repetição de uma conjuntura que a antecedeu poderia engendrar a repetição da história. Ao Prona, portanto, compreenderia a finalidade de exercício de uma autoridade que remeteria aos anos de regime militar (ou a um período específico, não definido), todavia em moldes democráticos. Restariam dois caminhos para a restauração da ordem: o governo do Prona, ou a volta dos militares ao poder. O manifesto se encerra, entre o clamor e ares categóricos, com a seguinte sentença: “O PRONA CONCLAMA TODA A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA A REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL”<sup>105</sup>.

O processo eleitoral de 1989 marcaria o retorno das eleições livres e diretas no Brasil. Sendo assim, era natural que houvesse uma intensa movimentação política, fosse de grupos já tradicionais, ou mesmo de setores politicamente inexpressivos, além daqueles em busca de uma primeira atividade política. Inclusive a extrema-direita brasileira buscou favorecimento do processo eleitoral, por meio da tentativa de formalização do *Partido Nacional Socialista Brasileiro* de Armando Zanine Júnior, ou então das tentativas de constituição do *Partido Integralista Brasileiro*, o PAI, entre outras estratégias. A relação dos pretendentes ao Planalto foi extensa, no total de vinte e duas candidaturas<sup>106</sup>. Dentro desse universo, constavam algumas referências históricas da direita brasileira, como Paulo Salim Maluf (*Partido Democrático Social*, ex-Arena) e Ronaldo Caiado (*Partido Social Democrático* e também

---

105 Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5282. (grifo do original)

106 Fernando Collor de Mello e Itamar Franco (PRN, PSC, PTR, PST), Luiz Inácio Lula da Silva e José Paulo Bisol (PT, PSB, PCdoB), Leonel Brizola e Fernando Lyra (PDT), Mário Cova e Almir Gabriel (PSDB), Paulo Salim Maluf e Bonifácio José Tamm de Andrada (PDS), Guilherme Afif Domingos e Aluísio Pimenta (PL, PDC), Ulysses Guimarães e Waldir Pires (PMDB), Roberto Freire e Sérgio Arouca (PCB), Aureliano Chaves e Cláudio Lembo (PFL), Ronaldo Caiado e Camilo Calazans Magalhães (PSD, PDN), Affonso Camargo Neto e Luís Gonzaga de Paiva Muniz (PTB), Enéas Ferreira Carneiro e Lenine Madeira de Souza (Prona), José Alcides Marronzinho de Oliveira e Reinau Valim (PSP), Paulo Gontijo e Luís Paulino (PP), Zamir José Teixeira e William Pereira da Silva (PCN), Livia Maria e Ardwin Retto Grunewal (PN), Eudes Oliveira Mattar e Daniel Lazzeroni Júnior (PLP), Fernando Gabeira e Maurício Lobo Abreu (PV), Celso Brant e José Natan Emídio (PMN), Antônio dos Santos Pedreira e José Fortunato da França (PPB), Manoel de Oliveira Horta e Jorge Coelho de Sá (PDCdoB), Armando Corrêa da Silva e Agostinha Linhares de Souza (PMB).

então líder da *União Democrática Ruralista*).

Contudo a eleição foi polarizada entre a candidatura de Fernando Collor de Mello, pautado em uma retórica modernizadora de direita, com promessas de combate à corrupção (ou “caça aos marajás”) e à ineficiência do Estado; e a candidatura de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva. A candidatura de Leonel Brizola teve também papel relevante na corrida eleitoral, rivalizando em disputa dos votos de parcela da esquerda junto a *Frente Brasil Popular*, de Lula. Além disso, a corrida eleitoral teve a pitoresca participação especial de Sílvio Santos, apresentador e proprietário de emissora de televisão, que viria a ocupar a vaga de Armando Corrêa da Silva, do *Partido Municipalista Brasileiro* (fato não concretizado em razão de regras eleitorais).

Entre os partidos diminutos, alguns deles traziam siglas que teoricamente enfatizavam algum viés nacionalista de esquerda ou de direita, como o PMN – *Partido da Mobilização Nacional*, PN – *Partido Nacionalista*, além do próprio Prona.

Portanto, exceptuando alguns médicos e nacionalistas que eventualmente reconhecessem Enéas e Lenine Madeira, o próprio nome (e o significado da sigla) do Prona não garantiriam o reconhecimento imediato por parte de um eleitorado cativo de direita, em categorias diversas. Desse modo, haveria necessidade de uma efetiva utilização dos canais de HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral).

Momentos antes da definição em relação à cota partidária junto às emissoras de rádio e televisão, isto é, a ordem de exibição dos respectivos programas e o tempo destinado a cada agremiação ou coligação, Enéas teria afirmado que imaginava garantir pouco mais de trinta segundos para divulgação do Prona e veiculação de suas ideias. No entanto, seguindo a disposição da justiça eleitoral à época, foi garantido ao Prona somente treze segundos no HGPE.

O espaço diminuto teria levado à necessidade de criação de uma estratégia discursiva estipulada sob duas bases: a divulgação de valores essenciais ao Prona, e também a tentativa de estabelecer uma espécie de marca distintiva aos demais partidos políticos e candidatos, fossem os chamados *nânicos* ou aqueles que detinham tempo majoritário no HGPE. Da necessidade, nasceria, então, uma marca distintiva de Enéas e do Prona: o conteúdo sintético, com expressões fortes, posições marcantes e intransitivas e com o seguinte fechamento de discurso: “Meu nome é Enéas!”.

A assembleia constituinte gastou mais de um ano para fazer a constituição, gastando o dinheiro do povo. Festas, aplausos e promessas de que tudo iria mudar. E já se

passou mais de um ano. Mudou alguma coisa em sua vida? Meu nome é Enéas!<sup>107</sup>

Em curtíssimo espaço de tempo, a propaganda eleitoral de Enéas Carneiro vertia sobre a denúncia da política brasileira como uma arena de espetáculos, portanto distante das reais aspirações e necessidades da sociedade brasileira. Um discurso de denúncia de um panorama caótico, onde somente um não-candidato, um não-político e um não-partido seriam capazes de apreender sobre a complexidade do estado das coisas. Em outros momentos, Enéas afirmaria.

Daqui a exatamente treze segundos, vai começar o espetáculo. É um filme dolorido da política tradicional brasileira. Propostas belíssimas. Nenhuma será cumprida! Aliás, sempre foi assim. Meu nome é Enéas!<sup>108</sup>

Mais que uma estratégia de disseminação de conteúdo e afirmação de uma candidatura alheia aos moldes gerais e generalizantes, o que se observa nessa estratégia de *marketing* político de Enéas Carneiro era a tentativa de substancialização da única e autêntica via independente da política institucional brasileira.

Inicia-se, portanto, em escala político-partidária, o culto à liderança, à excelência, à personalidade forte, à intransigência como fatores norteadores de uma liderança incontestada. É dessa forma, portanto, que Enéas viria a conclamar a nação brasileira para sua investida política. Somente Enéas Carneiro teria capacidade para acabar com a desordem nacional, o voto no Prona era o voto pelo fim da desordem.

Se o senhor acreditou em mim, proteste contra tudo isso que aí está. Vote no fim da desordem! No dia quinze, respire fundo, encha o seu peito de ar, e grite junto com todo o Brasil: Meu nome é Enéas!<sup>109</sup>

A forma enfática ao proferir o discurso, praticamente aos gritos, o apelo à ordem e à autoridade, além do jargão “Meu nome é Enéas!”, aliado à imagem peculiar do candidato do Prona – óculos com lentes e armação grossas, uma barba de grande volume, contrastando à calvície, disposto em um corpo franzino e em inserções curtas na televisão e no rádio, gerou

---

107 Cf. “Campanha do Enéas em 1989”. Disponível em: <<https://youtu.be/uIvy3i4UDcA>> (Acesso em 12 dez. 2014)

108 Cf. “Enéas 1989 – Profetizando todas as eleições inclusive a de 2014”. Disponível em: <<https://youtu.be/100lbdOXswE>> (Acesso em 12 dez. 2014). Esses trechos da participação do Prona no HGPE tratam-se de resquícios resguardados por ex-militantes, simpatizantes ou colecionadores desse tipo de material, e que, depois de um processo de digitalização, disponibilizam tal material online, especialmente por meio de plataformas como o *Youtube*. O conteúdo disponível sobre 1989 é bastante exíguo, o que pode indicar, inclusive, que o interesse do público viria a se dar nas fases posteriores do Prona, e suas respectivas campanhas eleitorais.

109 Cf. “Enéas Carneiro”. Disponível em: <<https://youtu.be/8UQ810OxwpQ>> (Acesso em 20 dez. 2014).



uma imagem e alternativa que transitavam entre o voto de protesto, autoritário e/ou folclórico.



Figura 4 – HGPE – Prona/Enéas Carneiro (1989)

A estratégia de propaganda eleitoral do Prona não obteve resultados expressivos, ao menos de modo imediato. De fato, e segundo o levantamento efetuado, o único veículo de mídia que concedeu espaço a Enéas Carneiro durante o processo eleitoral de 1989 foi a atração comandada pelo apresentador Jô Soares, e então pertencente ao quadro de programas do *Sistema Brasileiro de Televisão*, o SBT.

Além disso, Enéas não participou de nenhum dos debates realizados entre candidatos à presidência da república. Firmava-se, pois, mais um elemento para a construção da imagem de Enéas como um *outsider* ao jogo político nacional – viciado, viciante e longe dos anseios populares.

O resultado eleitoral do Prona em 1989 foi, certo modo, proporcional e condizente com seu espaço no HGPE e nas mídias diversas, assim como a própria amplitude do partido, sua representação social e poderio político-eleitoral. Enéas Carneiro e Lenine Madeira tiveram apenas 0,50% do total, ou exatos 360.561 votos<sup>110</sup>, ocupando a 12ª colocação entre as vinte e duas candidaturas.

Embora o resultado obtido pudesse ser representativo de um absoluto fracasso eleitoral, ele

---

110 PORTO, Walter Costa. *Dicionário do Voto*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

propiciou inserções de mídia, não somente pelo resultado em si, mas justamente pela forma que Enéas se apresentara no HGPE, a forma enfática e o teor de seu discurso. A imagem de Enéas Carneiro ficaria marcada, mas não somente ela, pois o Prona e o discurso de autoridade e ordem estariam sistematicamente interligados.

Na data em que se realizou a votação em primeiro turno (15 de novembro de 1989), Enéas Carneiro participou, mais uma vez, do programa “*Jô Soares Onze e Meia*”. Na ocasião, algumas passagens evidenciam a retórica forjada desde o momento de fundação do Prona: o desprendimento de seus fundadores; a capacidade intelectual, humana e Enéas Carneiro como uma espécie de salvador; e a inevitável desordem com a persistência dos atores da “velha política”. Dessa maneira, afirma Enéas:

Na dependência de uma conclamação forte, na dependência de uma vontade firme, na dependência de uma expressão de honestidade, na dependência da presença de uma pessoa que não quer nada pra si. Eu acredito nisso, Jô. [...] Mas quem lhe disse que o congresso é feito de patifes? Eu nunca disse isso, eu disse que era feito de imbecis, não de patifes (risos). Eu disse que era feito de indivíduos mal dotados, sem dúvida, pela natureza, isso eu disse. [...] Mas aí eu não estou ofendendo ninguém, eu estou testificando um fato.<sup>111</sup>

Sobre o estado das coisas, reafirma a visão apocalíptica da sociedade e política brasileira, ao mesmo tempo em que afirma que o Prona persistiria em sua luta política.

A desordem é pior pra todo mundo [...] O problema primacial ainda não foi atacado, que é a desordem. A desordem é a falta de ordem, é o caos, político, econômico e, permita-me dizer, eu fico triste, por que eu não vejo perspectiva de melhorar. Isso é o que me entristece mais, entende. Quando me lancei, foi só por isso. [...] Do que concerne o balanço geral, foi altamente produtivo, por que eu criei um partido político. Um instrumento! [...] Não aceito cargo nenhum se me chamarem. O partido cresce! Cresce! É uma coisa sólida, forte.<sup>112</sup>

A campanha eleitoral, as estratégias de difusão do discurso político do Prona e a participação no referido programa de televisão marcam a sucinta trajetória de Enéas Carneiro e do Prona nas eleições de 1989. Após o resultado do primeiro turno das eleições, que determinariam o segundo turno entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, Enéas publicizaria duas decisões: a primeira seria a de não apoiar, sob nenhuma hipótese, alguma das candidaturas em segundo turno. Afirmaria, inclusive, que não teria pretensão em participar de um futuro governo eleito, qualquer fosse ele.

Em segundo lugar, Enéas Carneiro firmaria uma espécie de compromisso público,

111 “Jô Soares entrevista Enéas – 1989”. Disponível em: <<https://youtu.be/tHPa-NByRvY>> (12 jan. 2015)

112 “Jô Soares entrevista Enéas – 1989”. Disponível em: <<https://youtu.be/tHPa-NByRvY>> (12 jan. 2015)

formalizado mediante assinatura em cartório, em não se candidatar a qualquer cargo eletivo que não fosse a presidência da República. Isso estabelece, mais uma vez, a construção da figura política de Enéas, do próprio partido, e suas estratégias político-eleitorais.

O processo eleitoral de 1989 marca também a percepção da empatia popular à figura política do líder do Prona, inclusive com ressonância no meio artístico. Em 1990, Enéas Carneiro foi tema de uma *Marchinha* de Carnaval. “Pra ficar: Enéas” era uma canção escrita por Oswaldo Elias (médico e ex-aluno de Enéas Carneiro) em parceria com o sambista *Donga de Niterói* e gravada pelos intérpretes *Hugo Camburão* e *Ari Bispo*. Com cerca de três minutos em repetição, a canção afirmava: “Meu nome tá aí, tá tá tá, na boca do povo, em 1994 vou voltar de novo. (2x). Todos me conhecem, volto pra ficar, meu nome é Enéas. Quinze segundos pra falar! (2x)”<sup>113</sup>.

A imprensa escrita também repercutiu a candidatura de Enéas Carneiro em 1989. Em artigo de opinião veiculado no jornal *O Estado de São Paulo* (OESP), o jornalista Luiz Carlos Cunha descreve Enéas como: “cômico candidato do Prona, que encerrava seu galopante e indignado discurso com o marcante ‘meu nome é Enéas’”<sup>114</sup>. Se por um lado a perspectiva de estabelecimento do Prona como um referencial de setores conservadores, autoritários e de direita radical no Brasil pós-regime militar estava delineado (embora não definitivamente), em sentido inverso circunscrevia a noção de Enéas/Prona como uma espécie de galhofa política.

De qualquer maneira, a corrida eleitoral de 1989 transformou Enéas em uma espécie de figura popular em âmbito nacional. Em reportagem de Reinaldo Bessa, também veiculada em OESP, reafirma-se a iniciativa de Enéas para lançar-se candidato somente à presidência da República – logo, ficaria evidente (ou subentendido) que Enéas Carneiro aproveitara o espaço e a oportunidade para determinar uma pré-candidatura ao planalto. O Prona deveria ser tomado, pois, como uma autêntica alternativa ao cenário político brasileiro.

Além disso, Enéas havia recebido convites para campanhas publicitárias diversas, que auxiliariam a manutenção do Prona. Afinal de contas, Enéas teria gastado cerca de quinhentos mil cruzados-novos entre o momento inicial da formação do Prona até o fim da campanha eleitoral. Sobre o curto espaço de tempo disponível durante a recém-findada campanha, quando questionado se, ao contrário, dispusesse de dois minutos e meio no HGPE, Enéas

---

113 *Marchinha do Doutor Enéas*. *EneasTV*. Disponível em: <<https://youtu.be/SU-Z1Stm5LI>> (Acesso em 10 jan. 2016).

114 CUNHA, Luiz Cláudio. A maior provação de Ulysses. *O Estado de São Paulo*. Sábado, 18 de novembro de 1989, p. 2.

afirmaria: “Se tivesse todo esse tempo, passaria como um trator sobre esses senhores, todos semi-analfabetos”<sup>115</sup>. Ao fim da mesma matéria, o líder do Prona afirmava que não se visualizava como um candidato de direita, sequer de esquerda, por ser aquela uma divisão efetivamente anacrônica.

O Prona foi fundado menos de três meses antes das eleições de 1989. Sua formação competiu a um círculo de profissionais médicos próximos, colegas ou amigos de Enéas Carneiro. Além disso, outra parte dos fundadores do Partido de Reedificação da Ordem Nacional, provinha, também, da vizinhança dos futuros líderes do partido. Não foi possível constatar nenhuma espécie de trajetória política *strictu sensu* antecedente ao Prona, fosse por Enéas Carneiro ou dos demais principais líderes da legenda (excetuando-se Moacyr Barros Bastos, que foi vereador no Rio de Janeiro por alguns meses). De certa maneira, isso compreende a aceitação de parte da retórica da agremiação, qual fosse o ineditismo político.

Ineditismo, todavia, ao que concerne às práticas políticas institucionais que antecederiam ao Prona. Nas poucas peças de HGPE disponíveis e nos textos fundadores do Prona, observa-se que desde o princípio o Prona trazia um movimento de retorno da história. Retorno esse, imaginado, pouco datado e quase indefinido, mas que de alguma maneira, em algum momento, esteve presente no exercício da autoridade que competia ilegalmente ao regime militar.

O teor desse clamor pelo “fim da desordem”, pelo “retorno da autoridade”, não explicam, separadamente, qualquer sucesso obtido pelo Prona e por Enéas Carneiro em 1989. De fato, os resultados eleitorais do Prona em 1989 foram distantes de qualquer relevância política, talvez até daquela imaginada pelos militantes e fundadores do partido. De qualquer maneira, e talvez em grande parte pelo aspecto caricato da figura de Enéas e sua forma de comunicação, a partir de 1989 o Prona surgiria como alternativa política.

Alternativa política, sim. Mas isso não impediria que a dupla Enéas/Prona – agora umbilicalmente ligados e extensão um do outro – fosse tomada como um exemplo de um padrão geral de agremiação partidária e liderança política. E, de fato, para o bem ou para o mal, provavelmente não era isso que Enéas/Prona desejavam. Afinal, seria tomado para sempre como aquele que enunciava, como espécie de intervalo comercial entre as campanhas políticas dos principais partidos, que o nome dele era Enéas.

Uma das primeiras (senão a primeira) representação gráfica da figura de Enéas Carneiro na grande imprensa demonstrava essa percepção. Na peça gráfica reproduzida pela revista

---

115 BESSA, Reinaldo. Enéas veio para ficar. *O Estado de São Paulo*, 18/11/1989, p. 6.

*Placar* (destinada ao universo esportivo e em especial ao futebol), a imagem de Enéas surge representada como um ser raivoso, colérico, aos gritos. Ao enunciar as fictícias propostas para a nação e para o futebol, o que menos importa é, nesse momento, o teor do conteúdo, mas sim a imagem do líder do Prona. É realizada inclusive, relação entre a ausência de cabelos de Enéas e apelido do jogador da seleção brasileira (*Careca*). As mãos, a boca, os olhos em transe indicam, também, um descompasso à normalidade.

Levando em conta que a imagem (charge, caricatura, fotografia) é não somente uma representação, mas também criadora de sentidos e noções, torna-se evidente que, nesse momento, a percepção de parte da grande imprensa brasileira sobre Enéas Carneiro é menos relacionada a qualquer projeto político, em detrimento a uma figura autoritária e histriônica que buscava somente afirmar o próprio nome.

# HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO



Figura 5 –Charge Enéas – Revista Placar (1989)<sup>116</sup>

Em contrapartida, a partir do momento em que o Prona surge (ou se cria), bradando, aos gritos, de forma absolutamente autoritária, que a salvação nacional haveria de passar pela reedificação da ordem nacional, a atenção daqueles dispostos à direita radical e extremista haveriam de passar, gradualmente, os olhos ao Prona. Aí reside, provavelmente, a pequena vitória de Enéas Carneiro, Lenine Madeira, e demais entusiastas do Prona, em 1989. Em sua fundação e em seus três primeiros meses, o Prona não ensaiou qualquer aproximação ou

<sup>116</sup> EMEDE. Horário Eleitoral Gratuito. *Placar*, 27/10/1989, p. 39.

referência explícita a experiências partidárias ou a quaisquer organismos ou organizações políticas precedentes (fossem elas neofascistas ou afins), embora tenha marcado posição como um partido de direita radical, por meio de seus valores, discursos e estratégias políticas.

Ainda assim, a direita brasileira, fragmentada, esquecida, em processo de “esquizofrenia política”, não queria se lembrar (de) quem era. As organizações de extrema-direita brasileira, neofascistas ou não, não ensaiaram qualquer aproximação ideológica, política, ou inspirativa, talvez pela absoluta falta de tempo. Foram, afinal, curtos três meses. O Prona poderia ser tomado como uma espécie de salvação da direita nacional, mas também como o perigo do retorno ao autoritarismo. No entanto, isso só se daria após o período embrionário do partido (o ano de 1989), e se apresentaria de forma diferente no próximo capítulo eleitoral, a disputa ao Planalto em 1994, quando o Prona viria a apresentar seu primeiro plano de governo.

## 2. A construção de uma identidade política

Findada a experiência eleitoral de 1989, transcurso concomitante ao processo de fundação do partido, haveria portanto um caminho a percorrer e espaços políticos a serem conquistados. A busca por um discurso que soasse mais maduro, todavia não profissional, assim como a tentativa em evidenciar o partido como espécie de ponto de equilíbrio entre diversos setores de um discurso nacionalista mais à direita, seriam elementos necessários para o desenvolvimento do Prona.

Além disso, para buscar inserção no campo político, o partido liderado por Enéas Ferreira Carneiro haveria de tentar trazer para si alguma figura política com o mínimo de experiência, legitimidade e, em especial, trajetória que se assemelhasse ao discurso desenvolvido pela legenda ao decorrer do pleito anterior. Tal espaço seria preenchido a partir da função desempenhada por Regina Gordilho, Deputada Federal eleita pelo Rio de Janeiro.

As eleições de 1994 marcam a efetividade do Prona como alternativa – fosse como via de atuação e possível representação do radicalismo de direita ou do conservadorismo político brasileiro, ou mesmo como opção à própria política institucional. Somente um partido com discurso antissistêmico<sup>117</sup> cumpriria tais prerrogativas. Contudo, para desvendar essa intriga<sup>118</sup>, é necessário compreender os pressupostos políticos dos indivíduos que viriam a aderir ao Prona e, principalmente, dar embasamento ideológico ao partido.

Mais que isso, compreende a análise do percurso que auxiliará ao desenvolvimento do discurso político, propriamente dito, de Enéas Carneiro (e por consequência, da agremiação). Discorre, portanto, a necessidade em dispor os elementos para posterior condensação em forma de narrativa. Buscar-se-á, dessa maneira, a abordagem do processo de institucionalização partidária para, em sequência, compreender quais foram os atores (e pressupostos políticos) que serviram de base para a apropriação pela legenda liderada por Enéas Ferreira Carneiro.

---

117 Quando se enuncia o Prona como partido dotado de discurso antissistêmico, visualiza-se dentro de um certo padrão de partidos da direita radical, isto é, a crítica ao modelo democrático baseada nos usos da democracia liberal, não necessariamente em sua existência ou configuração. Trata-se de um discurso antissistêmico, todavia não de uma natureza (pois inserido dentro dos limites e definições das disposições partidárias legais). Além disso, afirma-se a distinção entre esse discurso e os movimentos antissistêmicos, de cariz, atuação e fins divergentes ao do Prona. (Sobre movimentos antissistêmicos, cf. ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. O que são os movimentos Antissistêmicos? *História em reflexão*, v. 7, n. 13, Dourados/MS, jan/jun, 2013).

118 Referimo-nos a Roger Chartier quando, sobre a narrativa histórica, afirma que “explicar a história não é mais do que desvendar uma intriga” (CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 82), isto é, buscar conciliar os elementos da narrativa com os fatores da explicação, ou sua própria análise.



## 2.1 Regina Gordilho e o processo institucional

O início da trajetória política de Regina Gordilho (nascida em 12 de maio de 1933, em Salvador/BA) se deu em razão e resposta a uma tragédia familiar. No dia 17 de março de 1987, o estudante de Educação Física e professor de natação Marcellus Ribas Gordilho, 24 anos, filho de Regina Gordilho, foi preso no bairro Cidade de Deus, na capital carioca, por cinco policiais militares. Durante o procedimento, os policiais envolvidos passaram a espancar Marcellus Gordilho com golpes de cassetete e pontapés, causando a sua morte. A ação foi testemunhada por alguns moradores presentes, assim como descrito no laudo do Instituto Médico-Legal local<sup>119</sup>.

Regina Gordilho cumpria, até então, a dupla função de empresária (do ramo de confecção de roupas) e dona de casa<sup>120</sup>, todavia enunciadamente sem qualquer ambição política. Assim como construído e reverberado na retórica pessoal e política de Enéas Carneiro e da própria agremiação, a adesão à vida pública (por meio de cargos eletivos) teria se dado em razão de uma inevitabilidade, decorrente de um determinado processo nevrálgico. Se em Enéas Carneiro havia sido a percepção de desfragmentação da autoridade na nação brasileira e a dimensão desse processo, para Regina Gordilho foi o processo de julgamento e não responsabilização dos policiais envolvidos no assassinato de seu filho.

Ainda no ano de 1987, os policiais militares envolvidos no caso foram julgados pela Auditoria da Justiça Militar carioca, e condenados a dezoito meses de reclusão em razão de terem se “excedido culposamente” (seriam expulsos da corporação, caso fossem condenados a 24 meses). Por serem réus primários, permaneceram em liberdade.

Em dezembro de 1989, os PMs foram absolvidos por unanimidade, após julgamento realizado na 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do RJ. No relatório do processo, o desembargador geral votara pela absolvição, afirmando que Marcellus Gordilho teria falecido em decorrência de cardiopatia (à revelia do laudo indicativo de fratura no crânio e de edema pulmonar), de modo que as escoriações presentes no corpo de Marcellus teriam sido causadas por atrito do corpo dele com o chão.

A liberdade concedida aos PMs entre os dois processos citados e o sentimento de injustiça

---

119 Cf. “Em 17 de março de 1987, universitário foi preso e espancado até a morte por PMs”. *O Globo*. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-17-de-marco-de-1987-universitario-foi-preso-espancado-ate-morte-por-pms-10608462>> (Acesso em 12 nov. 2014)

120 GORDILHO, Regina. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro – DHBB*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>> (Acesso em: 12 jan. 2015).

perante o caso teriam sido fatores determinantes para o início da atuação política de Regina Gordilho<sup>121</sup>, que passou a liderar grupos de pressão contra a violência policial e do Estado, grupo formado majoritariamente por mães e pais de filhos e filhas assassinados<sup>122</sup>. No entanto, o protagonismo de Regina fez com que ela se tornasse alvo de diversas ameaças de morte, de modo que teria garantido o direito à proteção policial (contra os próprios PMs), ainda no ano de 1987<sup>123</sup>.

Em razão da impossibilidade de disputa de poder político e legal nas condições então dispostas (uma cidadã contra o Estado, por assim dizer), Gordilho teria tencionado a cargo eletivo, de modo que foi eleita Vereadora pelo Rio de Janeiro em novembro de 1988, mediante *Partido Democrático Trabalhista* (PDT), de Leonel Brizola. Após ser eleita Vereadora, Regina Gordilho alçou o cargo de presidente da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (a primeira mulher em tal posição), por decisão do presidente da legenda (Brizola)<sup>124</sup>.

A tônica central do mandato de Gordilho como Vereadora passava pela questão da moralização da vida política e do combate à corrupção, em campanha pró-ética e contra a impunidade em diversos níveis, em especial nos meios políticos e militares (devido ao cargo ocupado e ao passado traumático). Envolveu-se em disputas com demais Vereadores do Rio de Janeiro, ao acusar a ilicitude desempenhada por diversos colegas de Câmara. Foi destituída da presidência, mas reassumiu o cargo em 1990 mediante mandado de segurança.

Apesar de o PDT, em dado momento, sobretudo no centro aglutinador e irradiador em torno de Leonel Brizola, ser compreendido como um partido político à esquerda e dotado de perspectiva socialmente progressista, o mandato de Regina Gordilho evidenciava, vez ou outra, determinados fundamentos essencialmente conservadores. Na ocasião do 1º Ciclo de Debates sobre a Administração nos Movimentos Sociais (sobre a “Questão da Mulher”), Gordilho discordara das demais participantes do encontro, ao se posicionar contrária ao feminismo, afirmando que “a mulher feminista é muito radical, é aquela que distancia, por suas posições, o homem de si”<sup>125</sup>. Ainda assim, as proposições conservadoras de Regina Gordilho não aparentam ter sido, ao menos em primeira instância, fatores determinantes para o rompimento dela com o PDT.

As ambições políticas de Regina não se restringiam somente ao município do Rio de Janeiro. Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, Gordilho afirmava pretensão de disputa

---

121 Cf. Mãe de Marcellus protesta e soldados vão a julgamento. *O Globo*, 28/04/1987, p. 16.

122 Cf. Na porta do fórum, um grito contra violência. *Última Hora (RJ)*, 22/07/1988.

123 Mãe de Marcellus consegue proteção policial contra PMs. *O Globo*, 09/06/1987, p. 14.

124 Cf. MAYOR, Marcel Souto. Uma brasileira com fome de justiça. *Correio Braziliense*. 02/04/1989, p. 21.

125 Presidente da Câmara do Rio fala sobre feminismo. *Hoje em Dia* (Belo Horizonte, MG), 18/05/1989.

para o Legislativo Federal, ou mesmo para o cargo de vice-presidência no ano de 1989, ao lado de Leonel Brizola. Conforme mencionado, tal cargo na disputa veio a ser ocupado pelo então *pedetista* pernambucano Fernando Lyra. Embora não tivesse concorrido à vice-presidência, Gordilho conseguiu se eleger Deputada Federal pelo Rio de Janeiro, pelo mesmo partido ao qual era filiada.

Desde o início do mandato, Gordilho notabilizou-se pela persistência do aspecto e apelo moralizador em seus discursos políticos. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* em 22 de março de 1991, afirmava que o trabalho iniciado na Câmara do Rio de Janeiro deveria ser ampliado e intensificado no Legislativo Federal.

Tem uma quadrilha aqui [...] que ainda não posso identificar. Mas estou na pista [...] Já estou preparada para ser xingada como na Câmara dos Vereadores. Não me esperava aqui nada lisonjeiro. Descobri que a Câmara Municipal equivale ao 1º grau em ladroagem e a Assembleia Legislativa, ao 2º grau. Aqui é a Universidade e o Senado, a pós-graduação<sup>126</sup>.

Embora o discurso de Gordilho buscasse evidenciar a figura de obstinada moralizadora contra a corrupção, as questões relacionadas ao assassinato de seu filho faziam uma espécie de prefácio às comunicações na Câmara dos Deputados, quando não ocupavam a centralidade dos discursos proferidos no plenário da Câmara Federal.

Até o dia 13 de maio de 1992, Regina Gordilho permaneceu afiliada ao Partido Democrático Trabalhista, quando deixou o PDT e passou a integrar a bancada do Partido Republicano Progressista, sendo a sua única representante.

Nos discursos proferidos nas sessões da Câmara dos dias 13 de maio, 24 de junho, 29 de setembro, 28 de outubro e 12 e 26 de novembro de 1992<sup>127</sup>, Gordilho não pronunciou as razões que fizeram com que deixasse o PDT rumo ao Partido Republicano Progressista. Em todos esses discursos, fez menção ao assassinato do filho, impunidade dos responsáveis e os problemas de corrupção envolvendo desde a Polícia Militar até os altos escalões dos poderes institucionais.

O discurso proferido no dia 09 de dezembro de 1992, momento que definia o período de transição do mandato de Gordilho entre o Partido Republicano Progressista e o Prona, foi marcado, ao contrário dos anteriores (discursos generalizantes), por um caráter mais enfático

126 SMARCO, Cristiane. Regina diz que Câmara Federal abriga quadrilha. *Jornal do Brasil*, 22/03/91, Caderno Cidade, p. 6.

127 *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 14/05/1992, p. 8892; *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 25/06/1992, p. 14369.; *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 30/09/1992, p. 22116; *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 29/10/1992, p. 23646; *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 13/11/1992, p. 24502; *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 10/12/1992, p. 25310.

e propositivo, compreendendo aspectos até então não existentes no discurso de Gordilho, em especial à segurança pública e militarização das polícias. No início da comunicação, após apresentar um resumo das razões que a teriam estimulado à atividade política, Gordilho critica o que compreendia como resquícios autoritários do regime militar na sociedade brasileira, apesar dos teores democráticos da constituição federal de 1988.

A Constituição de 1988, tão decantada pelos seus avanços democráticos, foi generosa ao reconhecer os direitos do cidadão – na teoria, porque na prática fez questão de manter todos os mecanismos que garantem o prosseguimento da carnificina, do massacre contra o povo, da impunidade e da opressão. A isso eu chamo de hipocrisia; a isso eu chamo de mentira.<sup>128</sup>

Para a Deputada Gordilho, o ônus da “carnificina, do massacre contra o povo, da impunidade e da opressão”, seriam reminiscências do período anterior, e parcela significativa de culpa caberia à Câmara dos Deputados, em razão da manutenção das atribuições concedidas às polícias militares, que assemelhariam o Brasil à ditadura de Augusto Pinochet, no Chile.

A Polícia Militar é uma força auxiliar do Exército. Seus integrantes são treinados para o combate com o inimigo militar e armado [...] Um policial militar, pela natureza de sua formação, é treinado para obedecer cegamente às ordens de seus superiores, não para respeitar direitos civis. Colocar uma força militar, que possui essas características, nas funções de policiamento civil, perdoem-me, Srs. Deputados, é o cúmulo da estupidez! E esta Casa de leis, por desgraça, é cúmplice dessa aberração. Ao manter a Constituição de 1988, em seu art. 144 § 6º, as atribuições da Polícia Militar, de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, igualou-se ao regime ditatorial do Chile de Pinochet.<sup>129</sup>

Ao permitirem, em 1988, a persistência das funções ostensivas das polícias militares, os deputados teriam redigido uma “carta branca” para o assassinato de diversos inocentes. Assim como o autoritarismo, a miséria e a corrupção, a Polícia Militar seria mais uma danosa tradição nacional. Além disso, a existência de um foro privilegiado destinado aos policiais, serviria como estímulo para prática de crimes, “a consagração do autoritarismo do estado policial em que vivemos, onde o poder tem o direito de matar, e o povo tem de ficar calado e morrer”<sup>130</sup>. A proposição defendida pela deputada Regina Gordilho seria, então, pela extinção da Polícia Militar, isto é, a desmilitarização da instituição, cujas funções deveriam passar às entidades e esferas civis.

---

128 *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 10/12/1992, p. 26437.

129 *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 10/12/1992, p. 26437.

130 *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 10/12/1992, p. 26437.

É tempo de insaturar neste País o direito de existir como cidadão e não como inimigo ou prisioneiro de guerra! É tempo de instaurar neste País o direito de existir como cidadão e não como inimigo ou prisioneiro de guerra! É tempo de se extinguir essa malsinada Polícia Militar, passando-se todas as suas atribuições a órgãos civis, e cujos crimes sejam julgados por tribunais civis, como acontece com policiais civis e federais! É tempo de acabar com esse tentáculo armado do poder – poder que, repito, mais mata neste País!<sup>131</sup>

O discurso de Regina Gordilho, proferido poucos dias antes de aderir oficialmente ao Partido de Reedificação da Ordem Nacional, e ter sido portanto a primeira Deputada Federal do partido (embora eleita por outra agremiação), trazia alguns elementos conflitantes com a pedra fundamental do discurso do partido, isto é, o manifesto e o material HGPE do Prona em 1989. A crítica ao aspecto exacerbado do monopólio da violência exercido pela Polícia Militar, assim como do caráter da instituição seriam, a princípio, um fator de embate para com os pressupostos basilares do Prona.

Conforme visto, o princípio da idealização da agremiação teria sido justamente a crítica e resposta a uma crise, qual fosse o desaparecimento da ordem e da autoridade. Nesse processo, embora o Prona (Enéas Carneiro, Lenine Madeira e demais fundadores) não tratasse especificamente sobre a questão das polícias militares ou de qualquer proposta de modificação no caráter da corporação, a partir do momento em que se falava de um processo dialético de não exercício da autoridade no ano de 1989, subentendia-se não somente a permanência das estruturas e aparatos policiais, mas também a intensificação da atuação destas (embora sem o apelo à arbitrariedade ou corrupção, claro).

Buscava-se, ainda, o afastamento ao regime militar em razão da inexistência da defesa e do uso da censura e de repressão política. Sendo assim, o Prona/1989 compreendia que o problema do regime democrático residia à não utilização dos aparelhos de repressão e poder destinados ao uso do Estado, portanto não compreendia uma crítica à forma deles (isto é, a configuração militar das polícias), tampouco um possível excesso de poder.

Outro fator que em tese afastaria Regina Gordilho do Prona, seria a questão do autoritarismo e os legados da ditadura civil-militar brasileira. Para a deputada então filiada ao Partido Republicano Progressista, o autoritarismo seria uma mácula da história nacional, tensionada em muito no período de regime militar. A ditadura no Brasil seria um equívoco histórico, assim como a persistência dos “entulhos autoritários” na chamada Nova República. Novamente, um possível embate poderia se delinear em razão das definições de Gordilho e

---

131 *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 10/12/1992, p. 26437.

alguns pressupostos subentendidos no período de fundação do Prona. Tal qual demonstrado anteriormente, embora a agremiação não fizesse menção elogiosa ao regime militar, a crítica residia em relação ao grau de autoridade exercido, não à sua estruturação, de modo que o problema do regime militar seriam os excessos cometidos, e não a sua existência.

No entanto, essas questões não foram obstáculos para a aproximação de Regina Gordilho ao Prona, de modo que a deputada aceitou filiar-se ao partido (inclusive sendo chamada posteriormente de *Brizolista arrependida*<sup>132</sup>), e a agremiação aceitou de bom grado sua investida e a consequente formação de uma “bancada” parlamentar.

O dia 12 de novembro de 1992 marca, portanto, o *début* do Prona na Câmara dos Deputados em Brasília/DF. Tal ocasião foi compreendida como um marco na história do Prona, de modo que ao início do pronunciamento, Gordilho agradece à provável<sup>133</sup> presença do presidente nacional do partido (Enéas Carneiro) e também de correligionários do Prona dos estados do Rio Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e do Distrito Federal.

Assim como nos demais pronunciamentos no plenário da Câmara, Gordilho inicia com uma breve descrição de sua trajetória pessoal e política, de que modo um trauma pessoal determinaria o início de atribuições políticas. Ao contrário do ocorrido quando da desfiliação do PDT e filiação ao *Partido Republicano Progressista*, estabelece a comunhão entre a trajetória pessoal e de sua nova agremiação.

Por uma estranha curiosidade do destino, minha entrada, em 1989, no cenário político brasileiro coincidiu com o surgimento do partido ao qual agora passo a pertencer. Os mesmos motivos de indignação ante o poder constituído levaram-nos – a mim e aos fundadores do Prona – a ingressar nessa atividade, que nunca havia feito parte de nossa vida<sup>134</sup>

Ao descrever o processo que culminou com a filiação ao Prona, Gordilho busca sustentar o ineditismo da sigla e a centralidade de Enéas Carneiro em suas ações. Após uma série de encontros com Enéas Carneiro (“Em 4 reuniões sucessivas, num total de 17 horas, conversei com o Prof. Enéas”), teria finalmente encontrado um partido que faria frente as demais agremiações – consideradas meras estruturas e plataformas de aventuras políticas – portanto, condizente com os anseios dela.

132 SOUZA, Josias de. Enéas não é Enéas. *Folha de São Paulo*, 30/09/1994. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/30/caderno\\_especial/2.html](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/30/caderno_especial/2.html)> (Acesso em: 16 fev. 2014).

133 Tal presença não pode ser confirmada, pois de acordo com Regina Gordilho, alguns dos correligionários não puderam estar presentes em razão do pronunciamento ter sido antecipado em relação ao horário previsto (Cf. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 13/11/1993, p. 24502).

134 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 13/11/1993, p. 24502

Seria o Prona espécie de representação institucional da própria Gordilho, agremiação política definida pelo caráter não político, pois formado por “bem-intencionados” profissionais de diversos ramos (“médicos, engenheiros, advogados, geólogos, empresários”<sup>135</sup>), e não por políticos profissionais. Compreenderia, assim, o partido enquanto unidade orgânica harmônica e indivisível (“Somos um partido com características ideológicas bem nítidas. Somos uma unidade”<sup>136</sup>) e, desse modo, também a nação brasileira enquanto um corpo social orgânico, cujos problemas somente uma unidade orgânica seria capaz de solucionar - “O Prona é grande nas intenções. É grande no seu programa de conscientização e transformação de toda a sociedade. É grande a sua penetração popular. O Prona quer atender aos anseios de toda a população”<sup>137</sup>.

O dia 12 de novembro de 1992 marcaria, nas palavras da Deputada, o momento em que os ideais do Prona romperiam os limites dos círculos da agremiação, passando dos correligionários à população brasileira, por meio de divulgação e possíveis discussões nas sessões do plenário. Evidencia-se a tentativa em estabelecer tons de profundidade ideológica na constituição interna e no discurso partidário.

Caberia à chefe do Prona na Câmara, portanto, a difusão desse *corpus* ideológico. Em primeira instância, Gordilho conclama para a resolução do antagonismo entre *esquerda*, *direita* e o *centro* nas dinâmicas partidárias. Sendo o partido detentor da *verdade* e da *coerência*, haveria de arregimentar e se apropriar das melhores ideias presentes em todo o espectro político nacional.

Essa proposição pode ser vista tanto como tributária ao discurso do Prona em 1989 (condensador da totalidade nacional; expressão inequívoca dos verdadeiros anseios do povo brasileiro), mas também como fator explicativo da trajetória política de Gordilho – anteriormente vinculada a um partido de esquerda (PDT, membro brasileiro da *Internacional Socialista*), posteriormente ao Prona, todavia em razão de uma concatenação de “bons ideais”.

Embora delineada, a ideologia partidária não seria definitiva, senão em processo de desenvolvimento, de modo que:

Grupos de estudo já estão sendo constituídos no Prona. Nesse nosso grande projeto nacional, a questão amazônica está sendo examinada pelo Gen. Santa Cruz, ex-Comandante Militar da Amazônia, pelo Dr. Edson Suszczinski, professor de Geologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Dr. Aristides Pinto Coelho, o primeiro cientista brasileiro a pisar no continente Antártico e que acaba de assumir a condição de titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

---

135 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 13/11/1993, p. 24503.

136 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 13/11/1993, p. 24503.

137 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 13/11/1993, p. 24503.

Citado por Gordilho, o General Antenor de Santa Cruz Abreu foi comandante do *Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil* entre 1965 e 1970<sup>138</sup>, chefe do *Comando Militar da Amazônia* entre 12/05/1989 e 13/01/1992, e interino do Ministério do Exército durante a presidência de Fernando Collor de Mello. No ano de 1991, em diversas ocasiões, Santa Cruz publicizou preocupação com uma suposta invasão da Amazônia brasileira por países do primeiro mundo.

De acordo com João Roberto Martins Filho<sup>139</sup>, Santa Cruz teria afirmado que haveria possibilidade de “aventura estrangeira” na região Amazônica, em razão das ascensões das noções de “soberania restrita”<sup>140</sup>, assim como do direito de intervenção (devido à existência de instabilidade de países fronteiriços, grupos bandoleiros e garimpeiros, além da atuação de guerrilhas). Tal afirmação, proferida durante conferência realizada no *Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos* em outubro de 1991, teria sido um marco no processo das preocupações militares com a questão das possíveis invasões da Amazônia. Além disso, Santa Cruz afirmara que em caso de invasão estrangeira, ele “transformaria isso [a Amazônia] num novo Vietnã”.

Mesmo antes desse evento, Santa Cruz já havia manifestado o mesmo teor discursivo. De acordo com declaração do deputado Jair Bolsonaro (*Partido Democrata Cristão*, RJ) em discurso na câmara dos deputados em 05 de agosto de 1991, o Gal. Santa Cruz teria afirmado, em solenidade no Estado-Maior das Forças Armadas, que “A sociedade brasileira precisa se conscientizar da verdade sobre a ameaça das grandes potências em internacionalizar a Amazônia”<sup>141</sup>. Bolsonaro, cuja trajetória política esteve atrelada aos setores militares (em especial um certo radicalismo militar saudosista dos anos de chumbo), elogiou a afirmação do Gal. Santa Cruz, que teria defendido a necessidade de criação de um organismo para a defesa da região Amazônica.

Além de Santa Cruz, comporiam o grupo de estudo sobre a questão Amazônica um

---

138 Cf. Galeria dos Comandantes. *Centro de Instrução Pára-Quedista General Penha Brasil*. Disponível em: <[http://www.cipqdt.ensino.eb.br/index.php?pagina=5&pag=galeria\\_cmt](http://www.cipqdt.ensino.eb.br/index.php?pagina=5&pag=galeria_cmt)> (Acesso 26 dez. 2014).

139 FILHO, João Roberto Martins. As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, Celso (org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.15

140 A noção de soberania restrita está intimamente ligada à constituição de tratados internacionais, ou mesmo de tribunais e outros esquemas de cooperação binacionais ou multinacionais. Aventa-se, portanto, o perigo do direito internacional influir sobre a soberania nacional, em especial na questão Amazônica. Para João R. M. Filho, essa preocupação nos setores militares foi devido ao contexto do pós-Guerra Fria, mas também das modificações do governo Fernando Collor em relação à agenda e pressões internacionais. De qualquer maneira, tal preocupação já se fazia notar anteriormente. Como exemplo, em 1987, o então Ministro da Aeronáutica (Brigadeiro Moreira Lima), afirmava perigo de organizações internacionais, direitos indígenas (Ianomâmis) e movimentos sociais causarem a esfacelamento da unidade nacional (Cf. Soberania restrita seria o caos, afirma Moreira. *O Estado de São Paulo*, 14/08/1987, p. 5).

141 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 06/08/1991, p. 12646.



professor de geologia (Edson Suszcinski<sup>142</sup>) e Aristides Pinto Coelho. Descrito como recém-empossado membro titular do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* e primeiro brasileiro presente na Antártida, Pinto Coelho lançou obra pela editora Biblioteca do Exército brasileiro<sup>143</sup> em que defendia as razões para as missões, assim como os valores destas para o desenvolvimento científico nacional. Além disso, foi autor de títulos sobre o uso da Energia Nuclear, como “O que você deve saber sobre a Energia Nuclear”<sup>144</sup>, publicado pela *Comissão Nacional de Energia Nuclear*, em que defendia a Energia Nuclear enquanto matriz energética não poluente. Tal posicionamento foi difundido por meio da grande imprensa, durante a década de 1970<sup>145</sup>. Foi, ainda, fundador do *Instituto Brasileiro de Estudos Árticos* e um dos introdutores da medicina nuclear no Brasil.

A apresentação daqueles envolvidos no grupo de estudos sobre a Amazônia cumpriria dupla função. Em primeiro lugar, a perspectiva técnica sobrepondo-se aos jogos políticos. Seriam pessoas envolvidas em razão de fervor cívico e nacionalista, assim como capacidade técnica. Além disso, confeririam tom de unidade orgânica à agremiação. O discurso de Gordilho passa não somente pela tônica de pronunciamento da própria deputada, mas também da unidade partidária outorgada devido ao cargo de liderança da sigla.

Nesse sentido, o teor expresso adquire caráter de condensador da agremiação, e também como plataforma de divulgação dos interesses e propostas partidárias, fosse aos eleitores mas também aos colegas deputados - “Nossas palavras, nossos pronunciamentos, nossas ações serão no sentido de tornar realidade um projeto que é todos os Deputados e de todos os cidadãos brasileiros de bem”<sup>146</sup>.

Dessa maneira, e utilizando a primeira pessoa do plural para atestar o caráter coletivo da exposição, Gordilho sintetiza alguns pontos centrais para o Prona. Profunda, tal qual a crise que afetaria a nação brasileira seria, também, a reforma proposta pelo Partido de Reedificação da Ordem Nacional. Intitulada de “centralização doutrinária”, compreenderia a prática do exercício de autoridade destinado ao Estado para os estados e ao próprio Governo Federal, isto é, a planificação das políticas públicas e ações federais contra as mazelas sociais – fome, miséria, epidemias, analfabetismo, entre outros. Somente o reestabelecimento do poder e da autoridade seriam capazes de compreender a construção de uma verdadeira democracia.

---

142 Segundo Gordilho, seria professor da Universidade do Estado do Rio Janeiro. Em pesquisa na plataforma Lattes/CNPq, não foi possível encontrar nenhuma referência ao nome informado.

143 COELHO, Aristides Pinto. *Nos confins dos Três Mares... a Antártida*. Rio de Janeiro: BIBLEX, 1983.

144 COELHO, Aristides Pinto. *O que você deve saber sobre Energia Nuclear*. Rio de Janeiro: CNEN, 1977.

145 Só a Energia Nuclear nos salvará da poluição, declara especialista. *Folha de S. Paulo*, 11/11/1971. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_11nov1971.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_11nov1971.htm)> (acesso 28 abr. 2013).

146 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 13/11/1993, p. 24505.

Nós construiremos a verdadeira democracia a que o povo tanto aspira. Democracia, em sentido amplo, é a participação de todos na riqueza nacional. É o acesso de todos à educação, à saúde, ao direito de viver como um verdadeiro cidadão. O nosso partido defende a democracia plena. Não é democrático um governo que discrimina a maior parte da população. Pode até ser democrático de direito, mas não o é de fato.

Ao se propor enquanto detentor da resolução da “questão democrática” no Brasil, o Prona concebe uma distinção substancial entre o campo da política partidária (ou os demais partidos políticos) e a sociedade brasileira, algo já delineado desde a fundação da sigla. O Prona seria o interlocutor da agenda popular, seu representante e também imbuído a solucionar a política nacional. Negaria a possibilidade de coligação com qualquer outro partido, pois tal dinâmica feriria os princípios da agremiação, estando aberto “ao povo e a qualquer Parlamentar que comungue nos nossos ideais”.

Apesar de se auto situar além das distinções entre esquerda e direita, o texto define nítida crítica ao modelo socialista de organização da economia, a defesa da livre iniciativa capitalista (todavia crítica ao processo absoluto de privatização das estatais brasileiras).

É uma utopia a igualdade absoluta, o paraíso socialista. A experiência histórica mundial já demonstrou que o Estado não pode ser dono de todas as atividades produtivas [...] Bloqueado a iniciativa privada pelo Estado no regime socialista, a tendência então é a ruptura do próprio sistema, o que aconteceu em muitos pontos do planeta. Daí por que o Prona defende o regime capitalista. Não há discussões estereis em nosso partido acerca desse ponto. [...] Nós somos contra a privatização indiscriminada que lesa o patrimônio público e traz, para os cofres nacionais, um volume mínimo de recursos.<sup>147</sup>

Entre o socialismo compreendido como intervenção absoluta do Estado na economia, e o modelo de privatização que extingue o papel essencial do Estado, o Prona definiria a ação do Estado como instrumento regulador desta. O exercício da autoridade competente ao Estado seria, portanto, mais um elemento condizente com a perspectiva de “centralização doutrinária” enunciada, que viria a combater princípios escusos (e não evidentes) da política nacional.

Apesar do tom coletivo dado ao pronunciamento, ele se encerra com uma citação atribuída a Enéas Carneiro - “criador, idealizador, grande líder e Presidente Nacional do Prona”, assim como o já habitual culto à liderança incontestada do presidente da sigla. O trecho, assim como praxe desde a fundação da sigla, atenta para o panorama caótico e a necessidade urgente de reestabelecimento da ordem, sob os auspícios do Prona, que estaria preparado para tal missão

---

147 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 13/11/1993, p. 24505.

em razão da excelência de seus quadros, emulando a perfeição dos membros do partido à nação brasileira. Viria o Prona, portanto, a criar “a era da convicção, a era da verdade, a era da decência, da dignidade, a era da confiança, do respeito, do preparo, da cultura, da inteligência, da ciência, do entusiasmo”<sup>148</sup>.

As comunicações de Gordilho na Câmara enquanto líder do Prona na casa e também representante do partido na esfera federal, foram marcadas por uma significativa modificação do procedimento político habitual anterior ao Prona. Nos vinte e seis discursos proferidos enquanto esteve filiada (isto é, até o fim de seu mandato), Gordilho mencionou o drama familiar de modo central (ou mesmo preludiar) em apenas três ocasiões – nos dias 03/03, 11/08 e 25/08 de 1993<sup>149</sup>.

Dentre esses três pronunciamentos, nota-se um procedimento peculiar: excetuando-se o primeiro deles, centrado na experiência pessoal sobretudo em razão da data de comemoração do Dia Internacional das Mulheres, nos discursos dos dias 11 e 25 de agosto de 1993, Gordilho estabelece relação comparativa entre a tragédia pessoal, necessidade em adentrar ao jogo político e a configuração diminuta do Prona. Gordilho teria procedimento idêntico ao da agremiação, ao situar-se em uma disputa desigual, mas pretensamente íntegra contra adversários de grande dimensão de poder. A desigualdade de forças seria, nessa lógica, o indício do caráter íntegro e popular do partido e dela própria, pois renegariam o procedimento político das forças majoritárias, profissionalmente políticas, e portanto distante dos anseios populares.

A ausência da persistência da questão pessoal, e a ocorrência de tal memorização relacionando-a ao Prona, indicam a percepção do mandato de Gordilho como uma entidade coletiva, tal qual delineado desde o momento de transição entre o *Partido Republicano Progressista* e o Prona, portanto não mais permeado por especificidades de cunho pessoal.

De fato, o primeiro discurso de Gordilho (13/01/1993<sup>150</sup>) após filiada ao Prona, trazia elementos expostos no manifesto de fundação do partido (1989), onde estabeleciam – no manifesto e discurso – críticas à reforma tributária e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Para Gordilho (e por consequência, o Prona), o Estado brasileiro deveria intervir na economia nacional, a fim de conter a evasão de divisas e o capital especulativo, mediante alta taxaçoão em aplicações de curto prazo, e taxaçoão média (acima de as taxas internacionais) em

---

148 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 13/11/1993, p. 24505.

149 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 04/03/1994, p. 4381; *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 12/08/1994, p. 16137; *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 26/08/1994, p. 17361.

150 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 14/01/1993, p. 274.

aplicações de médio e longo prazo.

Em outras ocasiões, Gordilho utilizara o plenário da Câmara (16/03 e 24/03/1993<sup>151</sup>) para denunciar supostas irregularidades cometidas pela gestão de César Maia (Partido da Frente Liberal/RJ) frente a prefeitura do Rio de Janeiro. Em dois momentos distintos, nos dias 31/03/1993 e 03/03/1994<sup>152</sup>, passaria a defender o trâmite necessário para aprovação do Projeto de Lei (PL) 3293/1992<sup>153</sup> de sua autoria, que dispunha sobre a obrigatoriedade do processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais nos municípios com população maior de 500 mil habitantes.

Um dos pontos centrais da atuação parlamentar de Gordilho foi na defesa do sistema presidencialista, em razão do referendo que deliberaria sob o sistema de representação (parlamentarismo, presidencialista ou monárquico) a ser escolhido em votação. A defesa do presidencialismo, proposição da legenda, passava pela crítica da atuação Legislativa (a Câmara e seus membros não teriam condições morais de assumir a centralidade da governança nacional), da necessidade da figura centralizadora do poder (o presidente enquanto chefe de Estado) e também dos perigos que permeariam a nação brasileira para o caso da aprovação do regime parlamentarista.

Em três ocasiões (02/02, 10/03 e 13/05/1993), Gordilho afirma que a escolha do parlamentarismo traria consequências desastrosas para o Brasil, inclusive a iminência de um novo golpe militar<sup>154</sup>. Além disso, desenvolve a seguinte comparação:

A Somália, a Jugoslávia, a Itália dos governos corruptos são Estados parlamentaristas. Os Estados Unidos, a maior potência, a maior democracia da história da humanidade são e sempre foram presidencialistas. A América presidencialista respondeu à depressão com Roosevelt; Alemanha e Itália parlamentaristas, com Hitler e Mussolini, ditadores.<sup>155</sup>

Há, novamente, uma repetição do prognóstico apresentado pelo Prona em 1989 – ou a sociedade brasileira compreenderia a proposta política do partido, e elegeria Enéas Carneiro

---

151 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 17/03/1993, p. 5261.; *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 25/03/1993, p. 5849.

152 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 01/04/1993, p. 6530.; *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 04/03/1994, p. 4381.

153 PL-3293/1992. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=211405>> (Acesso 01 dez. 2014). O Projeto de Lei foi apresentado em 27 de janeiro de 1992, portanto antes de Gordilho filiar-se ao Prona. Os demais projetos de Lei apresentados por Gordilho enquanto filiada ao Prona, vertiam sobre: remuneração/vale-transporte em espécie para trabalhadores (PL 3723/1993) e Criação de fundo de assistência a comunidades carentes, índios, menores abandonados e de rua e idosos (PL 4246/1993). Todos eles foram arquivados.

154 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 03/02/1993, p. 2642; *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 11/03/1994, p. 4896; *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 14/05/1993, p. 9769.

155 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 11/03/1994, p. 4897.

presidente da República, ou então o não exercício da autoridade destinada ao governo federal levaria à repetição de um golpe militar. Ao criticar a Câmara dos Deputados (à altura, segundo Gordilho, majoritariamente favorável ao regime parlamentarista), a deputada do Prona faria novamente o mesmo prognóstico, e lançaria Enéas Carneiro à presidência nacional - “Por isso o meu partido, o Prona, é presidencialista, e o Dr. Enéas, o seu fundador, será candidato à Presidência da República [...] E, para finalizar, acrescento a preocupação da iminência de um novo golpe militar. Era o que tinha a dizer”<sup>156</sup>.

Porém, indubitavelmente, a atuação mais enfática de Gordilho como deputada, chefe da “bancada” do Prona e representante da legenda nas esferas federais, se deu em razão do anúncio da impossibilidade de disputa da presidência pelo Prona e Enéas Carneiro no pleito que viria a ser realizado em 1994. Os parágrafos e incisos do artigo 5º da Lei nº 8713/93, de autoria do Deputado José Dirceu (Partido dos Trabalhadores/São Paulo), previam a limitação de apresentação de candidaturas à eleição presidencial à somente aqueles partidos que tivessem obtido ao menos cinco por cento dos votos apurados (isto é, excetuando-se votos brancos e nulos), distribuídos em um terço dos estados, ou então os partidos que contassem com ao menos 3% do número de membros da Câmara (exatos quinze deputados).

Em última instância, o partido que estivesse aquém dessas atribuições, deveria compor coligação com, pelo menos, um partido que cumprisse integralmente tais critérios. Em razão da disposição do Prona em não estabelecer coligação, nas eleições majoritárias, com partido político de qualquer espécie, essa definição eliminaria a candidatura de Enéas Carneiro. A primeira crítica de Gordilho à Lei 8173/93 faz uso do mesmo procedimento crítico ao parlamentarismo. Se não modificada, mais uma vez, possibilitaria um novo golpe militar.

A ordem social já periclita em nossa terra. E não devemos ser nós, os Parlamentares, os primeiros a dar exemplo de desobediência à lei. Rumores já existem, e estou bem informada disto, de que, na caserna, militares da ativa estão insatisfeitíssimos com os desmandos oriundos do Poder. E não adianta repetir, como a todo instante faz a imprensa, que os militares estão tranquilos. Tranquilos estão S. Ex<sup>os</sup> os Ministros militares. Quando falam, falam como Ministros, não como militares, porque nenhum militar da ativa pode fazer pronunciamento político, senão, por força do regulamento, será preso.<sup>157</sup>

Para Gordilho, por ter sido texto proposto por um Deputado vinculado ao PT, tal dispositivo seria destinado ao favorecimento da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. O PT estaria, portanto, estabelecendo uma “chacina” contra os pequenos partidos.

---

156 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 14/05/1993, p. 9770.

157 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 02/09/1993, p. 18129.

Ameaçava, portanto, tomar atitudes drásticas (sem evidenciar quais seriam).

Sou discriminada, porque o Prona nasceu justamente para ser oposição a essa prática imoral e essa votação não vai terminar com demagogia e imoralidade, pois estou disposta a tomar uma atitude violenta, que tenha repercussão nacional e internacional, nem que para isso o meu mandato seja cassado<sup>158</sup>.

Regina Gordilho utilizou o plenário para manifestar a indignação contra o Projeto de Lei em três ocasiões (nas três vezes em que compareceu ao plenário no restante do ano, inclusive). Afirmava que, além do interesse *petista* na questão, haveria uma clara manobra destinada a romper o avanço da candidatura de Enéas Carneiro.

O Dr. Enéas, que é, na verdade, o alvo principal de toda essa manobra antidemocrática. Sabem por que, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Pois saibam que, de acordo com pesquisa do Ibope, encomendada e paga pelo nosso partido, apenas no Centro-Oeste – para não me demorar – nosso candidato já obtém a preferência de 5% do eleitorado<sup>159</sup>.

O principal argumento de contrariedade ao Projeto de Lei, baseava-se na questão de direitos adquiridos. Havendo o Prona garantido o registro definitivo da legenda junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 30 de outubro de 1990, retirar a possibilidade de candidatura traria um procedimento restritivo que, segundo Gordilho, não seria encontrado sequer nos países comunistas (“Sr. Presidente, nem nos países comunistas tira-se o direito adquirido”<sup>160</sup>). Sendo assim, o Prona entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (ADI Nº 958-3).

A ação em acusação de inconstitucionalidade do art. 5 da referida Lei, foi requerida pelo próprio partido. O advogado responsável, Ildeu Alves de Araújo, viria a integrar futuramente o Prona, tendo inclusive prestado apoio jurídico no programa de governo apresentado em 1994. Argumento central da ADI alegava que tal proposta feriria preceitos constitucionais da República, assim como o princípio do pluripartidarismo<sup>161</sup>. No dia 11 de maio de 1994, a ADI 985-3 foi julgada pelo STF, tendo sido acatada pela maioria dos juízes. Dessa maneira, o Prona estava habilitado para concorrer à presidência da República, na chapa Enéas Ferreira

---

158 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 03/09/1993, p. 18205.

159 Não há contudo, nenhuma referência concreta à pesquisa – registro, amplitude, etc. Cf. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 15/09/1993, p. 19322.

160 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 23/09/1993, p. 20453. Não se afirma, contudo, quais seriam os países ou direitos em questão.

161 Além do Prona (ADI 958), o Partido Social Cristão requereu a ADI 966 contra a mesma Lei, todavia em relação a outros parágrafos do texto. Para uma análise pormenorizada desses e outros casos semelhantes, cf. BARBOSA, Rafaela Aparecida Emetério Ferreira. *Cláusula de barreira: Uma análise da jurisprudência do STF a partir da Constituição Federal de 1988*. Monografia (Escola de Formação). Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 40 fls., 2008.

Carneiro e Almirante Roberto Gama e Silva.

No mesmo dia, Regina Gordilho ocupou o plenário da Câmara, para comemorar a decisão favorável ao Prona (evidenciando que se tratava de uma vitória contra José Dirceu e o PT), criticar a ausência de democracia, reafirmar a chapa de partido único e afirmar que Enéas Carneiro seria candidato e o futuro presidente do Brasil.

Meu partido, o Prona, não se coligará com nenhum partido. Irá sozinho para a campanha a Presidência da República, sem se coligar com os demais partidos, mas com o povo, porque foi formado com a cara do povo, com a luta do povo e com a dignidade do povo. (Apupos). Não chega, não! É a hora das respostas [...] Quero dizer, mais uma vez, que aqui não há democracia, pois se houvesse respeitariam minha voz. Aqui se ganha pela quantidade, não pelo valor, nem pela proporcionalidade. Por isso, imponho assim mesmo o tempo necessário para participar da vitória do Prona e comunicar a todos os Parlamentares que o Dr. Enéas é candidato à Presidência da República e será o futuro Presidente da República. (Palmas).<sup>162</sup>

Se o futuro já estava determinado, isto é, a presidência de Enéas Carneiro era um fato inexorável, para a concretude do fato, contudo, seria necessário ao Prona buscar construir, ao contrário de 1989, um efetivo programa de governo, o qual foi intitulado de “Um grande projeto nacional”. Para isso, é necessário apreender a trajetória pessoal e política daqueles diretamente envolvidos na construção desse programa de governo, para compreender as similaridades políticas e ideológicas para tal relação e de qual modo se inseriram no partido a partir de 1994.

## 2.2 A antessala do projeto político

O processo eleitoral de 1994 era diversificado daquele observado no ano de 1989, e por algumas razões traria possíveis benefícios aos interesses de Enéas Carneiro e do Prona. Em primeira instância, não haveria profusão de pequenas candidaturas, ao menos em relação à quantidade do pleito anterior<sup>163</sup>. Sendo assim, a candidatura de Enéas despontaria facilmente à condição de *outsider* do jogo político tradicional, ainda mais em razão de ter sido, apesar do fraco desempenho observado em 1989, o candidato mais votado entre os candidatos dos

---

<sup>162</sup> *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 12/05/1994, p. 7541.

<sup>163</sup> Eram os seguintes candidatos: Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel, pela coligação “União, Trabalho e Progresso” (PSDB, PFL e PTB); Luiz Inácio Lula da Silva e José Paulo Bisol (sucedido por Aloizio Mercadante) pela coligação Frente Brasil Popular pela Cidadania (PT, PPS, PSB, PCdoB, PV, PCB e PSTU); Enéas Carneiro e Roberto Gama e Silva, pelo Prona; Oreste Quércia e Iris de Araújo, pela coligação PMDB/PSD; Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, pelo PDT; Esperidião Amin e Maria Gardênina (PPR); Carlos Antônio Gomes e Dilton Carlos Salomoni (PRN) e Almirante Hernani Fortuna e Vítor Jorge Abdala Nósses, pelo Partido Social Cristão.

chamados partidos *nanicos*, com cerca de 0,5% dos votos. Haveria, por assim dizer, a questão da persistência de uma candidatura iniciada em 1989 e que, por alguns motivos – sobretudo devido à continuidade do uso do refrão “Meu nome é Enéas!” no HGPE – seria facilmente rememorado pelo eleitorado.

Além disso pesava por sobre o contexto de 1994 o crítico panorama político, cujo epicentro se deu a partir da esfera federal anos antes, no processo que levou à renúncia do presidente Fernando Collor de Mello, a posse de seu vice (Itamar Franco), a constituição da nova equipe de governo e o modo como se desenhou o processo eleitoral. A crise poderia (e foi) utilizada pelo Prona como um indício e comprovativo do discurso sinteticamente estabelecido em 1989, i. e., a perspectiva da crise era decorrência da profundidade da desestruturação no sistema político estabelecido, ou melhor, a configuração dos atores envolvidos na democracia representativa.

Nota-se, inclusive, que a reprodução desse argumento se deu, de modo sistemático, nos discursos de Regina Gordilho, ao afirmar o caráter *antipopular* e *antidemocrático* do Congresso Federal em especial na disputa pela legalidade da chapa do Prona à presidência da República, do mesmo modo que estabelecia ao Congresso a condição de corporativista, no sentido de conjuração de objetivos e premissas próprias ao profissionalismo político.

Sendo assim, a crítica à política tradicional (aquela praticada pelos políticos profissionais, *jamais* pelo Prona), teria um exemplo concreto e latente – o processo eleitoral de 1994 seria o seu próprio e clarividente corolário. Esse contexto serviria para aprofundar ou cristalizar a configuração do Prona como um “partido anti partido” (ou *partido não-partido*).

A noção de *anti-party party* é utilizada, há tempos, para compreender esse fenômeno ocasionado em diversos momentos históricos e nas mais diversas roupagens. Não deve ser tomado como um procedimento (estratégia ou configuração) típico da direita política, visto sua ocorrência nas diversas posições do espectro político. De modo geral, conforme mostra Cas Mudde<sup>164</sup>, pode referir-se a dois grupos distintos, embora eles possam ser interconectáveis por razões pragmáticas ou ideológicas.

Um deles compreende agremiações que rejeitam os partidos enquanto instrumento de negativa absoluta daqueles como instituição de representação – e também sua perspectiva democrática, em última instância. A outra divisão compreende partidos que utilizam do sentimento e retórica discursiva “anti-partido” como estratégia política e recurso eleitoral.

---

164 MUDDE, Cas. The paradox of the anti-party party: Insights from the Extreme Right. *Party Politics*, v. 2, n. 2, 1996, pp. 265-276.



Embora um partido político possa transitar entre as duas categorias<sup>165</sup>, há uma clara divisão entre intensidade e natureza, seja estratégia ou ideológica.

Os partidos que defendem a extinção de todos os partidos cumprem uma agenda política definida e expressa, com traços que remetem aos fascismos históricos (o próprio Integralismo brasileiro é, sem dúvida, um representativo do gênero<sup>166</sup>). Dessa maneira, o segundo grupo pode compreender tanto um caráter antagônico ao primeiro, quanto uma tentativa deliberada de afastamento da questão *neofascista*. De qualquer maneira, guardadas as devidas particularidades daquelas delineadas por Mudde<sup>167</sup>, o Prona constitui-se, desde o momento de sua fundação, como um partido anti-partido que o fez enquanto crítica aos procedimentos das outras agremiações, mas também elemento de busca por algum provável capital político.

Negava-se o caráter dos partidos políticos adversários (por antipopulares, antidemocráticos, profissionais, etc.), sem que contudo houvesse uma sistemática crítica aos partidos políticos enquanto instituição ou mesmo como negação da democracia representativa. Dentro dessa perspectiva, o contexto de 1994 viria a auxiliar a busca e construção do Prona enquanto representante “legítimo” e institucional desse sentimento.

Outro fator determinante no processo eleitoral de 1994, se daria em razão da questão das privatizações de empresas estatais, assim como outras medidas econômicas compreendidas como dinâmicas neoliberais. De modo geral, o Plano Real, a candidatura do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (*Partido da Social Democracia Brasileira*, PSDB), assim como o apoio de Itamar Franco e demais participantes da gestão que sucedeu à de Fernando Collor, o aspecto de continuidade e aprofundamento das propostas delineadas por FHC nos anos em que esteve à frente do Ministério da Fazenda à coligação “União, Trabalho e Progresso”.

Ao despontar na liderança da corrida eleitoral, Fernando Henrique Cardoso era o candidato a ser combatido. Embora as críticas ao Plano Real e as medidas econômicas do governo Itamar Franco não fossem, de modo algum, propriedade do Prona (as críticas de Lula e Brizola caminhavam nesse sentido), o nacionalismo econômico expresso em torno do intervencionismo estatal era um dos motes definidores do Prona. Tal qual um mantra (a defesa de uma antítese absoluta), poderia auxiliar a candidatura de Enéas e Roberto Gama e Silva.

---

165 Assim como pode fazê-lo em relação às categorias de “direita radical” e “extrema-direita”, conforme a perspectiva de Michael Minkenberg, explorada anteriormente.

166 Seja a partir de 1935, quando a Ação Integralista Brasileira transforma-se em partido político visando a disputa institucional e busca *resolver o problema* partidário, ou mesmo durante a existência do Partido de Representação Popular, nota-se a persistência da assertiva: os partidos políticos dividem a nação.

167 Em especial à questão do que Mudde compreende enquanto ciclos de desenvolvimento dos partidos de extrema-direita – por ser um modelo pensado exclusivamente para o caso europeu, mas também às divisões categorizantes entre “*extremism*” e “*populism*”, conforme as duas divisões delineadas.

A corrida eleitoral de 1994 marca a tentativa de sistematização do Prona como alternativa política. Para tal, a agremiação buscava se distanciar do amadorismo evidenciado em 1989, mas também do profissionalismo característico dos demais partidos. O Prona deveria ser uma coletividade, expressa em tom partidário, mas que reuniria “idealistas” em sentido autoproclamado. A noção de totalidade e grandiosidade pode ser observada no programa de governo lançado pelo partido, onde lia-se “Um Grande Projeto Nacional”<sup>168</sup>, aberto pelo também “[o] grande manifesto do Prona à nação brasileira”. Ainda assim, apesar do caráter coletivo, a centralidade de Enéas Carneiro é evidenciada já na capa do impresso, fosse pela reprodução de uma fotografia do líder do partido ou mesmo pela inscrição “Enéas” em dimensão maior às demais inscrições.



Figura 6 – *Um Grande Projeto Nacional*, 1994 (reprod.)

---

168 CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1994.

O plano de governo de Enéas/Prona para 1994, iniciava-se com a apresentação das lideranças do partido. É possível observar, conforme tabela abaixo, que parte significativa dos membros da comissão executiva nacional estiveram envolvidos na campanha de 1989, logo também na fundação do Prona, indicando portanto um processo de continuidade.

Nome	Profissão	Cargo/Função – 1994 <sup>169</sup>	Cargo/ Função – 1989 <sup>170</sup>
Enéas Ferreira Carneiro	Médico	Presidente Nacional	Presidente Nacional
Jorge Garcia Leite	Advogado	1º Vice-Presidente	-
Irapuan Teixeira	Médico	2º Vice-Presidente	-
Maria Celeste Suassuna	Médica	3º Vice-Presidente	2º Tesoureiro
Lenine Madeira de Souza	Médico	Secretário-Geral	Secretário-Geral
Maria Anunciada Lima de Aquino	Bancária	1º Secretário	-
Divino José Valentim	Militar Reformado	2º Secretário	-
Samuel Alleyne Netto	Médico	1º Tesoureiro	2º Secretário
Vanderlei Assis de Souza	Médico	2º Tesoureiro	3º Vice-Presidente
Regina Gordilho	Empresária	Vogal	-
Moacyr Bastos	Professor	Vogal	1º Vice-Presidente
Cleuber Cunha Dalseco	Engenheiro	Vogal	-
Fábio do Ó Jucá	Médico	Vogal	Membro fundador

Tabela 6 – Comissão Executiva Nacional (1994)

Dentre os treze membros da Comissão Executiva Nacional do partido em 1994, sete deles haviam sido membros fundadores da legenda em 1989. Dos seis novos membros/líderes do Prona, apenas Regina Gordilho dispunha de alguma experiência político-partidária anterior. No cômputo geral deste quesito específico, somar-se-ia a Moacyr Bastos, membro fundador e antigo afiliado ao PMDB.

Juntos à predominância dos líderes partidários com formação ou atribuição profissional na área médica (sete membros), é possível notar a permanência do quadro geral observado em 1989: centralidade de Enéas Carneiro e relações profissionais/pessoais na configuração do núcleo dirigente da agremiação. Já os membros do diretório nacional (titulares e suplentes) apresentam configuração mais diversificada, todavia em alguns sentidos.

169 Cf. CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1994. p. II.

170 Cf. Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, pp. 5280 – 5285.

<b>Membros Titulares</b>		
<b>Nome</b>	<b>Função Profissional</b>	<b>Estado</b>
Enéas Ferreira Carneiro	Médico	Rio de Janeiro
Jorge Garcia Leite	Advogado	Rio de Janeiro
Irapuan Teixeira	Médico	Rio Grande do Sul
Maria Celeste Suassuna	Médica	Rio de Janeiro
Lenine Madeira de Souza	Médico	Rio de Janeiro
Rosana Maria Ferreira e Silva	Médica	Amazonas
Divino José Valentim	Militar Reformado	Rio de Janeiro
Samuel Alleyne Netto	Médico	Rio de Janeiro
Vanderlei Assis de Souza	Médico	Rio de Janeiro
Regina Gordilho	Empresária	Rio de Janeiro
Moacyr Bastos	Professor	Rio de Janeiro
Fábio do Ó Jucá	Médico	Rio de Janeiro
Cleuber Dalseco	Engenheiro	Minas Gerais
Janete Ferreira Carneiro	Tradutora	Distrito Federal
Milton Melfi	-	São Paulo
Elimar Máximo Damasceno	Médico	Rio de Janeiro
Diva da Silva Nascimento	Médica	São Paulo
Leandro Troijo Júnior	Auditor Fiscal	São Paulo
Maria Anunciada Lima de Aquino	Bancária	Distrito Federal
Maria Sueli de Oliveira Sobrinho	-	Acre
Elizabeth Cuelhar Justiniano	-	Rondônia
Isabel Cristina Rodrigues Brum	Médica	Mato Grosso do Sul
Selene Maria de Moraes Guimarães	-	Rio de Janeiro
Dalzo Lacerda Filho	Médico	Espírito Santo
José Maria Queiroz	-	Roraima
João Gonçalves Dourado	-	Tocantins
Claubenil Sebastião Botelho de Paiva	-	Amapá
<b>Suplentes</b>		
Osório Alexandrino de Souza	Físico Nuclear	Minas Gerais
Jorge Cândido dos Remédios	Funcionário Público	Rio de Janeiro
Havanir Tavares Almeida Nimtz	Médica	São Paulo
Teresa Valdy Reto	Engenheira / Funcionária Pública	São Paulo
Daniel Pereira de Melo	-	Rio de Janeiro
Brigadeiro Álvaro Soares Dutra	Militar	São Paulo
Maria Isabel Severo Teixeira	Advogada	Rio Grande do Sul
Nelson Gabriel Dias	Dentista	Rio de Janeiro

Tabela 7 – Diretório Nacional (1994) <sup>171</sup>

Composto por também membros da comissão executiva nacional, o Diretório Nacional do Prona em 1994 incluiria trinta e cinco pessoas. Diferentemente da configuração da liderança partidária em 1989, onde havia uma grande maioria de membros fundadores residentes no estado do Rio de Janeiro (conforme analisado, muitos deles nas cercanias das residências das principais lideranças partidárias) e somente dois em outras localidades (Pará e Minas Gerais),

171 CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1994. p. III.

observa-se o processo de expansão nacional do partido – ou ao menos a presença de líderes em diversos estados brasileiros.

Dessa maneira, é possível constatar o seguinte cômputo: 15 membros no Rio de Janeiro (três deles suplentes), 6 membros em São Paulo (sendo 3 suplentes), 2 membros no Rio Grande do Sul (1 suplente), 2 em Minas Gerais (1 suplente), 2 membros no Distrito Federal, e um membro nos respectivos estados: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Tocantins e Amapá.

Apesar do aumento da presença de lideranças partidárias no território nacional, grande parte deles residiam no estado do Rio de Janeiro, local de fundação do Prona. Além disso, nota-se que o membro suplente em Minas Gerais (Osório Alexandrino de Souza), havia sido membro fundador em 1989, quando residente no Rio de Janeiro<sup>172</sup>. Ademais, uma das lideranças do Prona no Distrito Federal era filha de Enéas – Janete Ferreira Carneiro. Por fim, uma das lideranças em São Paulo, Leandro Troíjo Júnior, havia pertencido anteriormente a outro partido (*Partido Social Democrático*, durante os anos 1960<sup>173</sup>), somando-se a Regina Gordilho e Moacyr Bastos.

Adicionando-se, ainda, o fato que 14 dos 35 membros do Diretório Nacional eram profissionalmente ligados à área da saúde (13 médicos e médicas e 1 dentista), é possível afirmar que, apesar da ligeira expansão e diversificação da agremiação em seu alto escalão, ela persistiu com traços constituintes existentes desde o início – a centralidade de Enéas Carneiro e colegas de ofício, sobretudo na forma de relação profissional – área médica – organização política e na força predominante do partido na região sudeste, especialmente no estado do Rio de Janeiro.

Se a hierarquia dirigente do partido poderia engendrar a compreensão do Prona como “o partido de Enéas”, isto é, criado, gerido, controlado e destinado à realização de um projeto político pessoal e intransferível, a seção de agradecimentos aos apoiantes ao plano de governo de Enéas Carneiro adquire caráter contrastante à impressão de plataforma institucional para um projeto pessoal (e seus colegas, admiradores e adeptos). Divididos em seis categorias – apoio técnico, apoio político, apoio jurídico, apoio administrativo, apoio financeiro e “consultor especial na área econômica” –, os agradecimentos são destinados às pessoas que “participaram, de uma ou outra forma, da elaboração deste documento”<sup>174</sup>.

---

172 Cf. Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, pp. 5280 – 5285.

173 cf. “Leandro Troíjo”. *Quem Faz História: São José do Rio Preto*. Disponível em: <<http://www.quemfazhistoria.com.br/verbetes/pessoa.asp?p=114&enviaetra=>> (acesso em 15 abr. 2014).

174 CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de

Trata-se, na realidade, sobretudo na seção “apoio técnico”, dos elementos basilares do discurso e corpo ideológico do Prona a partir desse novo marco partidário. É o corpo técnico que embasará o discurso político, em especial de Enéas Carneiro – afinal, é um grande projeto para mediar a inexorabilidade da presidência de Enéas. E, o fato de denominá-los como “apoio técnico” mostra mais uma vez o caráter “não político” do partido. O “apoio político” em questão, seria, na realidade, o processo de inserção do Prona na Câmara Federal, mediante Regina Gordilho. Por essa razão, é somente ela quem ocupa a seção específica.

A iniciativa em apresentar o corpo técnico antes das propostas de governo partem, também, da deliberada disposição em demonstrar que, embora o caráter centralizador e liderança incontestada de Enéas Carneiro, o projeto de governo do Prona para o Brasil (ou 1994 e adiante) tinha caráter coletivo e diversificado em sua construção, por isso ainda mais autêntico.

Isso, claro, não determina a inexistência de parceiros laborais de Enéas na elaboração do documento e plano de governo. De fato, são mencionados os seguintes colegas de profissão e partido: Vanderlei Assis de Souza (fundador do Prona em 1989, membro titular do partido em 1994 e candidato ao senado carioca em 1994), Diva da Silva Nascimento (membro titular do Prona e candidata à câmara federal por São Paulo), Elimar Máximo Damasceno (membro titular e candidato à câmara federal pelo estado do Rio de Janeiro), Havanir Tavares Almeida Nimtz (candidata à deputada federal em São Paulo), Everaldo da Silva Araújo (candidato ao governo no Pará), Paulo Flores (candidato ao senado por São Paulo), Rosana Maria Ferreira e Silva (membro titular e presidente do Prona no Distrito Federal) e Aloysio Guimarães.

Mais do que compreender a persistência da relação médico-política na estruturação hierárquica do Prona, havia a questão da ênfase na noção de capacitação técnica e desprendimento rumo à política, e não o ritmo inverso. Isso pode ser observado na apresentação de “Dr. Enéas Carneiro”: “médico, diplomado em Física e Matemática, Mestre em Cardiologia, candidato à Presidência de República”. Nota-se que os atributos profissionais precedem à condição política também no caso do candidato à vice-presidência pelo Prona, “Almirante Roberto Gama e Silva – engenheiro, ex-presidente do Grupos de Estudos do Baixo Amazonas (GEBAM), candidato à Vice-presidência da República”.

### **2.2.1 Roberto Gama e Silva: um militar para Vice-Presidente**

O fato de Roberto Gama e Silva ser um militar de formação e carreira, modifica a  

---

Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1994. p. IV.

configuração da candidatura em relação à eleição precedente, que era uma chapa *puro sangue*, isto é, com médicos recém-iniciados na vida política. Ademais, evidencia que o Prona traria um corpo (ou a tentativa de transformar-se em agremiação) mais técnico, ligado ao nacionalismo de inspiração militar e mais habituado a alguns procedimentos do campo político.

Roberto Gama e Silva, almirante reformado da Marinha Brasileira, apesar de não filiado a um partido político anterior ao Prona, transitou, durante décadas, entre os meios políticos e militares, justamente em razão da presença autoritária dos militares na política, mas também devido às funções exercidas durante o regime militar. Nascido em Manaus (AM), fez toda a formação no Rio de Janeiro, e voltou à região amazônica por designação das Forças Armadas. Integrou a Agência Central do Serviço Nacional de Informação (SNI) do Amazonas, junto ao Conselho de Segurança Nacional<sup>175</sup> - detalhe biográfico não mencionado no documento do Prona<sup>176</sup>.

Em contrapartida, a liderança frente ao GEBAM, durante quatro anos, é fator de destaque na biografia apresentada pelo partido. O GEBAM, assim como o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), foi criado em 28/02/1980 (por meio do Decreto nº. 84.516), durante o governo do General Figueiredo. Sob a autoridade da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (e também ligado ao SNI), foi resultado de um esforço do regime militar em estabelecer presença, de forma autoritária, na região Amazônica, em especial na questão referente aos conflitos agrários<sup>177</sup>. Tratava-se, portanto, de intervenção militar, política e policial, mediante Poder Executivo.

Além da questão fundiária, o GEBAM buscava promover projetos de colonização e desenvolvimento na região da margem esquerda do Baixo Amazonas. O processo teve, ainda, papel fundamental no processo de nacionalização do “Projeto Jari” (fábrica de celulose, idealizada pelo bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig) entre os anos 1980 e 1982<sup>178</sup>. Em 1983, Gama e Silva foi alvo de série de denúncias, efetuadas no plenário do Senado Federal. O autor delas, Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (senador pelo PMDB do

175 Cf. *Memorial Petronio Augusto Pinheiro*. Disponível em: <<http://memorialpetroniopinheiro.com.br/?pg=amazonia.php#>> (acesso em 31 mar. 2015).

176 Aventa-se a possibilidade que, por razão do caráter persecutório e autoritário, logo antidemocrático do SNI a cargo do Conselho de Segurança Nacional, tratava-se de uma possível e deliberada tentativa de silenciamento por parte da legenda. Por ser candidato à vice-presidência, a atuação de Gama e Silva junto ao SNI poderia evidenciar um possível caráter extremista/antidemocrático do Prona, portanto danoso às investidas e possibilidades eleitorais.

177 cf. COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém: Editora Universitária UFPA, 1992, p. 32.

178 cf. Projeto Jari. *Folha de S. Paulo*, 19/10/1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/19/dinheiro/20.html>> (Acesso em 02 fev. 2014).

Amazonas), afirmava que Gama e Silva utilizava das funções e prerrogativas militares para contrabandear mercadorias (em especial um automóvel, por meio da Zona Franca de Manaus), além de utilizar expedientes oficiais (militares) para fins políticos (*lobby* em busca de apoio a políticos do PDS, ou mesmo ações contra políticos do PMDB<sup>179</sup>).

De qualquer maneira, a disputa entre Fábio Lucena e Gama e Silva não era datada, de modo que Lucena afirmara, em 1982, que Gama e Silva teria planejado o assassinato dele e de alguns correligionários do PMDB<sup>180</sup>. Em relação ao episódio do suposto contrabando de automóveis, Fábio Lucena chegou inclusive a publicar dois panfletos pelo Centro Gráfico do Distrito Federal, intitulados “Nas águas do contrabando” e “Nas águas do contrabando: naufrágio do Almirante Gama e Silva” (versão ampliada do primeiro)<sup>181</sup>.

Em determinados momentos, a disputa entre os dois quase chegou às vias de fato, o que teria causado preocupação em José Sarney, então presidente do PDS<sup>182</sup>. Havia temor em torno da possibilidade das acusações contra Gama e Silva pudessem atingir, também, a instituição militar (Marinha). Por fim, a ocasião teve desfecho favorável ao acusado: de acordo com reportagem publicada em 29 de março daquele ano, Gama e Silva teria comprovado inocência, “com vasta documentação comprobatória da legalidade de seus atos”<sup>183</sup>.

Se estes acontecimentos demonstram que Gama e Silva transitava entre os altos escalões do poder – local e nacional, inclusive –, a presença em meios políticos veio a intensificar-se com o processo de abertura política, em especial durante o período da Assembleia Constituinte. No ano de 1985, Gama e Silva edita a obra “São mesmos nossos os minerais não-energéticos?”, prefaciada por Antônio Ermírio de Moraes, presidente do conglomerado industrial Grupo Votorantim, e que seria candidato à prefeitura de São Paulo em 1986, pela coligação “União Liberal Trabalhista Social” (formada pelo *Partido Trabalhista Brasileiro*, *Partido Liberal* e *Partido Social Cristão*).

Na obra, Gama e Silva defende o processo de nacionalização das jazidas minerais não-energéticas no Brasil, em procedimento semelhante ao acontecido com o “Projeto Jari”, com a participação de empresas estatais (regionais e estaduais) juntamente à iniciativa privada de origem nacional. Não à toa, o “Grupo Votorantim” é tomado como norteador - “é um belo

---

179 “Lucena faz nova acusação a Gama e Silva”. *Última Hora* (Rio de Janeiro), 05/04/1983, p. 3.

180 Tal situação é narrada no pronunciamento da deputada Eunice Michiles (PDS/AM), que busca desconstruir as acusações e reafirmar o caráter ilibado de Gama e Silva. cf. *Diário do Congresso Nacional*. Seção II, 19/10/1982, p. 3986.

181 BITTENCOURT, Fábio Lucena Pereira de. *Nas águas do contrabando*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1983; BITTENCOURT, Fábio Lucena Pereira de. *Nas águas do contrabando: naufrágio do Almirante Gama e Silva*. 2ª Ed. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1983.

182 “Sarney quer moderar o tom do Plenário”. *Correio Braziliense*, 04/03/1983, p. 12.

183 “Gama e Silva comprova inocência”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29/03/1983, p. 3.



exemplo, lograram ombrear-se com as multinacionais, mercê da direção competente e, sobretudo, patriótica”<sup>184</sup>.

O discurso em torno da premissa de nacionalização concomitante à proibição de empresas internacionais e multinacionais na exploração do solo brasileiro seria radicalizado mais adiante, justamente nos limiares da Constituinte. Em fevereiro de 1988, Gama e Silva publicou a obra “A quinta-coluna no setor mineral: o entreguismo dos minérios”<sup>185</sup>.

O prefácio do livro é conduzido pelo general Antonio Carlos de Andrada Serpa, que durante a vigência do governo Figueiredo, destacou-se pelas proposições nacionalistas em detrimento à presença de multinacionais no Brasil. Foi, inclusive, penalizado em razão das críticas públicas<sup>186</sup>. Serpa teve, também, papel de destaque no procedimento golpista de 1964<sup>187</sup>. Durante os anos 1970, general Serpa liderou, de acordo com Tiago Monteiro<sup>188</sup>, a linhagem “neonacionalista” nas Forças Armadas e, na passagem dos anos 1980, adquiriu perspectiva política mais liberal em relação ao autoritarismo do regime militar (e afastamento de alguns setores da chamada “linha dura”), propondo a defesa de eleições diretas para cargos eletivos, respeito às liberdades individuais, etc.

A apresentação de Antônio Carlos Serpa ao livro de Gama e Silva reafirmava as proposições de um nacionalismo econômico com implicações políticas, isto é, a defesa da iniciativa nacional e estatal contra a presença de organizações multinacionais e estrangeiras em solo brasileiro - inclusive com crítica a setores das Forças Armadas.

Se há responsabilidade da qual as Forças Armadas jamais poderão se eximir, durante os governos militares, é a de neles haver ocorrido a entrega maciça do solo e do subsolo a poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas [...] Enquanto ocorriam esses fatos, de suma gravidade para a vida nacional e o futuro dos nossos filhos, onde se encontravam os quadros militares – as sentinelas do regime? Cuidavam de seus afazeres profissionais, confiados nos presidentes que o Alto Comando havia escolhido.<sup>189</sup>

O livro de Gama e Silva seria, nas palavras do General Serpa, artífice na tentativa de

---

184 SILVA, Roberto Gama e. *São mesmo nossos os minerais não-energéticos?*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1987, p. 81.

185 SILVA, Roberto Gama e. *A quinta-coluna no setor mineral: o entreguismo dos minérios*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1988.

186 “Falou, falou, caiu”. *Revista Veja*, 23/05/1980, pp. 24-25.

187 Cf CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 49.

188 MONTEIRO, Tiago Francisco. As propostas de defesa da democracia apresentadas pelas facções castrenses do Exército brasileiro entre a Transição Política e a Nova República (1974-89). *Aedos (UFRGS)*, n. 3, vol. 5, Ago/Dez 2013, p. 80 – 101.

189 SERPA, Antonio Carlos da Andrada. Prefácio. In: SILVA, Roberto Gama e. *A quinta-coluna no setor mineral: o entreguismo dos minérios*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1988, pp. 10-11.

romper com a condição de capitalismo dependente no Brasil, que teria se iniciado nos anos JK, persistido durante a vigência do regime militar, e caso não resolvido nos anos iniciais da chamada Nova República, levaria o Brasil à convulsão social.

Assim como disposto em textos anteriores, a obra de Gama e Silva compreende uma visão essencialmente protecionista e intervencionista, a partir dos mecanismos de Estado, na regulação econômica e produtiva nacional. Há, contudo, o elemento de radicalização, onde o autor estabelece uma divisão binária entre os interessados no assunto: os nacionalistas e os “quinta-coluna”. Estes, contrários à hegemonia nacional, seriam agentes infiltrados, espiões, colaboracionistas, entre outros adjetivos depreciativos. Sendo agentes *quinta-coluna*, esses *inimigos* se disfarçariam por meio da condição de *liberais*<sup>190</sup>, se apropriando das riquezas minerais brasileiras, a fim de frear o “processo de consolidação da primeira Grande Civilização, fadada a florescer nos trópicos”<sup>191</sup>.

Nota-se, como observa Adriana A. Marques<sup>192</sup>, que Gama e Silva traz elementos para a sistematização da noção de “destino manifesto” a ser defendido pelo Prona. Mais do que isso, empreende compreensão/simplificação, de modo binário e exclusivista, da realidade nacional: *nós* (nacionalistas, portanto defensores da exclusividade nacional nos minérios) x *eles* (*liberais*, brasileiros ou não, a favor da internacionalização do extrativismo mineral na região Amazônica). Do ponto de vista político, o autor afirma que o protecionismo seria estratégia necessária ao Brasil, pois anteriormente utilizada por nações ricas, como Inglaterra (somente as condições históricas propícias e necessárias teriam determinado a passagem de “protecionismo” para “livre comércio”) e principalmente, ao menos do ponto de vista inspirativo, o Canadá, pelo passado colonial, ascensão econômica e principalmente as medidas protecionistas à exploração do solo local.

Para Gama e Silva, o tráfico empreendido pelos “vendilhões do templo” provavelmente remeteria ao processo de independência nacional. E em razão da publicação em questão coincidir, temporalmente, ao processo da constituinte de 1988, o autor propõe o retroceder, no aspecto específico, à Constituição de 10 de novembro de 1937 (marco inaugural da ditadura do Estado Novo), posto que seria a mais vantajosa e nacionalista em relação às riquezas minerais, e favoreceria a iniciativa genuinamente nacional (isto é, sem participação

---

190 Contudo o autor não define o que compreende como *liberais*, tomamos como aqueles partidários da escola do liberalismo clássico de Adam Smith e afins.

191 SILVA, Roberto Gama e. *A quinta-coluna no setor mineral: o entreguismo dos minérios*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1988, p. 15.

192 MARQUES, Adriana A. Presença Militar na Amazônia: a visão do poder legislativo. In: CASTRO, Celso (org.). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 75.

estrangeira).

A proposição em defesa da exploração nacional (e nacionalista) das jazidas mineiras encontrou espaço e respaldo de alguns Deputados durante o processo da Constituinte. Mais do que isso, Gama e Silva passou a integrar um grupo de pressão, formado, talvez, anos antes, desde a publicação de seu primeiro livro, em 1985. De qualquer maneira, tal grupo de pressão (ou simplesmente lobistas) era diversificado em sua constituição e orientação política, conjurados em torno da defesa dos interesses dos nacionalistas na questão mineral.

O Ministério de Ciência e Tecnologia, por meio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), chegou a publicar duas participações de Gama e Silva na série “Recursos Minerais: Estudos e Documentos”: “A hiléia e a ocupação racional da Amazônia”<sup>193</sup> e “Minerais e Constituição”<sup>194</sup>.

A defesa da nacionalização dos recursos minerais congregou diversas tendências políticas. Em 28 de abril de 1988, por exemplo, o Deputado Paulo Ramos (PMDB/Rio de Janeiro), divulgou, em plenário, carta (protesto) de Gama e Silva, ressaltando que o autor “não pode ser acusado de pertencer a correntes de esquerda”<sup>195</sup>. Tal documento (e o próprio congressista) afirmavam que os contrários à nacionalização seriam futuramente considerados traidores da pátria. Um dia após tal pronunciamento, foi a vez da Deputada Irma Passoni (PT/São Paulo) divulgar o mesmo documento de autoria de Gama e Silva<sup>196</sup>.

Grande parte das críticas e das denúncias de Gama e Silva (e dos nacionalistas como grupo heterogêneo) contra os “entreguistas”, eram direcionadas ao Senador e economista Roberto Campos, do *Partido Democrático Social* de Mato Grosso. Para Roberto Campos, referência ao liberalismo econômico no Brasil, caberia aos estados deliberarem sobre a exploração dos minérios, sem qualquer restrição para a iniciativa internacional ou multinacional. Na realidade, Campos empreendia intensa defesa da presença internacional na pesquisa e extração dos minérios no solo brasileiro, afirmando que somente o capital internacional teria capacidade de acesso e retirada, em razão da disposição de investimentos e capacidade científico-tecnológica. Mais que isso, para o Senador, os minérios sequer poderiam ser considerados riquezas ou “recursos naturais”, senão “cadáveres geológicos”, pois só gerariam riqueza a partir de tecnologia, investimentos e mercados externos<sup>197</sup>.

---

193 SILVA, Roberto Gama e. A hiléia e a ocupação racional da Amazônia. In: CHAVES, Francisco Rego et. al. *A questão mineral da Amazônia: seis ensaios críticos*. Brasília: CNPq, 1987.

194 SILVA, Roberto Gama e. Minerais e constituição. In: GUERREIRO, Gabriel et. al. *Constituinte: A nova política mineral*. Brasília: CNPq, 1988.

195 EARP, Fábio S. Sá. *A questão mineral na Constituição de 1988*. Brasília: CETEM/CNPq, 1988, p. 43.

196 *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. 29/04/1988, p. 9944.

197 *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. 01/07/1988, p. 11869.

A decisão em estabelecer a nacionalização dos minérios, e a obrigatoriedade da associação com brasileiros (para o caso de empresas estrangeiras), foi divulgada como um grande revés pelos interessados em internacionalizar a lavra dos minérios. Em editorial publicado no *Jornal da Tarde* (do grupo “O Estado de São Paulo”), afirma-se que Roberto Gama e Silva seria um dos mentores do processo de nacionalização, relembrando o papel desempenhado frente ao GEBAM e na nacionalização do “Projeto Jari”, ao lado de outros companheiros (de diversas tendências políticas), no grupo de pressão<sup>198</sup>.

A atuação política – embora não parlamentar, necessário frisar – de Gama e Silva não se restringia somente à luta em defesa da nacionalização da exploração mineral durante a constituinte. No ano de 1991, Gama e Silva lança “Olho grande na Amazônia brasileira”<sup>199</sup> (prefaciado por Arthur Cezar Ferreira Reis, empossado governador do Amazonas em 1964, e autor de “A Amazônia e a Cobiça Internacional”).

Coletânea de textos publicados anteriormente em outros veículos não informados, a obra traz uma diversificação (temática, não argumentativa) do que o autor compreende como defesa nacionalista da Amazônia brasileira. Afirma que os estrangeiros estariam mais bem informados sobre a região que os próprios brasileiros, em razão da presença na área e dos investimentos em pesquisa e tecnologia. Além da denúncia contra empresas e organizações das nações mais ricas (tal qual disposto em “A quinta-coluna no setor mineral”), Gama e Silva diversifica o ataque contra os *inimigos* do interesse nacionalista para e na Amazônia – a presença de organizações bolivianas no território acriano, por exemplo.

O autor afirma também que as missões religiosas na Amazônia serviriam ao propósito de encobrimento de atividades ligadas à exploração das diversas riquezas da região, por meio de “missionários-pesquisadores”. A denúncia da pesquisa e exploração de minérios como a bauxita refratária, soma-se à questão do ouro e também do nióbio<sup>200</sup>, produto chave no discurso nacionalista de Gama e Silva<sup>201</sup>

---

198 “Mas não é a ignorância de parte da classe política e de seus assessores que é responsável por mais esse atentado que a Constituinte está prestes a cometer contra os interesses nacionais. Mais uma vez, estão unidos nesse crime os grupos de esquerda, os militares mais reacionários, os nacionalistas de todos os matizes e aquele tipo de empresário que coloca os seus interesses particulares acima do bem do País.” (Cf. A mineração vedada ao capital estrangeiro, *Jornal da Tarde*, São Paulo, 19/07/1988, p. 4).

199 SILVA, Roberto Gama e. *Olho grande na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

200 Chamado por Gama e Silva de “metal da ‘última geração’” (p. 23), o nióbio seria essencial para fabricação de superligas para a indústria aeroespacial. O Brasil seria detentor de 98% das reservas de nióbio existente em todo o mundo. Além disso, tal descoberta teria sido feita a partir da ação estatal, mediante Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais. Aglutinaria portanto, os elementos constituintes das propostas e discurso do autor, isto é, a defesa da nacionalização, o interesse internacional na Amazônia, a necessidade da presença estatal nas pesquisas e extração e, por fim, em razão de suas reservas, o Brasil enquanto território independente e predominante nas possíveis relações entre países diversos.

201 Em 1985, contudo, Gama e Silva afirmara que o Brasil seria detentor de 94% das reservas mundiais de

Na concepção de Gama e Silva, além de denúncia sobre a diversidade de atuações dos adversários brasileiros nas variadas riquezas naturais da região amazônica, a obra se utiliza também de procedimentos para a crítica aos movimentos ecologistas. Os “ecólogos do asfalto”<sup>202</sup> seriam, também, agentes destinados aos interesses de internacionalização da região. Mais que isso, a crítica antiecológica de Gama e Silva desenvolve a dualidade entre a noção de desenvolvimentismo e regressismo, onde o desenvolvimento/desenvolvimentismo seria a proposta de ocupação da Amazônia (não sem delimitações, frisa), a construção de hidrelétricas, entre outros, contra o regressismo ecologista, que pleitearia a “volta ao passado”<sup>203</sup> e a incapacitação do aproveitamento da região pela nação brasileira.

O discurso de Gama e Silva não era fora de lugar. Segundo Emilio F. Moran<sup>204</sup>, a tese dos interesses em torno da internacionalização da Amazônia e o alarmismo envolvendo a possibilidade de perda de soberania na região, caracterizam o discurso nacionalista e militar de parte significativa dos membros da Escola Superior de Guerra (ESG). Um dos autores citados por Moran – e que reflete essa dinâmica, é justamente Arthur C. Ferreira Reis, autor do prefácio à obra de Gama e Silva (a obra de Gama e Silva é também mencionada). De fato, o trânsito de Gama e Silva nos setores pode ser observado também na Escola de Guerra Naval onde, em palestra realizada em 1992, afirma que a dualidade Leste-Oeste teria sido disposta em razão do binômio entre países “transformadores” (ricos) x “extratores” (pobres)<sup>205</sup>.

É possível observar que embora não tenha desempenhado uma carreira política parlamentar *stricto sensu*, ocupando cargos eletivos (ou via indicação), Gama e Silva já estava familiarizado com o campo político-partidário, fosse pelos procedimentos habituais devido aos cargos anteriormente ocupados, ou então em razão da relação com agentes do campo. De fato, Gama e Silva estivera, antes de candidatar-se à vice-presidência pelo Prona, disposto em proximidade aos espaços de poder, em especial o plenário da Câmara e da Constituinte.

Além disso, fosse em sua atividade *paraparlamentar* (ou seja, como peça importante em

---

Nióbio. Em ambos casos, não há referências às fontes de tais informações. Cf. SILVA, Roberto Gama e Silva. *São mesmo nossos os minerais não-energéticos?* Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1985, p. 146.

202 SILVA, Roberto Gama e. *Olho grande na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991, p.69.

203 É necessário diferenciar, sejam nos elementos constituintes do discurso, objetivos pleitados, ou a própria constituição, o antiecológismo de Gama e Silva e outras categorias desse universo como, p. ex., a bancada do agronegócio no congresso nacional. Sobre essa questão específica, cf. ACCIOLY, Inny Bello & SANCHEZ, Celso. Antiecológismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 25, p. 97-108, jan/jun, 2012.

204 MORAN, Emilio F. Deforestation and Land Use in the Brazilian Amazon. *Human Ecology*, Vol. 21, No. 1, 1993, p. 17.

205 VIEIRA, Friederick Brum. *Matrizes teóricas da geopolítica brasileira: as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005, p. 138.

um grupo de pressão), na atuação junto aos meios militares ou em seus escritos, Gama e Silva demonstrava similaridade com o marco fundamental definido do Prona desde 1989, principalmente em dois aspectos: a defesa da intervenção estatal mediante uma autoridade constituída (e com tons autoritários) e a antevisão de um futuro catastrófico decorrente da não aplicação ou compreensão das premissas expostas.

Ademais, a tese e o alarmismo em torno de um suposto processo de internacionalização da Amazônia já estaria presente na lógica partidária desde a participação do General Santa Cruz, no Grupo de Estudos sobre a questão amazônica, conforme afirmado por Regina Gordilho. A aproximação entre Gama e Silva e Prona não foi, portanto, fortuita, tampouco a escolha deste como candidato à vice-presidência, ao lado de Enéas Carneiro.

### **2.2.2 Marcos Coimbra: nacionalismo e autoritarismo**

Além de Gama e Silva e Enéas Carneiro, o grupo de apoio técnico ao programa de governo do Prona para 1994 resalta a contribuição de Marcos Coimbra, descrito como “chefe da Divisão de Assuntos Econômicos da Escola Superior de Guerra, chefe do departamento de Análise Quantitativa da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ, titular de Economia das Faculdades Cândido Mendes”. De acordo com a biografia disponibilizada em seu *website*<sup>206</sup>, no ano de 1994 Marcos Coimbra havia acabado de assumir o cargo de conselheiro da Escola Superior de Guerra (entre 1989 e 1994, era membro do corpo permanente).

Coimbra foi contemplado com condecorações não só da ESG, mas também da Escola Maior das Forças Armadas, do Exército Brasileiro, da Força Aérea e também da Associação de Diplomados da ESG (ADESG). Apesar de não ser militar de formação, evidencia-se em posição de destaque, o trânsito de Marcos Coimbra junto à ESG e outras instituições semelhantes. Além disso, a atuação de Marcos Coimbra soma-se à relação existente entre os militares envolvidos com o Prona e a ESG, conforme o caso de General Santa Cruz<sup>207</sup>, assim como o Almirante Roberto Gama e Silva.

Criada em 1946, aos moldes da *National War College* norte-americana, a ESG cumpre, enquanto entidade, o propósito de ser um espaço de articulação e interlocução entre elites militares e civis, principalmente o empresariado. Um espaço para as elites selecionadas, civis

---

206 Resumo de Curriculum Vitae: Marcos Coimbra. *Brasil Soberano*.

Disponível em: <<http://www.brasilsoberano.com.br/curriculum.htm>> (Acesso em 26 dez. De 2014).

207 Cf. Diplomados: CSG General Euclides Figueiredo. Disponível em: <<http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/diplomados>> (Acesso em 12 fev. 2015).

e militares, visando a formação de uma elite dirigente<sup>208</sup>. Em especial após o golpe de 1964, para além de ambiente tencionado à formação de quadros de uma elite nacional, a ESG passa a instrumentar a construção e difusão, por meio de seus cursos e lideranças, da Doutrina de Segurança Nacional, considerando as configurações da Guerra Fria e a necessidade de uma atuação atenta aos “perigos” em dimensão interna (não exceptuando a atenção ao panorama internacional, claro).

Por sua vez, a ADESG, ou Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra, criada em 1951<sup>209</sup>, cumpre a missão de ser mais que um ambiente de confraternização daqueles oriundos dos quadros de formação da ESG. Propondo também cursos de formação e palestras, tem como objetivo disseminar os conceitos presentes na ESG, em especial aqueles relacionados à Doutrina de Segurança Nacional. É necessário ressaltar que, embora a ADESG siga os preceitos da ESG, a Associação acaba por acentuar o carácter regional de suas diversas seções, o que por outro lado ajuda a dimensionar a amplitude da presença e penetração dos valores da ESG.

Por essas razões, isto é, o indício e a persistência da relação *ESG ↔ ADESG ↔ Prona* e suas variações, é necessário atentar para além de investidas políticas momentâneas (embora não se deva renegar essa hipótese), de modo que a adesão de Gama e Silva, Marcos Coimbra e demais militares ou *esquianos/adesguianos* ao Prona não se trata de uma ocasião isolada. Além disso, cumpre ressaltar a importância desses meios e mecanismos mistos (isto é, preponderantemente militares, mas com participação civil) nesse processo de articulação.

Entretanto, fato é que essa relação não esteve evidente no Prona em 1989, e aparentemente se inicia a partir da preparação para o pleito de 1994. O que proporciona essa aproximação? A repetição incessante da palavra “nacionalismo” ou alguns valores e referenciais em comum?

Conforme mencionado anteriormente, ao se trabalhar com a trajetória de Enéas Carneiro em âmbito pessoal, profissional e político, há a permanência do aspecto de desprendimento em direção à política, mas também da ideia de formação preparatória para atribuição de liderança em tom meritocrático. O apreço à ordem e à autoridade, substantivo marcante no

208 Sobre a questão do elitismo na Escola Superior de Guerra, há relação existente entre a defesa da criação de uma elite para solucionar, por sua vez, os descaminhos caracterizantes de uma massa despreparada. As próprias elites brasileiras seriam intelectualmente despreparadas. Por isso, a razão de ser desse elitismo. Esse é inclusive um dos pontos de flexão entre a atuação intelectual dos membros da ESG e os pensadores clássicos do pensamento autoritário nacional (Alberto Torres e Oliveira Vianna, em especial). Sobre o assunto, cf. KUNHAVALIK, José Pedro. *Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 241.

209 Sobre a configuração e histórico da ADESG, assim como as diversidades de suas regionais, cf. PUGLIA, Douglas Biagio. *ADESG: Elites locais civis e projeto político*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

Prona, é obviamente presente em Enéas Carneiro e, por sua vez, é possível tributá-lo à formação militar do chefe da legenda, fator inclusive mencionado pelo próprio Enéas.

De acordo com Miriam Santos<sup>210</sup>, a ideia de capacidade e destino à salvação da pátria e liderança política está impregnada no *ethos* militar brasileiro, em muito pela influência do positivismo comteano, mas também pelo processo histórico interno aos militares que, a partir dos anos 1930, tomam, de modo hegemônico, a imagem do Exército como instituição salvadora e autorizada à intervenção política. É, segundo ela, um elemento que acaba por se tornar fator constituinte da classe, no sentido weberiano do termo.

Entremeado por noções como virilidade, meritocracia, cientificismo, em meio a uma visão romântica da própria formação e identidade, esse *ethos* auxilia ao processo de aproximação dos militares (e *militarizados*) ao Prona, ou mesmo a percepção do discurso de Enéas e do Prona como autênticos representantes desses sentimentos e identidade.

Em última hipótese, e persistindo em uma abordagem weberiana, se o Prona não fosse o tipo ideal para a formação política do *ethos* militar, seria somente no Prona (e em Enéas) que haveria o resqúicio dessas atribuições. Isso auxilia, portanto, a buscar enxergar o Prona para além de “o partido de Enéas”, ou que responderia única e exclusivamente aos anseios e definições de seu líder (ideia essa desenvolvida pela militância<sup>211</sup>).

Embora o Prona não se tratasse de um partido da ESG em razão de sua natureza, menos ainda como uma repaginação da Doutrina de Segurança Nacional; tampouco da ADESG em relação aos seus quadros, pois diversificado. Contudo é possível observar a dinâmica de semelhanças, afluências ou influências. A noção de destino manifesto, por exemplo, que se apresenta em diversos momentos do Prona em 1994 e adiante, teve importância circunstancial na construção da doutrina da ESG, em suas diversas tendências internas<sup>212</sup>. A denúncia do

---

210 SANTOS, Miriam de Oliveira. *Berço de Heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 54.

211 Em troca de *e-mails* realizado com Marcos Coimbra em 04/08/2011 às 13:08, Coimbra afirma o seguinte: “Não me disponho a conceder entrevista sobre estes assuntos, pois não me sinto habilitado a esclarecer as diretrizes do PRONA, cuja concepção era inteiramente proveniente do pensamento do Dr. Enéas. Assim, somente ele poderia esclarecer as dúvidas que, seguramente, aparecerão, inclusive provocando muita controvérsia.”. De algum modo, é curioso notar que algo dessa noção se repete em algumas produções acadêmicas. Para Adriana Marques, “as propostas do Prona refletiam, em grande medida, as ideias do fundador do partido, deputado Enéas Carneiro, falecido em maio de 2007” (MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 173). Análise semelhante à de Power, Mainwaring e Meneguello (MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: Quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 32), que enfatizam o personalismo de Enéas. Embora essas compreensões não estejam distantes da realidade, elas se aproximam da construção militante.

212 Sobre a noção de destino manifesto na Escola Superior de Guerra, cf. PUGLIA, Douglas Biagio. *As ideias políticas como alicerce: os padrinhos do Brasil e a formação da Escola Superior de Guerra*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012. Em relação à ESG e seus



perigo da “internacionalização da Amazônia” é outro fator, conforme mostrado anteriormente, que se consolidará no Prona, assim como se deu na ESG (e na ADESG, por consequência lógica).

Conquanto não se trate de concluir de modo absoluto uma relação aventada, evidencia-se que, ainda assim, as figuras que circundam o projeto político do Prona em 1994, buscaram referenciar ou visualizaram-se dentro de um panorama condizente à tradição histórica do nacionalismo autoritário brasileiro, matriz na qual se encaixam os objetos em questão.

Um fator de destaque entre essa relação reside, provavelmente, no binarismo político que, presente desde o princípio da trajetória do partido em 1989, haverá de aprofundar-se a partir de 1994, seja pela obtenção de relativa maturidade política pela agremiação, ou então por colaboração desses indivíduos. Mais do que uma dualidade entre o erigir de ordem e o colapso de uma desordem, o Prona passa a inquirir uma certa lógica de suspeição.

Na ESG/ADESG, essa perspectiva é evidente. Se levarmos em conta a premissa da existência do “inimigo interno” como um fator constituinte do universo ideológico da própria Doutrina de Segurança Nacional, há um princípio de confluência (mas não de reprodução absoluta). Diferencia-se pois findada a Guerra Fria, caído o Muro de Berlim e ressurgida a ordem democrática no Brasil, se essa lógica expressa em pares antitéticos há de persistir, terá que diversificar seu objeto constituinte.

Os inimigos seguem sendo os outros, mas também haverão de ser outros. E, sobre a relação institucional, adiciona-se o fato de o candidato à vice-presidência pelo Prona ter desempenhado função junto a órgãos ligados aos aparelhos de repressão do regime militar, somando-se, também, a outros personagens envolvidos no programa político do Prona.

Retornando a Marcos Coimbra, percebe-se que o trânsito político não se dá somente em direção ao Prona enquanto espécie de articulador do partido com setores e membros da ESG e afins, papel este que poderia caber também a Gama e Silva, entre outros indivíduos dispostos ao campo específico. Fator importante para compreender a relação não apenas de Marcos Coimbra, mas também dos demais militares ou civis em meios predominantemente militares (como é caso do próprio Coimbra) junto ao Prona, cabe também ao espaço em torno da imprensa nacionalista e autoritária do período, em especial aquela que agrupava civis, militares da ativa e reserva, pois serviriam como *locus* de articulação política em benefício à candidatura de Enéas Carneiro / Gama e Silva e demais membros do Prona.

---

diversificados projetos de nação, cf. MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. ESG e campo cultural no Brasil – Apontamentos para o estudo da relação entre os Militares e o Estado Brasileiro (1930-1964). *Aedus (UFRGS)*, nº 12, vol. 5, jan/jul, 2013, p. 182-197.

O principal veículo do tipo nessa relação foi o jornal *Ombro a Ombro*, no qual Marcos Coimbra era colaborador e articulista da área econômica. De acordo com Eduardo Heleno dos Santos<sup>213</sup>, o *Ombro a Ombro* foi fundado em 11 de maio de 1988, com sede na capital carioca, por integrantes da ESG e ex-colaboradores de um jornal de cariz similar – *Letras em Marcha*, conhecido por ser veículo de imprensa representante do radicalismo político de setores militares<sup>214</sup>.

O *Ombro a Ombro*, distribuído para assinantes, autoridades e organizações das Forças Armadas, assim como um grupo selecionado de civis e militares, tinha como principal responsável pela organização o tenente-coronel Pedro Schirmer, em conjunto a Antônio Gonçalves Meira, José Augusto Galdina da Costa, Renato Osvaldo Winter e Armindo Correa.

### 2.2.3 Pedro Schirmer, *Ombro a Ombro* e o radicalismo militar

Para além da participação de membros do Prona no periódico, fato é que Pedro Schirmer foi, também, assim como Marcos Coimbra, membro do corpo técnico do programa de governo do Prona em 1994, e a apresentação de Schirmer pelo documento partidário trazia destaque ao *Ombro a Ombro* - “Cel. de Infantaria Pedro Schirmer, editor do jornal *Ombro a Ombro*, paraquedista e mestre de salto, com curso de Estado-Maior no Brasil e na Alemanha”<sup>215</sup>.

A fundação do jornal foi divulgada pela imprensa de âmbito nacional (especialmente a revista *Veja* e o jornal *O Globo*), contudo tal acontecimento foi descrito em tom depreciativo e relegado ao ocaso político, como um veículo de “descontentamento de uma direita de pijamas”<sup>216</sup>, em referência aos militares da reserva, logo sem efetiva relevância nos meios

---

213 SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Extrema-direita, volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009, p. 69.

214 O *Letras em Marcha* foi, em 1986, objeto de críticas do General Leônidas Pires Gonçalves, então Ministro do Exército, que afirmava contrariedade ao extremismo político, independente da matiz orientativa. Tal afirmação se referia a um artigo publicado pelo jornal, onde se afirmava que a nação brasileira estaria sendo submetida a uma “monstruosa lavagem cerebral” proveniente do comunismo internacional. (Cf. Leônidas crítica militares do jornal “Letras em Marcha”. *O Globo*, 01/10/1986. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/r06158.pdf>>). Curiosamente, a afirmação do gal. Leônidas foi proferida aos alunos do ESG no Rio de Janeiro, de modo que é necessário observar e resguardar as multiplicidades constituintes de organizações sociais e políticas e os projetos em disputa.

215 CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1994, p. IV.

216 GOMES, Laurentino, PORRO, Alessandro. Foi fundado letras do B. Radar. *Veja*, 6 de julho de 1988, p. 49. apud. SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Extrema-direita, volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009, p. 20.

militares e civis. Embora não seja possível, afirma Eduardo Heleno, mensurar o fator de impacto do jornal junto aos militares e, por consequência, à própria ESG e organizações correlatas, ele exprime uma tendência política relativamente bem definida<sup>217</sup>, além de, claro, ter sido dirigido por um futuro membro do Prona.

No momento de fundação, a tônica do periódico era essencialmente antimarxista, refletindo o ambiente da dualidade tipificante da Guerra Fria. Embora os responsáveis negassem a reconhecer a filiação à direita (ou extrema-direita, propriamente dita) ou a qualquer outra corrente política tradicional, o editorial da primeira edição evidenciava algumas das credenciais ideológicas do veículo: “Eis-nos com 'OMBRO A OMBRO'! Servir ao ideal, ao espírito, na crença da vitória contra o materialismo. Luz contra trevas!”<sup>218</sup>. Além disso, com a iminência do processo eleitoral de 1989, o periódico lamentava a inexistência de uma alternativa organizada da direita política<sup>219</sup>.

A relação com variadas tendências e perspectivas da direita brasileira fica evidente em alguns textos do jornal. Chegam, inclusive, a indicar a leitura da obra “Brasil: colônia de banqueiros”, do integralista Gustavo Barroso<sup>220</sup>. Tal obra, publicada originalmente em 1934, tratava-se de reedição proveniente da editora Revisão, editora responsável pela então nascente literatura negacionista do holocausto no Brasil (a própria editora veicularia publicidade na edição de Julho de 1989).

Embora fosse obra de explícito conteúdo antissemita, onde Gustavo Barroso busca sustentar a perniciosidade dos judeus no processo de dívidas contraídas pelo erário brasileiro desde a independência nacional, o título em questão é descrito como “obra em linguagem viva e acessível; é análise sem extremismos”. Além disso, a editora Revisão viria a publicar anúncio na edição de julho de 1989<sup>221</sup>.

Ao que pese a relação com veículos e organizações extremistas de direita, condição que em teoria poderia proporcionar alguma espécie de aproximação com parte do discurso do Prona em 1989, ou mesmo da candidatura de Enéas Carneiro, isso não se concretizou. Na realidade, os editoriais que antecedem ao processo eleitoral de 1989 evidenciam crescente apreço e

---

217 Entre esses leitores, o nº 5 do periódico indica o nome de General Antonio Carlos de Andrade Serpa, autor do prefácio da obra de Gama e Silva. Cf. Carta dos Leitores, *Ombro a Ombro*, n. 5, Outubro/1988, p. 4.

218 *Ombro a Ombro*. *Ombro a Ombro*, Ano I, nº 1, Junho/1988, p. 1.

219 Ganhar ou Morrer, *Ombro a Ombro*, Ano I, nº 9, Fevereiro/1989, p. 6.

220 “Brasil – Colônia de Banqueiros”, *Ombro a Ombro*, ano I, nº 12, Maio/1989, p. 10.

221 As obras que constam no anúncio são, em ordem de apresentação: “O judeu internacional” (Henry Ford), “Os conquistadores do mundo” (Louis Marschalko), “Os protocolos dos Sábios de Sião” (obra apócrifa, traduzida e comentada por Gustavo Barroso), “Brasil, colônia de banqueiros”, “Acabou o Gás!... o fim de um mito” e “Holocausto: Judeu ou Alemão?” de Siegfried Castan (proprietário da Revisão editora) e “Hitler: Culpado ou inocente?”, de Sérgio Oliveira. Cf. *Ombro a Ombro*, Ano I, nº 14, Julho/1989, p. 6.

apoio à candidatura de Fernando Collor e o discurso moralizante do candidato, além de sua capacidade de impor dificuldades às candidaturas de esquerda de Lula/PT e Leonel Brizola/PDT.

Essa aproximação, apresentada por via do próprio periódico, pode ter sido mais profunda do que buscavam demonstrar. De acordo com reportagem publicada em *O Estado de São Paulo*<sup>222</sup> após a eleição de Collor, durante o processo eleitoral houve uma tentativa de influência da ESG sobre o plano de governo do candidato alagoano, em especial mediante atuação do General Oswaldo Muniz Oliva, então comandante da ESG.

Para tal esforço político, teriam sido realizados alguns encontros entre o general Oliva e Fernando Collor, justamente na casa de Pedro Schirmer, por sua vez descrito como principal auxiliar do comandante da ESG. Essas reuniões teriam envolvido também, em outras oportunidades, Zélia Cardoso, futura ministra da Economia (todavia sem a presença de Collor). O que se tem, portanto, é mais que uma similaridade de interesses momentâneos e em torno da coincidência de adversários políticos (a *esquerda* de modo geral), mas um processo específico de tentativa de articulação e influência política.

Embora não seja possível afirmar a transferência de qualquer agenda de ESG ao início do governo Collor do modo como se afirma na referida matéria jornalística, é possível perceber que, no momento citado, o alto-comando da ESG almejou inserção no jogo político, buscando não apenas a candidatura vencedora, mas todos aqueles “que não fossem de esquerda”. De igual maneira, haveria uma convergência de interesses, inclusive no quesito da privatização de estatais – e isso leva-nos a pensar que aqueles membros da ESG e demais organizações próximas que adeririam ao projeto do Prona em 1994, eram elementos de um grupo ideologicamente bem definido (ou modificaram a perspectiva ideológica, como pode ter ocorrido com Schirmer).

O fato de Enéas Carneiro aparentemente não ter sido procurado pela diretoria da ESG em 1989 conforme ocorrido com outros candidatos de direita (Ronaldo Caiado, por exemplo), demonstra que naquele momento o candidato não era visualizado como alternativa de direita para o pleito (em outras palavras, mero *candidato/partido nanico*), ou então apresentava ideias opostas ao grupo em questão (devido à perspectiva da forte presença estatal na economia, por exemplo). Afora o entendimento da organização ou mesmo do periódico, o percurso ideológico de Pedro Schirmer no período que antecede à adesão ao projeto político do Prona, pode ser visualizado por meio dos editoriais de *Ombro a Ombro* a partir da edição

---

<sup>222</sup> MARANHÃO, Aluizio & PUMAR, Roberto. Idéias da ESG estão no Plano Collor. *O Estado de São Paulo*, 04/05/1990, p. 7.

de setembro de 1990, quando Schirmer torna-se o editor responsável pelo jornal<sup>223</sup>.

É possível constatar, no primeiro momento de Schirmer à frente do periódico, texto editorial com críticas aos partidos políticos, em teores que aproximam ao discurso proferido pelo Prona (desde 1989, inclusive). Além disso, o texto traz críticas ao governo Collor que havia extinguido o SNI – Serviço Nacional de Informações. Seria, pois, espécie de *mea-culpa* do periódico.

[...] a atividade partidária é uma fantasia ornada de siglas, distante da realidade que deveria expressar. Os partidos, infelizmente, são o círculo privativo de uns poucos nomes que se perpetuam nas coisas da política, com inicial minúscula. Não há expressão popular nos partidos. [...] Não são políticos e nunca o serão – são ou serão as sanguessugas do erário<sup>224</sup>.

As críticas aos partidos políticos não eram somente espécie de desagrado ao governo Collor, de modo que esse discurso aprofundar-se-ia e tornar-se-ia mais radical, em crítica ao próprio regime de governo e sistema de representação. Em três ocasiões – outubro/1990, abril/1991 e julho/1991 – os editoriais de *Ombro a Ombro* passam a flertar com o que denominam de *terceira via*. Porém, o que seria essa terceira via? Em um primeiro momento, o editorial cumpre mencionar o que ela efetivamente *não* seria – no plano político, a social-democracia ou um regime “populista”, na organização econômica, o liberalismo de Adam Smith ou o modelo de Karl Marx.

Esta crise, que prenuncia o colapso do sistema financeiro de Bretton Woods, constitui a prova cabal do fracasso das teorias de Adam Smith, formadas pelos dogmas que sustentam a atual onda neoliberal. Quem permanecer aferrado a estes dogmas verá o desmoronamento das estruturas políticas de seus países, da mesma forma que as teorias coletivistas de Karl Marx levaram ao desmoronamento do império soviético. Portanto, quando defendemos a criação de um movimento baseado na **Terceira Via**, o fazemos com base na realidade internacional e não em defesa de qualquer regime populista como o que poderia representar o sr. Leonel Brizola, nem tampouco qualquer outra variante social-democrata da economia de livre mercado, ao estilo de Felipe Gonzáles<sup>225</sup>.

Adiante, evidencia-se a compreensão mais bem definida. Seria, a terceira via, um regime

---

223 A preponderância analítica o editorial, e não dos artigos e matérias publicadas não é despropositada. Havia, de fato, uma relativa diversidade de orientação política (embora grande maioria evidentemente à direita – ou à direita da direita) entre os autores que participavam das edições, fosse em suas especificidades ideológicas (conservadores, liberais, monarquistas, integralistas, etc.) ou mesmo nos antagonismos, chegando a serem publicados textos de desafetos militares e adversários políticos (eleitores do PT, por exemplo). Essa estratégia visava a consubstanciar o periódico como um veículo de discussão e criação de ideias.

224 “Se as eleições tivessem sido ontem, em quem você se arrependeria de ter votado?” *Ombro a Ombro*, Ano III, nº 28, Setembro/1990, p. 1.

225 “A hegemonia da terceira via”, *Ombro a Ombro*, Ano III, nº 29, Outubro/1990, p. 1. [grifo do original]

inspirado na Doutrina Social da Igreja (em especial a *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII), reunindo uma postura profundamente anticomunista (ou anti-esquerda, o que para o grupo editorial seria sinônimo) e uma perspectiva desenvolvimentista calcada no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento lançado ao fim de 1974, durante o período Geisel. Para tal, seria imperativo o uso da Energia Nuclear para fomentar essa escalada. O editorial afirma, portanto:

Desde a sua fundação, OMBRO A OMBRO tem se dado à tarefa de denunciar as intenções da Internacional Socialista e de seus representantes no Brasil, ao mesmo tempo em que propõe ao País a adoção de uma legítima 'terceira via', que concilie o desenvolvimento científico, tecnológico, e industrial com a justiça social da Igreja Católica, iniciada há exatos 100 anos com a encíclica **Rerum Novarum**, do Papa Leão XIII, que se revela profética ao alertar a humanidade dos perigos do regime marxista, ao mesmo tempo em que condena a 'voraz usura' do capitalismo liberal da época, que se prolonga aos nossos dias. [...] Quando falamos de uma 'terceira via', falamos de um longo caminho a percorrer no rumo de um 'modelo brasileiro de capitalismo industrial' [...] Para um entendimento nacional é salutar retomar o referencial do II PND elaborado pelo governo do Presidente Ernesto Geisel, como um exemplo de que somente com a defesa do Estado soberano promovendo grandes projetos de infra-estrutura e uma política científica e tecnológica autônoma, seremos capazes de derrotar as crises e os perigos que ameaçam a Nação. Suas metas não eram 'megalomaniacas', particularmente no campo da energia nuclear, como as consideram aqueles setores sociais-democratas. Megalomaniaco é pretender inserir o Brasil no chamado 'Primeiro Mundo' pela retórica demagógica e pela adoção de regimes alheios às nossas tradições políticas, esquecendo de desenvolver em primeiro lugar, a nossa infra-estrutura, a nossa ciência e a nossa tecnologia. Por isso, a 'terceira via' não é a social-democracia.<sup>226</sup>

Embora não possa ser tomada como um elemento fascista por si só, a Doutrina Social da Igreja serviu de ponto de flexão para vários movimentos e regimes que orbitavam ao fascismo enquanto proposta política e de vida. Do mesmo modo, organizações conservadoras diversas também o fizeram. Da *Action Française* de Charles Maurras ao Integralismo Lusitano de António Sardinha, ou mesmo o Integralismo brasileiro de Plínio Salgado (e o Estado Novo Salazarista), todos eles buscavam inspiração na *Rerum Novarum* enquanto princípio de ordenamento social, político ou mesmo econômico, em defesa da primazia da religiosidade, contra o materialismo em perspectiva liberal ou dialético, e na proposta do corporativismo como alternativa à democracia liberal<sup>227</sup>.

Ainda que o editorial supracitado tenha um evidente elemento antissistêmico e seja elogioso ao regime militar, não pode, no entanto, até dado momento, ser caracterizado como

---

226 "A terceira-via não é a Social-Democracia", *Ombro a Ombro*, Ano III, nº 35, Abril/1991, p.1 [grifo do original]

227 Para um balanço histórico e comparativo sobre a questão corporativa durante os fascismos históricos, cf. PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. *Varia Historia*, v. 30, n. 52, Belo Horizonte, Jan./Abr., 2014.

essencialmente fascista, senão fascistizante. No entanto, esse teor *fascistizante* aprofunda-se no editorial de Julho do corrente ano, intitulado “A terceira via existe!”.

[...] Tanto o marxismo como o liberalismo radical, embora baseados em dogmas aparentemente opostos, subentendem um mesmo princípio, o **internacionalismo**. Ambos os sistemas pressupõem ordens internacionais utópicas. O de Marx, uma ordem de absoluta igualdade material dos indivíduos. O de Adam Smith e sua escola cosmopolita de Economia, pressupõe já alcançadas uma **Pax** perpétua e uma “justiça universal” de onde decorre, naturalmente, uma absoluta “liberdade de mercado mundial” [...] revelando suas intenções de superação dos conceitos de Estado Nacional soberano e da própria nacionalidade, alicerces fundamentais da Civilização Ocidental.<sup>228</sup>

Nota-se que há, mais que uma perspectiva de resolução de uma crise diversificada em amplitude nacional tal qual disposto no editorial anterior, o temor denunciado em razões de um perigo de dimensão civilizacional. Seria, em suma, a perniciosidade internacionalista, nas suas duas variáveis (marxista e liberal) contrárias à civilização cristã. Tal editorial, na realidade, era uma resposta a um editorial de outro veículo (*O Globo*, de 17 de junho de 1991), que noticiava a encíclica *Centesimus Annus* do Papa João Paulo II e questionava sobre uma possibilidade de terceira via (sem defini-la).

Para o editorial de *Ombro a Ombro*, que utiliza o histórico polonês (em referência direta a Carol Wojtyla) como norteador, haveria um problema em razão de, sacramentada a queda do Muro de Berlim, ocorreria a ascensão de “um capitalismo liberal que, em nome da 'teologia de mercado', cultora do Bezerro de Ouro, vem se revelando tão cruel e perverso quanto os regimes despostos”. Mais que apropriar-se do caso polonês como referencial, o editorial em questão utiliza argumentos centrais de diversas organizações do chamado fascismo histórico.

Para situar no caso brasileiro (afinal, o texto proclama-se nacionalista e cristão por excelência), as similaridades com o Integralismo da Ação Integralista Brasileira são evidentes: denúncia de crise, Doutrina Social da Igreja como salvação da nação, o imperativo cristão do caráter nacional, o ritmo da história pautado em grandes blocos (humanidades, civilizações, idades, etc), e assim por diante.

Além desses elementos, que condizem com um certo Integralismo hermético e genérico (isto é, algo comum às correntes internas da AIB), o uso da expressão “Bezerro de Ouro”, mais que uma possível referência bíblica, adquire tendência antissemita em razão do contexto em que é utilizada e o modo como o discurso é construído. Conforme mencionado anteriormente, a principal referência antissemita no integralismo brasileiro era Gustavo

---

228 “A terceira via existe!”. *Ombro a Ombro*. Ano IV, nº 38, Julho/1991, p.1 [grifo do original]

Barroso, chefe das milícias integralistas.

A partir do fim dos anos 1980, algumas selecionadas obras de Barroso passaram a ser reeditadas e publicadas, no Brasil, pela editora Revisão, como instrumento de difusão de literatura antissemita. A editora chegou, conforme mencionado, a veicular anúncio no *Ombro a Ombro*. Ademais, uma obra específica de Gustavo Barroso foi indicada (sem evidência de que se tratava de publicidade paga) aos leitores do jornal: “História Secreta do Brasil”. Nesta obra, o autor denuncia a suposta atividade parasitária dos judeus na nação brasileira, promovendo o caos, a desordem de ordem moral, religiosa e financeira.

Entre vários adjetivos depreciativos utilizados, a expressão “Bezerro de Ouro” é plenamente verificável<sup>229</sup> enquanto instrumento de nomenclatura denunciativa de elementos antitéticos presentes na sociedade brasileira. E embora o trecho do editorial não nomeie tal processo como atividade essencialmente “judaica”, é necessário ressaltar que o silenciamento da expressão radical (em palavras, não suas práticas) vem a ser um procedimento padrão dos militantes integralistas em épocas mais recentes, fosse para negar a condição de radicalismo antissemita e fascista, ou mesmo para buscar uma homogeneidade interna ao movimento que buscariam reviver<sup>230</sup>.

Não se trata, contudo, de se afirmar peremptoriamente a suposta natureza de um argumento antissemita, mas ao menos notar que ele se estrutura em uma lógica, referência e ambiente que evidenciam essa dinâmica. A ideia de uma dualidade supostamente emanante e advinda de uma raiz em comum, como é o caso da *denúncia* do liberalismo e socialismo/marxismo como espécie de irmãos-gêmeos, foi também desenvolvida no Integralismo brasileiro, assim como em outros movimentos e organizações fascistas no entreguerras, alguns com conotação antissemita<sup>231</sup>. Mais uma vez, alude uma coincidência com teores *fascistizantes* mas não uma totalidade fascista de modo definitivo, pois é algo que ocorre *também* nos fascismos, não um elemento distintivo e particular.

---

229 Tomamos como exemplo o trecho: “A CAIXA MÁGICA continua a funcionar até hoje; o SORVEDOURO continua a sorver as rendas do país; o CANCRO continua a devorar os ossos da nação, depois de, em um século e pico, lhe ter roído as carnes. Cento e tantos anos de escravização financeira e econômica: todo um povo a suar no eito o suor da agonia para pagar juros ao judeu internacional montado no Bezerro de Ouro que o maçonismo adora em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade!” (BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*. Vol. 2. Porto Alegre: Revisão Editora, 1991, p.79 - grifos do original).

230 Sobre essa questão específica, cf. CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o signo do sigma: integralismo, neointegralismo e o antissemitismo*. Maringá: Eduem, 2014.

231 A questão fascista e antissemita em Gustavo Barroso pode ser explicada por meio da sentença atribuída a Leon de Poncis (e epígrafe de “Brasil, colônia...”) - “Trotsky e Rotschild marcam a amplitude das oscilações do espírito judaico; estes dois extremos abrangem toda a sociedade, toda a civilização do século XX”, onde visualiza-se a ideia de dualidade falsamente construída por meio de um corpo emanante, no caso, o judaísmo internacional.



Quanto à configuração propriamente fascista, o texto acabar por se aproximar não somente daquela que é tradicionalmente compreendida como a mais bem-acabada expressão fascista na história brasileira, mas sobretudo sua corrente interna mais radical, liderada por Gustavo Barroso. Se por um lado, é possível indagar a perspectiva de silenciamento de algo que poderia transparecer ou denotar algum sentido ou ideal antisemita, quando se trata de uma questão atual, embora relativo a uma minoria, o radicalismo de *Ombro a Ombro* (e por consequência, de seu editor-chefe) é evidente quando em relação ao processo de demarcação das terras indígenas, em especial os ianomâmis.

[...] Com isso está aberto o caminho para, no futuro, sob uma nova ordem mundial e sob o pretexto de 'autodeterminação dos povos', efetivar-se a criação de um Estado autônomo com base na 'nação' ianomâmi, às expensas da amputação do território brasileiro. [...] Estarrecedor ainda é o fato de a demarcação pretendida não levar em conta a opinião contrária das Forças Armadas, autênticas representantes do povo brasileiro, que ao longo do século vêm zelando pela nossa integridade nacional. A par dos aspectos jurídico e político, contrários ao interesse nacional, acrescenta-se o lado desumano e anticristão do problema. É quando se fala na alegada necessidade de preservar a cultura dos silvícolas, o que equivale a deixá-los viver na Idade da Pedra, em vez de integrá-los à civilização, como vem sendo feito, ao longo dos tempos, em nossa Terra. [...] Preservar a cultura indígena não atende a princípios humanitários. É o mesmo que fazer um imenso 'zoológico humano'. [...] Incoerente é o papel de setores da Igreja, quando se associam às manifestações de preservação da cultura indígena. Sendo os aborígenes politeístas, adorando o sol, a lua, o travão e outras 'divindades', continuarão os religiosos com suas missões de catequese? É triste constatar que a tese de preservação cultural dos índios está alicerçada em idéias ecológicas e antropológicas, impedindo que seres humanos se aperfeiçoem, deixando o primitivismo de suas vidas, para se transformarem em cidadãos úteis à sociedade.<sup>232</sup>

O trecho acima se estrutura por meio da negação. Em primeiro lugar, a negativa serve para determinar a identidade ao interlocutor, que seria um Homem em espécie, civilizado, brasileiro, nacionalista e detentor da “verdade” religiosa e cultural. Por consequência, em direção ao povo ianomâmi, nega o princípio da civilização, o processo de desenvolvimento (e afirma alguma espécie de processo linear e simultâneo), refuta também a identidade, o direito, assim como a “utilidade” do povo ianomâmi à sociedade. Por fim, sugere o indígena como um não-humano, que desempenharia papel semelhante a um animal enjaulado por seres superiores e dotados de plena capacidade.

O que *Ombro a Ombro* sugere, de fato, é um embate civilizacional, entre um modelo cristão, monoteísta, ligado ao desenvolvimento intelectual e a sua suposta antítese, descrita por uma evidente lógica depreciativa, em forma de povo nativo. Não se trata, contudo, de um

---

232 “Ianomâmis”. *Ombro a Ombro*, Ano IV, nº 43, Dezembro/1991, p. 1.

modelo próximo ao referencial clássico do racismo Nacional-Socialista em bases pretensamente científicas.

O centro da preocupação seria em relação ao Estado brasileiro no processo de integração do povo (ianomâmi, não brasileiro) à nação. Assim, estariam os ianomâmis dentro do território destinado ao Estado brasileiro mas próximos, embora paradoxalmente distantes, à nação em sentido monoteísta, cristã, *aperfeiçoada*. A proximidade residiria na existência de possibilidade integracionista. Para isso, contudo, os ianomâmis teriam de renegar seus referenciais culturais, religiosos, identitários e de organização social. Renegariam o passado e o presente. Mais que isso, haveriam também de abster-se do território da reserva.

São, portanto, duas vias com um só sentido. Política ou cultura, identidade ou religião, todas deveriam ser subjugadas em benefício à nação brasileira (que nesse momento passa a se confundir com o próprio Estado). Subentende, sob determinada compreensão, que não é possível ser brasileiro fora da jurisdição do Estado nacional.

Os fiéis leitores e repositórios da verdade nacional passariam, por sua vez, às Forças Armadas da qual, por sua vez, seria *Ombro a Ombro* a ideal representação. Embora afirme-se como espécie de salvaguarda inteligibilidade nacional, passaria a ser também sua normatizadora.

Por ser *Ombro a Ombro* um veículo destinado majoritariamente à difusão e divulgação em círculos militares e meios afins, é necessário observar esse texto como um denominador do radicalismo da classe militar (além de discurso preconceituoso, claro). Na edição seguinte, sob o título “As terras ianomâmis”<sup>233</sup>, é publicado texto do então Ministro da Justiça, também militar, Jarbas Passarinho. Em resposta ao editorial em questão, o autor afirma a constitucionalidade da demarcação das terras, e relaciona o erro da crítica anti-ianomâmi ao ato dos militares que haviam, por razões políticas, contraposto ao “Projeto Jari”. Assim, compreende uma crítica ao radicalismo militar que contemplava não somente Pedro Schirmer, mas também Roberto Gama e Silva e o GEBAM.

No tocante à questão da representação política e à oscilação democrática e antidemocrática, é curioso notar certa maleabilidade do discurso do periódico em relação às oportunidades dispostas. Com o processo da queda de Fernando Collor, *Ombro a Ombro* passa a buscar possíveis alternativas de representação política. Tinha início, portanto, um processo para definição de candidatos militares ou simpáticos à caserna, em especial Deputados Estaduais e Federais. Em 1993, esse movimento se intensifica e coincide com a participação de alguns

---

233 PASSARINHO, Jarbas. “As terras ianomâmis”. *Ombro a Ombro*, Ano IV, nº 44, Janeiro/1992, p. 6.

nomes que viriam a integrar o projeto partidário de 1994: Marcos Coimbra e J. W. Bautista Vidal. Coimbra, inclusive, passa a ter uma coluna fixa no jornal, onde escrevia sobre economia<sup>234</sup>.

A partir de 1993, o jornal passa a denunciar, de modo sistemático, os possíveis perigos de uma possível eleição de Fernando Henrique Cardoso. Tal postura é afirmada por meio do editorial da edição de junho de 1993.

E quem é Fernando Henrique Cardoso? É ateu confesso, fato que provocou a repulsa do eleitorado cristão nas eleições à Prefeitura de São Paulo. É membro fundador do chamado Diálogo Interamericano, instituição criada em 1982, por iniciativa conjunta da família Rockefeller e do Governo dos EUA. O Diálogo funciona como um grupo de influência político-estratégica, cujo objetivo principal é suplantar as tradicionais relações bilaterais entre os EUA e os demais países do Hemisfério pela imposição de uma agenda supranacional regional, como resposta à visível deterioração destas relações a partir da crise das dívidas externas e da conduta pró-britânica do governo dos EUA durante a Guerra das Malvinas. [*Lula seria também signatário de tal documento*] [...] É de realçar que as principais propostas do Diálogo Interamericano para as Américas incluem a progressiva eliminação das Forças Armadas dos países, com sua transformação em milícias de combate ao narcotráfico e de proteção ao meio ambiente, com a criação de uma Força Internacional de Paz, composta por forças norte-americanas e o engajamento automático do NAFTA, em posição secundária.<sup>235</sup>

Com a proximidade do processo eleitoral de 1994, o tema passa a ser corrente. É mencionado, inclusive, o VOTEX – Vote Exército<sup>236</sup>, iniciativa para impulsionar o voto em membros das Forças Armadas ou aqueles que efetivamente representassem os seus interesses. Para tal, são delineados cinco fatores condicionantes (ou possibilitadores) ao voto.

[...] defesa irrestrita da Soberania Nacional [...] sistema financeiro deverá ser reformado, penalizando a especulação e premiando o investimento produtivo [...] a defesa das instituições nacionais, que, como as Forças Armadas, têm sofrido ataques da “nova ordem mundial” [...] o reestabelecimento da moralidade pública, especialmente nos meios de comunicação de massas, particularmente a TV, que ofende os mais caros valores cristãos da família brasileira [...] quinto, no que diz respeito ao poder parlamentar [...] o atual sistema de representação que deverá ser reformulado para que ingressem na política os verdadeiros homens de bem deste País.<sup>237</sup>

Ainda que houvesse um discurso que buscava a representação política, isso não determinava a aceitação menos crítica dos processos eleitorais ou mesmo da democracia

---

234 A primeira colaboração de Coimbra ao *Ombro a Ombro* é COIMBRA, Marcos. A privatização e o interesse nacional. *Ombro a Ombro*, Ano V, nº 59, Abril/1993, p. 12. O texto de J. W. Bautista Vidal é “O soldo e as dívidas” (Cf. VIDAL, J. W. Bautista. O soldo e as dívidas. *Ombro a Ombro*, Ano V, nº 59, Abril/1993, p. 7).

235 “O super ministro”. *Ombro a Ombro*. Ano VI, nº 61, Junho/1993, p. 1.

236 TASSINARI, Jorge Moreira. Está na Hora!. *Ombro a Ombro*. Ano VII, nº 71, Abril/1994, p. 11.

237 “União Nacional”. *Ombro a Ombro*, Ano VI, nº 62, Julho/1993, p. 1.

representativa. Antecedente ao período limite para registro das candidaturas (10 a 30 de junho, segundo código eleitoral – artigos 87 a 102), *Ombro a Ombro* veicularia dois editoriais críticos. Em “A ditadura dos partidos”, afirmava “que a chamada 'ditadura militar' foi substituída pela ditadura dos partidos, configurando-se uma autêntica 'partidocracia', com o revezamento de seus dirigentes no poder”<sup>238</sup>. Em maio de 1994, o editorial “A caixa-preta da democracia” intensifica o teor dessas críticas, afirmando que não somente a democracia brasileira era falha, mas o próprio processo de abertura haveria sido determinado por organizações internacionais, visando efetivar uma agenda liberal.

Poderia soar irônico que o editor-chefe de *Ombro a Ombro* viria, em questão de dias, constar como colaborador especial (e membro diretamente envolvido) no projeto e plano de governo de um partido político. No entanto, é necessário levar em conta que as críticas seriam direcionadas sobretudo aos grandes nomes, partidos e chapas políticas desenhadas. Seria essa, talvez, uma das razões para a aproximação de Pedro Schirmer e o Prona. Afinal de contas, tal qual Enéas Carneiro buscava efetivar, o Prona era diferente “de tudo isso que aí está”.

Além disso, a participação de Schirmer junto ao Prona condiz com o argumento anteriormente mencionado: o Prona foi visualizado como possível receptor ou particular representante de uma parcela do radicalismo de inspiração militar da direita brasileira. Além disso, e mais importante ainda, alguns desses indivíduos, em posição estratégica, viriam a desempenhar também função no arcabouço político da legenda. Há, portanto, uma via de mão dupla. Se o Prona pareceria interessante para esses novos militantes, a adesão deles e suas ideias ao partido certamente foram benquistas.

Conforme afirmado no capítulo anterior, se houve alguma espécie de conquista pelo Prona nas eleições de 1989, justamente teria sido a divulgação dos seus principais referenciais ideológicos e discursivos (a defesa da ordem e da autoridade, o nacionalismo de Estado, etc.) e a possibilidade de se tornar referência enquanto agremiação política à direita nacional, em especial em seus estratos radicais e extremistas. Ao que pese a ligeira confiança que os membros de *Ombro a Ombro* haviam depositado em Fernando Collor na eleição de 1989, no ano de 1994 o Prona haveria de ser o fiel depositário de suas aspirações, ao menos para Pedro Schirmer e Marcos Coimbra.

A participação de setores e representantes militares no corpo técnico do programa de governo do Prona conta, ainda, com o Coronel de Infantaria Armando Amaral Paes, Brigadeiro Álvaro Brandão Soares Dutra e Coronel Aviador Paulo Santoro.

---

238 “A ditadura dos partidos”. *Ombro a Ombro*, Ano VI, nº 70, Março/1994, p. 1.

No documento partidário, Armando Amaral Paes é apresentado da seguinte maneira “Cel. de Infantaria Armando Amaral Paes, gerente do escritório Rio da AVIBRÁS”. Embora não haja muitos registros que denotem uma atuação política da Armando Paes em meios tradicionais, grupos de pressão ou organizações mistas, é possível afirmar que, além de gerente da AVIBRÁS<sup>239</sup>, o membro do Prona partilhava dos referenciais básicos do discurso dos demais militares (da ativa e reserva) que viriam, também, a integrar o corpo partidário.

Em relação à questão Amazônica, Armando Paes afirma, em artigo publicado na Revista do Clube Militar, que o perigo dos interesses alienígenas à região decorriam não apenas em função da perspectiva internacional, mas também por razão de uma elite descompromissada, que se inclinava ao primeiro mundo, “enquanto que o povo brasileiro vai às profundezas do fim do mundo”<sup>240</sup>. É evidente que o pensamento de Armando Paes se alinha ao defendido por Gama e Silva e outros militares do Prona (e por consequência, ao próprio pensamento de setores das Forças Armadas e organizações como a ADESG).

Outros pontos de flexão podem ser encontrados no que o autor chama de “mitos” (no sentido de inverossimilhança) que estruturam a cobiça e presença internacional na região – a noção de amazônia como “pulmão do mundo”; o desejo internacional, pretensamente desinteressado na floresta; o discurso sobre a suposta incapacidade de gerência nacional na preservação; a presença estrangeira nessa função enquanto espécie benemérita de cunho humanístico; e a premissa que a atuação nacional(ista) tenderia a intensificar o prejuízo ambiental na região.

Apesar do texto de Armando Paes ser divulgado pela revista do Clube Militar, portanto um órgão não ligado oficialmente à Escola Superior de Guerra, a premissa em defesa de um desenvolvimentismo nacionalista é uma evidência de similaridade. Mais do que isso, de acordo com Hermes de Andrade Júnior<sup>241</sup>, ele reflete o pensamento predominante da própria instituição (Clube Militar), que por sua vez é tributária ao arcabouço da ESG sobre o tema. Compreende, portanto, o mesmo princípio ideológico, presente em estratos diversificados.

Para Jeffery Smith<sup>242</sup>, a questão da internacionalização da Amazônia (ou a visão das Forças

239 A AVIBRÁS é uma indústria aeroespacial (sociedade anônima) que desenvolve produtos e serviços de defesa, como foguetes, sistemas de defesa aéreo, mísseis, veículos armados, etc. A sede da empresa está localizada no Vale do Paraíba, em São Paulo, na cidade de São José dos Campos.

240 PAES, Armando Amaral. A prioridade postergada e o descompromisso das Elites. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, v. 65, n. 301, p. 12-14. Set/Out 1991. apud.: JÚNIOR, Hermes de Andrade. *Limites e desafios aos militares brasileiros em relação à questão ambiental*. Tese (Doutorado em Ciências). Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005, p. 298.

241 JÚNIOR, Hermes de Andrade. *Limites e desafios aos militares brasileiros em relação à questão ambiental*. Tese (Doutorado em Ciências). Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005, p. 131.

242 SMITH, Jeffery Bradley Stewart. *The brazilian military ideology: implications for institucionalized*

Armadas sobre tal) trata de uma variação de um fenômeno mais profundo e não apenas residual, qual fosse uma mudança de elementos ameaçadores à segurança nacional, sob a perspectiva da ESG. A nova ordem internacional, compreendida como a ação imperialista dos países ricos e seus respectivos interesses à região brasileira, passariam a tomar aspecto primordial na condição de “inimigos”, desbancando, portanto, a ameaça comunista.

Novos tempos, novos adversários. Do inimigo interno formado pelo ideal do internacionalismo comunista, a condição é transposta ao inimigo externo (logo, internacional) embora auxiliado pela elite local, de modo que ocorre mais que uma modificação vetorial. Compreende, assim, a necessidade do Brasil em se adaptar à configuração globalizante, mas manter as credenciais nacionalistas almeçadas, impondo uma unidade nacional em relação aos contatos exteriores.

Contudo, como observa Smith, essa atualização transcorre em meio a uma ironia histórica, mas que na realidade reflete a profundidade do processo mencionado: ao assumir a crítica anti-imperialista, essa modificação discursiva e ideológica da Doutrina de Segurança Nacional contemplaria elementos retóricos que estiveram historicamente presentes na esquerda brasileira, em especial um discurso *anti-imperialista* face às nações mais desenvolvidas no plano econômico.

A participação dos militares no apoio técnico ao programa do Prona se encerra com “Cel. Aviador Paulo Santoro, candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro” e o Brigadeiro Alvaro Brandão Soares Dutra<sup>243</sup>, candidato ao governo do Estado de São Paulo. Embora provavelmente não houvesse grandes pretensões em termos eleitorais quanto aos governos estaduais (afinal de contas, o Prona persistia articulado em direção ao projeto de eleição nacional de Enéas Carneiro), é significativo que o Prona se lançaria com candidatos militares nos dois mais importantes colégios eleitorais para a sigla, a julgar pela quantidade de membros titulares em São Paulo e no Rio de Janeiro.

#### **2.2.4 José Walter Bautista Vidal e a *civilização dos trópicos***

---

*democracy*. Dissertação (Mestrado em Artes – Latin American Studies). University of Arizona, Ann Arbor, 1994, p. 80.

243 Apresentado da seguinte maneira: “engenheiro, tendo ocupado, entre outros, os cargos de diretor do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e diretor técnico da Infraero, candidato ao Governo de São Paulo” (CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1994. p. IV). É possível perceber a relação de Soares Dutra com o jornal *Ombro a Ombro* desde o início da publicação, inclusive em carta enviada aos editores do periódico, onde afirma que o veículo rompia com “a censura imposta pelos meios de comunicação” (Carta dos Leitores, *Ombro a Ombro*, Agosto, 1988, p.4.).

Levando em conta que, desde o momento de fundação, havia, no Prona, a noção de uma preparação que antecederia à vida política, ela pôde ser expressa e intensificada, a partir de 1994, na figura técnica em negação ao tecnocrata. Em último sentido, o Prona compreenderia justamente essa perspectiva: um corpo de elite intelectual e técnica imbuídos do uso social de suas aptidões. Nesse corpo técnico do projeto de governo do partido, ele assume, provavelmente, o seu estágio mais *bem-acabado* a partir de José Walter Bautista Vidal. Como informam os agradecimentos partidários, Bautista Vidal era.

Engenheiro, com pós-graduação em Física pela Universidade de Stanford, professor das Universidades Federais da Bahia e de Brasília e da Universidade Estadual de Campinas, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNB, perito da ESG, primeiro Secretário de Ciência e Tecnologia do Brasil na Bahia, Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio em 3 gestões.<sup>244</sup>

Nascido em Salvador em 1934 (falecido ao dia 1º de junho de 2013), teve vida pública intrinsecamente ligada aos meios acadêmicos, intelectuais e políticos. Durante o governo de José Sarney, ocupou a Secretaria de Ciências e Tecnologia (mesmo cargo ocupado durante o regime militar, no período de presidência de Ernesto Geisel), quando foi o principal responsável pelo PROÁLCOOL, o Programa Nacional do Alcool. Foi também, juntamente a Urbano Ernesto Stumpf, idealizador do motor movido a álcool.

A trajetória política de Vidal junto ao Prona, embora marcante para a agremiação, deve ser vista, não obstante, como uma fase de uma trajetória pessoal mais complexa e diversificada<sup>245</sup>. No tocante à vida pública, além da participação em organizações partidárias diversas, Vidal transitou também como consultor em órgãos diversos, como as Nações Unidas, Unesco, Organização dos Estados Americanos, Banco Interamericano de Desenvolvimento, BNDES,

---

244 CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1994. p. III.

245 Para fins de explanação, a trajetória de Vidal em meios políticos se inicia pelos cargos ocupados durante o regime militar (General Geisel), passando pelo governo civil de José Sarney. Além disso, às margens do processo da Constituinte, há um período de aproximação com a corrente do PMDB de Teotônio Vilela. O período de participação e colaboração com o Prona se dá durante os anos (e eleições) de 1994 e 1998, sucedido pela aproximação com o trabalhismo de Leonel Brizola, de modo que acaba por filiar-se ao PDT, onde foi pré-candidato à presidência da República, em 2002 e 2006. Durante esse período (relação com PDT), aproxima-se de intelectuais de esquerda como Gilberto Felisberto Vasconcelos, Darcy Ribeiro, entre outros, inclusive com Hugo Chávez (presidente venezuelano). A última participação de caráter partidário de Vidal se deu com o Partido Pátria Livre, PPL, partido de centro-esquerda, dissidência do PMDB, fundado em 2009 por ex-membros do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Bautista tornar-se-ia presidente de honra da agremiação. Dentro dessa longa e diversificada trajetória, política e intelectual há, de fato, a persistência da defesa de um modelo desenvolvimentista e nacionalista (ou simplesmente nacional desenvolvimentista), nos seus mais diversos ensaios à diversidade do espectro político nacional. De fato, é facilmente observável que a morte de Bautista Vidal foi lamentada por indivíduos, movimentos e organizações de orientação políticas tão diversas, como o ex-ministro José Dirceu (PT), pelos ex-colegas de PDT até a diminutos grupos neointegralistas, como o MIL-B.

entre outros. De acordo com Estêvão Bertoni<sup>246</sup>, o fato de ter desempenhado carreira tão diversificada, levava o próprio Vidal a inserir “etc.” em seu currículo.

Essa questão, embora aparentemente irrelevante, adquire importância se comparada à forma de apresentação de Vidal pelo documento partidário do Prona. É possível notar, no trecho supracitado, que a apresentação compreende duas grandes categorias: formação/atuação acadêmica e atuação técnica junto ao governo federal. Entre esses grupos, está justamente a função desempenhada na Escola Superior de Guerra, ambiente de formação de grande parte da liderança técnica do Prona em 1994. Contempla, portanto, tanto uma tentativa de homogeneizar o grupo de apoio (e responsável) ao “grande projeto nacional”, além de traçar pontos de interesse e confluência político-ideológica.

Para compreender os pontos de contato, influência ou divergência do pensamento de Bautista Vidal em direção ao Prona é necessário entender os traços de um itinerário intelectual. Dentre as diversas obras produzidas por Vidal<sup>247</sup>, duas delas vão servir como referencial ao Prona (e à presente análise) - *Do estado servil a Nação Soberana*<sup>248</sup> (1987) e *O esfacelamento da nação*<sup>249</sup> (1994). Embora publicadas com sete anos de intervalo, são fundamentais para tal propósito.

Em primeiro lugar, *Nação Soberana* é a obra mais aclamada de Bautista Vidal. Nela se encontra o delineamento de certo padrão de modelo compreensivo sobre os problemas nacionais. Além disso, é a mais reconhecida dentre as obras de Vidal, inclusive agraciada com o Prêmio Casa-grande & Senzala de interpretação da cultura brasileira (Fundação Joaquim Nabuco, 1987/88).

Não se afirma, contudo, o aspecto de uma obra ou pensamento estanques, sendo as obras posteriores alguma espécie de meras repetições. Em seus livros, longe disso, Bautista Vidal busca encontrar novas causas e efeitos para a persistência da falta de soberania nacional. E é justamente em razão disso que *O esfacelamento da nação* é pertinente – escrito na antessala ao “grande projeto nacional” do Prona em 1994, quando já se encontrava em curso a participação de Vidal na candidatura de Enéas Carneiro / Gama e Silva, enviado ao prelo antes

246 BERTONI, Estêvão. José Walter Bautista Vidal (1934-2013) – Físico responsável pelo Pró-Álcool. *Folha de São Paulo*, 08/06/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291903-jose-walter-bautista-vidal-1934-2013---fisico-responsavel-pelo-pro-alcool.shtml>> (Acesso em: 12 mar. 2015).

247 Além das obras citadas, pode-se listar, dentre obras de autoria própria ou coautoria, “Tecnologia e integración en Iberoamerica: la experiencia brasileira” (1986), “Energia da biomassa: alavanca de uma nova política industrial” (1986), “Soberania e Dignidade, raízes da sobrevivência” (1991), “Desafio Amazônico” (1992), “Reconquista do Brasil” (1996), “Poder dos Trópicos” (1998), “Nação do Sol” (1999), “Brasil, Civilização suicida” (2000), “Dialética dos Trópicos” (2002).

248 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *Do estado servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

249 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *O esfacelamento da nação*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.



das eleições em primeiro turno<sup>250</sup>.

Em relação a *Nação Soberana*, foi, segundo Vidal, uma obra redigida a pedido de Teotônio Vilela (então senador, à época membro do PMDB), visando o esboço de uma proposta de “Projeto Nacional”. Por tal razão, talvez, a obra caracteriza-se pelo teor menos técnico e preponderantemente propositivo. É possível pensar, também, que pela mesma razão a obra é delineada na relação sociedade – Estado, e não o contrário.

Reside aí, portanto, a primeira diferença de conteúdo de Vidal para os colegas de ESG (ou das Forças Armadas) que futuramente adeririam ao Prona. Apesar disso, existem diversos elementos de similaridade, em especial no sentido da noção (com ares de denúncia) da existência de uma elite despreparada que, nas palavras do autor, assumiriam a alcunha de “falsas elites corrompidas”. Para Vidal, a resolução do problema nacional haveria de passar, necessariamente, pela criação e aceitação de uma civilização genuinamente brasileira, a partir da negação da perniciosidade decorrente da massificação cultural na sociedade nacional naquele momento.

Na realidade, o pensamento de Vidal propõe maior complexidade e estruturação que uma denúncia da existência de uma elite dirigente despreparada. Embora essa denúncia exista e seja importante na construção de seu pensamento, o autor busca transcender dois estágios nodais. O primeiro deles é uma premissa, oriunda de uma perspectiva idealizada, de um fato que seria inexorável – o Brasil como potência inevitável; o segundo, de uma constatação estrutural: o Brasil não é independente, tampouco uma potência, devido aos interesses externos em conluio com indivíduos internos.

Para o Brasil potência, haveria um arcabouço entremeado na identidade nacional, embora subjugado pela condição disposta, consolidado pelo amálgama das raças, a dinamização heroica vinda do processo de expansão ultramarina português, que por sua vez seria proveniente de um longo processo de desenvolvimento civilizacional.

Além dos fatores ligados a um “fluxo civilizatório”, a razão da inevitável grandiosidade nacional estabelece um percurso d'além ancestralidade, isto é, por motivos territoriais e notadamente ligados às condições naturais, as possíveis riquezas energéticas. O homem brasileiro teria, portanto, caráter universal e civilizacional com predisposição para desenvolvimento da identidade e condição nacional. Dessa maneira, Bautista Vidal afirma que:

---

250 As eleições ocorreriam em outubro de 1994, enquanto o livro foi enviado ao prelo em agosto daquele ano. Cf. VIDAL, J. W. BAUTISTA. *O esfacelamento da nação*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 148.

A América Ibérica é, na verdade, o receptor por excelência do grande fluxo civilizatório ocidental que, originado na Suméria, contornou o mar Mediterrâneo, evoluindo, através do Egito, da Grécia, de Roma e de outras terras, até a Península Ibérica, de onde, com expressão cultural personalizada, iniciou a maior aventura ultramarina de que há registro na história. No Brasil, em particular, este fluxo civilizatório encontrou – em vasto território privilegiado pela natureza – o maior potencial energético renovável do mundo. E o estrato lusitano da cultura ibérica, amalgamando raças, conformou um povo universal que dá ao Homem valor transcendental e à vida, sentido solidário<sup>251</sup>.

Para além de uma perspectiva que o aproxima, de modo evidente, à leitura clássica de Gilberto Freyre em “Casa-grande & Senzala”<sup>252</sup> (e deste modo denotar certo caráter solidário ao processo colonial ibérico), Vidal empreende feição mais propositiva em sua obra. Busca, desta maneira, solucionar a seguinte equação: se os elementos dispostos são assim tão vantajosos e abundantes, o que explicaria, portanto, a profunda crise que o Brasil estaria passando?

Para Vidal, a resposta é relativamente simples, embora complexa em sua ossatura. A dependência brasileira às nações mais ricas (e liberais), dataria de 1703, durante o Tratado de Methuen (ou *Tratado dos Panos e Vinhos*), quando o Brasil tornar-se-ia de modo efetivo, embora não político, colônia inglesa. Essa situação agravou-se em 1808 (abertura dos portos), e não sofreu modificação substancial em 1822, tampouco com a proclamação da República em 1889. Somente no século XX haveria um momento de relativa independência, com a chamada Revolução de 1930 e rompimento com a dependência dos países hegemônicos do capitalismo internacional.

No entanto, o refrear desse alvorecer teria ocorrido em 1950, nos anos JK, com a intensificação das relações e presenças de empresas multinacionais por meio de um “modelo” de “desenvolvimento”. O uso das aspas indicam, claro, um *não* modelo de desenvolvimento – ou modelo de *não* desenvolvimento. Logo, bastante distantes da noção de nacional desenvolvimentismo. O golpe de 1964, chamado de “movimento armado”, viria a consolidar a relação de dependência. Seria, em suma, um modelo neocolonial.

Trata-se de um sistema neocolonial de características distintas daquelas do colonialismo da fase mercantilista. Neste novo sistema, as 'nações' periféricas além de reduzidas a mercados, são transformadas em supridoros compulsórias e, às vezes, gratuitamente de matérias-primas; em garantidoras de estoques de mão-de-obra vil e

---

251 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *De estado servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 22.

252 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Fundação Gylberto Freire, 2006.

têm o seu meio ambiente como base física do extrativismo econômico devastador dos países centrais.<sup>253</sup>

Embora *neocolonial* com abundância de evidências dessa condição, haveria a permanência desse modelo, a despeito da necessidade em romper com tal perspectiva. Isso se dá, afirma Vidal, por razão que, mesmo embora óbvios, tal fator não seria percebido ou aceito pela elite brasileira (“interesses conflitantes separam a burguesia nacional e o capital estrangeiro”<sup>254</sup>). Tanto a falta de percepção quanto, quando notada a relação descrita, a falta de interesse e mobilização para rompimentos, seriam traços daquelas falsas elites corrompidas. Dessa maneira, a elite local seria não somente uma elite não-adepta de uma postura não dependente, mas profundamente inapta.

Não havendo uma elite apta, preparada e ativa para buscar independência, esse processo intensificaria o panorama crítico (e de longa duração). Seria, pois, mais um estágio da estruturação da decadência. Partindo do princípio compreensivo de uma definitiva distinção entre elites e massas, isto é, da necessidade de uma elite bem preparada e disposta para compreender as necessidades do povo, se essa elite simplesmente não existe – ou não quer desempenhar o papel ao qual é destinada, ocorre que a massa passaria a desempenhar função fundamental na permanência e intensificação do modelo dependente.

Vidal se ampara, desse modo, na visão crítica de José Ortega y Gasset sobre o fenômeno das massas<sup>255</sup> (e também na sua visão sobre a especificidade da cultura ibérica). Baseando-se no filósofo espanhol, afirma que no Brasil imperaria a figura do “homem-massa” em todas as classes. Desprovido de passado, descompromissado com a História. Indivíduo atomizado da totalidade social, desconheceria suas origens e portanto seria o perfeito repositório dos valores e interesses das forças externas, um autêntico instrumento.

Nesse processo, os meios de comunicação de massa seriam armas ideais, principalmente as emissoras de televisão (utilizando telenovelas, coberturas de campeonatos de futebol, ou mesmo a *coisificação* da morte de Tancredo Neves) - “Os instrumentos de comunicações empregados no processo de alienação são tão eficientes que nem a ocupação do País por tropas estrangeiras conseguiria resultados tão surpreendentes”<sup>256</sup>, divulgando valores perniciosos repletos “de maldade, egoísmo, falta de caráter, imoralidade, ausência de cultivo

---

253 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *De estado servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 22.

254 *Idem*, p. 119.

255 ORTEGA Y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

256 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *De estado servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 121.

intelectual e nenhuma espiritualidade”<sup>257</sup>.

É evidente, na visão conservadora e profundamente dualista de Vidal, a existência de distinção entre uma cultura erudita (aquela que faz menção ou é tributária às tradições do povo de onde emergem) para uma cultura popular, disforme, massificada. Sobre a música veiculada em rádios, afirma.

O que identifica esses sons e os caracteriza é uma elevada capacidade para exercitar os centros nervosos levando às vezes à histeria, tanto pela intensidade como, principalmente, pelas frequências, estas de consequências às vezes ressonantes, alcançando efeitos que se aproximam aos de certas drogas ou então que favorecem ou provocam a necessidade de seu consumo. As excitações que causam, afastam os jovens da razão e embotam os sentidos, provocando resultados precisamente opostos aos que se procura, há séculos, em todas as culturas civilizadas, que é o apuro da sensibilidade humana, em busca da tranquilidade, do bem-estar e da civilidade, do conhecimento e da cultura, afastando a barbárie e a brutalidade, frutos de estado culturais e psicológicos anormais<sup>258</sup>

Embora os argumentos de Vidal estivessem em muito relacionadas ao momento da concepção do texto (1987), os fundamentos da crítica aos processos de modernização trazem, em sua obra, elementos que demonstram que a apropriação referenciada a Ortega y Gasset à realidade brasileira não é, claro, uma inovação do autor<sup>259</sup>. De fato, conforme observa Elide Bastos<sup>260</sup>, essa prática, em especial nos elementos da crítica vinculativa da ação da massa em sentido ao liberalismo, foram fundamentais para a ossatura do autoritarismo do Estado Novo, tornando-se presença habitual nas bibliotecas dos intelectuais de Estado.

Da mesma maneira, cabe ao contato com a tese expressa em *A Rebelião das Massas*, para a permanência (ou a própria estruturação) da ideia de necessidade uma elite bem preparada, com sólida formação intelectual, a fim de poder compreender as necessidades populares – e promover a crítica e destituição de uma elite despreparada. Em mais um elemento, Bautista Vidal se assemelha aos intelectuais predominantes durante o Estado Novo.

Embora com menos intensidade do que é possível verificar em relação à presença dos elementos basilares em Ortega y Gasset, Vidal também busca se inspirar em algumas proposições da obra *A decadência do Ocidente*<sup>261</sup>, de Oswald Spengler (relação também

257 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *De estado servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 235.

258 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *De estado servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 236.

259 Alberto Schnider mostra, inclusive, que parte importante do percurso intelectual de Gilberto Freyre se faz no contato com a obra do filósofo espanhol. Cf. SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da Historiografia*. Ouro Preto (MG), n. 10, dezembro/2012, p. 75-93.

260 BASTOS, Elide Rugal. Paulo Augusto Figueiredo e o pensamento autoritário no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo et. al. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 128,

261 SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal*. Rio de

presente na obra do autor de *Casa-grande & Senzala*<sup>262</sup>), principalmente na dinâmica delineada entre “cultura” e “civilização” pelo filósofo alemão.

A principal similaridade reside na compreensão da civilização enquanto fruto do desenvolvimento de uma cultura, isto é, o processo onde a cultura é desenvolvida no âmbito da subjetividade, criando valores e referenciais que darão a base para a construção de uma civilização. No entanto, Vidal acaba por distanciar da compreensão de Spengler, quando se afasta da premissa de declínio e desaparecimento de uma cultura quando inaugurada uma civilização.

Para o autor brasileiro, uma civilização não predispõe o fim de uma cultura, senão uma hegemonia da “cultura civilizada”<sup>263</sup>. Em último efeito, a “civilização dos trópicos” a ser erigida no Brasil, seria a reunião de outras culturas diversas, desenvolvendo uma nova civilização.

[...] civilização solidária, pujante, justa e perene. A primeira a desenvolver-se a partir dos trópicos, tendo fundamentos culturais embasados em civilizações que se desenvolveram ao longo do mar Mediterrâneo, enriquecidas por outras culturas, como a negra, a indígena, e sempre aberta a abrigar as contribuições de todos aqueles que emigraram com o intuito de aqui enraizar o futuro de seus filhos.<sup>264</sup>

É possível observar que, nesse sentido, Bautista Vidal se assemelha da leitura crítica de Afonso Arinos de Melo Franco à obra de Spengler. Embora não haja nenhuma referência por parte de Vidal à apropriação da crítica de Arinos, há certa similaridade compreensiva, quando Arinos enuncia, conforme afirma José Carlos Reis<sup>265</sup>, o primado da mutabilidade das culturas, transmitindo seus valores e recriando-se, não apenas desenvolvendo-se de acordo com um ciclo orgânico determinado, fadado ao amadurecimento e morte.

Para romper com o panorama da crise, e também para dar condições para a vasão (ou criação) da civilização dos trópicos, se faz necessário, afirma Vidal, da utilização do nacionalismo, um sentimento profundo dos povos quando sentem-se ameaçados, espécie de instrumento de autodefesa. Busca, contudo, se afastar do que compreende (embora não defina

---

Janeiro: Zahar Editores, 1973.

262 Para Leandro Silva, o contato de Freyre com a obra de Spengler teria sido de extrema importância para a noção de processo civilizatório, de modo que se encontra referenciada na introdução à obra do autor brasileiro. Cf. SILVA, Leandro Assunção. História, filosofia e espaços: a ideia de ocidente em Oswald Spengler. *Inter-legere*. n. 10, jan.-jun, 2012, p. 159-183.

263 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *De estado servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 236.

264 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *De estado servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 16.

265 REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 97.

claramente) o que seriam práticas nacionalistas exacerbadas ou intolerantes. Dessa maneira, nacionalismo seria

[...] a simples tentativa de preservação dos hábitos, costumes, cultura e valores espirituais, morais e materiais acumulados no processo histórico de formação de um povo [...] o nacionalismo é essencialmente uma postura ética que começa por honrar as tradições e a cultura que fundamentam a existência de um Povo, recebida de seus maiores.

O que implica a postura nacionalista para Vidal, além da evidente necessidade de uma elite verdadeiramente nacional (e nacionalista) à frente de sua estruturação, é a profunda defesa da hegemonia nacional na cadeia de produção, deixando de ser mero exportador de matérias-primas. Para tal, haveria necessidade do investimento em tecnologia, e não somente em aparatos tecnológicos, a fim de desenvolver a pesquisa nacional.

O ponto principal para Vidal – e o autor faz referência direta ao PROALCOOL como exemplo concreto – é a busca pelo desenvolvimento e utilização de energia renováveis, sem origem fóssil. Seria, também, a tentativa de afastamento das reminiscências da crise do petróleo decorrida no fim dos anos 1970. Outro fator importante, afirma o autor, reside na necessidade de observação sobre a presença de organizações estrangeiras em setores considerados estratégicos à soberania nacional.

Não à toa, é justamente sob este aspecto que ocorre o diálogo de Bautista Vidal e Roberto Gama e Silva a partir de *São mesmos nossos os Minerais Não-energéticos?*, sobre a necessidade de nacionalização das empresas mineradoras. É importante ressaltar que a obra de Vidal foi escrita antes do processo da Constituinte propriamente dito.

A necessidade de criar uma postura de nacionalismo econômico/produtivo passa, também, pela crítica ao que o autor compreende como as duas principais matrizes teóricas hegemônicas no país até então – e que, apesar de divergências, acabariam por se intercalar no poder e aprofundar o caráter dependente nacional – o neoliberalismo (com especial atenção aos chamados *Chicago Boys* orientados por Milton Friedman) também nominados de “monetaristas”<sup>266</sup> e a Escola Cepalina da teoria da dependência.

Em linhas gerais, o que propõe Vidal é não a ruptura com o sistema capitalista, mas sim a intensificação da atividade nacional (e estatal) na economia, buscando o rompimento da presença internacional e dinamizando a modernização, não somente da própria industrialização, mas também da tecnologia que compreenderia o princípio de todo o processo

---

266 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *De estado servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 278-290.

geral. Na questão tecnológica, Bautista Vidal busca se inspirar na forma de desenvolvimento “autônomo” observado em países como Japão e Alemanha. Ao Brasil, além disso, haveria o fator da inexorabilidade de construção de potência, caso fossem observados os meandros necessários, isto é, este princípio nacional desenvolvimentista aliado à plena consciência da cultura nacional e as potencialidades das energias limpas.

Nas palavras de Vidal, se a crise descrita no fim da década de 1980 já era alarmante para a condição nacional, em 1994 significariam o fim dela. Da mesma maneira, clama pela “construção solidária da que poderá vir a ser a mais bela civilização que o homem já viu neste nosso planeta de infortúnio”<sup>267</sup>. A tônica da obra é a intensificação e atualização das críticas alarmantes sobre a escalada de poder do capital financeiro, seguida pelo decréscimo do capital político.

O prefácio da obra é autoria de Antônio Carlos de Andrada Serpa, general do Exército, que também havia prefaciado a obra *A quinta-coluna no setor mineral*, de Roberto Gama e Silva. Além da evidência das relações que se estruturam em outros espaços sociais e antecedem à participação de Gama e Silva e Bautista Vidal no Prona, o texto do Gal. Serpa nomina a preocupação com a possível eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, além de criticar os economistas liberais – Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, que teriam tomado o poder dos “nossos presidentes militares, homem dignos e honrados”<sup>268</sup>, descritos como simples apenas chefes nominais.

Embora parta do entendimento similar à noção de “civilização dos trópicos” desenvolvida anteriormente por Vidal, Andrada Serpa defende que, mais que a possibilidade do alvorecer de uma civilização, o Brasil seria “o País mais rico da Terra, habitado por raça cósmica e capaz de compreender e relacionar-se com o mundo do amanhã”<sup>269</sup>. A visão teleológica e determinista da história brasileira em Andrada Serpa, apropria-se, embora não nominalmente (sem citações diretas), da ideia de *Raza Cósmica* desenvolvida pelo sociólogo mexicano José de Vasconcelos.

Ao que pese certa similaridade no sentido de solavanco às reminiscências trágicas do processo histórico, seja na “civilização dos trópicos” (com menor intensidade, contudo) ou “raça cósmica”, há uma noção de um porvir glorioso. Para Vasconcelos<sup>270</sup> (e por

---

267 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *O esfacelamento da nação*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995. (orelha do livro)

268 SERPA, Antonio Carlos de Andrada. Prefácio. In: VIDAL, J. W. BAUTISTA. *O esfacelamento da nação*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 15.

269 SERPA, Antonio Carlos de Andrada. Prefácio. In: VIDAL, J. W. BAUTISTA. *O esfacelamento da nação*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 14.

270 VASCONCELOS, José. *La Raza Cósmica: Mision de la raza iberoamericana. Notas de viajes a la América*

consequência, Andrada Serpa), a mestiçagem sob os princípios fundantes do cristianismo seriam razões para que a raça cósmica, a ser desenvolvida na Ibero-América, em sentido metafísico e não cienticista, viria a perfazer trajetória de desenvolvimento além das outras constituintes de seu arcabouço (negra africana, indígena, amarela asiática, branca europeia)<sup>271</sup>.

A ideia de raça cósmica foi benquista e apropriada por alguns autores brasileiros, em especial aqueles que partilhavam de referenciais dos fascismos histórico (os integralistas Miguel Reale e Plínio Salgado, por exemplo<sup>272</sup>). Isso, no entanto, não significa que Andrada Serpa partilhasse de uma visão fascista da história e nação, tampouco Bautista Vidal.

O que se busca evidenciar, na realidade, é que, ainda que não houvesse a apropriação desse sentido enunciado por Andrada Serpa na obra de Bautista Vidal, é necessário compreendê-lo em razão da circularidade de ideias e autores. Isto é, a existência de uma proximidade de visões que, embora até distintas, dialogam em alguns sentidos por estarem dispostas em um mesmo campo semântico ou político. Em última instância, o prefácio, da forma como se apresenta, foi aceito e trazido junto ao texto final.

Quanto à noção de civilização tropical, na obra publicada em 1994, Bautista Vidal busca evidenciar a dissociabilidade entre Estado, Nação e o surgimento dessa civilização. Não bastaria, portanto, apenas uma elite preparada e consciente, senão também disposta à atuação em direção ao Estado. E embora afirme que um conjunto de nações poderia criar uma civilização, somente uma nação autossustentada conseguiria tal proeza. O Brasil (“continente brasileiro”<sup>273</sup>), junto à própria Ibero-América seriam, claro, os modelos perfeitos.

O que caracteriza a diversidade entre as obras de Vidal entre 1987 a 1994 são os delineamentos do aprofundamento da crise, a partir do desmonte das Forças Armadas (junto ao Banco do Brasil e de um antigo nacionalismo do Itamaraty) e, principalmente, a prática desencadeada pelo Programa Nacional de Desestatização, criado em 1990 (Medida Provisória nº 155, de 15 de março de 1990) e aprofundado nos anos seguintes. Seria, pois, nada além do que Vidal já havia vaticinado anteriormente, de modo que os *Chicago Boys* do Chile

---

*del Sur*. Madrid: Agencia Mundial de Librería, 1925. Disponível em: <<http://www.filosofia.org/aut/001/razacos.htm>> (Acesso em 01 jan. 2014).

271 Ainda concordamos com João Ascenso, quando se afirma que isso não significa um princípio de equidade entre as raças nominadas por Vasconcelos, senão uma predominância da raça branca nesse caldo constituinte da *raça cósmica*. Cf. ASCENSO, João Gabriel da Silva. A redenção cósmica do mestiço: inversão semântica do conceito de raça na Raza cósmica de José Vasconcelos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 294-315, jul.-dez., 2013.

272 Sobre essa relação, Cf. CRUZ, Natalia dos Reis. Do humanismo à intolerância. As contradições do discurso integralista. *História Unisinos*, 10(3): 344-351, Setembro/Dezembro, 2006.; TANAGINO, Pedro Ivo Dias. “Despertemos a Nação!”: do mito fundador do Brasil ao nacionalismo integralista de Plínio Salgado. (1927-1937). *Anais do XIX Encontro de História (Anpuh)*, Juiz de Fora, 2014.

273 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *O esfacelamento da nação*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 70.



encontrariam, na figura de Fernando Henrique Cardoso (então Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco), a sua versão brasileira e antinacionalista.

Tal processo visaria exclusivamente, por meio de acordo firmado pelo Consenso de Washington e sob tutela do Fundo Monetário Internacional (além do governo norte-americano e do Banco Mundial), a destruição os Estados Nacionais, caracterizando as nações como meras corporações, por meio do processo de globalização, o fim de cadeia produtiva, acarretando a diminuição das taxas de natalidade e a possibilidade de um genocídio em escala global. O modelo neoliberal, para Vidal, contrapondo à noção de “fim da história” de Francis Fukuyama<sup>274</sup>, equivaleria “decretar o fim do homem e da sua necessidade infinita de melhorar, de eternizar-se na sua finitude. Decididamente, não somos um povo sem alma ou com vocação suicida...”<sup>275</sup>.

Tudo isso seria, claro (e conforme exposto anteriormente), dinamizado pelo poder e perniciosidade dos meios de comunicação de massa, em especial a amplitude política deles. A crítica de Vidal ao modelo neoliberal busca ir além de determinismos econômicos, trazendo diálogo com elementos conservadores, uma denúncia em tons moralizantes e um catastrofismo evidente. Reside, não somente nos teores, mas também na forma de transmiti-los, uma proximidade evidente entre Vidal, Enéas Carneiro e grande parte daqueles membros do corpo técnico do projeto eleitoral do Prona em 1994. É necessário, dessa maneira, observar como e de que forma ocorreu a absorção dessas prerrogativas.

Há, sem dúvida, diversos pontos de aproximação entre os postulados, discursos e premissas entre aqueles que viriam a integrar o corpo técnico do programa nacional de governo do Prona em 1994. A visão apocalíptica da realidade nacional é, talvez, o principal deles. Por vias diversas, seja na questão de demarcação de terras indígenas, músicas, programas televisivos e os próprios meios de comunicação de massa, todos eles coincidem no sentido compreensivo em que haveria um problema intenso e urgente e, mais do que isso, concordam também que a solução deveria passar invariavelmente por uma agenda nacionalista e economicamente intervencionista.

Por outro lado, há também divergências entre esses autores. Se Bautista Vidal passa por teores moralizantes e em torno do desenvolvimento da ciência e da cadeia produtiva nacional, Pedro Schirmer busca radicalizar o discurso de modo às vias de um típico enunciado fascista e anticomunista (retornando à *normalidade democrática* quando prestes a ingressar no Prona). É necessário ter em mente esses discursos, que em certos momentos soam como repetição de

---

274 FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

275 VIDAL, J. W. BAUTISTA. *O esfacelamento da nação*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 109.

um mantra político, para observar, adiante, como isso se dará na institucionalização discursiva e política, pois passa a se tratar não apenas do discurso de um indivíduo isolado, mas de uma agremiação política em vias de disputa eleitoral, e que desejaria transparecer a imagem de unidade hermética, orgânica, indivisível e *politicamente não política*.

No tocante à composição social da agremiação e uma possível natureza ideológica em decorrência dessa formação, o Prona passa, então, a se tornar mais que *o partido de Enéas*, de alguns colegas médicos e seus respectivos vizinhos. Além dos colegas médicos citados e os indivíduos atuantes (ou próximos) às organizações militares mencionadas, o grupo de apoio técnico do Prona conta com Irapuan Teixeira (“diplomado em Filosofia, Psicologia, História, com pós-graduação em Antropologia Filosófica e Educação”<sup>276</sup>, membro titular do Diretório Nacional partidário), Teresa Valdy Reto (engenheira e suplente no Diretório Nacional) e Ressencler Luiz Martins (advogado), todos sem registro de atividade políticas anteriores ao ano de 1994.

Além do apoio político, isto é, o papel desempenhado pela deputada federal Regina Gordilho na garantia da legalidade da candidatura de Enéas/Gama e Silva e também pela concessão de maior tempo de exposição junto ao HGPE (que passariam de quinze segundos para mais de um minuto), o programa de governo conta, também, com apoio jurídico (Helio Codeceira, Mauro La-Salette Costa Lima e Ildeu Alves de Araújo, advogado responsável pela ADI Nº 958-3), apoio administrativo<sup>277</sup> e apoio financeiro<sup>278</sup>. Todos esses, sem exceção, até onde foi possível constatar, não haviam militado anteriormente em alguma organização política exceto o Prona, além de não desempenharem função em cargo públicos.

O último personagem mencionado no plano de governo do Prona, é o economista Dércio Garcia Munhoz, apresentado como titular de Política Econômica e Economia Internacional da Universidade de Brasília. Autor de diversos livros e artigos na área e ex-presidente do Conselho Federal de Economia, essa relação não deve ser superestimada. Ao contrário dos demais nomes até então mencionados e analisados (assim como suas trajetórias e obras), Dércio Munhoz cumpre papel de *colaborador*, mais especificamente “colaborador especial na área econômica”, isto é, não apoiador ou membro partidário. Seria, talvez, de espécie de consultoria na área. De qualquer maneira, independente da configuração colaborativa dessa

---

276 Cf. CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1994, p. IV

277 Ricardo Ribeiro Lemos, Jorge Souza Gosta, Derli Azevedo Minguta, Cristiane Azevedo Minguta, Maria do Carmo Lira de Jesus, Valéria Beatriz de Jesus Ramos, Divino José Valentim, Eustachio José Carneiro, Milton Melfi, Maria Galindo.

278 Clóvis de Almeida Balthazar, Cleuber da Cunha Dalseco, José Cristóvão Galindo, Roberto Marcos dos Santos.

relação, foi mais um adepto do nacionalismo econômico a transitar na formação do projeto político do Prona.

São esses personagens, diversos mas unidos em torno de uma iniciativa partidária, e sobretudo candidatura presidencial, que vão dar corpo, em 1994, ao denominado “grande projeto nacional” do Prona, mas especialmente de Enéas Ferreira Carneiro<sup>279</sup>. É necessário observar, dessa maneira, ao analisar especificamente a campanha eleitoral, o plano de governo, e as inserções do Prona no HGPE, como se dá essa relação, ou seja, quais elementos serão admitidos e articulados ao discurso da candidatura de Enéas Carneiro e Roberto Gama e Silva, e como isso viria impactar a corrida eleitoral.

---

<sup>279</sup>O que se afirma é que, mesmo que houvesse a adesão de outras referências políticas ou a distensão do caráter profissional/político conforme averiguado em 1989, a centralidade de Enéas Carneiro junto ao permaneceu aparentemente incontestável.

### 3. *Um Grande Projeto Nacional: O Prona e as eleições de 1994*

Um grande manifesto, para um grande projeto nacional, em busca de uma grande nação. No Prona, a tônica é superlativa e o grau é maximizado. Assim já era em 1989, e em 1994 mais intenso ficou. Fala-se sempre em tons maximizantes. O poder tem que ser exercido em sua maior força, o Estado tem que ser maior em suas ambições, a expressão da fala sempre há de estar um tom acima do habitual.

Se a máxima orwelliana previa que 1984 seria um futuro representado pelas botas por sobre uma cabeça, a máxima do Prona estimava que, a partir de 1994, o Brasil deveria se impor por sobre seus inimigos. De alguma maneira, mesmo sem se referir a George Orwell, é como se buscassem a inversão de papéis em uma situação e realidades imaginadas e idealizadas.

E, se em 1989 o Prona e Enéas Carneiro foram chamados de nanicos, em 1994 fica evidente que de alguma maneira, o partido e seu líder acusaram o golpe. Em 1994, portanto, haveriam de construir e estabelecer uma *grande* resposta, baseada em uma *verdade*, à qual residiria somente e tão somente no Prona, e especialmente em Enéas Carneiro. O discurso do partido se estrutura, como é possível constatar, sempre pela questão da autoridade e sua ordenação decorrente.

Mas, se por um lado o exercício da autoridade constituída pela figura do Estado passa, naquela conjuntura, pela sua legalidade determinada mediante um processo eleitoral e democrático, o que o Prona propõe em contrapartida é não somente o empreendimento dessa autoridade, senão o benefício dessa execução para a concretude de uma perspectiva autoritária para a sociedade brasileira.

A autoridade pode se dar em torno de uma diversidade, enquanto o Prona provém de uma visão de mundo (e especialmente na razão política), que propõe uma perspectiva estruturada a partir de binômios, das dualidades contrastantes, de um universo constituído em torno de pares antitéticos. O Prona não existe sem a dualidade e, embora busque respeitar os limites (ou liberdades) constitucionais no tocante à representação política na ordem democrática, funda-se a partir da distinção entre as representações e práticas, isto é, na crítica de uma heterogeneidade das legendas partidárias (supostas representações) aquém de uma falsa homogeneidade em suas práticas.

O Prona seria o *maior*, seria a *verdade*, devido à sua superioridade em condição irrefutável. Não se trata de ser o melhor, senão o único. Superioridade de formação, superioridade de

quadros, superioridade da inteligência, superioridade nas possibilidades políticas. Somente um *partido anti-partido* seria capaz de ser um autêntico partido político. A narrativa da experiência do Prona nas eleições de 1994 passa, além da candidatura de Enéas Carneiro e Roberto Gama e Silva, pelo seu “grande projeto nacional”. Nota-se, pois, que não se trata do enunciado de um grande governo ou de uma grande candidatura, mas de um artifício inevitável para o Brasil se cumprir. E por essa razão, também, investe-se na figura do técnico em direção à política, conforme foi possível constatar anteriormente.

### **3.1 Elementos de um pensamento e projeto político**

O projeto de governo do Prona para as eleições presidenciais de 1994 se inicia com o manifesto partidário, o que não é um elemento despropositado. Enquanto categoria, o manifesto é uma peça chave no enredo político, pois como observa Eric Hobsbawm<sup>280</sup>, compreende um tipo de produto típico dos partidos políticos (e de outras coletivas diversas) em especial no século XX, onde buscam, a partir do enunciado em torno da coletividade, uma manifestação com potencial de capacidade coletiva (mobilização), doravante sua aglutinação representativa. Isto é, existe uma coletividade que subentende não a supressão, mas a condensação de uma coletividade ainda maior.

No caso de um partido político, e em específico no tipo de discurso do Prona, a partir de sua noção de Nação e existência política em torno de uma perspectiva orgânica, atesta uma dinâmica de entendimento da totalidade que, por sua vez, potencializa o forjamento de um discurso que objetiva a compreensão da complexidade na qual essa maior coletividade está imersa e submersa.

Em suma, o caráter inteligível de uma perspectiva ininteligível ou, em outras palavras, o documento substancializa o entendimento de uma coletividade que buscar exprimir e explicar a realidade para a coletividade nacional.

#### **3.1.1 Manifesto Político**

Em 1989, o Prona também havia divulgado um manifesto político que, em linhas gerais, muito se assemelha ao texto divulgado em 1994. No entanto, existem algumas modificações substanciais que precisam ser observadas. Em primeira instância, há uma variação em sua

---

280 HOBBSAWM, Eric. Manifestos. In: HOBBSAWM, Eric. *Tempos Fraturados: cultura e política no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

denominação, onde o primeiro manifesto é simplesmente o “Manifesto do Partido de Reedificação da Ordem Nacional”<sup>281</sup>, já o segundo, corroborando a premissa da busca pela expressão de grandiosidade partidária, passar a ser “O grande manifesto do Prona à nação brasileira”, algo destinado à totalidade interlocutora, nada menos que a nação brasileira.

Embora ele ganhe o epíteto de sua grandiosidade idealizada, em contrapartida perde em dimensão textual. Mas isso não é uma incoerência. Conforme mencionado no primeiro capítulo, o texto do Prona em 1989 revela-se, na realidade, mais do que um manifesto político propriamente dito, pois reunia os teores típicos de um produto do tipo (em especial o discurso de descontentamento em torno de um panorama contextual), mas também alguns delineamentos de um programa político, ainda que em tonalidades amadorísticas. Já o “grande manifesto” ganha, este sim, a configuração típica de um manifesto político.

Em primeira instância, é subtraído o caráter essencialmente propositivo tal qual disposto em 1989, isto é, questões sobre analfabetismo, medicina, trabalho, segurança pública, entre outros elementos que virão a ser desenvolvidos separadamente no programa de governo (ou *grande projeto nacional*). Exceptuado parte substancial do documento, o texto em 1994 é aparentemente idêntico ao antigo.

No entanto, uma leitura mais atenta vem descortinar algumas modificações substanciais. Logo ao início do manifesto, onde, no texto de 1989, afirma-se que o Brasil estaria “esmagado pela pressão de seus credores internacionais”, no texto atualizado lê-se “esmagado pela pressão internacional”. Tal alteração é considerável, pois compreende que a crise brasileira não é decorrência de uma questão (provavelmente de foro nacional) que viria a impulsionar a figura do receptor externo.

Mais que isso, o que o manifesto sugere ou subentende, é que há uma ação deliberada, em dimensão nacional, visando à estruturação internacional. Ou seja, o indivíduo credor não aparece mais como uma figura engendrada pela crise nacional, mas sim o próprio contexto internacional que efetiva a pressão constante, inferindo impeditivos à grandiosidade brasileira.

O manifesto, tal qual a retórica partidária inaugurada em Enéas Carneiro e reproduzida por seus pares, é estruturado a partir de um binômio complementar – *o desaparecimento da autoridade e a desordem*. Talvez, além disso, encara uma perspectiva dialética, onde o Prona (ou a reedificação da ordem nacional) cumpriria a síntese resolutive entre a autoridade e sua antítese, a desordem.

Se o primeiro sopro partidário do Prona, em 1989, já delineava que haveria o entendimento

---

281 Cf. Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989.

de uma perspectiva orgânica de nação, nacionalismo e (claro) da própria sociedade, o mesmo se dá, na versão atualizada, em relação à desordem. Natural, decorrência da inexistência do exercício de autoridade. Sobre isso, afirma Enéas: “a desordem é um fenômeno natural que se manifesta pela ação das próprias forças de um sistema deixado à sua sorte. Isso vale em qualquer nível de organização. É um fato científico”<sup>282</sup>.

É observável que existe, portanto, mais uma dualidade. Ao princípio orgânico que rege a desordem, somente uma estrutura capacitadamente técnica de contenção para o exercício no sentido inverso. E, apesar de ser um manifesto partidário – logo, em torno de uma coletividade, ele vêm com autoria de Enéas Carneiro, buscando emanar a centralidade científica no partido, na análise da conjuntura nacional, e principalmente em sua solução.

Além disso, essa passagem dispõe de um primeiro ponto de contato entre os pressupostos políticos do Prona (ou, em última instância, de Enéas Carneiro) e do conservadorismo político na tradição iniciada em Edmund Burke e demais autores<sup>283</sup>.

Conforme mostra Frankie O’Gorman<sup>284</sup>, a base da filosofia política enquanto prática contrarrevolucionária ocorre, em Burke, na busca pela defesa do Antigo Regime na França (e em toda Europa). Para Edmund Burke, noções como *liberdade* e *propriedade* desenvolvidas sobre os preceitos iluministas eram fadadas ao fracasso, pois baseadas em abstrações – a liberdade deveria ser não uma proposição, mas uma realidade disposta e concreta, já a propriedade seria decorrente de uma ordem social.

Dessa maneira, esse conservadorismo postula que nenhuma abstração é genuína ou benéfica a partir do momento em que predispõe a negação da ordem existente, as tradições históricas e elementos diversos que constituem a ordem social.

As instituições, em especial o Estado deveriam representar o *espírito* do povo em seu processo histórico contínuo, assim como desempenhar função de mediação entre os indivíduos (em especial as elites), decorrendo portanto a persistência de sua própria história e a preservação de suas tradições. Seria, pois, um contrato de característica durável e que passaria vários níveis e temporalidades, dos mortos aos que viriam a nascer.

---

282 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O grande manifesto do Prona à nação brasileira*. In: CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona)*, 1994, p.2.

283 Para uma perspectiva geral do conservadorismo político, ver COUTINHO, João Pereira. *Conservadorismo*. Lisboa: D. Quixote, 2014. Uma leitura mais apurada do fenômeno conservador no Brasil em tempos recentes, em especial em suas expressões políticas (na qual o Prona buscou transitar), pode ser encontrado em QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. *Conservadorismo à brasileira: sociedade e elites políticas na contemporaneidade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 273 fls., 2015.

284 O’GORMAN, Frank. *Edmund Burke: His Political Philosophy*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2005.

A principal confluência ao manifesto do Prona ocorre em relação à perspectiva da natureza. Para o Prona, o meio natural é dotado de uma perspectiva caótica. Isso determina, portanto, a compreensão desta natureza como produto da ausência de ordem e da ação do Estado. Desse modo, se o Estado e as demais instituições não cumprem a função ao qual são destinadas, a decorrência será justamente o retorno à natureza do caos que precede à ordem.

O Estado é, para o Prona, o principal sistema regulador da natureza humana. Nesse sentido, essa visão é coerente e condizente com o estado da natureza em Burke, *anarquia* (no sentido de ausência da ordem) não humana à qual o homem não deveria escolher regressar. Logo, também, distante de uma perspectiva rousseuniana.

A relação entre os escritos de Edmund Burke e os fundamentos ideológicos do Prona não constituem, claro, uma apropriação estanque ou literal, mas sim a reprodução dos elementos basilares do próprio conservadorismo em via política. Tampouco há alguma espécie de referência textual no documento partidário. No entanto, pressupõe-se que seja possível encontrar referenciais como esses na ossatura do pensamento conservador que operará no partido.

Condiz, de certa maneira, à própria dinâmica do conservadorismo moderno na acepção de Karl Mannheim<sup>285</sup>, isto é, a diferenciação entre conservadorismo natural (baseado nas tradições imutáveis e estanques, i. e., o tradicionalismo) e sua faceta moderna, inaugurada em Edmund Burke, que busca compor condições históricas e sociais, portanto com capacidade de desenvolvimento, mas em respeito às principais tradições.

Hannah Arendt caminha também nesse sentido interpretativo, ao afirmar a distinção entre tradicional e passado, assim como a falsa distinção adversa entre progresso e passado. Ao adepto da tradição, o passado e a tradição seria sinônimos absolutos, assim como, de modo proporcionalmente inverso, os adeptos do progresso tentariam negar o passado em completude. Essa confusão cabe, também, em razão da modernidade e da perda da tradição (e também da autoridade) como fio condutor da vida das pessoas. Não implica, contudo, a inexistência de uma “cadeia que aguilhou cada sucessiva geração a um aspecto predeterminado do passado”<sup>286</sup>. Não é descabido, portanto, que o próprio pensamento conservador sofra modificações ao longo dos tempos, pois relaciona-se constantemente ao

---

285 MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. Como afirma Mannheim, o conservadorismo têm, em essência, elementos que constituem o corpo do tradicionalismo, mas uma das diferenças fundamentais do conservadorismo enquanto ideologia é a consciência de sua própria essência. Em outras palavras, o conservador passa a pensar o presente a partir de suas origens, portanto ato consciente e reflexivo.

286 ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 130.



passado e o presente.

No caso da análise sobre os elementos ideológicos do Prona, presume a necessidade de observar onde e quando há de ocorrer processos de desenvolvimento na conjuntura nacional. Em se tratando de uma agremiação de fundação conservadora, é necessário apreender as suas variações, seja o sentido inverso (a retomada de tradições e dinâmicas outrora existentes) ou a própria perspectiva de conservação do *status quo* e seus valores nodais.

No que diz respeito à atualização do manifesto do Prona entre 1989 e 1994, é possível observar outra modificação substancial em relação ao texto original. O trecho que conclui o manifesto de 1994 persiste com o *espírito* daquele anterior, entretanto adiciona observações coerentes com o período de produção do documento.

Do jeito em que estamos, como um navio sem rumo, soprado pelos ventos do neoliberalismo econômico, cada um entregue à sua própria sorte, **não chegaremos a lugar nenhum a não ser que a sociedade, como um todo, se una em torno de uma ideia central, para que possamos emergir do fundo do oceano de inópia cultural, em que todos nós estamos mergulhados, para uma situação de ordem, com justiça social**, ordem que não será eterna, porém que, ao concluir o seu ciclo, nos deixará em um patamar mais elevado da condição humana.<sup>287</sup>

Embora exista a persistência da perspectiva da centralidade do poder do Estado, assim como da necessidade da intervenção e exercício de uma autoridade constituída, esse trecho demonstra dois fatores importantes: a compreensão da repulsa ao neoliberalismo (termo ausente do manifesto de 1989) e um sentido de história menos estanque.

Além disso, ao se afirmar sobre um “patamar mais elevado da condição humana”, pressupõe a conclusão de um ciclo (subentendida também a liderança daqueles capazes em ir além da *inópia cultural*) que apesar de estável, não seria eterno. Serve, portanto, para demonstrar que o Prona compreende cisão com qualquer perspectiva que fosse determinadamente tradicionalista, afinal de contas o partido teria, em discurso, um quadro técnico e essencialmente *científico*.

O projeto de governo do Prona compreendia vinte e cinco itens<sup>288</sup>, treze deles de autoria de

---

287 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O grande manifesto do Prona à nação brasileira*. In: CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona)*, 1994, p.2 [grifo do original].

Sobre os grifos, negritos, itálicos, eles serão respeitados na transcrição. Entende-se que são artifícios utilizados para enfatizar noções ou para delinear e delimitar a trajetória do leitor e provável militante. Tomado dessa maneira, trata-se de um instrumento de normatização da organização política.

288 São eles, além do manifesto supracitado, os itens: “Por que a candidatura?”, “O Estado – o que é?”, “O Estado, a liberdade e a igualdade”, “O Estado – com o Prona no poder”, “Países centrais e periféricos”, “Uma visão geopolítica e estratégica para o Brasil”, “A farsa na política econômica”, “Expressão econômica do poder nacional”, “Uma política para a Amazônia”, “Uma política de conservação da natureza”, “Um ensaio sobre a política agrícola”, “Uma política de transportes”, “Uma política energética”, “Petróleo e

Enéas Carneiro. Sete deles, escritos por Roberto Gama e Silva e, respectivamente, um de J. W. Bautista Vidal, Marcos Coimbra, Vanderlei Assis de Souza e Irapuan Teixeira. Apenas um dos itens era de autoria coletiva, escrito por Enéas Carneiro, Rui Augusto Mattos Nogueira, Vanderlei Assis de Souza, Diva da Silva Nascimento e Elimar Máximo Damasceno.

O texto inicial de Gama e Silva (“Por que candidatura?”<sup>289</sup>) versa sobre a enunciação da razão em compor à chapa do Prona, junto a Enéas Carneiro. Além da defesa das proposições desenvolvidas em obras que antecedem à adesão ao Prona, o texto de Gama e Silva discorre também sobre a motivação política. Segundo o almirante reformado, Enéas Carneiro teria insistido em sua participação na chapa, mas tardou a aceitar o convite em razão da possibilidade de candidatura do General Antônio Carlos de Andrada Serpa (que, conforme visto, havia sido parceiro político de longa data de Gama e Silva).

O texto, que teria sido escrito em 15 de fevereiro de 1994<sup>290</sup>, foi publicado anteriormente, em teor idêntico ao que constaria no projeto de governo, no jornal *Ombro a Ombro* de Junho de 1994<sup>291</sup>. Decorrente, portanto, de um interesse direcionado ao público cativo do periódico, seja na escolha de Enéas Carneiro (por afinidades políticas ou estratégia eleitoral) ou mesmo de Gama e Silva, pois significativo que o anúncio tenha sido efetuado pela mídia específica.

Essa tentativa de congruência entre setores da direita brasileira, militar ou civil (e mista) pode ser compreendida a partir da sentença em que Gama e Silva afirma: “Nossos nomes são Enéas e Gama e Silva, que oferecemos como garantia para o advento de um Brasil melhor<sup>292</sup>”. Esse excerto demonstra que, apesar da liderança uníssona em torno de Enéas Carneiro, haveria a tentativa em demonstrar a unidade coletiva ao redor da candidatura. Além disso, Gama e Silva serviria ao propósito de ligação entre o Prona/Enéas e o público autor/leitor que orbitava ao periódico em questão.

Além da perspectiva didática expressa nos títulos dos itens desenvolvidos, corroborando, mais uma vez, o sentido do partido como uma elite provedora de razão política ao povo brasileiro, é possível afirmar que as mais de duas dezenas de itens compreendem, na realidade, grandes blocos temáticos, como temas políticos e de Estado, questões energéticas e ambientais, educacionais, econômicas e de saúde.

Há, todavia, itens que perpassam diversas áreas de interesse, como a questão amazônica

---

Sobrevivência – apoteótica civilização dos hidratos de carbono”, “A desordem na educação: o retrato da situação atual”, “O ensino básico: o 1º grau”, “O ensino médio: o 2º grau”, “A educação superior”.

289 SILVA, Roberto Gama e. Por que candidatura? In: CARNEIRO, Enéas Ferreira, *Op. Cit.*, p. 4.

290 *Idem*, p. 8.

291 SILVA, Roberto Gama e. Por que candidatura? *Ombro a Ombro*, Junho/1994, p. 4.

292 *Idem*.

(que compreende âmbito da defesa nacional, matriz energética, econômica, etc). O que os une não é somente a figura e liderança de Enéas Carneiro estampada na capa da obra, expressa na autoria em um manifesto partidário supostamente coletivo, demonstrada na assinatura da maioria das proposições do partido.

Além de uma liderança que põe à sombra a própria organização, o tom de unidade existente no “grande projeto nacional” é o Estado nacional e o nacionalismo de Estado. Isto é, a compreensão que a nação brasileira se confunde com os limites constituintes do Estado nacional.

Só é possível ser brasileiro e nacionalista reportando ao Estado tal qual constituído, um fato dado e *inquestionável*. Da mesma maneira, um brasileiro só pode deixar de sê-lo se estiver contra o Estado e seus habitantes. Por isso, talvez, não há uma tentativa de reportar às tradições (ou inventar costumes<sup>293</sup>) que seriam precedentes ou posteriores ao Estado nacional, senão aquelas que já estiverem existentes durante o exercício de autoridade pelo Estado brasileiro. É, justamente, o maior temor do Prona: a extinção do Estado.

### 3.1.2 O Estado

A importância do Estado para o Prona pode ser mensurada nos três itens principais que compõem a temática específica no projeto de governo – *O Estado – o que é?, O Estado, a liberdade e a igualdade?* e *O Estado - com o Prona no poder*, assim como nos demais textos que compõem o projeto de governo. As questões dispostas nesses três textos citados promovem, consecutivamente, a definição, a negação de possíveis propósitos e antevisão do Estado para o Prona.

Apesar da importância que lhe é dado, afinal de contas o Prona há de repetir, por meio das inserções de Enéas Carneiro, a necessidade de um *Estado forte, técnico e intervencionista*, a busca por uma definição é um processo relativamente simples, embora empreende a tonalidade de compreensão da diversidade que cerca o fato.

Enéas Carneiro cita Engels (para quem o Estado seria destinado “apenas a manter os privilégios da classe dominante”<sup>294</sup>), Kant (“o Estado é uma reunião de indivíduos sob a lei do Direito”) e Kelsen (Estado como Ordem Jurídica) para se perguntar: *O que é, exatamente, o*

---

293 Sobre a questão entre tradições e costumes, cf. HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

294 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O Estado – o que é?*, p. 9.

*Estado?* A resposta à questão por ele mesmo formulada pretende, para além das implicações do tom didático adotado pelo texto, a criação de uma perspectiva compreensiva da totalidade e diversidade do mundo, algo que somente uma pessoa preparada haveria de compreender e responder, de modo que “A definição do Estado vem sendo tentada, através dos tempos, por filósofos, juristas e sociólogos”<sup>295</sup>.

Sendo o Estado a ambição máxima do Pronta, e o autoritarismo um elemento prático e ordenativo em direção ao Estado e à nação, Enéas Carneiro busca apropriar-se de uma definição de Max Weber<sup>296</sup>, a partir da seguinte leitura.

[...] existe um outro ponto de vista mais defendido pelos sociólogos, que liga o Estado à noção de força. Segundo essa corrente, o Estado nada mais significa do que uma diferenciação entre os governantes e os governados, entre os mais fortes e os mais fracos. É a noção de Estado-força que se contrapõe, de modo mais realista, ao Estado-direito. **Weber** é o pensador alemão em cujos escritos se consubstancia melhor essa tese. Para ele, o Estado é a instituição moderna à qual cabe o monopólio da coação legítima. A postura de **Weber** é de um realismo cru e amplamente criticado por aqueles que defendem aquilo que se chama o Estado moderno, o Estado de Direito, porque fundamentado na divisão dos poderes. Claro que, em linguagem jurídica atual, o Estado pressupõe um povo, um território e um poder originário de mando, que se chama, hoje, poder constituinte<sup>297</sup>

É evidente que existe, nessa perspectiva, algumas confusões axiológicas. A principal é aquela que renega a premissa segundo a qual a leitura de Weber sobre o Estado objetiva, em última instância, uma análise sociológica – uma entre diversas possíveis, inclusive. Embora, conforme afirma Álvaro Bianchi<sup>298</sup>, a perspectiva intelectual (em Weber) não é dissociável de alguma espécie de atribuição política, há, nesse caso, uma apropriação destinada a um determinado uso. Nesse sentido, mais que uma apropriação intelectual, ocorre, na realidade, uma apologia proveniente de uma leitura deformada de uma análise sociológica.

Além disso, em Weber, o Estado é um elemento constituinte da ordenação social, mas não o seu único fim ou instrumento. Ademais, o fato de deter o monopólio legítimo da força não significa necessariamente que seja a força o elemento predominantemente característico do Estado moderno, mas sim a sua prerrogativa (assim como o uso da força pode existir em outros agrupamentos como comunidades familiares, de vizinhos, etc.).

Remetendo novamente à leitura de Bianchi, é possível observar que a dominação do Estado pode se tornar um fator em decorrência a um processo de legitimidade, estruturação ou, em

---

295 *Idem*, p. 9.

296 WEBER, Max. *A política como vocação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

297 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O Estado – o que é?*, p. 10.

298 BIANCHI, Álvaro. O conceito de Estado em Max Weber. *Lua Nova*. São Paulo, n. 92, 2014, p. 79-104.

outras palavras, elemento consensual<sup>299</sup>. Weber seria, portanto, menos um “realismo cru” (ou *realpolitik*) do que Enéas Carneiro busca afirmar.

A leitura de Enéas Carneiro intenta também salientar que a análise sociológica de Weber sobre o Estado moderno seria, na realidade, alguma perspectiva crítica à sua existência, pois alicerçado no Estado de Direito e na distinção entre os três poderes. Nota-se, mais uma vez, uma leitura que toma uma análise como um princípio assertivo e também propositivo.

Conforme proposto por Michael Minkenberg<sup>300</sup>, se tomarmos o Estado democrático de direito como referencial para a distinção categórica entre extremismo e radicalismo de direita, isso evidencia que a perspectiva (ideológica, doutrinária, discursiva) política do Prona está, nesse momento, no limiar ao extremismo, mas ainda coerente com o radicalismo enquanto categoria. Critica-se a legalidade, mas não propõe uma ruptura evidente.

O radicalismo político do Prona, em Enéas Carneiro, implica, portanto, que o Estado há de ser aquilo que se entende como uma valoração desenvolvida por Weber, afirmado dentro de uma perspectiva discursiva autoritária, como padrão da agremiação.

***Dissimulado, protegido e referendado por todo um arsenal de normas jurídicas habilmente redigidas e falaciosamente manipuladas, é, sem dúvida, o monopólio do direito do uso da força o elemento mais característico do Estado Moderno. Tudo o mais é conversa fiada!***<sup>301</sup>

Já que o caráter do Estado para o Prona passa a ser determinado pelo uso e predomínio da força e do poder coercitivo, a segunda tarefa empreendida por Enéas Carneiro é enunciar ao que o Estado não deve servir. Afirmando que “no mundo moderno muito se discute sobre liberdade e igualdade”<sup>302</sup>, a proposição passa pela negação, disposta pela contrariedade à *igualdade absoluta* (a sociedade marxista, perfeita, jamais existente no planeta<sup>303</sup>), e à

---

299 “O conceito de legitimidade referia-se, para Weber, à aceitação da validade de uma ordem de dominação. Tal definição não dizia respeito, portanto, às questões de ordem normativa baseadas em padrões morais e éticos considerados adequados ou aceitáveis na condução do governo. O que definiria a legitimidade de um sistema de dominação seria a disposição subjetiva de seus sujeitos e, nesse sentido, a capacidade desse sistema apresentar-se como consensual” (*idem*, p. 100).

300 MINKENBERG, Michael. *The Renewal of the Radical Right: Between Modernity and Anti-Modernity. Government and Opposition*. v. 35, n. 2, p. 170-188, Abril, 2000. É necessário observar que a distinção entre *direita radical* e *extrema-direita* tem finalidade puramente analítica, e não valorativa. Ela é importante para se observar como se dá a perspectiva relacional entre organizações políticas que são diversificadas em seus fundamentos (liberal, conservadora, radical ou extremista) e como elas vão buscar confluir ao Prona enquanto perspectiva institucional, muito em conta justamente à legalidade da agremiação.

301 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O Estado – o que é?*, p. 10. grifos do original

302 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O Estado, a Liberdade e a Igualdade*.

303 Afirma, Enéas: “E, nos países onde se implantou o seu estágio prévio, o socialismo científico, tão logo foram erradicados a fome, a miséria e o analfabetismo, as diferenças individuais começaram a despontar, a necessidade de competição ganhou força e, dada a inserção dos países socialistas num mundo onde a economia é internacionalizada, aquele modelo econômico-social, lindo na teoria, veio a ruir na prática e, em

*liberdade absoluta*, “uma versão nova do liberalismo, o neoliberalismo, que, trocado em miúdos, estabelece a absoluta ausência de freios na economia”.

Ao Estado, para o Prona, cumpriria o papel de estabelecer a restrição à sua própria destruição, fosse no aspecto de fortalecimento excessivo dele próprio ou de seu enfraquecimento absoluto. Postula, assim, uma liberdade restrita, e uma igualdade também restrita (embora sem definir efetivamente quais seriam esses limites).

Nesse sentido, é possível observar o princípio de equiparação da perspectiva política do Prona para com o conservadorismo moderno onde, como mostra Karl Mannheim<sup>304</sup>, estabelece a crítica ao subjetivismo do indivíduo e a defesa da fixação ao plano do concreto (não no âmbito da luta de classes, evidentemente). E o ambiente dessa concretude, e por consequência a própria liberdade e igualdade, passa pelo Estado, como instrumento garantidor.

Uma diferenciação efetiva do Prona com outras expressões do conservadorismo político, contudo, é o aspecto de promoção de um certo culto quase exclusivista ao Estado, justamente por ser o instrumento provedor da autoridade (e do autoritarismo de Estado). Denota, portanto, de uma confusão, provavelmente deliberada, entre Estado, política e economia. Da mesma forma como postula uma política autoritária (desdenhando, de modo não efetivo, da divisão entre os três poderes), essa política só pode se dar mediante ao Estado, como instrumento de intervenção na economia, na própria política e nos meios de produção de sentidos.

Por isso, inclusive, que a descrição das funções do Estado passa pela intervenção econômica, reforma no sistema educacional e a questão do saneamento básico, entre outras possibilidades, sem que haja a menção ao debate público, com a sociedade civil – O Estado sob o Prona haveria de proporcionar a totalidade de suas atribuições.

Ao Estado caberia tudo, inclusive com a sinalização do detrimento da relação “Estado – estados – municípios”, pois estaria em virtude de uma elite preparada, aquela coerente com o projeto de Enéas/Prona, reunidas em torno da seguinte afirmação: “O Estado que nós preconizamos é um **Estado forte, técnico e intervencionista**, que privilegie o trabalho e a produção em detrimento do capital especulativo”<sup>305</sup>.

O Estado deveria, portanto, transitar entre as duas práticas perniciosas, neutralizando-as e determinando um princípio de harmonia social a emanar dele próprio. Se o Prona buscaria o

---

quase todos os Estados socialistas, atualmente já está funcionando a economia de mercado” (*idem*).

304 MANNHEIM, Karl. *Op. Cit.*, p. 116.

305 CARNEIRO, Enéas, *idem*, p. 12.

reordenamento da ordem social (ou a reordenação da ordem nacional), seria estabelecido mediante ações atreladas ao Estado.

Ao imaginar o que seria o Estado com o Prona no poder, há mais uma aproximação intelectual, a partir de uma apropriação (ou reapropriação), da obra do sociólogo Alain Touraine. No item “O Estado – com o Prona no poder”, afirma Enéas:

O Estado tem uma responsabilidade definida em termos chegado à situação atual, de **caos institucional generalizado**. O **prof. Alain Touraine**, sociólogo francês, referindo-se ao Brasil, recentemente afirmou: “A função pública é totalmente desorganizada. **O Estado é fraco, mal informado, mal organizado e quase incapaz de tomar decisões**”. E agora eu continuo a análise. Diante de um poder central enfraquecido, a luta pela descentralização torna-se desenfreada, quando, ao contrário, deveria existir uma **centralização doutrinária**.<sup>306</sup>

É possível observar, nesse trecho, a repetição de um padrão em duas variáveis que se intercalam por todo o texto da agremiação: o uso do artifício do negrito (ou negrito e itálico) como sublinhar às ideias centrais, a fim de expô-las enfaticamente, e o uso do mesmo artifício em nomes de intelectuais relevantes, consagrados, ou que trariam algum arcabouço intelectual coerente ao projeto político de Enéas/Prona. Em última instância, utilizam do artifício como evidência de uma suposta erudição de Enéas Carneiro.

No caso de Alain Touraine, decorre da tentativa em apropriação do autor para desenvolvimento autônomo da agremiação, entretanto evidenciando que há uma perspectiva elitista (do ponto de vista intelectual) que a engendra. Embora não seja estabelecida nenhuma referência à citação supracitada (de Touraine), é possível notar que Enéas Carneiro busca estabelecer a existência de um fato (*Estado fraco, mal informado, mal organizado e quase incapaz de tomar decisões*) para uma só resolução (*uma centralização doutrinária*).

No entanto, mais uma vez, assim como é estabelecido pela leitura e reapropriação de Max Weber por Enéas, acontece sentido igual na leitura da obra do sociólogo francês. Touraine é reconhecido como introdutor da noção de sociedade pós-industrial na sociologia, assim como a análise sobre as cissuras dos métodos e meios habituais de mobilização social (movimentos sociais) na contemporaneidade.

Em particular ao que se refere, em razão temática, à leitura e apropriação de Enéas Carneiro, a teoria sociológica propriamente dita do autor verte sobre a diversificação da natureza e configuração das mobilizações sociais nas sociedades pós-industriais, fruto do desenvolvimento dessas sociedades, que por sua vez afetaram as lutas globais. Disputas e

---

306 *Idem*, p. 13.

conflitos que anteriormente primavam essencialmente sob perspectivas revolucionárias em larga escala, passam então a espaços mais reduzidos de batalha e de poder.

Em muito pela compreensão das noções de identidade e sujeito como força com capacidade predominante desses agrupamentos, transpassando portanto o corte das estruturas econômicas e do marxismo habitual em alguns estudos da área, Touraine evidencia o crescente protagonismo de movimentos sociais de caráter mais restritos em suas configurações, mas dialogáveis entre si por diversas razões, assim como um procedimento diversificado em relação aos mediadores habituais em direção ao Estado. Como exemplo, é possível imaginar os feminismos, movimentos negros, ambientalismo, assim por diante.

Compreende, assim, adiante da unicidade determinada por uma categoria ou classe proletária que poderia ser tratada como uniforme ou amorfa em razão de sua não diversidade<sup>307</sup>. Isso evidencia, pois, que a perspectiva sociológica de Touraine é marcada pelo sentido de alargamento das esferas de participação para além dos espaços tradicionais, especialmente aos processos de institucionalização em direção ao poder público.

Logo, busca compreender as lutas sociais adiante das esferas habituais do Estado ou de suas perspectivas de representação política (em especial os partidos políticos). O caso dos *neozapatistas*<sup>308</sup> no México é um exemplo. Essa noção é necessária na tentativa de compreender como se dá uma suposta aproximação de Enéas Carneiro e Alain Touraine (ou, mais especificamente, o porquê de Touraine ser citado no programa de governo do Prona).

A obra *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina* é, adiante de uma teoria sociológica, análise e estudo de caso comparativo em torno de uma historicidade<sup>309</sup>. Nela, Touraine observa como a separação entre a classe política e o povo é determinada à confusão entre Estado, sociedade e sistema político (e sua esfera mais importante de representação, os partidos políticos), e de qual modo isso auxiliou a conceber um modo latino-americano de desenvolvimento, “capitalismo limitado e dependente”<sup>310</sup>.

---

307 Para uma análise mais detalhada sobre a questão, Cf. GADEA, Carlos A. & SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Rev. Sociologia Política*, Curitiba, 25, p. 39-45, nov. 2005.

308 O termo é empregado por Gadea e Scherer-Warren, buscando observar como há a produção de sentidos e identidades dos *neozapatistas* em torno de uma ancestralidade de luta à qual buscam tributar.

309 É possível questionarmos, inclusive, se a crítica de Enéas Carneiro à *liberdade absoluta* e à *igualdade absoluta*, seriam alguma espécie de compreensão decorrente da leitura das linhas iniciais da obra de Alain Touraine, onde o autor afirma a recusa “a escolher entre o racionalismo capitalista e o voluntarismo socialista ou neocomunitário” (TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989, p. 17). No entanto, levando em consideração a trajetória do partido, a formação de Enéas e principalmente a base de composição do projeto político em questão – conforme analisado no capítulo anterior, essa possibilidade não é conclusiva.

310 *Idem*, p. 32.



Touraine busca notar as contradições entre a inserção dos países latino-americanos à economia de mercado dos países centrais e a dependência econômica em um capitalismo limitado, assim como a crescente mobilização e participação política e cultural<sup>311</sup>. Um dos pressupostos de Touraine, em sua análise com fundo histórico, é a percepção da associação quase absoluta entre Estado e sociedade civil na América Latina, assim como as implicações dessa conjugação.

E, embora concorde com Enéas Carneiro e demais membros do Prona (sem citá-los, claro) quanto à necessidade da atuação do Estado para além de um *gendarme*, isto é, não somente um mantenedor da ordem, afirma como prerrogativa essencial do Estado a criação de “condições de uma *ação mais autônoma dos principais atores sociais*”<sup>312</sup>, de acordo, portanto, com a perspectiva dos movimentos sociais conforme descrito anteriormente<sup>313</sup>.

Ainda que o autor assemelhe-se ao Prona na crítica à liberalização quase absoluta nas capacidades e determinações do Estado como mediador (entre sindicatos e grupos econômicos, em específico), a ênfase dada à necessidade de atuação autônoma e emancipatória dos atores sociais é um ponto conflitante na relação imaginada, e que se busca construir (portanto, artificial), entre Enéas Carneiro e Alain Touraine – inclusive por que a questão dos movimentos sociais sequer é aventada no projeto de governo do Prona.

Qual a razão, então, para a menção de Touraine em “um grande projeto nacional”? A afirmação do autor reproduzida por Enéas Carneiro, provém de um trecho de uma entrevista de Touraine concedida ao *Jornal do Brasil* em 22 de março de 1992, com o título “A democracia não existe na América Latina”.

Nela, Alain Touraine empreende a defesa de um choque liberal na economia, sem que isso contudo implique em consequências diretas na política dos países. Sobre o Brasil (a abertura da economia, a privatização de empresas estatais, etc), afirma:

O que o Brasil adota como liberalismo é a destruição do Estado. Desfazer-se de empresas mal administradas é uma coisa. Mas o que há é uma desorganização da função pública, da administração pública, em condições tais que fazem do Estado brasileiro um Estado fraco, mau informado, mal-organizado, pouco capaz de tomar decisões. O Brasil, em suma, fez um choque parcial e ao mesmo tempo enfraqueceu o Estado. Quer dizer, ficou no meio do caminho sob todos os pontos de vista. Enquanto países como o México se recuperam, o Brasil continua com dificuldades

---

311 Afirma o autor: “A América Latina conhece vastas zonas de exclusão, mas também, e mais ainda, ousemos dizê-lo, uma forte participação política-cultural na qual se acha envolvida uma grande parte da população urbana. Em muitos países, a maioria dos cidadãos recebeu direitos políticos em uma etapa da industrialização bem mais precoce que nos países ditos centrais.” (p. 43).

312 *Idem*, p. 471.

313 Sobre a questão específica dos movimentos sociais na sociologia de Alain Touraine, Cf. MALFATTI, Selvino Antonio. Os movimentos sociais em Alain Touraine. *Estudos Filosóficos*. Nº 6, 2011, p. 217-228.

excepcionais.<sup>314</sup>

A defesa da presença do Estado como entidade política condiz, como visto, com a premissa defendida pelo Prona. No entanto, distancia-se daquilo que o Prona professa, quando Touraine elogia o surgimento de atores modernos no Brasil, como aqueles ligados ao mundo empresarial (FIESP, a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*) ou os “verdadeiros sindicatos”<sup>315</sup>, criados sob a tutela de Lula quando dirigente sindical. Em linhas gerais, seria uma variação atualizada daquilo que Touraine afirma em *Palavra e Sangue*.

Decorre, portanto, da apropriação de um trecho específico que, em última instância, pode confundir ao leitor do projeto de governo do Prona. É possível compreender, inclusive, que ao afirmar que “não existe democracia na América Latina”, Touraine o diz por duas razões: *a*) a intensidade do choque liberal na economia, em específico na política e, *b*) principalmente, a ausência da participação popular e autônoma junto ao poder. O Estado *neoliberalizado* seria, desse modo, aquele Estado que não responderia às demandas populares, assim como não propiciaria a inserção desses atores sociais.

São, dessa maneira, divergentes as visões de Enéas Carneiro e Alain Touraine, assim como suas leituras do contexto político brasileiro. A denúncia de Touraine à *ausência de democracia* é, em última instância, o apelo pela efetivação da ampliação dos instrumentos de inserção à prática democrática. Já em Enéas Carneiro, seria um Estado não democrático por que não exerceria a autoridade, tal qual compreende o chefe da agremiação.

Enquanto o sociólogo francês reclama o papel do Estado como instrumento regulador e fomentador de práticas democráticas, inclusivas e participativas, o político brasileiro evidencia a premissa do Estado como instrumento autoritário de uma ordem por ele estabelecida.

Por tal razão e perspectiva, Enéas afirma, novamente em negrito: “**É mentira, é falso, é cínico chamá-lo de Estado democrático, apenas porque alicerçado em partidos políticos. O Estado com o PRONA no poder será um Estado forte, técnico e intervencionista, voltado para o bem-estar da sociedade brasileira**”<sup>316</sup>.

Defender a prerrogativa de um Estado *forte e intervencionista* implica, claro, compreender o contexto político inerente a essa premissa. A partir do protagonismo das relações políticas e econômicas em amplitude global, intensificadas após o fim da Guerra Fria e que se

---

314 MÁXIMO, Gabriela. “Não há democracia na América Latina”. *Jornal do Brasil*. 22/03/1992, p. 12.

315 *Idem*.

316 *Idem*.

aprofundarão no decorrer dos anos 1990, é evidente a crítica da incidência desses procedimentos globais naquilo que a agremiação vê como efeito destruturante dos mecanismos de autopreservação da nação e do Estado brasileiro.

### 3.1.3 A conspiração

Desse modo, e em razão dos chamados *ventos do neoliberalismo* tal qual afirma o manifesto do Prona, o programa de governo de Enéas Carneiro é profundamente marcado pelo nacionalismo econômico.

Em contraposição, a política econômica brasileira seria, para Enéas, uma farsa arquitetada pelos grandes capitalistas a fim de conter o desenvolvimento nacional. Os planos econômicos seriam, todos eles, variações de um mesmo procedimento, qual seria a liberalização absoluta da economia nacional. É significativo, contudo, que o chamado Plano Cruzado (lançado em 1986, no governo de José Sarney) seja o menos criticado deles, por seu conteúdo intervencionista (vide o congelamento dos preços, por exemplo), da mesma maneira como o Plano Real seria objeto de críticas.

Com exceção do Plano Cruzado, em que houve, realmente, uma proteção dos salários, em todos os planos subsequentes veio diminuindo, progressivamente, o poder de compra da moeda. O último Plano [*Plano Real*], executado às vésperas do processo eleitoral, não foi diferente dos demais.<sup>317</sup>

Para além das disposições do campo da política econômica, que de fato foi palco de um intenso processo de choque liberal e seguidas crises no Brasil, a percepção e discurso de Enéas Carneiro passa, mais uma vez, assim como em sua crítica e denúncia de uma suposta *não democracia*, sobre uma espécie de liberalismo *não liberal* no Brasil, no sentido em que o mercado não seria o responsável pela manutenção desse choque liberal (decorrência natural do enfraquecimento do Estado como ator político), mas sim um grupo coeso, bem definido em suas estratégias, mas desconhecidos do público em geral.

Em suma, haveria uma conspiração em curso no Brasil, de matriz econômica, com implicações políticas e dimensionamento estrutural (possibilitando a destruição da nação brasileira), em um modelo *destruidor, cínico e desumano*.

**Destruidor** porque, pouco a pouco, veio e continua deteriorando o parque industrial

---

317 CARNEIRO, *Op. Cit.* p. 26.

de um país que, até bem pouco tempo atrás, pulsava com algum dinamismo [...] **Cínico**, porque se apresenta como a salvação única possível para uma economia totalmente desorganizada [...] **Desumano** porque, privilegiando o capital improdutivo, levando à falência milhares de estabelecimentos de pequeno e médio porte, lançando na rua milhões de pessoas sem emprego, cria todas as condições para o desarranjo total da sociedade, fazendo crescer, entre os cidadãos, a falta de confiança no trabalho, no Governo, nas pessoas e no futuro da nação.<sup>318</sup>

A conspiração propriamente dita, que traria as consequências acima descritas, se estruturaria da seguinte maneira e teria os seguintes objetivos:

**O caráter maquiavélico dos mentores do plano tem que ser encarado de frente – houve um planejamento frio, diabólico, visando, especificamente, a um sucesso temporário, que deverá ser garantido até as eleições.** [...] Alegando a tão decantada “falta de recursos”, após as eleições, para fazer caixa seguir-se-á a política neoliberal, privatizando-se, quer dizer, entregando-se a grupos nacionais que serão, de fato, meros testas-de-ferro do capital internacional, o que resta do patrimônio público – a energia, as telecomunicações, o subsolo e, quem sabe, até o ar atmosférico...<sup>319</sup>

O enredo conspiracionista descrito por Enéas Carneiro assume característica de teoria da conspiração a partir do momento em que denuncia um vasto, insidioso e meticuloso aparato construído em escala internacional. Mais do que isso, o que distingue uma conspiração de fato (algo comum nas articulações do campo político) de uma teoria da conspiração como essa do Prona é que ela, como demonstra Jeffrey Bale<sup>320</sup>, pressupõe um adversário que encarna um espírito diabólico, monolítico em sua composição ideológica, além de condição onipresente e onipotente em diversas configurações históricas (diversos como os variados planos econômico no Brasil, por exemplo).

Seja nos limites nacionais ou em escala global (afinal, as teorias da conspiração almejam responder, de alguma maneira, às mudanças ocorridas nas sociedades às quais se inserem), esse fenômeno é algo corrente na política moderna, de modo que vários pesquisadores se debruçaram sobre a temática da conspiração, e mais especificamente sobre as chamadas teorias da conspiração<sup>321</sup>.

De fato, a denúncia de um plano subalterno, com agentes desconhecidos, em atividade secreta e/ou sob roupagem a mascarar efetivos e maléficos interesses, é um componente

---

318 *Idem*, p. 29-30.

319 *Idem*, p. 30.

320 BALE, Jeffrey M. Political paranoia v. political realism: on distinguishing between bogus conspiracy theories and genuine conspiratorial politics. *Patterns of Prejudice*, Vol. 41, No. 1, 2007.

321 Para um balanço bibliográfico inicial do tema (bastante extenso e em constante atualização, por sinal), cf. SILVA, Sandra. *Teorias da Conspiração: Sedução e Resistência a partir da Literacia Mediática*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, 2010, 114 fls.

comum na modernidade, em especial em agrupamentos (sociais, culturais, políticos ou religiosos) que almejam frear o que consideram a perniciosidade dos avanços e modificações atreladas a essa própria modernidade<sup>322</sup>.

Em um primeiro momento, todas as teorias de conspiração se assemelham, pois carregam consigo o princípio da explicação relativamente banal de uma realidade que possa parecer complexa e caótica aos não adeptos dela. É uma chave explicativa e sem vias de escape. E além de uma explicação simples – pois guardadas as variações de dimensões possíveis, são *elas contra nós* –, a solução transita também em um princípio simples ou inevitável, que reside, por sua vez, quando em razão política, ao grupo que denuncia e oferece a resolução do problema.

Da denúncia de um complô judaico de dominação mundial (e suas variações judaico comunista, ou judaico comunista liberal), passando pela afirmação de uma conspiração maçônica, jesuíta (ou a junção de todas elas) ou mesmo aquelas que envolvem a existência de vidas inteligentes extraterrestres, persiste a lógica da suspeição, denúncia e de uma solução que pode ou não ser definitiva. São, todas elas, afinal, teorias da conspiração, e compreendem que há um mal a ser combatido.

Apesar dessas semelhanças, Michael Barkun<sup>323</sup> observa que é possível compreender diferentes configurações nas expressões daquilo que ele chama de cultura conspiracionista. À revelia da concordância em três princípios fundamentais – a conjuntura não é acidental, *nada é como parece, e tudo está conectado*<sup>324</sup>, o secretismo, elemento indissolúvel do conspiracionismo, pode ser absoluto ou relativo, definindo, portanto, a variação dentre os enredos conspiracionistas diversos.

O secretismo pode estar presente em sentido endógeno, exógeno ou em ambos àquilo que se busca denunciar, isto é, pode se referir ao grupo e/ou às suas atividades. São, portanto, quatro variações relativas aos eixos “grupos” (eixo *a*) e “atividades” (eixo *b*). O grupo I seria, dessa maneira, um agrupamento com caráter secreto (o grupo e seus constituintes não seriam conhecidos do público em geral), assim como suas atividades seriam também secretas, à

---

322 É necessário, contudo, contar com as assertivas de Bale no que diz respeito seja ao fator da capacidade de inteligibilidade da realidade por meio da crença nas conspirações, ou mesmo na existência efetiva de conspirações no transcurso da política - “In short, a belief in conspiracy theories helps people to make sense out of a confusing, inhospitable reality, rationalize their present difficulties and partially assuage their feelings of powerlessness. In this sense, it is no different than any number of religious, social or political beliefs, and is deserving of the same serious study”. (BALE, Jeffrey M. Political paranoia v. political realism: on distinguishing between bogus conspiracy theories and genuine conspiratorial politics. *Patterns of Prejudice*, Vol. 41, No. 1, 2007, p. 51)

323 BARKUN, Michael. *A Culture of Conspiracy: Apocalyptic Visions in Contemporary America*. Los Angeles: University of California Press, 2003.

324 *Nothing happens by accident; Nothing is as it seems; Everything is connected.* (*idem*, p. 3-4).

exceção daqueles que *denunciam* a conspiração.

O grupo II consistiria naqueles cujas atividades não são secretas, mas sua composição, sim. Os grupos III e IV, por sua vez, são de natureza *não secreta*, mas que podem variar de acordo com o secretismo de suas atividades, públicas ou não. Dessa maneira, é possível notar a disposição do gráfico a seguir.

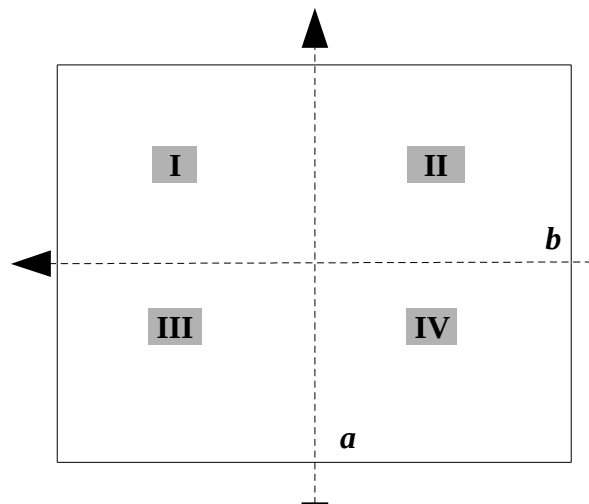


Gráfico 2 – Enredos conspiracionistas

M. Barkun exemplifica esses agrupamentos de enredos conspiracionistas da seguinte maneira: o quadrante I se referiria, de modo não exclusivo, à teoria de conspiração dos *Illuminatis*, um dos enredos de maior difusão na passagem dos séculos XX e XXI, em especial mediante *internet*.

Já o grupo II, seriam, por exemplo, enredos que denunciam ações de filantropos anônimos, por meio de doações e financiamentos não secretos, mas sem divulgação de identidade do entusiasta financeiro (o fluxo do financiamento não implica a divulgação do responsável). Por sua vez, os enredos dos grupos III e IV são, na ótica da denúncia conspiracionista, mais públicos e facilmente verificáveis. O quadrante III seriam espaços onde poderiam ser alocados os conspiracionismos atribuídos à maçonaria e aos jesuítas (e os demais de semelhante configuração narrativa), enquanto ao último item caberiam teorias da conspiração envolvendo organizações e atividades públicas, como partidos políticos em regimes democráticos.

Essas distinções não são, claro, algo absoluto e intransponível, senão instrumentos de análise. Nesse sentido, é possível observar que uma teoria de conspiração pode compreender a completude dessas variações.

Como exemplo, o mito da conspiração mundial dos judeus passa, desde a sua constituição,

pela denúncia de atuação nos diversos níveis da sociedade, transpondo dos costumes culturais, sociais e religiosos às esferas governamentais. Não à toa, serviu como instrumento de sistematização totalitária e antissemita<sup>325</sup>. Da mesma maneira, essa amplitude sofreu um refluxo e diversificações em decorrência dos conhecimentos acerca do holocausto<sup>326</sup>. São, portanto, configurações e disposições que podem variar no tempo e espaço.

O universo das teorias das conspirações é, de fato, bastante diversificado. Pode incluir e envolver os estratos e expressões mais variadas de uma sociedade, pois é de fato fascinante, seja pela sua capacidade sintética, explanatória, denunciativa ou mesmo pelo seu realismo fantástico. No tocante à composição política das teorias de conspiração, seja em razão da estruturação, difusão ou mais especificamente em sua capacidade de mobilização, elas têm um interlocutor possível (às vezes, cativo) nos setores mais radicais do campo político, seja à esquerda ou à direita.

Embora isso não implique que as teorias da conspiração sejam propriedades absolutas das tendências radicais da política, essa disposição prévia faz sentido, a partir do momento em que é possível observar o impacto e essencialidade das disposições dicotômicas (e dos pares antitéticos) na estruturação do discurso e pensamento políticos desses agrupamentos sociopolíticos, assim como na descrença ou crítica aos procedimentos políticos e democráticos como mediadores de conflitos e constructo de soluções desenvolvidas internamente ao próprio campo.

Além disso, alguns estudos<sup>327</sup> indicam que determinados conteúdos de abordagem

---

325 É nesse sentido, inclusive, que podemos situar essa proposição na compreensão de Hannah Arendt fala sobre a diversificação do antissemitismo na era moderna. (ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 17). Sobre a questão do mito da conspiração mundial dos judeus, sua relação com os *Protocolos dos Sábios de Sião* e dimensão no Brasil, cf. COHN, Norman. *A conspiração mundial dos judeus: mito ou realidade?*. São Paulo: Ibrasa, 1969, e TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *O veneno da Serpente*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

326 Essa variação está intrinsecamente ligada às intensidades dos discursos antissemitas no fenômeno negacionista. Autores negacionistas mais radicais, como Ernst Zündel, tendem a buscar uma maior amplitude na sua denúncia conspiracionista e antissemita. Outros, mais comedidos, inserem esse conspiracionismo como espécie de *lobby judaico*. Em última instância, trata-se de variações de intensidade de um discurso conspiracionista que é, se não idêntico, congênere. Sobre o negacionismo em instância transnacional, cf. MILMAN, Luis. Negacionismo: Gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual. In: MILMAN, Luis & VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

327 Como exemplo, é possível observar o estudo de caso no campo da psicologia social envolvendo amostragem realizada na Holanda e nos EUA. Cf. PROOIJEN, Jan-Willem; KROUWEL, André P. M. & POLLET, Thomas V. Political Extremism Predicts Belief in Conspiracy Theories. *Social Psychological and Personality Science*. Vol. 6(5), p. 57-578, 2015. Na análise desenvolvida por Michael Barkun (*op. cit.*), o autor observa que mesmo aquelas teorias da conspiração que não nascem no campo político do *right-wing extremism* (extrema-direita, em tradução literal), mesmo aquelas que envolvem alienígenas, tendem a ser apropriadas por esse nicho de mercado da politização da cultura do conspiracionismo, funcionando, então, tanto como produtor ou consumidor de bens culturais.

conspiracionista estão mais propensos à aceitação à direita política, como aqueles de abordagem antiecológica, enquanto outros são espécies de rasgo no espectro, como questões ligadas ao mercado financeiro, embora essas questões possam variar também de acordo com a conjuntura e o contexto histórico.

De qualquer maneira, é possível constatar que a perspectiva do conspiracionismo é um elemento que está presente no discurso político do Prona, e em certo sentido desenvolve-se quase *naturalmente* ao decorrer dos anos, em decorrência do processo de maturação ideológica e discursiva partidária.

Embora não seja um determinismo histórico, fato é que os elementos constituintes do universo conspiracionista já compunham o ambiente discursivo do Prona e em Enéas Carneiro desde a primeira campanha presidencial: antevisão catastrófica, dualismo excludente e um único e intransponível caminho à salvação.

No caso da perspectiva coerente com o nacionalismo de dimensão econômica, é possível observar o desenvolvimento dessa visão conspiracionista da história brasileira, com capacidade globalizante. Isto é, a conspiração não ocorre somente dentro do país (por meio dos planos econômicos como decorrência factual, como exemplificado no material), mas também em nível internacional enquanto estruturador das instâncias menores ou subalternas.

Ao comentar sobre questões próprias das relações internacionais, Enéas Carneiro cita duas correntes de pensamento que, segundo ele, *se digladiam* na área. Expressas nas teses *realista* e *idealista*, a primeira seria aquela que pressupõe o princípio da cooperação entre as nações (o que, para Enéas, compreenderia a percepção de um “altruísmo das nações desenvolvidas, e há quem chegue a falar até de uma hegemonia benigna dos Estados Unidos”<sup>328</sup>). Contraponto à tese idealista<sup>329</sup>, haveria a tese realista e, conforme a concepção organicista da sociedade, é apresentada como “bem menos agradável de deglutir e metabolizar”<sup>330</sup>.

Para Enéas Carneiro, a tese realista seria aquela que predisponha a compreensão dos atores nacionais em processo de disputa, isto é, não haveria a noção de “países amigos”, mas sim de um jogo de interesse entre atores nacionais. E, além disso, a percepção do Prona para com a tese realista exposta, serve como princípio para o constructo de uma teoria da conspiração. Dessa maneira, afirma

---

328 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 15.

329 Embora Enéas Carneiro cite apenas duas tradições existentes na teoria das relações internacionais, o panorama é mais complexo e diversificado, tal qual a perspectiva liberal, construtivas, marxista etc., além das diversidades constituintes dessas grandes Escolas.

330 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 15.



Nós, do **PRONA**, nos incluímos no segundo bloco, somos realistas. E vemos, por exemplo, que o período do pós-guerra assistiu, nos Estados Unidos, ao desenvolvimento de numerosos estudos, visando à condução da política externa daquela potência, estudos que culminaram, na década de 60, com a criação da Comissão Trilateral, formada pelos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão<sup>331</sup>.

Sendo assim, a condição periférica brasileira não seria uma decorrência histórica, do passado colonial, de uma forma de desenvolvimento latino-americano, ou mesmo de um capitalismo em condição imperialista. Embora essas condições possam coexistir (afinal de contas, a conspiração é historicamente construída e modificável às condições de época), há um princípio determinante por detrás da própria teoria realista, ou seja, para além das disputas entre nações, de modo planificante. Desse modo, cumpre à Comissão Trilateral:

[...] a manutenção do poderio político, militar e econômico dos Estados Unidos no mundo ocidental, com uma cooperação mútua entre os países centrais, deixando, aos países periféricos, a função de brindar as grandes potências com o fornecimento de matérias-primas, de produtos agrícolas, de mão-de-obra não qualificada, separando, enfim, muito bem, o mundo desenvolvido, industrializado, daquele conjunto de países que já era chamado o terceiro mundo. [...] Com a desculpa da não proliferação das armas atômicas, objetivava-se deter o avanço e o domínio da geração de Energia Nuclear nos países periféricos.<sup>332</sup>

A Comissão Trilateral, fundada em 1973, por David Rockefeller e Zbigniew Brzezinski, é destinado a ser, como mostra Rejane Hoeverler<sup>333</sup>, um ambiente de interlocução das elites capitalistas (multinacionais, financeiras e políticas), visando a diminuição das possibilidades de conflitos entre as potências, assim como a maximização dos lucros face à atuação nos países de terceiro-mundo.

Foi formada, contudo, por um grupo heterogêneo, que dispunha desde uma maioria comungante de premissas neoliberais, mas também de indivíduos adeptos de um certo keynesianismo e seu Estado de bem-estar social. Compreende, em linhas gerais, um processo de transnacionalização da ação privada e do empresariado em perspectiva política.

Conquanto esse panorama de transnacionalização de elites capitalistas esteja presente ou delineado na breve descrição elaborada por Enéas Carneiro, a leitura e apresentação elaborada sobre a Comissão Trilateral é essencialmente conspiracionista. Em primeiro lugar, não é apresentada uma cronologia e configuração da organização e, além disso, é tomada como um organismo equiparável aos próprios interesses e predisposições dos Estados Nacionais. Em

---

331 *Idem*, p. 16.

332 *Idem*, p. 16.

333 Cf. HOEVELER, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 418 fls., 2015.

última instância cria-se, deliberadamente, a impressão que seria o caso de um grupo homogêneo, com uma cartilha predefinida.

Além disso, como mostra R. Hoeveler, uma das preocupações iniciais das reuniões da Comissão Trilateral era justamente a disparidade de gastos em armamentos e manutenção dos Estados Unidos (cerca de 8% do PIB, em 1970) em relação ao Japão (0,8%)<sup>334</sup>. Não condiz com a percepção de Enéas Carneiro, segundo o qual a Comissão Trilateral tratar-se-ia de um instrumento de manutenção do poderio político, militar e econômico dos EUA, mas sim sobre os impactos econômico desse descompasso.

Para Enéas Carneiro, o objetivo final da Comissão Trilateral é expresso na perspectiva da dualidade antagônica, traço marcante do pensamento político do líder do Prona. Ao mundo industrializado, poderoso, pujante, rico e desenvolvido, haveria a necessidade da existência de um consenso em antagonismo, isto é, o terceiro-mundo no qual o Brasil seria incluído (por determinação de terceiros, claro). A fase final do procedimento da Trilateral ao desmantelamento dos Estados nacionais dos países periféricos, seria a destruição das Forças Armadas e dos Órgãos de Inteligência.

Descritos como “últimos baluartes da defesa dos interesses nacionais”, as Forças Armadas e organismos de Inteligência são considerados, dessa maneira, não apenas como a descrição buscar pautar, mas também o elemento de conjuração ideológica com o Prona além seu possível eleitorado e interlocutor político. Reside nessa afirmação, também, o desprezo aos partidos políticos enquanto instrumentos de governança (mais uma vez, a questão do *partido não-partido*).

Sobre a estratégia citada, afirma: “Daí porque todo esse esforço que vem sendo desenvolvido, com orientação vinda de fora, no sentido de enfraquecer, desmoralizar, desarticular e, por último, eliminar esses órgãos do cenário nacional”<sup>335</sup>. A Comissão Trilateral enquanto elemento conspiracionista no discurso de Enéas/Prona cumpre os requisitos apresentados anteriormente: um princípio explanativo de uma realidade complexa, onde agentes, com escusas intenções, deliberadamente traçam um meticuloso plano a desenvolver-se nas entranhas da sociedade e do campo político. Nota-se, todavia, que o secretismo dessa teoria da conspiração é relativo, embora se faz presente.

De acordo com a tipologia de análise proposta e utilizada por M. Barkun<sup>336</sup>, a Comissão

---

334 PETRAS, James. “The Trilateral Commission and Latin American Economic Development”. In. \_\_\_\_\_. Class, State and Power in the Third World. With case studies on class conflict in Latin America. Londres: Zed Press, 1981. p.87 apud. HOEVELER, *Op. Cit.*, p. 09.

335 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 16.

336 BARKUN, *Op. Cit.*

Trilateral pode ser compreendida, a partir da apresentação no programa de governo, como uma organização de caráter *não secreta*, mas com *atuação secreta*. De qualquer maneira, a descrição de Enéas Carneiro não é definitiva: não cita os membros fundadores e principais lideranças da organização, tampouco os veículos de divulgação de suas propostas políticas (ou os meios que utilizou para se basear em tais afirmações denunciativas).

Dessa maneira, o texto de Enéas é dúbio: constrói a noção de um duplo secretismo (organização secreta, atividades também) ou publicidade quase total (organização não secreta, atividades não secretas, objetivos finais secretos). Em última instância, caberá ao leitor a tarefa de definir essa configuração.

O fato de utilizar o conspiracionismo como mobilizador político e chave explicativa da realidade, já demonstra uma modificação do discurso de Enéas em comparação àquele de 1989. E o fato de nominar a Trilateral como fator central da conspiração desperta algumas questões: qual a influência para tal escolha específica? Decorrência de uma iniciativa de Enéas ou de um movimento presente na nova configuração partidária?

Algumas pistas para a criação de um discurso político-partidário podem ser encontradas no jornal *Ombro a Ombro* que, conforme visto anteriormente, funcionou como espaço importante para na antessala do projeto de governo do Prona. Na edição de junho de 1993, Marcos Coimbra, em texto em que discorre sobre a questão da globalização, afirma:

Existem duas posições diametralmente opostas: uma, a dos “patriotas”, defende a tese de que este processo deve ser concretizado, subordinado ao superior interesse nacional, inclusive com o fortalecimento do mercado interno, de modo a tornar o país menos vulnerável às pressões dos grupos dominantes na Economia Mundial. A outra, a dos “internacionalistas”, prega o ideário de que a nação deve abrir-se totalmente, defendendo a privatização integral das estatais; a abertura do comércio internacional, via aumento das importações e o atrelamento automático, no caso dos brasileiros, ao NAFTA. A este grupo pertencem os integrantes do Diálogo Interamericano, que representa os interesses da TRI-LATERAL nas Américas.<sup>337</sup>

Embora, nesse texto em específico, Marcos Coimbra não esboça a Trilateral (e o Diálogo Interamericano) a partir de uma perspectiva conspiracionista, há uma dualidade inconciliável – aqueles não adeptos da perspectiva por ele denominada de “patriótica” (à qual se insere, claro), seriam traidores da pátria.

Os apátridas e traidores devem aprender a lição que a História ensina. Podem levar vantagem no curto prazo, mas serão execrados, julgados e condenados sem piedade no futuro. [...] O traidor é um ser abjeto, que será apedrejado pelos seus contemporâneos e renegados pelos seus descendentes. A história não esquece de

---

337 COIMBRA, Marcos. Encruzilhada Fatal, *Ombro a Ombro*, Junho/1993, p. 12.

seus heróis, nem de seus traidores. Chega de aberrações como Judas, Joaquim Silvério dos Reis. É mais digno morrer lutando, do que ser enforcado como traidor ou omissão.<sup>338</sup>

As diferenças de teor, conteúdo e tonalidade discursiva devem ser parametrizadas. Marcos Coimbra dialoga, em *Ombro a Ombro*, a um público cativo embora heterogêneo. Ainda assim, é uma heterogeneidade disposta em um campo com características próprias. Inclusive pela formação militar da maioria dos colaboradores e leitores do jornal, havia necessidade em produzir um discurso radical, incisivo e exclusivista (*nós, patriotas x eles, traidores e internacionalistas*).

Já no discurso de Enéas vetorizado no programa de governo, o público é efetivamente diversificado, em um campo ainda mais heterogêneo, além de não haver uma paridade ideológica anteriormente disposta, afinal de contas, decorrente do decurso de um processo eleitoral, democrático, em âmbito nacional. Marcos Coimbra fala para pares, ainda que sob possibilidade de conflitos no campo, enquanto Enéas Carneiro busca interlocutores cativos.

Além disso, no que cabe ao conteúdo e não à forma, o discurso de Marcos Coimbra estabelece a Comissão Trilateral como órgão fomentador de outras organizações semelhantes, mas determinadas a atuações mais restritas – o *Diálogo Interamericano*<sup>339</sup> seria a seção da *Trilateral* nas Américas.

Embora o Diálogo Interamericano não seja efetivamente trazido para o programa de governo de Enéas Carneiro em 1994, é possível notar que, no corrente ano, há ocorrência de menção à organização por Pedro Schirmer (mediate editorial em *Ombro a Ombro*). Para Schirmer<sup>340</sup>, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva seriam candidatos à presidência, financiados pelos interesses internacionais, mediante articulação do Diálogo Interamericano. Seriam, em essência, espécie de fantoches para os escusos interesses internacionais.

A não reprodução desse tipo de discurso (ou teoria conspiratória) indica dois caminhos possíveis: *a)* Enéas Carneiro e a cúpula partidária julgaram improvidente a difusão desse tipo de discurso, pois ainda mais radical que a denúncia, não central (e nominal) da Comissão Trilateral, *b)* As ideias não foram apropriadas em tempo hábil para veiculação no texto partidário.

---

338 *Idem*.

339 Em linhas gerais, o Diálogo Interamericano pode ser compreendido como um *think tank* de líderes globais, especial nos EUA, Canadá, Caribe e América Latina, a discutir questões e políticas relacionadas à governanças democráticas. A teoria conspiratória em torno do grupo será propriamente analisada no capítulo posterior.

340 “A caixa-preta da democracia”. *Ombro a Ombro*, Maio/1994, p. 1.

Não cabe, aqui, conjecturar sobre o não fato ou a não evidência, todavia é evidente que haveria alguma espécie de aproximação entre esses dois discursos: uma organização internacional, multinacional/transnacional, com planos de destruição da soberania nacional.

Dessa maneira, se as potências do mundo estavam contra o Brasil, qual o caminho a percorrer? O que Enéas, caso eleito, poderia fazê-lo? Em o “grande projeto nacional” são três os eixos principais a serem desenvolvidos como instrumento de autodefesa anticonspiracionista e mobilização nacional em torno do Estado como ator político: reforma educacional, controle da economia em perspectiva de industrialização protecionista e apelo às Forças Armadas.

No que diz respeito aos dois últimos itens desse eixo tripartido, eles se desenvolvem continuamente e entrelaçados ao decorrer do texto. É nesse grupo temático, inclusive, em que se pode tomar de modo evidente a inserção das contribuições do corpo técnico de apoio ao texto, na construção coletiva e apropriações na genealogia da obra e projeto político. Além disso, esses eixos temáticos do programa dispõem do aspecto de reparação de erros, equívocos causados pelo choque neoliberal e pela forma de inserção no mercado internacional.

O componente das Forças Armadas acaba por se relacionar, pois, como visto, a perspectiva conspiracionista descrita/denunciada pelo Prona prevê a desestruturação econômica, para posterior desmantelamento das Forças Armadas (meta final, inclusive). Além disso, os setores das Forças Armadas são compreendidos como resíduo de intransigência nacionalista e baluarte da própria nacionalidade, ainda que em vias políticas de retração. O objetivo final da conspiração seria, por excelência, destruir o contingente capaz de contê-la naquele momento.

Essa relação, contudo, não é trazida de modo expreso enquanto apelo à atuação política das Forças Armadas, mas sim a sua constituição de tal modo que somente o Prona poderia empreender a representação política destes valores. Ocorre, de certo modo, a transmutação político partidária do *ethos* militar que o precede.

O Prona, a partir de um civil-militar e um militar com histórico de atuação em esfera civil (Enéas Carneiro/ Roberto Gama e Silva), viria a ser o representante político-institucional desses valores (de um radicalismo militar, na realidade) na corrida eleitoral. Logo, caberia somente ao Prona, imbuído desses valores, o impedimento das consequências em âmbito nacional ao procedimento conspiratório de dimensão transnacional.

#### **3.1.4 Economia, matriz energética e Forças Armadas**

O Prona, para tal, necessitaria suprir as deficiências para além dos setores da defesa nacional, tendo em vista a perspectiva de estruturação dessa ação pernicioso. Em “Expressão econômica do poder nacional”<sup>341</sup>, Marcos Coimbra discorre sobre a política econômica a ser desenvolvida por Enéas Carneiro e Roberto Gama e Silva, que envolveria a intensificação da industrialização, ao mesmo tempo em que visa alocar o Brasil como agente produtor e exportador de alimentos e bens agrícolas.

Dessa maneira, a modernização da economia brasileira haveria de gerar a “promoção social das populações marginalizadas das periferias e das regiões metropolitanas, e sua inserção na Economia organizada”<sup>342</sup>. No que diz respeito ao mercado internacional e à dívida externa, Marcos Coimbra afirma:

O **PRONA** não defende o isolamento do Brasil do Comércio Internacional, porém exige que esta inserção seja feita de forma soberana, de acordo com o interesse nacional, pois sem dúvida, temos mais a oferecer do que a receber [...] ADOTAR SOLUÇÃO RACIONAL PARA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA, COM REDUÇÃO DO SEU MONTANTE (CERCA DE 50%), NA REALIDADE RETIRANDO PARCELA SUBSTANCIAL NÃO UTILIZADA EFETIVAMENTE.<sup>343</sup>

Coimbra propõe, também, outros fatores que podem ser compreendidos como *choque antineoliberal* (ou neutralização do choque neoliberal), a partir do crescimento do papel interventor do Estado na economia. Entre diversas propostas, cabe ressaltar: adoção de nova moeda (Cruzeiro), ataque sistemático e gradual aos oligopólios, regulamentação econômica das atividades informais, “alterar a legislação com rigor, fazendo com que o Sistema Financeiro seja útil à sociedade”, entre outras medidas.

Em linhas gerais, é proposto um processo de refreamento das políticas neoliberais na economia e sociedade, como a flexibilização das leis do trabalho, entre outros fatores. Dessa maneira, Coimbra atenta para a necessidade de manutenção do Estado como instrumento garantidor dos mecanismos de provimento de bem-estar social.

Todavia, essa premissa é manejada cuidadosamente, visto que há um processo contínuo de sinalização da aceitação da livre-iniciativa e certa liberdade de autorregulação do mercado, concomitante à negativa de qualquer possibilidade do Prona possa ser compreendido como *socialista* (em razão das questões de bem-estar social).

341 COIMBRA, Marcos. Expressão econômica do poder nacional. In: CARNEIRO, Enéas Ferreira. *Op. Cit.*, p. 32-61.

342 *Idem*, p. 36.

343 *Idem*, p. 38-40. [grifo do original]

O **PRONA** defende a existência de um **Estado forte, técnico e intervencionista** [...] O **PRONA** não é socialista, mas defende a justiça social e afirma que só um Estado ativo é capaz de garantir as premissas da Economia de Mercado: livre iniciativa, propriedade privada dos meios e fatores de produção e livre jogo das forças de mercado. Com relação à privatização, o **PRONA** não é contra ela em si, mas sim condena a forma como está sendo feita, com o “sucateamento” de empresas vendidas abaixo do seu valor real [...] Defende ainda a definição prévia dos setores que devem ser privatizados, num projeto nacional de desenvolvimento balizado pelo interesse nacional e por visão estratégica e não por razões de ocasião<sup>344</sup>.

A defesa das privatizações (embora sem a dinâmica proposta pelo Programa Nacional de Desestatização o qualquer outra perspectiva em decurso) e as perspectivas de continuidade e rupturas mediante “plano cruzeiro”, demonstram a necessidade do Prona no estabelecimento como tendência de direita no âmbito do nacionalismo econômico, sem contudo aproximar-se das críticas de esquerda à privatização das empresas estatais.

Seria o intermédio entre uma tendência neoliberal (ou direita neoliberal) e à crítica de esquerda ao neoliberalismo. Pode ser vista, também, como uma tentativa de solavanco a uma polarização política a ser desenvolvida na corrida eleitoral – o Prona seria aquele que encontraria o princípio de harmonia entre o apego irrestrito às estatais e a crença absoluta na autorregulação do mercado privatizado.

Essas prerrogativas são reafirmadas ao fim do texto de Marcos Coimbra, a partir da afirmação de defesa de um nacionalismo de Estado em uma ordem capitalista, embora se enuncie como *terceira via* (sem definição concreta do termo, mas tributável à condição descrita acima).

Não somos internacionalistas, não aceitamos nem o neoliberalismo, que privilegia as nações mais poderosas (G-7), nem o marxismo e suas derivações, que se revelaram ineficazes na recente e atual história econômica mundial. Somos a favor de uma terceira via, em que, preservadas as premissas da Economia de Mercado (livre iniciativa, propriedade privada dos meios e fatores de produção e livre jogo das forças de mercado), o **Estado** seja **forte, técnico e intervencionista**.<sup>345</sup>

Como é possível notar, essas proposições estão de acordo com as ideias basilares dos membros do corpo técnico do Prona em 1994. Seja em Marcos Coimbra, Enéas Carneiro, Pedro Schirmer, Bautista Vidal, Roberto Gama e Silva, entre outros, há a concordância do papel do Estado como regulador dos conflitos e interesses entre mercado, sociedade civil e campo político. Essas prerrogativas são desenvolvidas inclusive na trajetória intelectual e

---

344 *Idem*, p. 51-52. (grifo do original)

345 *Ibidem*. (grifo do original)

política que antecede à adesão ao Prona, como foi possível verificar anteriormente (Capítulo 2).

Cumprе notar, também, que a crítica ao socialismo/comunismo (entendidos como sinônimos entre si e também ao marxismo) não é carregada de um fundo moral e moralizante, atribuindo aos comunistas o aspecto de inimigos da nação e da civilização cristã, como habitual em diversas tendências da direita radical brasileira<sup>346</sup>. Isso, claro, há de ser compreendido dentro do processo de diversificação e mutação do pensamento da direita radical após a Guerra Fria, assim como a necessidade de construir (ou visualizar) o inimigo em outras instâncias.

É, inclusive, como observado anteriormente, uma modificação que ocorrerá dentro do ambiente *esguiano* (e *adesguiano*, por consequência) e que serão futuramente absorvidas pelo Prona. As vias de esquerdas não seriam mais destruidoras da ordem, mas, em primeira instância, plenamente incapazes em desenvolver uma via autônoma à política econômica predominante no Brasil.

O antagonismo internacionalista encontraria, claro, ainda assim, um adversário substancializado nas perspectivas de esquerda, mas o seu principal e efetivo contraditor seriam os efeitos do neoliberalismo. A perspectiva liberal e de esquerda se assemelhariam, dessa maneira, não pelo processo de racionalização da realidade, mas sim por um suposto antinacionalismo.

Decorre também, de uma adaptação aos novos tempos, portanto não apenas um procedimento do Prona, da ESG e demais instâncias, mas uma readequação a um mundo mais diverso e conflitante que o ambiente político oriundo da Guerra Fria. Além disso, compreende o contexto em que, no âmbito das esquerdas, o elemento revolucionário é substituído, no Brasil, pela institucionalização democrática, mediante partidos políticos legalmente estabelecidos ou de movimentos sociais diversificados.

A presença de elementos ideológicos e autorais do corpo técnico ao texto partidário não se exaurem apenas na razão econômica, pois além dos aspectos próprios do mercado especulativo e financeiro, a questão produtiva atrelada à exploração dos minérios é algo persistente no programa de governo, muito em razão das contribuições de Roberto Gama e Silva.

Nos itens “Uma visão geopolítica e estratégica do Brasil”, “Uma política para a

---

346 Sobre as diversidades constituintes do imaginário anticomunista brasileiro, Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anti-comunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.



Amazônia”, “Uma política para a conservação da natureza”, “Uma política de transportes”, “Uma política energética” e “Uma política mineral”, Gama e Silva reafirma os pressupostos básicos desenvolvidos em suas obras anteriormente publicadas, assim como em sua atuação política e *paraparlamentar*.

Afirma, assim, a capacidade de destino manifesto do Brasil, em razão de sua predisposição energética - “Energia radiante, biomassa, hidrocarbonetos, hidreletricidade, urânio, tório e todos os metais usados nos engenhos produzidos pela tecnologia de ponta, estão à disposição dos brasileiros”<sup>347</sup>, não somente para suprimento interno como também saída ao mercado externo.

Nos textos de autoria de Gama e Silva, observa-se, também, a perspectiva civilizacional brasileira, isto é, a capacidade de florescimento de uma civilização dos trópicos, desde que atrelada às condições naturais e uma política favorável do Estado brasileiro. Tal qual disposto na obra de J. W. Bautista Vidal, afirma Gama e Silva: “trata-se de decidir, em termos definitivos, se o País será ou não uma das grandes potências da Terra, sede da primeira grande civilização a florescer nos trópicos”<sup>348</sup>.

Compreende, ainda, a possibilidade de pesquisa e extração de bens minerais, mas também das capacidades hídricas, energéticas e de pesca de outras regiões, como a Amazônia, que, em tons ufanistas, é descrita como “a mais espetacular unidade paisagística da Terra”<sup>349</sup>. Em relação ao setor energético, afirma-se o interesse da exclusividade do poder público, por se tratar de um setor considerado “altamente estratégico”<sup>350</sup> e que, apesar da capacidade de suprimento por meios hidrelétricos, haveria necessidade da utilização de Energia Nuclear enquanto alternativa em casos de estiagens ou outros possíveis problemas.

O texto de J. W. Bautista Vidal no programa de governo segue a mesma linha defendida por Roberto Gama e Silva, no entanto seria um discurso mais radical em teores críticos. Em “Petróleo e sobrevivência – apoteótica civilização dos hidratos de carbono”<sup>351</sup>, Bautista Vidal discorre sobre a crise do Petróleo, a importância da Petrobras e, principalmente, a necessidade do Brasil em desenvolver processos de produção e utilização de energias renováveis. Resulta, desse modo, da defesa das teses desenvolvidas pelo autor anteriormente (como o próprio Proálcool, aliás).

---

347 GAMA E SILVA, Roberto. Uma visão geopolítica e estratégica do Brasil. In: CARNEIRO, Enéas Ferreira. *Op. Cit.*, p. 24.

348 *Idem*, p. 25.

349 GAMA E SILVA, Roberto. Uma política para a Amazônia. In: CARNEIRO, Enéas Ferreira. *Op. Cit.*, p. 75.

350 *Idem*, p. 99.

351 BAUTISTA VIDAL, J. W. Petróleo e sobrevivência – apoteótica civilização dos hidratos de carbono. In: CARNEIRO, Enéas Ferreira. *Op. Cit.*

À revelia dos burocratas e políticos (que seriam não comprometidos com o povo brasileiro, pois movidos por interesses particulares), caberia ao Brasil, sob o governo do Prona, estabelecer o monopólio sobre o Petróleo, diversificar as atribuições da Petrobras e das energias renováveis, pois “Quem controla a energia tem poder. Não basta ter, tem que controlar, ser o dono”<sup>352</sup>.

Cabe ressaltar, todavia, que embora existam evidentes princípios de concordância entre Bautista Vidal e Gama e Silva, os dois discordam quanto à utilização da Energia Nuclear enquanto matriz energética alternativa, pois, para Vidal, a energia nuclear caracteriza-se pela

**[...] imensa insegurança que implica e gravíssimos riscos de contaminação de seus rejeitos radioativos, especialmente o plutônio, com mais de cem mil anos de vida média. Um micrograma de plutônio mata uma pessoa, ou seja, cinco quilos de plutônio são suficientes para matar a atual população da Terra. Cada reator nuclear produz mais de cem quilos de plutônio por ano...**<sup>353</sup>

No que tange à questão energética, a despeito do imbróglio em razão da energia nuclear, o que une o pensamento de Bautista Vidal e Gama e Silva (e, por consequência, o projeto político do Prona) é a crença na capacidade energética nacional aliada à intervenção do Estado como instrumento mantenedor dos interesses nacionais.

Dentro dessa perspectiva (disposta ao desenvolvimento industrial nacional, inclusive), viria a cumprir o destino manifesto brasileiro: a criação de uma nova civilização (“Estamos predestinados no Brasil, por essas razões, a sermos mais uma civilização dos hidratos de carbono do que dos hidrocarbonetos”).

Para tal, caberia, para Bautista Vidal, romper com o “mimetismo cultural” (inclusive na questão monotemática extrativista da Petrobras), elemento que viria a atravancar o desenvolvimento nacional, em confluência com os interesses dos detentores das fontes de energia não renováveis (especialmente o petróleo).

Embora sejam descritos diversos elementos que, no universo ideológico do Prona, constituir-se-iam como possíveis imperativos atribulantes à soberania nacional, não há uma efetiva retórica mobilizante, mas um ambiente mais propositivo. Isso não significa, todavia, a inexistência dessa prerrogativa. Essa questão seria, provavelmente, decorrência de um aspecto hierárquico expresso no programa de governo.

Estava em questão, afinal, a candidatura de Enéas Carneiro à presidência nacional, portanto, para além de qualquer caráter uníssono de sustentação à autoridade do Estado, o

---

352 *Idem*, p. 102.

353 *Idem*, p. 108. [grifo do original]

papel de mobilização política cabe ao líder da agremiação e candidato à presidência.

Essa questão pode, inclusive, ser efetivamente notada a partir do texto “a Amazônia e as Forças Armadas”, assinado por Enéas Carneiro. Nele, é possível compreender a retórica mobilizante, o aspecto conspiracionista e o apelo às Forças Armadas. Enéas afirma que a Amazônia, em razão de sua floresta, fauna diversificada, bacia hidrográfica e um *fabuloso potencial energético*, faria do Brasil “o país mais rico do planeta”<sup>354</sup>. A partir desse aforismo, desenvolve a perspectiva conspiracionista:

Esta é a verdadeira razão por que os países do primeiro mundo querem a internacionalização da Amazônia. É por isso que existe toda essa gritaria internacional a favor dos nossos índios, tornando alguns deles os maiores latifundiários do planeta; enquanto milhões de outros brasileiros não têm sequer um palmo de terra. E, finalmente, é também por isso que, de modo subreptício, tenta-se convencer a opinião pública de que não há mais necessidade das nossas Forças Armadas. Porque elas são o último baluarte em defesa do nosso pobre Brasil. Mais uma vez o **PRONA** caminha em sentido contrário a toda essa farsa.

A perspectiva conspiracionista é evidente, fosse na denúncia do caráter oculto da trama, ou então da leitura da realidade que o cerca. Em relação à questão das reservas indígenas (ou do próprio indigenismo enquanto movimento social), ou da internacionalização da Amazônia, o texto de Enéas Carneiro traz os elementos conspirativos que se apresentam nos textos dos membros do corpo técnico anteriormente analisado. Isso evidencia, portanto, que há um processo de apropriação, sem que contudo haja uma reprodução literal.

De fato, a leitura de Enéas Carneiro sobre as reservas indígenas e os índios é permeada por um certo patrimonialismo patriarcal (*nossos índios*), porém sem a tentativa de deslegitimação racista e preconceituosa que marcam os textos de Pedro Schirmer em *Ombro a Ombro*. O trecho e o texto, uma página e meia no total, sintéticos e sem profundidade argumentativa (e sem referências bibliográficas ou de fontes), não auxiliam a análise, de modo que é inconclusivo no sentido de determinação de tal suavização enquanto possível estratégia de discurso político em demasiada amplitude.

O objetivo principal no texto não é, ao que parece, estabelecer uma afronta ao movimento indigenista e suas lutas, mas sim estruturar a visão conspiracionista por sobre o território da Amazônia. O problema central seria a ação *subreptícia* de organismos internacionais. É nesse sentido, portanto, que ocorre o procedimento de retórica mobilizante concomitantemente ao apelo às Forças Armadas (e o conspiracionismo como instrumento político).

Enéas propõe, então, o fechamento das fronteiras da Amazônia, a expulsão dos traidores

---

354 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 183.

(sem que haja uma descrição sobre o que consistiria tal categoria) e um aumento de poder às Forças Armadas.

Vamos **defender** o que é nosso! Vamos **ocupar** racionalmente a Amazônia, protegendo-a dos alienígenas, tamponando todas as vias de acesso ao seu interior inclusive o espaço aéreo, para acabar com a evasão de suas riquezas. Vamos tomar uma definição clara, prestigiando, equipando e remunerando bem nossas Forças Armadas, para que elas possam voltar a atuar na defesa da segurança e da integridade do território nacional. [...] É hora de **darmos um basta à atitude servil** que tem norteado a posição brasileira no exterior. O Brasil não tem porque curvar-se no cenário internacional. **Não tem o que temer!** Basta, para isso, que sejam afastados os inimigos da pátria, os traidores do povo, os patifes que, com um sorriso estampado no rosto, defendem os interesses estrangeiros no Brasil, acorrentando o nosso povo nos grilhões de uma escravidão secular.<sup>355</sup>

O caráter propositivo do aumento de poder para as Forças Armadas coincide com o tom desenvolvido no programa de governo. Trata-se de aumentar a presença do Estado, em sua própria constituição e em seu efetivo exercício, visando romper com a perspectiva neoliberal, seus avanços e modificações; o desmantelamento de uma certa conspiração pouco definida (embora aventada); e proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento industrial e econômico brasileiro.

Essas questões, condicionadas ao destino manifesto nacional, levariam o Brasil ao mundo desenvolvido, condição que lhe seria de direito. Decorre, como é possível perceber, de uma antevisão de um determinismo histórico – o Brasil iria se cumprir, porque para isto estava destinado.

Por outro lado, se o Brasil estava determinado a cumprir uma sentença, não bastaria somente a reparação de erros pontuais ou estruturais, mas também do resgate de valores morais, históricos e fundamentais, que em algum momento habitaram a recente história brasileira. Daí a necessidade de reordenação da ordem nacional, uma condição que esteve presente no passado e deveria ser retomado no tempo presente.

A possibilidade de perda da soberania nacional é um temor com capacidade de mobilização para o Prona, seja na condensação de unidade ideológica, ou mesmo no sentido de estratégia no campo político.

Nesse âmbito, é possível notar os valores fundamentais de um pensamento conservador na agremiação e no projeto de governo. Um mundo global, descompassado, onde o protagonismo dos atores não seriam desempenhados somente pelo Estado, nação e seus governantes, desperta certo pânico político no Partido de Reedificação da Ordem Nacional, seus líderes,

---

355 *Idem.*

dirigentes e, muito provavelmente, em parcela de seu eleitorado.

O *choque liberal* é, dessa maneira, a imagem da desordem que ilustra as mentes e os corações de Enéas Carneiro e seus correligionários. No entanto, mais do que nas críticas a um mundo em emergência, considerado caótico, globalizante, disforme e não autoritário, são nas propostas educacionais defendidas por Enéas Carneiro, por meio de uma tônica em defesa de uma regressividade conservadora, que é possível notar os valores mais caros ao documento em questão.

### 3.1.5 Educação e Ensino

As indústrias, as Forças Armadas, as estradas, a biomassa, todos eles são caminhos, estratégias políticas, elementos para a construção de uma nação cujo os valores essenciais repousam na ideia de educação a ser resguardada e auxiliar no processo de reedificação da nação. O Prona não é, desse modo, imaginado apenas como uma plataforma de reestatização econômica e política nacionalista (embora essenciais e afirmados continuamente a partir do lema/mantra do *Estado forte, técnico e intervencionista*) mas, também, um instrumento de normatização conservadora para a sociedade brasileira.

As propostas do Prona para o ensino partem da noção da educação como alicerce de uma estrutura harmoniosa da sociedade. Reedificar a nação significa, pois, tomá-la e ressignificá-la a partir de sua condição orgânica de constituição. Portanto, além do objetivo expresso no programa partidário (“**INFORMAR** e **FORMAR** a criança de modo prático, formando um cidadão dentro da realidade nacional”<sup>356</sup>), cabe à educação, especialmente nos anos iniciais, o desenvolvimento de um plano de contenção da modernização desenfreada na sociedade, sobretudo em relação à atomização do indivíduo.

Para tal, então, é preciso reestabelecer o princípio de autoridade na relação professor → aluno. De certa maneira, a questão educacional para o Prona cumpre papel de um microcosmo do âmbito federal ou, em outras palavras, um microestado, não no sentido de um Estado dentro de outro, mas sim de um laboratório de reprodução das concepções políticas em amplitude estatal.

A autoridade imbuída ao professor seria semelhante àquela destinada ao Estado com o Prona no poder, do mesmo modo que o aluno seria a representação da nação brasileira – dois elementos disformes, necessitados de uma unidade orgânica estabelecida pelo exercício da

---

356 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 119.

autoridade, que por sua vez seria exercido por figuras inquestionáveis, logo líderes incontestáveis. Sobre o professor e o direcionamento na moldagem discente, afirma Enéas:

A figura do professor vem sendo desvirtuada, como se ele não precisasse ensinar alguma coisa. É o aluno que aprende, dizem alguns teóricos modernos. É verdade. Mas, **orientado para não perder tempo e estimulado a ver beleza em terrenos onde aparentemente só há aridez**, o aluno terá o seu aprendizado infinitamente mais fácil.<sup>357</sup>

Em relação ao método educacional a ser estabelecido no Brasil, compreende o procedimento dialético em que somente o apelo ao conservadorismo haveria de estabelecer o princípio de refreamento de uma modernização descompassada. Então, a modernização há de ser constituída por uma espécie de modernidade conservadora – ou a partir de referenciais conservadores evidentes, pautada no princípio da autoridade, portanto não apenas um sentido tradicionalista, mas uma reflexão conservadora à concretude social.

É preciso voltar ao modelo tradicional, **em que o máximo era exigido de cada aluno** [...] Chega de experimentar teorias, geração após geração, criando uma legião de mentecaptos, incapazes de concorrer no mundo moderno, por absoluta falta de preparo básico, por ignorância crassa dos fatos mais elementares de um aprendizado básico. A escola funcionará em **tempo integral**, e nela será restaurada a educação tradicional.<sup>358</sup>

Compreendendo o aluno como o princípio básico do alicerce de uma ordem orgânica, a qual reside, em primeira instância, à família, o ensino passaria, então, a compreender a reprodução da ordem tal qual idealizada, em especial em sua tônica nacionalista, moralizante e autoritária.

Nas escolas públicas ou particulares, em todo o Brasil, as crianças vão assistir, diariamente, ao hasteamento da bandeira e vão cantar o hino nacional. Vamos reedificar todos os valores da nossa cultura. A imagem do professor vai voltar a ser respeitada, seguida e copiada pelos alunos, que vão voltar a admirá-lo. Aí ele voltará a ter autoridade na sala de aula. **Porque não existe autoridade se antes não existir o respeito.**<sup>359</sup>

O processo educacional é visto, assim, como o princípio e o pretexto da normatização da sociedade a partir de sua base, tendo em vista que é o momento em que uma criança transita do primeiro núcleo orgânico da sociedade sem interferência evidente do Estado (a família), para uma instituição que haverá de estabelecer, obrigatoriamente (fosse a instituição

---

357 *Idem*, p. 20.

358 *Idem*

359 *Idem*

educacional pública ou privada), os princípios fundantes do Estado, todavia em concordância com o que se imaginam os valores essenciais da primeira.

E, se o Estado há de maximizar a organicidade presente no primeiro e essencial núcleo dessa sociedade orgânica, o princípio de entendimento e atuação continuam os mesmos, mas em dimensão e fluxo constante de *transmissão* ↔ *reprodução*, tanto desses alunos (que deveriam trazer o princípio da aceitação da autoridade presente no seio de suas famílias, além de enriquecer a intensidade e reproduzi-la em sociedade), quanto do Estado que compreende a existência desse princípio (ou valores próprios nos alunos) e a apropriação singular e plural.

Gerar-se-ia, assim, uma sociabilidade entre esses indivíduos não atomizados, fato este decorrente justamente em razão do processo educacional em percurso idealizado.

Para o Prona, os alunos não apenas respeitariam a autoridade, mas iriam reproduzi-la a partir de uma cultura oficial e nacionalista. Esse é, inclusive, um dos aspectos teóricos e epistemológicos da Escola tradicional de ensino, onde o sujeito é tomado como um elemento não relevante, seja na elaboração, fosse na aquisição do conhecimento<sup>360</sup>. Cumprir à escola, nesse modelo tradicional, o papel de transmissão de conhecimentos, onde o conteúdo passa pela cedência da autoridade que emana do mestre, na relação *professor* → *aluno*.

A ordem na sala de aula, fosse entre os alunos (simbolizando a harmonia social) ou no princípio de obediência à autoridade, seriam laboratórios de sociabilidade normativa, assim como princípios de alicerce no processo de reedificação da ordem nacional.

Não é despropositado, dessa maneira, que a perspectiva do ensino básico enquanto temática desenvolvida no programa partidário, fosse utilizada para compreender e problematizar temas caros ao Prona e que ultrapassam os limites das escolas e do próprio sistema educacional.

Ao discorrer sobre *alunos* e *professores*, o Prona (no caso, Enéas Carneiro) está pensando, também, em termos de sociedade civil/população e Estado/poder executivo. Sendo assim, há um plano de fundo visando, por exemplo, o controle dos meios de comunicação.

Todos os meios de comunicação vão participar dessa grande cruzada educacional. Há estudos sérios realizados no Brasil e no exterior por psicólogos, médicos, educadores e sociólogos, mostrando o caráter deletério que têm certos programas de televisão, disfarçados de “arte” ou “realismo”, na formação moral das crianças. O **PRONA tem coragem** de definir um processo claro de atuação direta nos meios de comunicação. Reza a Carta Magna, no seu artigo 223, que compete ao Poder Executivo **outorgar e renovar a concessão**, permissão e autorização para o serviço

---

360 Cf. LEÃO, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. *Cadernos de Pesquisa*, nº 107, p. 187-206, Julho/1999.

À revelia da citação de supostos estudos realizados no Brasil e exterior que não são devidamente referenciados, esmiuçados, apresentados ou problematizados, compreende, na questão dos meios de comunicação, a noção que esses instrumentos (e não apenas modalidades de comunicação) poderiam estabelecer atuação conflitiva aos interesses do Estado enquanto formulador e mantenedor de uma harmonia social desejada.

Além de instrumento de preservação de uma política autoritária planeada, é uma reação conservadora à constatação da perda de uma hegemonia do Estado no que diz respeito ao primeiro contato da criança para além da harmonia em essência caracterizada pela família tradicional (e sua ordem de autoridade patriarcal).

Se o Estado, sob o Prona, quer utilizar o ensino como princípio elementar desse fluxo multidimensional, haveria de ser dirigido sob a autoridade que o compete, portanto sem interferência de uma mídia não regulada. Essa questão implica, também, a defesa de uma moral a ser erigida pelo Prona/Estado.

Em relação ao processo destrutivo desencadeado pela predominância dos meios de comunicação frente aos valores conservadores que deveriam ser (re)estabelecidos pelo Estado, afirma-se que o Estado deveria “lançar mão de **um governo sério** no sentido de proteger a família e, em particular, a criança, da licenciosidade, da total falta de respeito a uma formação moral digna, que são hoje a regra e programação do horário nobre”<sup>362</sup>.

O princípio do exercício da autoridade mediante processo educacional não significa, necessariamente, que resulta, no âmbito político, de um princípio conservador estruturador. Tampouco de um autoritarismo político, embora mais provável. No entanto, no caso do Prona, ele passa, necessariamente, por essas duas variáveis complementares, isto é, a prática autoritária sob princípios conservadores. Essa perspectiva torna-se ainda mais nítida quando o texto de Enéas Carneiro utiliza da referência ao passado como ambiente de uma ordem social perfeita ou quase ideal.

Logo, o presente é o ponto de partida onde o passado é, para fins de inspiração, o término. Trata-se, como define Mannheim<sup>363</sup>, além de um *reformismo conservador*, pois estrutura-se, no aspecto da questão educacional, a partir da necessidade de pensar em termos de sistema como contraponto ao modelo e prática de seus adversários (a teoria construtivista, histórico-

---

361 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *Op. Cit.*, p. 122.

362 *Idem*, p. 122.

363 MANNHEIM, K. *Op. Cit.*, p. 112.



crítica, entre outros), seus avanços e a decorrente privação de influência sobre o meio em um presente imediato.

Compreende, assim, a necessidade em girar a roda da história para trás, a fim de retomar uma influência outrora existente e circunstancial para possibilitar uma atuação política efetiva. Essa perspectiva de retorno ao passado no tocante à perspectiva educacional é evidente no texto em questão, envolvendo não somente esses valores e procedimentos educacionais, mas também os seus agentes promotores.

Vamos convocar professores já aposentados, que têm mais experiência, para colaborar nesse grande projeto. Ganharão um estipêndio para isso, e estarão ajudando a reedificar a ordem nacional. [...] O atualmente chamado 1º grau vai ser dividido em curso primário, com 4 anos, e curso ginásial, também com 4 anos, como já foi no passado. **Voltará a existir o exame de admissão, como uma forma de auto-realização da criança, que terá a sensação de etapa vencida.**<sup>364</sup>

Nessa passagem, ficam evidentes alguns paradoxos existentes no programa de governo do Prona, na política partidária e também nas possíveis visões de mundo constituintes da própria agremiação. Por mais que um *grande projeto nacional* seja firmado por sobre uma coletividade constituinte (que de fato existiu), ocorre, concomitantemente, a centralidade indelével de Enéas Carneiro, inclusive em momentos não enunciados textualmente.

O que se enuncia de modo complementar e não evidente no trecho acima é, além de uma perspectiva nacional, a coexistência a uma regressão conservadora em dimensões autobiográficas. A constituição do sistema educacional e, em específico, o tom de destaque dado (por meio do grifo no texto) a uma passagem específica do texto, remete à escrita biográfica pensada por Enéas Carneiro, desenvolvida no procedimento político das candidaturas nacionais de Enéas pelo Prona, e disseminada pelos meios de propaganda política do partido.

O passado constituinte da *excelência* em Enéas Carneiro é, conforme analisado no Capítulo 1, um elemento que delinea o discurso partidário, assim como deveria servir de modelo para o projeto nacional de governo do Prona. Não à toa, os *tempos de aluno* e os *tempos de professor* são evidenciados, pois denota a absorção e reprodução desse procedimento tradicional. Torna-se implícito, embora substancial, que o Brasil deveria seguir os passos de uma educação conservadora, autoritária e meritocrática, pois esse modelo teria sido responsável pela base de formação da genuína liderança nacional, ninguém menos que Enéas Carneiro.

---

364 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 122.

Isso determina, também, que o processo de conservação, ou seja, o passado ao qual o Prona busca remeter, em especial na questão da educação básica, compreende um recorte temporal coerente com a vida de Enéas Carneiro, mas também do exercício de uma autoridade estatal e educacional anteriormente em voga.

Outrossim não é apenas um Enéas Carneiro perdido no espaço e no tempo, mas sim a decorrência exata, oriunda de uma estrutura autoritária que proporcionou a formação desta imagem como tal. Em suma, a excelência de Enéas Carneiro serviria para iluminar as potencialidades de um modelo educacional anteriormente em voga. E somente aquele modelo educacional teria capacitado o líder do Prona e futuro presidente da República.

Por outro lado, essa leitura tem que atentar também à coletividade presente no programa de governo e nesse discurso político, mesmo quando existe a tentativa de situá-lo somente à liderança de Carneiro. Dessa maneira, ele não advém apenas do estabelecimento da reprodução do discurso da *excelência* empreendido sistematicamente por Enéas Carneiro.

Conforme visto no Capítulo 2, a crítica aos meios de comunicação é um elemento que merece atenção detalhada por parte de J. W. Bautista Vidal, inclusive com semelhança no aspecto crítico apresentado no texto assinado por Enéas Carneiro. Os meios de comunicação são não apenas possíveis *adversários* do projeto político e da candidatura de Enéas Carneiro e Roberto Gama e Silva, mas também um contraponto à educação, transmissão e a própria sobrevivência de valores conservadores.

Além disso, o capítulo 1 mostra que esse não foi um elemento central do discurso de Enéas Carneiro e do Prona em 1989. Isso indica, portanto, que embora existisse um apelo majoritário para a construção da figura de uma liderança perfeitamente acabada em Enéas Carneiro, esse processo sofreu influxos diversos dentro da própria agremiação. A liderança permanece aparentemente incontestável, mas é possível notar a colaboração de outras lideranças partidárias no discurso de Enéas Carneiro.

Nessa tomada, é necessário compreender, também, que este passado ao qual Enéas Carneiro busca retomar é o passado dele próprio, mas é também um momento idealizado por demais integrantes do corpo técnico do Prona. Ele (o passado) não se exaure na experiência pessoal. Seria, de modo geral, uma questão menos coerente com o aspecto geracional (embora existente) que a perspectiva político-ideológica.

Sendo assim, além da reafirmação contínua da centralidade e exercício da autoridade de Estado mediante governo, o texto informa:

**O currículo vai ser unificado em todo o território nacional.** Um currículo único, com o mínimo que deverá ser ensinado aos alunos e deles exigidos. A escola que quiser terá liberdade absoluta para ensinar qualquer disciplina a mais, poderá acrescentar o que bem lhe aprouver, Canto Orfeônico, Língua Estrangeira, Balé, etc. Mas não poderá, **sob nenhuma hipótese**, ensinar menos. Serão padronizados os livros didáticos adotados em todo o país. **Um** só livro de Português, **um** só livro de Matemática, **um** de Estudos Sociais e **um** de Ciências.<sup>365</sup>

A partir desse trecho, as evidências demonstram que, além da perspectiva biográfica (ainda existente, inscrita também em um aporte geracional), há uma efetiva tentativa de reportar o modelo de educação proposto pelo Prona à organização do ensino decorrido no Estado Novo. Não nos parece despropositado que sejam citados o canto orfeônico, a língua estrangeira e o balé enquanto exemplos de disciplinas a serem disponibilizadas aos alunos e alunas. À exceção da língua estrangeira, que poderia ser ou não o latim ou o francês (tal qual o modelo tradicional reivindicado), o caso do canto orfeônico e do balé são enunciativos.

Embora o canto orfeônico e o balé enquanto disciplina e prática tenham ocorrências históricas antes da emergência do Estado Novo<sup>366</sup>, é a partir da Era Vargas que eles se estabelecerão como elementos de uma política educacional autoritária. Em linhas gerais, o canto orfeônico é uma modalidade de canto coral executado sem o acompanhamento de instrumentos musicais, cuja propriedade possibilitaria o despertar à erudição musical nos alunos, em processo civilizatório. Compreendia, também, no caso do (e para o) orfeonismo brasileiro, de uma forma de distinção entre uma alta cultura erudita e eurocêntrica e a inferioridade afro-indígena.

Contudo o orfeonismo fosse, de fato, um movimento cultural, social e político mais complexo que a sua utilização pelo Estado Novo, interessa-nos, aqui, notar como é percebido esse elemento valorativo Estado + ensino a partir da proposta sugerida (não definitivamente) pelo Prona.

Da mesma maneira, se insere à questão do balé. Não cabe, claro, ao Estado Novo a implantação do balé na sociedade brasileira, mas, por outro lado, os estudos sobre o tema<sup>367</sup> demonstram que, além da tentativa de *abrasileiramento* do balé, ele serviu, também como instrumento de práticas educacionais que compreendiam o trinômio das esferas *física, cívica e moral*.

---

365 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 123.

366 Como demonstra Renato de Sousa Gilioli, há relatos de canto orfeônico (ou simplesmente educação musical) no Brasil de meados do século XIX – GILIOLI, Renato de Sousa Porto. “*Civilizando*” pela música: a pedagogia do canto orfeônico na Escola Paulista da Primeira República, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, 289 fls., 2003, p. 78.

367 Cf. PEREIRA, Roberto. *A formação do Balé Brasileiro: Nacionalismo e Estilização*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Então, se há uma perspectiva de olhar ao passado no sentido de criar um sistema coerente com os valores essenciais para esse conservadorismo (que não se encerra no Prona, evidentemente), é deveras significativo que os olhos se voltem à Era Vargas, período compreendido por um nacionalismo econômico, desenvolvimentismo, apelo às Forças Armadas, utilização da educação como princípio normatizador e, claro, um profundo conservadorismo atrelado às práticas autoritárias de Estado.

Isso não implica, em contrapartida, que o Prona buscava efetivar alguma espécie de “neo” Estado Novo, mas sim que esse período histórico despertaria elementos de empatia (seja ela de dimensão pessoal ou coletiva) e inspiração política no projeto político do Prona.

A questão dos minérios e a vinculação entre desenvolvimento da siderurgia, monopólio da lavra (além da pesquisa e exploração), atreladas à questão de segurança nacional é outro traço que pode ser tomado como elemento inspirativo não somente do autoritarismo do Estado Novo mas, como mostra Lúcio Flávio Rodrigues<sup>368</sup>, do nacionalismo militar brasileiro enquanto variação do nacionalismo populista.

Observa-se, dessa maneira, que os anos 1930 e 1940 são tomados, mas não enunciados, como espécie de anos dourados da história nacional: uma política econômica nacionalista, intervencionista, um governo mobilizador, com apelo às forças armadas e, principalmente, promotor de uma sociedade hierarquizada e autoritária. Não à toa, nota-se, conforme observado no capítulo anterior, elogios à constituição federal em defesa da nacionalização dos minérios.

Apesar de o texto não conter enunciação dessa inspiração política – que de fato não pode ser superdimensionada, em contrapartida a análise não deve estabelecer impeditivos a esse paralelismo, seja porque o Prona buscava criar alguma forma política autônoma e independente, ou então pelo contexto histórico e a tônica antiautoritária anteriormente descrita, e que certamente influenciará as estratégias políticas desenvolvidas pelo partido. E, se o Prona quisesse buscar referências políticas autoritárias na história brasileira, seria mais vantajoso insistir em um passado mais distante, e não naquele candente (o regime militar) e com possíveis danosas implicações políticas a curto prazo.

Sobre o projeto de governo do Prona para 1994, é necessário pensar, também, sobre a estrutura da obra em concomitância ao conteúdo dela. Isso se deve ao fato que, além de plano ou projeto de governo, “Um grande projeto nacional” será, no decorrer do percurso eleitoral, apresentado como espécie de mapa político dos ideais do Prona e de Enéas Carneiro, a

---

368 ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 2014, p. 136.

doutrina de uma agremiação.

Dessa maneira, o livro seria anunciado à venda durante o HGPE (a fim de cobrir custos de campanha, mediante bônus vendidos a partir de R\$25,00), além de realizadas sessões de autógrafos com a presença do chefe da legenda. Divulgado como “um livro preciosíssimo, escrito por homens de ciência”<sup>369</sup>, trata-se, assim, para além de um plano de governo a cumprir as prerrogativas habituais do procedimento eleitoral, uma obra política destinada ao grande público. Apresenta, portanto, a seguinte configuração

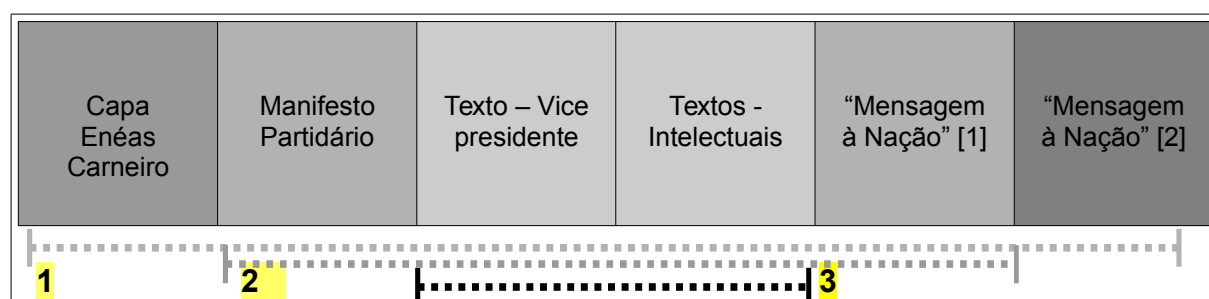


Gráfico 3 – Estrutura da Obra

É possível visualizar três principais blocos integrados no corpo da obra. O grupo 3 compreende, como visto, os textos dos membros do Prona, isto é, aqueles analisados anteriormente. São textos escritos por Enéas Carneiro, Roberto Gama e Silva e demais membros do corpo técnico do partido. O item “Vice presidente” trata-se do texto “Por que candidatura?” de Gama e Silva, espécie de carta de princípios que visa complementar o manifesto partidário, atuando como elemento de ligação entre os conteúdos temáticos, por isso considerado bloco em separado.

O grupo 2 compreende o material textual em sua totalidade, isto é, o manifesto, o grupo 3 e a “Mensagem à Nação”, item assinado por Enéas Carneiro e inexistente no breve material do partido em 1989. Era, na realidade, uma espécie de complemento do manifesto partidário, por isso é uma forma de conclusão a um discurso que se inicia com o manifesto e se encerra por enunciado de teor semelhante. O manifesto, como visto, é destinado à nação brasileira, do mesmo modo que a mensagem em questão. Teria como propósito reafirmar a urgência do projeto político em questão, após as evidências textuais explanadas anteriormente.

A Nação Brasileira está sendo dessangrada. Escolas caindo aos pedaços. Hospitais

369 “Enéas Carneiro – Horário Eleitoral de 1994”. Disponível em: <<https://youtu.be/krHi-wiIb4k>> (Acesso em 12. jan. 2014).

apodrecendo. Nosso povo morrendo de fome. Um grande esforço deve ser feito, neste momento, em prol da unidade e da salvação nacional. É hora de unir, não de desunir. Vamos nos unir, todos nós, cidadãos comuns da nossa terra, que estivemos até agora observando a História. Vamos, nós mesmos, fazer a nossa História. Vamos unir, portanto, rua com rua, bairro com bairro, cidade com cidade, estado com estado, todos falando a mesma língua, a língua de uma grande nação, próspera e rica, que será a maior nação do mundo no século XXI. É preciso mudar toda a concepção política atual, a fim de que se possa revigorar, fortalecer, engrandecer e salvar a nossa pátria.<sup>370</sup>

O fato desse texto, constado à última página do programa de governo, ser reproduzido à contracapa da edição, devidamente assinado por Enéas Carneiro (imagem abaixo), não é despropositado.

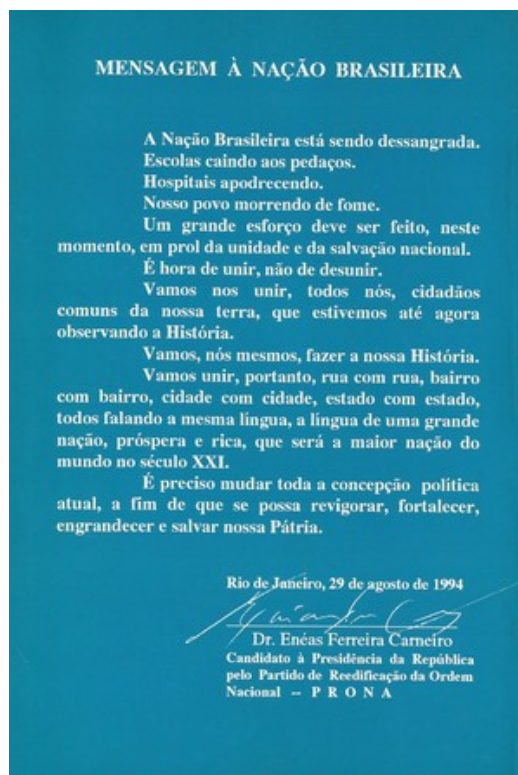


Figura 7 – Contracapa – “Um Grande Projeto Nacional”

Além do teor referente ao conteúdo do texto “Mensagem à Nação Brasileira” – que reafirma a conjuntura periclitante da análise partidária, estabelece críticas aos políticos profissionais e tenta vincular os integrantes do Prona à condição de verdadeiros cidadãos –, ao compreender a totalidade da obra (isto é, o grupo 1), percebemos a construção de uma narrativa na estrutura do panfleto.

370 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *Op. Cit.*, s/p.

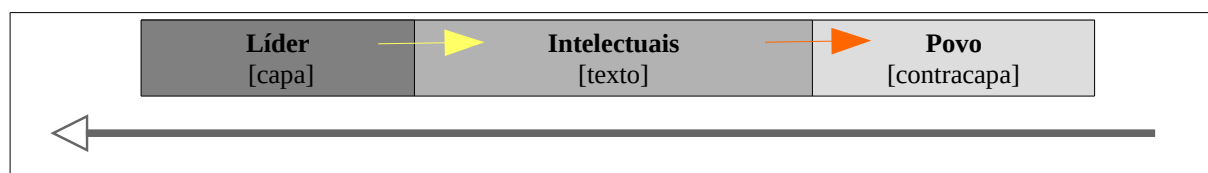


Gráfico 4 – Estrutura da Obra/2

Em primeiro lugar, a capa traz a imagem de Enéas Carneiro que, conforme visto, sobrepõe à coletividade partidária. A introdução/capa traria, assim, a figura do líder incontestado. Segue-se, dessa maneira, no corpo textual, os dois extremos (início e fim do volume) com aspecto de mobilização política, pois manifestos.

O cerne textual seria o papel desempenhado pelos intelectuais do partido, a quem Enéas Carneiro referir-se-ia como “homens de ciência”. Seriam aqueles capacitados em realizar uma profunda leitura técnica (não *política*) dos problemas nacionais. Cumpre ressaltar que muitos desses textos são de autoria do próprio Enéas Carneiro.

O fim do discurso partidário, substanciado no apelo à liderança de Enéas Carneiro em sua contracapa, visa concluir a mobilização construída ao decorrer do texto e demonstrada no gráfico acima. Dessa maneira, a capa e contracapa se complementam e retroalimentam.

O povo e a nação brasileira só poderiam ser liderados por Enéas Carneiro, pois assentado em um corpo intelectual e técnico (e em sua autoproclamada genialidade). Esse grupo diverso, uma elite intelectual, caminharia em direção à Enéas e seria variação decorrente dele próprio. Portanto, Enéas Carneiro lideraria *grandes homens*, que por sua vez trariam o *povo* em direção ao futuro *presidente nacional*.

Do mesmo modo, no sentido inverso, o povo encontraria ressonância de suas angústias e necessidades políticas no corpo intelectual/textual, que desencadeariam o caminho à liderança de Enéas Carneiro. Essa perspectiva é afirmada expressamente no texto partidário, inclusive quando é lançado mão ao conspiracionismo enquanto mobilização política. Dessa maneira, Enéas Carneiro afirma sobre o Prona e a si mesmo:

**É contra tudo isso que se lança o PRONA, dando um grito de alerta a toda a Nação Brasileira, para que desperte da letargia em que se encontra e perceba, dentre todos os que se apresentam como postulantes ao cargo de Presidente da República, quem é que está realmente dizendo a verdade, quem é que está realmente preocupado com o futuro do Brasil e que reúne condições de inteligência, preparo, visão de estadista, e que se encontra numa condição privilegiada de absoluta independência em relação ao Sistema que, de uma forma ou de outra, acabou por engolfar a classe política brasileira.**<sup>371</sup>

371 CARNEIRO, Enéas. *Op. Cit.*, p. 31 (grifo do original).

*Um Grande Projeto Nacional* seria, portanto, mais que um programa, projeto ou plano de governo partidário propriamente dito. Passa, também, por uma carta de princípios, manifestos políticos e referenciais básicos do conjunto ideológico e doutrinário do Partido de Reedificação da Ordem Nacional. É ele, inclusive, que norteará a propaganda política e tentativa de inserção do Prona nas disputas de poder, em especial no âmbito federal.

Será, também ele, o elemento central para crítica da mídia e adversários políticos, mas também da aproximação de outros setores representativos do conservadorismo e autoritarismo da direita brasileira no decorrer da corrida presidencial.

### **3.2 O Prona no processo eleitoral de 1994**

A corrida eleitoral de 1994 trazia mudanças em relação ao pleito realizado em 1989, fosse na configuração ou panorama político. O panorama político, conforme já delineado, era de uma crise de representatividade e aprofundamento da desconfiança nas agremiações e lideranças políticas. Afinal de contas, era recente o processo da queda de Fernando Collor de Mello da presidência nacional. Além disso, pairavam incertezas sobre o futuro econômico do Brasil e as efetividades do recém-implementado Plano Real.

Em relação à configuração da disputa eleitoral, houve a verificável diminuição no número de candidaturas presidenciais em relação ao processo anterior<sup>372</sup>. A candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL/PTB), ficaria marcada como referencial de continuidade das mudanças na configuração (e tamanho) do Estado brasileiro e principalmente na possibilidade do controle de inflação e das taxas de desemprego em decorrência do novo plano econômico.

Em seu oposto imediato, despontava Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com uma ampla coalizão de partidos de esquerda (frente que reunia partidos da periferia à centro-esquerda: PT, PV, PCdoB, PSTU, PCB, PPS e PSB), postulando críticas ao Fundo Monetário Internacional e uma perspectiva menos privatista. No campo da esquerda, situava-se também a candidatura de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro (PDT), em possível disputa política com Lula, algo já existente desde o escrutínio anterior.

No centro e centro-direita, constavam a candidatura de Orestes Quécia pelo PMDB e de Espiridião Amin, pelo PPR. Complementando a lista, haviam os candidatos em partidos

---

372 Dados do Tribunal Superior Eleitoral. (Cf. Relação dos candidatos à Presidência da República – Eleições 1994. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/relacao-do-candidatos-a-presidencia-da-republica-eleicoes-1994>> Acesso em 15 mar. 2015).



diminutos e não tradicionais: Carlos Antônio Gomes, pelo PRN (partido que lançara a candidatura de Collor em 1989), Almirante Hernâni Goulart Fortuna, pelo Partido Social Cristão, além do próprio Enéas Carneiro.

Esse panorama definia, de antemão, algumas condições gerais. Em primeiro lugar, Fernando Henrique seria o candidato a ser derrotado. Adiante, haveria uma predominância de discursos à esquerda, doravante grande variação propositiva e política entre eles. Por fim, as candidaturas chamadas *nanicas* estariam em decréscimo. Conforme afirmado ao início do capítulo 2, essa conjuntura era mais atraente para o Prona que em 1989. E, levando em conta o processo de amadurecimento partidário, conexões com outros setores da direita brasileira, haveria alguma possibilidade de crescimento imediato, embora efetuado às margens do *mainstream* do campo político.

O primeiro obstáculo poderia ser a candidatura de Almirante Fortuna, em razão da formação militar, filiação a um partido conservador de discurso então moderado e uma possível retórica nacionalista. Embora tenha sido Comandante da ESG, Fortuna desempenhou papel relevante no distanciamento à Doutrina de Segurança Nacional. Sua campanha eleitoral foi marcada pela crítica ao radicalismo e ao autoritarismo militar (para quem o regime deveria ter durado três anos<sup>373</sup>). Além disso, propunha ampla modificação no Estado brasileiro, com aprofundamento do choque liberal na economia e a diminuição do número de estatais. Desse modo, o autoritarismo nacionalista de formação militar haveria de encontrar em Enéas Carneiro o caminho natural.

É possível afirmar que essa possibilidade foi compreendida por Enéas Carneiro. Desde as primeiras inserções na imprensa, o líder e candidato pelo Prona radicalizou seu discurso, intensificando as críticas ao modelo econômico em prática, assim como a postura antissistêmica – um partido não partido, e um político não político. No campo econômico, Enéas afirmava que decretaria “estado de emergência”<sup>374</sup>, prevendo a intervenção em monopólios e oligopólios, assim como a prisão aos que por ventura desrespeitassem o controle de preços definidos pelo Estado.

A tônica autoritária transitava entre a antevisão de um Estado sobre controle do Prona e de um panorama antagonista que era falso, irreal, distante da concretude de um Estado forte. O

---

373 DANTAS, Edna. Almirante Fortuna critica regime militar e propõe reforma do Estado. *Folha de São Paulo*, 11/06/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/11/brasil/26.html>> (Acesso em 15 mar. 2015).

374 Cf. DANTAS, Edna. Enéas volta com proposta de intervenção na economia. *Folha de São Paulo*, 11/06/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/11/brasil/30.html>> (Acesso em 15 mar. 2015).

binarismo como lógica política não somente persiste (afinal, existe desde sempre para o Prona), como de fato há de se intensificar no decurso do processo eleitoral.

O antissistemismo de Enéas Carneiro variava, então, entre uma espécie de autoritarismo idealizado e uma crítica política institucional. Sobre o Congresso Nacional e o futuro que o esperava, o líder do Prona afirmava:

O Congresso brasileiro é inepto, incapaz de tomar decisões como órgão colegiado. O papel do Congresso é curvar-se, porque senão vai sofrer a execração da sociedade [...] Do resultado eu tenho certeza: a não ser que eu seja eliminado fisicamente, a senhora está falando com o futuro presidente da República. Tenho absoluta convicção por uma razão só: não há candidatos. [...] Há indivíduos fabricados, hipócritas. Isso vale para todos.<sup>375</sup>

A radicalização do discurso de Enéas Carneiro quando falava ao público amplo cumpre propósito de duplo sentido. Em primeiro lugar, é decorrência da formação partidária em 1994 e a coerência com o projeto político formado em resultância dessa conjugação. Noutra sentida, é a perspectiva de representatividade política aos anseios de estratos sociais, profissionais e de outras instâncias, que vinculavam suas existências e práticas às perspectivas autoritárias e conservadores tradicionalmente presentes em produtos das direitas brasileiras, inclusive naqueles não habitualmente *partidarizados* ou dispostos sob uma agremiação política.

Essa última questão pode ser vista, inclusive, a partir dos pronunciamentos de Regina Gordilho em plenário. No dia 15 de junho de 1994, afirmava uma crescente estimativa eleitoral de Enéas Carneiro, e atrela esse fenômeno ao voto de protesto contra a indignidade e incoerência.

Para encerrar, Senhor Presidente, quero dizer que o Dr. Enéas já está com 3% nas pesquisas de preferência dos eleitores para a Presidência da República, vencendo candidatos que fizeram acordos para não ficarem fora da Lei Eleitoral. E estaremos no segundo turno, porque o voto de protesto contra a indignidade e a incoerência é do Enéas e é do Prona.<sup>376</sup>

A campanha de Enéas Carneiro primária, assim, além da centralidade de sua liderança expressa na sentença “Meu nome é Enéas!”. Embora elas (a expressão e liderança centralizada) persistissem, havia o processo de esticamento do procedimento, fosse na expressão cunhada por Roberto Gama e Silva (“Nossos nomes são Enéas e Gama e Silva!”) ou, como sugeriria Regina Gordilho, na afirmação que a população brasileira passaria a

---

375 “Sou o futuro presidente do Brasil”. *Folha de São Paulo*, 11/06/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/11/brasil/31.html>> (Acesso em 15 mar. 2015).

376 *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 15/06/1994, p. 9643.

reconhecer que “Nosso nome é Enéas!”, de modo que esse alargamento produziria não a falência dessa autoridade, senão sua plena aceitação.

Aqui em Brasília, quem anda junto ao povo sabe que o Dr. Enéas está reconhecidamente com 10% dos votos, segundo mostram os jornais. É fácil conferir esses dados. No meu Estado, o Rio de Janeiro, ele é apanhado pelo símbolo: “Meu nome é Enéas”. Quando digo à população “Meu nome é Enéas”, ouço, em coro: “Nosso nome é Enéas!”.<sup>377</sup>

O processo eleitoral de Enéas Carneiro e Roberto Gama e Silva em 1994, pode ser analisado a partir de três variáveis complementares. A primeira delas se refere às inserções no Horário Político Eleitoral Gratuito. É por meio desse instrumento que o Prona haverá de difundir o material de campanha da forma como imaginado, pois sem interferência externa. É decorrência, também, de um significativo desenvolvimento, pois, resultante da adesão de Regina Gordilho, o Prona passa a contar com mais de um minuto de HGPE (um minuto e vinte segundos, em contraste aos quinze segundos em 1989).

A segunda possibilidade ocorre em relação à participação de Enéas Carneiro nos debates entre os candidatos presidenciais, assim como nas entrevistas realizadas por determinados programas de televisão (*Roda Viva*, da Rede Cultura e *Programa do Jô*, da Rede Globo). É a partir dessa análise específica que é possível observar as ideias e representação da candidatura do Prona em contraposição aos adversários imediatos.

Por fim, é necessário observar o modo como a imprensa hegemônica brasileira tratou a candidatura de Enéas Carneiro – fosse no seu crescimento eleitoral, a análise de suas ideias, as apurações sobre o passado e o presente do candidato e, por fim, certa perplexidade ao terceiro lugar obtido por Enéas Carneiro e Roberto Gama e Silva. É por meio da análise da produção midiática que se dará, também, a verbalização do apoio de outros expoentes do radicalismo político de direita brasileira à candidatura do Prona, de modo que isso gerará, também, críticas diversas.

### **3.2.1 Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral**

As inserções de Enéas Carneiro no HGPE, em especial na televisão, seguem o *script* iniciado em 1989 e que, na realidade, em alguns aspectos se assemelham aos modelos das demais agremiações pequenas de diversas tendências políticas. Devido à ausência de

---

<sup>377</sup> *Idem*.

representatividade majoritária e escassos aportes financeiros, o tom amador das propagandas partidárias do Prona é evidente. Dos enquadramentos das câmeras à captação do áudio, é possível notar a disparidade do Prona (e do PRN e PSC, os *nanicos* em 1994) às demais campanhas dos candidatos tradicionais.

Esse descompasso que, embora pouco provável, poderia ser algo objetivamente almejado, já evidenciava a condição *outsider* da campanha do Prona. À revelia do aumento exponencial de tempo no HGPE, os programas televisivos seguiriam, mais uma vez como em 1989: centrado na figura de Enéas Carneiro. Dessa maneira, inexistiu um enredo melodramaturgicamente construído, com cenas captadas em ambientes externos (fosse do crescimento da produção nacional tal qual em FHC ou cenas de uma trágica crise social), tampouco a figura do mediador ou orador.

A autoridade de Enéas é reafirmada como instrumento de propaganda e convencimento político. É ele quem inicia, desenvolve e, ao fim, define o clímax dos vídeos, ao bradar seu agora habitual *slogan* - “Meu nome é Enéas!”. O enquadramento de captação de imagem segue esse sentido da narrativa verbalizada – mais aberto, compreende a leitura do texto do candidato; ao fim dele, quando afirma o próprio nome, o destaque em Enéas Carneiro evidencia o único caminho possível, como é possível perceber nos recortes abaixo (da esquerda para direita, em dois momentos distintos).



Tabela 8 – HGPE / Enquadramentos<sup>378</sup>

A forma do HGPE do Prona condiz, então, com sua peça e aporte textual. No enredo de salvação nacional, fosse no programa de governo ou nos veículos de comunicação em massa, a proposta da legenda e o determinismo histórico brasileiro se confundem.

Afinal, o Prona seria o camanho da salvação e a da verdade. Assim, além de uma perspectiva *orwelliana* do catastrofismo nacional, o salvacionismo em Enéas Carneiro assemelhar-se-ia até com a passagem bíblica em João 14:6 (*Eu sou o caminho, e a verdade e a vida*).

Quanto ao conteúdo propriamente dito, alguns autores se dedicaram ao tema. Em análise sobre as campanhas eleitorais na TV durante 1994, Mauro Pereira e Liziane Soares Guazina<sup>379</sup>

<sup>378</sup> As imagens selecionadas tratam-se de recortes realizados mediante técnica do *PrintScreen* digital (captura de tela). A íntegra desses vídeos estão disponíveis no canal “Diller2006p” no *Youtube*, mantido por Dilermando Dias (cf. <http://www.diler2006.com/>). Por serem conteúdos do HGPE, esses vídeos não foram sistematicamente arquivados por órgãos públicos ou memorialísticos das emissoras de televisão. Não houve, então, um projeto por detrás desse processo de salvaguarda. Sendo assim, a disponibilidade desse material decorre, então, de uma *memorabilia* digital, estando, portanto, determinadas pelo agente que seleciona esse material, assim como suas intenções, que podem ser políticas ou suscitadas em torno de interesses diversos. Cf. *Horário Político Eleitoral Gratuito*, 14/08/1994. Disponível em: <<https://youtu.be/KOAGz2ToU9M>> (Acesso 15 jan. 2015 ). *Horário Político Eleitoral Gratuito*. 22/08/1994 Disponível em: <[https://youtu.be/q\\_snU-ay\\_yY](https://youtu.be/q_snU-ay_yY)> (Acesso 15 jan. 2015)

<sup>379</sup> PORTO, Mauro Pereira & GUAZINA, Liziana Soares. A política na TV: o horário eleitoral da eleição

observaram os 40 minutos e 41 segundos constituintes da campanha de Enéas Carneiro. Segundo os autores, o apelo mais utilizado (20%) pelo candidato do Prona teriam sido valores simbólicos como “salvador da pátria” (em defesa do Brasil contra inimigos, invasores estrangeiros, espoliadores da nação, etc), seguidos de propagandas negativas (17%) dos demais candidatos e do sistema político. A presença desses dois temas à frente da campanha não é fato despropositado, mas sim coerência com a própria existência e trajetória partidária e do candidato em questão.

Em terceiro lugar, estariam as evidenciações de atributos pessoais, ocupando 8% da campanha de Enéas. M. Pereira e L. Guazina entendem essa questão, assim como estabelecido até aqui, como estratégia de distanciamento ao meio político. No entanto, é necessário observar esse aspecto não apenas como negativa à classe política, mas também o forjamento de uma liderança incontestável. Enéas deveria ser não mais um *outsider* eventual, mas uma liderança providencial.

As demais categorias seriam: análise de conjuntura (5%), apelos ideológicos e políticas futuras (3%, muitas delas em defesa do *Estado forte, técnico e intervencionista*) e a enunciação partidária (1%). Os demais 43% seriam propostas diversificadas. Destes, 28% decorreriam do tempo dedicado à divulgação da própria campanha (isto é, o *grande projeto* em forma de livro à venda como bônus), além de apresentação de resultados de pesquisa e denúncia de sua suposta manipulação. Os restantes 15% seriam tempos do HGPE que transformar-se-iam em direitos de resposta à Lula/PT concedidos mediante Justiça Eleitoral.

Ao analisar o conteúdo dessas inserções no HGPE, observa-se que, além disso, em muitos momentos existe a reprodução oral, com ligeiras modificações, do conteúdo textual presente no programa de governo (ou *grande projeto*). No dia 14 de agosto de 1994, por exemplo, o pronunciamento de Enéas Carneiro é uma versão condensada do item “A Amazônia e as Forças Armadas” do programa de governo.

A nossa Amazônia ocupa metade da área do território nacional. Floresta, bacia hidrográfica, potencial energético, riquezas do subsolo, tudo lá é gigantesco. A Amazônia faz de nós o país mais rico do mundo e essa é a verdadeira razão porque se fala tanto no exterior na internacionalização da Amazônia. Vamos acabar com essa farsa! Vamos defender o que é nosso! Vamos proteger a Amazônia dos alienígenas, tamponando todas as vias de acesso ao seu interior inclusive o espaço aéreo, para acabar com a evasão de suas riquezas. Vamos prestigiar, equipar, remunerar bem nossas Forças Armadas, para que elas possam voltar a atuar na defesa da segurança do território nacional. Vamos desenvolver uma política de dissuasão estratégica, ou seja, capacitemo-nos a exigir o respeito pela soberania

---

presidencial de 1994. *Contracampo* (UFF), n. 3, 1999, p. 05-33.

nacional. O Brasil não tem o que temer! Meu nome é Enéas!<sup>380</sup>

Ao que é possível constar mediante arquivos disponíveis, há outros momentos em que observa-se a reprodução de teores textuais presentes no programa de governo. Em um deles, Enéas Carneiro recita um trecho do manifesto do Prona, justamente aquele que conforme demonstrado anteriormente, seria adicionado ao manifesto partidário de 1989.

É significativo, então, que houvesse a escolha do trecho em que Enéas compara o Brasil a um “navio sem rumo”<sup>381</sup> para veiculação em mídia de alcance popular. Fica evidente que o comandante a retomar o rumo seria o próprio Enéas.

Além de críticas ao “político profissional”<sup>382</sup>, as propagandas também veicularam percepções sobre pesquisas de voto. Próximo ao momento eleitoral<sup>383</sup>, Enéas apresenta uma pesquisa realizada pela empresa “Toledo & Associados”, em que o candidato do Prona estaria com 7,2% das intenções de voto (Lula 44,8%; FHC 37,6%), assim como um trecho do *Jornal do Brasil* que estimaria 6% dos votos. Ao dialogar com o possível eleitorado e em consonância com os valores conservadores, o presidenciável prima pela figura do gênero masculino e busca desconstruir a veracidade dessas informações: “Agora, para tirar dúvidas, faça o Senhor mesmo a sua própria pesquisa, com os seus vizinhos, nas filas de ônibus, nos mercados, e o Senhor terá uma surpresa. Meu nome é Enéas!”.

A desconfiança crítica de Enéas Carneiro para com a imprensa (e agora, também órgãos de pesquisa) é uma marca de sua trajetória política. Inclusive, Enéas busca, no HGPE, equiparar os jornalistas e os políticos na crítica ao mau uso da língua portuguesa. O pronunciamento era, também, reprodução de trechos do programa de governo, inclusive no tópico sobre o sistema educacional.

Fala-se muito mal no Brasil e escreve-se pior. Políticos e jornalistas, numa falta de

---

380 *Horário Político Eleitoral Gratuito*, 14/08/1994. Disponível em: <<https://youtu.be/KOAGz2ToU9M>> (Acesso 15 jan. 2015).

381 *Doutor Enéas Carneiro – Presidente – O Fim da Desordem*. [Arquivo Prona Doutor Enéas]. Disponível: <<https://youtu.be/quNd1JfaKtM>> (Acesso em 05 mai. 2014).

382 *Doutor Enéas – Crítica ao Político Profissional* [Arquivo Prona Doutor Enéas]. Disponível em: <<https://youtu.be/BlmCKQIjzVE>> (Acesso em 05 mai. 2014). Sobre os vídeos provenientes do canal de *Youtube* intitulado “Arquivo Prona Doutor Enéas” (também intitulado *TV Enéas*), convém ressaltar que decorre de um material disponibilizado por algum ou alguma ex-militante do partido, que não quis identificar-se. Trata-se de material inédito e de boa qualidade (provável cópia do material original/primário). Conquanto o responsável pelo material (seleção, digitalização e disponibilização *online*) possa ter efetuado um processo de seleção objetiva desses conteúdos, as propagandas do HGPE mantêm-se inalteradas em comparação ao material disponibilizado em outros sites, como o iFHC (Instituto Fernando Henrique Cardoso). De qualquer modo, agradeço a(o) responsável pela iniciativa.

383 *Dr. Enéas – Momento de Reflexão – Pesquisas 94*. [Arquivo Prona Doutor Enéas]. Disponível em: <<https://youtu.be/x0Xx4ejZR80>> (Acesso em 05 mai. 2014).

higiene vernacular, só usam o jargão, o caçanje e solecismos, com desculpa de linguagem moderna. Mas a língua é o maior patrimônio de um povo! Desrespeitá-la é desrespeitar a própria nacionalidade. Perguntaram a Confúcio, 2000 anos atrás, o que faria ele, em primeiro lugar, se tivesse que administrar um País. “Seria evidentemente corrigir a linguagem!”, respondeu ele. Seus interlocutores ficaram surpreendidos e indagaram por quê. Foi a seguinte a resposta do mestre: “Se a linguagem não for correta, o que se diz não é o que se pretende dizer. Se o que se diz não é o que se pretende dizer, o que deve ser feito deixa de ser feito. Se o que deve ser feito deixa de ser feito, a moral e as artes decaem. Se a moral e as artes decaem, a justiça se desbarata. Se a justiça se desbarata, as pessoas ficam entregues ao desamparo e à confusão. Não pode, portanto, haver arbitrariedade no que se diz. É isso que importa acima de tudo.” Meu nome é Enéas!<sup>384</sup>

O apreço à norma culta compreende o aspecto orgânico da própria nacionalidade (evidenciado pelo emprego e sentido de *higiene vernacular* no texto), mas também um elitismo cultural onde o termo *caçanje* é utilizado como sinônimo de português mal falado, inculto (e não no sentido da variação da língua portuguesa falada em Angola). A utilização de expressões ausentes na coloquialidade buscar atestar a recusa em aceitar um processo de desmoralização e decadência cultural e política da nação brasileira.

Nesse sentido, os jornalistas e políticos retroalimentariam a degeneração linguística nacional. Por sua vez, Enéas seria aquele devidamente preparado em salvar a nação e sua identidade linguística e cultural. O discurso nacionalista de Enéas veiculado nos programas de HGPE tensiona, assim, ao apelo e mobilização da sociedade não apenas em referência às questões de segurança nacional ou em defesa do monopólio do petróleo contra o interesse internacional<sup>385</sup>, mas também no nacionalismo cultural e linguístico de acordo com uma perspectiva conservadora.

No decorrer do processo eleitoral, Enéas Carneiro busca atestar a sua proposição da classe política em conluio com a imprensa para a desestruturação de sua candidatura (por meio de pesquisas forjadas), e principalmente manutenção de uma farsa eleitoral, econômica e política a ocorrer em perspectiva extraeleitoral. Ao comentar o chamado *escândalo da parabólica* envolvendo o então ministro da fazenda Rubens Ricupero<sup>386</sup>, Enéas afirma:

---

384 1994 – Enéas Carneiro do PRONA disputa a presidência.avi. Disponível em: <<https://youtu.be/DP4wTikJkLM>> (Acesso 11 mai. 2015).

385 Em programa provavelmente de Agosto/1994, Enéas afirma: “Petróleo é Energia, que é a mole mestre do progresso [...] Os inimigos da pátria querem a todo custo entregar a Petrobras à iniciativa privada”. *Programa de propaganda partidária, São Paulo (SP), 08/1994 (presumida)*. Acervo Instituto Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br/>>. (Acesso em 12 set. 2014).

386 Em 01 de setembro de 1994, foi captado, mediante antenas parabólicas, uma conversa entre Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte, da Rede Globo. Ricupero havia concedido uma entrevista ao vivo para o *Jornal Nacional* e conversava com o jornalista enquanto aguardava para gravar outra entrevista (a ser veiculada no *Jornal da Globo*, transmitido ao fim da noite). Os técnicos de som e imagem, que preparavam a gravação, acabaram por não desligar o aparelho de transmissão via parabólica, causando o vazamento do diálogo em que Ricupero afirmava que era inescrupuloso e manejava os indicadores econômicos a fim de privilegiar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Em razão do escândalo suscitado e do possível



A conversa entre o ministro e jornalista trouxe, para todos os brasileiros, a comprovação, agora indiscutível, de tudo aquilo que eu venho dizendo desde 89. Nós vivemos em um grande império da mentira. O ministro afirmou: “O que é bom, a gente fatura. O que é ruim, a gente esconde” [...] Afirmou que esse país não é racional. Agora veja o Senhor telespectador: como é que o senhor pode acreditar em alguma coisa vinda de um sistema tão podre? Como eu já afirmei, esse Plano Real é uma farsa, arquitetada maquiavelicamente para enganá-lo até as eleições e eleger o principal candidato do sistema. Principal, sim. Porque o tempo todo foi apresentado, como o seu opositor, um homem sem nenhum preparo, já destinado a perder, exatamente como ocorreu em 1989. Tudo é falso! Tudo é uma grande mentira! Mentem no plano, mentem na inflação, mentem nas pesquisas! Mas isso eu vou mostrar no próximo programa. Meu nome é Enéas!<sup>387</sup>

Tal escândalo fora substancial para Enéas. Em primeiro lugar, o *vazamento* cumpriria um real propósito dos meios de comunicação e, justamente pelo controle estabelecido sobre eles, só teria ocorrido em razão do acaso e falha técnica. Dessa maneira, atestaria a assertiva que a mídia hegemônica seria inescrupulosa. E, em se tratando do fato envolver o ministro da fazenda, demonstraria a representação imaginada do campo político e econômico brasileiro como uma espécie de comunidade títeres nas mãos escusos interesses internacionais.

O *sistema* então, na visão de Enéas Carneiro, seria o artífice ou a própria conspiração. E o candidato (ou instrumento político e humano) desse *sistema de conspiração* envolveria não apenas a figura de seu principal representante – Fernando Henrique Cardoso – a encabeçar as mudanças de cunho neoliberal. Para o candidato do Prona, a *farsa* inseriria, também, o imediato candidato oposicionista – Luiz Inácio Lula da Silva, como forma de gerar uma vã dualidade a confundir o eleitorado e a dissuadir a candidatura do único e genuíno oposicionista, cujo nome, claro, era Enéas.

No decorrer do HGPE, Enéas passa a veicular um discurso conspiratório mais incisivo. Trazendo o teor de denúncia efetuado por Marcos Coimbra e Pedro Schirmer em *Ombro a Ombro*, Enéas Carneiro utiliza da propaganda eleitoral para veicular denúncia contra o *Diálogo Interamericano*, que estaria

[...] destinado a submeter todos os países da América Latina, inclusive o Brasil, ao comando dos Estados Unidos [...] Ele foi assinado pelos dois candidatos que se apresentam como adversários, mas na verdade estão juntos conspirando contra o Brasil. São verdadeiros traidores da pátria. Qualquer um deles eleito dará mais um passo para a perda da soberania nacional.<sup>388</sup>

Isso seria, então, um estágio de desenvolvimento daquela conspiração imaginada e descrita

---

impacto eleitoral, Ricupero solicitou desligamento do cargo.

387 Enéas 94. Disponível em: <<https://youtu.be/XgHlvik-7lg>> (Acesso em 28 ago. 2015).

388 Cf. Lula promete um governo sem preconceitos. *Jornal do Brasil*, 27/09/1994, p. 8.

pelo presidenciável do Prona em seu programa de governo. Contudo ela seria, agora, mais profunda e menos pública que anteriormente, em razão de sua ramificação e penetração na estrutura de poder e representação política.

É possível notar, inclusive pela modificação do conspiracionismo do *grande projeto nacional* aos programas de HGPE, que a partir do momento em que Enéas vislumbra a possibilidade de alçar-se ao segundo turno, busca inserir a crítica conjunta (FHC e Lula), com especial atenção ao candidato do Partido dos Trabalhadores. Fosse pelo aspecto eleitoral propriamente dito (disputa entre segundo e terceiro candidatos na pesquisa eleitoral) ou então pela suposta antítese de Enéas em Lula (*homem sem nenhum preparo, destinado a perder*), Lula passa a ser um alvo constante.

Embora afirmado anteriormente que o candidato a ser batido era FHC (pois líder das pesquisas e ex-Ministro da Fazenda), Enéas Carneiro passa a construir a imagem de Lula como o candidato a ser também vencido, mas principalmente combatido. Sendo assim, é a partir do delineamento da corrida eleitoral que Enéas passa a inquirir, quando possível, de modo sistemático, a compreensão da construção do personagem *anti Lula*, personagem do qual viria a erigir pública e politicamente a sua suposta genialidade e liderança política.

Mais que nas inserções de HGPE (que ocasionariam a concessão de eventuais direitos de resposta em favor do candidato do PT), a tentativa de desconstrução de Lula e a representação de sua antítese em Enéas ocorreram substancialmente mediante participação do candidato do Prona nos debates e entrevistas dos presidenciáveis.

### **3.2.2 Debates e entrevistas entre os candidatos**

Durante o percurso da campanha eleitoral, Enéas Carneiro participou de quatro debates entre os presidenciáveis. No entanto, ao contrário do ocorrido em 1989, quando diversas emissoras de televisão promoveram esse evento, a modificação na lei eleitoral em vigor em 1994 obrigava as emissoras ao convite de todos os presidenciáveis. Logo, isso teria acabado por desestimular a realização desse tipo de conteúdo televisionado.

De fato, somente as redes *Bandeirantes* e *Manchete* realizaram debates entre os candidatos à presidência, sendo três deles em parceria com outras entidades, a fim de minimizar custos. O primeiro deles, transmitido pela *Manchete*, ocorreu em 25 de julho de 1994, na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Nele, não participaram os candidatos Orestes Quércia e Lula.

Em sua primeira participação em debates, Enéas Carneiro respondeu à pergunta formulada sobre questões relacionadas ao processo de controle da inflação, onde afirmou que o problema haveria de intensificar-se com o desenvolvimento (e continuidade) do Plano Real, sem que houvesse também qualquer sinalização quanto à reforma tributária.

Em relação ao capital externo, tema da segunda questão, Enéas afirma que a dívida externa não seria o principal problema da economia nacional. Da mesma maneira, diz que o capital externo seria, em tese, bem-vindo, desde que respeitando as seguintes disposições (ou a já habitual distinção entre capital produtivo e capital especulativo).

[...] que venha aqui ajudar-nos a crescer, mas também é certo e é absolutamente legítimo que está na hora de pararmos, de pensarmos que a nossa terra tem que ser o maior cassino do planeta. Uma coisa é o capital externo que aqui venha para a produção, sobre regras fixas e regras que sejam determinadas por um governo sério e voltado para a população. Outra coisa é permitimos que a nação seja dessangrada, como vêm sendo há décadas<sup>389</sup>.

Já em relação à questão educacional (terceira pergunta), o candidato do Prona reafirmaria os pressupostos contidos no programa de governo, (“o binômio professor-aluno desapareceu frente a gigante onda de desordem que assola o país”), defendendo o fim da “orgia editorial”, “uma volta ao modelo tradicional”, em uma escola que fizesse os alunos terem orgulho do passado. Ou seja, a escola do passado tornaria os jovens também afeitos ao passado.

Nota-se, conforme visto anteriormente, que a perspectiva educacional infantil assume a condição essencial de normatização da célula primordial de uma nação orgânica, criando “uma sociedade em que as crianças estarão sendo os adultos do futuro”<sup>390</sup>.

Enéas ainda responderia indagação sobre agricultura, propondo, baseado no programa do Prona, acompanhamento do DIB (ou Desperdício Interno Bruto) quanto ao transporte de grãos e hortaliças. Defende, também, sem utilizar o termo, uma espécie de reforma agrária onde o “miserável” ganharia pequenas porções de terra<sup>391</sup>.

A última participação de Enéas no debate em questão, decorre de resposta à pergunta sobre função do Estado, monopólios e privatização. Ao discorrer sobre a “ventania neoliberal”,

---

389 Debate, Rio de Janeiro (RJ), 25/07/1994. 12/0000350; 12/0000351 Acervo Instituto Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>>. (Acesso em 27 mai. 2014)

390 *Idem*.

391 O pronunciamento de Enéas Carneiro é interrompido em razão do limite concedido ao tempo de resposta. Enéas silencia-se no exato momento, causando risos na plateia e na própria mediadora. Ao fundo, é possível ouvir a voz de Enéas, dizendo “sou disciplinado. Eu sou disciplinado”. Essa viria a ser mais uma marca do candidato nos debates – a tentativa em demonstrar o pleno exercício e respeito às regras e limites constituídos. Seria, assim, uma forma de exemplificar a capacidade de liderança do candidato do Prona, pois respeitosa às normas predispostas.

afirma que essa ventania trouxera resultados terríveis à Argentina, e o Brasil deveria impor restrições. Esses limites seriam, claro, o Estado forte, estabelecendo para tal, paralelismo da apropriação da sociologia de Alain Touraine conforme analisado anteriormente. Defende, ainda, o monopólio da Petrobras contra os *alienígenas*.

Nas considerações finais, Enéas Carneiro articula diretamente ao público imediato (ou os membros da Associação Comercial e grandes empresários responsáveis pelo encaminhamento do debate), afirmando que o controle da inflação só viria em decorrência da modificação de ordem do processo produtivo, mediante exercício da “centralização doutrinária” na qual o Estado se faria presente da mesma forma em todas localidades da nação, propondo também a nacionalização das jazidas minerais.

Esse primeiro debate não privilegiava a discussão entre os participantes, mas sim uma espécie de entrevista coletiva dos candidatos com industriais e comerciários. Além disso, cabe ressaltar a ausência do candidato do PT, de modo que Enéas não desempenhou qualquer contraponto àquele que poderia ser o seu imediato oponente nas pesquisas eleitorais.

O segundo debate, ocorrido em 28 de julho de 1994 e que teve a ausência do candidato Flávio Rocha/PL, seguiu o modelo pouco participativo e conflitivo do primeiro. Transmitido pela *Bandeirantes*, foi organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF. O modelo de não enfrentamento persistiu entre os participantes, visto que, no debate, os candidatos responderiam a perguntas formuladas por jornalistas, pessoas vinculadas à CNBB e público amplo (mediante sorteio)<sup>392</sup>.

Em sua primeira participação (respondendo questão formulada por D. Fernando, da CNBB), ao discorrer sobre a “proposição da estrutura política” que o lançara à presidência, Enéas afirma que a “centralização doutrinária” seria o princípio de solução para a crise profunda que afetaria a nação brasileira. Sobre o governo federal e os municípios, afirma que “a ação é descentralizada, mas deve haver uma doutrina só”. Dessa maneira, tal qual em seu programa de governo, clama por um Estado forte e especialmente técnico, fundado no contínuo exercício da autoridade.

Nas perguntas do público, Enéas é questionado sobre o projeto de reforma agrária, em especial se traria o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e demais movimentos sociais para dialogar, ou se essa reforma agrária seria feita de forma vertical. A resposta de Enéas, embora afirmasse a abertura às proposições diversas, reafirma a

---

392 Debate, Brasília (DF), 28/07/1994. 12/0000353 a 12/0000355. Acervo Instituto Fernando Cardoso. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>>. (Acesso em 27 mai. 2014)

centralidade autoritária do Estado, que seria o responsável em mapear os pequenos produtores, assim como garantir acesso à terra, em modo coletivo - “A nossa ideia é semelhante ao que já em Israel se faz, quando se construíram os Kibutz”. Para os agricultores exportadores, Enéas afirma que o Estado não deveria intervir de modo absoluto.

Respondendo à segunda pergunta (realizada por integrante do público espectador), sobre distribuição de renda, Enéas afirma que o Brasil seria, em razão das taxas de juros, “campeão da usura internacional”. Defende, assim, a diminuição da tributação e das taxas de juros, visando aumentar a circulação da moeda, desenvolvimento econômico e produtivo, cadeia que posteriormente efetivaria a distribuição de renda. Não se afirma, pois, nenhuma política específica sobre o tema, senão a decorrência de um processo amplo.

Nas considerações gerais, Enéas conclama a sociedade brasileira para seu projeto político, que viria a modificar profundamente as estruturas e relações de poder na sociedade.

Uma avalanche de inconsequência vem, há séculos, se derramando sobre a sociedade brasileira. Cresce o valor da iniquidade. Estiola-se o valor do trabalho produtivo. É preciso que surja o exemplo político que possa reacender nas pessoas a chama da cidadania, do civismo e da confiança na pátria. Já é hora de se voltar ou de se chegar de vez ao modelo político que faça com que toda a caterva profissional que aí se encontra possa ser afastada definitivamente do poder, para que possa toda a comunidade ter esperança no futuro. É fundamental que toda a sociedade se una em torno de uma ideia central. A ideia de que exista uma doutrina para a qual se possa ter obediência em todo o país. É preciso criar a era da convicção, a era da verdade. A era da decência, a era da dignidade. A era da confiança, a era da firmeza, a era da ciência, a era da consciência, a era do entusiasmo. Muito obrigado.<sup>393</sup>

Nota-se, assim, a tentativa de mobilização política e popular, assim como a perspectiva conservadora. A “era da verdade”, para Enéas, estaria entre o passado e o futuro, mas certamente não caberia ao presente. Seria necessário olhar ao passado para projetar ao futuro.

O terceiro debate, realizado somente pela *Bandeirantes* (sem o esquema de parceria), contou com a presença de sete candidatos: Brizola, Lula, FHC, Esperidião Amin, Enéas Carneiro, Orestes Quércia e Almirante Fortuna. Mediado pela jornalista Marília Gabriela, dispunha de três formas básicas e sucessivas de participação: impressões gerais ao início do debate, respostas às questões elaboradas pelos jornalistas convidados e perguntas (respostas, réplicas e tréplicas) entre os candidatos. Esse modelo proporcionaria, então, a contraposição entre os presidencialistas.

A primeira participação de Enéas Carneiro ocorreu ao início do programa. Perguntado pela mediadora sobre qual seria o eventual, primeiro e imediato ato ao assumir a presidência,

---

393 *Idem*.

Enéas afirma:

Boa noite senhores telespectadores, boa noite à plateia. É difícil resolver a situação do país em um ato apenas. Mas, considerando-se o diagnóstico que a nossa estrutura partidária faz da situação, segundo o qual existe um cancro fagedênico destruindo as entranhas da nação, que se chama Sistema Financeiro Internacional, haveria como medida prévia primeira a ser tomada: uma intervenção drástica no sistema tributário reduzindo drasticamente a carga tributária, para que os empresários pudessem trabalhar. Reduzindo as taxas de juros, para que o capital pudesse ser desviado da atividade especulativa para a atividade produtiva. Com isto, aumentando a produção, gerar-se-iam automaticamente mais empregos. Havendo empregos, haveria consumo. Havendo consumo, haveria todo o mercado interno ativado. E nós sairíamos dessa pasmaceira que toda a nação se encontra, mergulhada numa situação de quase insolvência.<sup>394</sup>

A segunda participação de Enéas no debate ocorreria somente no terceiro bloco do programa, quando sorteado para fazer uma pergunta a outro candidato. Isso mostra que o candidato foi preterido pelos jornalistas, que priorizaram exponencialmente FHC, seguido de Lula, em detrimento dos candidatos *nanicos* e intermediários. Além disso, o modelo proposto previa que os participantes pudessem fazer apartes às exposições de seus adversários, estratégia utilizada por diversas vezes por Leonel Brizola e Almirante Fortuna como modo de inserção e participação nas discussões, procedimento contudo menosprezado pelo líder e candidato do Prona.

É significativo que a participação efetiva de Enéas tenha sido uma pergunta endereçada “ao senhor Luiz Inácio Lula da Silva”. Mais que isso, ao perguntar sobre a opinião de Lula sobre a qualificação necessária ao postulante ao cargo de Presidente da República, Enéas trata de estabelecer a crítica de modo a evidenciar a antítese. Adotando um tom professoral, afirma:

O senhor se refere, nos seus pronunciamentos, a uma elite brasileira. Eu quero caracterizar, para que o senhor responda, se o senhor separa elite econômica de elite intelectual, e eu vou lhe dizer porquê [...] Eu quero crer que para dirigir um país é fundamental que se tenha preparo. Pelo que ouço e leio do senhor quando o senhor se pronuncia, eu percebo que o nível de escolaridade do senhor é mínimo. Eu gostaria de que o senhor me respondesse se é fundamental para dirigir [...] na opinião do senhor é ou não fundamental ter nível de escolaridade mínimo, preparo, ou seja, se não basta apenas conhecer, conhecer o fato, ou se é fundamental também saber como resolvê-lo. Essa é a minha pergunta<sup>395</sup>.

Após Lula afirmar que a pergunta de Enéas seria o retrato do preconceito de uma elite (em especial a elite dirigente) contra a sua candidatura, Enéas reitera que discorda de Lula,

---

394 Debate, 1994 (Rede Bandeirantes). 12/0000357 a 12/0000359. Acervo Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>>. (Acesso em 27 mai. 2014)

395 *Idem*.

exemplificando que não teria ouvido dele (e dos demais candidatos) nenhuma matéria propositiva acerca da questão energética. Traça, ainda, um paralelo entre um piloto de avião e um presidente nacional (logo, inserindo-se na relação), onde ambos teriam que deter capacidades técnicas para a *condução da nação*, a fim de reafirmar o culto à própria imagem.

Na terceira e última participação do candidato no debate, quando das considerações finais, afirma Enéas que caberia ao povo brasileiro escrever e modificar a sua condição, pois ao contrário das leis da física, a modificação da realidade nacional não cumpriria ao propósito de uma inexorabilidade inevitável. Logo, o destino manifesto brasileiro só seria efetivado se os brasileiros assim quisessem. Assim, afirma Carneiro que

É um dever nosso, dos cidadãos comuns, fazer a sua própria história. Participaram aqui da reunião, ex-governadores, ex-deputados, ex-ministros e um candidato de um partido que apoiou sua excelência o presidente Collor. Nós não temos nenhuma vinculação com isso que aqui está. Nós somos a única representação legítima da sociedade. Muito obrigado aos senhores<sup>396</sup>.

O terceiro debate possibilitou, assim, uma maior liberdade para Enéas Carneiro e demais candidatos. Ao buscar contrapor sua candidatura às outras e em especial à de Lula, Enéas provavelmente o fazia em duas razões: primeiro, porque Lula era seu adversário imediato nas pesquisas de intenção de voto. Segundo, porque ele poderia criar a figura do *gênio x ignorante*, fortalecendo sua construção autobiográfica em via política. Juntando as duas perspectivas (e adicionando o fato de FHC ser um intelectual consagrado, ao contrário dos demais candidatos, inclusive Enéas), era inevitável que Lula viria a ser o adversário direto.

O último debate de Enéas Carneiro em 1994 foi realizado no dia 24 de agosto, nas dependências de Associação Brasileira de Imprensa. Transmitido pela rede *Manchete*, teve a presença de Lula, Almirante Fortuna, Esperidião Amin, Leonel Brizola e, claro, Enéas Carneiro<sup>397</sup>. O debate previa, nos dois primeiros blocos, perguntas realizadas por jornalistas de diversos veículos de comunicação. Em seguida (terceiro e quarto blocos), perguntas e respostas entre os candidatos. O último bloco seria destinado às considerações finais dos participantes.

No primeiro bloco, Enéas é questionado sobre suas propostas para solucionamento da miséria e geração de empregos. Enéas afirma, assim, que o problema brasileiro seria de ordem do modelo produtivo, inclusive pela inoperância do Estado nas áreas em que deveria atuar. Tal

---

396 *Idem*

397 Debate, Rio de Janeiro (RJ), 24/08/1994, 12/0001254 a 12/0001256 Acervo Instituto Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>>. (Acesso em 27 mai. 2014)

qual testemunhado nos debates anteriores, Enéas ratifica a necessidade de atenção às taxas de juro e tributação, como forma de saneamento das finanças e aumento de índices na escala produtiva.

No segundo bloco, Teodomiro Braga (*Jornal do Brasil*), ao enunciar a pergunta à Enéas, demonstra que a estratégia do candidato do Prona em atacar Lula/PT surtiu algum efeito. No entanto, esse efeito despertou, também, a acusação/questionamento de *fascista*, que acompanhará sua trajetória política. Dessa maneira, chamando Enéas de “figura exótica”, pergunta:

A minha pergunta é para o candidato Enéas Carneiro, essa figura exótica que aparece na vida política do país de quatro em quatro anos, como um meteoro eleitoral. Enéas, o senhor tem defendido posições autoritárias, como o centralismo e o Estado forte. O senhor tem demonstrado preconceito contra os que não têm diploma, contra os que não têm o curso superior, como mostrou no debate passado ao atacar Lula por não ter curso superior. O senhor tem defendido posições ultranacionalistas. O senhor grita como um alucinado. Diante disso tudo, eu pergunto: o senhor é fascista? Meu nome é Teodomiro Braga.<sup>398</sup>

A indagação de Teodomiro Barga, recebida com aplausos pela plateia, foi respondida por Enéas de forma enfática, tal qual em seus pronunciamentos no HGPE. No decorrer da manifestação de sua sentença, o jornalista o acusa novamente de “*Fascista!*”, causando intervenção do mediador, assim como o pedido de Enéas para que considerasse os segundos que havia perdido em razão da discussão. Assim, Enéas afirma:

O senhor foi extremamente infeliz. Aliás, isso é próprio do que o senhor escreve. Agora, se o senhor permite, eu só falo. Eu o ouvi com atenção. Primeiro, eu não ofendi o candidato do PT. Nem tenho nenhum preconceito. Eu tenho um conceito. O problema é de preparo seu para se exprimir. [*ao fundo, é possível ouvir T. Braga dizer: autoritário! Fascista!*] O senhor não tem o direito de me interromper, senão eu paro e me retiro do ambiente. [...] Obedeça a regra como eu também! Isso é disciplina, o nome disso. Muito bem, eu vou obedecer as regras para as quais eu fui convidado. [...] Então, eu não o ofendi em nenhum momento, eu não tenho nenhuma forma de preconceito, nenhuma forma. Eu tenho um conceito estabelecido. Para se dirigir um país, para se ter sob seu comando a direção de uma nação continental como o Brasil, é fundamental que se tenha preparo. Não há nenhum preconceito quanto a isso. E o senhor candidato aqui presente que poderá a frente defender-se, não detém escolaridade – e eu disse isso a ele, com respeito, não o ataquei – não detém o volume de informações, o acervo de informações que é necessário para conduzir os destinos da nação. Foi isso o que eu disse.<sup>399</sup>

Enéas Carneiro se utiliza, então, da polêmica para afirmar, conforme visto, o núcleo de seu conservadorismo de aspecto moralizante, assim como a crítica à imprensa, vista não apenas

---

398 *Idem.*

399 *Idem.*



como eventual adversária de sua candidatura, mas especialmente de sua visão de mundo e proposta de nação. É um traço que une, aliás, diversas figuras em torno da candidatura de Enéas.

O segundo ponto [...] o senhor diz que eu sou autoritário. Eu detesto esta situação em que a nação brasileira se encontra, de absoluta desordem, em que não se respeita coisa nenhuma, em que os senhores da imprensa têm o poder total – como o senhor acabou de mostrar agora, me interrompendo –, em que os valores cívicos estão sendo todos lançados no ralo. Em que não há mais, na nação, nenhum sentimento de respeito à família, por que no horário nobre passam cenas de lascívia, de sexo quase explícito, com a convivência dos diretores e ninguém se preocupa em perguntar para um pai de família se ele gosta disto. Isso é liberdade absoluta. Então é contra tudo isso que eu ponho o meu discurso, a minha alocução. Quando o senhor me ofendeu agora, o senhor disse que eu sou exótico, se eu tenho barba é um problema meu! O senhor não tem nada a ver com isso! [*aplausos*] A sua visão de exótico traduz apenas a incompreensão do senhor de um sentimento que eu represento. De uma insatisfação coletiva da nação, para com toda essa farsa que existe, apresentando-se um modelo, esse sim que é de uma libertinagem!<sup>400</sup>

Esta seria, provavelmente, a discussão mais enfática nos debates presidenciais de 1994. E conforme já ocorrido no debate anterior, no bloco de perguntas entre candidatos, Enéas destina a questão a Lula. A questão, versada sobre os minérios, que seriam exportados *in natura*, destina-se especificamente sobre a bauxita refratária, isto é, qual seria a política do governo de Lula sobre os minérios e especificamente sobre a bauxita em nível refratário.

Após a resposta de Lula, que afirmava a necessidade de fortalecimento da indústria mineradora nacional, Enéas objetivava, mais uma vez, demonstrar a propriedade de um conhecimento e intelectualidade (logo, a seu ver, capacidade de liderança política) qualidades supostamente ausentes no candidato do PT. Mais uma vez, ocasionaria a tentativa em evidenciar o personagem *anti Lula* (ou *não Lula*).

Em suma, Enéas afirma que Lula não conheceria a temática, tampouco teria compreendido seu questionamento. Teria confundido a bauxita com a bauxita refratária, de modo que seria prudente afirmar o desconhecimento da questão, pois ele próprio (Enéas) não teria conhecimento da totalidade das coisas. A réplica de Lula busca desconstruir a afirmação de Enéas. Afirma que seria estranho se eles concordassem em algo, e nota, também, que Enéas havia se manifestado contrariamente por ser chamado de *exótico*, mas não de *fascista*.

A segunda pergunta realizada por Enéas destinar-se-ia ao candidato FHC. Em razão da ausência, destina a indagação a Leonel Brizola. A questão, referente ao Plano Real, ao contrário do debate envolvendo Enéas e Lula, não suscita resposta imediata e acalorada. A

---

400 *Idem*.

réplica de Enéas, contudo, prima pela apreço à regressão a um passado idealizado, portanto indo além das questões morais e educacionais.

Nós vivemos hoje numa ditadura do Sistema Financeiro! Sistema Financeiro Internacional! [...] Poremos em prática o modelo antigo, mas o modelo antigo que foi usado no século XVIII, por Alexander Hamilton, política creditícia, com intervenção do Estado. O que fez o presidente De Gaulle na França [...] O Estado tem que intervir mesmo!<sup>401</sup>

Ao observar os debates, constata-se que o candidato do Prona não foi escolhido para responder perguntas formuladas por seus oponentes. De fato, a última participação de Enéas neste debate seriam restritas às considerações finais onde, conforme é possível notar, o candidato tenta aprofundar a condição *outsider*, assim como compreender sua candidatura em vias de coletividade capaz e disposta a “endireitar” a nação brasileira.

Citando pela primeira vez seu candidato a vice, Enéas Carneiro divulga o *grande projeto nacional*, assim como apropria-se de Gama e Silva (e também de Bautista Vidal) ao preconizar a construção de uma *civilização do terceiro milênio*.

Senhor telespectador que até este momento nos ouve. Uma coisa eu quero deixar bem clara ao senhor que está assistindo ao pronunciamento em sua casa. Eu sou um estranho no ninho. Fiz questão absoluta, em 1989, de escrever isso, mantive minha palavra, não me contaminei pelo processo, e a reitero agora. Se perder a eleição, não quero nenhum cargo com nenhum desses senhores que aqui está. Se ganhar a eleição, terei do meu lado grupo de escol que me acompanha, liderado pelo Almirante Roberto Gama e Silva, que acaba de me ajudar, junto com homens de ciência, a escrever um grande projeto nacional que vai ser lançado semana que vem, em São Paulo. Uma mensagem para os senhores de fé e de esperança. É possível endireitar o Brasil como nossos próprios recursos. É possível fazer dessa terra algo que a gente se orgulhe. É possível ter certeza de que da nossa terra emergirá a grande civilização do terceiro milênio. Muito obrigado, senhores.<sup>402</sup>

As participações de Enéas nos debates realizados marcam, portanto, a investida contra Lula e também a enunciação do nacionalismo econômico, ordem autoritária, conservadorismo de valores e as questões dos minérios. É possível afirmar que o candidato buscou contemplar os eixos fundamentais de seu projeto de governo. Em contrapartida, a radicalização do discurso autoritário evidenciou entraves imediatos à sua campanha – chamado de *fascista*, preterido dos questionamentos, alijado dos debates propriamente ditos, a condição *outsider* foi aprofundada, embora em tons de marginalização negativa.

Além disso, a forma dos debates não privilegiou a profundidade em seu desenvolvimento.

---

401 *Idem*.

402 *Idem*.

Em razão dos preceitos da justiça eleitoral, uma alternativa encontrada para o aprofundamento ao detalhamento das propostas dos candidatos, foi a entrevista com presidenciáveis realizada pelo programa *Roda Viva*, da *TV Cultura*.

Realizada com todos os candidatos (em datas diferentes), a entrevista com Enéas Carneiro foi ao ar no dia 22 de julho de 1994, sendo o penúltimo entrevistado (seguido de Lula, no mesmo dia)<sup>403</sup>. Ao início da entrevista, que contou com a participação de diversos jornalistas dos principais meios de comunicação, Enéas Carneiro apresenta-se calmo, sereno, de locução pausada e em tons amenos. Assim, é possível afirmar que o candidato do Prona persistia, tal qual em 1989, na estratégia de veiculação de uma dualidade de expressões não mutuamente excludentes

Ao Enéas incisivo, autoritário e intransigente disposto como contraste às demais candidaturas nas propagandas eleitorais (HGPE) e também nos debates entre presidenciáveis, anula-se (e complementa-se) mediante a amenidade daquele em diálogo com jornalistas. De certo modo, o *Enéas autoritário* seria destinado aos *culpados* (em especial aos seus adversários políticos), enquanto o *Enéas pacificador* seria o personagem transmitido aos comuns, embora mediado pelos jornalistas.

O *Enéas pacificador* remetaria aos iguais, o *homem comum*, condição da qual, na trama biográfica, ele mesmo emergira (e fora posto à margem) em razão de um desígnio. E, ao emergir da condição comum, o *Enéas pacificador* daria lugar à variação autoritária, liderança incontestável, intransigente e inevitável.

Além das figuras contrastantes embora complementares, talvez Enéas buscasse chamar a atenção do eleitorado em função dessa transição não gradual, dos gritos aos sussurros, sem interregno. No entanto, no decorrer da entrevista concedida em *Roda Vida*, Enéas passa a demonstrar insatisfação com as questões formuladas, especialmente aquelas estruturadas em torno de temas polêmicos e que questionavam o autoritarismo da legenda e de sua própria pessoa, fazendo com que o candidato do Prona transitasse rapidamente entre os dois personagens construídos. O *Enéas pacificador* foi breve; o *Enéas autoritário*, constante.

Realizada em julho de 1994, é possível que essa transformação tenha sido observada por diversos jornalistas (inclusive por Teodomiro Braga) e inspirado a polêmica travada durante o debate presidencial ocorrido no mês seguinte. Após responder pergunta sobre a autoridade do

---

403 As perguntas e respostas transcritas, assim como trecho da entrevista em vídeo com Enéas Carneiro encontra-se disponível no *site* do programa televisivo. Cf. Especial Eleições: Enéas e Lula (22/07/1994). *Memória Roda Vida*. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia\\_busca/698/entrevistados/especial\\_eleicoes\\_eneas\\_e\\_lula\\_1994.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/698/entrevistados/especial_eleicoes_eneas_e_lula_1994.htm)> (Acesso em 21 dez. 2014).

presidente nacional<sup>404</sup>, o candidato é questionado (pelo jornalista Fernando Mitre) acerca das aproximações entre o modelo proposto pelo Prona e o regime militar.

Enéas nega essa aproximação, embora evidenciasse lamentar mais os insucessos da ditadura que sua própria característica antidemocrática. Afirma, também, que o regime militar haveria, além de não compreender uma perspectiva educacional conservadora, cometido equívoco ao não proporcionar a liberdade de imprensa.

Não. Lamentavelmente, o regime militar esqueceu-se de uma coisa fundamental, que é a formação do cidadão, o investimento no homem. Segunda falha: o regime militar asfixiou a imprensa. E não existe, no Brasil, nenhum partido político que possa – não é só o partido que eu criei e que está hoje, graças a Deus, representado em quase todo o Brasil –, não, não há nenhum partido político que possa ir a todos os rincões e possa saber exatamente o que está se passando na intimidade do poder. Não há partido, nenhum. Então, a imprensa tem que ter liberdade para isso. E ela terá essa liberdade com a nossa chegada, sem dúvida, para fiscalizar aquilo que está sendo feito, pois, se aquilo que nós queremos fazer tem que ser para o bem da nação, imprensa tem que ter. Isso é uma coisa.<sup>405</sup>

Embora afirme a prerrogativa da liberdade de imprensa, Enéas Carneiro paradoxalmente objetivava um sistema de controle dos meios de comunicação, onde o Estado deveria intervir de modo a garantir a transmissão de valores conservadores. Isso consta em seu programa de governo, justamente naquele que é o núcleo do conservadorismo de seu projeto (a questão educacional). É na continuação ao trecho supracitado que Enéas abandona a tradição de diálogo, lançando-se à tônica autoritária, quase aos gritos.

Outra coisa é a absoluta falta de responsabilidade com que a imprensa se comporta atualmente. Por exemplo, cito de modo claro: na capa de uma revista aparecem as três figuras magnas do país – sua excelência, o presidente da República; sua excelência, o presidente do Congresso; sua excelência, o presidente do Supremo Tribunal Federal – vestidos como pessoas do sexo feminino em uma dança. A revista se chama “revista Veja”. Eu não entendo que lucro, que vantagem a nação tem com isso. Estou sendo sincero, com a mesma clareza com que falo sempre. Então, reparem: chamam-me de autoritário; eu digo: “não, eu quero ordem, quero respeito, quero liberdade de expressão”. Mas quero responsabilidade, também, e quero crer que não haja nenhum pai de família que goste de, às sete horas da noite, ligar um instrumento, um aparelho de televisão e ver na tela, expostas, nas de lascívia; de luxúria; de lubricidade; de sexo quase explícito; que deformam a personalidade e a formação de seus filhos! Eu não acredito que haja nenhum chefe de família lúcido que goste disso.<sup>406</sup>

---

404 Sobre a figura e função do Presidente, afirma Enéas: “[...] Se ele é o chefe, ele deve ter firmeza. Um presidente deve presidir – senão, não é presidente. Um presidente deve ser de fato e não só de direito. Nesse sentido, se o senhor me pergunta... Eu sou um homem de ordem, de autoridade, de respeito. Se o senhor me disser: "o senhor dialoga?" Sim, dialogo sempre. Eu ouço...Por exemplo, se os senhores disserem "o senhor tem um minuto", eu falo um minuto. Se os senhores disserem, eu obedeço as regras. E gosto que haja obediência à lei e à ordem. É assim que eu entendo uma nação civilizada.” (*Idem*).

405 *Idem*.

406 *Idem*.

A entrevista de Enéas apresenta algumas características que viriam a ser pronunciadas também nos debates. Em especial, as críticas a Lula, que seria inapto para a Presidência da República, do mesmo modo que Enéas vangloriar-se-ia de sua trajetória profissional e intelectual. É possível, inclusive, apreender melhor essa construção no discurso do candidato do Prona, observando a descrição de Lula por Enéas, assim como Enéas efetivaria a descrição de si mesmo. Lula seria fruto da máquina partidária do Partido dos Trabalhadores, enquanto Enéas Carneiro teria uma trajetória autêntica.

Descrição – Luiz Inácio Lula da Silva	Descrição – Enéas Ferreira Carneiro
<p>[...] o Partido dos Trabalhadores tem uma estrutura de pensamento tão forte, por que, na sua linha de frente para o cargo máximo da nação, apresentou uma pessoa - não tenho nada em particular com esse senhor -, uma pessoa sem preparo [...] Se eu não consigo entender que se lance a candidatura da República, não consigo entender é que haja um aplauso de um grupo a uma pessoa que nunca estudou, que se exprime com muita dificuldade em linguagem falada ou escrita e que, perdoe-me, fala do que ouve. Eu não conheço, nesse senhor, o candidato do PT, nada que, nesse período todo desde 1979, me tenha impressionado, no que concerne em alguma análise profunda de questões sérias. Eu nunca vi isso. Eu não sei como uma pessoa que nunca foi educada e nunca educou ninguém pode falar de educação. Eu não entendo. Agora, se o senhor diz que eu estou ofendendo, não estou ofendendo, estou fazendo um diagnóstico preciso.</p>	<p>Em 1989, eu era a mesma pessoa, tão preparada quanto sou hoje, os mesmos diplomas que eu tenho hoje. Nunca houve um órgão de comunicação—nunca, não, o senhor Jô Soares me chamou, me deu essa oportunidade. Mas ninguém se interessava, era uma pilhéria, eu era um motivo de jocosidade, era uma figura, para os senhores, histriônica. Estou falando em geral; pode até haver, no conjunto dos senhores, alguém que admitia que apreciava o que eu digo. Então, se há o preconceito, não é meu. O que é que deveria fazer a imprensa quando vê um médico que trabalhou a vida inteira, que ensinou a vida inteira, que formou jovens, que nunca chegou atrasado no seu curso, que deu exemplo de cidadania formando pessoas, que se dedicou sempre ao trabalho e não fazendo greves, estudando e trabalhando? Por que a imprensa não foi perguntar para mim o que eu pensava em 1989? Por que...</p>

Tabela 9 – “Lula” x “Enéas”<sup>407</sup>

Portanto, em contraposição ao candidato débil, e em tese fruto de uma estrutura partidária, haveria sua antítese (o *anti Lula*), alguém preparado e coerente com uma trajetória imaginada que iria torná-lo apto à presidência.

A entrevista contou, também, com alguns momentos conflitivos entre Enéas Carneiro e os jornalistas presentes na bancada. Assim como viria a ocorrer nos debates, a questão *neofascista* e o autoritarismo (ou suposto caráter *antidemocrático*) suscitaram confrontos. Uma novidade foi a polêmica envolvendo a visão de Enéas em relação à homossexualidade.

Quanto à acusação de *neofascismo*, é sintomático que, assim como no debate anteriormente analisado, Enéas não se posicionara de modo veemente contra a assertiva<sup>408</sup>. Ao responder à

407 *Idem*.

408 Na realidade, a pergunta formulada por Rui Xavier, discorre sobre a questão neofascista, embora o jornalista efetivamente questiona ao candidato o que haveria mudado entre o Enéas Carneiro de 1989 e 1994. Ainda assim, é esclarecedor que o candidato não objetive, naquele momento, em responder sobre algo que poderia

questão, acaba por criticar o trato da imprensa, sem pronunciar que o suposto caráter fascista seria obra de algum veículo de mídia.

Em relação à questão democrática/antidemocrática, trata-se do fato que Enéas viria a elogiar, em momentos distintos, Getúlio Vargas (“o senhor Getúlio Vargas era um homem preocupado com a nação, sem dúvida.”), Fidel Castro<sup>409</sup> e até o Imperador Meiji (“endireitou o Japão, preparou o Japão para ser a potência que é hoje, criou as bases”).

No entanto, a polêmica não foi efetivamente desenvolvida durante a entrevista (no sentido de interpelamento das afirmações do candidato), de modo que Enéas afirma que embora ditador, Vargas “depois foi eleito, o que provou que o povo ou queria ou desejava”. Nesse quesito, ainda que existisse um *flerte* antidemocrático, não é desenhado de modo definitivo, tampouco devidamente explorado pelos entrevistadores. De qualquer maneira, nota-se aquilo afirmado anteriormente: a *Era Vargas* haveria de ser compreendido como o principal referencial de ordem nacionalista e autoritária no Brasil, fosse por suas credenciais a serem absorvidas pelo Prona ou, então, o autoritarismo não tão candente na memória coletiva.

Já a questão dos homossexuais obteve maior impacto na entrevista, inclusive porque adicionaria um aspecto inexistente em *Um Grande Projeto Nacional*, isto é, um tema polêmico e não trabalhado. Perguntado sobre afirmações que Enéas Carneiro enunciava a homossexualidade como “um vício, uma perversão”, contrariando portanto as indicações da Organização Mundial da Saúde, Enéas é enfático ao afirmar que a generalização da homossexualidade representaria a extinção da espécie humana.

Mais do que isso, as afirmações de Enéas Carneiro sobre a homossexualidade marcam uma certa forma de conservadorismo que pretende exprimir uma cientificidade em contraposição a uma ordenação de estrato religioso. É um discurso homofóbico que tenciona ser menos moralista (e tradicionalista) que pretensamente científico e conservador. Associando os homossexuais aos trabalhos artísticos, assim, distantes de uma perspectiva de geração de produtos de bens e consumo, o preconceito de Enéas Carneiro é construído de modo a ser menos evidente, embora existente.

---

trazer ônus diversos à sua campanha. A pergunta foi a seguinte: “[...] E parece que passa essa impressão de que o senhor ficou uma pessoa mais dura, mais... Tem aqui até algumas reportagens que dizem... Tem um título aqui, que eu não vou conseguir localizar, que diz: “Chegou um neofascista”, “um novo neofascista”. Então, a minha pergunta para o senhor é a seguinte: O senhor mudou? O que é que houve com o senhor? Quer dizer, anteriormente, o senhor passava uma impressão mais simpática para... E, agora, está uma coisa mais dura, falando mais.” (*Idem*).

409 “Perguntaram-me quem eu admirava no exterior. Eu disse, pela personalidade forte, pela coragem de enfrentar o monstro – espere aí –, mas eu não disse, eu não sou socialista, deixo bem claro: eu defendo a livre iniciativa, eu defendo a economia de mercado. Então, eu não tenho como modelo o senhor Fidel Castro”. (*Idem*)

O homossexual é um ser humano como qualquer outro, um ser humano que merece respeito, que merece educação, merece hospital, tudo. Agora, uma coisa é ele existir como ser humano. Vou falar bem devagar, para não haver distorções! Outra coisa é ele ser apresentado como exemplo de comportamento sexual. Veja bem, ele pode ser exemplo como artista, um artista, um escultor, um pintor; agora, ele não pode, está errado quem disser isso, porque a sociedade, veja o senhor, é feita para se reproduzir. Não estou nem usando textos bíblicos, estou falando de ciência. O maior de todos os impulsos que existem no planeta é o da preservação da espécie – é maior até do que o da preservação do próprio indivíduo. Então, o homossexualismo, veja o senhor, ele não pode ser apresentado como uma terceira via, como um caminho natural! Não, o homossexualismo é, veja o senhor, um desvio. De que natureza é, há muita discussão, muita discussão. Quando o senhor citou a Organização Mundial de Saúde, eu conheço o que o senhor está dizendo. Há muita discussão, não há consenso. Mas uma coisa é clara: ser homossexual não é um exemplo, do ponto de vista de atividades...Vai ser dito exatamente isto que eu estou dizendo aqui, antes, durante e depois: vai ser tratado com todos os direitos a que um ser humano tem direito, mas não... Por exemplo, homossexuais casais: isso é um absurdo.<sup>410</sup>

Perguntado sobre a amplitude dessas proposições na organização partidária, Enéas é taxativo. Evoca, assim, a liderança incontestável, do mesmo modo como uma certa homogeneidade política nos altos quadros do partido.

Vai ser dito exatamente isto que eu estou dizendo aqui, antes, durante e depois: vai ser tratado com todos os direitos a que um ser humano tem direito, mas não... Por exemplo, homossexuais casais: isso é um absurdo [...] O nosso partido não aceita - escute. Os senhores todos têm todo o direito pensar contrariamente à gente, mas eu tenho posições definidas. Não estou procurando votos. Eu estou dizendo exatamente o que o nosso partido pensa: a ligação, o casamento, aceito como está ocorrendo de quando em quando... [...] o senhor está autorizado a interrogar, não as pessoas que gritam “meu nome é Enéas!”, mas os líderes, os nossos presidentes regionais. O senhor ouvirá essa resposta.<sup>411</sup>

Ao observar as declarações de Enéas Carneiro nos debates e entrevistas entre os presidenciáveis, constata-se um profundo descontentamento para com a imprensa. Mas qual seria esse procedimento? Para o candidato, seria algo iniciado em 1989, com especial atenção ao aspecto de fisionomia exótica, a configuração *nanica* da sigla e também em razão do apelo à ordem, disciplina e à autoridade. Dessa maneira, a imprensa seria um adversário em potencial, pois instrumento de desestruturação nacional, fosse na suposta tentativa de conter a candidatura do Prona (e apoiar o *candidato do sistema*) ou na difusão dos valores perniciosos à moral conservadora dos líderes do partido.

### 3.2.3 A cobertura da imprensa

---

410 *Idem.*

411 *Idem.*

Ao abordar a cobertura da grande imprensa brasileira (em especial os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, em razão da distribuição em amplitude nacional) é possível constatar que além da cobertura do processo eleitoral (agenda do candidato, temas trazidos ao HGPE), havia a preocupação em compreender o crescimento do Prona e Enéas Carneiro nas pesquisas eleitorais.

Em contraste ao candidato-caricatura, meramente exótico, que dispunha de somente quinze segundos em 1989, havia uma figura de impacto e ressonância eleitoral. *Quem era Enéas? O que ele representava? Qual o perigo de sua candidatura?* Foram essas as indagações que aparentemente nortearam a conduta da grande imprensa. É possível notar, também, que a cobertura da mídia sobre a candidatura do Prona haverá de crescer com a iminência do processo eleitoral.

Para fins de análise, é privilegiada a cobertura jornalística que dispunha do avanço da candidatura de Enéas Carneiro em termos de um *neofascismo*. Isso se dá por duas razões. Em primeira instância, essa é a perspectiva hegemônica da grande imprensa. Além disso, essa percepção do Prona como uma legenda de natureza fascista (ou neofascista) será reproduzida, em diversas intensidades, pela bibliografia (em especial a historiográfica) que se dedica ao tema.

Na imprensa, o contraste a essa percepção majoritária será realizado apenas pela imprensa ideologicamente afeita à candidatura do Prona (conforme observado anteriormente em *Ombro a Ombro*), ou então por meio de dois artigos de opinião reproduzidos no jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, ambos redigidos por Geraldo Luís Lino, diretor do Movimento de Solidariedade Ibero Americana (MSIa)<sup>412</sup>.

O primeiro deles, intitulado “Enéas e Alexander”<sup>413</sup> trata da comemoração do fato de Enéas Carneiro ter citado, durante o debate na sede da Associação Brasileira de Imprensa (RJ), o economista Alexander Hamilton, primeiro-secretário do tesouro dos Estados Unidos. Seria, assim, um elogio às críticas de Enéas Carneiro ao sistema financeiro internacional. Sendo Hamilton um defensor da intervenção do Estado na economia, o chefe do MSIa regozija a iniciativa de Enéas - “é alvissareira e bem vinda a presença de Alexander Hamilton no processo eleitoral brasileiro”.

O segundo, é o texto “Quem tem medo da popularidade de Enéas?”<sup>414</sup>. Publicado na edição

---

412 O MSIa será analisado especificamente no quarto capítulo, pois trata-se do processo de articulação do Prona com as organizações ideologicamente capitaneadas pelo *think tank* Lyndon LaRouche Jr.

413 LINO, Geraldo Luís. Enéas e Alexander. *Tribuna da Imprensa*, 01/09/1994, p. 04.

414 LINO, Geraldo Luís. Quem tem medo da popularidade de Enéas?. *Tribuna da Imprensa*, 01-02/10/1994, p. 04.



de 01 e 02 de outubro, portanto na véspera da eleição, de modo que vem a ser uma declaração de voto, assim como manifestação de descontentamento com as acusações que classificavam Enéas com deboche (*macaco Tião*), assim como “subfascista”, “fascista”, “neonazista”, etc. Para o autor, Enéas Carneiro não poderia ser um *fascista*, pois contrário ao grande capital financeiro (dessa maneira, entende o autor que A. Hitler e B. Mussolini foram agentes de capital internacional).

O voto em Enéas seria, dessa maneira, a manifestação da rejeição à política praticada no país. Os textos de G. Lino eram artigos de opinião, de modo que o *Tribuna da Imprensa* reproduziu a percepção majoritária ao tratar a votação de Enéas como voto de protesto em perspectiva “apolítica”.

Em 14 de outubro, por exemplo, o periódico denomina o relativo sucesso de Enéas como “votação cacareco”<sup>415</sup>, em alusão ao fenômeno do “Macaco Tião” e “Rinoceronte Cacareco”<sup>416</sup>. Em suma, a votação obtida pelo Prona seria similar à anulação do voto pelo eleitorado descontente. No entanto, antes da percepção sobre a votação de Enéas e Gama e Silva, há a questão sobre a percepção da imprensa sobre o crescimento do candidato nas pesquisas.

A associação do Prona com setores da extrema-direita brasileira não era mero casuísmo. Essa relação já havia sido notada pela imprensa no início do processo eleitoral. Em 30 de junho de 1994, o jornal *O Estado de São Paulo* divulgou reportagem especial sobre os *skinheads* no Brasil, especificamente os *Carecas*.

Em entrevista realizada com o que seria um integrante do grupo “*Skinhead Brasil*”, é possível observar que parte desse grupo afeiçoara-se por Enéas Carneiro (e não pelo Prona). Em razão de sua posição marginal no campo político-institucional, assim como a crítica aos partidos políticos e defesa de uma ordem nacionalista e conservadora, afirma-se o apoio ao candidato do Prona.

A gente normalmente não apoia ninguém, nem pessoas, nem partidos. Há pessoas íntegras em qualquer partido, mas os partidos como organização são mentirosos,

---

415 Votação cacareco. *Tribuna da Imprensa*, 14/10/1994, p. 02.

416 Em 1959, como forma de protesto a população eleitoral de São Paulo votou maciçamente no rinoceronte *Cacareco*, animal do Zoológico da cidade. Se os votos não tivessem sido anulados, *Cacareco* seria membro de Câmara Municipal da cidade. - cf. ENTINI, Carlos Eduardo. O lançamento da candidatura de Cacareco. *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,o-lancamento-da-candidatura-de-cacareco,8948,0.htm>> (Acesso em 17 mar. 2014). Fenômeno semelhante ocorreu no Rio de Janeiro em 1988, quando “eleito” o “vereador” Macaco Tião, no Rio de Janeiro (cf. SCARPA, Guilherme. Macaco Tião, fenômeno nas eleições de 1988, ganha documentário. *O Globo*. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/macaco-tiao-fenomeno-nas-eleicoes-de-1988-ganha-documentario-549422.html>> (Acesso em 17 mar. 2014).

nojentos. Os de extrema-direita tentam usar a força do movimento *skinhead* em benefício próprio. Este ano, nós da facção *Skinhead Brasil* resolvemos apoiar o Enéas pra presidente. Nunca falamos com ele, mas é o único que assume o nacionalismo. Ele defende a nação, o resto, o partido.<sup>417</sup>

Observa-se, também, que os integrantes da referida gangue se assemelham discursivamente ao Prona no sentido da negação da classificação do grupo em torno da dualidade esquerda-direita. O nacionalismo, então, mais que ponto de flexão entre as tendências da direita brasileira, constitui um campo acima da própria distinção, a etapa superior da via política. Se o Prona seria um “partido não partido”, a noção de nacionalismo coincidiria em uma espécie de “política não política”, campo dos autênticos valores e anseios da nacionalidade.

Assim, desde os momentos iniciais da campanha presidencial, Enéas Carneiro era tratado como uma reminiscência nazista (ou simplesmente fascista) na imprensa de amplitude nacional. No dia 27 de agosto de 1994, o jornal *O Globo* viria a publicar uma charge em que explicita a relação Enéas → Nazismo, utilizando, para tal, a representação dos trejeitos firmes de Enéas ao se expressar, assim como a feição típica do candidato ao entoar o próprio nome. A ação política de Enéas Carneiro despertaria, dessa maneira, um movimento nazista na sociedade brasileira. O voto em Enéas levaria *pari passu* ao “renascer da besta”.



Figura 8 –“Meu nome é Enéas!” (Aroeira)<sup>418</sup>

417 VALE, Israel do. Carecas driblam nazismo com futebol e reggae. *O Estado de São Paulo* (Caderno Zap!), 30/06/1994, p. G6.

418 AROEIRA. “Meu nome é Enéas!”. *O Globo*, 27/08/1994. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/o-globo-nove-decadas-olhando-para-futuro-1-16977379#>> (Acesso em

É, também, por meio da imprensa, que são noticiados apoios não reconhecidos oficialmente, de organizações da extrema-direita, ao Prona. Em 30 de agosto de 1994, o jornal *Folha de São Paulo* noticiaria a suposta adesão de Armando Zanini Júnior, presidente do efêmero (e não oficializado) PNRB (Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro). Na reportagem, intitulada “Admirador de Hitler decide apoiar Enéas”<sup>419</sup>, o presidente do PNRB afirma que os cerca de um milhar de seus simpatizantes votariam no Prona.

Ao que pese a questão que o próprio texto esclarece que o apoio não seria oficial, inclusive com a dispensa por parte de Hélio Codeceira (assessor do presidente do Prona), o ocorrido deve ser contextualizado. É sintomático que, mesmo sem o caráter oficial, ocorra essa verbalização de uma suposta aproximação. Pois, dentro de um universo dos presidencialistas, o PNRB haveria de enxergar alguma similaridade com Enéas. E, mais uma vez, o candidato do Prona é disposto como “o único candidato nacionalista”.

Em contrapartida, o fato da imprensa divulgar um apoio não oficial deve ser melhor compreendido. Se por um lado poderia ser uma denúncia do *perigo neofascista* ou da ligação do Prona com organizações extremistas, é necessário observar a trajetória do chefe do PNRB<sup>420</sup>. Entre os anos 1980 e 1990, Armando Zanini foi o responsável pela tentativa de criação do *Partido Nacional Socialista Brasileiro*, também não oficializado. Participou, também, nas polêmicas envolvendo a Revisão Editora (de Siegfried Castan) e a negação do holocausto judaico. O seu antissemitismo (enunciadamente “antissionismo” como método de dissuasão) foi um dos fatores circunstanciais para a ilegalidade política.

Portanto, o apoio do PNRB / Zanini ao Prona deve ser visto, então, não apenas a partir do fato mais óbvio, qual fosse uma questão de proximidade ideológica entre o radicalismo e extremismo de direita, mas também como estratégia de veiculação política, visualizando aproveitamento político junto ao crescimento exponencial da candidatura do Prona. De qualquer modo, veio a corroborar a impressão predominante na mídia.

Assim, com o crescimento da alternativa à direita em Enéas Carneiro/Gama e Silva, os jornais (e os articulistas) passam a inquirir uma crítica efetiva à candidatura do Prona. No

---

10 jul. 2014).

Cumprе ressaltar que, no caso da representação específica, ela foi *atualizada* recentemente pelo autor, retirando a face de Enéas Carneiro e adicionando o rosto do parlamentar Jair Messias Bolsonaro, referência atual para a direita radical brasileira. Cf. <<https://tebloga.files.wordpress.com/2011/06/aroeria7.jpg>> e <<http://3.bp.blogspot.com/-0Zd1BgGQ4nI/VIzODNi0W0I/AAAAAAAAAI24/K9aXnKWik2c/s1600/NaziBolsonaro.jpg>>.

419 MACK, Eduardo. Admirador de Hitler decide apoiar Enéas. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/30/caderno\\_especial/19.html](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/30/caderno_especial/19.html)> (Acesso 17 abr. 2015).

420 Cf. LOPES, Luiz Roberto. *Do terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992.

texto “O fascismo anda solto pelas ruas de Curitiba”<sup>421</sup> (*O Estado de São Paulo*, 13 de setembro de 1994), José Castello traça o paralelo entre as inscrições realizadas no material de campanha do candidato (governo/PR) Jaime Lerner, de origem judaica, à candidatura do Prona. O fato de ocorrer inscrições com as expressões “judeu”, “anticristo” e “666” seria, para Castello, indício do fascismo na sociedade brasileira.

Além dessas inscrições, o fascismo brasileiro residiria na candidatura de Enéas Carneiro, nos agrupamentos *skinheads*, no “fanatismo religioso”, na candidatura do General Newton Cruz ao governo do Rio de Janeiro, no assassinato de homossexuais, “nos surtos anarquistas das galeras funks das periferias urbanas”, na violência nos estádios, etc. Seria, então, nessa perspectiva, a miríade nada definida à qual se referiria James Gregor<sup>422</sup>, algo pouco preciso e que poderia cobrir as mais diversas expressões humanas.

Já em “A nova direita vocífera: ‘meu nome é Enéas!’”<sup>423</sup> (*Jornal do Brasil*, 18/09/1994), a partir de entrevistas realizadas com cientistas políticos, sociólogos e eleitores do Prona, os autores (Mônica Dallari e Jorgemar Felix) afirmam que parcela dos votos do Prona viria de saudosistas do regime militar, assim como de organizações da extrema-direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Embora René Dreifuss afirme, na entrevista, que o discurso de Enéas poderia assemelhar-se a um discurso nazista, não atribui-se a condição fascista (tampouco nazista) à candidatura, mas sim uma semelhança. No entanto, a reportagem contempla não somente o texto, mas uma representação iconográfica que dá sentido e compõe a totalidade do texto.

---

421 CASTELLO, José. Fascismo anda solto pelas ruas de Curitiba. *O Estado de São Paulo*, 13/09/1994, p. D7.

422 GREGOR, Anthony James. *The search for Neofascism: the use and abuse of social science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

423 DALLARI, Mônica & FELIX, Jorge. A nova direita vocífera: “Meu nome é Enéas!”. *Jornal do Brasil*, 18/09/1994, p. 43.



"A liberdade absoluta leva a um verdadeiro massacre dos mais fracos pelos mais fortes"

Enéas Carneiro

## A nova direita vocifera: "Meu nome é Enéas"

■ Eleitor do Prona tem saudades da ditadura e ódio dos parlamentares

MÔNICA DALLARI E JORGEMAR FELIX

SÃO PAULO — O candidato do Prona à Presidência da República, Enéas Ferreira Carneiro, há cerca de dois meses, revoltado com o modo folclórico com que era tratado pela imprensa, fez um pedido aos repórteres: "Quero ser levado a sério." A última pesquisa do Vox Populi prova que Enéas foi atendido. Apesar de sempre ser considerado um candidato numérico e excêntrico, uma espécie de encarnação do voto caçareco — nome do rinoceronte do zoológico de São Paulo que recebeu centenas de milhares de votos nas eleições proporcionais de 1974 —, Enéas surge com força eleitoral suficiente para definir a realização do segundo turno. De repente, o PT passou a torcer por ele e os tucanos discutem sua ascensão com a maior seriedade.

Empatado com Leonel Brizola (PDT) e Orestes Quercia (PMDB), Enéas, com 4%, é o único com tendência de crescimento e, em uma semana, segundo o diretor do Vox Populi, Marcos Coimbra, deve atingir o terceiro lugar, provocando o segundo turno entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fer-

Instituto Vox Populi. Em agosto, antes de começar o programa eleitoral na televisão, Enéas nunca era citado nas pesquisas qualitativas — discussões sobre temas com grupos de 10 eleitores. "Havia uma total indiferença", relata Coimbra. Na melhor das hipóteses, Enéas aparecia como "o mais chato". A partir da segunda quinzena de agosto, o candidato do Prona começou a ser citado por um ou dois eleitores do grupo. Provocava risos de galhofa. No início deste mês, Enéas passou a ser considerado por, no mínimo, dois eleitores. Os risos de galhofa, quando aparecem, são encubalulados.

O eleitor de Enéas sempre tem três argumentos básicos para justificar seu voto. O primeiro é o preparo e a inteligência, amplamente propagados pelo candidato. Nesse ponto é que convergem as opiniões dos eleitores do candidato do Prona e de Fernando Henrique. Apesar de o ex-ministro ser considerado preparado para o cargo, Enéas tem vantagem quando a qualidade em discussão é a inteligência.

**Pena** — O segundo motivo é o fato de ele ter cumprido a promessa, feita em 1989, de nunca ser candidato a outro cargo, marcando o posicionamento antipolítico profissional. Por último, há sentimento de pena por Enéas ter pou-

da ativa", tranquiliza Saint-Pierre.

No entanto, há espaço político para o crescimento de Enéas. Autor dos best-sellers *1964 — a conquista do estado* e *O jogo da direita*, René Dreifuss analisa o candidato do Prona dentro da onda de propagação das ideias nacionalistas, fascistas e autoritárias da Europa. "Entre as décadas de 20 e 30 e de 80 e 90, os políticos se projetaram captando a insatisfação e a rejeição às propostas social-democratas, comunistas e socialistas, se colocando como paladinos desses grupos que queriam ajustes", observa. "Se fecharmos os olhos para ouvi-los, encontraremos semelhança com alguns discursos feitos em alemão na década de 30", compara.

Segundo o cientista político, há um ambiente propício no país para partidos de tendência de direita. "Enéas é o único candidato com discurso ideológico." Por que o candidato do PPR, Esperidião Amin, tradicional político dos extintos Arena e PDS, não ocupou esse espaço? "Ele faz parte da estrutura política, tem uma oscilação ideológica e pragmática, que muitas vezes frustra a expectativa da direita", responde Dreifuss. Os eleitores e políticos do Prona rejeitam o rótulo de nova direita e qualquer comparação com os neofascistas ou

### TEORIAS 'NANICAS'

#### Ordem e Estado

"Todo poder existe para ser efetivamente exercido"  
"A desordem tornou-se a regra no país."  
"O país está à beira do caos"

"O Estado que nós preconizamos é forte, técnico e intervencionista"

#### Educação

"Acabaram com tudo! E o fizeram de propósito, para conduzir nosso povo, tal como uma manada de búfalos, para um verdadeiro precipício"

#### A formação de valores

"A televisão dissemina uma ideia falsa, de que os valores éticos não existem mais"

#### Liberdade

"A liberdade absoluta leva a um verdadeiro massacre"

Figura 9 – Enéas nazifascista

É evidente, assim, que embora o conteúdo escrito da matéria não afirme peremptoriamente que Enéas Carneiro seria um *nazifascista*, a imagem contradiz (ou complementa) o que o texto busca informar. Enéas, bastante diferente ao qual fora retratado na charge publicada por *Placar* em 1989 (cap. 1), é representado aos gritos, com a braçadeira de matriz nacional-socialista e uma provável saudação romana (própria de diversos movimentos fascistas), compõe o título do texto que, conforme informa, não dialoga, não apresenta. Apenas vocifera.

A medida da representação de Enéas Carneiro é também significativa. Com a dimensão de quase uma página do jornal, a peça gráfica não serve somente como ilustração, mas como fio condutor para o leitor. À esquerda, a imagem de Enéas induz a leitura; no centro, o texto dispõe os argumentos. Ao lado direito, uma pequena caixa informa as "teorias nanicas" do candidato (provavelmente determinados trechos de campanha no HGPE). Há, portanto, a encenação de uma contraposição entre o "gigante" em representação e o "diminuto" na essência. O grito de Enéas esconderia uma condição fascista que os trechos dispostos evidenciariam.

Em 30 de setembro de 1994, o *Jornal do Brasil* veicularia um texto (sem autoria definida), caracterizando Enéas entre o fascista e o candidato do deboche político. Denominando Enéas de Rinoceronte (em alusão ao fenômeno do *Cacareco*), é descrito como “o candidato do pequeno burguês autoritário. O negativista indignado com as incertezas e indeterminações inerentes a um regime aberto. O homem oco e perplexo face ao inédito. O anticandidato da democracia [...] Enéas é um bufão patético [...] Votar em Enéas é votar em ninguém”<sup>424</sup>.

No dia 01 de novembro de 1994, dois dias antes das eleições, o *Jornal do Brasil* volta a reproduzir uma charge de Enéas Carneiro. Autoria do artista “Ique”, a charge é reproduzida à página 02 da edição, local habitual das charges políticas. Conforme é possível perceber, a representação parte do mesmo princípio de entendimento de Enéas Carneiro como um candidato de fundamentação fascista, em sua variação mais radical, qual fosse o nazismo.

Há, na representação gráfica, a contraposição entre o biótipo franzino do candidato à sua opulente barba. E é justamente a partir dos pelos faciais, característica marcante do líder do Prona, que emerge o símbolo da suástica nacional-socialista. O braço direito do candidato, em largas dimensões, cumpre o objetivo de evidenciar a filiação política. Assim, a expressão nazista contradiz à impressão de uma figura esquelética, que poderia soar pacata.



Figura 10 – Enéas Nazista<sup>425</sup>

424 Meu nome é Rinoceronte. *Jornal do Brasil*. 30/09/1994, p. 10.

425 *Jornal do Brasil*, 01/10/1994, p. 02.

Já a edição do dia 03 de novembro (data da eleição) de *O Estado de São Paulo*, traz a figura de Enéas Carneiro por sobre uma zebra. A composição da matéria traz, em si, os demais candidatos dispostos em um carrossel. A zebra de Enéas é figura ausente da composição coletiva, o que pode ser entendido como a peça ausente do enredo habitual. Mais que isso, o fato da representação utilizar o animal específico, intenta em demonstrar certa perplexidade ou surpresa na presença do candidato do Prona em terceiro colocado nas pesquisas. Adiciona-se, ainda, o fato que Enéas é representado montado em posição invertida sobre o animal, compreendendo, assim, a valoração da regressividade de suas ideais e valores.

Contudo, ao contrário das representações transmitidas pelo *Jornal do Brasil*, o periódico editado em São Paulo não insiste na relação Enéas → fascismo. Mais que mera escolha de ordem estética e artística, convém ressaltar que Enéas Carneiro residia na cidade do Rio de Janeiro, assim como grande parte da liderança partidária. Isso demonstra que, guardadas as possíveis diversidades de linhagem editorial constituintes dos próprios periódicos, haveria alguma espécie de desconforto do jornal carioca com a proeminência de um discurso radical de direita em seu espaço cativo. Dessa maneira, o periódico paulista prefere por insistir (e denominar) no “jeito histriônico e niilista” de Enéas Carneiro, não uma efetiva ameaça, mas uma surpresa desagradável.



Figura 11 – *Enéas e Zebra*<sup>426</sup>

426 *O Estado de São Paulo*, 03/11/1994, p. A24.

Se por um lado as reportagens que caracterizavam Enéas Carneiro como um líder do neofascismo brasileiro despertavam inquietação no candidato, em outro sentido eram utilizadas na reprodução de seu discurso antissistêmico: *contra tudo isso que aí está*.

É possível que não lhe causava grandes preocupações em ser, conforme sugeriria José Casado (*O Estado de São Paulo*, 23/11/1994)<sup>427</sup>, alguma espécie de versão brasileira do francês Jean Marie Le Pen (Front National) ou de Umberto Bossi (fundador da Lega Nord italiana), líderes proeminentes da direita radical europeia. Em certo sentido, a acusação viria a corroborar a tese que o candidato do Prona era *perseguido* pela originalidade e integridade seus ideais, não por uma possível perniciosidade à democracia.

De fato, a única tentativa de contrapor às críticas formuladas pela grande imprensa, ocorreu quando Enéas solicitou direito de resposta ao programa de Jô Soares (que o havia entrevistado em 1989). Em entrevista realizada (13/09/1994) com o jornalista Alexandre Machado, o jornalista teria afirmado que Enéas era nazista. Enéas, então, solicitou direito de resposta, e teve o pedido acatado pela direção do programa. No dia 27 de setembro, foi entrevistado por Jô Soares, que o havia defendido da acusação de nazismo, embora afirmasse que Enéas tivesse um aspecto “fascistoide”.

Em sua defesa, Enéas afirmou que não haveria como ser nazista, visto que era *mestiço* e, na direção do Prona (que não discriminaria racialmente) seria possível encontrar negros e judeus. De igual maneira, a acusação de fascismo seria, para Enéas, reação ao medo da verdade que o Prona exprimiria – a verdade em questão seria a denúncia da Comissão Trilateral.

A lógica conspiracionista opera, nesse sentido, além de elemento do engendrar da prática política do partido, como espécie de válvula de escape. A fortuna do Prona residiria na denúncia da conspiração, assim como os supostos adversários agiriam determinados por essa mesma conspiração. É, como afirmado anteriormente, uma capacidade das teorias da conspiração – ela pode ser esticada à totalidade da sociedade, sem que isso gere uma deformação de sua forma ou lógica interna. Mais que isso, ao sobrepor a totalidade, a conspiração passa a ter, aos olhos dos adeptos, condição de verossimilhança.

Adiante, Enéas se pergunta: “Todo indivíduo que lute pelo seu país é fascista?”. Mas o que diferiria o Prona do fascismo? Para Enéas, a condição definitiva do fascismo seria, por excelência, o caráter imperialista (“nós não somos imperialistas. Não queremos invadir nenhum país. Está em nosso programa”). A entrevista, contudo, caminha para a questão

---

427 CASADO, José. O fascismo está aí, de novo. *O Estado de São Paulo*, 23/11/1994, p. 02.



ditadura e democracia, de modo que Enéas Carneiro mais uma vez de elogia Getúlio Vargas, afirmando que embora de “personalidade forte” (em contraposição ao termo ditador utilizado pelo entrevistador), Vargas depois haveria sido eleito democraticamente.

Ao retornar à questão do fascismo, afirmando que a imprensa deveria divulgar a condição de potência nacional em razão dos minérios no subsolo, sob tons amenos e conciliatórios, Enéas afirma:

Isso aí é nacionalismo. A gente tem que mostrar para o nosso povo que ele é um povo rico. Falta apenas a vontade de acertar. Isto é que é... Lutar por essa soberania nacional e não nos mantermos de joelhos lá fora e que, ao meu ver, é nacionalismo. Eu não posso confundir isso com o fascismo. Querer que volta a existir autoridade [...] querer que exista ordem e respeito é ser fascista? Aí, sim. Se, querer que exista esse tripé – autoridade, ordem e respeito, se dizer que isso é ser fascista, aí eu aceito o epíteto. Aí não se discute mais. Agora, querer dizer que nós somos imperialistas, que o Prona quer invadir, que o Prona quer submeter a população a um regime totalitário? Eu nunca disse isso, isso não é verdade...<sup>428</sup>

Esse poderia ser o núcleo da cobertura da imprensa sobre Enéas – a acusação de fascista, nazista, neofascista (enfim, o reviver de um certo extremismo de direita). No entanto, às vésperas da eleição, o discurso de Enéas e os elementos políticos do Prona foram preteridos à divulgação da denúncia que, doravante o discurso conservador, moralista e moralizante, o candidato não cumpria as prerrogativas em um de seus locais de trabalho.

Em 1990, Enéas havia sido posto em disponibilidade pelo Hospital do Câncer, no Rio de Janeiro, por excesso de faltas. Dois anos depois, havia recebido uma licença sem vencimentos. Em 1994, favorecido pela legislação eleitoral, teria garantido direito à licença com vencimentos<sup>429</sup>.

Interpelado pela imprensa, Enéas diria que haveria um “acordo de cavalheiros” que fez com que não tivesse de ir ao hospital todos dias<sup>430</sup>. Por meio de matéria no jornal *O Globo*, sugeriu-se que Enéas teria solicitado licenças por razões de tratamento psicológico (pergunta sobre a questão, Enéas não respondeu<sup>431</sup>). Após as eleições e o fim do período de licença remunerada, Enéas pediu demissão do Hospital do Câncer<sup>432</sup>.

---

428 Enéas exercendo direito de resposta. Disponível em: <<https://youtu.be/8yKtVDalPcQ>> (Acesso 19 dez. 2015).

429 OTÁVIO, Chico. Enéas recebe salário de hospital sem trabalhar. *O Estado de São Paulo*, 29/09/1994, p. A7.

430 Enéas admite que recebe sem trabalhar. *O Estado de São Paulo*, 30/09/1994, p. A9.

431 (“Antes o senhor não pedira licença, por motivos psicológicos, para ir para São Paulo? [Enéas] Em São Paulo dou aulas desde 83. É outra atividade”). Cf. MAIA, Mônica Torres. Seu nome é Enéas, um gazeteiro assumido. *O Globo*, 29/09/1994, p. 08.

432 GUILHERMINO, Luiz. Enéas pede demissão do Hospital do Câncer. *O Estado de São Paulo*, 22/10/1994, p. A6.

Foi, assim, chamado de “gazeteiro”<sup>433</sup>. No último dia de HGPE, Enéas repercutiu a questão, novamente trazendo o teor de fundo conspiracionista (“Políticos e jornalistas agora tremem de medo e caluniam-me porque sabem que eu sou o único que pode mudar o país. Vamos mostrar a esses patifes que chegou a nossa vez”<sup>434</sup>), embora sem citar a razão de tal afirmação.

*Neofascista, gazeteiro, e por fim, louco*<sup>435</sup>. Cabíveis ou não, ao fim da cobertura da imprensa sobre o processo eleitoral, não faltavam termos a deslegitimar a candidatura de Enéas Carneiro. A cobertura de grande parte da imprensa majoritária buscou, assim, o caminho da adjetivação. Não a toa o termo fascista não aparece com um sentido ou noção definido, tampouco conceito.

Enéas seria, assim, um perfeito alienígena político. Menos um produto e representante de parcela sociedade, mais um intento político descolado da realidade. O desconhecimento (ou desinteresse) da imprensa parece ter sido tamanho que, em questionário sobre o nome do Partido, a alternativa apresentada como correta contia erro de grafia e, conforme analisado anteriormente, sentido da sigla.<sup>436</sup>

São, portanto, dois os discursos complementares da imprensa. O primeiro, compreende Enéas como uma ameaça da extrema-direita à democracia. O segundo, seria a demonstração do descontentamento do eleitorado à representação política disponível. Embora possam parecer condições opostas, elas se complementam. No início, Enéas é o neofascista brasileiro. Devidamente *denunciado*, a persistência do eleitorado em votar 56 (o número de registro do Prona) é visto não como um *eleitorado neofascista* cativo, mas um *eleitorado descontente*.

O candidato persistiria sendo neofascista, mas o seu eleitorado, não. Logo, a popularidade de Enéas Carneiro seria decorrência de seu apelo estético, aparência exótica, entre outros fatores. Isso auxilia, então, a observarmos a reprodução daquilo abordado no primeiro capítulo – as reminiscências do passado autoritário não foram devidamente trabalhadas pela sociedade brasileira.

Cria-se, assim, um mito de um consenso de uma sociedade majoritariamente democrática, aberta ao diálogo, respeitosa às diferenças e aos métodos de reparação social. A curva que Enéas Carneiro impõe é tomada como um desvio de padrão ou, mais que isso, um protesto

---

433 Em terceiro, o gazeteiro Enéas. *O Estado de São Paulo*, 02/10/1994, p. A28.

434 Retrospectivas marcam despedida eletrônica. *Jornal do Brasil*, 01/10/1994, p. 8.

435 RABINOVICI, Moisés. Enéas se julga eleito e diz que não é louco. *O Estado de São Paulo*, p. 18/09/1994, p. A22.

436 “O que quer dizer a sigla Prona, partido do candidato Enéas Carneiro? a) Partido da Ressurreição da Ontologia Nacional, b) Partido da Reedificação da Ordem Nacional, c) Partido Reformador da Ontologia Nativa, d) Proposta de Reconstrução da Ordem Nacional, e) Paineil Revolucionário da Ortografia Nacional”. (grifo do autor). Cf. Teste seus conhecimentos sobre a eleição. *O Estado de São Paulo*, 14/08/1994, p. 36.

meticulosamente articulado. Embora a imprensa compreenda uma parcela do eleitorado de Enéas com carga ideológica (integralistas, neonazistas, *skinheads*, militares, ex-membros do CCC), a percepção final é que Enéas é um produto antimidiático, uma galhofa política.

### **3.2.4 Resultados Eleitorais**

Em 03 de novembro de 1994, mais de quatro milhões de pessoas votaram em Enéas Carneiro. Exatos 4.670.894, ou 7,38% dos votos válidos. Fernando Henrique Cardoso foi eleito com 54,28% dos votos, seguido de Lula (27,04%).

Conforme é possível averiguar na tabela a seguir, a maior votação obtida por Enéas foi no estado de São Paulo (maior colégio eleitoral do país). Proporcionalmente, obteve maior votação no estado do Rio de Janeiro, seu colégio eleitoral. Nos estados em que esteve à terceira colocação, Enéas veio abaixo de FHC e Lula. Nos demais estados, foi precedido pelo candidato do PMDB (Orestes Quécia).

A exceção à regra foi o Rio Grande do Sul, onde Enéas veio após Leonel Brizola (Lula, FHC, Brizola, Enéas). Em Santa Catarina, Enéas teve a pior classificação – estando em quinto colocado, atrás de FHC, Lula, Quécia e o catarinense Esperidião Amin. A pior percentagem de votos válidos computados foi no estado do Piauí, com 2,93%.

UF	Votação	Válidos	Classificação
Acre	12636	7,57%	4º
Alagoas	31131	4,52%	3º
Amazonas	59444	8,57%	3º
Amapá	11727	9,07%	3º
Bahia	164451	4,42%	4º
Ceará	74382	3,00%	4º
Distrito Federal	79237	9,73%	3º
Espírito Santo	79532	6,68%	3º
Goiás	93314	5,37%	4º
Maranhão	72687	5,76%	3º
Minas Gerais	478926	6,84%	3º
Mato Grosso do Sul	49527	6,15%	3º
Mato Grosso	40304	5,22%	3º
Pará	115955	7,81%	3º
Paraíba	44088	3,65%	4º
Paraná	256071	6,49%	3º
Pernambuco	99061	3,86%	3º
Piauí	27083	2,93%	4º
Rio de Janeiro	767702	<b>11,67%</b>	3º
Rio Grande do Norte	41383	4,39%	3º
Rio Grande do Sul	450153	9,36%	4º
Rondônia	25811	6,30%	3º
Roraima	7313	8,63%	3º
Santa Catarina	162721	6,85%	5º
Sergipe	32999	5,77%	4º
São Paulo	<b>1380690</b>	8,87%	3º
Tocantins	12566	3,64%	4º

Tabela 10 – Votação (Enéas Carneiro)<sup>437</sup>

A estrutura da candidatura girava em torno de uma prática personalista e de culto a Enéas Carneiro. Não à toa, mais que “Meu nome é Enéas!”, tornou-se um lema afirmar que “Nosso nome é Enéas!”. Se por um lado isso pode ter auxiliado ao relativo sucesso do candidato, em contrapartida alijou possíveis candidaturas na agremiação.

Em concordância com os dados dispostos a seguir, os fracos resultados obtidos pelos candidatos aos governos estaduais (e distrital) do Prona demonstram que os votantes aderiram à candidatura de Enéas, mas não do partido. Ou, então, perceberam que o Prona era Enéas, e vice-versa. De qualquer modo, o *feito Enéas* não gerou um *feito Prona*.

437 Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. (cf. <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994>) [grifos do autor].

UF	Nome	Votos	Percentual (clasif.)
Acre	Duarte José do Couto Neto	2077	1,23% (último)
Alagoas			
Amazonas			
Amapá			
Bahia			
Ceará	José Evaldo Costa Lins	26819	1,08% (último)
Distrito Federal	Ildeu Alves de Araujo	9457	1,23% (4º/5)
Espirito Santo			
Goias			
Maranhão			
Minas Gerais	Cleuber Cunha Dalseco	70329	1,17% (6º/8)
Mato Grosso do Sul	Rita de Cassia Gomes Lima	21773	2,98% (última)
Mato Grosso			
Pará	Everaldo da Silva Araujo	30208	2,45% (último)
Paraíba			
Paraná	Jaime Schmitt Kreuzsch	20222	0,54% (5º/7)
Pernambuco			
Piauí			
Rio de Janeiro	Paulo Roberto de Mello Santoro	103570	1,68% (6º/8)
Rio Grande do Norte			
Rio Grande do Sul	Irapuan Teixeira	48576	1,08% (6º/7)
Rondônia	Edgard Manoel Azevedo	5343	1,42% (último)
Roraima			
Santa Catarina			
Sergipe			
São Paulo	Álvaro Brandão Soares Dutra	144196	1,03% (6º/8)
Tocantins	Carlos Augusto Solino de Sousa	3982	1,15% (último)

Tabela 11 – Resultado – Candidatos (Governadores/Prona)<sup>438</sup>

Em relação às candidaturas de deputados, esse padrão se repetiu. O Prona não elegeu nenhum Deputado Federal, restando, portanto, o término do mandato de Regina Gordilho. Nos âmbitos estaduais, foram três deputados eleitos. No Rio de Janeiro, domicílio eleitoral de Enéas (e berço do partido, por assim dizer), foram eleitos Blandino Pontes do Amaral (8.897 votos) e João Alves Peixoto (7.851 votos). Eleitos, respectivamente, com 0,18% e 0,16% dos votos, foram os últimos colocados entre os demais eleitos. João Alves Peixoto foi, inclusive, eleito graças à média entre seus votos e os votos da legenda.

Em São Paulo, o Prona conseguiu eleger Celia Sueli Artacho. Com 1.102 votos, Célia Artacho foi a última entre os eleitos, com 0,01% dos votos válidos (foi auxiliada também pela legenda, que teve 140 mil votos). A sua eleição causou ligeira comoção na imprensa, menos pela quantidade ínfima de votos do que sua trajetória pessoal. Antes de aderir à vida pública, Artacho havia sido atriz de filmes do gênero *pornochanchada*<sup>439</sup>. Assim, foi apresentada como

438 Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

439 Ex-atriz pornô vira deputada pelo Prona. *O Estado de São Paulo*. 14/09/1994, p. A7.

“ex-atriz pornô”, em contraposição ao discurso moralista de Enéas Carneiro.

Os votos na legenda (Deputado Federal e Estadual) demonstram a hipótese da diluição do apoio eleitoral ao Prona. Somente em dois estados o Prona obteve mais de 1% dos votos em legenda (no Distrito Federal, obteve o índice em somente uma das categorias). Se por um lado os votos na legenda em São Paulo e Rio de Janeiro sinalizam alguma transmissão do capital político, a intensidade foi pouco efetiva.

UF	Federal (v.; %)	Estadual (v., %)
Acre	45 (0,003%)	32 (0,02%)
Alagoas		
Amazonas	322 (0,06%)	290 (0,05%)
Amapá	85 (0,09%)	41 (0,03%)
Bahia		
Ceará	1967 (0,10%)	1462 (0,07%)
Distrito Federal	6624 ( <b>1,06%</b> )	5018 (0,74%)
Espirito Santo		
Goias		
Maranhão		
Minas Gerais	16966 (0,35%)	14427 (0,27%)
Mato Grosso do Sul	1700 (0,28%)	
Mato Grosso		
Pará	2442 (0,23%)	
Paraíba		
Paraná	9226 (0,33%)	7988 (0,25%)
Pernambuco		
Piauí		
Rio de Janeiro	58047 ( <b>1,29%</b> )	52738 ( <b>1,04%</b> )
Rio Grande do Norte		
Rio Grande do Sul	14696 (0,42%)	11542 (0,29%)
Rondônia	578 (0,20%)	372 (0,10%)
Roraima		
Santa Catarina	4011 (0,25%)	
Sergipe		
São Paulo	<b>160821 (1,51%)</b>	<b>156133 (1,44%)</b>
Tocantins	136 (0,05%)	92 (0,03%)

Tabela 12 – Votos (legenda)<sup>440</sup>

Mas o que explica a votação do presidente do Prona? De fato, Enéas Carneiro (e Gama e Silva) era a candidatura mais antissistêmica de um todo relativamente harmônico. Isso porque as candidaturas da esquerda radical (ou extrema esquerda) haviam, nesse momento, composto o bloco da coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores, na candidatura de Lula.

Sendo assim, legendas como PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) ou

440 Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

PCB (Partido Comunista Brasileiro), que provavelmente trariam propostas de rompimento com o Fundo Monetário Internacional, ficaram relegados dentro de uma perspectiva mais reformista, tendo em vista que o candidato do PT não previa o fim do plano real, senão o seu “aprimoramento”.

Embora as fundamentações não fossem as mesmas (um nacionalismo autoritário *versus* um internacionalismo anticapitalista), poderia ocorrer essa similaridade entre o Prona e alguns partidos de esquerda. A esquerda e direita mais moderada (isto é, o centro-esquerda, centro-direita, etc.) teriam diversas opções e, em uma eleição polarizada entre FHC e Lula, com raras participações de Enéas Carneiro e demais candidatos, o caminho se desenhou, de modo quase natural, em direção ao Prona.

É importante ressaltar, também, que o próprio Enéas Carneiro buscou essa condição. A sua campanha foi inteiramente forjada em torno da ideia de que: *a)* tudo era falso, *b)* Enéas não faria parte dessa totalidade. Logo, *c)* a verdade residiria em seu nome. Além disso, seja em ressonância à sua tentativa, ou decorrente do modo como foi abordado, o trato da imprensa levou ao fortalecimento dessa premissa. O candidato do Prona utilizou a cobertura da imprensa de um modo que, lidos como *ataques* à sua candidatura, serviriam como um atestado da inexorabilidade do caminho para a salvação.

Além disso, é inegável que, malgrado as tentativas de polêmicas jornalística, a candidatura de Enéas despertou a empatia e adesão do radicalismo e extremismo de direita. Fosse por sua natureza e postura autoritária, suas propostas e a mobilização de alguns setores (militares, especialmente) em torno da candidatura, Enéas Carneiro foi tomado como um referencial possível, senão o único. Levando em conta o processo da *direita envergonhada* e feição ao modelo neoliberal, essa adesão é não somente compreensível, mas natural.

No entanto, esse processo explicaria os mais de quatro milhões de votos conquistados? É possível que não. Dessa maneira, compreende a premissa do *voto de protesto* utilizado como fator explicativo. Todavia, ao concordar com essa possibilidade, concorda-se também com a tradição da Ciência Política que compreende o voto como um processo de escolha dentro de um princípio de racionalidade<sup>441</sup>.

Logo, havendo a disposição para a escolha entre diversos candidatos, assim como a divulgação de suas ideias (à revelia das reclamações infundadas de Enéas), o *voto de protesto* pode ser um dos fatores explicativos, mas diferente daquilo que a imprensa buscou estabelecer – um *voto irracional, antipolítico*, etc. Esse voto de protesto deve ser entendido

---

441 Cf. FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

como um protesto racional, pois o eleitor decidiria protestar a partir da candidatura de Enéas Carneiro e não dos demais candidatos disponíveis.

Além disso, foi justamente o que Enéas Carneiro divulgou em sua campanha (*contra tudo isso que aí está*). O protesto era ele, o voto de protesto dele também seria, de modo que, embora não em sua totalidade, o voto de protesto não anula a natureza do voto da extrema-direita (e categorias próximas). Eles podem se complementar, até mesmo se confundir. Foram, afinal, todos eles, votos em Enéas Carneiro. Resta, contudo, a última indagação: é possível afirmar que Enéas Carneiro representava os valores *fascistas* naquela eleição?

### 3.3 Enéas Carneiro, um novo fascista?

Afinal, Enéas Carneiro era a encarnação de Plínio Salgado ou de alguma outra liderança de inspiração fascista? Segundo alguns órgãos de imprensa e articulistas, sim. Para seus adversários, provavelmente. Aqui, partimos do pressuposto que *sim* (para a disposição eleitoral) e *não* (para sua natureza política). O presidenciável do Prona foi, sem dúvida, benquisto por organizações e indivíduos que traziam valores e aspectos essencialmente fascistas. É um processo que se iniciou em 1989 e rendeu frutos em 1994.

E, se tomarmos as eleições como a condensação da realidade política (o que não é senão um componente de uma realidade que não se exaure no processo eleitoral), é evidente que Enéas representava o *tipo ideal* do fascista nesse momento. A resposta é afirmativa ao levar em conta ao sentido em que Enéas era tomado o *mais fascista* dentre os candidatos. No entanto, a questão é mais complexa do que essa possível simplificação.

Nas produções que trataram do Prona/Enéas como objeto central, a associação entre o candidato/agremiação e o fascismo foi o ponto em comum em algumas delas. É possível afirmar que essa proposição foi inclusive o fio condutor delas. Carlos Bahiense da Silva<sup>442</sup>, naquele que é provavelmente o primeiro trabalho dedicado inteiramente ao Prona (1999), via em Enéas Carneiro a figura do mal-estar estar contemporâneo na extrema-direita. Enéas Carneiro seria, assim, uma variação de um fenômeno cujo principal componente seria, em dimensão internacional, Jean Marie Le Pen.

Thiago Amaral Biazotto, em produção mais recente, enxerga em Enéas “uma espécie de

---

442 SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. *A face da Extrema Direita: 'Meu Nome é Enéas!'* (1989-1998) - A Trajetória de um Neofascista no Âmbito Político Nacional". Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.



'neomito' do capo fascista"<sup>443</sup>, paralelizando a doutrina do Prona com a doutrina integralista dos anos 1930. Para Biazotto, amparado na obra de Ricardo Benzaquen<sup>444</sup> dedicado ao Integralismo de Plínio Salgado, o Prona seria a expressão de uma doutrina totalitária. Já Luiz Ferreira<sup>445</sup>, em trabalho defendido em 2014, vê semelhanças de Enéas para com líderes fascistas, assim como traços fascistas no discurso partidária empregado por Enéas. No entanto, Prona e Enéas estariam mais próximos a um "ultranacionalismo conservador".

Apesar de partirem de perspectivas diferentes, essas produções são trabalhos de historiadores em formação (graduandos ou recém-graduados). Além disso, inserem-se em um dos elementos da problemática envolvendo a História do Tempo Presente (e também da história imediata), qual seja, dentre tantos outros, a curta distância temporal e contextual entre o objeto de análise e a realidade do historiador.

"Mito e discurso político"<sup>446</sup>, de Luís Felipe Miguel, é o trabalho de maior fôlego que versa também sobre o tema. Não é, contudo, um trabalho dedicado ao Prona, mas sim ao processo eleitoral de 1994. Nele, o autor traz uma contribuição significativa, ao observar que Enéas não era o único candidato crítico à política profissional (Hernani Fortuna também o era), assim como o elogio à própria excelência seria encontrado, em outra configuração, no discurso de Esperidião Amin. A crítica à imprensa (sobretudo a *Rede Globo*) era um componente marcante da campanha de Leonel Brizola.

Assim como algumas das produções sobre o tema, o autor traça um paralelo entre Enéas Carneiro e Plínio Salgado. Concepção hierárquica da sociedade, culto ao chefe, nacionalismo exacerbado. Seriam esses alguns dos traços em comum – mas não linha contínua – entre o chefe integralista e o presidente do Prona. A leitura do autor é de fato bastante feliz ao trazer a questão do conspiracionismo (amparado sobretudo na teoria de Raoul Girardet<sup>447</sup>) e do líder carismático (na perspectiva *weberiana*) à figura de Enéas Carneiro.

As classificações mais gerais sobre o Prona complementam-se por meio de obras generalizantes, i. e., não são estudos de caso dedicados ao tema. Assim, classificam-no como: "Partido de extrema-direita, dirigido por um líder personalista"<sup>448</sup>; partido de inspiração

443 BIAZOTTO, Thiago Amaral. "Vote no fim da desordem!": O edifício político-ideológico do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006). *História e-história*. Disponível em: <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=476>> (acesso em 26 mar. 2015).

444 ARAUJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e Revolução: O integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

445 FERREIRA, Luiz Guilherme Martins. *Os discursos da direita no pós-redemocratização; Com a palavra, Enéas Carneiro*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

446 MIGUEL, Luís Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

447 GIRARDET, Raoul. *Mitos y mitologias políticas*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1999.

448 MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil*

fascista<sup>449</sup>; discurso que “revivia o integralismo de Plínio Salgado”<sup>450</sup>; fenômeno brasileiro<sup>451</sup> similar às figuras de Le Pen (França) e Jörg Haider (Partido da Liberdade, Áustria); etc.

É observável, portanto, que a maioria das compreensões tentam lançar a comparação para fins de explicação. Projetando o Prona ao passado, buscariam seu parente (primo distante, irmão mais velho ou o próprio progenitor) na Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado. Lançando ao contexto internacional, encontrariam um certo *neofascismo internacional* no qual o Prona seria a vertente nacional. Em alguns casos, somariam as duas variáveis: inspiração histórica, fenômeno atual em escala internacional.

Esse procedimento é possível, sem dúvida. Comparando os textos de Enéas Carneiro aos de Plínio Salgado, é possível encontrar semelhanças. Do mesmo modo, é provável que seja possível fazê-lo se compararmos com alguns excertos selecionados do líder do Fascismo italiano, do Nacional-Socialismo, ou mesmo do Estado Novo de Oliveira Salazar, para situar um caso de autoritarismo não-fascista. Em última instância, isso caberia ao pesquisador e suas hipóteses de pesquisa. Se o objetivo é *quantificar* o elemento fascista no Prona, é possível empreendê-lo.

Da mesma maneira, alguns valores basilares do Partido de Reedificação da Ordem Nacional encontrarão similaridade e convergências na *Front National* ou na sua “variação” portuguesa mais recente, o *Partido Nacional Renovador*, em especial a premissa de serem uma agremiação nacionalista (somente nacionalista, além do suposto anacronismo na diáde *esquerda vs. direita*).

Em contrapartida, conforme aventado anteriormente, o discurso antissistêmico do Prona (contra o capitalismo financeiro e o Fundo Monetário Internacional, com nuances antidemocráticos), poderia assemelhar-se ao de organizações radicais e extremistas de variadas matizes, inclusive de esquerda.

Isso, no entanto, não determinaria que o Prona seria uma organização fundada sob bases anteriormente marxistas-leninistas ou trotskistas. Da mesma maneira, o fato de um adepto do neonazismo (Armando Zanini) publicizar apoio ao Prona não significa que Enéas Carneiro escondesse um *Führer* por detrás de suas barbas. Malgrada a ausência capilar, o fato dos *Carecas* apoiarem Enéas Carneiro não torná-lo-ia um *skinhead*.

---

*contemporâneo: Quais são, o que defendem, quais são suas bases.* São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 32.

449 DEUTSCH, Sandra McGee. *Las Derechas: Extrema derecha em la Argentina, Brasil y Chile (1890-1939)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005. p. 404.

450 CARVALHO FILHO, José Juliano de. Reforma agrária: de eleições a eleições. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 31, São Paulo, set./dez, 1997. [online]

451 MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Neonazismo: o retorno da intolerância. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, 1998, p. 199-214.

O que é possível constatar, claro, são indícios e reprodução contínua de elementos constituintes de um universo, de uma família política. É pertinente a percepção de Michael Mann<sup>452</sup>, que insere o fascismo como uma variação do nacionalismo autoritário de Estado. No entanto, entre fascistas e “*Fascistas!*” há uma diferença, que pode ser grande ou quase nula, mas ela existe.

Se o discurso de Enéas Carneiro demonstra um latente desprezo à democracia, isso não basta para imputar ao Prona a condição fascista de modo irrevogável. Todos regimes do fascismo histórico foram ditaduras, mas nem todas as ditaduras foram fascistas. De fato, as ditaduras podem ser de esquerda ou de direita. E se fosse possível vislumbrar uma ditadura com Enéas na presidência, ela não está descrita em seu plano de governo<sup>453</sup>.

Na história brasileira mais recente, há ocorrência de duas ditaduras (o Estado Novo e o regime militar) que, em momentos diversos, foram chamadas ou tratadas como *fascistas*, fosse por sua inspiração ou pelo seu autoritarismo. Em muitos momentos, essa classificação vinha como instrumento da acusação, ou desqualificação mediante a adjetivação de um termo a ser utilizado.

São, assim, noções que se confundem entre o senso comum, a prática historiográfica e a produção midiática<sup>454</sup>. É necessário, portanto, cautela. Se o discurso de Enéas Carneiro se assemelha ao de Plínio Salgado, ele também é divergente em outros aspectos. E, de fato, a própria trajetória de Plínio Salgado é muito mais complexa que um simples mimetismo fascista possa compreender.

Conforme sustenta Leandro Pereira Gonçalves, ao longo de sua trajetória, o líder integralista ampara-se no fascismo, no conservadorismo cristão, na perspectiva contrarrevolucionária da *Action Française* e do Integralismo Lusitano, no salazarismo, na democracia cristã, no autoritarismo militar, de modo que não há um só Plínio Salgado, mas diversos *plínios*<sup>455</sup>.

Se tomarmos o Plínio Salgado da Ação Integralista Brasileira como um tipo ideal fascista (o que já é algo bastante discutível e discutido na historiografia), encontraremos similaridades

---

452 MANN, Michael. *Fascistas*. São Paulo: Record, 2004,

453 Embora pareça óbvio que nenhum postulante exprimiria isso. De qualquer maneira, trata-se aqui de uma análise no plano das ideias e discursos políticos, não de suas práticas em regimes e governos.

454 Isso não quer dizer que as pesquisas em questão são aportes de senso comum ou algo do tipo. De fato, é possível aliar e fundir a proposição com uma perspectiva teórica que venha a embasá-la. O fato de não concordar-se com as conclusões desses trabalhos não significa que essas obras são inúteis do ponto de vista analítico. Longe disso, inclusive.

455 GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 699 fls, 2012.

incontestáveis com o líder e principal fundador do Prona. Mas também não será difícil encontrar profundas divergências. O Manifesto de Outubro da AIB é iniciado com a seguinte assertiva: “Deus dirige os destinos dos povos. O Homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam”. Não à toa, os integralistas dos anos 1930 previam uma revolução, mas uma *revolução espiritual*. Já o Prona (e não somente Enéas Carneiro) não vislumbraria nada nesse sentido, senão a retomada da ordem conservadora.

Um dos elementos essenciais do quorum do *fascismo mínimo*, o apelo revolucionário do fascismo genérico consiste no sentido de renascimento nacional contra a decadência do presente. Desse modo, existe, na ideologia fascista, um princípio dialético entre o passado distante e idealizado (ou relativamente factível), o presente como decadência, e o futuro a ser erigido. Ainda que o fascismo utilize referenciais, léxico e valores conservadores em sua composição ideológica ou manejo político, ele é, em teoria, anticonservador ou ao menos *não conservador*.

Isso não implica que, na multiplicidade do fascismo internacional, sobretudo na diversidade entre regimes (e não apenas movimentos), inexistirá a relação com elites políticas, sociais e religiosas dotadas de um profundo conservadorismo. De fato, isso ocorre não apenas pela proximidade político-ideológica, mas também por questões pragmáticas. No entanto, a eventual proximidade (discursiva, inclusive) com o conservadorismo, não implica que o fascismo seja uma expressão que se resume ao conservadorismo político.

A crítica *não conservadora* pelo fascismo se estrutura sob pretexto da busca pelas novas bases civilizacionais (ou fundamentos) da Nação, da refundação cultural, assim como a criação de um *Homem Novo* e o apelo à juventude. Soma-se, ainda, a política como estética (ou estetização da política), utilização dos meios de comunicação de massa, e assim por diante. Vários desses elementos estão presentes no Integralismo (e em diversas intensidades em seus principais ideólogos), por isso existe o relativo terreno consensual quanto à classificação de sua natureza política.

No caso do Prona, o discurso e as propostas moralistas e moralizantes passam, também, por uma perspectiva de família e de nação essencialmente conservadora à luz do cristianismo presente na sociedade brasileira, mas isso é tomado como um fato dado, não o seu princípio de argumentação e o seu fim. Em outras palavras, não há o sentido de recriação ou refundação (ou do criar e fundar) a Nação brasileira, mas sim de reordená-la, de torná-la tal qual ela (a nação, juntamente à família) era em algum momento do passado, pessoal ou coletivo.

O reordenar só existe por que as bases existem e são verificáveis. Por isso, o Prona não

busca *imaginar* a nação brasileira. Ela é um fato dado, disposto dentro de existência de um Estado e de uma moral profundamente conservadora. A necessidade é garantir a sua existência, bem-estar e desenvolvimento, não criá-la, explicá-la, fundamentar ou projetar alguma transcendentalidade.

Já os integralistas buscariam explicar a criação da nação, assim como o seu espírito e a sua essência. A figura do caboclo, amálgama racial, não cosmopolitista, interiorano por excelência, seria a síntese da identidade nacional e da própria nacionalidade. Seria a partir dessa base que os integralistas recriariam a nação brasileira. É, como observa Roger Griffin<sup>456</sup>, o elemento palingenético, aspecto de definição da ideologia fascista como tal.

Esse renascimento proposto (e reivindicado) nos fascismos, pode se assemelhar à reedificação autoritária na sigla de Enéas, mas não chegam a equiparar-se. Enquanto os fascismos buscam *refundar*, o que o Prona aparentemente intenta, é trazer do passado um autoritarismo não mais existente. Compreende, dessa maneira, um procedimento essencialmente conservador e autoritário (inclusive sob nuances ditatoriais), mas não revolucionário e efetivamente ditatorial, conforme previsto em toda a dinâmica e liturgia fascista.

O apego à terra (e a uma nação essencialmente agrária) seria mais uma divergência do Integralismo dos anos 1930 com o Prona, que buscaria o aumento da atividade industrial nacional como princípio de independência no cenário internacional globalizado.

É necessário ressaltar também que, ao contrário do Integralismo (e do fascismo histórico em geral), o Prona não dispunha de perspectivas de mobilização das massas, ritualísticas, peças de campanha e publicidade partidária em larga escala, sequer uma simbologia partidária efetiva. Tampouco havia a comemoração dos símbolos nacionais, como Robert Paxton definiria o *possível* neofascismo<sup>457</sup>. Aliás, a própria dinâmica do Prona compreende uma única estratégia política exequível: o processo eleitoral.

Ao que pesasse o baixo orçamento partidário e militantes cativos, ou talvez devido a estratégias equivocadas, o culto em torno de Enéas Carneiro configura-se mais elitista do que um fator mobilizante das massas. Enéas seria o líder por ser o mais qualificado, não por constituir a encarnação do espírito da nação e sua própria nacionalidade.

Em contrapartida, é possível concordar que alguns dos ideais da AIB estariam fora do lugar no contexto em que se dá a atuação do Prona, de maneira que, se houvesse uma inspiração integralista, ela tenderia a ser atualizada, pois o Prona haveria de ser um produto de

456 GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Londres: Pinter, 1991, p. 26.

457 PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

seu tempo (e compreende meio século de intervalo entre as duas organizações). De fato, até as pessoas profundamente conservadoras entendem, de uma maneira ou outra, que é necessário atualizar e desenvolver-se. São, afinal, conservadores, não tradicionalistas arraigados a uma visão mítica de um passado idealizado em um presente imutável.

Ao afirmar que o Prona, assim como o integralismo, se enquadram em uma perspectiva de nacionalismo autoritário, é justamente por que não são as duas únicas variáveis possíveis. O discurso em torno de um Estado tecnocrático é constante nos textos do partido. É possível até pensarmos em termos de uma tecnocracia autoritária. Sobre isso, não foram os integralistas os únicos a pensarem em um Estado autoritário em contraposição a uma sociedade civil pouco participativa. Oliveira Vianna é apenas um exemplo dentre tantos outros<sup>458</sup>.

Outro fator que é necessário levar em consideração, é que o Prona em 1989 e 1994 reflete realidades e contextos diferentes. Por mais que Enéas Carneiro tenha buscado afirmar que seriam definitivamente as *mesmas coisas*, é plenamente observável que havia, em 1994, um projeto coletivo em ordem. A questão dos minérios, das fontes energéticas, da industrialização, a crítica moralizante aos meios de comunicação, o conspiracionismo em torno da Comissão Trilateral, são elementos que foram apropriados, reapropriados e ressignificados por Enéas Carneiro (e Roberto Gama e Silva, Bautista Vidal, entre tantos outros).

Como é possível observar a partir do segundo capítulo, essas questões antecedem ao Prona. Depois, serão articuladas em torno do partido e no culto à figura de um Enéas imaginado (e, talvez, imaginário): líder providencial, inteligente e capaz. Assim, afirmar que o Prona tinha duas perspectivas inspirativas (o olhar ao fascismo histórico, ou o vislumbre ao modelo da direita europeia) é pouco capacitado para finalidades analíticas e explicativas.

Além disso, subentende que a direita brasileira, parcela significativa da sociedade (civil, política, militar, religiosa, enfim) seria incapaz de manejar, atualizar e criar novas ideias, referenciais e visão de mundo. E imprimi-la em uma organização. Minimizar essa capacidade é minimizar também sua própria história, ou imaginar que haveria um consenso democrático e de resistência antiautoritária que, historicamente, não se sustenta. O voto em Enéas Carneiro pode ser um indício disso.

Temos, portanto, alguns matizes explicativos. Em primeiro lugar, a própria trajetória de vida de Enéas Carneiro. O ponto de convergência conservadora, como visto, remete ao passado do líder do partido. A própria sigla do partido condiz à especialidade profissional de

458 Cf. SILVA, Ricardo. Estado autoritário e tecnocracia. *Revista de Ciências Humanas*. Edufsc, n. 29, p. 93-114, abr. 2001.

Enéas.

De alguma maneira, o Prona denota que reedificar a ordem nacional é reedificar o passado da geração de Enéas Carneiro (e de seus colegas na direção do partido). A perspectiva educacional é elucidativa na sustentação dessa premissa. Outra possibilidade diz respeito ao apego ao *ethos* militar, que é não somente algo próprio da vida de Enéas Carneiro, mas também base fundamental comum na formação política da coletividade envolvida na ossatura do projeto político do Prona em 1994.

O nacionalismo militar é, então, um instrumento e componente importante no corpo ideológico do Prona. Isso não quer dizer, todavia, que o Prona seria um partido dos militares de direita, ou dos saudosistas do regime militar. Eles se aproximaram de fato ao partido em 1994, mas não conseguiram imprimir essa marca – ou não fizeram com que Enéas verbalizasse isso.

A questão democrática é, de fato, um tema problemático nos discursos do líder da legenda. É possível observar, por diversas vezes, que embora não haja a defesa de uma ruptura institucional, o desprezo variava entre a latência e a evidência. Não à toa, Getúlio Vargas é tomado como um referencial ao Prona por diversos momentos, pois era nacionalista, autoritário, conservador, desenvolvimentista e, além disso, não fascista. Em contrapartida, a referência do Prona à Vargas é dúbia: seria o Getúlio Vargas ditador ou aquele eleito democraticamente? A resposta não é definitiva, portanto não menos conflitiva.

E, se é possível observar o lampejo centralizador no projeto político do Prona, ele prevê não a constituição de uma ditadura de um partido único, mas sim o poder quase exclusivista a Enéas Carneiro, o líder que se negava a disputar qualquer outra eleição que não fosse ao Poder Executivo. Em última instância, nessa questão, além de inexistir a verbalização de um caráter antidemocrático no Prona (o que poderia ser uma mera estratégia, obviamente), não é previsto ou sinalizado a similaridade aos regimes fascistas.

O que se busca afirmar, enfim, é que não haveria elementos dispostos para *comprovar* o caráter fascista da legenda e de Enéas Carneiro. E muito disso devido ao fato que a “doutrina do Prona” se assemelhava em muito ao caráter de manifestos políticos, de modo que os discursos não eram a expressão de um projeto muito articulado, senão espécie de bravatas políticas.

Seria, então, uma condição que aproximaria o Prona aos partidos da extrema-direita francesa, italiana, portuguesa, enfim, um certo modelo de agremiação cujo referencial era a postura anti-imigrantista, o apelo à identidade e nacionalidade (sob princípios culturais e de

costumes), definido em muito por Jean Marie Le Pen e pela utilização da chama tricolor desde o *Movimento Sociale Italiano*? Pouco provável. Os pontos de flexão, assim como em relação ao fascismo histórico, existem. É, claro, mais um exemplo da diversidade de um campo político.

No caso europeu, conforme tratado no primeiro capítulo, o que houve foi um processo de transformação do discurso, passando de um racismo pretensamente científico para algo mais voltado ao campo cultural, onde o espaço vital não seria mais algo ligado a uma ótica expansionista dos Estados, senão o garantimento de uma *pureza* essencialmente europeia. Nisso, a questão metapolítica encabeçada pela *Nouvelle Droite* foi essencial, algo que os partidos instrumentalizarão posteriormente. Ainda que seja possível supor a existência do estrato fascista na ND<sup>459</sup>, a influência que esse movimento de ideias dá ao campo da direita radical europeia não decorre na agremiação brasileira, tampouco nas organizações que se relacionam efetivamente com o Prona.

Esse processo não ocorre no Brasil, ao menos nessa configuração, dimensão e impacto na cultura política de direita, inclusive por razões geopolíticas. Na Europa ocidental, sim, inclusive em uma perspectiva transnacional, mas é um fenômeno essencialmente europeu<sup>460</sup>, ao menos em dado momento.

Equiparar o discurso de Enéas Carneiro ao de uma figura como Jean Marie Le Pen significaria, dessa maneira, afirmar que o *inimigo* imigrante da direita francesa seria o mesmo, em intensidade e constituição, ao *inimigo* do capitalismo especulativo para o Prona. Por mais que o discurso de Enéas poderia ser instrumentalizado em diversos sentidos (até em uma perspectiva antissemita das mais comuns desde os anos 1930, tal qual ocorrido no Integralismo de Gustavo Barroso), fato é que essa associação não ocorreu.

A direita radical europeia perpassa, em perspectiva ideológica e política, por uma trajetória muito própria, inclusive com correntes políticas em disputa<sup>461</sup>. Busca se reinventar após o fim dos regimes autoritários, do fim das colônias na África e também a necessidade de, como afirma Riccardo Marchi<sup>462</sup>, caminhar do neofascismo ao pós-fascismo. Afirmar, então, uma

459 Cf. ANTÓN-MELLÓN, Joan. El Eterno Retorno. ¿Son fascistas las ideas-fuerza de la Nueva Derecha Europea (ND)? *Foro Interno*, 2011, 11, 69-92.

460 Sobre a perspectiva transnacional, a análise de Andrea Mammone é elucidativa ao compreender os fenômenos partidários não apenas como novas roupas fascistas, mas a decorrência dessa efervescência cultural de direita (que não ocorre no Brasil, por diversas razões), a apropriação de autores como Julius Evola, leitura de intelectuais marxistas, até reflexos de maio de 1968. Cf. MAMMONE, Andrea. *Transnational Neofascism in France and Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

461 Sobre essa questão, o texto de Carla Brandalise é bastante elucidativo. Cf. BRANDALISE, Carla. *Europes des Patries: histórico da extrema direita européia*. *Rev. Cena Int.* 7 [1]: 50-82, 2005.

462 MARCHI, Riccardo. *Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo della Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália*. *Análise Social*, v. XLVI (201), 2011, 697-717.



associação absoluta entre um partido político brasileiro e um contexto político-cultural de direita na Europa ocidental seria, assim, insistir no terreno e perspectiva da contrafactualidade.

Assim, ao menos até 1994, Enéas Carneiro e o Prona devem ser visto não como *fascistas*, mas sim como um nacionalismo de direita, autoritarismo em direção ao Estado e dotado de um discurso profundamente conservador. Influenciados por variadas correntes e histórico do nacionalismo brasileiro, o corpo político da legenda demonstra essa diversidade que, apesar de remeter a uma autoridade centralizadora, não se assemelhava, de modo definitivo, à organizações fascistas, no Brasil ou no exterior, em um momento histórico distinto ou em seu tempo presente.

Em relação ao campo político brasileiro (e sobretudo sob a determinação desse território), um partido de direita radical, mas não um partido neofascista, tampouco neointegralista. Além disso, fato é que até 1994 não é possível averiguar relação do Prona com quaisquer organizações internacionais (que poderiam ou não ser enquadradas dentro da categoria fascista/neofascista), algo que ocorrerá de fato nas eleições de 1998.

#### 4. Um grande projeto (inter)nacional: Prona e as eleições de 1998

Após o terceiro lugar em 1994, a candidatura de Enéas Carneiro em 1998 era praticamente fato dado para a própria legenda. Entretanto, um longo espaço de quatro anos poderia significar o arrefecer do exponencial crescimento da votação conquistada pelo presidente da legenda no escrutínio de 1994. E em contraste ao aumento da proeminência política de Enéas Carneiro, haveria um lapso representativo na esfera federal, síntese da centralidade acachapante de Enéas sob Prona, que afinal de contas não elegeu um congressista sequer.

Em 1995, o partido persistiu na tentativa de fortalecimento de sua estrutura interna, de modo que Enéas viajaria por diversas localidades, a fim de afirmar e divulgar a sua futura candidatura e buscar novas adesões à legenda. Em Alagoas, por exemplo, teria garantido um montante de cinco mil filiados, além de terem sido criados dezoito diretórios provisórios<sup>463</sup>.

Além disso, Enéas Carneiro teria movido uma ação judicial em que pedia a impugnação do mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, por suposto abuso de poder econômico, assim como do uso eleitoral do Plano Real. Se a ação tratava de um plano para evidenciar Enéas Carneiro como uma liderança política alternativa, a proposta fracassou. Poucos são os relatos que mencionam essa tentativa de *virada de mesa* do resultado eleitoral<sup>464</sup>.

A aparição política mais impactante do Prona em 1995 foi, provavelmente, o programa televisivo produzido pelo partido, transmitido em rede nacional de televisão, com cerca de cinquenta minutos de duração. Era um material<sup>465</sup> que reproduzia, de certa maneira, o modelo de HGPE da legenda em 1994, onde a sonoridade impactante da Quinta Sinfonia de Beethoven mesclava-se aos brados de Enéas em liderança central, evidenciando, também, a produção modesta, provavelmente oriunda de um baixo fator orçamentário.

Quanto ao conteúdo do programa, é possível afirmar que era, em grande medida, a reprodução de teores e trechos integrais de *Um grande projeto nacional*, de 1994. Além da presença do presidente do partido, o programa contou também com a participação dos doutores médicos Rui Nogueira (DF), Vanderlei Assis (RJ) e Havanir Nimitz, do diretório paulista do partido, que reafirmavam o panorama crítico da Saúde no país, assim como propostas de medicina familiar.

A reafirmação do projeto partidário ocorre, também, a partir de entrevista com J. W.

---

463 Enéas reaparece e diz que é “candidatíssimo”. *Jornal do Brasil*, 30/05/1995, p. 3.

464 BRAGA, Teodomiro. Informe JB. *Jornal do Brasil*, 26/02/1995, p. 6.

465 Dividido em oito blocos, o programa pode ser conferido na íntegra em:

Especial PRONA – Dr. Enéas. *EneasTV*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLnDkzDfkg8U9bt74cYeouSNtpxT1ZDGJo>> (Acesso em 28 mai. 2015).

Bautista Vidal, onde o líder da legenda e o físico concordam nas críticas às privatizações e ao *Estado Mínimo* (“não existe o Estado mínimo nem o Estado máximo, existe o Estado necessário”, afirma Vidal), assim como na capacidade autonômica brasileira.

Além de apresentar aquele que seria o mais recente lançamento de Bautista Vidal (“O esfacelamento da Nação”<sup>466</sup>), a entrevista evidencia os pontos de concordância entre os dois, onde mutuamente afirma-se que a *mídia mente, distorce, [e] destrói a nossa autoestima*. Contra a imprensa adversária, assim como em antagonismo aos interesses dos países mais ricos (e dos líderes globais), Bautista Vidal vaticina: “Vamos fazer a maior civilização que o homem já viu sobre a terra!”.

Durante o programa, são também citados os nomes dos economistas Dércio Garcia Munhoz (não filiado ao Prona), Marcos Coimbra (figura ativa no programa de governo em 1994) e Adriano Benayon do Amaral. Autor de *Globalização versus Desenvolvimento*<sup>467</sup>, Adriano Benayon aproxima-se do Prona após o processo eleitoral de 1994 e logo passa a desempenhar protagonismo junto às demais lideranças intelectuais da agremiação.

Habitual defensor do nacionalismo econômico e intenso crítico aos processos de globalização<sup>468</sup>, em 1994 Adriano Benayon colaborava com organizações da direita militar nacionalista, como o grupo “Movimento Nativista”. Coordenado por militares da reserva oriundos da chamada *linha dura* do regime militar (Hélio Duarte Pereira de Lemos, Carlos Alberto de Lima Menna Barreto, Leomar Jorás Lopes, Francimá de Luna Máximo e Adalton Luiz Lupi Barretos<sup>469</sup>), o Movimento Nativista publicou, em 1994, uma cartilha/manifesto intitulado *Brasil Acima de Tudo*<sup>470</sup>, que reproduz diversos textos de Adriano Benayon, além de um artigo de Jorge W. Bautista Vidal.

Dotado de uma *carta de princípios* em que defendiam “a harmonia de classes”, o estímulo à iniciativa privada, à educação moral e cívica, assim como à conservação da ordem e da

---

466 Conforme mencionando anteriormente, a obra teria sido finalizada durante o processo eleitoral do ano anterior. Cf. VIDAL, J. W. BAUTISTA. *O esfacelamento da nação*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

467 Título original de 1998. Em 2005, é publicada uma segunda edição, onde atualizam-se as críticas ao modelo dependente e não desenvolvimentista da política econômica brasileira. São escritos dois prefácios à obra. O primeiro, autoria de J. W. Bautista Vidal, o segundo de Enéas Ferreira Carneiro. cf. BENAYON, Adriano. *Globalização versus Desenvolvimento*. São Paulo: escrituras, 2005.

468 cf. AMARAL, Adriano Benayon do. A Globalização das transnacionais: a relação centro-periferia. In: Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas (org.). *A causa nacional: o futuro da nação brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 1998, p. 121 – 133.

469 De acordo com Maud Chirio (CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 59), o coronel Hélio Duarte Lemos, principal liderança dos nativistas, seria veterano da Segunda Guerra Mundial, além de ter passado pela Escola Superior de Guerra. É possível verificar, também, a colaboração dos membros do grupo com a imprensa do radicalismo militar, em especial *Ombro a Ombro* – MAXIMO, Francima de Luna. Ditadura financeira. *Ombro a Ombro*, fev./1993.

470 *Brasil Acima de Tudo*. Movimento Nativista, 1994.

disciplina, o aparato do Movimento Nativista compunha, também, uma *oração nativista* em que solicitam a proteção divina para a manutenção da harmonia social contra os “vendilhões da pátria e dos que solapam os valores permanentes da nacionalidade”<sup>471</sup>. A adesão de Adriano Benayon atesta não apenas a conexão entre ele próprio, militares da reserva, Bautista Vidal e, por extensão, o partido liderado por Enéas Ferreira Carneiro mas, principalmente, a similaridade dos ideais políticos dos radicais de direita nesse momento histórico.

Em relação ao partido político, a partir da adesão de Adriano Benayon e a enunciação do fato, nota-se o reconhecimento da existência de uma coletividade ou corpo técnico de sustentação ideológica, mesmo que adepta a uma liderança centralizadora. O fato de destinar-se espaço cativo a Bautista Vidal evidencia-se que ele era, naquele momento, um referencial e interlocutor político de primeira grandeza para o líder do Prona, além de articulador político. Ademais, o fato de Vidal ser um intelectual renomado comprovaria a maturidade conquistada pela legenda.

No entanto, o produto não era composto somente do reafirmar da agenda política do Prona de 1994. O programa é utilizado também para o ataque e defesa contra a grande imprensa brasileira, descrita como *serviçal* dos interesses internacionais. Para o ataque, Enéas Carneiro utiliza dados eleitorais a fim de *atestar* que o termo *nanico* não se encaixaria ao Prona. Como poderia um partido com tantos votos para presidente e na própria legenda ser tratado dessa maneira? Seria, malgrada a constatação de um fracasso eleitoral não reconhecido, o atestado da verissimilhança na retórica partidária - “E agora, senhores jornalistas, quem é nanico?! Meu nome é Enéas!”<sup>472</sup>, afirma.

Quanto à salvaguarda, consistia a tentativa de Enéas Carneiro em diminuir o estrago causado pelas denúncias e constatações de práticas não ortodoxas no procedimento profissional. Afirma que o esquema em que um médico mais jovem trabalharia por Enéas não seria imoral, em razão dos dividendos serem concedidos ao jovem médico<sup>473</sup>. Além de tudo, ampara-se num estrato de tradição para sustentar a normalidade dos atos que, no entanto, efetivamente colidiriam com o discurso conservador e moralizante do postulante à presidência da República. Enéas sugere que seria uma prática *comum*, um costume, por assim dizer.

E em relação à denúncia que teria sido afastado por excesso de faltas em outro hospital, Enéas Carneiro apresenta o relato de um funcionário da instituição (“Sr. Moreira”), a fim de

---

471 *Idem*.

472 Especial PRONA – Dr. Enéas. *EneasTV*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLnDkzDfkg8U9bt74cYeouSNtpxT1ZDGJo>> (Acesso em 28 mai. 2015).

473 Esquece-se, contudo, que o esquema persistiria na contagem de tempo de trabalho para a futura aposentadoria de Enéas Carneiro.

defender a sua tese de caráter ilibado. Para além dos argumentos apresentados, há o uso político da questão, seja principalmente contra a imprensa ou seus adversários imediatos. Os argumentos contrários seriam todos eles provenientes de falsas acusações, “distorções da verdade, e outras definitivamente falsas, que visavam única e exclusivamente a criar um descrédito da minha pessoa no seio de sociedade”.

Por fim, o programa partidário concede um pequeno papel de destaque a Havanir Tavares de Almeida Nimtz, candidata a deputada federal pelo partido em 1994. A médica paulista, que futuramente viria a ser conhecida como “Enéas de saias”<sup>474</sup> teria a alcunha por se apresentar tal qual o líder partidário desde a sua primeira tentativa eleitoral. Fosse nos gestos intensos, nas palavras de ordem expressas quase aos gritos, ou na retórica moralizante. Ao fim de suas inserções no HGPE, o bordão político sob nova roupagem: “Meu nome é Havanir!”.

Essa abertura cumpriria ao propósito de não apenas proporcionar novas lideranças políticas absolutamente fiéis aos desígnios de Enéas Carneiro, mas também de propiciar o crescimento eleitoral para além da candidatura presidencial de Enéas Carneiro. Além de um hiato de quatro anos, é possível que tenha sido feita uma leitura que dispusesse a compreensão da necessidade de investidas mais abrangentes, inclusive para sustentar a candidatura do Prona em 1998. O Prona continuaria em evidência, a fim de cativar o eleitorado.

Assim, em 1996 o Prona lançou diversos candidatos a prefeitos. Em São Paulo, maior cidade do país e capital do estado em que Enéas havia sido mais bem votado, a escolhida foi aquela que viria a ser o “Enéas de saias”. Apesar de uma possível nova liderança a surgir, esse momento viria a reafirmar o fato de que a autoridade de Enéas era não apenas inquestionável, mas também inalcançável. Sendo assim, nos HGPE de Havanir Nimtz, Enéas Carneiro permanecia sentado à direita da candidata, apresentando-a (“doutora Havanir é a minha candidata em São Paulo. Meu nome é Enéas!”<sup>475</sup>).

Em todas as inserções, o quadro se repetia. No discurso, igualmente. A candidata a prefeita falaria sobre a questão dos minerais estratégicos, dos políticos profissionais, de um projeto macabro que levaria o povo brasileiro à escravidão<sup>476</sup>. Em contraposição, a ordem e a verdade, o nacionalismo e a virtude residiriam no número 56. Era Havanir quem discursava, mas não restavam dúvidas – a ideia vinha de seu mentor, sempre ali presente, o primeiro a se

---

474 LOPES, Juliana. Enéas de saias. *IstoÉ Gente*. 21/10/2002. Disponível em: <[http://www.terra.com.br/istoegente/168/reportagens/havanir\\_nimtz.htm](http://www.terra.com.br/istoegente/168/reportagens/havanir_nimtz.htm)> (Acesso em 08 dez. 2015).

475 A íntegra dos HGPE de Havanir Nimtz em 1996 pode ser conferido *online*. Cf. Dr. Enéas e Dra. Havanir – 1996 Horário Político Prefeita SP. *Enéas TV*. Disponível em: <[https://youtu.be/WOl3C\\_QWpVg?list=PLnDkzDfkg8U8-OrCxofa3FzEEcK8RZAyy](https://youtu.be/WOl3C_QWpVg?list=PLnDkzDfkg8U8-OrCxofa3FzEEcK8RZAyy)> (Acesso em 24 mai. 2014).

476 Cf. Dra. Havanir – Primeiro Debate Prefeitura 1996 – PRONA. *EnéasTV*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZvTn4Ed1gBw>> (Acesso em: 27 set. 2014).

pronunciar, tutelando a *verdade* apresentada, não deixando em aberto qualquer possibilidade de dúbia compreensão: Havanir Nimitz era a candidata de Enéas Ferreira Carneiro, mas Havanir só era candidata por que Enéas assim o quis e o fez.



Figura 12 – HGPE – Enéas Carneiro e Havanir Nimitz (1996)

Embora Havanir não tenha sido eleita, a campanha teve um resultado considerado favorável pela agremiação. Entre os doze candidatos (e em se tratando de sua primeira grande disputa eleitoral), a candidata do Prona obteve o sexto lugar, com 52.328 votos<sup>477</sup>, mais do que a soma dos votos das candidaturas das agremiações de menor expressão (PRP, PSTU, PRTB, PTN e PSC, com cômputo de 32.961 votos).

Além disso, foi mais da metade de votos conquistados pelo *maior partido do Brasil*, o PMDB (101.356). Assim, Havanir Nimitz é enfática ao afirmar que o Prona não seria um partido *nanico*, pois com o resultado a agremiação estava “no primeiro time, dos partidos grandes”<sup>478</sup>. Dessa maneira, o Prona haveria de permanecer vivo na memória dos eleitores.

Após as eleições de 1994 e 1996, o Prona aprofundou a condição de instituição referencial à direita radical brasileira. Não somente em razão do relativo êxito eleitoral de Enéas Carneiro, mas também pela intensificação do discurso político que proporcionou esta posição à legenda. Nas eleições majoritárias de 1998, esse processo persistiu, fosse por motivos condizentes ao projeto político do partido (e suas relações institucionais diversas e possíveis),

477 Dados: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Cf. *Eleições 1994 a 2004*. Disponível em: <<http://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994-a-2004/eleicoes-1994-a-2004>> (Acesso em 16 set. 2015).

478 cf. Dra. Havanir – Prona – Resultado Prefeitura 1996. *EnéasTV*. Disponível em: <<https://youtu.be/AAY0qWVjV7w>> (Acesso em 09 dez. 2014).

mas também pelo quadro eleitoral disponível.

Em 1994, o Prona representou a candidatura efetivamente antissistêmica à esquerda ou à direita. Quatro anos depois, o cenário modifica-se: a vaga estava em disputa, fosse como partido político diferente dos demais, ou então do candidato que postulasse um discurso conservador, nacionalista e autoritário. E isso é quantificável pelo número de candidaturas apresentadas, passando de 08 para 12 presidenciáveis, grande parte delas mediante partidos pequenos, os chamados *nanicos*<sup>479</sup>, tal qual o Prona.

Além de Enéas Carneiro, haveria dois candidatos com um discurso efetivamente conservador. Ivan Moacyr da Frota, Brigadeiro da Aeronáutica, seria candidato pelo *Partido da Mobilização Nacional* (PMN). Em campanha com apelo às Forças Armadas e críticas à *imprensa mercenária*, sob o lema “Brasil acima de tudo, sob a proteção de Deus”, as propostas de Ivan Frota envolveriam a anulação das privatizações e uma reforma política que transformaria o Congresso em uma casa unicameral (caso eleito, extinguiria o Senado)<sup>480</sup>.

A semelhança de propostas – e sobretudo as críticas – de Ivan Frota e de Enéas Carneiro eram evidentes, embora o Brigadeiro tivesse um maior apelo aos militares (em razão de sua formação e também de sua propaganda política), enquanto o candidato do Prona construía um discurso de autoridade que buscava abranger civis e militares.

Outro candidato com apelo similar ao de Enéas, seria Vasco Azevedo Neto, que durante o regime militar havia sido Deputado Federal por quatro mandatos, pela Arena e pelo PDS. A candidatura de Vasco Neto pelo *Partido da Solidariedade Nacional* (PSN) trouxe referenciais em comum ao discurso habitual de Enéas Carneiro, como a crítica ao modelo liberal (e também ao *comunista*), assim como a busca por um desenvolvimento *harmônico e solidário* da sociedade e nação brasileira. O conservadorismo e o princípio de harmonia social orgânica regiam, assim, a campanha do candidato do PSN, fortemente inspirado na Doutrina Social da Igreja<sup>481</sup>.

No tocante às privatizações, além dos candidatos da direita nacionalista, o candidato do PTdoB (João de Deus) reivindicava a herança política de Getúlio Vargas para comprometer-se

479 Fernando Henrique Cardoso/Marco Maciel (PSDB, PFL, PPB, PTB, PSD); Luiz Inácio Lula da Silva/Leonel Brizola (PT, PDT, PSB, PC do B, PCB); Ciro Gones/Roberto Freire (PPS, PL, PAN); Enéas Carneiro/Irapuan Teixeira (Prona); Ivan Moacyr da Frota/João Ferreira da Silva (PMN); Alfredo Sirkis/Carla Piranda Rabello (PV); José Maria de Almeida/José Galvão de Lima (PSTU); João de Deus Barbosa de Jesus/Nanci Pilar (PT do B); José Maria Eymael/Josmar Oliveira Alderete (PSDC); Sérgio Bueno/Ronald Abrahão Azaro (PSC); Vasco Azevedo Neto/Alexandre José Ferreira dos Santos (PSN). [Dados do TSE]

480 Ivan Frota é pré-candidato e quer acabar com o Senado. *Jornal do Commercio (Recife)*, 05/11/1997. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/0511/po0511g.htm>> (Acesso em 21 dez. 2015)

481 cf. SILVA, Antonio Ozaí da. Memória e História da Renovação Carismática Católica em Maringá (PR) – Parte III. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 80, Janeiro/2008, Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/080/80ozai.htm>> (Acesso em 21 dez. 2015).

à anulação da venda de estatais como a *Companhia Siderúrgica Nacional*, a *Telebras* e a *Vale do Rio Doce*. Já a candidatura do PSTU promovia proposta semelhante, embora utilizando argumentos e procedimentos da esquerda radical.

Fosse em razão ideológica, das especificidades das pequenas agremiações ou de eventuais propostas similares, havia, ao contrário do pleito anterior, um contexto de ampla disputa para a candidatura de Enéas Carneiro, que não seria o único *outsider*, mas talvez o mais conhecido deles. Da mesma maneira em relação ao conservadorismo de apelo autoritário e nacionalista, poderia ser o mais autoritário ou conservador deles, mas não a única alternativa do tipo no mercado eleitoral. Assim, o Prona tenderia a intensificar suas críticas, assim como aprofundar suas articulações políticas.

Contudo, se o Prona em 1998 teve de acentuar alguns traços de sua ideologia e seu discurso, isso não foi apenas reflexo de um momento eleitoral específico, mas resultado do desenvolvimento político da própria legenda. Esse processo, causado em muito pelo contato das lideranças do partido com as organizações políticas articuladas em torno de Lyndon LaRouche, se deu imediatamente após a eleição em que Enéas Carneiro conquistou mais de quatro milhões de votos, e desenvolveu-se ao longo do processo histórico que efetivaria o discurso do Prona em 1998.

A questão, então, compreende não apenas a continuidade de um projeto nacional e nacionalista já estabelecido, mas uma perspectiva de ancoragem junto a um fenômeno de configuração transnacional<sup>482</sup>, inclusive com diversos encontros, cooperações e homenagens envolvendo Enéas Carneiro, Lyndon LaRouche e demais militantes de outras organizações da direita autoritária brasileira (além do próprio Prona, claro). Dessa maneira, para entender a amplitude dessa interação na trajetória do Prona e Enéas Carneiro em 1998, é necessário apreender as especificidades desses grupos políticos, assim como a apropriação desses ideais no Partido de Reedificação da Ordem Nacional.

#### **4.1 Lyndon LaRouche e o *larouchismo* transnacional**

Pensar nas organizações LaRouche (ou organizações *larouchistas*) pressupõe,

---

482 Embora o transnacionalismo seja uma perspectiva teórica (ou campo de estudos) atrelada fundamentalmente às correntes migratórias, é possível observar esse procedimento nas ideologias políticas modernas. Como observa Alejandro Portes, trata-se de um fenômeno que recebe forte impulso com o advento das novas tecnologias nas áreas de transportes e comunicações e, na perspectiva política, perpassa as diversas estruturas hierárquicas possíveis. Cf. PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, Outubro, 2004 (73-93), p. 75.



inevitavelmente, tratar sobre Lyndon H. LaRouche Jr.<sup>483</sup> e seu procedimento de ramificação de siglas por ele lideradas nos EUA ou, em perspectiva internacional, tendo LaRouche como espécie de *think tank* para essas organizações. Assim, para compreender como as organizações LaRouche se constituem, é necessário observar a trajetória política de seu líder, e também como ele se dedicará ao processo de internacionalização de sua causa política, inclusive no Brasil, até coincidir com o projeto político do Prona, de Enéas Carneiro.

Nascido em 1922 (Rochester, New Hampshire), casado com Helga Zepp LaRouche desde 1977, LaRouche serviu, na Índia, ao serviço secreto do exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. Permaneceu no Exército ainda durante dois anos após o fim da guerra, também como não-combatente, quando, em 1947, atuando na Áustria, viria a desligar-se do cargo.

O início da trajetória política de LaRouche ocorre, segundo Dennis King<sup>484</sup>, a partir de 1948, quando filia-se ao Partido Socialista dos Trabalhadores dos EUA (*Socialist Workers Party*, SWP), organização componente da Quarta Internacional Trotskista<sup>485</sup>. Durante 1948 e 1966, período em que esteve filiado ao SWP, LaRouche utilizava o pseudônimo *Lyn Marcus*, qual seria a junção de uma variação dos nomes de Vladimir Lenin e Karl Marx.

Ao deixar o partido (após ter sido expulso, de acordo com H. Gilbert<sup>486</sup>) e iniciar o processo que culminaria com a virada à direita, LaRouche afirmaria, posteriormente, que havia integrado o SWP como informante do FBI<sup>487</sup>, com o único propósito de desestabilizar as organizações de esquerda norte-americana, embora tal hipótese seja pouco provável.

De qualquer maneira, ao desligar-se do SWP, LaRouche aderiu ao *Labor Caucus of the Student for a Democratic Society*, organização estudantil bastante ativa no decorrer dos protestos contrários à Guerra do Vietnã e durante os anos 1960 de maneira geral. Foi expulso da organização em 1969, por tentar obter absoluto controle dela. Juntamente a alguns ex-militantes dessa organização, LaRouche criou, então, a sua própria organização, de cariz

---

483 Para as informações biográficas detalhadas, assim como o delineamento geral das atuações *larouchistas* no Brasil, cf. KRISCHKE, Jair. A Extrema-direita americana no Brasil: ideologia, organização e práticas dos Larouchistas – a organização LaRouche. In: MILMAN, Luis (org.). *Ensaio sobre o Anti-semitismo Contemporâneo: dos mitos e da críticas aos tribunais*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 75-91.

484 KING, Dennis. *Lyndon LaRouche and the New American Fascism*. Nova Iorque/Londres: Doubleday, 1989.

485 Além das obras de Krischke (2004) e King (1989), cf. GILBERT, Helen. *Lyndon LaRouche: Fascism Restyled for the New Millennium*. Seattle: Red Letter Press, 2003.

486 GILBERT, *Op. Cit.*, 2003, p. 39.

487 FBI - *Federal Bureau Investigation*. Para Dennis King, essa versão da viragem à direita (ou retorno, segundo o político norte-americano) teria sido produzida pelo próprio LaRouche como método explicativo de seu passado. Viria a ser elemento importante na sustentação de uma trama autobiográfica. Apesar disso, ela é apropriada por produções que tratam sobre as organizações *larouchistas*, como KRISCHKE (*Op. Cit.*, p. 75). No entanto, é mais provável que ela tenha sido criada pelo próprio LaRouche (cf. KING, *Op. Cit.*, p. 17).

esquerdista, intitulada *National Caucus of Labor Committees* (NCLC), a partir da qual passaria a editar o jornal *The New Solidarity*.

Apesar de uma retórica mais à esquerda, desde o princípio as organizações lideradas por Lyndon LaRouche primavam pela criação de uma elite intelectual em detrimento à participação ou mobilização política das massas. Além disso, o NCLC tinha como procedimento padrão, constantes críticas às outras organizações semelhantes (em especial a própria *Labor Caucus*) por serem, segundo LaRouche, financiadas pela *Fundação Ford*.

Por volta de 1973, LaRouche (e o NCLC fiel aos seus desígnios) passa a defender não uma luta de classes, mas a construção de uma aliança entre o operariado americano e os donos do capital industrial, a fim de minar a existência do capitalismo financeiro (criticando, em especial, a família Rockefeller).

A partir de 1974, o NCLC e o *US Labor Party* (órgão partidário do NCLC, fundado em 1972) passam a antagonizar sistematicamente ao Partido Comunista dos EUA, em um processo onde se inicia (ou seria aprofundado) o culto à liderança de LaRouche. A decorrência desse procedimento culminaria inclusive com a seguinte proposição defendida pelos *larouchistas*: “*Our job is to pulverize the Communist Party!*”<sup>488</sup>.

Esse *trabalho* não se destinou a destruir apenas a força política dos grupos antagonistas, mas também a integridade de seus militantes, por meio de ataques físicos, cárceres privados, assédio moral, entre outros procedimentos que compuseram a chamada *Operation Mop Up*<sup>489</sup> (operação limpeza, em tradução literal).

O NCLC torna-se, assim, formado majoritariamente por seguidores de LaRouche (os *larouchistas*). E, de fato, o NCLC (e o *US Labor Party*) passam por transformações ideológicas, seguindo os referenciais e mutações orientadas por procedimento semelhante advindo do próprio Lyndon LaRouche. E, apesar de uma retórica à esquerda (ou com elementos típico do ideário desse campo político), portanto baseada em certa noção de luta de classes determinada a uma elite intelectual e administrativa, LaRouche passa a se aproximar de organizações da extrema-direita norte-americana<sup>490</sup>, como a *American Conservative Union*, *John Birch Society*, *Ku Klux Klan* e o *Liberty Lobby*.

---

488 Em tradução literal, “Nossa função é exterminar o Partido Comunista [dos EUA]”. Cf. KING, D. *Op. Cit.*, p. 21.

489 Sobre *Operation Mop Up*, além das obras citadas, cf. *U.S. LABOR PARTY*. The Heritage Foundation Institution Analysis. n. 7, June, 1978. Tal documento trata-se de um relatório produzido pelo *The Heritage Foundation*, *think tank* norte-americano de cariz conservador. Nota-se, no texto, o relato sobre as práticas violentas dos membros do *US Labor Party*, assim como relativa incompreensão sobre a confusão retórica e ideológica do *US Labor Party* e demais organizações *larouchistas*.

490 KRISCHKE, *Op. Cit.*, p. 78.

Essa aproximação não se dá em decorrência da disputa de hegemonia à esquerda norte-americana, até porque essa questão haveria de surtir apelo inverso. Os atos de agressões perpetrados por *larouchistas* poderiam ser um dos procedimentos utilizados para essa aproximação política ou aliança eventual, mas o principal fator de aproximação residia na crítica ao capital financeiro, baseada em uma noção comum, imersa em uma perspectiva conspiracionista de entendimento da própria lógica capitalista, e sobretudo pela configuração de um discurso eminentemente antijudaico.

A partir disso, as organizações *larouchistas* passam, então, a difundir teses antisemitas por meio de jornais do próprio movimento (ou de suas siglas diversas), como o *The Campaigner*, entre outros. Com o passar dos anos, o NCLC é transformado em centro irradiador de um conglomerado político diversificado, que envolvia legenda partidária, serviços de inteligência e uma rede de publicações destinadas a divulgar e diversificar as roupagens dessas organizações, assim como sua capacidade de reprodução e penetração.

É a partir desse momento que LaRouche pode ser entendido como um efetivo *think tank* da extrema-direita dos EUA. E apesar de difundir teorias conspiracionistas que ligavam o capitalismo financeiro a uma atividade judaica visando a dominação mundial, as teses de LaRouche buscavam manejar (e disfarçar) esse antisemitismo em termos de antissionismo, o que reflete sua tentativa em diminuir a evidência antisemita, em razão da caminhada política.

Embora o antissionismo não seja necessariamente antisemita, afinal de contas a identidade judaica não funde-se ao Estado de Israel<sup>491</sup>, ele é utilizado como instrumento diversionista por diversos antisemitas. Uma dessas estratégias, conforme disposto por Pierre Vidal Naquet<sup>492</sup>, compreende a evidência da amplitude semita em detrimento à especificidade judaica como anulador de um antisemitismo que seja essencialmente antijudaico.

Dessa maneira, o antisemitismo é negado como uma noção (e instrumento) que viria a compreender além dos *alvos* judaicos, também árabes, palestinos, afro-asiáticos, etc. Nega-se, assim, a condição antisemita pois que viria a contribuir para, em alguns casos, à própria extinção de quem disseminaria esse discurso antisemita (ou antijudaico, se preferir).

É o caso, por exemplo, de Louis Farrakham (Abdul Haleem), norte-americano líder do *Nation of Islam*, que se utiliza de um exercício semântico para reiterar o sentimento

---

491 Sobre a complexidade da questão da identidade judaica na modernidade (que envolve etnicidade, aspectos religiosos, sociais e políticos) e seus paradoxos às práticas de um Estado dominador – ou um Estado controlado por líderes autoritários, a obra de Edgar Morin é esclarecedora, pois dispõe a historicidade e *batalhas* sobre a questão (cf. MORIN, Edgar. *O mundo moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007).

492 NAQUET, Pierre Vidal. *La nueva judeofobia. Israel y los judios: desinformación y antisemitismo*. Barcelona: Gedisa, 2009.

antijudaico não antissemita<sup>493</sup>. Farrakham é, também, um adepto de teorias conspiracionistas de teor antijudaico com ressonância negacionista do holocausto. Não despropositadamente, as organizações *larouchistas* passariam também a colaborar com Farrakham, ao mesmo tempo em que dialogavam com os racistas da KKK e neonazistas do *Liberty Lobby*.

Embora existissem relações com organizações supremacistas brancas, os *larouchistas* buscavam ampliar o contato com diversas tendências radicais da política dos EUA. Uma das estratégias utilizadas pelos membros do NCLC consistia em travestir-se tais quais membros dos *Panteras Negras* e dirigirem-se aos bairros pobres de Manhattan, visando cooptar jovens negros às organizações *larouchistas*. Mais que um modo de divulgação, a estratégia compreenderia uma ofensiva contra as culturas de gueto (*jazz, black power, etc.*) que, no entendimento dos partidários de LaRouche, seriam meras técnicas de lavagem cerebral introduzidas pela CIA, como forma de desvirtuar a juventude e torná-las inócuas à ação política.

Para inserir-se nos círculos dos movimentos sociais e reivindicativos negros nos EUA à época, a tática *larouchista* compreenderia a tentativa de construção de um discurso antissemita (ou enunciadamente antissionista) que os aproximaria a grupos radicais de tendências diversas ou mesmo antagonistas.

Assim, o antissionismo seria não apenas um discurso, mas também um método de aproximação às comunidades islâmicas afrodescendentes norte-americanas. Para isso, LaRouche afirmava que os judeus (ou simplesmente *Zionist Evil*) controlavam o tráfico de drogas com o propósito de subjugar as capacidades de articulação das juventudes (negras e brancas)<sup>494</sup>.

Em 1976, LaRouche foi candidato à presidência dos EUA pelo *US Labor Party*, obtendo pouco mais de quarenta mil votos. Esse período marca, também, a intensificação do antissemitismo em LaRouche, a partir da revista *Spotlight*, onde LaRouche passa a ampliar a conspiração em torno de Rockefeller, alçando-a à coletividade judaica supostamente presente na coordenação das grandes organizações financeiras.

O aprofundamento do antissemitismo em LaRouche decorre não somente da radicalização de seu discurso, mas também em coerência às tentativas de articulação ao extremismo de direita norte-americano, em razão do momento de maior proximidade com Willis Carto<sup>495</sup>,

---

493 Afirma Farrakham: “*Si yo fuera antisemita, estaría en contra de mí mismo. [...] La mayoría de los que me llaman antisemita no son semitas*”. Cf. NAQUET, *Op. Cit.*, p. 32.

494 KING, *Op. Cit.*, p. 37.

495 MINTZ, John. Ideological Odyssey: From Old Left to Far Right. *The Washington Post*, 14/01/1985. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/national/longterm/cult/larouche/main.htm>>

líder do *Liberty Lobby* e um dos responsáveis pela criação, em 1978, do *Institute for Historical Review* (que seria uma das principais organizações de produção e difusão das teses relativistas e negacionistas do holocausto).

A partir desse momento, LaRouche passa a culpar os judeus por uma série de acontecimentos-chave na história americana, como o assassinato de Abraham Lincoln, por exemplo. Em 1977, LaRouche permanece um período na Alemanha, onde conhece aquela que viria a ser sua esposa (Helga Zepp LaRouche) e futura presidente do *Instituto Schiller*, uma das principais organizações *larouchistas* de perspectiva cultural e educacional. Foi nesse período que LaRouche passa a utilizar o antissemitismo com instrumento contínuo, atacando os judeus ricos, a *B'nai B'rith*, os sionistas, o Estado de Israel, o “lobby judaico”, aspectos religiosos, enfim, tudo que remetesse, na perspectiva de LaRouche, a atividades e representações judaicas<sup>496</sup>.

No entanto, apesar de trazer elementos do antissemitismo moderno em seu discurso, assim como diversos momentos em que aproxima-se aos negacionistas do holocausto, o teor antissemita e sua operação conspiracionista em LaRouche é mais complexo. Na realidade, é oriundo de uma meticulosa operação, destinada não somente a empreender uma chave explicativa da história, mas também em estabelecer rótulos depreciativos aos inimigos e adversários políticos diretos. Embora a “questão judaica” estivesse presente nos textos do movimento desde o fim da década de 1970, a sua operação diversifica a denúncia *ipsis literis* da perniciosidade judaica, condição marcante em panfletos antissemitas, como os *Protocolos dos Sábios de Sião*.

No *larouchismo*, o antissemitismo é utilizado, por diversas vezes, para *atestar* o perigo e as alianças entre efetivos e prioritários inimigos (adversários políticos) de Lyndon LaRouche, não como o núcleo de definição ao qual remeteria a teoria conspiracionista. Assim, Nelson Rockefeller (então governador de Nova York) é descrito como um colaborador do lobby judaico. E, quando após o falecimento de Rockefeller, a figura representativa do capitalismo financeiro circunscrita à perspectiva conspiracionista verteria para uma “oligarquia britânica” sob *liderança* da Rainha Elizabeth II.

Assim, LaRouche passa a compreender relação com as conspirações que ligam os britânicos (ou as elites britânicas) ao judaísmo. Essa variação, conforme mostra D. King, é

---

(Acesso em 12 abr. 2015).

496 Elementos do antissemitismo em LaRouche não se restringem a partir desse momento. De fato, a bibliografia (e fontes consultadas) sobre LaRouche demonstra que o antissemitismo desenvolvera-se desde as organizações de esquerda, no início dos anos 1970.

uma espécie de apropriação de um certo tipo de teoria conspiracionista existente nos EUA desde o fim do século XIX, de modo que LaRouche não somente absorve como modifica-a<sup>497</sup>.

A lógica conspiracionista de LaRouche opera a partir de pares antitéticos não excludentes, e por vezes complementares. Tomamos, assim, dois grupos majoritários, onde *A* seria o nazismo (Hitler, fascismo, enfim), e *B* seriam os conspiradores (que são variáveis, mas reportam aos chefes conspiracionistas, em especial a *oligarquia britânica*, ou *sionista-britânica*, e assim por diante).

Ao mesmo tempo em que critica Adolf Hitler e o nazismo, LaRouche viria, p. ex., a criticar os Rockefellers (ou simplesmente o *império anglo-americano*, *sionistas*, etc.), afirmando que *eles* haviam planejado um holocausto em dimensões muito maiores que o nacional-socialista. Logo, aqueles supostamente antinazistas seriam, na realidade, nazistas potencializados, ou os *verdadeiros* nazistas.

Trata-se, assim, de concordar com a opinião pública quanto à perniciosidade de *A* (afastando-se dela, ou da possibilidade de ser atrelado a tal categoria); projetando essa perniciosidade em *B*, todavia de modo potencializado, onde *B* seria o verdadeiro *A*, pois *n* vezes maior que seu suposto opositor (ou simplesmente igual a ele).

Ao afirmar a perniciosidade de *A*, LaRouche não poderia ser descrito como *A*. E denunciando *B* como um *A* potencializado, deslegitimaria *B* e sua atuação/conspiração (logo, a totalidade). Restaria, então, a figura e condição *outsider* de *C*, que seria o próprio Lyndon LaRouche (ou as organizações LaRouche), justamente aqueles capacitados em compreender a complexidade desta realidade paralela (ou falsa realidade da conspiração, na visão deles).

Acaba por ser, portanto, não apenas um instrumento de inteligibilidade (ininteligível, por suposto) da realidade, mas um princípio explicativo do processo histórico, assim como possibilidade de deslegitimação de oponentes e também dissidentes. De fato, qualquer dissidente *larouchista* seria automaticamente posto de *C* para *A* (ou de *C* para *A*, denunciando-se enquanto serviçal de *B*).

---

497 Em algumas representações, a rainha Elizabeth apareceria junto a cinco personalidades, como Milton Friedman e Henry Kissinger, com uma estrela de Davi ao meio. Assim, estima-se a existência de uma cooperação política e economia que remeteria ao princípio comum (*judaico*) de ordenação conspiracionista. Cf. Mickey Mouse & Pluto Move to Washington. *New Solidarity*, 17/10/1978.

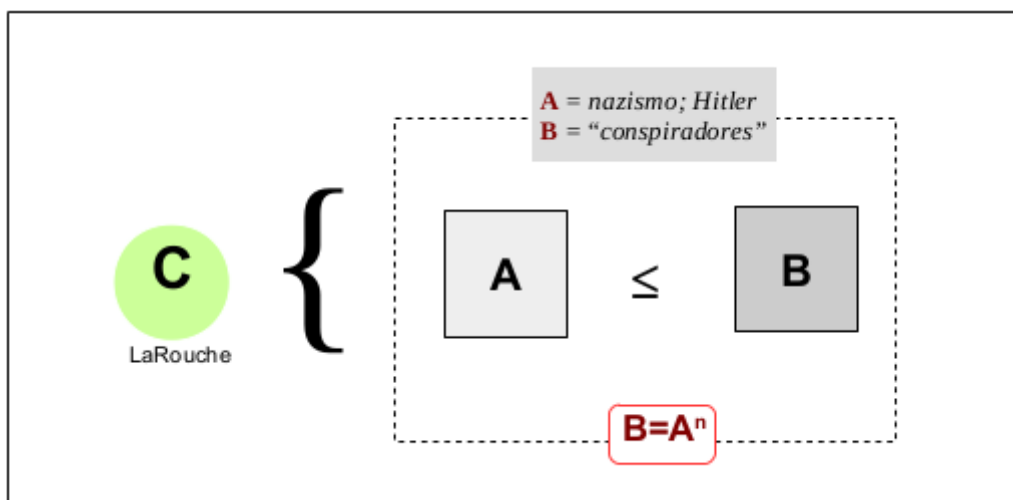


Gráfico 5 – Conspiracionismo – Lyndon LaRouche

Essa lógica conspiracionista se desenvolve, então, por todas aquelas organizações afeitas ou pertencentes aos círculos de influência de Lyndon LaRouche. A intensidade, natureza e aplicação dessa lógica não será imediata e absoluta, mas respeitará as condições e contextos de cada realidade política, social, cultural ou mesmo religiosa.

E, a partir do momento em que é criado um sentido explicativo da história recente (e da própria história humana), LaRouche passa a ampliar as estruturas de disseminação e entrismo em organizações políticas. Inscrito, nos EUA, a uma realidade política multipartidária mas favorável ao bipartidarismo entre *republicanos* e *democratas*, LaRouche extingue o *US Labor Party* em 1979, criando o *National Democratic Policy Committee*, que servia como braço político não institucional do NCLC.

Essa organização era, na realidade, a plataforma de inserção de LaRouche ao Partido Democrata dos EUA. Mas qual a razão para LaRouche tentar, dentro de suas limitações, aparelhar o Partido Democrata e não seu oponente mais conservador, o Partido Republicano? A explicação de Dennis King<sup>498</sup> é bastante coerente, onde afirma que os *republicanos* não ofereceriam nenhuma possibilidade de crescimento imediato de LaRouche, pois uma tradicional instituição conservadora daquele país. Além disso, a trajetória à esquerda de LaRouche trouxe consigo militantes afeitos, em teoria, a um ambiente mais progressista.

Após a filiação dos *larouchistas* ao Partido Democrata, e principalmente aproveitando a relativa simplicidade do processo das prévias eleitorais majoritárias norte-americanas, Lyndon LaRouche inicia a contínua candidatura às prévias para a presidência dos EUA pelo Partido Democrata. Converte-se, assim, em uma espécie de candidato (ou pré-candidato) perene,

<sup>498</sup> *Op. Cit.*

participando do processo eleitoral em 1980, 1984, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004.

Apesar de estar filiado aos *democratas* e participar desse processo, a trajetória política de Lyndon LaRouche ocorre em paralelo e complementarmente às prévias, sendo que essa participação na corrida eleitoral pode ser compreendida não somente como a tentativa de inserção política, mas também como um efetivo aparato de divulgação de suas propostas e teorias conspiracionistas. E além de uma estratégia eminentemente política, esse procedimento eleitoral teria como objetivo complementar o financiamento das organizações *larouchistas*, inclusive com fraudes fiscais, procedimento que levariam Lyndon LaRouche à prisão entre os anos de 1989 e 1994.

Descrito pelo jornal *The New York Times*<sup>499</sup> como um político extremista que havia concorrido à presidência por três vezes, o pretense (ou pseudo) líder democrata foi condenado por fraude de mais de trinta milhões de dólares ao fisco norte-americano, proveniente de um esquema de vendas de assinaturas de revistas e periódicos, além de empréstimos não honrados. A investigação teria durado cinco anos, e parte da fraude era referente à não contabilização dos rendimentos provenientes de financiamento à campanha presidencial de 1984. Após a sentença, LaRouche foi encaminhado algemado à prisão.

Embora a prisão do líder político pudesse significar o esfacelamento da organização política, fato é que no discurso de LaRouche (e na reprodução militante) a prisão foi tomada não como um desagravo, mas sim como prova inequívoca da veracidade de suas teorias, de modo que o governo federal norte-americano estava perseguindo LaRouche por dizer a *verdade* e postular-se contra a conspiração corrente. LaRouche seria não um político preso, mas um *preso político*.

Dessa maneira, é possível observar as capacidades de adaptação e mutação da conspiração em razão das adversidades contextuais. A reportagem cita, também, as variações conspiracionistas de LaRouche e seus associados, para quem, naquele momento, Henry Kissinger era um agente soviético e a Rainha inglesa (Elizabeth II), uma narcotraficante.

Essa conspiração, descrita em várias edições *larouchistas* (especialmente na *Executive Intelligence Review*, EIR) foi condensada e editada em *Narcotráfico SA*<sup>500</sup>, onde os *larouchistas* afirmam que a questão das drogas era uma conspiração “nazicomunista” com tradições históricas remetentes à Guerra do Ópio e que visava a dominação mundial por parte

---

499 LaRouche receives 15-year sentence. *The New York Times*. 28/01/1989. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1989/01/28/us/larouche-receives-15-year-sentence.html?pagewanted=all&src=pm>> (Acesso em 17 mai. 2015)

500 *Narcotráfico SA: La Nueva Guerra del Opio*. Nova York: The New Benjamin Franklin House, 1985.



de uma oligarquia britânica.

Mais que restrito à questão chinesa, essa ramificação (e mutação) da conspiração envolveria o Fundo Monetário Internacional, partidos e líderes políticos de diversas nações (México, Jamaica, EUA, URSS, etc.), onde uma das suas mais recentes expressões seriam os movimentos contraculturais, que buscariam romper com a adesão dos EUA ao progresso técnico-científico. Do ponto de vista cultural, para os *larouchistas*, essa conspiração teve início durante os anos 1930, a partir da plena adesão de Aldous Huxley, T. S. Eliot, Oswald Mosley (líder fascista britânico), entre outros. Uma das consequências diretas seria a criação da cultura do LSD e do movimento hippie, ou seja, o outro lado da conspiração que criara a cultura do gueto aos jovens negros norte-americanos.

Essa conspiração segue, conforme demonstrado anteriormente, uma certa lógica interna de operação. E, de fato, ela varia de acordo com a obra e os *inimigos* a serem combatidos. Em “O Governo Mundial: a perversão de Bertrand Russell e H. G. Wells”, LaRouche afirma que o ataque das bombas atômicas ao Japão foi planejado por Russell, como propósito em “aterrorizar os povos do mundo, para que se submetessem aos ditames de um árbitro mundial de conflitos, de um império mundial, de uma ditadura malthusiana mundial da ONU”<sup>501</sup>. Logo, uma ditadura equivalente ou pior que o próprio nazifascismo.

Adiante, LaRouche afirma que “não há neste século outro representante da filosofia liberal, nem mesmo criaturas tão perversas como Sigmund Freud ou Theodor Adorno, que tenham representado a encarnação viva de Satã de modo tão sistemático como o Mefistófeles do século 20, o maligno Russell”<sup>502</sup>.

A operação conspiracionista de LaRouche envolve, assim, uma profunda e incorrigível distinção baseada entre o *bem* e o *mal*. E isso dirá respeito não apenas às teorias da conspiração, mas à visão de mundo e propostas de políticas públicas. Contraposto à salvaguarda que LaRouche imprime à autêntica civilização europeia e cristã, haveria o processo de destruição pela tendência contrária, onde “o número cada vez menor de portadores da herança moral da civilização europeia está quase a ponto de ser superado pelas hordas multiculturalistas, que seguem as idéias satânicas de Bertrand Russell, Theodor Adorno e Marting Heidegger, filósofo de Adolf Hitler”<sup>503</sup>.

Além disso, a conspiração envolvia, também, o “agente de influência britânico”, Karl

---

501 LAROCHE, Lyndon. *O Governo Mundial: A perversão de Bertrand Russell e H.G. Wells*. Rio de Janeiro: MSIa, 1999, p. 17.

502 *Idem*, p. 19.

503 *Idem*, p. 27.

Marx. Já H.G. Wells seria inimigo de LaRouche por ser um propagandista de uma visão apocalíptica após um juízo final nuclear (chamadas de “doutrinas do terror nuclear”). Wells seria, também, “membro da Távola Redonda”<sup>504</sup> e criador da contracultura dos anos 1960 e 70 (acompanhado daqueles mencionados anteriormente).

Embora diversifique suas denúncias, elementos, temporalidade e capacidade explicativa da conspiração (e isso é um traço dos textos *larouchistas*), a lógica de operação persiste no sentido habitual, visto que todos *eles* (os inimigos de LaRouche) são comparáveis, piores ou aliados de Hitler. Inclusive a família Bush.

Para além de uma teoria conspiracionista que se distancia à tentativa de sustentação em fatos concretos, é manifestada adiante da trama construída a partir da denúncia, a presença da questão energética e nuclear como princípio promotor do desenvolvimento industrial em oposição ao capitalismo financeiro. Se a conspiração existe, o principal adversário dela é não apenas a denúncia de sua existência, mas o antídoto disposto mediante uma larga e intensa industrialização. Assim, o pacifismo (de Russell e demais) seria, para LaRouche, um grande empecilho para o desenvolvimento do uso da energia nuclear, procedimento nodal para o desenvolvimento técnico e humano.

Então, além de um discurso conspiracionista que em muitos momentos pode parecer profundamente confuso em razão de seus argumentos e dimensão, o discurso de LaRouche determina o apelo ao capitalismo industrial (ou o fomento à industrialização) como elemento de promotor de libertação face ao capitalismo financeiro que, para as organizações *larouchistas*, seria um dos instrumentos, senão o principal, do enredo conspiracionista.

Dessa maneira, além da própria denúncia da conspiração, reside nos escritos *larouchistas*, a defesa da necessidade de reorganização da ordem econômica mundial para além da modificação de líderes governamentais e de uma elite dirigente. Em “*Então, queres aprender economia?*”<sup>505</sup>, com edição original de 1984 (segunda edição de 1995, primeira edição no Brasil de 1999), LaRouche delinea o caminho que será efetivamente trabalhado em “*A Ciência da Economia Cristã*”<sup>506</sup>.

Para o autor, a única forma de romper com a aliança maligna e liberal (ou *neoliberal*), seria um retorno ao sistema americano de economia política preconizado por Alexander Hamilton, onde uma alta tarifa alfandegária (como forma de proteção à indústria nacional), coincidiria

---

504 *Idem*, p. 192.

505 LAROUCHE, Lyndon H. *Então, queres aprender economia? Um texto de economia física elementar*. Porto Alegre: Movimento de Solidariedade Ibero-americana, 1999.

506 LAROUCHE, Lyndon. *A Ciência da Economia Cristã*. Porto Alegre: Movimento de Solidariedade Ibero-americana, 1998.

com a defesa do sistema padrão ouro, isto é, no qual a emissão de papel-moeda estivesse determinada única e exclusivamente à quantidade de reserva de ouro dos Estados-nação.

Dessa maneira, somente com a alta taxa de crescimento industrial, as nações poderiam efetivamente cumprir a máxima bíblica “Crescei e multiplicai-vos!” (*Gênesis 1:28*)<sup>507</sup>. Para poder retomar o crescimento dos EUA (e, adiante, de todo o mundo), seria necessário incrementar a produção industrial e agrícola mediante utilização da energia de fusão nuclear, aspecto que mereceria atenção detalhada das organizações *larouchistas*, inclusive com organizações especialmente destinadas ao lóbi nuclear<sup>508</sup>.

No entanto, mais que simplesmente proporcionar o aumento das taxas de produção, o que LaRouche e as organizações *larouchistas* propõem é, em suma, a mudança econômica antiliberal com os olhos ao passado, do imediato pós-guerra.

Na perspectiva da política econômica propriamente dita, essas novas práticas retomariam os acordos de *Bretton Woods*, ou mais propriamente criar um “*New Bretton Woods*”<sup>509</sup>. O apelo do regresso à *Bretton Woods* compreende não apenas a defesa de um *welfare state* keynesiano (ou simplesmente estado de bem-estar social), mas principalmente a pressão pela crítica contínua ao liberalismo atrelada à promoção do intervencionismo governamental na economia.

No entanto, é possível questionar: Qual a relação entre a defesa do retorno a *Bretton Woods* e os princípios cristãos na economia? Para LaRouche, embora a doutrina americana de Alexander Hamilton e demais economistas não fosse uma perspectiva essencialmente oriunda da doutrina cristã, seria “consistente com os princípios cristãos, enquanto o liberalismo britânico se opõe a estes princípios”<sup>510</sup>, em razão que Adam Smith (e o liberalismo) representavam “encarniçados adversários do cristianismo e da Civilização Ocidental”<sup>511</sup>.

---

507 LAROCHE, Lyndon H. *Então, queres aprender economia? Um texto de economia física elementar*. Porto Alegre: Movimento de Solidariedade Ibero-americana, 1999.

508 A defesa da utilização da energia nuclear seria o principal mote de atuação da *Fusion Energy Foundation*, fundada por LaRouche em 1974, existente até 1986, e que publicou periódicos como o *International Journal of Fusion Energy* e o *Fusion Magazine* (além dos próprios relatórios da organização, o *Fusion Energy Foundation Newsletter*). No fim da atuação da organização, chegaram a publicar uma revista destinada especificamente à Ásia (com devida atenção ao programa nuclear indiano), intitulada *Fusion Asia*, além da versão em espanhol (*Fusión*). Foi por meio da revista *Fusión* que LaRouche trouxe ao público ibero-americano uma de suas propostas mais controversas: a colonização da Lua e do planeta Marte como estratégia de desenvolvimento científico, industrial, tecnológico e humano (cf. LAROCHE, Lyndon H. *La colonización de la Luna y Marte. Fusión*. v. IV, n. 2, 1987, p. 28-54).

509 A pré-candidatura presidencial de LaRouche em 1999 traria como lema, por meio de seu comitê de campanha, justamente o clamor por um 'New Bretton Woods'. Cf. LAROCHE, Lyndon. *The Road to Recovery*. Leesburg, Virginia: LaRouche's committee for a New Bretton Woods, 1999.

510 LAROCHE, Lyndon. *A Ciência da Economia Cristã*. Porto Alegre: Movimento de Solidariedade Ibero-americana, 1998, p. XV.

511 *Idem*, p. 39.

Logo, se é um modelo crítico ao liberalismo (e, por extensão, do marxismo), aproxima-se de LaRouche e, conseqüentemente, dos valores cristãos para a economia. Essa aproximação, ou uma economia pretensamente cristã, diz respeito à noção de otimismo face ao progresso tecnológico e científico em Lyndon LaRouche e nas organizações *larouchistas*.

Para LaRouche, uma ciência eminentemente cristã é aquela que proporcionaria o pleno desenvolvimento da sociedade, visto que o autor parte do princípio de entendimento que a civilização cristã (ou civilização Ocidental, noções complementares nos títulos *larouchistas*) é a fase mais desenvolvida da própria humanidade, assim como a suposição “que, talvez, a ciência econômica não poderia ter sido desenvolvida exceto pela Cristandade”<sup>512</sup>.

Dessa maneira, o pleno desenvolvimento é um processo evolutivo tecnológico e científico dentro de um padrão moral cristão (e, claro, seguindo uma ótica e enredo conspiracionista) que não deveria ser somente garantido, mas também promovido pelo Estado. Não a toa, LaRouche denomina de malthusiano (ou *neomalthusiano*) todos aqueles que por ventura impusessem barreiras ao crescimento por ele delineado. Por isso a necessidade do controle da economia mediante intervenção estatal, assim como o uso da fusão nuclear e propostas pitorescas, como a colonização de Marte<sup>513</sup>.

Ao propor a resolução da dualidade entre Adam Smith e Karl Marx (logo, entre o liberalismo e o comunismo), LaRouche compreende que a sua proposta de retorno à economia norte-americana baseada na produção interna e no exercício da capacidade de intervenção estatal estão em pleno acordo com os princípios cristãos para (e da) economia, não somente à passagem de Gênesis em garantimento à reprodução contínua da espécie humana, mas sobretudo à encíclica *Rerum Novarum* (Papa Leão XIII) onde, na visão *larouchista*, o capitalismo industrializado cumpriria as prerrogativas da Doutrina Social da Igreja<sup>514</sup>.

Ao propor uma sociedade, economia e política ocidental fundada primordialmente sob preceitos conservadores e cristãos, LaRouche busca, também, estabelecer a função de *think tank* como princípio de normatização (ou simplesmente influenciador) de organizações e agremiações políticas no exterior. Portanto, LaRouche não se afirma como líder apenas dos EUA, mas de uma perspectiva política e social a ser desenvolvida, de acordo com suas ambições, por todo o mundo.

Este seria, inclusive, um dos propósitos para a futura aproximação com Enéas Carneiro. A

---

512 *Idem*, p. 18.

513 Sobre a questão da crítica de LaRouche aos que ele chamaria de malthusianos (uma variação dos *inimigos* em sua operação conspiracionista), cf. LAROUCHE, Lyndon. *Não há limites para o crescimento*. Rio de Janeiro: Dois pontos ed., 1986.

514 *Idem*, p. VIII.

partir dessa determinação isto é, a universalidade *larouchista*, essa visão de mundo (ou antevisão imaginada) conflitua, de alguma maneira, com a perspectiva das direitas pós-fascistas, especialmente na Europa, àquilo que Roger Griffin<sup>515</sup> chamaria de fascismo sem faces.

De fato, é possível observar, desde os anos 1980, a tentativa dos *larouchistas* em desestabilizar ou simplesmente contrapor à perspectiva metapolítica da *Nouvelle Droite* francesa. Provavelmente seria uma deliberada perspectiva de disputa de hegemonia no campo cultural da direita, isto é, para além das iniciativas partidárias e eleitorais, até por que as possibilidades políticas de Lyndon LaRouche eram praticamente nulas, fosse no *US Labor Party* ou no Partido Democrata.

Em 1986, por exemplo, Yves Messer<sup>516</sup> (correspondente da EIR em Paris) redigiu uma reportagem sobre as recentes investidas dos negacionistas (autointitulados *revisionistas*) do holocausto na França. Para Messer, a tese que haveria uma conspiração em torno do “mito” do holocausto era, também, uma conspiração – ou uma espécie de *metaconspiração*. Para isso, o autor denuncia o caráter neonazista (“*neo-nazi pagan*”) da nova direita francesa liderada por Alain de Benoist, assim como afirma que essa perspectiva filosófica, malgrado seu pretense anticomunismo, esconderia, na realidade, a ideia de uma Moscou como Terceira Roma, algo em torno ou coerente ao *nazicomunismo* denunciado (e imaginado) por LaRouche.

A denúncia *larouchista* incluiria, assim, não somente os membros da GRECE (*Groupement de Recherche et d'études pour la Civilisation Européenne*) composta e liderada por intelectuais como A. Benoist, mas os negacionistas que circundavam ao projeto político da *National Front*, assim como aqueles de origem à esquerda como Paul Rassinier (que havia militado em organizações da seção francesa da Internacional Socialista). Denuncia, também, a participação de Jean François Thiriart (líder político belga, fundador da *Jeune Europe*, que havia transitado entre organizações propriamente neofascistas mas também de orientação nacional bolchevistas).

A perspectiva central, no texto, é compreender a associação entre os neofascistas franceses, a perspectiva pagã da *Nouvelle Droite* (certamente existente e relativamente hegemônicos, mas que coexistiam com setores cristãos da própria ND) e financiamento político-religioso do libanês Muammar Kadafi.

---

515 GRIFFIN, Roger. Studying Fascism in a Postfascist Age. From new consensus to New Wave?. *Fascism: Journal of Comparative Fascist Studies*. V. 1, N.1, 2012, pp. 01-17.

516 MESSER, Yves. 'Revisionist' campaign hits France. *Executive Intelligence Review*. v. 13, n. 27, 1986, p. 59.

É possível delinear, assim, a tentativa de promoção de confronto entre duas perspectivas culturais e política da direita, pretensamente paradigmáticas, para amplitude internacional: aquela ligada à *Civilização Cristã Ocidental* (representada, claro, em Lyndon LaRouche) e as adversárias, pró-Moscú, Islã, Nazismo, etc. (isto é, tudo aquilo que o sistema conspiracionista de LaRouche pudesse abarcar).

Além disso, esse princípio distintivo servia como estratégia para dissociar LaRouche das evidências de suas antigas práticas antissemitas (posteriormente “antissionistas”). Isso não quer dizer, contudo, que o antissemitismo em LaRouche deixou de existir no momento em que denunciava a existência de elementos antissemitas (óbvios) no discurso de outros líderes da extrema-direita.

Como exemplo, o editorial de 05 de agosto de 1991 de *The New Federalist*<sup>517</sup>, mais um entre diversos veículos de imprensa *larouchista*, é um marco no processo de transição do antissemitismo de LaRouche (e seus partidários) para uma crítica antissionista contra, claro, as ações do Estado de Israel e sua própria existência. Para LaRouche, o sionismo seria uma prática com resultados muito semelhantes ao racismo genocida dos nazistas, de modo que se afastaria de uma premissa ética judaico-cristã da santidade da vida humana.

Embora não descreva, subentende-se que o sionismo assimilar-se-ia a um estado anticristão (e *anti judaico-cristão*). Essa crítica *larouchista* não é despropositada. Em 1988, a *Anti Defamation League* (organização internacional de combate ao antissemitismo), havia publicado um relatório sobre as tendências antissemitas de LaRouche e sua atuação na América Latina<sup>518</sup>. Em resposta à organização, a equipe de EIR editou *The Ugly Truth About the Anti-Defamation League*<sup>519</sup>, afirmando, entre outras acusações, que a organização seria um instrumento da oligarquia britânica fomentadora do tráfico internacional de drogas. Logo, o antissionismo *larouchista* não era somente uma plataforma crítica ao Estado de Israel, mas um princípio de desconstrução repaginada de seu antissemitismo e também de seus opositores.

É possível observar que além da capacidade de mutação da estratégia conspiracionista em LaRouche (e *larouchistas*), assim como a diversificação das áreas de atuação (questões energéticas, partidos políticos, órgãos de imprensa, etc.), as organizações LaRouche buscam também a internacionalização. Por isso a necessidade de observar esse fenômeno em perspectiva transnacional.

---

517 Zionism is Racism. *The New Federalist*, 05/08/1991, p. 14.

518 *Anti Defamation League International Report – Latin America – The LaRouche Network in Latin America*. Nova York: ADL, January, 1998.

519 *The Ugly Truth About the Anti-Defamation League*. Washington: Executive Intelligence Review, 1992.

De fato, para compreender a amplitude e capacidade política de Lyndon LaRouche, é necessário observar seus instrumentos de influência internacional e, especialmente, as organizações que filiam-se ideologicamente – ou afiliam-se, propriamente dito – desse universo discursivo e ideológico, que transita entre o conspiracionismo, a defesa do intervencionismo econômico ou mesmo de um lóbi pelo uso da energia nuclear.

Devido à proximidade territorial, um dos primeiros focos de influência internacional de LaRouche foi no Canadá onde, durante a década de 1970, foi fundado o *North American Labour Party*, depois transformado em *Party of Commonwealth of Canada* e o *Committee for the Republic of Canada*, todos eles com baixa votação (cerca de sete mil votos nas eleições de 1984, 1988 e 1993).

Na Europa, esse processo também ocorreu desde as primeiras organizações efetivamente *larouchistas*. Na Alemanha, o *Bürgerrechtsbewegung Solidarität* é o braço político das organizações LaRouche no país, que conta também com o *Instituto Schiller*, coordenado por Helga Zepp LaRouche, que promove a defesa da perspectiva clássica para educação e cultura. Entre os anos 1980 e 1990, houve também outra agremiação, intitulada *Patrioten für Detschland*.

O sueco *Europeiska arbetarpartiet* (Partido dos Trabalhadores Europeus) foi uma das organizações *larouchistas* na Escandinávia. Fundado por norte-americanos residentes na região, os membros do partido foram acusados de envolvimento no assassinato do primeiro-ministro Olof Palme, em 1986, embora não tenham sido condenados<sup>520</sup>. Nota-se, seja pela legenda do partido ou pela data de fundação (1974), que foi uma tentativa de internacionalização *larouchista* presente desde a existência do *US Labor Party*.

O *Movimento internazionale per i Diritti civili – Solidarietà*<sup>521</sup>, na Itália, corresponde à principal e incipiente organização *larouchista* no país. Sem configuração partidária, traz uma discurso dúbio (entre a esquerda e direita), com aspectos baseados na defesa da solidariedade humana, antiglobalização, conspiracionismo e antiecologismo. Esse último é inclusive um dos traços das organizações *larouchistas* mais recentes e de suas atuações na Europa<sup>522</sup>. Provém, provavelmente, da tentativa em ocupar um nicho do campo político disponível, transitando entre a direita e a esquerda, com uma perspectiva superior às distinções políticas habituais.

Na França, o principal representante *larouchista* é Jacques Cheminade. Nascido em Buenos

---

520 KRISCHKE, *Op. Cit.*, p. 81.

521 *Movimento internazionale per i Diritti civili – Solidarietà*. Disponível em: <<http://movisol.org>> (Acesso em 20 abr. 2015).

522 Cf. ROWELL, Andrew. *Green Backlash: Global subversion of the environmental movement*. Londres: Routledge, 1996, p. 57.

Aires, Cheminade é a liderança responsável pelo pequeno partido *Solidarité et Progrès*, que defende o fim do Euro e adoção de uma nova moeda, assim como o desenvolvimento de relações diplomáticas fora da zona do Euro (logo, com a Eurásia). A conspiração é, também, ponto central no discurso partidário (assim como seu aspecto de mobilização), que envolve a denúncia contra o “Império Britânico” e acusa a suposta farsa do aquecimento global. Assim como LaRouche, Cheminade teve problemas com a justiça em razão de empréstimos para fins eleitorais (cerca de 173.000€)<sup>523</sup>.

Na realidade, o *Solidarité & Progrès* surge como segunda organização política *larouchista* no país, substituindo o *Parti Ouvrier Européen* fundado em 1974 e dissolvido em 1989, que surgiu inicialmente com tendências de extrema-esquerda e, tal qual a trajetória de inspirador, passou ao campo do conspiracionismo de direita, com uma retórica pouco definida em termos espaciais no campo político francês<sup>524</sup>.

De acordo com Cyril Le Tallec, além dos partidos, outras organizações *larouchistas* atuaram na França durante os anos 1970, como a *Fusion Energy Foundation*. O S&P é contudo a principal organização, que busca disputar espaço com a *Front National* por meio de campanhas moralizantes (contra as drogas e o *rock'n'roll*) e críticas ao sionismo<sup>525</sup>, contudo distante de qualquer relevância política comparável ao partido de Jean Marie Le Pen.

Na Rússia, um dos representantes das organizações *larouchistas* na década de 1990 era Sergei Glazyev, que havia sido eleito deputado pelo Partido Democrático da Rússia, de cariz conservador. Após deixar o PDR russo, passou a integrar o Rodina (acrônimo de União Patriótica Pátria-Nacional), partido de extrema-direita. Entre os anos 1998 e 1999, publicou (em russo, depois em inglês) a obra *Genocide: Russia and the New World Order*<sup>526</sup>, em que denuncia o plano de destruição do Estado Russo mediante políticas econômicas propostas (ou *impostas*) pelo FMI<sup>527</sup>.

Dessa maneira, é possível constatar a variação dos temas-chave de LaRouche, assim como

---

523 MESTRE, Abel. Qui est Jacques Cheminade candidat conspirationniste? *Le Monde*, 20/03/2012. Disponível em: <[http://www.lemonde.fr/election-presidentielle-2012/article/2012/03/20/qui-est-jacques-cheminade-candidat-conspirationniste\\_1672484\\_1471069.html](http://www.lemonde.fr/election-presidentielle-2012/article/2012/03/20/qui-est-jacques-cheminade-candidat-conspirationniste_1672484_1471069.html)> (Acesso em 15 mar. 2015).

524 Cf. MONZAT, René. *Le Parti ouvrier européen: Une paranoïa maîtrisée au service du renseignement*. In: Enquêtes sur la droite extrême. Paris: Le Monde-Éditions, 1992, p. 247-262.

525 LE TALLEC, Cyril. *Les sectes politiques (1965-1995)*. Paris: L'harmattan, 2006, p. 133.

526 GLAZYEV, Sergei. *Genocide: Russia and the New World Order (A Strategy for Economic Growth on the Threshold of the 21st Century)*. Washington: Executive Intelligence Review, 1998.

527 Mais adiante, Glazyev romperia com Rodina, passando ao partido comunista Russo. Aproximaria-se, assim, às teses neoeurasianas (ou nacional-bolcheviques) de Aleksandr Dugin, sendo inclusive apontado como um dos responsáveis pela política eurásiana do Kremlin para a Ucrânia nos conflitos recentes. Cf. SYNDER, Timothy. Fascism, Russia, and Ukraine. *The New York Review of Books*. 20/03/2014. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/archives/2014/mar/20/fascism-russia-and-ukraine>> (Acesso em 28 mar. 2014).



o procedimento das organizações. Inicialmente com referências aos trabalhadores, trazendo a fase enunciadamente à esquerda. Em caráter posterior, adere a um misto de antiecológico, lóbi nuclear, antiglobalização e discurso conspiracionista. Isso, no entanto, não quer dizer que houve significativo poder de LaRouche nesses países para além das organizações, senão alguns fiéis seguidores.

Assim, o poder político da rede *larouchista* e de seu líder não devem ser mensurados pelo seu contingente, senão pelo impacto da internacionalização e sua retórica de convencimento. Ainda que ele possa ser comparado com outras organizações e redes internacionais de cooperação política, inclusive daquelas mais radicais de direita, o fator de poderio político ampara-se mais pela imagem que LaRouche vende (de si e suas organizações) para os seus próprios seguidores, do que sua prática efetiva. Não à toa, é comum discutir-se se LaRouche compreenderia uma liderança política tradicional ou alguma espécie de culto político<sup>528</sup>.

O processo de internacionalização *larouchista* respondia às especificidades contextuais. Se no continente europeu esses organismos representativos (ou influenciados) buscaram transitar entre um discurso à direita e à esquerda, tendo o conspiracionismo como ponto de equilíbrio, na América Latina o processo haveria de ser mais à direita, seduzindo lideranças políticas, militares e constituindo siglas e agrupamentos afeitos à causa.

Na América Latina, a primeira (ou mais efetiva) relação dos *larouchistas* se deu no México, durante a presidência (1976-1982) Jose Lopez Portillo, do PRI (Partido Revolucionário Institucional). Além do presidente mexicano, LaRouche transitava entre lideranças do PRI. Esse trânsito era decorrência, em grande medida, da chamada *Operação Juárez*, a proposta de LaRouche para *Iberoamerica*, a fim de romper com o “federalismo mundial malthusiano”<sup>529</sup>. Decorre também da tentativa de propor um modelo de *terceira via* de desenvolvimento econômico (e político) à América Latina, texto que viria a ser a base da obra “Nem Kissinger, Nem Castro!”<sup>530</sup>, lançada em 1986.

Na Venezuela, o representante *larouchista* foi Alejandro Peña Esclusa, que durante os anos

---

528 Sobre a questão *culto da liderança x grupo político* em LaRouche, essa discussão está presente em grande parte de bibliografia até então citada. Discute-se algumas proposições *sui generis* de LaRouche (em especial a verve colonizadora espacial) aliada à visão elitista de sociedade e catastrófica da realidade. No entanto, distante ou não da realidade, fato é que a visão de mundo coincide com organizações partidárias estabelecidas e, em raros casos, com alguma ressonância eleitoral. Para uma leitura mais específica sobre a questão, cf. HOUSTON, Paul. In *Spotlight After Illinois Victories – LaRouche: Cult Figure or Serious Political Leader?* *Los Angeles Times*, 29/04/1986. Disponível em: <[http://articles.latimes.com/1986-04-29/news/mn-2332\\_1\\_larouche-organization](http://articles.latimes.com/1986-04-29/news/mn-2332_1_larouche-organization)> (Acesso em 12 jan. 2015).; TOURISH, Dennis & WOHLFORTH, Tim. *On the Edge: Political cults right and left*. Londres: Routledge, 2000, p. 69-85.

529 LAROUCHE, Lyndon. *Operación Juárez. Informe especial de Executive Intelligence Review*, 1985.

530 LAROUCHE, Lyndon. *Nem Kissinger, Nem Castro!: Operação Juárez é a única saída para a crise da dívida*. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1986.

1980 fundou o *Partido Laboral Venezolano*, sucursal do *US Labor Party*. Peña permaneceu afiliado aos círculos *larouchistas* até meados de 1995, embora os ideais *larouchistas* persistiriam na agremiação<sup>531</sup>. Com a ascensão de Hugo Chávez à presidência do país, Alejandro Peña tornou-se seu intenso opositor (a quem, reproduzindo a cartilha *larouchista*, denominava de *chavismo hitleriano*), denunciando uma conspiração de Chávez e demais membros do *Foro de São Paulo* em torno de uma suposta tentativa de *comunização latino-americana*<sup>532</sup>. Adiante, juntamente a Heitor de Paola, articulou a organização UnoAmerica (*Unión de Organizaciones Democráticas de América*), de caráter anti-esquerdista.

Em 1988, o *Instituto Schiller*, organizou o evento preparatório para o II *Congreso Anfictionico de Panamá*<sup>533</sup>, decorrido entre os dias 08 e 12 de Agosto. Ao tentar apropriar-se do Congresso do Panamá de 1826 convocado por Simon Bolívar, objetivava-se, evidentemente, a tentativa em efetivar a perspectiva *larouchista* como via de libertação das nações *bolivarianas*. Acontecimento apoiado pelo governo de Carlos Noriega, o evento denunciaria a conspiração anglo-saxônica em torno do narcotráfico como instrumento destruição das soberanias nacionais.

O *Congreso*, alvo de críticas de militares de esquerda<sup>534</sup>, contou também com a participação do militar argentino Coronel Mohamed Seineldín, então servindo como adido no Panamá. Figura referencial para o extremismo de direita argentina e veterano da Guerra das Malvinas, Seineldín relacionou-se com diversas organizações extremistas (como a *Alianza Anticomunista Argentina*) durante o governo de Isabel Perón e da ditadura da junta militar<sup>535</sup>. Durante os governos de Raul Alfonsín e Carlos Menem, Seineldín foi um dos principais líderes dos *carapintadas*<sup>536</sup>, movimento responsável pelas revoltas dos militares de extrema-direita em retaliação aos processos judiciais referentes ao julgamento dos crimes cometidos durante a ditadura militar argentina.

---

531 ESCLUSA, Alejandro Peña. *Hagamos de Venezuela una potencia industrial (Programa de Gobierno)*. Caracas: Partido Laboral Venezolano, 1998.

532 Cf. ESCLUSA, Alejandro Peña. *Cómo salvar a Venezuela del castro-comunismo*. Caracas: Fuerza Productiva, 2005.

533 *Encuentro hacia el II Congreso Anfictionico de Panama. ¡ Por la Unidad Latinoamericana!*[Fundo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Série 02, Subsérie 02.4, Caixa 09].

534 Em especial do militar uruguaio Gerónimo Cardoso, secretário-executivo do OMIDELAC – *Organización de Militares por la Democracia, la Integración y La Liberación de América Latina y el Caribe*. (cf. OMIDELAC [Fundo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Série 02, Subsérie 02.4, Caixa 09]).

535 Cf. ROBBEN, Antonius C. G. M. *Political Violence and Trauma in Argentina*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 385.

536 NORDEN, Deborah L. *Military Rebellion in Argentina: between Coups and Consolidation*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1996, p. 154.

Descrito como antissemita, conspiracionista e adepto de um profundo conservadorismo católico, Seineldín não tardou em aderir às teses larouchistas, mesmo enquanto na prisão (em razão dos atos *carapintadas*). Uma das hipóteses para essa aproximação seria justamente o teor da teoria conspiracionista anglo-saxônica em LaRouche, que encontraria adeptos no radicalismo militar argentino, sobretudo em razão das Malvinas/*Falklands*. Na Argentina, as relações *larouchistas* foram, provavelmente, as mais intensas na América do Sul (ao menos até a aproximação com Enéas Carneiro e o Prona).

O *Movimiento por la Identidad Nacional e Integración Iberoamericana* (MINeII), que previa a utilização política do *carapintadismo*, entendido como um “sentimento de resistência à opressão, à injustiça, submissão, corrupção e desonra”<sup>537</sup> foi a primeira organização de inspiração *larouchista* fundada por Seineldín. No material de divulgação, constava-se a face de Seineldín, seguido da seguinte mensagem:

*Cuando la sociedad le impide al hombre trabajar, prestar servicio, ser util, lo transforma en inservible e inutil; lo margina de la sociedad, lo envilece. Además lo humilla delante de mujer y sus hijos; lo que hace perder su dignidad ante la familia. Eso es inmoral, cuando un hombre no tiene donde trabajar, pierde su libertad.*  
(Mohamed Alí Seineldín)<sup>538</sup>

O culto a Seineldín não significou a persistência da influência de Lyndon LaRouche na organização, que logo viria a diminuir. Não foi, contudo, a única organização política argentina que objetivou manejar os valores e capital político dos *carapintadas*. Mais recentemente, desde 2001, essa relação ocorre mediante o *Partido Popular de la Reconstrucción* dirigido por Gustavo Breide Obeid, companheiro *carapintada* de Seineldín, que foi justamente um dos fundadores do MINeII<sup>539</sup>.

O PPR, cujo lema é “*Por Dios, por la Patria y por la Familia... ¡Ni un paso atrás!*”, estabelece alusão comemorativa constante à figura de Seineldín. Maria Marta Seineldín, filha de Mohamed Seineldín, chegou a concorrer, pelo PPR ao cargo de deputada<sup>540</sup>. Embora Obeid tenha também a questão das Malvinas como princípio fundamental nacionalista (*un punto de*

---

537 VEIRAS, Nora. Con la cruz y la espada. *Página 12*. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-131094-2009-09-03.html>> (Acesso em 12 abr. 2014)

538 *Movimiento por la Identidad Nacional e Integración Iberoamericana*. *Digital Archive of Latin American and Caribbean Ephemera*. [Box 7, Folder 225]. Disponível em: <<http://lae.princeton.edu/catalog/07mp3>> (Acesso em 12 abr. 2014).

539 El partido de Seineldín. *Clarín*. 10/04/2001. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2001/04/10/p-01003.htm>> (Acesso em 08 ago. 2013).

540 Cf. Cuando nuestra patria nos llama, ahí tenemos que estar y dar nuestro sacrificio al máximo. *Partido Popular de la Reconstrucción*. Disponível em: <<http://ppreconstruccion.com/2013/10/04/cuando-nuestra-patria-nos-llama-ahi-tenemos-que-estar-y-dar-nuestro-sacrificio-al-maximo/>> Acesso em: 12 mai. 2014.

*inflexión de la Causa Nacional*<sup>541</sup>, afirma) entre outros diversos pontos de concordância com Seineldín, o PPR não é constituída como uma organização de inspiração *larouchista* evidente.

O distanciamento (ou não aproximação) levou a uma série de denúncias e ataques de LaRouche a Gustavo Oibred e demais membros do PPR. O norte-americano afirmou que o líder do PPR estava em conexão colaborativa com líderes de partidos da direita radical europeia, como *Forza Nuova* de Roberto Fiore e o *Front National* de Jean Marie Le Pen<sup>542</sup>, estruturando o que poderia vir a ser uma rede terrorista internacional.

É possível perceber, portanto, que o procedimento de negação fascista em LaRouche envolve também a denúncia fascista como forma de deslegitimação política. Aos possíveis correligionários, apoio público irrestrito, inclusive na eventual defesa contra acusações que, paradoxalmente, o próprio LaRouche poderia vir a utilizar. A partir do momento em que delineia-se qualquer divergência, a questão muda de sentido, e o defensor passa a ser o acusador, assim como a vítima de acusação fascista dá lugar ao *culpado* de fascismo.

De qualquer modo, o PPR apresenta um corte fascista clássico (mas não nazista, como o *Partido Alternativa Social*, de Alejandro Biondini), inclusive na indumentária utilizada por sua juventude, composta por camisas sociais azuis. Além disso, busca inspiração na perspectiva metapolítica na *Nouvelle Droite* ou do neoeurasianismo de Aleksandr Dugin<sup>543</sup>.

Nota-se, portanto, que as organizações LaRouche na América Latina diversificam o procedimento existente em países europeus. Mais que possíveis divergências teóricas ou de mundividências, resultam provavelmente de um mercado político, uma vaga disponível no campo político de algumas das nações latino-americanas, onde os setores militares, partidos políticos de direita, se afeiçoariam ao discurso *anti-imperialista* e conspiracionista de LaRouche, inclusive no Brasil.

#### 4.1.1 Organizações LaRouche no Brasil e o Prona

A presença de organizações *larouchistas* no Brasil tem início, segundo J. Krischke<sup>544</sup>, a

541 Cf. Capitán Gustavo Breide Obeid: Malvinas es un punto de inflexión de la Causa Nacional. Disponível em: <<http://ppreconstruccion.com/2015/04/02/capitan-gustavo-breide-obeid-malvinas-es-un-punto-de-inflexion-de-la-causa-nacional/>> (Acesso em 16 dez. 2015).

542 SMALL, Gretchen. 'Maritornes' Synarchists Lash Out at LaRouche. *Executive Intelligence Review*. v. 31, n. 1, 2004, p. 28.

543 Indício desse procedimento é o fato da direção do PPR ter se reunido com Aleksander Dugin (cf. Cap. 1) e o filósofo argentino Alberto Buela. Buela é, inclusive, um dos promotores das teses *evolianas* na América Latina, trabalhando com a ideia de *disenso*, adaptando as teorias anteriormente *eurocênicas* (ou pan-europeistas) à realidade da hispanidade. O anúncio da reunião foi divulgado no canal de Facebook do PPR. Cf. <<https://www.facebook.com/ppr.arg/posts/589513841170746>>

544 KRISCHKE, *Op. Cit.*, p. 85.

partir de 1984, quando os mexicanos Lorenzo Carrasco e Sílvia Palácios chegam ao país, instalam-se na capital carioca e organizam o *Movimento de Solidariedade Ibero-americana* (MSIa) no início dos anos 1990, aquela que viria a ser a principal organização do grupo no país. Por meio do MSIa, publicam diversos materiais entre livros, jornais, informes e boletins. Como informa o texto de apresentação disponível no *site* da organização, o MSIa foi fundado em 1992, nas cidades de Tlaxcala (México) e em Anápolis, no interior do estado goiano<sup>545</sup>. Além de Lorenzo Carrasco e Sílvia Palácios, o MSIa contava com o geólogo brasileiro Geraldo Luís Lino na direção da organização.

Destinado a “contribuir a reestruturação das atividades políticas como a forma mais elevada de exercício do Bem Comum”, o MSIa compreende, assim, seguindo a cartilha de pensamento do grupo, o princípio de preservação de uma matriz cultural cristã da Civilização Ocidental, que desde a década de 1960 era alvo de ataques vindos de um plano de *governo mundial*, sobretudo pela desregulamentação econômica em escala global.

No entanto, antes da fundação do MSIa, o *Instituto Schiller* (dirigido por Helga Zepp-LaRouche) publicou, juntamente à *Sociedade Brasileira de Economia Física*, o título *A integração Ibero-Americana (cem milhões de novos empregos no ano 2000!)*<sup>546</sup>. Embora não fosse possível averiguar se a *Sociedade Brasileira de Economia Física* era um organismo efetivamente *larouchista*, ele foi um dos instrumentos de inserção junto aos setores de desenvolvimento nuclear no Brasil, como a ABEN (Associação Brasileira de Energia Nuclear)<sup>547</sup>.

A obra em questão traz introdução de Lyndon LaRouche, que conclama aos “patriotas que repudiam tanto o monetarismo [liberalismo] como o marxismo”<sup>548</sup>. Nela, LaRouche jacta-se da relação com sindicalistas peronistas, assim como elogia Juan Perón e Getúlio Vargas (pela criação da Petrobras e das leis trabalhistas). Além disso, defende o pleno desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins energéticos, concomitantemente à defesa contra os “ataques anticatólicos do *establishment* anglo-americano”, assim como na defesa do narcotráfico (que seria

---

545 Quem somos. *Movimento de Solidariedade Iberoamericana*. Disponível em: <<http://www.msia.org.br/quem-somos/>> (Acesso em 26 fev. 2014).

546 *A integração ibero-americana: cem milhões de novos empregos no ano 2000*. Sociedade Brasileira de Economia Física. Rio de Janeiro: Século 21, 1988.

547 Em alguns documentos, os relatórios da ABEN fazem menção elogiosa ao serviço prestado pela *Sociedade...* cf. Conversão de usinas nucleares em usina à gás natural: desfazendo a desinformação. *Associação Brasileira de Energia Nuclear*, Rio de Janeiro, Maio de 1990. Disponível em: <[http://www.iaea.org/inis/collection/NCLCollectionStore/\\_Public/22/016/22016667.pdf](http://www.iaea.org/inis/collection/NCLCollectionStore/_Public/22/016/22016667.pdf)> (Acesso 07 dez. 2015).

548 LAROCHE, Lyndon, Introdução: Princípios da integração ibero-americana. In: *A integração ibero-americana: cem milhões de novos empregos no ano 2000*. Sociedade Brasileira de Economia Física. Rio de Janeiro: Século 21, 1988, p. 3.

impulsionado pelo Fundo Monetário Internacional).

O *Instituto Schiller* se denomina, em 1988, como um órgão em defesa da civilização (cristã) contra as “oligarquias do Oriente e do Ocidente”<sup>549</sup>. Inspiram-se também no princípio agostiniano de equidade (onde todo os homens são iguais, pois filhos de Deus), embora inscrito em uma percepção elitista do trato desigual aos homens, de acordo com os méritos de cada um deles.

A homenagem à Friedrich Schiller (1759-1805) não é, claro, despropositada. Na obra do filósofo alemão, percebe-se a defesa da necessidade da existência de uma elite culturalmente preparada, a fim de proporcionar o desenvolvimento da humanidade por meio da educação estética<sup>550</sup>. Embora o apelo estético não deva ser menosprezado para compreender como a defesa do *belo* e o *bom* servirão de base inspirativa (e elemento propriamente discursivo) ao procedimento *larouchista* para o Brasil, a relação Schiller – LaRouche(s) é eminentemente política.

A percepção sobre a Revolução Francesa na obra de Schiller é essencial nesse processo, no sentido em que o autor parte de uma inicial concordância quanto aos avanços da revolução rumo a uma forma mais justa de governo (embora criticasse a ausência do domínio monárquico), mas que posteriormente transfigura de trato face ao terror revolucionário<sup>551</sup>. É a partir desse momento em que inicia a crítica ao descaminho da revolução, declínio esse proporcionado justamente pela ausência de uma educação estética que permitisse o controle popular, mediante sua preparação e a aceitação dessa estrutura a ser posteriormente exercida.

Os *larouchistas*, em especial por meio do *Instituto Schiller* (cuja atuação é especialmente voltada a questões culturais e educacionais), apropriam-se dessa leitura sobre a participação popular, buscando neutralizar as deficiências para um desenvolvimento harmônico. Isso é facilmente verificável, pois estabelecem um paralelismo entre a fortuna da Revolução Francesa e as possibilidades despertadas pela chegada dos grupos *larouchistas* à América Latina.

Esta nova ordem econômica é a oportunidade que se apresenta agora à humanidade, e para onde deve orientar-se o atual fermento político na Ibero-América. Desaproveitá-la, seria repetir o que dizia Schiller dos franceses quando sua revolução degenerou em jacobinismo: que havia chegado um grande momento da história, mas o povo o tornou pequeno.<sup>552</sup>

---

549 O que é o Instituto Schiller. In: *A integração ibero-americana: cem milhões de novos empregos no ano 2000*. Sociedade Brasileira de Economia Física. Rio de Janeiro: Século 21, 1988, s/p.

550 Cf. BARBOSA, Ricardo. *Schiller & a Cultura Estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

551 BECKENKAMP, Joãozinho. *Entre Kant e Hegel*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 145.

552 O que é o Instituto Schiller. In: *A integração ibero-americana: cem milhões de novos empregos no ano*

Caberia à elite, em especial aquela afeita aos ideais *larouchistas*, promover o princípio da harmonia social entre *povo* e a liderança que haveria de conquistar o poder. A atuação *larouchista* não resulta, assim, da necessidade em *criar* uma nova elite a partir de um marco zero, mas sim de cooptar ou instruir uma elite já existente, seja ela intelectual, política ou militar. Aos setores populares, compreende a missão em prepará-los ao recebimento de um porvir glorioso.

Em 1989, logo após o lançamento do livro, é iniciado o processo de divulgação das ideias *larouchistas* por meio da imprensa, provável tentativa de divulgação e arregimentação de militantes. Em 29 de março de 1989, Lorenzo Carrasco publica um artigo de opinião no *Jornal do Commercio* de Porto Alegre<sup>553</sup>, onde afirma que a prisão de Lyndon LaRouche se converteria no *maior escândalo da história judicial dos EUA*, com possibilidade de atingir o então presidente George Bush, em *um escândalo capaz de transformar Watergate em brincadeira de criança*.

A partir dessa *apresentação*, Carrasco passa a informar o cargo de *diretor do Instituto Schiller* em suas publicações. Entre os dias 24 de abril e 08 de junho de 1989, publica uma série de dez artigos no jornal *Última Hora* (também de Porto Alegre<sup>554</sup>), dedicados à temática da ecologia (e ao ecologismo propriamente dito).

Nesses textos<sup>555</sup>, é afirmado que a conspiração internacional (aquela que LaRouche chamaria de anglo-saxã, ou anglo sionista, por diante) estava impondo limites para a soberania nacional brasileira. Segundo Lorenzo Carrasco, essa imposição ocorria por meio de organizações ecologistas, tal qual a *World Wide Fund for Nature* (WWF), os ditames de “famílias bancárias” (especialmente os Rotschids) e de organismos como a Comissão Trilateral (assim como o seu *antecessor*, o *Grupo Bildeberg*).

---

2000. Sociedade Brasileira de Economia Física. Rio de Janeiro: Século 21, 1988, s/p.

553 CARRASCO, Lorenzo. Caso LaRouche pode incriminar Bush. *Jornal do Commercio*. 29/03/1989, p. 4.

554 É necessário ressaltar que trata-se do mesmo periódico que tinha orientação trabalhista, inclusive tendo apoiado Leonel Brizola. (Cf. HOHLFELDT, Antonio & BUCKUP, Carolina. *Última Hora: Populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002), no entanto com orientação editorial diferente àquela que teve até 1972 quando, após mudança de direção, modifica-se também sua linhagem editorial. O jornal continuou a ser publicado até 1991.

555 CARRASCO, Lorenzo. Bastidores da Ecologia. *Última Hora*, 24/04/1989; CARRASCO, Lorenzo. Ecologia (II). *Última Hora*, 27/04/1989; CARRASCO, Lorenzo. Ecologismo (III). *Última Hora*, 02/05/1989; CARRASCO, Lorenzo. Ecologismo (IV). *Última Hora*, 03/05/1989; CARRASCO, Lorenzo. Ecologismo (V). *Última Hora*, 10/05/1989; CARRASCO, Lorenzo. Ecologismo (VI). *Última Hora*, 18/05/1989; CARRASCO, Lorenzo. Bastidores do ecologismo (VII). *Última Hora*, 26/05/1989; CARRASCO, Lorenzo. Ecologismo (VIII). *Última Hora*, 29/05/1989; CARRASCO, Lorenzo. Ecologismo (IX). *Última Hora*, 03/06/1989; CARRASCO, Lorenzo. Ecologismo (IV). *Última Hora*, 03/05/1989; CARRASCO, Lorenzo. Ecologismo (X). *Última Hora*, 08/06/1989;

Para Carrasco, “interesses financeiros anglo-holandeses patrocinaram ativamente a criação do movimento ecologista internacional, como parte de seus esforços para a implementação de uma ordem mundialista baseada num esquema malthusiano de controle dos recursos naturais do planeta”<sup>556</sup>. O antiecológismo foi, dessa maneira, um princípio elementar de dupla disseminação *larouchista*: a denúncia de um perigo internacional (conspiração) contra a soberania nacional do Estado brasileiro e dos países da Ibero-América, e um artifício de refreamento da industrialização desses países, entendido como uma prática malthusiana (pois contrário à proposição bíblica em *Gênesis*). As ideias *larouchistas* serviriam para a retomada do crescimento, assim como impeditivo à ação conspiradora.

Além de *Última Hora*, o *Jornal do Commercio*<sup>557</sup> foi um veículo utilizado de modo rotineiro para divulgação *larouchista*. No mesmo periódico, Carrasco afirma que o ecologismo tinha relação direta com a chamada *New Age*, “uma espécie de nova religião, na qual a razão humana e a crença cristã no aperfeiçoamento da obra de Deus são abandonadas em favor do culto e da irracionalidade e à perversão”<sup>558</sup>. Seguindo a linhagem conspiracionista de LaRouche (que compreende a quase totalidade das coisas), Carrasco afirma que além da WWF, esse fenômeno envolvia diversas outras organizações como o *Greenpeace*, que contaria com o suporte da ONU.

Ao ser instrumentalizado, o antiecológismo serve como epicentro da diversidade *larouchista* ao início de suas atividades no Brasil. Em razão das riquezas naturais e extensão territorial do país, a questão ecológica assume diversos aspectos possíveis (ou até onde o discurso conseguisse alcançar). A questão nuclear é também observada nessa relação. Assim, os movimentos ecologistas seriam contra o funcionamento da usina (nuclear) *Angra 1* justamente como estratégia de uma oligarquia financeira à manutenção da dependência nacional<sup>559</sup>. Nada escaparia à conspiração (e à perspectiva conspiracionista).

Em 1991, um dos focos do grupo compreenderia o ataque ao processo de preparação da *Rio 92* (conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento). As críticas eram dirigidas também ao então ministro do Meio Ambiente (José Lutzenberger), a quem acusavam de recebimento de fundos provenientes de organizações internacionais (*Gaia Foundation*), de modo que Lutzenberger seria um agente ambientalista infiltrado no governo de Fernando Collor<sup>560</sup>.

---

556 CARRASCO, Lorenzo. Ecologismo (VI). *Última Hora*, 18/05/1989

557 CARRASCO, Lorenzo. Agenda ecológica dos bancos. *Jornal do Commercio*, 01/08/1989, p. 4.

558 CARRASCO, Lorenzo. Londres e a Amazônia. *Jornal do Commercio*, 21/09/1989.

559 CARRASCO, Lorenzo. 'Brazil Network' é máscara. *Jornal do Commercio*, 18/10/1989, p. 2.

560 BRAGA, Teodomiro. Extrema-direita americana é contra a realização da Rio-92. *Jornal do Brasil*,



A perspectiva antiecológica proporciona também um elemento de aproximação *larouchista* às organizações do agronegócio brasileiro. A União Democrática Ruralista (UDR), fundada em 1985 e oficialmente dissolvida em 1990<sup>561</sup>, continuava a atuar em dimensões políticas reduzidas a partir de 1996 (e sem o seu antigo líder, Ronaldo Caiado). Sendo uma organização de direita, representante dos interesses dos proprietários do agronegócio, além de defensora de uma visão conservadora e hierárquica da sociedade, havia uma afinidade ideológica anteposta.

Um dos fatores para a reativação da UDR em 1996, foi o incremento das atividades do MST, assim como dos conflitos no campo. A aproximação de Lorenzo Carrasco com a UDR tinha como plano de fundo justamente o MST. Em 04 de julho de 1997, o *Jornal do Brasil*<sup>562</sup> noticiou uma palestra aos membros da UDR, onde Carrasco manejava a noção do MST a partir de uma perspectiva *larouchista*, isto é, a organização como um instrumento da *Nova Ordem Mundial*, assim como princípio da desestabilização nacional em conluio à conspiração britânica.

Essa movimentação de Carrasco à UDR seria notada também pelos próprios membros do MST. Em 16 fevereiro de 1998, a liderança do movimento enviou um documento aos membros do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) de Porto Alegre e demais outras organizações, afirmando que Lorenzo Carrasco prestaria assessoria política à UDR. O documento, contudo, não consta nenhum detalhamento ou especificação dessa atividade<sup>563</sup>.

A relação *LaRouche – Brasil* não ocorre somente a partir da chegada do *Instituto Schiller* e seus dirigentes no país, tampouco com a fundação do MSIa. Antes disso, a *Executive Intelligence Review* buscava, de acordo com seus interesses e perspectiva interpretativa, acompanhar o desdobramento de temas e acontecimentos locais. Assim, antecede ao início de suas atividades propriamente ditas.

Como exemplo, em 1978 a EIR noticiou, mediante seção *Third Word*, a ascensão do General João Batista Figueiredo<sup>564</sup>, trazendo um perfil de sua trajetória política, assim como a crítica a algumas ideias de Golbery Couto e Silva. Em 1986, quando inicia-se o Plano Cruzado, a revista publica texto afirmando a inexequibilidade do plano às finanças

---

21/09/1991, p. 7.

561 Cf. BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: Ação política, ideologia e representação. *Rev. Inst. Est. Bras.*, 40: 69-89, 1996.

562 Guerra Fria 1. *Jornal do Brasil*, 04/07/1997, p. 6.

563 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 16/02/1998, Fundo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Série 02, Sub série 02.4, Caixa 09.

564 Who is General Figueiredo? *Executive Intelligence Review*. v. 5, n. 21, 30/05/1978, p. 1-3.

nacionais<sup>565</sup>. Subentende-se, claro, que a única saída seria o modelo proposto pelo próprio veículo e seu principal líder.

Quando o General Santa Cruz (citado por Regina Gordilho como apoiador do Prona em 1994) discorreu sobre o perigo da internacionalização da Amazônia e sua possível transformação em Vietnã, tal fato foi comentado e elogiado de imediato pelos membros da EIR. Adaptando o feito à tradição conspiracionista habitual, o texto de Lorenzo Carrasco apresenta Santa Cruz como referencial na luta pela defesa da soberania nacional, paralelizando a postura nacionalista do General com as teses expostas no periódico<sup>566</sup>.

A relação entre *larouchistas* e os presidenciaíveis em 1998 não se exauriria em Enéas Carneiro, ainda que ocorresse em aspecto residual com Vasco Azevedo Neto (PSN), ou menos evidente se comparado ao presidenciaível do Prona. Entusiasta das malhas hidroviárias e ferroviárias como instrumento de escoamento de produção e transporte, o futuro presidenciaível do PSN havia elogiado por LaRouche em meados de 1992. Em artigo sobre a temática dos transportes, Vasco Neto lembraria de “Lindon La Rouche [sic], economista e político americano”<sup>567</sup>.

Em 1997, seria a vez de LaRouche mencionar a iniciativa de Vasco Neto, afirmando que a *Great Waterway*<sup>568</sup> poderia compor um projeto latino-americano de desenvolvimento (apesar da oposição ambientalista, movida por um *jacobinismo inglês*). Além da questão relacionada às obras de infraestrutura e desenvolvimento, Vasco Neto apoiou a campanha da EIR em defesa de Mohamed Seineldín e demais veteranos da Guerra das Malvinas, afirmando que o baixo índice de solidariedade entre os povos da América seria consequência de colonialismos antiquados<sup>569</sup>.

A relação de organizações *larouchistas* com futuros presidenciaíveis existiu não apenas com Vasco Neto, mas também com Ivan Moacyr da Frota, brigadeiro da Aeronáutica e futuro presidenciaível pelo PMN. Em edição de 28 de maio de 1993<sup>570</sup>, a EIR publicou texto em que retrataria o que seriam críticas dos militares brasileiros ao *imperialismo* da *Nova Ordem Mundial*. Junto ao texto, é transcrito e traduzido um manifesto, autoria de Ivan Frota,

---

565 SONNENBLICK, Mark. Brazil's new 'cruzado plan': how to do nothin about debt. *Executive Intelligence Review*. v. 13, n. 11, 14/03/1986, p. 7-8.

566 CARRASCO, Lorenzo. Brazil on war footing in defense of sovereignty. *Executive Intelligence Review*. v. 18, n. 27, 1991, p. 38-40.

567 NETO, Vasco de Azevedo. Portos e ferrovias: projeção para o III milênio. *Politécnica*. Ano I, n. 2, Julho/2006, p. 13.

568 The Great Waterway. *Executive Intelligence Review*. v. 24, n. 45, 1997, p. 51.

569 World solidarity with Malvinas mob. *Executive Intelligence Review*, v. 23, n. 27, 19/04/1996, p. 59.

570 RUSH, Valerie. Brazilian military slams 'new world order' imperialism. *Executive Intelligence Review*, v. 20, n. 21, 28/05/1993, p. 44-45.

publicado originalmente na revista *Aeronáutica*, do Ministério da Força Aérea.

No manifesto, Frota afirma que a campanha de desmoralização das Forças Armadas no Brasil seria reflexo de um fenômeno superior, onde as nações mais poderosas imprimiriam uma agenda de desestabilização das nações pequenas, em um processo maquiavélico. Isso demonstra, então, que havia um princípio de concordância dos *larouchistas* para com a insatisfação de setores militares brasileiros.

Em 1995<sup>571</sup>, a revista *larouchista* cita novamente o descontentamento de Ivan Frota, dessa vez com menção a um texto (“A pátria clama por ajuda”) publicado originalmente no *Jornal do Commercio*. No texto, Frota critica não somente o pouco empenho do governo FHC para com as Forças Armadas, como também critica o Plano Real e o processo de venda das estatais.

O texto seria publicado na versão em inglês e espanhol de *O complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações da Ibero-América*<sup>572</sup>, embora curiosamente estivesse ausente na versão brasileira da obra editada pelo MSIa. A relação de Ivan Frota com os *larouchistas* não atesta, no entanto, que se tratava de uma efetiva colaboração política ou alguma espécie de apropriação ideológica, senão para o grupo *larouchista*, onde o discurso de oficial das Forças Armadas viria a ser utilizado como instrumento para corroborar as denúncias e visões propostas pela própria organização.

Além dos dois futuros presidentiáveis (e, mais adiante, de Enéas Carneiro), LaRouche obteve relativa ressonância junto a alguns políticos brasileiros. Isto ocorre momentos após a prisão de LaRouche nos EUA, quando seus correligionários buscam apoio e sustentação internacional como instrumento de pressão política. Na França, por exemplo, os *larouchistas* afirmavam que “*L’affaire LaRouche = affaire Dreyfus*”<sup>573</sup>, comparando a prisão de LaRouche à de Alfred Dreyfus.

No Brasil, a movimentação desenvolve-se a partir de uma manifesto de apoio a LaRouche, que consistia em uma lista de assinaturas de vários congressistas (deputados e alguns senadores). Tal lista, datada de 1989, incluiria indivíduos de partidos diversos, como o PT (Paulo Delgado, José Genoíno), PSDB (Aécio Neves, Ana Rita Rates) e demais legendas<sup>574</sup>, e

571 PALACIOS, Silvia & CARRASCO, Lorenzo. Brazil's radical economic reforms provoke unrest in the military. *Executive Intelligence Review*, 16/06/1995, p. 10-11.

572 *O complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações da Ibero-América*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 1997.

573 More international figures deplore jailing of Lyndon LaRouche. *Executive Intelligence Review*, v. 16, n. 12, 17/03/1989, p. 36-41.

574 A lista completa está disponível em: *Manifesto publicado no Washington Post em defesa de Lyndon LaRouche*. Disponível em: <<http://www.mphp.org/politica/historia/manifesto-publicado-no-washington-post-em-defesa-de-lyndon-larouche.html>> (Acesso em 25 mar. 2015). Para o original, com 100 nomes

seria publicada no jornal *The Washington Post*, em modalidade publicitária.

Em razão do apoio a uma figura política controversa e extremista, e sobretudo pelo fato ter sido noticiado pela grande imprensa brasileira, diversos deputados viriam a público afirmar que o processo de coleta de suas assinaturas ocorreu de modo eventual, isto é, haviam assinado após interpelamento nos corredores da Câmara e do Senado, com a motivação de apoiarem um *democrata e preso político*. Outros afirmavam que sequer se recordariam do acontecimento<sup>575</sup>.

Dentre esses 71 deputados e senadores, dois deles continuariam a manejar a temática, talvez em vias de explicação de um equívoco: Virgildásio da Senna, do PSDB da Bahia e Luiz Salomão, do PDT carioca<sup>576</sup>. Salomão, cujas relações com círculos *larouchistas* se iniciam ao viajar ao Panamá (para o *II Congreso...*)<sup>577</sup>, fez um discurso sobre o tema na Câmara dos Deputados em 28 de fevereiro de 1989.

Na ocasião, embora afirmasse que não concordava com as proposições políticas de Lyndon LaRouche, o deputado comparava o processo em decurso ao *Caso Dreyfus*<sup>578</sup> tal qual procedido pelos *larouchistas* franceses. Já Virgildásio compareceu ao plenário para afirmar que conhecia o trabalho de LaRouche e suas revistas. E, ainda que não concordasse com as ideias ali dispostas, reconheceria *alguns* acertos. De qualquer modo, reitera que a sua adesão em forma de assinatura não era uma filiação política, apenas apoio a um julgamento justo<sup>579</sup>.

Em 1991, o trânsito *larouchista* pôde ser medido em razão da participação de Lorenzo Carrasco na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a *Internacionalização da Amazônia*. Durante seu depoimento, ao qual havia sido convidado pelo deputado Átila Lins,

---

(congressistas latino-americanos), cf. 100 Latin American Demand Freedom. *Executive Intelligence Review*, v. 16, n. 19, 05/05/1989, p. 36-37.

575 cf. LaRouche advertisement unleashes a political uproar in Brazil. *Executive Intelligence Review*, v. 16, n. 20, 12/05/1989, p. 46-49.

576 Brazilian deputies demand fair trial for LaRouche. *Executive Intelligence Review*, v. 16, n. 22, 26/05/1989, p. 50.

577 Essa informação é citada por Mario Sérgio Paranhos de Lima Porto, que foi um ativo membro (posteriormente dissidente) das organizações LaRouche no Brasil, em seu relato-dissidência (cf. PORTO, Mário. *Minha passagem pela Organização LaRouche*. MPHP. Disponível em: <<http://www.mphp.org/problemas-brasileiros/minha-passagem-pela-organizacao-larouche.html>>, Acesso em 22 fev. 2015). Mario Porto foi, também, um dos responsáveis pela inserção dos *larouchistas* no setor nuclear brasileiro, inclusive tendo concedido longa entrevista à EIR (cf. Brazil's nuclear program: 'passport for the future'. *Executive Intelligence Review*, v. 16, n. 18, 17/01/1989, p. 18-25). Mais recente, dedica-se à publicação de um livro de ficção (PORTO, Mário Sérgio Paranho de Lima. *Opção continuum: o sequestro do profeta*. Edição do autor, 2015), embora afirma que trata-se de “uma preocupação” com o avanço do islamismo. (cf. *Opção Continuum – O Sequestro do Profeta*. Disponível em: <<https://youtu.be/bCJvyAQNW5w>>, Acesso em 11/12/2015).

578 “I bring this denunciation not because I am move by political agreement with the thinking of Mr. LaRouche, because the little I know of it, seemed a little too exotic of my taste.” (More international figures deplore jailing of Lyndon LaRouche. *Executive Intelligence Review*, v. 16, n. 12, 17/03/1989, p. 36).

579 *Diário do Congresso Nacional (Seção I)*, 09/05/1989, p. 3274.

do PFL amazonense, o *larouchista* afirmou que os ambientalistas estavam agindo contra os tradicionais valores cristãos da sociedade brasileira, em favor a uma visão pagã, “animista, centralizada na adoração de gaia, a mãe-terra”<sup>580</sup>.

Ilustra-se, pois, que é possível observar a existência de um certo padrão nas organizações *larouchistas* na América Latina, resultado da tentativa contínua em aproximação a organizações da sociedade civil, assim como de coletividades das Forças Armadas e lideranças políticas. Em relação à transmissão e apropriação desses ideais nos meios militares, é um fenômeno que deverá ser observado detalhadamente por futuras pesquisas, embora existam indícios suficientes para atestar a ocorrência dessa interação.

Para Hermes de Andrade Júnior, essa relação existiu, embora o autor não saiba quantificar a intensidade, tampouco informar dados que atestem essa hipótese (“esclarecemos que foi bastante possível observar a inserção de vários dados e afirmações dessa ‘revista’ [EIR] nos impressos do Clube Militar”<sup>581</sup>).

Já Daniel Zirker<sup>582</sup> analisa os possíveis impactos da relação *larouchista* com os meios militares brasileiros, assim como qual o possível impacto dessas ideias (um ultranacionalismo conspiracionista) no procedimento relativo a um contexto global e diversificado. No entanto, o autor não se dedica a um estudo pormenorizado da questão.

Em 1991, os correspondentes da EIR no Brasil elogiam os militares que teriam resistido ao que eles chamariam *Golpe Verde*<sup>583</sup>. Tal resistência seria mediante um simpósio sobre a Amazônia Brasileira, realizada nas dependências da Escola de Comando e Estado-maior do Exército, durante os dias 07 a 10 de outubro. A proposição nacionalista em defesa da Amazônia havia, segundo os *larouchistas*, despertado pânico na oligarquia ambientalista e seus apoiadores, como *O Estado de São Paulo* e a revista *Veja*.

Aos homenageados, citam, novamente, o General Santa Cruz, além do também general Leônidas Pires Gonçalves e Gilberto Mestrinho, governador do Amazonas. Mestrinho é elogiado, pois havia afirmado que os índios Ianomâmis eram utilizados como túteres para interesses multinacionais, em razão das terras por eles reivindicadas comportarem grandes reservas de ouro. De acordo com o relato, Lorenzo Carrasco esteve presente no evento,

---

580 Complô contra a Amazônia. *Jornal do Brasil*, 21/08/1991, p. 3.

581 JÚNIOR, Hermes de Andrade. *Os limites e desafios do pensamento militar brasileiro em relação à questão ambiental*. Tese (Doutorado em Ciências na Área de Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 333 fls, 2005, p. 244.

582 ZIRKER, Daniel. *The brazilian military paradox: growing nationalism in a global environment*. XXIII International Congress of the Latin American Studies Association, Washington, DC, 2001, p. 1-25.

583 PALACIOS, Silvia & CARRASCO, Lorenzo. Brazilian military nationalists resist Green putsch. *Executive Intelligence Review*, v. 18, n. 41, 1991, p. 46-48.

dialogando com Mestrinho, descrevendo-o como *an aggressive opponent of the ecologist*.

Ao criticar a revista *Veja*, referem-na como uma revista da ‘nova ordem’ mundial, cujo seu diretor (Roberto Civita) seria membro do *Diálogo Interamericano*. Tal qual Enéas Carneiro havia feito em 1994, o *Diálogo Interamericano* é apresentado como um instrumento de enfraquecimento das Forças Armadas da Ibero-América. Além disso, Civita seria acusado de ser um dos maiores acionistas da WWF.

A crítica ao *O Estado de São Paulo* decorre em razão de que, apesar de o jornal ser descrito como dotado de uma tendência supostamente “liberais anticomunistas”, criticava a postura dos militares nacionalistas mediante editorial. Segundo os autores, ao criticar os militares, o texto dissipava a memória daquele que seria um dos mais importantes momentos da história brasileira: a luta militar de 1936 contra um *golpe comunista* supostamente organizado sob direção do Komintern<sup>584</sup>.

Essa questão leva-nos a tomar como referencial o procedimento estabelecido por Matthew Feldman<sup>585</sup>. Observando especificamente das organizações LaRouche, a análise de Feldman considera que as publicações *larouchistas* utilizam do procedimento de direcionamento na redação de seus textos. Esse direcionamento (ou indução ao leitor) serve como estratégia para evidenciar a centralidade de judeus nos contextos críticos descritos, sem que para isso fosse necessária a expressão de argumentos explicitamente antissemitas.

Além de estabelecer a *centralidade judaica* ao panorama contextual que se critica, essa estratégia compreende o princípio da distinção à identidade (ou simplesmente origem) judaica, na qual um indivíduo judeu em determinado posto de liderança representaria essa identidade judaica em sua totalidade, e não a si próprio enquanto indivíduo isolado.

A repetição desse procedimento (que pode ser observado a partir da questão do capitalismo financeiro atrelado às famílias Rockefeller e Rotschild, ou o entendimento da Rainha Elizabeth enquanto judaica em essência) estabelece, assim, um panorama consensual a uma visão que, se não é antissemita, certamente poderia ser utilizado como exemplo ou sustentação para um discurso do gênero. No Brasil, essa relação é evidente a partir da editora Revisão (carro-chefe do negacionismo do holocausto no país) e um de seus principais autores, Sérgio Oliveira, que citaria LaRouche a fim de sustentar teorias antissemitas<sup>586</sup>.

---

584 *In denying the green threat of the international oligarchy, O Estado has been forced to erase one of the most important moments in Brazilian history: the military's 1936 fight against the 'Communist Putsch', organized under direct orders from the Comintern.*

585 FELDMAN, Matthew. Lyndon LaRouche, neo-fascism, coded anti-Semitism, and the Jeremiah Duggan Case. *Holocaust Education & Archive Research Team*. Disponível em: <<http://www.holocaustresearchproject.org/essays&editorials/duggan2.html>> (Acesso em 28 dez. 2014).

586 Sérgio Oliveira utiliza-se de LaRouche em diversos momentos da obra, seja para ataques a *Anti Defamation*

Mas qual a relação desse procedimento com o texto e argumento divulgado em EIR? Compreende provavelmente a mesma estratégia. Não obstante a falsificação histórica do chamado *Plano Cohen* redigido por integralistas (Mourão Filho) nas dependências do Exército Brasileiro, 1936 não é o único golpe militar contra uma “ameaça comunista” eminente. Seguindo uma perspectiva essencialmente anticomunista, 1964 poderia ser apresentado como fato concreto e com relação direta (concreta e nominal) aos militares que a publicação por ventura quisesse elogiar.

Qual, então, a razão dessa relação com o *Plano Cohen*? Justamente a sua configuração antisemita. Embora o *Plano Cohen* não tenha sido um panfleto efetivamente antisemita, as evidências sobre a relação antisemita construída em plano secundário no texto é um elemento atestado pela historiografia, seja na escolha do nome (que remeteria simultaneamente a uma identidade judaica e comunista) ou na estruturação do enredo conspiracionista, que assemelha-se de modo evidente aos *Protocolos dos Sábios de Sião*<sup>587</sup>.

Em relação à estratégia de inserção *larouchista* aos meios militares, o principal instrumento foi a mencionada obra *O complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações da Ibero-América*<sup>588</sup>, lançado no Brasil em 1997 (edição original de 1993, assim como a edição argentina da obra). Tal qual o título indica, decorre da perspectiva conspiracionista de LaRouche destinada especialmente ao público militar, com prefácio de Lyndon LaRouche, apresentação de Mohamed Seineldín e prefácio à edição brasileira do General Tasso Villar de Aquino.

O texto de Tasso Villar de Aquino encara a conspiração como iniciada durante o governo de Fernando Collor de Mello e aprofundada a partir da presidência de Fernando Henrique Cardoso, mencionado como membro do *Diálogo Interamericano*. Trata-se do pensamento militar nacionalista radical brasileiro (já relacionado com o Prona), insatisfeito com o fim do regime militar e a nova configuração das Forças Armadas na democracia. Nas palavras de Sílvia Palácios e Lorenzo Carrasco,

---

*League* ou ao comparar os processos judiciais sofridos por Siegfried Ellwanger (proprietário da Revisão editora) ao que acarretaram a prisão de LaRouche. Para Oliveira, os dois processos seriam resultados da pressão judaica (OLIVERA, Sérgio. *O livro branco sobre a conspiração mundial*. Porto Alegre: Revisão Editora, 1998, p. 255)

587 Para uma análise específica sobre a relação Cohen – Protocolos e demais panfletos antisemitas em torno da temática da conspiração, Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. *Revista de História (USP)*, 138, 1998, p. 93-105; WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: Gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

588 *O complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações da Ibero-América*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 1997.

O aspecto mais grave da nova política é que ela acaba com a doutrina de segurança nacional brasileira, baseada no binômio segurança e desenvolvimento. Ou seja, sob a perspectiva “globalista” do atual governo, as F.As. São transformadas, de fato, em um mero corpo de vigilância submetido aos vaivéns políticos internos e externos, afastando-se de seu compromisso histórico fundamental de partícipe da construção da soberania econômica nacional e, até mesmo, de seu papel igualmente histórico como poder moderador.<sup>589</sup>

A obra traz, ainda, a adição aos argumentos conspiracionistas. Criticam a Teologia da Libertação como inimigos da condição cristã da identidade ibero americana, além de relacionar o complô conspiracionista do *Diálogo Interamericano* ao *Foro de São Paulo*, organização internacional que reúne diversos partidos de esquerda (centro-esquerda à esquerda radical) na América Latina e Caribe.

Os textos *larouchistas* procuram adaptar-se ao interlocutor almejado. Se os textos *lobistas* da área energética aludem a termos predominantemente técnicos, ao trabalhar com o radicalismo militar de direita, a linguagem muda de aspecto. Consiste, pois, um título direcionado sobretudo aos militares da Argentina e do Brasil, provavelmente como reconhecimento do sucesso e adesão às teses *larouchistas* nos dois países. Assim, a obra é taxativa: caberia às Forças Armadas dos dois países, a salvaguarda do *Ocidente Cristão* e o seu processo de desenvolvimento econômico, industrial e humano.

E, se em 1994 o Prona radicalizaria o seu discurso em muito a partir da relação com militares da ativa e reserva, em colaboração construída e mediada pelos círculos de componentes e colaboradores do jornal *Ombro a Ombro*, é possível perceber que a relação *larouchista* se desenvolve (embora não exclusivamente) também por esse caminho. O próprio general Tasso Villar de Aquino era colaborador habitual de *Ombro a Ombro*, desde o primeiro ano de publicação do periódico<sup>590</sup>, assim como de outras publicações dos militares de direita<sup>591</sup> (*Letras em Marcha, Inconfidência, etc.*).

A obra da EIR chega inclusive a elogiar o jornal *Ombro a Ombro*<sup>592</sup> e sua batalha contra a *Nova Ordem Mundial*. É também constatável que algumas ideias presentes no jornal constariam na obra *larouchista*, como o preconceito aos ianomâmis (“indígenas nômades que

---

589 PALACIOS, Sílvia & CARRASCO, Lorenzo. A atualidade do complô. In: *O complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações da Ibero-América*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 1997., p. 19.

590 AQUINO, Tasso Villar de. Eleições em Novembro próximo. *Ombro a Ombro*, Março/1989, p. 11.

591 Cf. CARDOSO, Lucileide Costa. Os discurso de celebração da 'Revolução de 1964'. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, São Paulo, dez-2011.

592 *O ressurgimento nacionalista dentro das Forças Armadas se tornou evidente nas páginas do periódico militar Ombro a Ombro, que começou a denunciar manobras da 'Nova Ordem', em especial as intenções de privatizar a Petrobras e outras empresas estatais, além de dismantelar as Forças Armadas. (O complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações da Ibero-América*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 1997, p. 163.)



vivem no Paleolítico Inferior e a quem a rede internacional de antropólogos ‘verdes’ deseja manter cruelmente confinados em um gigantesco zoológico humano”<sup>593</sup>).

Essa semelhança não significa que haveria algum processo nítido de doutrinação unilateral entre os *larouchistas* e autores de *Ombro a Ombro*, mas sim evidentes similaridades a proporcionar interlocução. Em última hipótese, seria um processo de apropriação dos elementos basilares de um discurso político mais amplo que esses dois ambientes. O preconceito aos ianomâmis, inclusive com a negação de sua existência enquanto tribo autônoma, seria afirmado por obras como *A farsa ianomâmi*<sup>594</sup>, de Carlos Alberto Lima Menna Barreto que, ao menos até onde foi possível constatar, esteve alheio à relação entre o jornal e o grupo político (embora tenha sido membro do *Movimento Nativista*, ao qual colaborava Adriano Benayon).

Publicado em 1995, o texto de Menna Barreto descreve uma conspiração em vista à internacionalização da Amazônia, empreendida pelo *World Council of Churches* (ou Conselho Mundial das Igrejas). Para o autor, seria uma conspiração desenvolvida pela organização, a fim de desintegrar a harmonia social e territorial brasileira, fundada pelos europeus, por sobre o atraso cultural indígena.

O mal nasce com o homem. E não se pode culpar os pioneiros pelos excessos perpetrados nas terras que devassaram. Se a maldade pudesse ser contida, Deus, antes de nós, o teria feito. O sacrifício de índios e brancos na fúria das lutas que travaram foi o preço da difusão da cultura e da aproximação dos povos. E cabe ao bom senso desmentir a injustiça de chamarem depois de tudo a segregação de benefício. Desde o limiar dos tempos, a cultura superior de alguns se alastra no vazio do atraso da maioria. Não vem ao caso julgar se é certo, mas compreender que é assim a lei da vida e admitir como inevitável que o avanço cultural do branco se imponha ao retardo milenar do índio. Não aceitá-lo é insurgir-se contra a ordem natural das coisas, em pretensiosa e vã teimosia. O Brasil que se almeja é o lugar da igualdade e da fraternidade. E o muito que disso já se tem não se deve perder na turbulência fratricida que nos vem de longe, com os ventos desintegradores do hemisfério norte...<sup>595</sup>

Ao que pese certas similaridades, o discurso *larouchista* trabalhava a organização a partir de uma conspiração ainda mais profunda e universalizante, que seria contra a cultura ocidental e a tradição judaico-cristã de moralidade<sup>596</sup>. Além disso, quando no contexto da Guerra Fria, afirmavam que a organização tinha relação com soviéticos em uma internacional

---

593 *Idem*, p. 164.

594 BARRETO, Carlos Alberto Lima Menna. *A farsa ianomâmi*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

595 BARRETO, *Idem*, p. 93.

596 ZOAKOS, Vivian Freyre. World Council of Churches conclave: a first-hand report. *Executive Intelligence Review*, n. 33, v. 10, 30/08/1983, p. 20

nazista com base na Suíça<sup>597</sup> ou seria mancomunada aos interesses da KGB e da Igreja Ortodoxa Russa<sup>598</sup>.

Em contrapartida, se o preconceito não era propriedade absoluta de *EIR* ou de *Ombro a Ombro*, testifica que é uma discussão que perpassa a esses veículos de mídia, sendo um ponto de flexão ideológica entre eles. Em suma, aproxima-os ideologicamente. Dessa maneira, é possível constatar a proposição anteriormente mencionada: as organizações *larouchistas* almejavam articular-se a setores e discursos que julgassem interessantes, assim como se apropriariam de elementos contextuais locais em vista ao fortalecimento da retórica e imaginário conspiracionista. Trata-se de alimentar a operação conspiracionista, para que ela pudesse *explicar* a realidade a partir de um aspecto (contra)factual.

Dito isso, a boa recepção da obra não seria uma novidade inesperada. A aceitação ao lançamento do título foi imediato, inclusive por meios não militares da extrema-direita. Indício disso é a reprodução, ainda que tardia (em 2000), de trechos da obra em publicação neointegralista. O *Informativo CEDI*, mantido pelos militantes integralistas Marcelo Mendez e Arcy Lopes Estrella, publicou texto de Lyndon LaRouche na edição do mês de maio do corrente ano<sup>599</sup>.

O mesmo viria a ocorrer em *Ombro a Ombro*, mas em decorrência a uma relação não episódica, pois construída ao longo dos anos. A participação de *larouchistas* em *Ombro a Ombro* data desde dezembro de 1989, quando Lorenzo Carrasco publica o artigo “Schiller e o Muro de Berlim”<sup>600</sup>. Em fevereiro de 1990, o jornal reproduz artigo de Lyndon LaRouche<sup>601</sup> e, em outubro do mesmo, texto de Helga Zepp LaRouche<sup>602</sup>. Todos esses textos versavam sobre a queda do Muro de Berlim, e a possibilidade do início de um novo período para a civilização.

Em 1993, seria a vez de *Ombro a Ombro* noticiar o recebimento de “uma carta especial”<sup>603</sup>, escrita por Mohamed Seineldín, onde o coronel argentino demonstrava preocupação com os perigos às Forças Armadas das nações ibero-americanas. A carta, que trazia o timbre do

---

597 LAROCHE, Lyndon. *The are No Limits to Growth*. Nova York: New Benjamin Franklin House, 1983.

598 KIRKPATRICK, Clifton, *Thath The may All be One: Celebrating the World communion of Reformed Churchies*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2010, p. 105.

599 O que é democracia? Entrevista com Lyndon LaRouche. *Informativo CEDI*, Maio, 2000, p. 8—9. *CEDI* – Centro de Estudos e Debates Integralistas. Trata-se de uma das principais (embora pequenas) organizações que proporcionaram a reunião dos integralistas que viria a ocorrer em meados de 2001. Sobre a relação entre esses militantes integralistas de gerações diferentes, assim como a importância do Centro de Estudos e Debates Integralistas para a reorganização do integralismo no século XXI, cf. CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese de doutorado (História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

600 CARRASCO, Lorenzo. Schiller e o Muro de Berlim. *Ombro a Ombro*, dezembro/1989, p. 10.

601 LAROCHE, Lyndon. A batalha entre a liberdade e a tirania. *Ombro a Ombro*, fevereiro/1989, p. 04.

602 LAROCHE, Helga Zepp. Alemanha, a vitória da liberdade. *Ombro a Ombro*, outubro/1989, p. 03.

603 Uma carta especial. *Ombro a Ombro*, Outubro/1993, p. 10.

*Movimiento por la Identidad Nacional e Integración Iberoamericana*, conclama para a luta em prol das nações e suas forças armadas. Já em abril de 1994, nota-se a reprodução de material *larouchista* mediante coluna “Acorda, Brasil!”<sup>604</sup>, que creditava à edição em espanhol de “O complô” a informação da atuação do *Diálogo Interamericano* no país, assim como o apoio de Lula à organização.

Apesar disso, o *Ombro a Ombro* não seria a única via de possível contato do Prona com as teorias e propostas de Lyndon LaRouche. Essa relação foi construída não apenas pela transmissão das ideias da organização e sua reprodução em periódicos nacionalistas, mas também pela colaboração política entre Enéas Carneiro e líderes *larouchistas*, inclusive Helga Zepp LaRouche.

Após o encarceramento de Lyndon LaRouche, restaria à sua esposa o papel de articulação e liderança das organizações quando em meios públicos. Em novembro de 1992, Helga LaRouche veio ao Brasil para consolidar a atuação das organizações *larouchistas* no país, quando surgiria efetivamente o MSIa.

Durante a estadia, que resultou na fundação do *Centro de Estudos Ibero-americanos e Solidariedade*<sup>605</sup> em 14 de novembro, Helga LaRouche participou de um evento sobre o quinto centenário da evangelização das Américas, realizado pela *Fundação São Miguel Arcanjo*, na cidade de Anápolis, Goiás<sup>606</sup>. A ocasião contou com a participação do Bispo de Goiás, Manoel Pestana Filho e o monsenhor Emílio Silva de Castro<sup>607</sup>, autor de obra de orientação antimacônica, em que defende a legalidade religiosa e jurídica da pena de morte<sup>608</sup>.

O evento teve a participação de Lorenzo Carrasco e dois *larouchistas* argentinos: Mario Caponnetto (um dos principais nomes da revista *Cabildo*, veículo referência do nacionalismo católico e antissemita argentino<sup>609</sup>) e Rafael Breide Obeid, irmão de Gustavo Breide Obeid, que viria a ser o futuro líder do *Partido Popular de la Reconstrucción*<sup>610</sup>. Além dessas,

---

604 Acorda, Brasil!, *Ombro a Ombro*, Abril/1994, p. 02.

605 Found Brazil Center for Ibero-American Solidarity, *Fidelio*. v. 2, n. 1, Primavera/1993, p. 72. *Fidelio (Journal of Poetry, Science and Statecraft)* é uma revista do *Instituto Schiller* dedicado predominantemente à questões de alta cultura relacionada à questões científicas e governamentais.

606 Helga Zepp-LaRouche visits Brazil to forge world coalition for freedom. *Executive Intelligence Review*, v. 19, n. 46, 20/11/1992, p. 44.

607 PALACIOS, Silvia. Columbus quincentenary is celebrated in Brazil. *Executive Intelligence Review*, v. 19, n. 48, 04/12/1992, p. 30-31.

608 SILVA, Emílio. *Pena de morte já*. Rio de Janeiro: Continente, 1986.

609 Sobre a questão antissemita em *Cabildo*, cf. SABORIDO, Jorge. El antissemitismo en la Historia argentina reciente: la revista *Cabildo* y la conspiración judía. *Rev. Complutense de Historia de América*, 2004, v. 30, p. 209-223. Para uma análise do papel de Mario Caponnetto e demais intelectuais da revista, cf. RODRÍGUEZ, Laura Graciela. Los nacionalista católicos de *Cabildo* y la educación durante la última dictadura en Argentina. *Anuario de estudios americanos*, v. 68, n. 1, 2011, p. 253-277.

610 Após o desligamento dos argentinos às organizações *larouchistas*, seriam acusados (ou reconhecidos) como fascistas, juntamente aos membros do MSIa, que seguiram o mesmo caminho entre 2002 e 2003. Trata-se da

presença também de Guilherme Camargo, presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear, e demais *larouchistas* como Geraldo Lino, Victor Grunenwaldt e Nilder da Costa.

Na ocasião, Helga LaRouche proferiu comunicação sobre a questão do desenvolvimento atrelado à concepção cristã de humanidade, contra os ritos *pagãos* do culto ao meio ambiente e à deusa Gaia<sup>611</sup>. A perspectiva antipagã foi seguida pelo bispo Manoel Pestana em seu pronunciamento.

Entre os “diversos encontros” realizados, a imprensa do movimento enfatiza a reunião entre Helga LaRouche e o presidente, vice-presidente e secretário da Associação Brasileira de Imprensa, onde trataram sobre a condição de seu marido. Barbosa Lima Sobrinho, presidente de Associação, era leitor e entusiasta das ideias de LaRouche para uma economia nacionalista, da mesma maneira como fez uma apresentação à edição de “Relatório sobre as manufaturas” (de Alexander Hamilton), em volume com prólogo de Lyndon LaRouche e editado pelo MSIA<sup>612</sup>.

O texto afirma, também, que as propostas de LaRouche seriam amplamente difundidas no Brasil, de modo que as proposições do *líder político* sobre economia, ciência, políticas ambientais e populacionais teriam não somente ressonância política, mas seriam centro de debates no congresso nacional.

No dia 09 de novembro, foi a vez de Helga LaRouche comparecer em reunião junto a meios militares, no *Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos*, entidade de caráter civil composta por alguns egressos da Escola Superior de Guerra (e futuros membros do Prona, como Marcos Coimbra). Na ocasião, apresentou aspectos relacionados às propostas de LaRouche para o desenvolvimento brasileiro (principalmente questões relativas à alta tecnologia e desenvolvimento de infraestrutura).

Nota-se que, malgrado o discurso militante distante da concretude do fato, não há menção efetiva à relação político-partidária no Brasil em 1992. Diferentemente do trânsito observado e noticiado entre meios religiosos, de imprensa nacionalista ou em setores militares autoritários (do Brasil e exterior), restava a lacuna de representação política dos ideais *larouchistas* para o Brasil.

---

deslegitimação dos dissidentes, que de militantes contra a conspiração, tornar-se-ão títeres dela. Cf. WERTZ JR., William F. El movimiento de Solidaridad Iberoamericana (MSIA): Anatomía de una operación de inteligencia fascista. *Instituto Schiller*. Disponível em: <[http://www.schillerinstitute.org/newspanish/InstitutoSchiller/Literatura/Sinarquismo/operacion\\_intfasc.htm](http://www.schillerinstitute.org/newspanish/InstitutoSchiller/Literatura/Sinarquismo/operacion_intfasc.htm)> (Acesso 15 dez. 2015).

611 Helga Zepp-LaRouche: 'We need a world reconstruction program'. *Executive Intelligence Review*, v. 19, n. 48, 04/12/1992, p. 32-36.

612 HAMILTON, Alexander. *Relatório sobre as manufaturas*. Rio de Janeiro: Movimento de Solidariedade Ibero americana, 1995.

Essa questão passa a mudar de figura após as eleições de 1994. Conforme disposto anteriormente, Geraldo Luís Lino, diretor do MSIa, publicou dois artigos<sup>613</sup> favoráveis a Enéas Carneiro, veiculados logo após a campanha na qual o candidato do Prona foi chamado de *fascista, nazista, neofascista, cacareco*, etc.

A defesa pública de Enéas Carneiro pode ser considerada como um elemento estratégico de aproximação, embora isso já estivesse delineado em razão da proximidade dos *larouchistas* a setores do nacionalismo militar brasileiro, em especial aqueles que participavam do projeto em torno de *Ombro a Ombro* e apoiariam a candidatura de Enéas/Gama e Silva.

Já em 1998, o horizonte é outro. Entre os dias 08 de 14 agosto, Helga LaRouche veio ao Brasil pela terceira vez (a primeira havia sido em 1989), para mais uma vez divulgar os ideais das organizações LaRouche, dialogar com militantes e aliados, divulgar o lançamento de obra produzida por Lyndon LaRouche (*A ciência da economia cristã*), enfim, estabelecer articulações políticas. Na descrição dessas atividades<sup>614</sup>, a imprensa *larouchista* gaba-se – Helga LaRouche foi ouvida por mais de quinhentas pessoas, entre lideranças políticas de alto escalão, empresários, diplomatas, ativistas políticos, economistas e militares da ativa e da reserva.

Seriam três os principais eventos. O primeiro deles, a ser realizado na sede do MSIa no Rio de Janeiro, consistiria o lançamento, divulgação e assinatura de Helga à obra de Lyndon LaRouche. O acontecimento foi assistido por militantes e simpáticos às ideias de LaRouche, como Barbosa Lima Sobrinho.

No evento seguinte, Helga LaRouche foi recebida por José Carlos Graça Wagner, na sede do Instituto Brasileiro pela Liberdade Econômica e Desenvolvimento Social. Em alguns círculos da direita latino-americana, Graça Wagner é apresentado como o *descobridor* da conspiração em torno do *Foro de São Paulo*, isto é, a ideia de que diversas organizações de esquerda estariam subalterna e harmonicamente arquitetadas em torno de um grande plano de dominação continental.

Conforme mencionado anteriormente, essa ideia foi adotada e reproduzida por *larouchistas* em países como Venezuela, ou mesmo por militares brasileiros. Embora noticiado por *Executive Intelligence Review*, o encontro de Graça Wagner com Helga LaRouche consistia da presença da líder *larouchista* em plateia de evento, não de participação como oradora ou

---

613 LINO, Geraldo Luís. Enéas e Alexander. *Tribuna da Imprensa*, 01/09/1994, p. 04.; LINO, Geraldo Luís. Quem tem medo da popularidade de Enéas?. *Tribuna da Imprensa*, 01-02/10/1994, p. 04.

614 PALACIOS, Silvia. Zepp-LaRouche urges Brazil to dum IMF globalization. *Executive Intelligence Review*, v. 25, n. 34, 28/08/1998, p. 30-32

conferencista<sup>615</sup>.

A principal solenidade em que Helga LaRouche participou durante a viagem, assim como o maior público que a teria assistido (cerca de 350 pessoas, segundo EIR), ocorreria nas dependências da Câmara Municipal de São Paulo, quando acompanharia Enéas Carneiro naquela que seria a primeira expressão pública, no Brasil, da relação *larouchista* estabelecida - e que viria a ser desenvolvida politicamente por Enéas Carneiro e o Prona.

Na ocasião, ocorreu uma sessão solene na Câmara dos Vereadores, quando Enéas Carneiro veio a receber o título de cidadão paulistano. Na realidade, essa concessão foi um procedimento originado pela estrutura partidária, pois o Projeto de Decreto Legislativo<sup>616</sup> havia sido apresentado por Osvaldo Enéas Nantes Soares, o único vereador do Prona na cidade de São Paulo.

Ao que pese a utilização da *máquina* partidária para divulgação do líder do partido em período de disputa eleitoral, há o detalhe pitoresco: Osvaldo Enéas era uma espécie de sócia de Enéas Carneiro. Além de “Enéas” em seu nome (adicionado posteriormente à filiação ao partido), o vereador era também calvo, com longas barbas negras, óculos e de baixa estatura. Entre alguma espécie de *marketing* político e o culto à liderança de Enéas Carneiro, evidenciava-se, inclusive pela logística da homenagem concedida, a centralidade irrevogável de Enéas Carneiro junto ao Prona.

Durante a homenagem destinada a Enéas Carneiro, o líder do Prona apresentou Helga LaRouche que, em seu discurso ao púlpito da Câmara, menciona a participação de Enéas Carneiro (via mensagem em vídeo, não fisicamente) em um evento das organizações LaRouche, realizada em junho de 1998 na capital dos EUA.

Além disso, Helga LaRouche versa sobre a questão da crise financeira, atrelando-a às seguintes causas: neoliberalização, privatização, *Nova Era*, e contracultura dos últimos anos erigida a partir do trinômio *drogas, sexo e rock*<sup>617</sup>. Essas proposições seriam reafirmadas na obra *A Educação Clássica para um novo Renascimento*<sup>618</sup>, publicada pelo MSIA no ano seguinte.

O impacto dessa relação, que teve início após as eleições 1994 e aprofundou-se em 1998, pode ser notado em dois sentidos, i. e., não apenas face às modificações ou aprofundamentos

---

615 Cf. WAGNER, José Carlos Graça. 'The world must organize itself'. *Executive Intelligence Review*, v. 25, n. 34, 28/08/1998, p. 37.

616 PDL 02-0021/1997, Gabinete Ver. Osvaldo Enéas, Câmara Municipal de São Paulo, 15/04/1997.

617 Zepp-LaRouche warns Brazilians of imminent financial blow-out. *Executive Intelligence Review*, v. 25, n. 39, 02/10/1998, p. 10-12.

618 *A Educação Clássica para um novo Renascimento*. Rio de Janeiro: Movimento de Solidariedade Ibero-Americana, 1999.

ideológicos nos discursos do Prona e Enéas Carneiro, mas também a outros fatores das próprias organizações *larouchistas*. Se ao Prona seria um possível princípio de fortalecimento político – pois a ressonância em escala internacional era uma possibilidade de articulação política eminente –, o mesmo valeria para as organizações de Lyndon LaRouche, visto que teriam uma espécie de representante no processo eleitoral em 1998.

Dessa maneira, a edição de 28 de agosto de 1998 da EIR trouxe, em sua capa, a fotografia de Enéas Carneiro ao receber o título de cidadão paulistano, ao lado do vereador/sócia Osvaldo Enéas e de Helga Zepp LaRouche. Isso evidencia um possível processo decisório dos *larouchistas*. Entre três presidenciáveis citados pelos veículos do movimento, e dois presidenciáveis afeitos aos ideais ou propostas de Lyndon LaRouche – Enéas Ferreira Carneiro, do Prona e Vasco Azevedo Neto, do PSN; a escolha foi pelo primeiro.

A razão da escolha é fundamentada em texto de *Executive Intelligence Review*. Ao elogiar Vasco Neto e seu projeto hidroviário, Dennis Small<sup>619</sup> menciona que Helga LaRouche havia encontrado o presidenciável em sua última visita ao Brasil. Menciona, também, que Vasco Neto definia Lyndon LaRouche como uma de suas influências em seu projeto, embora descrevesse-o como *um polêmico político e economista americano*<sup>620</sup>.

O autor do texto menciona que Vasco Neto seria presidenciável em 1998, embora sem chances concretas de vitória. Dito isso, ao fim do texto apresenta a candidatura de Enéas Carneiro e o fato de que, além de ter recebido Helga Zepp LaRouche no Brasil, havia lançado um *panfleto educacional* (“O Brasil em Perigo”), pelo qual defendia a ruptura com o sistema financeiro internacional, incluindo o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Não menciona, mas entende que as ideias de Enéas Carneiro seriam aquelas também defendidas por Lyndon LaRouche e seu séquito.

Assim, adiante da proximidade entre lideranças políticas, a relação LaRouche – Prona significaria a defesa de fundamentos ideológicos presentes no aparato *larouchista*, como uma visão elitista de liderança política, o apelo para a industrialização nacional em detrimento ao capitalismo financeiro e o elemento conspiracionista como denúncia e motivação política. São aspectos que não surgem com a evidência da relação observada, mas que serão aprofundados a partir dessa colaboração transnacional em busca da ênfase em um projeto nacional e nacionalista mais articulado e consistente.

Dessa maneira, para a imprensa *larouchista*, a esperança para a salvação do Brasil seria a

---

619 SMALL, Dennis. Brazil is likely to be the next 'big one'. *Executive Intelligence Review*, v. 25, n. 38, 25/09/1998.

620 *Idem*, p. 33.

candidatura do Prona, do mesmo modo que a difusão dos ideais de Lyndon LaRouche e seus seguidores transcorreria a partir da campanha presidencial de Enéas Carneiro.

#### 4.2 O “grande projeto nacional” de 1998

O processo eleitoral de 1998 atesta a influência *larouchista* no Prona, assim como a intensificação de algumas propostas e discursos já reivindicados. No entanto, essa condição consta como decorrência de um processo que tem início logo após as eleições de 1994, se estrutura durante a corrida eleitoral de 1996 (prefeitos e vereadores) sobretudo na capital paulista, e delinea-se efetivamente em 1998, ou seja, é um processo histórico.

No ano de 1996, quando Enéas Carneiro apareceu ao lado de Havanir Nimtz em campanha pela prefeitura de São Paulo, o presidente do Prona aproveitou a utilização do espaço para divulgação de seu panfleto “O Brasil em Perigo!”<sup>621</sup>. Neste material, chamado de panfleto educacional pelos veículos *larouchistas*, há predominância de um esquema de diálogo, onde a figura central é Enéas Carneiro e, seus interlocutores, um par de cidadãos brasileiros. Era, também, um material que privilegiava um discurso, enredo e retórica mais dinâmicos e acessíveis, recordando, no aspecto gráfico, as Histórias em Quadrinhos.

Assim, o culto à figura de Enéas Carneiro é intensificado. A obra, de sua autoria, com editora em seu nome e a face do proprietário na capa do panfleto, assim como o personagem reproduzindo o rosto do líder do Prona. A única *novidade* significativa é, além do conteúdo e sua linguagem, a apresentação de uma simbologia partidária, consistindo no contorno dos limites geográficos do Brasil em amarelo, e uma bandeira verde ao fundo. Sobre o mapa do Brasil, a sigla partidária. Além disso, o slogan: “*Quem é do Prona carrega o Brasil no peito*”.

---

621 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O Brasil em Perigo!*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Enéas Ferreira Carneiro Ltda., 1996.





Figura 13 – *O Brasil em Perigo* (Capa)

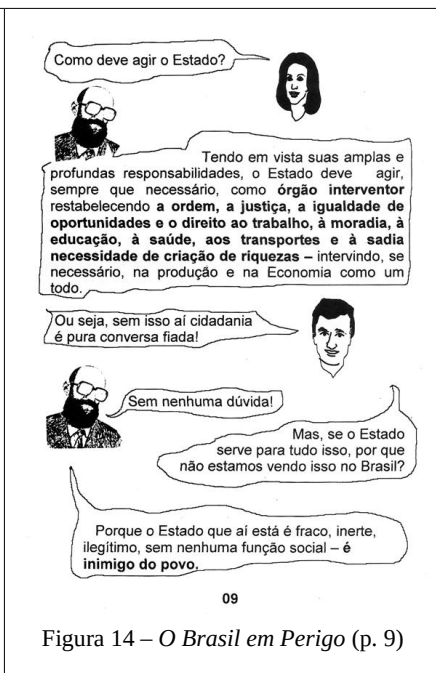


Figura 14 – *O Brasil em Perigo* (p. 9)



Figura 15 – *O Brasil em Perigo* (Contracapa)

Tabela 13 – *O Brasil em Perigo!*

Em relação ao conteúdo do panfleto, ele reproduz a sentença regular da legenda, isto é, a defesa de um Estado forte, intervencionista e o apelo à industrialização nacional que, comungada às políticas cabíveis, realizariam o destino manifesto nacional. Além disso, o *Manifesto do Prona* é reproduzido na íntegra. No prefácio, menção aos economistas Dércio Garcia Munhoz, Marcos Coimbra e Adriano Benayon do Amaral.

Assim como no programa partidário de 1995, há especial reverência a Bautista Vidal que, nas palavras de Enéas Carneiro, teria sido o responsável por auxiliá-lo em uma “abordagem física dos processos político-econômico que nortearão os rumos do planeta no terceiro milênio”<sup>622</sup>. Por fim, menciona o colega (de partido e profissão) Vanderlei Assis, que o teria auxiliado no processo da elaboração da *Cartilha*.

Não há, no entanto, nenhuma menção especial a Lyndon LaRouche ou Helga Zepp LaRouche. Isso significaria a inexistência da efetivação da relação política aventada? É provável que não. Em primeiro lugar, a relação de grupos que se inserem dentro de discursos nacionalistas (ou *ultranacionalistas*, se considerarmos a radicalização dessa perspectiva) é baseada por diversas aproximações, sobretudo pelos valores fundamentais comuns, mas também de afastamentos, seja por questões estratégicas ou de aspecto estritamente político.

E, do mesmo modo que organizações de diversas tendências de uma família política são capazes de aproximações por razões ideológicas, pode ocorrer o rompimento, afinal de contas

622 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O Brasil em Perigo!*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Enéas Ferreira Carneiro Ltda., 1996, p. 03.

o conflito de *nacionalismos* (i.e., de organizações nacionalistas de países diferentes) pode significar o embate de discursos semelhantes que, em contraposição imediata, antagonizam-se. Assim foi, inclusive, como ocorreu com a tentativa de se criar uma *internacional fascista*, embora o conflito de nacionalismos não tenha sido o único fator para tal derrocada<sup>623</sup>.

No caso *Prona/LaRouche*, a explicação caminha nesse sentido. Quanto à questão da autoridade, a hipótese de Enéas Carneiro como líder preparado para os desígnios nacionais era uma crença absoluta, de modo que não caberia citar nominalmente a referência ao norte-americano, pois isso provavelmente feriria o culto à liderança que definira a sigla partidária desde 1989, assim como possibilitaria a emergência de uma referência alternativa (ou o culto à liderança internacional) conflitante às disposições da própria agremiação.

Em suma, não era interessante demonstrar, inclusive ao grande público e provável eleitorado, que os ideais de Enéas Carneiro eram trazidos de uma outra *grande liderança*. A essa questão adiciona-se, também, o fato de LaRouche ser uma referência externa e internacional, de modo que eventualmente ocasionaria a perda de *genuinidade* nacionalista e brasileira do Prona (criado por brasileiros, não políticos, para o povo brasileiro). Por fim, poderia imprimir a condição “profissional” do âmbito político, ao qual o Prona era crítico habitual. Mesmo no caso de organizações diminutas e com discurso similar, esse contexto de cooperação em âmbito internacional poderia suscitar alguma compreensão alheia às aspirações partidárias.

Dessa maneira, ainda que embora não denominem as origens das ideias que constituem o *larouchismo* nos EUA e na América Latina, o documento escrito por Enéas Carneiro traz diversas similaridades que atestam esse processo de apropriação intelectual. O primeiro deles é a intensificação da crítica antiliberal. Se em 1994 o *grande projeto nacional* criticava mas não negava peremptoriamente as privatizações, já em 1996 o lema é irredutível: seria fulcral o rompimento para com o Sistema Financeiro Internacional, pois só assim o Brasil conseguiria se desamarrar dos interesses dos *donos do mundo*.

A intensificação da perspectiva de um independentismo econômico (e político, por consequência) acompanha, também, o aspecto central ao qual a denúncia de uma trama conspiracionista passa a ter, nesse momento, no discurso partidário. Conforme mencionado, o plano de reorganização da economia mundial é uma bandeira *larouchista* não apenas para diversificar o sistema econômico, mas especialmente para introduzir uma resposta aos

---

623 Sobre a questão da internacional fascista e seus conflitos, cf. BERTONHA, João Fábio. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre a solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. *Rev. Bras. polít. int.*, v. 43, n. 1, jan./jun, 2000.

inimigos da civilização cristã ocidental, quais seriam conspiradores em torno do poder e em facetas das mais diversas possíveis.

Assim, o Prona caminhará, neste documento, no mesmo sentido. É possível afirmar, claro, que a temática da conspiração já estivera presente no discurso de Enéas Carneiro em 1994, da mesma maneira que ocorre a crítica ao panorama econômico brasileiro em vias de globalização. Afinal de contas, foi a partir dessas questões que teve início o processo de aproximação do Prona com a política *larouchista*. Todavia, a centralidade que o Prona passa a dar à questão da conspiração é, sim, uma novidade.

Em *O Brasil em Perigo*, Enéas Carneiro denuncia uma conspiração definida pelos *donos do mundo* (que não são devidamente denominados) e que cumpriria dez passos essenciais, listados e explicados ao longo do texto. A desestruturação da máquina pública (e os serviços prestados) seria o primeiro estágio da conspiração, sistematizando a premissa segundo qual não existiriam recursos para a manutenção do Estado. E, de acordo com essa premissa, haveria diminuição do salário dos médicos, dos professores e do funcionalismo público, gerando a prestação de serviço deteriorada. Este seria o segundo estágio do chamado “Plano diabólico”.

Após o processo de desestruturação das funções e representações do Estado, o terceiro momento compreendia, sob a falsa insígnia de *modernismo*, a destruição dos valores morais, da família, da Igreja, dos princípios cristãos da sociedade brasileira, assim como a reprodução de notícias que só divulgariam “o que não presta”. Assim, se o Estado não se faz presente, a imprensa aprofunda sua *função*. Em quarto lugar viria a desmoralização das Forças Armadas (“braço armado do povo”<sup>624</sup>), que em 1994 foram denominadas como reduto da nacionalidade.

A fome, que mataria milhares de pessoas, além de criar *verdadeiras hordas de meninos de ruas*, viria a ser o quinto período da conspiração, que desencadearia o sexto estágio, em que consistiria “um controle de natalidade **desumano**, esterilizando moças pobres em pleno período de atividade reprodutiva”<sup>625</sup>, cujo objetivo seria diminuir o número de brasileiros hábeis a contribuir à *pátria*.

A denúncia de uma deliberada diminuição da população brasileira em termos conspiracionistas é mais uma ressonância aos textos *larouchistas*, que desde a década de 1980<sup>626</sup> divulgava a tese onde esse suposto procedimento era uma agenda imposta pelo FMI,

---

624 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 36.

625 CARNEIRO, *Op. Cit.*, 1996, p. 37 (grifo do original).

626 IMF forces fall in Brazilian population. *Executive Intelligence Review*, v. 15, n. 34, 26/08/1988, p. 11-13.

Curiosamente, trata-se da mesma edição em que Lyndon LaRouche regozija-se do resultado seu encontro realizado no Panamá, *congresso* que é um marco da ramificação de sua influência enquanto *think tank* para a

um plano *malthusiano* de genocídio da população brasileira. Esse plano, nos textos *larouchistas*, foi arranjado conjuntamente entre o *Clube de Roma*, o Banco Mundial e o FMI, e sua consumação implicaria não apenas na diminuição das taxas de reprodução humana (ferindo, assim, o princípio explícito em *Gênesis*), mas também a cadeia produtiva nacional para os anos 2000.

A sétima fase da conspiração consiste na destruição do patriotismo, entendido como o processo de desmoralização dos símbolos nacionais (o Hino e a bandeira) e a língua nacional (ou o português brasileiro em norma culta). A questão da língua como reduto da nacionalidade e a sua distorção como um problema é algo recorrente no discurso partidário, mas na perspectiva da conspiração seria algo propositalmente engendrado pelos meios de comunicação.

Dessa maneira, a conspiração denunciada é coerente com o estado do discurso partidário após as eleições de 1994, quando Enéas Carneiro e alguns membros do Prona passam a atacar a imprensa com maior ênfase. Afinal, a imprensa era, em conjunto com alguns personagens do campo político (não listados), a principal responsável pela defesa da descriminação das drogas, assim como “uma falsa ideia de normalidade quanto ao seu uso”<sup>627</sup>.

Restariam, assim, as duas etapas finais da conspiração ou *Plano Diabólico*. O nono estágio residia nos métodos utilizados para desestruturar a “harmonia da vida social”<sup>628</sup>, mediante o conflito gerado entre “um contra o outro; classe contra classe; patrão contra empregado”. Nessa perspectiva, as dinâmicas de enfrentamento decorrentes das iniquidades sociais não eram o reflexo desses descompassos (na distribuição de renda, participação política, organização social, enfim), mas um elemento ativo planejado para um fim específico.

Dessa maneira, as formas de participação da sociedade civil, ou a expressão de descontentamentos diversos, foram, na realidade, articuladas tais quais laboratórios clínicos, na antessala de uma conspiração transcorrida de um plano diabólico de destruição do Estado e da nação brasileira. Decorre, portanto, de uma visão do ritmo da história que compreende a relutância do indivíduo enquanto agente autônomo e provido de sentido.

É também um entendimento que pressupõe a necessidade de uma elite conservadora (não aquela dirigente habitual) a ditar os meandros da salvaguarda de uma ordem outrora existente, e cujos alicerces permaneciam reordenáveis mediante o culto à pátria e à ordem, a valorização das Forças Armadas e da língua portuguesa em norma culta. Além do conservadorismo

---

América Latina. A capa da edição consistiria em uma fotografia do evento em questão.

627 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 38.

628 *Idem*, p. 39.

evidente face à modernização conspiratória, compreende também a aversão aos princípios de retificação social e políticas igualitárias, perspectiva essa que melhor define o pensamento de direita em dimensão genérica mais abrangente, na definição de Steven Lukes<sup>629</sup>.

De acordo com o panfleto de Enéas Carneiro, o derradeiro prosseguimento do *plano diabólico* em vista à destruição da soberania nacional, determina a desvalorização do trabalho produtivo em estímulo a “todos os tipos de especulação [...] [e ao] culto do Bezerra de Ouro”<sup>630</sup>. Esse tipo de crítica não é uma novidade no discurso do presidente do Prona ou da própria agremiação, mas é possível argumentar que a centralidade concedida à contraposição do capitalismo financeiro ao industrial (ou produtivo, de modo lato) pode ser um indício da afluência ao pensamento *larouchista*, tendo em vista que justamente busca readequar a lógica econômica ocidental.

Logo, não é mais o desaparecimento da autoridade ou da ordem o ápice desse descontentamento, ao menos tal qual pronuncia o *manifesto* do Prona redigido em 1989 (e readequado em 1994). Portanto, o nacionalismo econômico, que surge com impacto no *projeto nacional* de 1994, persistirá em evidência. Ainda sobre o último estágio do *plano diabólico* descrito por Enéas Carneiro, o sentido de denúncia ao *culto do Bezerra de Ouro* não compreende um sentido antissemita tal qual poderia se imaginar nos escritos mais antigos de Lyndon LaRouche.

É necessário ressaltar que, embora exista a concordância quanto a utilização do termo na denúncia de uma trama conspiratória tal qual ocorre em textos antissemitas do entreguerras<sup>631</sup> (sobretudo naqueles que buscam sustentação religiosa/cristã em seus argumentos), ele é provido de outro sentido, ou simplesmente desprovido de antissemitismo. Mas, se a denúncia de uma coletividade judaica a dominar o Brasil inexistente no panfleto de Enéas Carneiro, alguns elementos da conspiração imaginariamente descrita em *Os Protocolos dos Sábios de Sião* são semelhantes ao discurso do presidente do Prona.

Nos *Protocolos*<sup>632</sup>, é possível encontrar ocorrências e argumentos similares ao enredo conspiracionista descrito por Enéas Carneiro. No texto apócrifo, a crítica à imprensa menciona, por exemplo, “o papel da imprensa [...] em indicar as reclamações que se dizem

---

629 LUKES, Steven. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, Terence & BELLAMY, Richard (orgs.). *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 602-626.

630 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 40.

631 A título de exemplo, é possível observar a relação entre a passagem bíblica do “culto ao Bezerra de Ouro” (na liturgia antissemita, pecado cardinal que antecede ao *deicídio*) com o antissemitismo de autores como o brasileiro Gustavo Barroso (cf. BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo*. Rio de Janeiro: ABC, 1937, p. 23).

632 *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Edições Júpiter, 1984.

indispensáveis, dando a conhecer as reclamações do povo, criando descontentes e sendo seu órgão”<sup>633</sup>. No texto de Enéas Carneiro, ocorre a crítica à veiculação de “tudo que não presta – exemplos de corrupção de funcionários públicos, negociatas, golpes contra o Estado etc.”<sup>634</sup>.

Já a denúncia da “divisão dos homens em classes em condições”<sup>635</sup> pode ser paralelizado ao nono item do texto de Enéas Carneiro, onde é abordado o suposto fim da harmonia social. E as bebidas alcoólicas, fartamente citadas em *Os Protocolos...*, pode ser parametrizada à promoção ao uso das drogas como fator de desestabilização, aspecto denunciado pelos membros do Prona, em especial quanto à maconha<sup>636</sup>.

Por fim, as práticas da usura e do culto à riqueza seriam, em *Protocolos*, aspectos eminentemente judaicos, portanto recorrentes sob tons denunciativos, no qual descreve-se a atividade especulativa como um contrapeso à indústria e ao comércio, sendo estas últimas atividades reconhecidas como perigosas à própria conspiração, pois alheias ao enriquecimento não produtivo.

Esta distensão entre o produto fruto do trabalho e o lucro oriundo da especulação é um elemento nodal nos dois textos, conquanto assumam feições divergentes. Nos *Protocolos* o antissemitismo não é plano de fundo, mas o princípio motor. E, conforme visto, no caso de Enéas Carneiro, não foi possível averiguar essa relação.

Além do mais, conquanto existam semelhanças, residem diferenças substanciais entre os dois textos. Não apenas quanto ao *inimigo*, que no texto mais recente é apenas aventado em torno dos *donos do mundo* e do Sistema Financeiro Internacional (contraposto aos judeus no libelo apócrifo), uma das principais divergências reside quanto à existência e exercício sufrágio universal. Nos *Protocolos*, o sufrágio universal é elogiado pelos supostos conspiradores, por ser um instrumento de desestabilização e aprofundamento da conspiração e, no caso do Prona, de modo inverso, seria um dispositivo para romper o arranjo diabólico, onde somente um quadro democrático (ou a ascensão democrática de Enéas) haveria de possibilitar a ruptura com a maquinação descrita, com o Prona no poder.

Assim, as homogenias não devem ser desmerecidas, porém também não superestimadas. Uma hipótese explicativa para essas semelhanças pode residir no fato que os *Protocolos* servem como espécie de obra-mestre da liturgia conspiracionista ao longo dos anos, pois,

---

633 *Idem*, p. 20.

634 CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 36.

635 *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Edições Júpiter, 1984, p. 28.

636 No texto de *O Brasil em Perigo!*, consta um aviso sobre a dependência da Maconha, assinado por quinze membros do partido, mencionando-se “Todos médico e membros do Diretório Nacional do **PRONA**” (p. 39).

como afirmado anteriormente, as conspirações se parecem em suas estruturas narrativas, sobretudo aquelas que buscam explicar a realidade social e os contextos diversos que compõem a vida dessas sociedades (crenças, valores, práticas, costumes, temores, perigos, etc.).

Por fim, cabe considerar o processo de influência desse conspiracionismo aos ideais do Lyndon LaRouche (e do *larouchismo*), que por sua vez viriam a influenciar o pensamento de Enéas Carneiro e a dinâmica do próprio partido. Assim, a crescente importância da temática da conspiração evidencia os indícios dessa relação, que coincide também com certa lógica de suspeição ao *inimigo interno/externo* previamente existente no Prona, desde as relações que culminaram na configuração partidária de 1994.

No dia 20 de dezembro de 1997, no Teatro Imprensa na capital paulista, realiza-se a convenção nacional partidária para as eleições de 1998. Estandartes traziam as mensagens: “Nossa arma é a verdade” e “Quem é do Prona carrega o Brasil no peito”. Ao fundo, uma faixa (re)afirma: “Nosso nome é Enéas!”<sup>637</sup>. Fechando o quadrilátero da apresentação do evento, Havanir Nimtz (presidente do Prona em SP) seria a mediadora do congresso, confirmando o crescimento junto ao aparelho partidário. Após apresentar Enéas Carneiro, Havanir cita também Adriano Benayon do Amaral, Marcos Coimbra e, em especial, “o professor Bautista Vidal”.

Marcos Coimbra viria a ser, inclusive, empossado no Diretório Nacional do Prona em 1998, juntamente a outros novos dez membros. Um deles era Ildeu Alves Araújo, advogado responsável por mover a ação que permitiu a candidatura de Enéas Carneiro e Roberto Gama e Silva em 1994. Apesar dessas novas investidas, a direção do partido seguiu fiel ao princípio da legenda. Formada majoritariamente por colegas médicos de Enéas, além de grande parte deles residentes no estado do Rio de Janeiro, como é possível observar na tabela a seguir (em negrito, os novos membros da direção nacional e suplência).

---

637 A íntegra do vídeo produzido pode ser acessada em: *Enéas Carneiro – Convenção do PRONA em 1998*. Disponível em: <<https://youtu.be/eDhURDYKIG8>> (Acesso em 02 ago. 2014).

<b>Membros Titulares</b>		
<b>Nome</b>	<b>Função Profissional</b>	<b>Estado</b>
Enéas Ferreira Carneiro	Médico	Rio de Janeiro
Maria Celeste Suassuna	Médica	Rio de Janeiro
Irapuan Teixeira	Médico	Rio Grande do Sul
Maria Anunciada Lima de Aquino	Bancária	Distrito Federal
Elimar Máximo Damasceno	Médico	Rio de Janeiro
Vanderlei Assis de Souza	Médico	Rio de Janeiro
Moacyr Bastos	Professor	Rio de Janeiro
Samuel Alleyne Netto	Médico	Rio de Janeiro
Divino José Valentim	Militar Reformado	Rio de Janeiro
<b>Amauri Robledo Gasques</b>	Médico	São Paulo
Leandro Troijo Júnior	Auditor Fiscal	São Paulo
Diva da Silva Nascimento	Médica	São Paulo
Selene Maria de Moraes Guimarães	?	Rio de Janeiro
Havanir Tavares Almeida Nimitz	Médica	São Paulo
<b>Marcos Coimbra</b>	Economista	Rio de Janeiro
Rosana Maria Ferreira e Silva	Médica	Amazonas
<b>Edgard Manoel Azevedo</b>	Servidor Público Federal	Rondônia
José Maria Queiroz	?	Roraima
<b>Zenilda Corrêa de Freitas</b>	Professora	Mato Grosso do Sul
<b>Adina de Oliveira Meirelles</b>	Empresária	Espírito Santo
<b>Duarte José do Couto</b>	Comerciante	Acre
<b>Ildeu Alves de Araújo</b>	Advogada	Distrito Federal
<b>José Uchoa de Aquino</b>	Médico	Distrito Federal
Janete Ferreira Carneiro	Estudante	Distrito Federal
Everaldo da Silva Araújo	Advogado	Pará
<b>Rui Augusto Mattos Nogueira</b>	Médico	Distrito Federal
Daniel Pereira de Melo	?	Rio de Janeiro
<b>Suplentes</b>		
Fábio do Ó Jucá	Médico	Rio de Janeiro
Lenine Madeira de Souza	Médico	Rio de Janeiro
<b>Maria Isabel Severo Teixeira</b>	Advogada	Rio Grande do Sul

Tabela 14 – Diretório Nacional (1998)

A centralidade de Enéas Carneiro é reafirmada no evento. Em seu discurso, denuncia a conspiração para destruir a soberania nacional, critica a privatização (*crime de lesa-pátria*) da mineradora Vale do Rio Doce, e afirma que o governo era formado por traidores da pátria. Cita, também, o plano frustrado (ou barrado, segundo Enéas) em realizar uma palestra na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Nas palavras do presidente do Prona, na ocasião dessa palestra seria revelado o principal responsável pelo processo de privatização e, por decorrência, do *plano maquiavélico* em atuação no Brasil. Afirma Enéas: “nos iríamos alertá-los para o fato de que por trás, entre aspas, do leilão, estava um dos maiores megaespeculadores do planeta, o rei do narcotráfico, o senhor George Soros”. Observa-se que, em ambiente destinado aos quadros do partido



(militantes, dirigentes, simpatizantes), a conspiração de Enéas Carneiro tem um responsável nominal. Reside, aí, não somente o indício da capacidade de mutação do enredo conspiracionista em razão do público interlocutor, mas principalmente um atestado da influência *larouchista* no Prona.

George Soros, empresário e investidor financeiro, foi de fato um dos envolvidos no leilão da Companhia Vale do Rio Doce<sup>638</sup>, juntamente a diversos consórcios nacionais e internacionais. Na perspectiva conspiracionista *larouchista*, George Soros é descrito como o especulador pessoal<sup>639</sup> da rainha da Inglaterra e também envolvido na conexão do narcotráfico internacional.

E, além do fato de ser um investidor financeiro e de auxiliar ao desenvolvimento de fóruns de discussão sobre a questão da legalização de drogas, a condição religiosa (judaica) de George Soros auxilia a compreender a razão da escolha dele como elemento central da operação conspiracionista denunciada via EIR. Conforme aventado, a confusão entre indivíduo e coletividade judaica é um dos instrumentos para dissimular o antissemitismo outrora evidente nos textos da organização. Dessa maneira, esses textos denunciam George Soros como herdeiro da tradição existente na família Rotschild e descrevem-no como um golem, entidade meio-humana da mitologia judaica<sup>640</sup>.

Relacionando os textos de EIR ao afirmado por Enéas Carneiro no panfleto *O Brasil em Perigo* e na convenção nacional do Prona, é possível observar, mais uma vez, que o discurso do líder do Prona transpõe os argumentos do conspiracionismo *larouchista* sem citá-lo nominalmente, adequando a teoria conspiratória ao contexto brasileiro, e retirando-lhe o eminente antissemitismo.

Após o pronunciamento de Enéas Carneiro, o congresso decorre com a participação de Bautista Vidal (que afirma que o Prona seria a última saída, por meios eleitorais, para salvar o Brasil), Marcos Coimbra e Adriano Benayon do Amaral. O evento inaugura, também, a corrida eleitoral de Enéas Carneiro e do médico Irapuan Teixeira à presidência da República, mais uma vez em chapa composta apenas por membros do Prona.

Assim como em 1994, o programa de governo do Prona seria intitulado *Um grande projeto*

---

638 Cf. NETO, Fernando Paulino. Vale é vendida por R\$ 3,3 bi e ágio de 20%. *Folha de São Paulo*, 07/05/1997.

639 STEINBERG, Jeffrey. George Soros: the Queen's drug pusher. *Executive Intelligence Review*, v. 24, n. 35, 29/08/1997, p. 22 – 25.

640 THOMPSON, Scott. George Soros: a golem made in Britain. *Executive Intelligence Review*. v. 24, n. 35, 29/08/1997, p. 25. Sobre a figura do Golem como esteriótipo judaico, cf. GOSKA, Danusha V. Golem as Gentile, Golem as Sabra: An Analysis of the Manipulation of Stereotypes of Self and Other in Literary Treatments of a Legendary Jewish Figure. *New York Folklore*, v. 23, n. 1-4, 1997, p. 39-47.

nacional<sup>641</sup>. A capa da edição consistia em configuração quase idêntica ao modelo anterior, todavia substituindo-se as cores azuis e branco por tons de verde e amarelo, em provável transmissão da noção de identidade nacionalista e também partidária (o símbolo do Prona tinha o mesmo esquema de cores). A estrutura permanecia praticamente intacta, adicionando-se somente o símbolo do partido: *capa*, manifesto partidário, conteúdo, mensagem à nação, símbolo partidário e contracapa com repetição da mensagem do chefe da legenda.

Quanto ao conteúdo, são observadas algumas mudanças. Em primeiro lugar, não constam as autorias dos textos apresentados, no total de vinte e um itens<sup>642</sup> ao decorrer das cento e dezoito páginas do título. Esta modificação pode ser entendida tanto como um sentido de totalidade do discurso produzido por Enéas Carneiro ou, mais provavelmente, a tentativa de compreender o projeto oriundo de um órgão partidário maior e diverso (ainda que uníssono).

Esse fato é corroborado pela listagem de todos os candidatos e candidatas pelo Prona em 1998 ao fim da obra (Anexo B), algo inexistente no *grande projeto* precedente. Outro fator de impacto é a retirada dos agradecimentos na introdução do texto, o que denota a ideia de um projeto autônomo e uma agremiação já forjada, assim como aquele discurso iniciado em 1994 e que já estaria impregnado na legenda.

Em relação aos itens listados, são retirados todos aqueles de autoria de Roberto Gama e Silva, não mais candidato à vice-presidência, assim como os textos de Bautista Vidal, Marcos Coimbra e alguns de Enéas Carneiro. Com essas modificações (retirada de itens, adesão de novos tópicos), o programa de governo transita em torno de quatro eixos fundamentais: Estado (definição, propostas, etc.), Educação (do ensino básico até pesquisas de pós-graduação), Saúde e Economia.

As definições de Estado para o Prona seguem as mesmas, embora exista uma mudança no texto atualizado, a retirada de menção a Alain Touraine, supressão provavelmente oriunda da constatação da divergência de visão de mundo entre o sociólogo e Enéas Carneiro, ou mesmo pela proximidade entre Touraine e Fernando Henrique Cardoso.

O aspecto macroeconômico define a principal diferença entre os dois programas de governo. Embora ele não estivesse ausente no texto anterior (e era discutido não apenas por

---

641 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1998.

642 São os seguintes textos, na ordem: *Manifesto, O Estado – O que é?, O Estado, a liberdade e a igualdade, O Estado – com o PRONA no poder, A catástrofe Financeira Planetária, A Desordem na Educação: o retrato da situação atual, O Ensino Básico: o 1º grau, o Ensino Básico: o 2º grau, A Educação Superior, O Menor Abandonado: a chaga social, A Desordem na Saúde: o retrato da situação atual, Um Grande Projeto Nacional de Saúde, O Plano Diabólico, A Economia de Cemitério, A Privatização da Vale do Rio Doce, A Privatização do Sistema Telebrás, O Brasil em Perigo, A Solução do PRONA, O Futuro: setor tecnológico e industrial, Os Candidatos do PRONA no Brasil – 1998, Mensagem à Nação Brasileira*.

Enéas Carneiro, mas também por Marcos Coimbra), o ganho de importância é nítido. É nesse eixo, inclusive, que ocorre a reprodução dos itens presentes em *O Brasil em Perigo*, a partir do tópico homônimo e de *O Plano Diabólico*, que consiste na apresentação dos estágios da conspiração descrita no panfleto publicado em 1996.

E assim como no panfleto, o programa de governo insiste nas premissas *larouchistas* sem tributá-las nominalmente, a fim de não criar alguma espécie de conflito político. Ao propor o rompimento com o *Sistema Financeiro Internacional*, Enéas Carneiro utiliza dos mesmos argumentos de Lyndon LaRouche quanto a prerrogativa de um novo Bretton Woods.

Até a década de 70 valiam as regras de Bretton Woods: o capital internacional, para fluir entre as nações em quantias vultuosas, necessitava da autorização prévia do governo. Havia o câmbio fixo entre as moedas dos grandes países industrializados e uma paridade fixa em relação ao dólar. O Banco Central Americana garantia tudo com a reserva em ouro [...] Nosso partido, o **PRONA**, insurge-se contra todo esse estado de coisas. Nós concordamos com aqueles que afirmam ser fundamental um novo Bretton Woods. Mas, como nós não temos a condição para impor tal acordo no cenário internacional, **e como dispomos, em nosso território pátrio, de praticamente tudo de que necessitamos**, só nos resta uma opção para não naufragarmos junto com o navio que está fazendo água. **NÓS VAMOS ROMPER COM O SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL!**<sup>643</sup>

O projeto político do Prona não modifica, em essência, as bases ideológicas de seu conteúdo habitual. Assim como a trajetória política demonstra, provém do mesmo precedente pautado na reivindicação da retomada de uma ordem conservadora atrelada ao nacionalismo econômico em contraste aos modelos de liberalização da economia. A novidade, de fato, consiste na radicalização desse nacionalismo no plano macroeconômico, que busca o rompimento ao processo da inserção do Brasil em uma economia pouco atrelada ao Estado, o rompimento com o *Sistema Financeiro Internacional* (não pagamento da dívida externa, revisão dos leilões de estatais, descontinuação do Plano Real, etc.), assim como ao transcurso da privatização de empresas estatais.

Quanto ao processo das privatizações, passa a ser encarado não apenas como uma questão delicada (como em 1994), mas tal qual *explícito* desígnio de um plano diabólico ora movido pelos *donos do mundo*, ora designado por indivíduos como George Soros. Uma conspiração contra o país, visando alijar a possibilidade de cumprimento do destino manifesto da nação. Em contrapartida ao que Bautista Vidal chamaria de *esfacelamento da nação*, persistiria a contraposição em cujo caminho viável, na perspectiva eleitoral, seria única e exclusivamente

---

643 CARNEIRO, Enéas Ferreira. *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1998, p. 13-16.

a eleição de Enéas Carneiro.

### 4.3 O Processo eleitoral e a bomba atômica: entrevistas, imprensa e HGPE

Embora a candidatura de Enéas Carneiro e Irapuan Teixeira fosse uma certeza para a própria agremiação, ela quase não ocorreria. Após o fim do mandato de Regina Gordilho, o Prona estava sem nenhum representante na Câmara dos Deputados em Brasília, fato esse que inviabilizaria a candidatura, já que só conseguira eleger deputados estaduais em 1994. A saída encontrada consistiu, mais uma vez, na adesão de um parlamentar já eleito.

O então escolhido/convidado foi o deputado paulista Paulo Develasco (ex-PSD), pastor e então secretário mundial da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Em 1989, Develasco havia apoiado a eleição de Fernando Collor de Mello (assim como, oficialmente, toda a congregação), sob o pretexto que, caso Lula fosse eleito, ele privilegiaria a Igreja Católica em detrimento às congregações evangélicas<sup>644</sup>. A filiação ao Prona ocorre após a aproximação de Enéas Carneiro à cúpula da IURD, quando solicita o apoio (em forma de congressista) ao *bispo* Carlos Rodrigues, que teria *cedido* o congressista ao Prona<sup>645</sup>.

Isso denota, portanto, que apesar da marginalidade do Prona no campo político-partidário brasileiro, havia um processo que estendia as articulações políticas da legenda. Demonstra, também, as estratégias políticas da congregação religiosa, sobretudo em via de constituição de bancadas conservadoras na câmara dos deputados (em vez de uma candidatura presidencial, por exemplo).

Se por um lado essa adesão pode indicar a proximidade de pautas – sobretudo nas premissas conservadoras, seja na concepção de família mononuclear e heteronormativa, assim como a aversão às práticas e reivindicações dos homossexuais<sup>646</sup> – em contrapartida não significou alguma espécie de apoio institucional, pois a IURD preferiria manter boa relação com demais candidaturas conservadoras (ou simplesmente não privilegiar o Prona)<sup>647</sup>.

No primeiro pronunciamento como membro do Prona, Develasco se apresenta como líder

644 cf. MARIANO, Ricardo & PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos*, n. 34, nov. 1992, p. 104.

645 FAGUNDES, Renato. Deputado cedido por Edir Macedo foi a salvação de Enéas. *Jornal do Brasil*, 27/03/1998, p.2.

646 Durante a campanha, questionado sobre as práticas homossexuais, Enéas afirma: “É um desvio da normalidade. O tubo retal é um depósito de fezes. Não é um órgão sexual” (Cf. RYFF, Luiz Antonio. Campeão de Rejeição, Enéas prega moralidade. *Folha de São Paulo*. 21/07/1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21079817.htm>>, Acesso em 12 mai. 2015).

647 cf. SÁ, Xico. Com apoio da Universal, Enéas se lança candidato ao Planalto. *Folha de São Paulo*, 21/12/1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc211220.htm>> (Acesso em 12 mai. 2015).

recém-empossado do partido na Câmara, mas pede licença para tratar de temáticas da congregação religiosa<sup>648</sup>. Essa perspectiva persiste de modo sistemático<sup>649</sup>, tal qual que é possível afirmar que a aproximação teria sido em razões mais pragmáticas do que expressas em bases ideológicas. Em contrapartida, a cláusula eleitoral estaria transposta.

O segundo imbróglio dado era decorrência da denúncia de vendas de vagas para postulantes a candidatura de Deputado Estadual pelo partido. O esquema envolveria a obrigatoriedade da compra de 700 exemplares de *O Brasil em Perigo*. A denúncia envolvia Milton Melfi, membro do Diretório Nacional do Partido e Jorge Martinez (assessor do vereador paulista e *sósia* de Enéas, Osvaldo Enéas). A comissão nacional do partido optou por punir não somente os envolvidos na denúncia, mas também o denunciante (Romeu Pepino), por ter infiltrado um repórter do jornal *Folha de São Paulo* em reunião partidária<sup>650</sup>.

Essas duas questões, noticiadas pela imprensa, marcam a adversidade que tipifica o início da campanha eleitoral do Prona e que, para Enéas Carneiro, comprovam que havia um processo de perseguição política ao partido, reproduzindo o ocorrido durante o pleito anterior, quando foi chamado de *fascista*, *nazista* e *cacareco*, além de “acusado” das ilegalidades no trato profissional.

A dimensão dessa questão é ainda maior no processo eleitoral de 1998 pois, de acordo com a legislação eleitoral vigente na época, o Prona teria um espaço menor na HGPE (trinta e três segundos) e, além do mais, por resolução das emissoras de televisão, os debates eleitorais não seriam realizados. Restariam, portanto, além das vinte inserções de HGPE entre os dias 18/08/1998 e 01/10/1998, o espaço concedido pela imprensa nacional, a mesma mídia pouco receptiva ao líder do Prona e a quem Enéas Carneiro classificava como *podre* e subserviente.

Disso, sucede um embaraço. Como submeter-se à imprensa tão habitualmente criticada e, além disso, qual o procedimento necessário para gerar impacto em uma candidatura ainda mais diminuta, em disputa com outras candidaturas também conservadoras? Surge, então, a polêmica proposta de construção de uma bomba atômica, propositura inexistente em *Um grande projeto nacional*.

A bomba atômica seria, para a candidatura do Prona, o princípio de influxo ao radicalismo de direita, em especial ao radicalismo militar nacionalista tão influente no partido. Cumpre ressaltar que, embora o armamentismo nuclear não fosse uma bandeira de Lyndon LaRouche,

---

648 *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 09/07/1997, p. 18958.

649 *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 03/12/1997, p. 39644.

650 FURTADO, Bernadino. Prona pune envolvidos com venda de vaga. *Folha de São Paulo*, 28/10/1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc281007.htm>> (Acesso em 13 mai. 2015).

a construção do armamento só se daria caso plenamente desenvolvida a pesquisa em torno da engenharia nuclear no Brasil, esta sim uma autêntica reivindicação *larouchista* e com relativa aceitação nos setores da área, no país.

Em entrevista concedida ao jornalista Carlos Chagas, no programa “Jogos do Poder” da *Rede Manchete*<sup>651</sup>, Enéas Carneiro surge, mais uma vez, sob tons brandos e conciliatórios. O tom ponderado, sereno e pacífico serviria para harmonizar a proposta beligerante a surgir, assim como a conflituosa relação entre o líder do Prona e os órgãos da grande imprensa.

Esse tom pode ser notado a partir da resposta à questão sobre o caráter *nanico* do partido. Ao contrário do programa televisivo do partido (1995) no qual Enéas Carneiro afirmava que esta seria uma acusação de uma *imprensa podre*, na ocasião assevera.

Será que é pequeno o partido político cujo o representante maior, no caso eu, saia à rua e, em qualquer esquina identificado, e às vezes de modo entusiástico, abraçado? Será que é pequeno um partido que tem um representante que fala em diversas organizações, de todas as áreas, praticamente, de atividade no Brasil? Será que isso é pequeno? O partido, ele é ou não, ele tem ou não um representante? Todos devem tê-lo... ou, repito: o PMDB, é tão grande, mas quem é o seu representante? Hoje, a sua excelência o presidente [do PMDB] está lutando para se manter...<sup>652</sup>

Sendo o Prona um partido grande ou mediano, Enéas Carneiro é questionado quanto ao caráter da agremiação. Qual a disposição do Prona no espectro político? Mais uma vez, a tentativa consiste em negar a distinção habitual

Eu não vejo, hoje mais no mundo moderno, condição para que se fale em esquerda e direita. Esses conceitos são obsoletos, ultrapassados. O que eu vejo hoje é um processo mundial, que está sendo alcunhado de globalização, um processo de destruição do Estado nacional, e vejo um grupo pequeno, preocupado, muito preocupado com isso, que defende ainda, e é chamado de “conjunto de trogloditas”, de indivíduos da paleolítica, etc., que defendem o Estado nacional soberano. Eu estou desse lado, do lado menor. Do lado daqueles que acreditam que é possível, mesmo nessa economia que aí está, vivendo um quadro completamente artificial. Uma moeda que circula no planeta, que não representa a riqueza real [...] que é emitida ao bel prazer de suas excelências, os dirigentes, dos Bancos dos Estados Unidos da América do Norte, quer dizer, com essa moeda compram-se riquezas, patrimônios de todas as nações do planeta.<sup>653</sup>

É significativo que, a partir do momento em que, excetuando o partido que liderava, nega a representação política brasileira existente, o presidente do Prona almeja enquadrar a agremiação face ao caráter daqueles que, em perspectiva similar, buscam a crítica ao modelo

---

651 Entrevista Dr. Enéas – TV Manchete. *EneasTV*. Disponível em: <<https://youtu.be/Lk24fFD0MbE>> (Acesso em 17 jun. 2015).

652 *Idem*.

653 *Idem*.

em voga. Isto é, a única possibilidade de situação do Prona a alguma categoria possível seria justamente o *larouchismo* em perspectiva transnacional de identificação e cooperação. Consiste, pois, a reivindicação da relação política e ideológica aventada. Assim afirma, no desenvolvimento de sua argumentação.

Então, há um grupo pequeno que reage contra isso. Um exemplo disso é o grupo do senhor Lyndon LaRouche, nos Estados Unidos, mesmo. Editor daquela revista [...] eu pertencço a esse grupo de vozes. Com cuidado! Isto não quer dizer, de maneira nenhuma, que nós possamos ser comparados o movimentos que surgiram na década de 40, década de 30, década de 40, movimentos que pressupunham um totalitarismo, a imposição de... nada disso, nós pensamos, sim, que é possível uma nação que, principalmente como a nossa, dar um exemplo para o mundo. É possível para nós, levantarmos e dizermos assim: “Deixe-nos em paz. Permitam que nós consigamos viver como seres humanos e não como escravos, que é o caminho para o qual todos nós estamos indo”. Essa é a tese.

O tom, que até então é de conciliação e serenidade, modifica-se quando Enéas Carneiro passa a versar sobre a condição periférica brasileira. É então nesse momento, ao discorrer sobre a proposta de criação da bomba atômica, que a figura habitual é reivindicada.

Dizem assim: “olha, vocês não podem participar do Clube Atômico”. E nós, nós entre aspas, nós concordamos. Só, que, quem é que não participa? Quem é que participa? São eles. [...] Nós temos que ter bomba atômica, e não é para jogar a bomba atômica em ninguém. Isso é um aval ... [Ao ser perguntado se reveria os acordos nucleares, Enéas passa a enfatizar com veemência] Com certeza! Absoluta. [vira-se à Câmera] Com certeza! [voltando ao entrevistador] Não é só isso. Vamos rever as privatizações todas, e não precisa fazer muito esforço pra a absoluta falta de decoro com que todas elas foram realizadas.<sup>654</sup>

A bomba atômica viria em complemento a uma antiga bandeira de Enéas Carneiro, em especial o apelo às Forças Armadas, que teria seu efetivo triplicado. O descrédito aos políticos profissionais, a defesa da biomassa e da energia solar em contraponto às fontes fósseis e, sobretudo, a crítica ao candidato do PT, são outras permanências observadas. No entanto, mais do que insistir na dualidade Enéas Carneiro x Lula da Silva, o líder do Prona busca conciliar essa perspectiva com a visão conspiracionista.

O senhor Luiz Inácio é um homem sem preparo. É um homem que, ao meu ver, não tem as condições mínimas que, do meu ponto de vista, deva ter uma pessoa que vai dirigir a nação com a complexidade do Brasil. Esse é um ponto. O segundo ponto é que o senhor Luiz Inácio esteve em 1992 nos Estados Unidos e assinou o Diálogo Interamericano, que é um documento a partir do qual se erigiu o Consenso de Washington ... onde está tudo escrito, o que está acontecendo. Reforma, previdencial, tudo, tudo, que está ocorrendo, quer dizer, o desastre do Estado-nação

---

654 *Idem.*

está lá previsto. Então eu não vejo, nesse senhor, uma representação legítima dos interesses nacionais.<sup>655</sup>

Ao desenhar a conspiração que busca atestar, coincide-se, mais uma vez, na menção ao arcabouço *larouchista*. Contudo, ao afirmar a suposta liderança de George Soros nos processos de privatizações, a condição de *narcotraficante* não é posta de maneira peremptória.

E por que não mostrar que isso foi feito contra a nação, que foi cometido um crime de lesa-pátria, isso sim? Por que entregaram a Vale [do Rio Doce], como foi feito, doá-la. Na verdade, o que foi? Foi permitir que donos, entre aspas, que não são donos verdadeiros, testas de ferro desse poder mundial, alienígena, dentro do qual participa o senhor George Soros. Não sou eu quem está dizendo, quem está dizendo é a revista EIR [*Executive Intelligence Review*] quer dizer, megaespeculador, ligado, quase é certamente, eu não posso provar, isto está em revista internacional, ligado ao narcotráfico, então o que se cometeu foi um crime de lesa-pátria.<sup>656</sup>

Estas afirmações compõem o discurso de Enéas Carneiro para com a grande mídia brasileira nas escassas entrevistas realizadas em 1998. A citação a Lyndon LaRouche ocorre também em outros momentos, como em entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo*. Perguntado sobre a disposição do presidencial no espectro político brasileiro, nega novamente a dualidade esquerda x direita.

Eu sou um nacionalista, um homem preocupado com a minha nação. A nação está caminhando para um abismo. O senhor LaRouche diz que está se aproximando um período, para a humanidade, parecido com o da peste negra, com a Idade das Trevas. Não há mais, a meu ver, condições de falar em esquerda e direita, no mundo atual. Miscigenaram-se os conceitos.<sup>657</sup>

Outro momento em que Enéas Carneiro, ao lado de Paulo Develasco, menciona Lyndon LaRouche, EIR e George Soros é na entrevista facultada ao programa “Ratinho Livre”, da *Rede Record* de televisão, veiculado em 19 de março de 1998<sup>658</sup>. Além de mencionar a organização internacional, o presidencial cita também o seu antigo candidato a vice-presidência, Almirante Roberto Gama e Silva (“um homem respeitadíssimo”) e o diretor do jornal *Ombro a Ombro*, Coronel Pedro Schirmer. Enéas Carneiro leva, consigo, um exemplar de *EIR* e outro de *Ombro a Ombro*.

Ao comentar sobre a cobertura da imprensa nacional, Enéas Carneiro apresenta jornais e

---

655 *Idem*.

656 *Idem*.

657 TOSTA, Wilson. Enéas quer retomar estatais privatizadas. *Folha de São Paulo*, 20/04/1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc20049818.htm>> (Acesso em 20 abr. 2015).

658 Dr. Enéas – Ratinho Livre – SBT – 1998. *EneasTV*. Disponível em: <<https://youtu.be/ZJSq2Yr52S4>> (Acesso em 14 jan. 2016). Embora o título do arquivo mencione o Sistema Brasileiro de Televisão, o programa era veiculado pela Rede Record de Televisão.



revistas que noticiam (ou reproduziam fotos) de casais homossexuais aos beijos. Sobre as reivindicações igualitaristas dos homossexuais, é enfático ao afirmar, sob concordância do apresentador, sobre “um projeto de legalizar a união de indivíduos absolutamente pervertidos. Pelo amor de Deus! Desde quando homem e homem geram filhos? Pelo amor de Deus!”.

A ênfase de Enéas Carneiro ao tema não era despropositada, pois o programa foi veiculado na rede de televisão cujo proprietário era Edir Macedo, a principal liderança da *Igreja Universal*. Essa questão foi noticiada pela imprensa, afirmando que a destinação de espaço ao presidenciável, assim como a liberdade dada ao candidato, era fruto da relação de Enéas Carneiro com a alta hierarquia da IURD. Isso explicaria, também, a razão de Enéas estar acompanhado de Paulo Develasco (Deputado e Pastor da IURD) e não de seu candidato a vice. Tal favorecimento, contudo, seria negado pelos responsáveis do programa e da rede de comunicação<sup>659</sup>.

O tom exaltado de Enéas Carneiro durante o programa televisivo foi causado não apenas pelas temáticas abordadas, mas também em resposta ao editorial “O nome de Enéas”<sup>660</sup>, publicado no mesmo dia da entrevista, na *Folha de São Paulo*. Escrito por Otavio Frias Filho e mencionado por Enéas Carneiro no programa televisivo, o editorial retoma algumas das classificações sobre o Prona e seu líder: *cacareco*, fascista, político do “tipo Hitleriano” (juntamente a Jânio Quadros e Fernando Collor). O editorial condensava não apenas uma opinião eventual de um veículo de imprensa, mas algo que impactava a candidatura. Assim, o HGPE seria um espaço importante para estabelecer um contraponto.

A campanha eleitoral do Prona nas cadeias de rádio e televisão teve início, assim como aos demais candidatos, em 18 de agosto de 1994, um mês após a participação de Enéas Carneiro no XV Congresso Mineiro de Municípios, realizado em Belo Horizonte, onde veio a ocorrer mais uma defesa dos ideais *larouchistas*.

[...] uma autoridade em macroeconomia no nível mundial é, sem dúvida, o professor Lyndon LaRouche. Ele dirige uma revista, um editorial que publica hebdomadariamente (publica no nível semanal), é o *Executive Intelligence Review*. O professor LaRouche tem passeado, tem viajado pelo planeta, fazendo conferências e mostrando que nós estamos na iminência de uma catástrofe mundial. A crise da Ásia, noticiada pela imprensa, não tem nada a ver com a Ásia. A crise do México [...] não tem nada a ver com o México. [...] A crise é mundial! [...] o professor LaRouche alerta-nos, para quem lê a revista, para a eminência de uma catástrofe. Diz ele: “este dinheiro que circula, estes bilhões de dólares que entram e saem dos países, são absolutamente falsos”<sup>661</sup>.

659 Enéas se aproxima da Igreja Universal. *Jornal do Brasil*, 21/03/1998, p. 5A.

660 FILHO, Otavio Frias. O nome de Enéas. *Folha de São Paulo*, 19/03/1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz19039807.htm>> (Aceso em 14 dez. 2014).

661 Cf. Dr. Enéas – Congresso Mineiro 98 – Completo. *EneasTV*. Disponível em:

Quanto ao início dos HGPE, seriam pouco mais de trinta segundos, onde Enéas teria que, novamente, se apresentar como o candidato antissistêmico e ao mesmo tempo como aquele mais inteligente, ousado e preparado. Fosse para chamar a atenção do eleitorado, ou então pelo processo de transformação política após o contato com os ideais de Lyndon LaRouche e seus companheiros, surge, assim, a figura de um Enéas Carneiro mais radical. Logo na primeira inserção no HGPE, reafirma a proposta de construção da bomba atômica.

Eu sou o único candidato a presidente que tem coragem de dizer que o Brasil precisa construir a bomba atômica. Só cinco países do mundo têm o monopólio do poder nuclear, impondo aos outros a humilhação de assinar tratados de não-proliferação de armas nucleares. É preciso construir a Bomba, não para jogar a bomba em ninguém, mas sim para evitar que alguém jogue a bomba aqui, como os Estados Unidos fizeram com o Japão em 1945. Se o Japão tivesse a bomba, ninguém se atreveria a ter destruído Hiroshima e Nagasaki. Meu nome é Enéas!<sup>662</sup>

Conforme disposto, a construção da bomba atômica não era algo previsto no *grande projeto* do Prona em 1998. Discutia-se, sim, no programa de governo, a possibilidade ou necessidade da revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), dialogando diretamente com Argentina, fosse para evitar qualquer possibilidade de conflito ou, mais provavelmente, em busca de adesão à revogação do TNP. Ao imperar sobre a construção da bomba atômica (para fins não bélicos, frisa Enéas), há um paradoxo entre o programa de governo e a propaganda eleitoral.

Qual a razão disso? Existem provavelmente duas hipóteses. A primeira delas é que seria uma estratégia de campanha. A segunda é que era um hipotético elemento de distanciamento aos candidatos em disputa ao campo político da direita. Na realidade, essas duas condições são complementares. Parece acertado afirmar que se tratava de uma estratégia de campanha, pois não somente trouxe o tema (e, conseqüentemente, Enéas Carneiro) ao centro do debate político, como também poderia auxiliar ao financiamento da campanha. Não à toa, o tema da bomba atômica era usado como mote de publicidade e financiamento de campanha. “Saiba a verdade sobre a bomba atômica”, afirmava a inscrição em tela nos HGPE, solicitando para que os eleitores telefonassem ao número que cobraria R\$4,90 por minuto de ligação. Ademais, sustenta essa hipótese o fato de ter sido o primeiro tema nas inserções do HGPE.

Além disso, é procedente a suposição que era, também, um instrumento de fixação ao

---

<<https://youtu.be/w1XsvPbWH3s>> (acesso em 07 jan. 2016).

662 Programa de propaganda partidária, 1998, 18/08/1994. 12/0000736. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>> (Acesso em 10 jul. 2015).

campo da direita radical. Conforme visto, Enéas Carneiro não era o único *outsider*, nanico ou que se afirmava independente. Havia Vasco Neto e o discurso antiliberal e conservador, além de Ivan Frota com apelo às Forças Armadas e propostas autoritárias. A crítica ao FMI e às privatizações encontrava ressonância, também, no candidato do PSTU.

É possível que fosse a junção dos dois fatores. Estratégia de publicidade para transgredir a *barreira* do curto espaço de tempo no HGPE, e disposição da candidatura ao campo da radicalidade política (logo, a mais antissistêmica entre todas as antissistêmicas). Mais que isso, embora negasse a destinação beligerante da construção de uma bomba atômica, ela era compreendida com um provável instrumento de garantia para o seu governo, uma espécie de materialização de seu autoritarismo.

O aprofundamento do autoritarismo do candidato do Prona em 1998 é evidente, e embora se complementem, não reside apenas na perspectiva conspiracionista, tampouco na medida beligerante. Embora não negasse a existência dos três Poderes, a proposta de um governo “monocrático”, a ser exercido por meio de Medidas Provisórias e em detrimento do Congresso, define a radicalização política de Enéas Carneiro e do Prona. Em entrevista concedida à revista *IstoÉ*, afirma:

O presidente da República tem um poder monocrático. A representação parlamentar não tem a menor importância. Não existe a menor dificuldade de governar sem partido. Até porque existe um recurso chamado Medida Provisória, que o presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo à frente de um partido forte, usa à vontade. Por que então eu não poderia lançar mão do mesmo recurso? Quando Fernando Collor de Mello foi eleito, ele tinha um partido que era muito mais inexpressivo que o Prona. Ele tomou atitudes inconstitucionais e o Congresso e até o Judiciário foram obrigados a se curvar.<sup>663</sup>

As propostas do Prona se apresentam, desta maneira, por sobre a tênue linha que pode separar uma organização de direita radical para um grupo de extrema-direita. Se as medidas provisórias seriam o instrumento de garantimento da autoridade de Enéas, qual haveria de ser a razão da existência do Congresso Nacional? Não era prometida a extinção, embora sua permanência estaria sob auspícios *semiditatoriais*. Sobre o Congresso, a perspectiva previa uma judicialização da política. Afirma: “[...] esse [congresso] que está aí tem que ser sacudido. Se um deputado não quiser me atender, convocarei cadeia nacional de rádio e televisão para denunciá-lo como inimigo da pátria”<sup>664</sup>.

---

663 MELO, Liana. O cacareco raivoso. *Revista IstoÉ*, 13/05/1998. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/politica/149328.htm>> (Acesso em 18/12/2015)

664 Declaração proferida durante palestra à *Ordem dos Advogados do Brasil*. Cf. CARNEIRO, Sonia. Enéas e o submarino. *Jornal do Brasil*, 29/07/1998, p. 3.

Mas qual a relação entre as Medidas Provisórias e a bomba nuclear? Ambos eram instrumentos previstos para o garantimento da atuação da monocracia do Prona. Se o primeiro forçaria os deputados ao entendimento com o *presidente* Enéas Ferreira Carneiro, o segundo afastaria qualquer atitude internacional contra a instalação ou prosseguimento da monocracia de Enéas Carneiro no país. Afirma: “A Marinha brasileira já está construindo um submarino nuclear, que também é uma arma. Basta apontá-lo para Washington que eles se aquietarão”<sup>665</sup>.

A ideia em trazer a questão da bomba em sua campanha eleitoral circunscreve o processo de delineamento da candidatura de Enéas Carneiro. Assim, a *bomba* compõe elemento primordial no lançamento da campanha do Prona à presidência. E assim foi, inclusive na primeira propaganda veiculada em cadeia nacional, nas emissoras de TV e Rádio.

Por outro lado, isso não explica qual a razão de Enéas ter trazido esse tema em 1998, e não tratado dele em 1994, afinal de contas a assinatura brasileira ao TNP decorreu justamente durante a corrida eleitoral daquele ano. Ademais, alguns representantes e adeptos do radicalismo militar já haviam sinalizado apoio ao Prona (agora, ainda maior<sup>666</sup>).

A possível explicação reside, então, no processo da apropriação dos ideais de LaRouche por Enéas Carneiro. Em artigo publicado na EIR em 17 de junho de 1994, logo após a assinatura do TNP, o *larouchista* Geraldo Lino descreve o procedimento como um ato pragmático do “internacionalismo” daqueles adeptos da *Nova Ordem Mundial*.

O tratado seria uma estratégia para incrementar o poderio militar dos Estados Unidos, aumentando, também, o poder dos *donos do mundo*, que efetivamente controlavam a maior economia do mundo. Então, a conspiração internacional se retroalimentava. O texto<sup>667</sup> faz referência, ainda, à editoriais publicados em *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, compreendendo, assim, a mancomunação entre a imprensa e os ditames do *globalismo*.

Além disso, no mesmo ano, a proposta de construção de uma bomba atômica foi defendida também por J. W. Bautista Vidal. Assim como Enéas Carneiro, o entendimento de Bautista Vidal era que a bomba atômica teria propósito estritamente político (i. e., geopolítico nas relações entre países), garantindo autonomia do Brasil e o respeito das demais potências<sup>668</sup>.

---

665 *Idem*.

666 Como exemplo, o deputado carioca Jair Messias Bolsonaro, exponencial da extrema-direita (sobretudo militares) apoiaria a candidatura do Prona, em detrimento ao apoio de seu partido (PPB) à reeleição de Fernando Henrique Cardoso (cf. Dividido, PPB oficializa aliança com FHC. *Tribuna da Imprensa*, 20/06/1998, p. 02).

667 LINO, Geraldo. Brazil joins anti-nuclear pact. *Executive Intelligence Review*, June 17, 1994, p. 51.

668 A proposta teria sido defendida por Bautista Vidal também no programa *Fogo Cruzado*. cf. Painel do leitor: À mesa com os grandes. *Folha de São Paulo*, 16/06/1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz16069812.htm>> (Acesso em 19 nov. 2015).

Em relação ao uso da energia nuclear, seguiria crítico dessa medida, persistindo na defesa da biomassa como alternativa prioritária. Talvez tenha sido um dos motivos para que, na campanha de Enéas Carneiro, a defesa da bomba não coincidiu com a proposta para fins energéticos, como habitual nas organizações afeitas ao *larouchismo* internacional.

Além disso, para Enéas Carneiro a perspectiva da construção da bomba era um princípio imediato de rompimento com toda a estrutura conspiracionista no Brasil, fosse face aos agentes inseridos na imprensa, mas também aos Estados nacionais que subscreviam essas ordens internacionais. Por fim, o desenvolvimento da bomba nuclear levaria, também, ao desenvolvimento da tecnologia militar, o apelo às Forças Armadas, assim como o investimento na indústria e tecnologia nacional(ista). Seria, então, elemento estratégico da perspectiva *anticonspiracionista* que daria tom à campanha do Prona em 1998.

O impacto da proposta foi imediato, e as reportagens que tratam do tema demonstram certa perplexidade com a asserção<sup>669</sup>. É curioso que, em decorrência disso, dentro da própria agremiação ocorreu a tentativa em se aproveitar da repercussão do caso, todavia de modo diverso ao discurso do chefe da legenda. A campanha de Jamil Nakad, candidato a governador pelo Prona no estado do Paraná, iniciava-se ao som e imagens de explosões de bombas atômicas e com o seguinte slogan: “A bomba da limpeza vai ser lançada no Paraná”<sup>670</sup>.

A questão é abordada também nas representações gráficas sobre a candidatura de Enéas Carneiro. Desse modo, além de uma certa espécie de neofascista brasileiro, Enéas Carneiro passa a ser representado, nos traços do cartunista Chico Caruso de *O Globo*, como o homem por sobre a bomba.

---

669 A título de exemplo, além dos já citados, cf. Enéas promete nova moeda e defende bomba atômica. *Agência Folha*. 15/07/1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/ult150798109.htm>>; Candidato, Enéas promete que o Brasil terá a bomba atômica. *Folha de São Paulo*, 22/06/1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc22069807.htm>>

670 Cf. 1998 - “Chega dos mesmos era o bordão de Nakad”. Disponível em: <<https://youtu.be/4WeFHG14vE8>> (Acesso em 28 ago. 2015).



Figura 16 – Enéas e a bomba atômica<sup>671</sup>

Apesar da singularidade sob a proposta da construção de uma bomba atômica, o roteiro dos HGPEs do Prona não ofereciam nenhuma novidade significativa quanto à forma – centralidade em Enéas Carneiro, assim como pouca variação quanto ao conteúdo. Em alguns momentos, apela para a infância pobre de Enéas, que acabaria com a fome no Brasil pois havia sofrido com tal mal durante a infância<sup>672</sup>.

Em outra ocasião, o presidenciável se gabava da autoproclamada inteligência<sup>673</sup>. Assim, o

671 CARUSO, Chico. Enéas por Chico Caruso. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/eneas-por-chico-caruso-789547.html>> (Acesso em 26 nov. 2015).

672 “[Locutor] Quando se pergunta ao povo, qual é o candidato ideal para ser presidente? O doutor Enéas aparece em segundo lugar. Mas só ele tem condições de acabar com a fome e o desemprego. [Enéas] Eu conheço a fome e a miséria. Porque eu passei fome quando criança. Eu sei o que é faltar dinheiro para comprar pão. [Em tons enérgicos] Eu acabarei com a fome do Brasil! [Locutor] O Doutor Enéas é o mais inteligente entre todos os candidatos a presidente, conforme pesquisa publicada na imprensa. [Personalidade do ideia você candidatos - FHC 51, Lula 19, Ciro 30, Enéas 53]. [Enéas] Sendo eu o presidente, o senhor não viverá humilhado como vive hoje. O senhor terá dinheiro no seu bolso, para colocar comida na sua casa. Meu nome é Enéas! 56!” Programa de propaganda partidária, 1998, 15/09/1998. 12/0000733-001. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>> (Acesso em 10 jul. 2015).

673 “Eu tenho menos de um minuto, mas, indo para o segundo turno, terei vinte minutos. O candidato a presidente, apontado em segundo lugar, já teve tempo duas vezes e não adiantou nada: perdeu as duas vezes. E vai perder de novo, porque não tem inteligência suficiente para enfrentar o adversário. [Locutor] O doutor Enéas é o mais inteligente de todos os candidatos a presidente, conforme pesquisa publicada na imprensa. [Enéas] Votar no candidato do PT a presidente, é jogar fora o seu voto. Se o senhor quer ver como é possível esmagar, estraçalhar o presidente candidato, em vinte minutos no segundo turno, o senhor só tem uma opção: 56!”. Programa de propaganda partidária, 1998, 22/09/1998. 12/0000734-001. Instituto

culto à figura que precede ao político operaria em duas frentes, discrepantes mas complementares. Além da defesa da bomba atômica, o aspecto da teoria da conspiração traz o impacto da radicalização política desenvolvida pelo Prona e na candidatura do líder da legenda.

No segundo HGPE, Enéas Carneiro denuncia a participação de Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e de Ciro Gomes ao Diálogo Interamericano, fato desconhecido do público por razão dos inescrupulosos interesses da imprensa nacional. Em contraposição à política como espetáculo, Enéas Carneiro ofereceria a realidade concreta e desconhecida.

O senhor vai assistir a um espetáculo de patifaria. Os três candidatos aplaudidos pela imprensa podre pertencem ao Diálogo Interamericano, cujo objetivo maior é a destruição dos Estados soberanos da América Latina. Com qualquer um deles eleito, nada vai mudar, porque os três estão comprometidos lá fora. Eu sou o único candidato independente, e só tenho um compromisso: é com o Brasil! Acabarei com o desemprego, a fome e a miséria que envergonham o país. Meu nome é Enéas!<sup>674</sup>

Além da negação habitual dos demais partidos políticos<sup>675</sup>, o detalhe pitoresco do HGPE do Prona em 1998 cabe ao vídeo veiculado em 26 de setembro, em que Enéas Carneiro aparece ao lado de Osvaldo Enéas, do Prona paulista.



Figura 17 – HGPE: Osvaldo Enéas / Enéas Carneiro (26/09/1998)

*Fernando Henrique Cardoso*. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>> (Acesso em 10 jul. 2015).

674 Programa de propaganda partidária, 1998, 20/08/1998 12/0000764-002. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>> (Acesso em 10 jul. 2015).

675 “Qual é a sua realidade? É a que o senhor vê na televisão, no programa do presidente? Tudo colorido, todos contentes, artistas milionários? Se é essa a sua realidade, então, vote neles: PSDB, PT, qualquer P, sempre estiveram juntos, é falsa a briga entre eles. Agora, se o senhor não aguenta mais ver menor abandonado na rua, tóxico, crime, tudo que não presta, aumentando. Se o senhor quer expulsar, pra sempre, esses patifes do poder, só existe uma opção: 56. [imagem na tela com o número cinquenta e seis]; O senhor nunca me viu junto com nenhum deles e, comigo, o senhor vai ficar livre de todos eles. Meu nome é Enéas! 56!” Programa de propaganda partidária, 1998, 29/09/1998. 12/0000737-001. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>> (Acesso em 10 jul. 2015).

Se a tentativa em estabelecer um *clone* político na Câmara dos Vereadores de São Paulo foi uma estratégia acertada no plano municipal, na campanha presidencial, onde Enéas Carneiro reiterava a *unicidade* de sua candidatura, existia a necessidade em dissociar um ao outro (o criador à criatura), em especial devido às denúncias de corrupção envolvendo Osvaldo Enéas.

A TV Bandeirantes veiculou denúncia contra um vereador do Prona de São Paulo, o senhor Osvaldo Enéas Dantes, que não é meu parente, aqui do meu lado. Vereador, eu criei uma Comissão de Sindicância, para apurar a verdade sobre os fatos. O que o senhor tem a dizer? [Osvaldo Enéas] Dr. Enéas, ontem, morreu minha tia, minha mãe de criação e eu tenho o direito de ficar afastado por sete dias. Após esse prazo, estarei à sua disposição e de toda a Imprensa. [Enéas Carneiro] Às vésperas da eleição, a Imprensa podre tenta confundir o eleitor. O vereador é uma pessoa e eu sou outra. Não tenho nada a ver com o que acontece em seu gabinete. Eu sou candidato a presidente da República. Meu nome é Enéas, 56<sup>676</sup>

E, da mesma forma que Enéas Carneiro iniciou a campanha na grande mídia alardeando sobre a construção da bomba atômica na pretensão de mobilização em torno de sua candidatura, a conclusão da campanha buscava causar impacto semelhante ou ainda maior, pois a trama conspiracionista se amarraria por completo, não restando alternativa alheia a sua candidatura.

Mais uma vez, nada escapa da conspiração. Baseado na tese de Lyndon LaRouche, o contexto nacional envolveria George Soros, os três principais candidatos (e opositores de Enéas Carneiro), as privatizações, legalização de drogas e a possibilidade de venda de drogas nas portas das escolas.

Indubitavelmente, este é o momento em que fica mais explícito, no HGPE, a verve *larouchista* em Enéas Carneiro, que apresenta seus argumentos ladeado por uma imagem de capa da revista *Executive Intelligence Review* onde, ao fundo, é possível ler: “George Soros: el narcotraficante de la reina”. Assim, afirma:

Está escrito aqui: o presidente candidato é apoiado por George Soros, o maior dos narcotraficantes [imagem da capa de EIR], segundo a revista 'EIR'. O candidato do PT assinou, lá fora, um documento a favor da legalização das drogas. Um terceiro, diz [trecho do HGPE de Crio Gomes] “que não tenho rabo preso nas mãos dos interesses da especulação internacional” [Enéas Carneiro] mas, assina, junto com os outros dois candidatos um documento de submissão do Brasil às grandes potências. O senhor quer ver seu filho comprando cocaína na porta da escola? A decisão é sua. Meu nome é Enéas, 56!<sup>677</sup>

---

676 Enéas aparece ao lado de um clone em 1998. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rFu8zsqF41M>> (Acesso em 10 jul. 2015)

677 .Programa de propaganda partidária, 1998, 01/10/1998. 12/0000737-002. Instituto Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>> (Acesso em 10 jul. 2015).



A escolha da denúncia justamente no último programa eleitoral decorre, provavelmente, não apenas de uma estratégia de impacto ao fim do HGPE, mas também da antevisão dos problemas que tal acusação poderia causar no âmbito da Justiça Eleitoral. De fato, a candidatura de Lula entrou com pedido de direito de resposta, embora não tenha sido cumprido, em função do fim do HGPE<sup>678</sup>.

No julgamento do pedido, o ministro Fernando Neves, do Tribunal Superior Eleitoral afirma que as denúncias de Enéas Carneiro contra Lula seriam improcedentes, pois o documento apresentado pelo Prona consistia em crítica à estratégia do governo norte-americano ao combate de drogas nos EUA, não qualquer espécie de subscrevimento em favor às políticas de legalização. De qualquer maneira, é provável que a iniciativa vinda da candidatura do Prona não tenha surtido impacto eleitoral considerável.

#### 4.4 Resultados Eleitorais

No dia 04 de outubro de 1998, as candidaturas do Prona foram apreciadas pelo eleitorado. Além da aspiração ao cargo de Presidência da República, o Prona buscava acréscimo nas intenções de votos de modo geral. No Rio de Janeiro, por exemplo, estimava-se a eleição de quatro Deputados Estaduais<sup>679</sup>. E, ao contrário da estimativa inicial da legenda, que imaginava 13% de votos imediatos em Enéas Carneiro, o cômputo final foi desabonador. Enéas Carneiro teve menos de um milhão e meio de votos (1.447.090), ou 2,14% dos votos válidos, menos de 1/3 dos votos conquistados em 1994, permanecendo em 4º lugar, atrás de Fernando Henrique (53,06%), Lula (31,71%) e Ciro Gomes (10,97%)<sup>680</sup>.

Vários fatores podem explicar essa diminuição de votos. A intensificação do radicalismo do discurso do Prona, a profusão de candidaturas diminutas e com propostas semelhantes, o crédito à estabilidade ao Plano Real, ou mesmo a candidatura de Ciro Gomes. Em contrapartida, é despropositada a análise *larouchista*, segundo a qual a candidatura de Ciro Gomes havia sido uma *alternativa* disposta exclusivamente para barrar o avanço de Enéas Carneiro<sup>681</sup>.

Enéas Carneiro obteve mais votos, percentualmente, em seu estado natal, Acre, onde

---

678 *Jornal do Brasil*, 04/10/1998, p. 08.

679 VIANNA, André Luís. Prona quer eleger quatro estaduais no Rio. *Tribuna da Imprensa*. 13/06/1998, p. 3.

680 Dados: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (cf. Eleições 1998. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998>> Acesso em 14 abr. 2015)

681 LINO, Geraldo Luís. Ciro Gomes e a 'alternativa'. *Tribuna da Imprensa*, 02/07/1998, p. 4.

angariou mais de 5% dos votos. No Ceará, teve a pior votação (0,4%). Permaneceu na quarta posição em todos os estados, com exceção do Piauí, onde ficou na quinta colocação, atrás do candidato do PMN (Ivan Frota).

UF	Votação	Votos percentuais	Classificação
Acre	10362	<b>5,367</b>	4º
Alagoas	6664	0,925	4º
Amazonas	16093	1,946	4º
Amapá	3237	2,007	4º
Bahia	90574	2,332	4º
Ceará	12294	0,463	4º
Distrito Federal	13092	1,354	4º
Espirito Santo	18836	1,497	4º
Goias	34222	1,809	4º
Maranhão	24910	1,646	4º
Minas Gerais	156826	2,067	4º
Mato Grosso do Sul	11981	1,41	4º
Mato Grosso	12012	1,323	4º
Pará	30538	1,7	4º
Paraíba	15889	1,329	4º
Pernambuco	32393	1,132	4º
Piauí	12497	1,245	5º
Paraná	61334	1,458	4º
Rio de Janeiro	233921	3,472	4º
Rio Grande do Norte	14427	1,392	4º
Rondônia	7218	1,481	4º
Roraima	2353	2,03	4º
Rio Grande do Sul	161750	3,224	4º
Santa Catarina	55133	2,171	4º
Sergipe	11503	1,833	4º
São Paulo	389592	2,396	4º
Tocantins	7131	1,792	4º

Tabela 15 – Votação: Enéas Carneiro (1998)<sup>682</sup>

O baixo índice eleitoral se repetiu também nas candidaturas a governador. Proporcionalmente, o melhor resultado ocorreu no Rio de Janeiro, reduto de grande parte da liderança executiva do partido. Na realidade, o melhor resultado obtido sucedeu na coligação em que o Prona participou como coadjuvante de menor espécie. Em Alagoas, apoiou o vitorioso candidato do PSB, Ronaldo Lessa Santos, juntamente a partidos diversos (PDT, PTdoB, PCdoB, PRP, PV, PTN, PPS, PSN, PMN, PST e PT).

682 Dados: TSE.

UF	Nome	Votos	Percentual (clasif.)
Acre	Duarte José do Couto Neto	2536	1,296% (último)
Alagoas			
Amazonas			
Amapá			
Bahia	Delma Gama e Narici	73260	2,11% (última)
Ceará			
Distrito Federal			
Espirito Santo			
Goias			
Maranhão			
Minas Gerais			
Mato Grosso do Sul	Heitor Pereira de Oliveira	10489	1,305% (último)
Mato Grosso	Manoel Novaes	3904	0,446% (4º/5)
Pará	Roberto José de Carvalho Neto	9142	0,526% (último)
Paraíba			
Paraná	Jamil Nakad	51222	1,317% (3º/ 4)
Pernambuco			
Piauí			
Rio de Janeiro	Lenine Madeira de Souza	63154	0,967% (5º/13)
Rio Grande do Norte			
Rio Grande do Sul	Luiz Carlos Olinto Martins	34590	0,692% (4º/7)
Rondônia			
Roraima			
Santa Catarina			
Sergipe			
São Paulo	Constantino Cury Neto	68906	0,415% (6º/10)
Tocantins	Raimunda Guimarães Araujo	5561	1,397% (última)

Tabela 16 – Votação: Governadores/Prona (1998)<sup>683</sup>

Em relação a deputados, mais um quociente aquém do esperado. O único Deputado Federal (re)eleito foi Paulo Develasco, com 94.880 votos (0,608%), que, conforme visto, esteve praticamente *emprestado* à legenda, de modo que migraria ao PMDB logo após a posse do mandato, em 1999. Como suplentes, Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva (Piauí, 17.354 votos; 1,852%), Jorge dos Reis Pinheiro (DF, 46.895; 4,696%), Havanir Nimitz (SP, 57.186; 0,366%), José Raimundo Pereira dos Santos (SP, 8.357; 0,055%), Luis Paccas Filho (SP, 6.346; 0,041%) e Rui Augusto Mattos Nogueira (1.482; 0,148%).

Nas eleições para Deputado Estadual, o melhor resultado ocorreu em São Paulo, com três candidatos eleitos: Ramiro Neves (27.806 votos; 0,177% dos votos válidos), Milton Vieira Pinto (56.099; 0,356%) e Eduardo Antonio da Silva Pires (19.234; 0,122%), eleito por média. No Rio de Janeiro foi eleito Blandino Pontes do Amaral, com 10450 votos (0,147%). As maiores votações em legenda, tanto em nível estadual quanto federal, foram nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, como é possível observar na tabela a seguir.

<sup>683</sup> Dados: Tribunal Superior Eleitoral.

UF	Federal (leg.)	Federal (nom.)	Estadual (leg.)	Estadual (nom.)
Acre	444	487	408	1778
Alagoas	958	838	1151	1309
Amazonas	910	510	704	106
Amapá	95	0	124	199
Bahia	17980	5379	16376	15743
Ceará	1543	593	0	0
Distrito Federal	1929	48377	3028	10101
Espirito Santo	1131	400	927	1355
Goias	2043	3462	1400	737
Maranhão	830	584	722	3213
Minas Gerais	12838	3900	10839	12210
Mato Grosso do Sul	1310	1133	1168	5760
Mato Grosso	1221	501	867	1360
Pará	2759	7469	1882	6984
Paraíba	987	899	816	418
Pernambuco	2311	5917	2184	2041
Piauí	713	17354	1042	637
Paraná	5193	41605	5071	4692
Rio de Janeiro	69053	14982	58251	82821
Rio Grande do Norte	1108	2502	882	996
Rondônia	345	342	247	1250
Roraima	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	31327	6343	27342	6482
Santa Catarina	1795	2114	0	0
Sergipe	636	1763	437	360
São Paulo	96649	166959	96049	378456
Tocantins	487	1626	321	902

Tabela 17 – Votação: Legenda/Prona (1998)<sup>684</sup>

#### 4.5 Um novo caminho?

Dentre todas as estimativas eleitorais produzidas, o Prona não conseguiu efetivar nenhuma delas. Em contraste à impressão de crescimento da legenda, amadurecimento da estrutura interna, presença e candidatura em diversos estados, o incremento não se efetivou. Ao contrário, o cenário foi de recrudescimento. A principal modificação do Prona observada em 1998 é, de fato, a perspectiva de interações internacionais ou, mais ainda, a inserção em uma via política de amplitude transnacional, mas absolutamente marginal.

Após as eleições, essa relação se intensificou. Enéas Carneiro viajaria para a Argentina entre 10 e 12 de março de 1999<sup>685</sup>. Acompanhado de Lorenzo Carrasco, para evento promovido por *larouchistas* argentinos, Enéas Carneiro compôs mesa de debate sobre o tema

684 Dados: Tribunal Superior Eleitoral.

685 Dr. Enéas Carneiro in Argentina: 'We are facing the unpredictable'. *Executive Intelligence Review*. v. 26, n. 17, 1999, p. 8-11.

da “crise financeira global”, especialmente durante o evento *Brazil in Danger and the Third Phase of World Collapse*, realizado no dia 11 daquele mês. O público presente era formado por congressistas, juízes federais, professores familiarizados com as teses *larouchistas*, líderes trabalhadores e estudantis, cerca de vintes reservistas militares de alta patente, entre outras categorias destacadas pelo periódico.

De acordo com a reportagem publicada em EIR, Enéas discorreu sobre seu processo de aproximação com LaRouche após 1994, mencionando como isso o auxiliou a aprofundar as teses que haveria desenvolvido naquelas eleições. Abordou, também, a trajetória profissional e política, assim como questões de macroeconomia e análise da conjuntura política latino-americana.

O término de sua palestra demonstra como as ideias de LaRouche foram apropriadas por Enéas Carneiro, articuladas e reproduzidas (aos seus pares *larouchistas* argentinos) como uma espécie de anti-imperialismo *satânico norte-americano*, onde os *larouchistas* da Ibero América seriam os novos bárbaros, contra o império da maldade.

*I ask you, why bother talking about educational projects? To the devil! That is why, when I refer to the Brazilian leaders, I always say that they lack respect for human intelligence, that they lack perception, they treat us as if we were retarded, imbeciles. They treat us as if we were stupid, as if we were irrational animals. What kind of country is it that collects 140 billion in taxes and has to pay more than it collects in interest payments? The history of the world is full of examples. Yesterday, I said in a conversation with some friends at the Military Club: No empire lasts forever. There are tons of examples in the history of the world. The Roman Empire, the Ottoman Empire. These people have formed an empire. We are the barbarians. Brazil, Argentina, Mexico, all of Latin America, are serfs. They are the masters of the Empire.<sup>686</sup>*

Para o líder do Prona, conquanto a bolha financeira fosse criada pelos líderes mundiais, desenvolver-se-ia como parasita no esquema financeiro internacional. Assim, é assertivo ao afirmar que ela *explodiria*, emanando a contrariedade da desordem, trazendo luz às trevas, a verdade sobre a mentira, a bondade contra a maldade. Evidentemente, os valores edificantes (e reedificantes) residiriam em Enéas Carneiro e em seus colegas *larouchistas*. Enfim, era uma batalha entre o cristianismo e as mentiras satânicas.

*We have to be ready at all times. We have to be prepared. We have to be aware that our fight is between the light and the shadows, between life and death. It is a fight between good and evil, between Christian truth and Satanic lies. And it is with this thought, that I say to you that we must stand firm, with the certainty that truth will triumph.<sup>687</sup>*

---

686 *Idem.*

687 *Idem.*

Em ocasião não eleitoral, assim como estando em outro país, o discurso de Enéas Carneiro aproxima-se ainda mais ao arcabouço *larouchista*. Durante as respostas às perguntas realizadas ao fim de sua explanação, essa condição fica ainda mais nítida, pois Enéas Carneiro passa a refletir sobre o ocorrido no dia anterior, quando teria visitado o Coronel Mohamed Ali Seineldín, a quem chamaria de prisioneiro político, pois mantido sob cárcere pelos *inimigos da pátria*.

O encontro, brevemente narrado por Enéas Carneiro, é permeado de detalhes sentimentais e mútua admiração. Ao se deparar com Enéas Carneiro, Mohamed Seineldín havia dito para o brasileiro: “Eu sou Enéas II”, que de prontidão teria afirmado “Não, eu sou Seineldín II”. Para o político brasileiro, apesar do fato de estar encarcerado, Mohamed Seineldín teria o espírito livre e, a partir daquele momento, Enéas Carneiro o conheceria pela alma, em sua quintessência.

Esse encontro faria, inclusive, com que Enéas não se entristecesse pela derrota nas eleições em 1998, mas sim gerado um regozijo em pertencer à mesma espécie capaz de ter produzido um exemplar como o líder *larouchista* Argentino<sup>688</sup>. Não é possível afirmar peremptoriamente o peso das relações *larouchistas*, pois talvez fosse reminiscência do fracasso eleitoral em 1998, mas fato é que depois de sua terceira tentativa de eleição presidencial, Enéas Carneiro buscaria novas investidas políticas.

---

688 'Colonel Seineldín is an example for us'. *Executive Intelligence Review*. v. 26, n. 17, 1999, p. 11.

## 5. Da representação parlamentar ao declínio político (2000-2006)

As ambições do Prona em 1998 não se concretizaram. Assim, uma vez que a ressonância eleitoral foi encurtada, o horizonte era crítico. O deputado eleito pelo partido havia deixado a legenda logo após a posse, e a proposta de construção de uma bomba atômica lançou Enéas Carneiro (ainda mais) à periferia política, algo que o presidente do Prona futuramente reconheceria como uma tese precipitada, “abordada fartamente pela imprensa”<sup>689</sup>. Logo, o equívoco não foi a proposição, mas o método utilizado e, especialmente, a cobertura da grande imprensa brasileira.

Além disso, J. W. Bautista Vidal, que era uma referência nacionalista e política de primeira ordem não apenas para Enéas Carneiro, mas também para o corpo ideológico da própria agremiação, afasta-se do Prona. Em 2000, Bautista Vidal aproximou-se definitivamente de algumas lideranças do trabalhismo pedetista<sup>690</sup>, em processo desenvolvido desde meados da década de 1990, principalmente a partir de contatos com Darcy Ribeiro – logo, concomitante à atuação pelo Prona<sup>691</sup>. Antes de deixar o PDT e aderir ao PPL (Partido Pátria Livre, do qual foi eleito Presidente de Honra), Bautista Vidal foi pré-candidato do PDT à Presidência da República nas prévias de 2002 e 2006, embora tenha sido preterido nas duas ocasiões.

O distanciamento (oficial) de Bautista Vidal é um fato significativo, porém o elemento mais impactante foi o próprio processo eleitoral, de modo que ocorre uma virada na carreira política de Enéas Carneiro, que deixa de dedicar-se exclusivamente à campanha presidencial para se lançar candidato à Prefeitura de São Paulo. Essa mudança trouxe impactos à escrita autobiográfica no plano político do líder do Prona, que desde 1989 se dizia predestinado a ser Presidente da República, assim como afirmava que não se candidataria a nenhum outro cargo eletivo senão ao Poder Executivo federal.

### 5.1 2000: *Um grande projeto municipal*

Para sustentar a mudança posterior em uma trajetória que se apresentava em tons de predestinação, Enéas Carneiro utilizou, mais uma vez, da inserção junto ao *Programa do*

---

689 Tal afirmação consta em entrevista televisionada, realizada pelo jornalista Boris Casoy, no ano de 2001. Cf. Entrevista Dr. Enéas com Boris Casoy – 2001. *EneasTV*. Disponível em: <[https://youtu.be/\\_rzsHB6JPtc](https://youtu.be/_rzsHB6JPtc)> (Acesso em 17 jan. 2016).

690 PLESSMANN, Caio. O legado de J. W. Bautista Vidal: consciência e desenvolvimento. *Hora do Povo*, 06/06/2013, p. 8.

691 cf. Quem é Bautista Vidal. *Partido Democrático Trabalhista (RJ)*. Disponível em: <<http://www.pdt-rj.org.br/paginaindividual.asp?id=87>> (Acesso em 19 dez. 2015).

*Ratinho* (veiculado, então, pelo *Sistema Brasileiro de Televisão*), a fim de elucidar e sustentar a coerência nas razões de sua escolha.

Em uma longa exposição, Enéas Carneiro traça um paralelo entre datas de sua trajetória política e às do ex-presidente Getúlio Vargas. Mais que uma semelhança temporal, essa relação compreende a construção de uma similaridade entre duas biografias políticas distintas mas que, aos olhos de Enéas Carneiro, eram similares em função do apelo ao nacionalismo desenvolvimentista de inspiração e prática autoritária. A injustiça que acometeu Enéas Carneiro era, de certa maneira, a mesma que havia levado Getúlio Vargas ao suicídio. Não era, claro, a primeira vez em que a visão de história e nacionalismo de Enéas Carneiro se complementava à percepção do líder do Prona sobre a trajetória de Getúlio Vargas.

Além do aventar de similaridades, Enéas Carneiro divide a sua história política (e a história do partido, em tramas entrelaçadas) em três grandes atos, iniciados em 1989.

No dia 24 de agosto de 1989, quer dizer, 10 anos atrás, por coincidência no mesmo dia em que, 35 anos antes, ocorreu o suicídio do presidente Vargas, o maior dos presidentes que o Brasil já teve, fui ao 2º Ofício de Notas em Brasília, e registrei um documento, por minha espontânea vontade, não houve nenhuma pressão, de ninguém. Naquele documento eu afirmava que seria candidato à presidência da República, e que se não fosse eleito eu não seria candidato a nenhum outro cargo em qualquer escalão do poder. Disse, assinei e isso apareceu em todos os jornais. Naquela época, o partido que eu tinha criado e do qual eu era e sou presidente nacional, não tinha representação no congresso, não tinha nenhum deputado. Então eu fui agraciado com quinze segundo. O senhor se recorda? [...] Eu dizia uma média de 3 a 4 palavras por segundo, dava 40 a 50 palavras mais ou menos, e terminava dizendo “Meu nome é Enéas”. O senhor se recorda que houve uma explosão nacional, de norte a sul, de leste a oeste, todo mundo repetia *Meu nome é Enéas*. A maioria não tinha pegado bem o que eu queria dizer. Era muito rápido. E do ponto de vista de muitos, o problema era de hipóxia cerebral mesmo, não entendiam o que eu estava dizendo. Aí, o que é que aconteceu? O senhor se recorda que meu nome foi usado para vender tudo quanto era produto, venderam eletrodoméstico, venderam material de limpeza, venderam frango. O primeiro ato acaba aí. A minha história é em três atos.<sup>692</sup>

O relato de Enéas Carneiro sobre o após 1989 é estruturado no sentido de privilégio à dimensão nacional de seu carisma, logo, o líder nacional que a população haveria notado, mesmo que não houvesse compreendido a totalidade de seu projeto político. Além disso, afirma que o Prona erigiu a partir de sua popularidade e capital político, o que não deixa de ter verossimilhança (embora não de modo absoluto).

Transposta a barreira do *desconhecimento* popular à sua pessoa, o segundo estágio, as eleições de 1994, caminhavam para o florescente desfecho. No entanto, é nesse momento que

---

692 Dr. Enéas no Programa do Ratinho – Que nota você dá? - 1999. *EneasTV*. Disponível em: <<https://youtu.be/VjkAQnEPYVs>> (Acesso em 23 dez. 2015).



surge também a adversidade da profissionalização política em detrimento à retidão do desprendimento do Prona e de seu líder.

Vem a eleição de 1990, eu não sou candidato a nada. Mantenho minha palavra. 1992, nada. 1994, quando eu espero, eles mudam a regra do jogo. Primeira mudança: é preciso ter deputado federal para ser candidato à presidência. Muito bem, me virei e consegui um deputado federal. [...] Uma senhora extremamente íntegra, Dona Regina, lá do Rio de Janeiro. [...] e aí, houve oito candidatos e *eles* se distraíram, eu tive um minuto e quinze [segundos] durante quatro dias por semanas. Aí pra mim já era uma eternidade. Com 1 minuto e 15, eu tive quase 5 milhões de votos. O senhor se recorda, ultrapassei figuras famosas [...] o interessante, e a imprensa não dizia, cada um deles tinha seis, sete minutos para falar. Eu tinha 1 minuto e 15, um minuto de Verdade, como o Senhor tem aqui no seu programa.<sup>693</sup>

Em 1998, os problemas se repetiriam, de modo que o enredo narrado preza pelo aprofundamento da argumentação. O tom quixotesco da narrativa de Enéas Carneiro coincide e propulsiona a noção do subalterno, do desconhecido, de uma disparidade injusta entre os bons ideais do Prona e as artimanhas antipopulares penetradas na política partidária, no sistema eleitoral, etc.

Aí eu estava me preparando para a eleição de 1998, estive no seu programa, falando sobre aquela imundície que foi a doação da *Vale* e aí eles mudam a regra outra vez. A população brasileira não tinha noção do que estava ocorrendo. Por que é difícil alguém prestar atenção e ver quanto tempo que tá falando. Mas eu vou lhe dizer agora o que aconteceu: mudaram outra vez a regra, e de dois meses de programação eleitoral, passou para um mês e meio. De quatro vezes por semana, passou-se para três vezes por semana. E eu tive, veja que coisa estranha, em 1998, durante toda a programação, um total inferior a catorze minutos. [...] Tive menos [tempo] do que tive em 1989 [...] os debates foram proibidos, não houve nenhum debate presidencial.<sup>694</sup>

A repetição do procedimento seria, para Enéas Carneiro, a evidência do aventado: havia uma conspiração objetivamente traçada para conter o avanço de sua candidatura, o crescimento de seu partido, logo, a libertação nacional. Então, se o líder do Prona havia afirmado contrariedade aos demais procedimentos eleitorais disponíveis (como eleição para Deputado, Prefeito, Governador, etc.), era por que, de alguma maneira, ele acreditava em um sistema viciado e incoerente por definição.

Por essa ótica, a persistência dessa prática acabaria por alimentar essa maquinação, enfraquecendo o seu partido e destruindo a nação brasileira. De vítima, Enéas Carneiro poderia passar a ser uma espécie de algoz nacional não intencional. Assim, contra o *poder*

---

693 *Idem.*

694 *Idem.*

*demoníaco*, Enéas Carneiro sentia impelido a rever suas opiniões e reverter o acordo anteriormente firmado. Seria a reviravolta à trama diabólica.

Eu fiquei angustiado, angustiado! Não pode mais ser assim! Eu não posso continuar me curvando diante de um poder demoníaco! Maquiavélico! Que está destruindo a nação! Aí eu esperei o prazo... 30 de setembro não pode mais mudar a lei. Esperei. Agora eu me vinguei! [...] Fui a Brasília, e registrei, naquele mesmo cartório, dia 04 de outubro, o novo documento, dizendo que: não serei mais apenas, apenas candidato à presidência. Concorrerei a outros cargos! [...] A partir desse instante, estou liberado de um compromisso moral.<sup>695</sup>

Então, aludidas as razões para a *autolibertação*, o antigo perene presidenciável anuncia a sua candidatura para Prefeito de São Paulo. O fato de Enéas Carneiro, há anos residente no Rio de Janeiro, ser candidato à prefeitura de São Paulo, pode ter sido decorrência de fatores diversos. O primeiro deles era a expressiva votação conquistada, em termos de legenda, no estado. Logo, as chances seriam maiores. De modo complementar, São Paulo era a maior cidade do país, portanto uma imediata publicidade *gratuita*, além de coerente com a obstinação pela grandiosidade – somente um *grande líder* seria capaz de governar uma *grande cidade*.

O Prona do estado de São Paulo, sob a direção da minha colega médica Dra. Havanir Nimitz [...] vai indicar o meu nome como candidato a prefeito desta cidade aqui de São Paulo, que é a terceira maior cidade do mundo! E eu vou dar o exemplo em São Paulo do que pode ser feito em todo o Brasil.<sup>696</sup>

No entanto, a candidatura de Enéas Carneiro e de seu vice, o também médico cardiologista Paulo Flores Júnior, teve que passar pelo escrutínio da Justiça Eleitoral. Osvaldo Enéas Nantes Soares, vereador e candidato à reeleição (pelo Partido Trabalhista Brasileiro), tentava barrar a candidatura de Enéas Carneiro em função do conflito eleitoral em torno da utilização do nome *Enéas*.

Na realidade, a disputa era mais antiga, pois envolvia também a expulsão de Osvaldo Enéas do Prona (pelo suposto envolvimento em diversos episódios de corrupção), a anulação judicial dessa expulsão e, por fim, o litígio em torno do nome/marca – que Osvaldo Nantes Soares havia adicionado ao nome de batismo, em 1994. Por se tratar de candidaturas a cargos diferentes, a Justiça Eleitoral deferiu a permissão de uso do nome aos dois candidatos, mas Osvaldo Enéas acabou por não participar do processo eleitoral<sup>697</sup>.

---

695 *Idem*.

696 *Idem*.

697 CORRÊA, Sílvia. Nome Enéas é alvo de disputa na Justiça. *Folha de São Paulo*, 08/08/2000. Disponível

Um detalhe do HGPE de Enéas Carneiro era a transmissão de capital político à *doutora* Havanir Nimtz, escolhida como candidata a Vereadora do chefe da legenda. Assim, havia a retroalimentação, pois a campanha de Enéas Carneiro aproveitava também do relativo êxito eleitoral obtido pela candidata em 1996. Quanto ao conteúdo da propaganda eleitoral, ocorre a persistência do discurso tradicional, sobretudo nas críticas aos *políticos profissionais* e pela moralização do trato público. A novidade seria o retorno de Enéas Carneiro aos debates eleitorais, ausente desde o pleito de 1994.

No debate realizado pela *Rádio Bandeirantes* (em parceria à *Rede Bandeirantes* de televisão e ao *iG*, portal *web* de notícias), a principal participação de Enéas Carneiro havia sido o momento em que o ex-presidente e então candidato do PRTB, Fernando Collor de Mello, se negou a formular pergunta ao candidato do Prona, afirmando “Fale qualquer coisa aí”<sup>698</sup>. Em resposta, o candidato do Prona criticou a iniciativa de seu adversário, assim como aproveitou o tempo concedido para falar sobre “a submissão de nosso país às potências internacionais”<sup>699</sup>.

Já no debate realizado pela *Rede Bandeirantes de Televisão* em 28 de setembro de 2000, Enéas Carneiro utilizaria a ocasião para novamente acusar o presidente de honra do PT (Lula) de apoio à legalização das drogas. De certa maneira, ocorria a persistência de veiculação da condição *anti Lula* em Enéas Carneiro, ainda que o líder petista sequer estivesse presente no processo eleitoral em questão.

Ao que pese a questão de gênero, isso explica, em grande medida, o porquê de Enéas Carneiro ter escolhido a candidata do PT, Marta Suplicy, como principal alvo de seus questionamentos. Assim como estabelecido no embate entre Enéas e Lula (ou nas críticas do primeiro ao segundo), persistia a dinâmica de contraposição imposta por Enéas Carneiro, entre a figura de um conhecimento técnico em ignomínia à suposta inépica de sua adversária.

Esse procedimento é explicitado na seguinte indagação de Enéas Carneiro à candidata do Partido dos Trabalhadores:

Senhora Dona Marta, eu estou acostumado a falar em trinta segundos e vou, quero ver como a senhora responde em trinta segundos. Vou dividir o tempo em três perguntas. [M. Suplicy afirma que não seria possível efetuar três questões] A senhora escolhe qualquer uma das três, senhora. Ao seu gosto [...] Sobre o distrito de Marsilac, aqui em São Paulo, eu quero que a sra. me responda: qual o maior problema do ponto de vista de índice de bem-estar social? Como resolvê-lo? Sobre a

---

em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0808200027.htm>> (acesso em 03 de jul. 2015).

698 Cf. Fernando Collor x Enéas Carneiro – debate prefeitura. Disponível em: <[https://youtu.be/cSsV3rIQ\\_tE](https://youtu.be/cSsV3rIQ_tE)> (Acesso em 22 jan. 2016).

699 *Idem*.

potamografia [descrição dos rios de dada localização] de São Paulo, os problemas dela decorrentes para o município, qual a solução que a sra. propõe? A terceira é uma pergunta bem simples, se a sra. souber: qual é a composição do ar atmosférico de São Paulo?<sup>700</sup>

O processo eleitoral ocorreu sem grandes reviravoltas, e o candidato do Prona garantiu a sexta colocação, permanecendo atrás da eleita Marta Suplicy, de Paulo Maluf/PPB, Geraldo Alckmin/PSDB, Romeu Tuma/PFL e Luiza Erundina, do PSB. Teve 190.844 votos, ou 3,46% dos votos válidos. Permaneceu à frente de outros nove candidatos dos partidos de menor expressão (PL, PTN, PSC, PGT, PSTU, PAN, PSDC, PTC, PCO) e também de Fernando Collor/PRTB, que teve a candidatura impugnada.

Foi, contudo, a principal votação dos candidatos a prefeito pelo Prona em 2000, fosse no número absoluto de votos ou quanto ao percentual dos votos válidos. No Rio de Janeiro, tradicional local de altos índices de votos para os padrões da legenda, o economista Marcos Coimbra (que se apresentava sob o bordão “Meu nome é Coimbra!<sup>701</sup>”) teve 22.844 adesões (0,704%).

Como é possível notar no quadro a seguir, o Prona permaneceu como um partido com votação mais expressiva nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, embora com cômputo diminuto em todos os casos.

Município	Candidato	Votos	%/Válidos	Coligação
Ipatinga (MG)	Emilio Gomes Fernandes	3174	2,888	Prona / PRP
Araguaiana (TO)	Paulo Roberto Da Silva	1056	2,261	
Nova Friburgo (RJ)	José Luíz Pimentel	270	0,273	
Niterói (RJ)	Antonio Fernando Dos Santos Sepúlveda	9464	3,286	Prona / PRP
Rio de Janeiro (RJ)	Marcos Coimbra	22844	0,704	
Porto Alegre (RS)	Luiz Carlos Olinto Martins	1463	0,187	
Sapucaia do Sul (RS)	Cleimar Borges Gomes	399	0,549	
Viamão (RS)	Marcelo Nakoneczny	108	0,105	
Mairiporã (SP)	Euclides Soares De Lima Netto	389	1,382	
Miracatu (SP)	Sebastião Dias De Amorim	129	1,214	
São Paulo (SP)	Enéas Ferreira Carneiro	190844	3,457	
Santana de Parnaíba (SP)	Pedro Oliveira De Freitas	32	0,102	
São Bernardo do Campo (SP)	Paulo Cesar Corrêa	750	0,219	
São José do Rio Preto (SP)	Daniel Caldeira Mateus	2477	1,313	
Duque de Caxias (RJ)	Jair Dos Santos Barbosa Duarte	1915	0,492	Prona / PTN

Tabela 18 – Candidatos Prona – Prefeituras (2000)<sup>702</sup>

700 Cf. Dr. Enéas – Debate Prefeitura de São Paulo 2000. *EneasTV*. Disponível em: <<https://youtu.be/TLSbO8VJA9I>> (Acesso em 22 jan. 2016).

701 ABSALÃO, Tomás. Entre a prosperidade e o caos. *Jornal do Brasil*, 17/08/2000, p. 5.

702 A partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>> (Acesso em 12 jan. 2016).

À revelia da candidatura de Enéas Carneiro, o maior impacto eleitoral do Prona em 2000 foi a eleição de Havanir Nimitz como vereadora. Com 87.358 votos, Havanir Nimitz foi a segunda candidata mais bem votada na cidade de São Paulo, e pela proporcionalidade dos votos garantiu também a eleição de Antônio Paes da Cruz, que em contrapartida foi o candidato eleito com a menor votação, com exatos 2.023 votos.

Os votos de Havanir Nimitz quebraram todos os seus recordes pessoais: 360 votos em 1992 (Vereadora), pouco mais de mil adesões em 1994 (Vereadora), cerca de 53 mil votos em 1996 (Prefeitura de São Paulo) e 58 mil votos quando concorrera para Deputada Federal, em 1998. Após a divulgação dos resultados, Havanir Nimitz reiterou seu propósito de ser fiel aos desígnios centralizadores de Enéas Carneiro: “Sou muito fiel ao meu partido; por isso, vou esperar que o dr. Enéas diga alguma coisa”<sup>703</sup>.

Em sua atuação como Vereadora, Havanir Nimitz trouxe algumas pautas conservadoras e moralistas, como a proposta de multas às empresas publicitárias (de *outdoors*) que exibissem “imagens de nudez e lascívia”<sup>704</sup>, a possível criação de Comissão de denúncia e combate às clínicas clandestinas de aborto (como instrumento efetivo de combate à prática do aborto)<sup>705</sup>, a instituição do “ensino bíblico” nas escolas da Rede Municipal<sup>706</sup> e a defesa da obrigatoriedade da execução do Hino Nacional e hasteamento da bandeira nacional nas escolas públicas municipais de São Paulo<sup>707</sup>.

Não eram, claro, demandas não condizentes com a ideologia partidária, de modo que é possível presumir que esses projetos de lei tenham passado pelo crivo de Enéas Carneiro, como a própria vereadora havia sugerido quando eleita. Uma dessas propostas, e que para o Prona foi a mais impactante politicamente, consistiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 39/2001<sup>708</sup>, apresentado em 23 de outubro de 2001, que propôs a concessão do título de cidadão paulistano ao *Mr. Lyndon LaRouche*, que veio ao Brasil em 2002 para receber a honraria.

O roteiro da viagem de Lyndon LaRouche (que viajou acompanhado de Helga Zepp LaRouche) ao Brasil, é apresentado detalhadamente em “A Doutrina LaRouche para as Américas”<sup>709</sup>, obra editada pelo MSIa no mesmo ano do evento. No dia 11 de junho de 2002,

---

703 Havanir diz estar surpresa com 2º lugar. *Diário do Grande ABC*, 03/10/2000. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/341155/havanir-diz-estar-surpresa-com-2-lugar->> (Acesso em 12 dez. 2015).

704 PL 420/2001.

705 PL 610/2001.

706 PL 367/2001.

707 PL 417/2001.

708 PDL 39/2001.

709 *A Doutrina LaRouche para as Américas*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 2002.

LaRouche esteve na sede da seccional paulista da ADESG, proferindo palestra intitulada “A crise sistêmica global e o fim do 'livre comércio’”. No dia seguinte, ocorreu a titulação de Lyndon LaRouche, no auditório da Câmara dos Vereadores de São Paulo.

Na apresentação de Lyndon LaRouche realizada por Havanir Nimitz (transcrita na edição), mesclam-se trechos do manifesto do Prona de 1989 e breves passagens dos programas de governo do partido em 1994 e 1998. Além disso, Havanir Nimitz menciona a necessidade da retomada da “educação clássica”, um epicentro da atuação de Helga Zepp LaRouche e do Instituto Schiller em diversos países. A líder do Prona na Câmara dos Vereadores de São Paulo declamou, também, uma breve biografia de Enéas Carneiro, que na realidade equivaleria quase à metade da totalidade do espaço de tempo destinado a apresentar o homenageado da noite. Mas isso não foi obra do acaso.

A intenção, no caso, era apreciar LaRouche à luz de Enéas (e Enéas Carneiro à luz de Lyndon LaRouche) como componente de filiação do Prona ao *larouchismo* internacional, assim como a similaridade entre dois grandes projetos e líderes políticos. Essa iniciativa é evidente no texto, onde os dois líderes convergiram em direção ao bem comum.

O Dr. Enéas, quando leu pela primeira vez os trabalhos de Mr. LaRouche, ficou impressionado com a clareza, profundidade e abrangência do conhecimento de nosso homenageado [...] Aí, então, nós nos juntamos a essa onda de pensamentos que flui do prodigioso cérebro de Mr. LaRouche. E todos nós passamos a viajar em um mesmo barco, barco que, esperamos, nos leve um dia a navegar em águas tranquilas, quando tivermos vencido o maremoto que hoje sacode as nações do planeta, servas que são de um sistema financeiro repugnante, torpe, fétido, imundo, e que já se encontra em pleno processo de desintegração global.<sup>710</sup>

Quanto à iniciativa da homenagem, assemelha-se ao procedimento utilizado pelo Prona após Osvaldo Enéas ter sido eleitor vereador, quando o homenageado Enéas Carneiro convidou Helga Zepp LaRouche à mesma Câmara dos Vereadores. Em 2002, a homenagem de Havanir Nimitz a Lyndon LaRouche proporciona, mais uma vez, um pronunciamento da esposa de Lyndon LaRouche e do presidente nacional do Prona.

A exposição de Enéas Carneiro, que leva o título “Quem é Lyndon LaRouche?” é, também, um tributo aos dotes intelectuais do líder norte-americano e da própria liderança do Prona. Ao afirmar sobre um artigo de LaRouche sobre a catenária e o princípio harmônico do universo, Enéas Carneiro questiona (e afirma):

---

710 NIMITZ, Havanir. Apresentação à Sessão Solene. In: *A Doutrina LaRouche para as Américas*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 2002, p. 80.

[...] que candidato presidencial no Brasil, ou nos EUA, a propósito, já ouviu falar de uma catenária? Imaginem alguém mostrando a [George] Bush, nos EUA, ou ao Lula ou ao [Anthony] Garotinho no Brasil, uma função hiperbólica ou uma integral. Qualquer um deles, ao vê-las, pensaria imediatamente numa cascavel prestes a picá-los. Nenhum deles, em sua absoluta ignorância dos princípios científicos que governam a natureza, tem a menor ideia da importância do conhecimento científico para o estadista que deve liderar a nação.<sup>711</sup>

Como visto, a autoafirmação – mediante a negação da mesma condição em outrem – persiste como um dos componentes basilares do pensamento e trato político de Enéas Carneiro. Ao assegurar capacidade de conhecimento técnico municiado, assim como de mensurar a sua antítese nos adversários, e sobretudo estando essa capacidade determinada aos pressupostos básicos de um efetivo *estadista*, objetiva-se a propriedade inequívoca e absoluta dessa condição.

E isso não era uma prática restrita ao chefe do Prona, pois de fato o culto à liderança e à autoproclamada inteligência era um fio condutor e de unidade entre os dois *candidatos perenes*. O título da comunicação de LaRouche, “Sobreviveremos juntos ou afundaremos juntos”, acaba por consentir ao argumento propalado. Ao encerramento da solenidade, Havanir Nimitz reafirma os agradecimentos à presença de Lyndon LaRouche, e principalmente dos atributos de Enéas Carneiro: “é um líder natural, preparado, nacionalista, corajoso, convicto das suas ideias, com um cérebro privilegiadíssimo, figura central do meu partido”<sup>712</sup>.

O roteiro da viagem do casal LaRouche ao Brasil compreendeu bem como atividade em evento na Associação Comercial de São Paulo (13/06) e no dia seguinte, o V *Seminário “Brasil-Argentina: a Hora da Verdade”*, realizado em Porto Alegre. Com participação via telefone de Mohamed Seineldín (que mencionou o *irmão* Enéas Carneiro e o *grande amigo* coronel Pedro Schirmer), tal evento serviu como pretexto para organização de um órgão e evento em oposição imediata aos *Fórum de Davos* e *Fórum Social Mundial*, que seriam duas expressões de uma mesma conspiração anglo americana, largamente denunciada pelos meios *larouchistas*.

Além de *larouchistas* argentinos e mexicanos, participaram Adriano Benayon do Amaral, o ex-presidenciável Vasco Neto, Enéas Ferreira Carneiro, entre outros. Ao fim do evento, deliberou-se para a criação do *Fórum de Guadalajara*, cuja proposta previa a realização de encontros bianuais entre *larouchistas* e simpatizantes, ou simplesmente aqueles dispostos a interlocução internacional pela similaridade de discursos em defesa dos Estados nacionais

---

711 CARNEIRO, Enéas. Quem é Lyndon LaRouche. In: *A Doutrina LaRouche para as Américas*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 2002, p. 85-6.

712 *A Doutrina LaRouche para as Américas*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 2002, p. 93.

soberanos.

## 5.2 *Larouchismo*, Neointegralismo e o Prona

O contexto de cooperação internacional seria aprofundado (inclusive pelas conquistas eleitorais), e por consequência isso também auxiliou ao fortalecimento das relações do Prona com organizações da direita radical brasileira, não somente aquelas que podem ser definidas como adeptas de um genérico radicalismo da direita militar ou de um nacionalismo autoritário, mas também de alguns grupos efetivamente neofascistas.

O que ocasiona essa aproximação? Há elementos que indicam que havia um sistema de trocas de informações, materiais, literatura, enfim, a constatação de que o campo político da extrema-direita brasileira acabaria por se relacionar, justamente por sua condição marginal e fragmentada.

Isso, claro, independe da condição ou tampouco filiação no espectro político, porém é um quadro observável no contexto da extrema-direita mais recente, não apenas no Brasil, mas de um modo genérico em dimensões ocidentais, especialmente quando não se trata da movimentação rumo ao ambiente de poder institucional demo-liberal, que por definição acaba por normatizar e suprimir matizes diversas da radicalidade antidemocrática.

Esse quadro de marginalização, que foi imposto ao extremismo de direita logo no imediato pós-1945, tensiona ao surgimento de um panorama contextual diferente nas relações tradicionais da extrema-direita, onde uma periferia não institucionalizada não mais caminharia ao centro constituído pela representação política, sobretudo dos partidos políticos.

Para Roger Griffin, essa seria uma das características fundamentais do que ele denomina de “direita grupuscular” (*the groupuscular right*)<sup>713</sup>, cuja idiosincrasia seria o caráter amorfo, descentralizado e sem uma liderança articulada. E tal condição é decorrente não apenas da ilegalidade do pós-guerra, mas também de profundas mudanças de ordem cultural, filosófica, política, etc.

A princípio, esse quadro não seria plenamente verificável no Brasil onde, ao menos em relação ao Prona, viriam a persistir dois agrupamentos majoritários da extrema-direita: o neofascismo diretamente tutelado ao fascismo histórico (especialmente ao integralismo de Plínio Salgado) e o radicalismo militar saudosista do regime iniciado em 1964. Essas correntes (ou tradições) se inspiram, dialogam, cooperam, mas em processo diferente do que

---

713 GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: an introduction to the groupuscular right. *Patterns of Prejudice*, v. 37, n. 1, 2003, p. 27 – 50.



implicou, na Europa, na formação de fenômenos como a *Nouvelle Droite* ou de grupos tão diversos como a Causa Identitária, em Portugal<sup>714</sup>.

Além disso, essa ressalva à via institucional/partidária que caracteriza a direita grupuscular (assim como a configuração rizomática da cooperação desses grupos e organizações) não é hegemônica no Brasil. A tendência militar, como visto, adere (ou busca se apropriar) não apenas ao projeto político do Prona, mas se desenha também na candidatura de Ivan Frota em 1998, ou nas campanhas de políticos como Jair Messias Bolsonaro. Assim, mesmo que residual, existiria o sentido a uma liderança ou representação designada, do mesmo modo como são realizadas concessões a essas legendas/lideranças políticas devido ao vislumbre da conquista coletiva.

Em relação aos grupos integralistas mais recentes (o que doravante será intitulado neointegralismo), a questão é mais confusa. Os neointegralistas jamais foram absolutos quanto à concordância ao uso do sufrágio eleitoral como instrumento político, tampouco da participação efetiva em partidos políticos (colaboração, campanha ou filiação). Isso coincide não apenas com a perspectiva revolucionária dos camisas-verdes dos anos 1930, mas também à pulverização dos grupos neointegralistas até o início dos anos 2000<sup>715</sup>.

Não se trata, contudo, de correspondência entre a pulverização neointegralista e a desordem (ou não-ordem) rizomática da direita grupuscular eminentemente europeia. O contexto observado por Roger Griffin é transnacional e baseado na diversidade, onde elementos em comum proporcionam entendimentos e cooperação (assim como a circularidade de ideias e suas reapropriações) tão diversos quanto possível. No caso brasileiro, é composto de uma diversidade de grupos que remetiam ao mesmo núcleo fundador (o integralismo) e disputavam a hegemonia ao panorama residual desse neointegralismo, mas em alguns casos sinalizariam a possibilidade de adesão a programas de partidos políticos, notadamente ao Prona, ou apoio eleitoral meramente eventual.

Conforme abordado no primeiro capítulo, o neointegralismo entre as décadas 1980 e 1990 permaneceu sob um certo hiato organizativo, por razões que envolviam desavenças ideológicas, querelas entre as pequenas organizações ou mesmo por relações com grupos neonazistas e negacionistas do holocausto. Conforme mostra Márcia Regina Carneiro<sup>716</sup>, a

---

714 Para uma análise da Causa Identitária em Portugal, cf. MARCHI, Riccardo. A identidade de Portugal no discurso da direita radical: do multirracismo ao etnonacionalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 41, n. 2, p. 4220442, jul. - dez. 2015.

715 Sobre o neointegralismo e a questão partidária em específico, cf. CALDEIRA NETO, Odilon. O Neointegralismo e a questão da organização partidária. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 6, No18, Rio de Janeiro, 2011.

716 CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a

mudança de panorama transcorreu sobretudo por meio de duas organizações fundadas respectivamente em 1998 e 2000: o Centro Cultural Plínio Salgado (CCPS) e o Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI).

A criação das duas organizações decorre pela atuação e liderança de um antigo militante, Arcy Lopes Estrella, que esteve presente nas diversas fases e organizações integralistas, inclusive a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular, principal organismo integralista no pós-guerra. Para Márcia Regina, Arcy Lopes Estrella consistiu em uma espécie de guardião da memória integralista, auxiliando a amalgamar o panorama fragmentado e inserir os mais jovens às *fileiras do Sigma*.

Arcy Estrella foi o fundador do CCPS, que tinha sede em sua própria casa, na cidade de São Gonçalo (RJ) e publicava o jornal *Alerta*. Essa atuação impulsionou a militância de uma nova geração e o surgimento de outras organizações similares, como o CEDI, fundado pelo jovem integralista Marcelo Mendez, em parceria com o próprio Arcy Estrella.

O CEDI, que produzia o jornal *Informativo do CEDI*, incentivou o cenário neointegralista por diversas razões, fosse na sua tentativa de articulação com outros movimentos de cunho conservador e nacionalista (TFP, Monarquistas, entre tantos outros) e a utilização da internet como meio de difusão da doutrina e espaço de interlocução entre militantes.

Além desses dois principais, haveriam outros grupos também fundados em bases integralistas, como o *Juventude Nacionalista Brasileira*, responsável pelo jornal *Avante!* (título e refrão do hino integralista), que era articulado em meios *skinheads*, notadamente os Carecas do ABC<sup>717</sup>. Existia, portanto, uma circularidade da extrema-direita de orientação neofascista. Contudo, ela é majoritariamente integralista, e assim persistiria.

Ainda assim, prenunciam a admiração ou relação direta com o partido de Enéas Carneiro e tantos outros. O jornal *Avante!*, órgão da Juventude Nacionalista Brasileira, é um exemplo da circularidade de ideias entre as organizações da extrema-direita, fossem elas propriamente oriundas do Prona, ou então que perpassavam à própria agremiação.

Em 1999, publicariam uma edição do jornal que trouxe, além da reprodução do texto “Privatização – Uma vocação suicida”<sup>718</sup> de J. W. Bautista Vidal (originalmente publicado no

---

construção de memórias integralistas. Tese de doutorado (História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

717 ALMEIDA, Alexandre de; Costa, Márcia Regina da. Os Skinheads brasileiros e os movimentos nacionalistas contemporâneos. In: Lustosa, Rogério V. (Org.). *À Direita da Direita*. Goiânia: Editora PUC-GO, 2011.p. 253

718 VIDAL, J. W. Bautista. Privatização – Uma vocação sucida. *Avante!*, Ano I, nº 3, 1999, p. 14. (originalmente publicado em “O Farol”, Janeiro/1999).

jornal “O Farol”), o texto “A Esquerda Comprometida: para quem ainda acredita nela...”. Nesse texto<sup>719</sup>, sem autoria discriminada, consta o argumento sobre o Diálogo Interamericano proferido por Enéas Carneiro durante as campanhas eleitorais. Afirmam: “Lula, como Fernando Henrique Cardoso e Ciro Gomes, é membro do **Diálogo Inter-americano**, entidade na qual, nos últimos anos, têm sido debatidas as pautadas 'globalistas' de governo, interesse do 'establishment' oligárquico”<sup>720</sup>.

Abaixo do texto, uma imagem do mapa do Brasil coberto por bandeiras de nações estrangeiras como EUA, Japão, Grã-Bretanha – com a seguinte legenda: “A triste visão do **Movimento Nativista** a respeito do 'Brazil Globalizado'. O que você pensa a respeito disso? O que você está fazendo contra isso?”<sup>721</sup>.

Dessa maneira, é possível observar que essa transmissão de ideias transcorre por grupos de militares de direita, pelo discurso do Prona e de Enéas Carneiro nas campanhas eleitorais, por pequenos agrupamentos *neointegralistas* ou mesmo por organizações ligadas a Lyndon LaRouche. Enfim, é um tipo de discurso político (e seus principais argumentos) que tende a ser descentralizado ao mesmo tempo em que propõe ou pratica uma unicidade discursiva.

O principal veículo neointegralista nesse contexto de articulação da extrema-direita era, em coerência com o caráter da própria organização, o *Informativo CEDI*. Em sua quinta edição (fevereiro/2000), o boletim neointegralista publica uma nota descritiva sobre o Movimento de Solidariedade Ibero-Americana (MSIa), enunciando seus coordenadores e reproduzindo um breve perfil de Lyndon LaRouche, a quem chamam de “um homem dotado de uma inteligência acima da média e possuidor de um enorme carisma e características de liderança acentuadas”<sup>722</sup>.

Na edição nº 6, foi a vez do mesmo veículo reproduzir um depoimento de Lyndon LaRouche<sup>723</sup> em texto publicado originalmente no *Boletim do MSIa*. Já na edição nº 8, é reproduzida uma entrevista realizada com Lyndon LaRouche e, especialmente, uma notícia<sup>724</sup> sobre a participação de Marcelo Mendez, presidente do CEDI, como convidado, a uma palestra de Lorenzo Carrasco (“As eleições e a Farsa da Democracia Americana”) realizada na sede do MSIa, na capital carioca.

Na edição seguinte, é noticiado<sup>725</sup> o comparecimento de Marcelo Mendez em mais um

---

719 A Esquerda comprometida: Para quem ainda acreditava nela...*Avante!*, Ano I, nº 3, 1999, p. 15.

720 *Idem*. (grifo do original).

721 *Idem*. (grifo do original).

722 Movimento de Solidariedade Ibero-Americana (MSIa). *Informativo CEDI*, nº 5, fev./2000, p. 1.

723 Depoimento de Lyndon LaRouche, do MSIa. *Informativo CEDI*, nº 6, mar./2000, p. 1.

724 Presidente do CEDI participa de palestra do MSIa. *Informativo CEDI*, nº 8, mai./2000, p. 9.

725 Mais uma palestra do MSIa, no Rio de Janeiro (RJ). *Informativo CEDI*, n.º 9, jun./2000, p. 3.

evento do MSIa, dessa vez em palestra realizada por Sílvia Lorenzo Carrasco. O texto menciona, também, que o líder da organização integralista teria presenteado a integrante do MSIa com os volumes do *Boletim*, além de adquirido edições de *O Complô para aniquilar as Forças Armadas da Ibero América* para presentear seus colegas neointegralistas.

À mesma página, é comunicado a presença do líder do CEDI em evento realizado pelo Movimento Nativista, que tinha tradição na relação com membros do Prona<sup>726</sup> e, adiante, é reproduzida a carta de princípios do *movimento*.

Conforme afirmado anteriormente, o CEDI, em especial na figura de seu líder mais jovem, tinha como característica a divulgação de grupos que se julgava condizente com a ideologia integralista. Isso não se exauria somente nas relações entre grupos existentes no Brasil, mas também de entidades internacionais, como a *International Third Position*, organização britânica fundada por dissidentes do *British National Front* juntamente a Roberto Fiores, antiga proeminência neofascista italiana (e membro do partido *Forza Nuova*)<sup>727</sup>.

No Brasil, talvez o maior esforço de articulação política de Marcelo Mendez não tenha sido com o Prona, mas a infrutífera tentativa em aliar os *neointegralistas* aos membros da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). O símbolo do CEDI exprimia essa relação – um estandarte com a face de Plínio Salgado, ladeado por dois leões rampantes, símbolos da organização tradicionalista fundada por Plínio Corrêa de Oliveira<sup>728</sup>.

Ainda que fosse a iniciativa mais enfática, ela ocorreu concomitantemente às relações com o Movimento Nativista e o MSIa, que seguiriam com reproduções de seus textos no periódico integralista<sup>729</sup>. O fato de serem organizações e agrupamentos políticos que circundavam a trajetória do Prona, demonstra que a aproximação do grupo neointegralista era questão de tempo. Essa colaboração pode ser constatada em texto publicado no *Informativo CEDI* de setembro de 2000, que relata o encontro de militantes integralistas com Enéas Carneiro durante evento na ADESG/RJ, assim como a mediação realizada por Marcos Coimbra, que teria sido quem havia convidado os integralistas ao evento. Além disso, o espaço utilizado para a realização do evento (a sede da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), um importante *locus* da interlocução política do Prona desde 1994.

---

726 Palestra do Movimento Nativista, no Rio de Janeiro (RJ). *Informativo CEDI*, n.º 9, jun./2000, p. 3.

727 Cf. BLAMIRE, Cyprian P. & JACKSON, Paul. *World fascism: a historical encyclopedia*. Santa Barbara: ABC Clio, 2006.

728 cf. CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o signo do sigma: integralismo, neointegralismo e o antisemitismo*. Maringá: Eduem, 2014, p.98.

729 Declaração do MSIa: “Guerra de Gabinetes contra as Forças Armadas”. *Informativo CEDI*, n.º 11, ago./2000, p. 3-4; Oração do Movimento Nativista, *Informativo CEDI*, n.º 11, ago./2000, p. 5.

No último dia 26 de junho, uma segunda-feira, o companheiro Marcelo Mendez, acompanhado do companheiro Murilo César Luis Alves, tiveram a grata satisfação de escutar uma palestra proferida pelo Presidente do PRONA, **Dr. Enéas Ferreira Carneiro**, que tratou sobre a Privatização-Doação da Vale do Rio Doce, feita pelo governo entreguista de FHC. A palestra foi realizada no auditório da Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra, seção da ADESG-RJ, que teve a presidência dos trabalhos feita pelo grande Nacionalista e Patriota Prof. Marcos Coimbra, que teve também a iniciativa de convidar o Presidente do CEDI, com quem tem travado profícuos e fecundos contatos por e-mails, trocando impressões sobre o Nacionalismo ou a falta dele, na nossa Nação. A Palestra também contou com a participação do ex-deputado federal Ricardo Maranhão, que também fez uma excedente explanação. Cabe registrar que o Senador Roberto Saturnino Braga, foi convidado para o evento, mas por motivos de trabalhos no Congresso, não pode comparecer. Ao término da palestra, o Presidente do CEDI conversou com Der. Enéas, marcando com ele uma entrevista para breve.<sup>730</sup>

O papel de interlocutor de Marcos Coimbra é reafirmado no mesmo número de *Informativo CEDI* onde, logo após a menção a Enéas Carneiro, é noticiado o lançamento de *Brasil Soberano*, site do membro do Prona, assim como do *Projeto Brasil Soberano*, série de eventos que seriam realizados no auditório da ADESG do Rio de Janeiro, com a presença de Enéas Carneiro.

Essa relação transcorria também, claro, por Marcelo Mendez, já que era uma proeminente liderança de um movimento político tradicional da extrema-direita brasileira. Em 2001, uma reportagem do *Jornal do Brasil* trouxe a foto de Marcelo Mendez em seu uniforme integralista (camisa-verde) sob a seguinte chamada: “Integralistas de hoje se identificam com Enéas”<sup>731</sup>.

A matéria era, na realidade, uma cobertura jornalística sobre a rearticulação dos integralistas, cujo papel de liderança cabia, em grande medida, ao líder do CEDI. Perguntado sobre a questão partidária, Mendez afirma a proximidade com os ideais do Prona que, devido ao nacionalismo, era o partido que mais se aproximava aos ideais integralistas. No entanto, os integralistas mais novos estariam em apoio à criação do efêmero *Partido Nacionalista Brasileiro*.

A questão da organização em siglas partidárias, a relação com grupos neofascistas internacionais, neonazistas ou *skinheads*, dentre outras tantas variáveis, incluindo a disputa pela liderança de um integralismo órfão de chefia desde o falecimento de Plínio Salgado (1975), foi um dos fatores que ocasionaram o acirramento do processo litigioso entre as várias

---

730 Presidente do CEDI assiste palestra do Dr. Enéas Carneiro, presidente do PRONA. *Informativo CEDI*, Ano II, n. 12. Setembro de 2000. p. 3. (grifo do original).

731 ABSALÃO, Tomás. Integralistas de hoje se identificam com Enéas. *Jornal do Brasil*, 14/10/2001, p. 6.

siglas neointegralistas, que culminou no suicídio de Marcelo Mendez<sup>732</sup>, em ato cometido em frente ao mausoléu integralista no Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro.

Apesar de não ser uma via hegemônica e tampouco majoritária, o antigo líder do CEDI inaugurou um processo que se delineava por razões políticas, ideológicas, assim como nas relações com *larouchistas* ou demais organizações: o Prona poderia ser uma alternativa partidária, sobretudo para o voto *nacionalista*, mas também como plataforma eleitoral. O jornalista Dário Di Martino, de Porto Alegre, era um dos integralistas que viriam a dividir a militância política entre as camisas verdes e o partido dirigido por Enéas Carneiro.

Integralista, contrário ao estatuto do desarmamento e favorável à pena de morte, Di Martino foi autor da obra “É Proibido!”<sup>733</sup>, em que defendia a proibição da reprodução do símbolo comunista (foice e martelo), paralelizando à proibição ao uso político da suástica nazista em voga no Brasil desde 1997<sup>734</sup>.

A militância política e integralista de Di Martino teve início como chefe do Núcleo Integralista de Porto Alegre, filiado ao CEDI<sup>735</sup>. Adiante, criou a própria organização, intitulada “Associação Deus, Pátria e Família” (baseado no lema integralista). Em seu *site* pessoal e institucional, Dário Di Martino buscava reconstruir a narrativa sobre o movimento integralista dos anos 1930, sobretudo em um aspecto que marca o processo de rearticulação das siglas integralistas para o Século XXI: a revisão de alguns elementos doutrinários, o fortalecimento de uma premissa *democrática* (orgânica/integralista, não liberal) e o apagamento sistemático do antissemitismo no movimento.

Desde a seminal obra de Héglio Trindade<sup>736</sup>, os estudos sobre o Integralismo atestam que o antissemitismo não foi apenas um apelo residual do movimento e sua doutrina, tampouco algo

---

732 cf. CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos, *Op. Cit.*, p. 278; e BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual Paulista, 2012, 717 fls, p. 383.

733 A obra (MARTINO, Dario Di. *É proibido!*. Porto Alegre: edição do autor, 2005) é marcada por evidente falta de rigidez teórico-analítica. O autor iguala as ações da luta armada de esquerda no Brasil durante o regime militar (que, em última instância podem ser entendidos como reflexo imediato da radicalização do próprio regime, assim como dos processos de tortura, censura, perseguição política) às mortes ocorridas na União Soviética sob o Stalinismo. Observa-se, assim, que não se trata de propor exclusivamente a proibição do uso da simbologia pelas organizações de esquerda, mas justamente impor uma censura política a qualquer organização política de esquerda. Além disso, ao tentar comprovar a perniciosidade do “regime” inaugurado por K. Marx e F. Engels, o autor cita frases de anarquistas como J. Proudhon.

734 Trata-se, na realidade, de adição ao teor do § 1º da Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. “Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo”. (inclusão em 15/05/1997).

735 cf. <http://planeta.terra.com.br/noticias/integralismo/>.

O *site*, atualmente *offline*, pode ser acessado a partir do *Internet Wayback Machine* (<http://web.archive.org/web/20030418104912/http://planeta.terra.com.br/noticias/integralismo/>)

736 TRINDADE, Héglio: *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

restrito exclusivamente a Gustavo Barroso. Na realidade, o antissemitismo integralista constituiu uma corrente interna no movimento e proporcionou a inserção e cooperação no fascismo internacional<sup>737</sup>.

No caso de Dário Di Martino, o silenciamento quanto ao antissemitismo de Gustavo Barroso passa pela negação ou dissimulação: Barroso seria antissionista, jamais antissemita. Afirma, também, que o antigo chefe das milícias não poderia ser antissemita, posto que havia sido aceito na Academia Brasileira de Letras<sup>738</sup>. Não menciona, no entanto, que Gustavo Barroso era um *imortal* antes mesmo de aderir ao Integralismo, assim como suas obras pré integralistas não dispunham a evidência de nenhum discurso antissemita e conspiracionista.

No mais, o procedimento utilizado por Di Martino é coerente com uma das correntes neointegralistas, cuja maior expressão institucional é a Frente Integralista Brasileira, que preza pela promoção de um discurso conservador sobre a ideologia do *Sigma*, sem que contudo implique na permanência absoluta desses elementos problemáticos. A negação do antissemitismo acarretaria, também, a distorção de escritos de Gustavo Barroso.

Candidato a deputado estadual pelo Prona do Rio Grande do Sul em 1998 e 2002 (assim como em 2006), Dario Di Martino criticava os Direitos Humanos em seu HGPE, afirmando que havia privilégio aos “bandidos” ao invés dos “cidadãos de bem”.

No entanto, a adesão de Di Martino ao Prona, assim como o breve relacionamento de Marcelo Mendez com grupos que circundavam ao partido, não significo indício de nenhuma modificação absoluta aos camisas-verdes no século XXI no que dizia respeito à questão partidária. Como exemplo, no mesmo ano em que Dário Di Martino foi candidato pelo Prona pela segunda vez (2002), o jornal *Alerta* (do CCPS) publicou editorial de Arcy Lopes Estrella em elogio a um texto (do General Hélio Ibiapina Lima) publicado em *Ombro a Ombro*.

O texto do militante integralista trazia uma intensa crítica à atuação e existência dos partidos políticos, isto é, ao sufrágio eleitoral e à configuração partidária como instrumento de

---

737 Para além das relações dispostas em razões de proximidade territorial (Argentina, Uruguai, etc) ou linguística (Portugal), o antissemitismo integralista (e principalmente Gustavo Barroso), constitui o ponto de flexão entre o fascismo brasileiro e algumas organizações distantes, como o fascismo canadense. cf. BERTONHA, João Fábio & CALDEIRA NETO, Odilon. Fascismos e fascistas em comparação: Gustavo Barroso, Adrien Arcand e o antissemitismo no Brasil e no Canadá no entreguerras. *História e Perspectivas* (53): 371-400, jan./jun. 2015.

738 “Gustavo Barroso, membro da Academia Brasileira de Letras, era um grande líder integralista e questionava o sionismo mundial, muito comum na época. Por isso, o movimento também sofreu a acusação de racista (não se discute aqui se judeu é ou não raça). Não era esse o objetivo de Gustavo Barroso. Se assim o fosse, por que seria aceito na Academia Brasileira de Letras, o maior reconhecimento pela literatura no Brasil?” DIMARTINO, Dario. Polêmica: Fascismo, racismo e nazismo. O que tem a ver com o integralismo?. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20031215230937fw\\_/http://planeta.terra.com.br/noticias/integralismo/esclarecimento.htm](https://web.archive.org/web/20031215230937fw_/http://planeta.terra.com.br/noticias/integralismo/esclarecimento.htm)> (Acesso em 18 dez. 2015).

alçada ao poder político. De fato, esse é um tema que costuma ser ponto de discórdia entre integralistas das últimas gerações. E, sendo um ponto de discussão, é evidente que também existiam aqueles que defendiam relação com legendas políticas. Nesse caso, o Prona era o resultante quase natural desse processo, fosse pelo discurso ou mesmo em razão das colaborações preexistentes.

Assim, embora esse cenário da extrema-direita de inspiração fascista possa se assemelhar ao ambiente grupuscular analisado por Roger Griffin, difere na razão de filiação conservadora a outras organizações previamente existentes. Logo, não poderia ser encarado como uma espécie de *fascismo sem faces*<sup>739</sup>. É a tentativa de retomada a uma doutrina política praticamente idêntica ao que compõe o marco fundador dela própria. É evidente que algumas modificações foram (e ainda são) realizadas, inclusive por razões contextuais, mas isso não impede que esses grupos e pessoas se entendam e denominem, antes de tudo, integralistas.

E, ainda que houvesse relativa resistência à estruturação dentro de uma célula partidária, correntes desse neointegralismo (ou integralismo do/no século XXI) visualizaram, fizeram concessões ou se aproximaram efetivamente de lideranças políticas e partidárias que, caso fossem eleitas, seriam efetivas representantes de seus anseios e visão de mundo.

Dessa maneira, alguns dos neointegralistas passam a observar Enéas Carneiro como uma liderança política da direita radical brasileira, embora não qual uma efetiva liderança integralista. Ainda que o Prona não viria a ser um partido neointegralista (e os neointegralistas não seriam automaticamente membros do Prona), existirá, da parte desses militantes, a constatação de que o Prona partilhava valores essenciais comuns (nacionalismo autoritário, visão hierárquica da sociedade, conspiracionismo político, críticas à esquerda, etc.), da mesma maneira que outros grupos afins: TFP, MSIa, Movimento Nativista, periódicos e organizações da direita militar, etc.

É provável, também, que essa admiração existia desde 1989, mas só pode ser expressada quando esses grupos neointegralistas passam efetivamente a se organizar, manifestar e produzir materiais escritos por meio de jornais, boletins ou *websites*. E se essa admiração existia desde a primeira candidatura de Enéas Carneiro, ela se torna mais robusta à medida que o Prona se impunha como alternativa referencial à direita radical/extremista brasileira. Em especial para os neointegralistas, esse quadro se aprofundaria após as eleições de 2002.

---

739 cf. GRIFFIN, Roger. Fascism's new faces (and the new facelessness) in the 'post-fascist epoch'. In: FELDMAN, Matthew (org.). *A Fascist century*. Basingstoke: Palgrave, 2008.



### 5.3 2002: o efeito Enéas

A princípio, o plano era o mesmo. Enéas Carneiro seria candidato à presidência em 2002, tal qual havia sido em 1989, 1994 e 1998. Por essa razão, inclusive, concederia mais uma entrevista ao *Programa do Jô*, ao primeiro dia do mês de maio de 2002<sup>740</sup>. Como presidenciável, as questões persistiam as mesmas, assim como as soluções propostas. Rompimento com o FMI, negação da dualidade *esquerda x direita*, e assim por diante. Uma novidade seria sobre a questão fascista, que nesse momento contemplava também a indagação sobre uma suposta semelhança de Enéas Carneiro com Jean Marie Le Pen, da *Front Nacional* francesa.

Bem, primeiramente vamos logo examinar o sr. Le Pen. O senhor Le Pen é notoriamente conhecido, um homem de extrema-direita, xenófobo, um homem racista e, não preciso isso de público, o senhor me conhece, eu não sou racista. Sou radicalmente contra a pena de morte! Radicalmente contra qualquer forma de discriminação! Qualquer forma!<sup>741</sup>

Nega-se o racismo, mas não a xenofobia. Durante a réplica, Enéas Carneiro é interpelado pelo entrevistador, que afirma “mas é a favor da bomba atômica”. A resposta reafirma o argumento utilizado na eleição presidencial anterior (bomba atômica como instrumento de dissuasão estratégica), mas também exprime o arrependimento.

Devagar... eu fui a favor de o Brasil ter o controle e argumentei na época, nos meus minguados segundos, que se o Japão tivesse aquilo em [19]45, os Estados Unidos não teriam destruído Hiroshima [...] Não é belicismo [...] A Índia tem, e eles não mexem com a Índia. A China tem! E ninguém mexe com a China. [...] Claro que o assunto foi distorcido ... tudo o que penso, tudo o que estudei durante a minha vida, física, ciências exatas, matemática, filosofia, nada disso tinha valor! Todo o projeto... falavam em bomba, bomba, bomba, bomba. Eu fiquei sinônimo de bomba. Onde eu passava, gritavam bomba. E eu iria dizer o quê? Não tinha como.<sup>742</sup>

No entanto, Enéas Carneiro não menciona que o tópico da bomba atômica havia sido utilizado como instrumento de promoção de sua candidatura, ocorrido inclusive na primeira veiculação de HGPE naquele processo eleitoral, além de ter sido criado um número (a cobrar) para que as pessoas telefonassem, descobrissem “a verdade sobre a bomba”, e financiassem seu projeto eleitoral.

A repercussão da construção de uma bomba atômica havia sido uma distorção da mídia,

---

740 Entrevista Doutor Enéas Programa do Jô – Completo. *EneasTV*. Disponível em: <<https://youtu.be/v8NtQOh1pg4>> (Acesso em 22 jan. 2016).

741 *Idem*.

742 *Idem*.

dos adversários políticos, enfim, de todos aqueles contrários ao Prona, mas jamais reflexo imediato de uma proposição no mínimo polêmica, decorrente de uma tentativa de utilização de um instrumento psicossocial para um entendimento absoluto de nação.

Ademais, o argumento à autoridade e intelectualidade em detrimento ao apelo político e midiático dado à bomba era insustentável, justamente devido ao destaque que a própria campanha do Prona havia concedido à questão, matéria que Enéas Carneiro buscava explicar ou talvez lamentar, embora sem admitir o desmedido.

Ainda sobre Jean Marie Le Pen e a questão autoritária, negava a comparação e afirmava que a *acusação* de autoritarismo era única e exclusivamente em relação ao modo de se expressar, uma questão de retórica, da arte da palavra e da entonação, portanto não em função de suas propostas, visão de mundo ou mesmo de relações políticas.

Não tenho nada em comum com o Sr. Le Pen. Não o conheço, nunca o vi, nunca nem vi pronunciamento. Eu não tenho nenhum interesse em que ele diz. Nada! Nada, nada, nenhum! Definida a posição. No que concerne a *autoritário*: confunde-se muito uma pessoa que tem convicções precisas, que fala com segurança, com firmeza, que acredita no que diz, e que tem entusiasmo, confunde-se muito com autoritarismo. Será que, para ser democrata, tem que falar sempre mansinho, devagarinho, dando impressão que não tem convicção sobre coisa alguma? Eu tenho convicções! Eu sei que o seu, o meu, o nosso país está afundando! A não ser que eu tivesse hemianopsia lateral homônima [perda parcial ou completa da visão].<sup>743</sup>

Enéas Carneiro era aquele que sabia o que dizia, comprovando o fato com a utilização de verbosagem técnica para sustentar a premissa de sua candidatura. Contudo, a previsão de candidatura presidencial do Prona não se efetivou. Não havendo nenhum representante na Câmara Federal, o entrave presente foi definitivo. No dia 19 de junho de 2002, Enéas Carneiro compareceu novamente ao *Programa do Ratinho/SBT*<sup>744</sup>, para anunciar a renúncia à candidatura majoritária, causada pelo pouco tempo que teria disponível no HGPE, em decorrência determinada pelo *projeto diabólico*.

O problema fundamental é o mesmo de sempre. É tempo [...] Eu terei direito, provavelmente, a 80 segundos. Três vezes por semana, durante um mês e meio. O senhor se recorda, em 1994 eu tive isso, cheguei em terceiro lugar [...] Mas, é uma luta inglória, são treze anos, lutando contra um sistema diabólico, monstruoso, que está lançando, como todos nós sabemos, a população na escravidão<sup>745</sup>.

---

743 *Idem*.

744 Dr. Enéas no Programa do Ratinho – 2002 – Recuo estratégico. *EneasTV*. Disponível em: <[https://youtu.be/mw\\_uOBGcdWg](https://youtu.be/mw_uOBGcdWg)> (Acesso em 10 jan. 2016).

745 *Idem*.

Além do panorama nacional, a vida íntima também havia sido alijada pelas ações de uma conspiração. Contudo, a abdicação persistia e, contra as deliberações *diabólicas* e *monstruosas*, o presidente do Prona novamente faria a imposição do inesperado, a reviravolta ou contrapartida; um recuo estratégico, desprendimento político à coletividade – a candidatura a Deputado Federal.

É uma luta para a qual, há um certo instante em que ... eu não estou fazendo mal não é a ninguém, é a mim mesmo. Eu perdi até a família. Até a minha esposa me deixou [...] Então, há um momento em que a gente tem que parar e dizer: vou desistir? Não! É um recuo estratégico. Eu vou me candidatar em São Paulo, dia 29 agora, a deputado federal! Vou brigar lá dentro do congresso! [...] Vou brigar lá dentro, aí vão ouvir a minha voz. [...] Eu só estou indo para o congresso para que o partido [não] acabe, para haver uma voz forte lá dentro. Eu não me vendo, não me curvo, o senhor sabe disso. [...] Não é desistência. É um recuo estratégico [...] como Lênin dizia, dois passos à frente, um atrás.<sup>746</sup>

Curiosamente, Enéas Carneiro apropria-se da ideia de recuo estratégico de Lênin ao implantar a Nova Política Econômica em 1921, embora sem que isso garantisse qualquer virada à esquerda do Prona. Em 2002, os dois principais candidatos do Prona não seriam os postulantes aos governos estaduais (cinco candidaturas<sup>747</sup>, nenhuma delas com mais de 0,2% dos votos), tampouco os concorrentes ao Senado, que tiveram, no máximo, 0,3% dos votos válidos<sup>748</sup>. Seriam, respectivamente, Enéas Carneiro, candidato a Deputado Federal sob o número 5656, e Havanir Nimitz, Deputada Estadual, com inscrição 56500.

A campanha de Enéas Carneiro e Havanir Nimitz, mediante HGPE, era retroalimentada, de modo que um candidato citava o outro (e o número) na própria campanha<sup>749</sup>. Assim, atrelavam-se os exponenciais eleitorais do partido, e aumentavam o tempo de exposição de cada um deles. Essa estratégia, aliada à popularidade do presidente do partido e da vereadora do Prona em São Paulo, surtiu grande efeito.

No caso de Enéas Carneiro, o resultado seria conhecido como “efeito Enéas”. O presidente nacional do Prona obteve exatos 1.573.642 aderentes, ou 8,022% dos votos válidos. Além da votação expressiva (e que compreendia um recorde eleitoral absoluto em todo o país), a legislação eleitoral favoreceu ao Prona, pois determinou a eleição de mais cinco Deputados

---

<sup>746</sup> *Idem*.

<sup>747</sup> José Gladston Bispo (PR), Antônio Lima da Piedade (RJ), Robson Malek (SP), Luiz Carlos Olinto Martins (RS), Edgard Manoel Azevedo (RO). Dados: TSE.

<sup>748</sup> Aurelio Feitosa Mattos Filho (DF), Everaldo Silva (PR), Marcílio Alexandre Quaresma de Oliveira (RJ), Paulo Cesar Correa (SP), Marisa Amaral Medeiros da Silva (RS), Hely de Deus Lima Ferreira (RR), Fiorelo Edvard Manoel Azevedo (RO). Dados: TSE.

<sup>749</sup> cf. Dr. Enéas e Dra. Havanir – Campanha das Eleições de 2002. *EneasTV*. Disponível em: <<https://youtu.be/BkElbHtzrbc>> (Acesso em 22 jan. 2016).

Federais, a grande maioria com votação inexpressiva, beirando os 0%: Amauri Robledo Gasques, Irapuan Teixeira, Vanderlei Assis de Souza, Ildeu Alves do Araújo e Elimar Máximo Damasceno.

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos
Enéas Ferreira Carneiro	1573642	8,022
Amauri Robledo Gasques	18421	0,094
Irapuan Teixeira	673	0,003
Elimar Máximo Damasceno	484	0,002
Ildeu Alves do Araújo	382	0,002
Vanderlei Assis de Souza*	275	0,001

Tabela 19 – Deputados Federais eleitos (2002)<sup>750</sup>

Havanir Nimitz, na esfera estadual, também obteve resultado assaz favorável, com 682.219 votos, 3,488% dos válidos, tornando-se também recordista histórica nas eleições para Deputada Estadual. O Prona elegeu mais três Deputados Estaduais em São Paulo, dois no Rio de Janeiro e um em Alagoas.

UF	Candidato	Votos Nominais	%/Válidos
AL	José Adalberto Cavalcante Silva	12618	1,076
RJ	Edino Fialho Fonseca	24386	0,301
RJ	Acarisi Ribeiro Magalhães	29416	0,363
SP	Paulo Sérgio Rodrigues Alves	11616	0,059
SP	Adilson Barroso Oliveira	9928	0,051
SP	Havanir Tavares de Almeida Nimitz	682219	3,488
SP	Ahmad Said Mourad	13137	0,067

Tabela 20 – Deputados Estaduais eleitos (2002)<sup>751</sup>

A votação de Enéas Carneiro foi de fato histórica. Candidato mais votado na cidade de São Paulo, com 660.280 votos, 10% dos votantes ou 11% dos votos válidos. A liderança do Deputado Federal recém-eleito se repetiu em mais 24 cidades do interior paulista. Dentre as cidades em que foi proporcionalmente mais bem votado, o melhor reduto eleitoral foi Andradina (próximo à divisa com o estado de Mato Grosso do Sul), com 14% dos votos válidos.

750 Dados: TSE. \*: Vanderlei Assis de Souza foi eleito pela média entre os votos nominais e da legenda.

751 Dados: TSE.

<b>Município</b>	<b>Votos</b>	<b>%Votantes</b>	<b>%Votos Válidos</b>
Sao Paulo	660280	10,00%	11,00%
Suzano	10467	8,00%	9,00%
Embu	10178	9,00%	10,00%
Praia Grande	9535	10,00%	11,00%
Cotia	8220	10,00%	11,00%
Ferraz de Vasconcelos	7692	11,00%	12,00%
Francisco Morato	6084	10,00%	11,00%
Poa	5774	10,00%	11,00%
Jandira	5510	11,00%	12,00%
Franco da Rocha	5341	9,00%	10,00%
Assis	5005	10,00%	11,00%
Andradina	4050	13,00%	14,00%
Itanhaem	3737	10,00%	11,00%
Mairipora	3493	11,00%	12,00%
Caieiras	3349	9,00%	10,00%
Embu Guacu	3092	10,00%	11,00%
Peruibe	2627	10,00%	11,00%
Ubatuba	2435	7,00%	8,00%
Candido Mota	1791	10,00%	12,00%
Cachoeira Paulista	1515	9,00%	10,00%
Juquitiba	1172	8,00%	9,00%
Cerqueira Cesar	752	9,00%	10,00%
Taruma	554	8,00%	9,00%
Pirangi	513	9,00%	11,00%

Tabela 21 – Deputado Federal: Enéas Carneiro (1º lugar)<sup>752</sup>

Havanir Nimitz obteve o melhor resultado em São Paulo, com 390.644 votos (7% votos válidos), garantindo a primeira colocação. Na eleição para vereadora, havia obtido 87.358 adesões. Além de São Paulo, Havanir Nimitz teve votação expressiva (mais de dez mil votos) em mais quatro cidades, todas da região metropolitana da capital paulista. Conquistou o primeiro lugar também em Arujá, com 2.053 votos (6,0%).

<b>Município</b>	<b>Votos</b>	<b>%Votantes</b>	<b>%Votos Válidos</b>	<b>Colocação</b>
Sao Paulo	390644	0,06	0,07	1
Guarulhos	24095	0,05	0,05	4
Santo Andre	15026	0,04	0,04	6
Sao Bernardo do Campo	12708	0,03	0,03	7
Osasco	12095	0,03	0,03	6

Tabela 22 – Deputada Estadual: Havanir Nimitz<sup>753</sup>

No entanto, quando se afirma sobre o “efeito Enéas”, não se trata necessariamente da

752 Dados: TSE. cf. Análise de Desempenho Eleitoral para Deputado Federal – Enéas Ferreira Carneiro – PRONA – SP. (<http://www.tse.jus.br/hotSites/desempenho/depCand/index.html>)

753 Dados: TSE. cf. Análise de Desempenho Eleitoral para Deputado Estadual – Havanir Tavares de Almeida Nimitz – PRONA – SP. (<http://www.tse.jus.br/hotSites/desempenho/depDistEst/index.html>).

votação recordista obtida por um candidato que esteve tradicionalmente às franjas de qualquer núcleo de poder. Mais que isso, a perplexidade que se abateu sobre a opinião pública era também em relação à aplicação da legislação eleitoral. Como poderia, sob módicos 275 votos (ou 382, etc.), um candidato desconhecido ser eleito Deputado Federal pelo estado mais rico da nação?

Assim, o termo “efeito Enéas” é trazido com espanto pela grande imprensa nacional. “Quase sem votos e eleitos”, afirmava o *Jornal do Brasil*<sup>754</sup>, uma nova espécie do “deboche cívico por meio de tolices escritas nas cédulas”<sup>755</sup>, escreveu a jornalista Dora Kramer. No mesmo veículo, o também jornalista Augusto Nunes considerou um triunfo do exotismo a eleição de “cinco anônimos irremissíveis”<sup>756</sup>.

A questão também foi pauta na mídia internacional. Em “Long Treated as a Joke, Brazilian Neofascist May Have the Last Laugh”<sup>757</sup>, o jornalista Larry Rohter, do *The New York Times*, comparava Enéas Carneiro aos integrantes da banda *folk ZZ Top* (todos com vastas barbas), assim como classificava o presidente do Prona como um neofascista e/ou versão brasileira de Jean Marie Le Pen.

Além de citar a indignação da elite política brasileira, o autor do texto transcreve uma suposta declaração (cujo contexto ou fonte não é mencionado) de um possível reconhecimento de Enéas Carneiro quanto às similaridades entre o Prona e os integralistas dos anos 1930. Afirmado, nas supostas palavras de Enéas Carneiro, como algo “antes do meu tempo”, a proximidade seria em razão do nacionalismo. “Todos os nacionalistas são os mesmos quanto ao amor à pátria”, teria afirmado.

A eleição de uma figura política fundada por sobre um discurso antipolítico e mediante um *partido antipartido* foi também repudiada pelos políticos tradicionais. Enéas Carneiro foi vaiado na Assembleia Legislativa de São Paulo, quando acompanhou Havanir Nimtz na diplomação do mandato conquistado pela *Enéas de saias*. O apupo foi estendido à também recordista Deputada Estadual<sup>758</sup>.

Além dos membros do legislativo estadual, a crítica veio também do estrato majoritário. Ao ser perguntado sobre proporcionalidade eleitoral, o então presidente Fernando Henrique

---

754 Quase sem votos e eleitos. *Jornal do Brasil*, 08/10/2002, p. A6.

755 KRAMER, Dora. Combatentes sem causa. *Jornal do Brasil*, 09/10/2002, p. A2.

756 NUNES, Augusto. O triunfo do exotismo. *Jornal do Brasil*, 10/10/2002, p. A3.

757 ROHTER, Larry. Long Treated as a Joke, Brazilian Neofascist May Have the Last Laugh. *The New York Times*, 21/10/2002. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2002/10/21/world/long-treated-as-a-joke-brazilian-neofascist-may-have-the-last-laugh.html>> (Acesso em 17 set. 2014).

758 Enéas é vaiado em SP. *Jornal do Brasil*, 20/12/2002, p. A4.

Cardoso criticou o *fenômeno Enéas*. “Isso é uma anomalia, é escandaloso”<sup>759</sup>, afirmou. Ademais, a questão surge como fundamento para a proposição da adoção do sistema distrital misto nas eleições futuras, que viria a ser um antídoto para questões do tipo, assim como uma bandeira política habitual dos setores majoritários do PSDB.

Em contrapartida, o sucesso eleitoral do Prona foi devidamente saudado por seus apoiadores. Na Itália, o boletim *Solidarietà*, do órgão *larouchista* local (*Movimento Internazionale per i diritti civili – Solidarietà*) comemorou o feito, ressaltando a presença dos ideais de Lyndon LaRouche no Prona “desde 1989”<sup>760</sup>. Ao noticiar a eleição de Enéas Carneiro, o *site* da seção francesa (e partido político) *larouchista* enunciava o voto brasileiro contra a mundialização<sup>761</sup>, ressaltando as públicas e notórias relações entre Lyndon LaRouche e Enéas Carneiro.

A edição de 18 de outubro de 2002 de *Executive Intelligence Review* trouxe em sua capa a imagem de Enéas Carneiro e Havanir Nimtz, ladeados por Lyndon LaRouche e Helga Zepp LaRouche, sobre a seguinte inscrição: *Record Election Win For LaRouche Friend in Brazil*. No corpo do texto, outra tentativa de interligar a vitória do Prona às proximidades ideológicas com Lyndon LaRouche.

The Brazil election victory by a strong nationalist intellectual leader who is a friend and ally of LaRouche [...] Without large financial resource at his disposal, Dr. Enéas campaigned around clear and tough arguments for reorganizing the international financial system, along the lines proposed by Lyndon LaRouche. The affinity between Enéas Carneiro and LaRouche was made explicit during the American statesman's visit to Brazil this past June.<sup>762</sup>

Por fim, o *efeito Enéas* causou impacto também nas artes gráficas veiculadas nos grandes meios de comunicação no Brasil. A charge de *Ique*, publicada no *Jornal do Brasil*<sup>763</sup> era o retrato da “resposta” que Enéas Carneiro forneceu aos seus opositores – fossem eles políticos ou eminentemente midiáticos. Sob o 1,5 milhão de votos delineados no emaranhado de sua vasta barba, surge a representação de um Enéas Carneiro diverso aos grafismos habituais, isto é, em face ao regozijo da conquista.

---

759 'Anomalia' no caso Enéas. *Jornal do Brasil*, 08/10/2002, p. A2.

760 Eneas Carneiro al parlamento brasiliano, stravince con il programma di LaRouche. *Solidarietà*, anno X n. 4, novembre 2002. Disponível em: <<http://www.movisol.org/eneas.htm>> (Acesso em 08 jan. 2016).

761 Eneas Carneiro et le vote brésilien contre la mondialisation. *Solidarité & progrès*. 15/10/2002. Disponível em: <<http://www.solidariteetprogres.org/actualites-001/Eneas-Carneiro-et-le-vote.html>> (Acesso em 08 jan. 2016).

762 PALACIOS, Silva & CARRASCO, Lorenzo. LaRouche Friend Breaks All Records in Brazil Election Win. *Executive Intelligence Review*, Vol. 29, N. 40, 18/10/2002, p. 22.

763 *Jornal do Brasil*, 09/10/2002, p. A12.



Figura 18 – Enéas Carneiro: 1.500.000 (Ique/JB)

Diversificado à primeira impressão, a representação compreende também a visceralidade das expressões faciais de Enéas Carneiro ao metiê político. Ao Enéas Carneiro atormentado, colérico, zangado e *fascistizado*, surge a figura oposta. Além disso, a charge empreende, também, a representação da noção que o próprio Deputado Federal eleito incutia ao modo de fazer política, denotado pelas noções orgânicas de existência humana.

Assim, o regozijo de Enéas Carneiro adquire semelhança à posterioridade da tensão que lhe antecede. Em último estágio, a satisfação não carnal de Enéas Carneiro obteria corolário similar ao de um ato reprodutivo, com seus mais de um milhão e quinhentos mil votos, gerando outros cinco Deputados Federais pelo Prona.

No entanto, o último ato antes da posse dos deputados eleitos pelo Prona (ou levados à eleição pela votação de Enéas) passaria mais uma vez pelo escrutínio judicial e midiático. Havanir Nimitz foi denunciada por supostamente vender vagas (mediante panfleto “*O Brasil em Perigo!*”) para candidatura pelo partido, gerando uma Comissão de Sindicância na Assembleia Legislativa de São Paulo, que inclusive levou à quebra do sigilo bancário do



presidente da legenda<sup>764</sup>. Havanir foi, contudo, inocentada (cinco votos contra quatro)<sup>765</sup>.

Já Vanderlei Assis de Souza foi alvo de investigação na Justiça Eleitoral por inscrição fraudulenta, pois os documentos apresentados para concorrer como Deputado Federal pelo estado de São Paulo não tinham sustentação legal. O deputado do Prona foi condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, todavia anos após o fim de seu mandato (2010)<sup>766</sup>. Assim, pode assumir o cargo sem empecilhos de ordem legal.

Na lógica militante, essas questões eram “ataques brutais” dos *donos do mundo*. Assim afirmaria Marcos Coimbra em “Quem tem medo do Dr. Enéas?”<sup>767</sup>. Para Coimbra, isso era reflexo do fato que a candidatura de Enéas Carneiro era uma alternativa às candidaturas de esquerda (*marxista-leninista, gramscista, socialista ou centro*), inclusive aquelas de nível presidencial, assim como ao Sistema Financeiro Internacional. Por sua vez, Enéas Carneiro aprofundaria o conspiracionismo.

Em depoimento à Comissão de Sindicância da Assembleia Legislativa paulista, Enéas Carneiro afirmou que havia enviado um ofício ao Ministério da Justiça, de modo a denunciar ameaças de morte (via telefone), assaltos e invasões de domicílio, não somente contra ele, mas também aos seus correligionários. Perguntado sobre quais seriam os responsáveis, o presidente do Prona foi lacônico, afirmando que era obra do *poder mundial* (“Quem são os representantes eu não sei. Olhe os fatos e o senhor verá”<sup>768</sup>).

A tônica conspiracionista não passou despercebida pela imprensa *larouchista*, até por que tal discurso era uma espécie de reprodução da “perseguição política” sofrida por Lyndon LaRouche<sup>769</sup>. No entanto, se os meios institucionais impuseram conflitos e objeções à posse de Enéas Carneiro, Havanir Nimtz e demais deputados do Prona, a cooperação transnacional *larouchista* serviria como antídoto à conspiração.

---

764 PT indica vereadores para investigar Havanir. *O Estado de São Paulo*, 19/11/2002. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pt-indica-vereadores-para-investigar-havanir,20021119p21237>> (Acesso em 12 jan. 2016).

765 Deputada eleita Havanir escapa de cassação em SP. *Terra*. 20/12/2002. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI75731-EI306,00-Deputada+eleita+Havanir+escapa+de+cassacao+em+SP.html>> (Acesso em 12 jan. 2016).

766 SPIGLIATTI, Solange. TRE confirma condenação a ex0deputado do Prona. *O Estado de São Paulo*, 12/08/2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tre-confirma-condenacao-a-ex-deputado-do-prona,594205>> (Acesso em 12 jan. 2016).

767 COIMBRA, Marcos. Quem tem medo do Dr. Enéas?. *Monitor Mercantil*, 24/10/2002. Disponível em: <<http://www.brasilsoberano.com.br/artigos/quemtemmedododreneas.htm>> (Acesso em 12 jan. 2016).

768 cf. NAVARRO, Silvio. Em depoimento tumultuado, Enéas nega venda de legenda. *Folha de São Paulo*, 11/12/2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43415.shtml>> (Acesso em 12 jan. 2016).

769 Amenazan de muerte a Enéas. *Resumen electrónico de EIR*, Vol. I, n. 14, 25/11/2002. Disponível em: <[http://www.larouchepub.com/spanish/reir/privado/anteriores/anteriores2002/2002\\_24/breves.html#ib1](http://www.larouchepub.com/spanish/reir/privado/anteriores/anteriores2002/2002_24/breves.html#ib1)> (Acesso em 12 jan. 2016).

Em 07 de novembro de 2002, ocorreu o *Fórum de Guadalajara*, na sede da ADESG em São Paulo. Além de Lorenzo Carrasco (MSIa), Adauto Rochetto (delegado da ADESG) e o contra-almirante Sérgio Tasso Vásquez de Aquino (membro do Partido Nacionalista Democrático<sup>770</sup>, não registrado), o evento contou com a participação de Enéas Carneiro, Havanir Nimtz e o antigo membro do Prona, Bautista Vidal.

O próprio veículo *larouchista* afirmava tal congregação em termos de uma “alianza política entre las fuerzas aglutinadas en torno al doctor Enéas, círculos cívico-militares nacionalistas, y las ideas y el movimiento de LaRouche”<sup>771</sup>. Em seu pronunciamento (onde afirma que não falaria para o *povo*, mas para *homens educados*), Enéas Carneiro orgulha-se da capa de EIR em que aparecia junto a Lyndon LaRouche, reafirma as críticas à mídia brasileira (e ao Partido dos Trabalhadores) e fazia apelo às Forças Armadas, embora sem precisar para qual finalidade específica.

*No estoy hablando aquí para el pueblo, perdonen. Estoy hablando para hombres educados, para hombres de pensamiento. Estamos frente a un escenario, ahora en Brasil y en el mundo... en donde el poder bélico de Estados Unidos amenaza al planeta... ¿Cuál es la razón para invadir a Iraq? Ninguna. Pero siempre hay una razón difundida por la prensa pútrida. Yo lo digo al país entero, la prensa es venal, es sierva del poder constituido, ahora en Brasil toda es PT, la prensa se transformó toda en PT. Es el momento para que las fuerzas nacionales surjan, para que cada uno de nosotros estemos alertas. La alerta que represento hoy es con un millón y medio de votos de los que me acreditaron. No tengo compromiso con nadie, excepto con la verdad. Yo dije en un pronunciamento que la verdad es como el agua de roca, clara, nítida, cristalina, la verdad es como un axioma en las matemáticas, no necesita demostración. La verdad se impone por sí misma, ella es soberana. Llegué en primero sin ningún compromiso con nadie, excepto con la verdad. Si probasen que alguna tesis que yo venga a aducir está errada, instantáneamente doy un paso atrás...*<sup>772</sup>

#### 5.4 A bancada do Prona: atuação legislativa

Cinco Deputados Federais, além de Enéas Carneiro. O Prona teria, enfim, representantes

---

770 De acordo com o *site* do Partido Nacionalista Democrático (cf. <<http://pnd.org.br>>), Sérgio Tasso de Aquino é apontado como o terceiro vice-presidente da legenda. O partido foi uma iniciativa de Roberto Gama e Silva após se desligar do Prona. Além dos dois, consta o nome do aviador Paulo Santoro, membro do corpo técnico de apoio ao programa de governo de Enéas Carneiro (e Roberto Gama e Silva) em 1994. Quanto ao conteúdo, trata-se do típico pensamento autoritário do nacionalismo militar que permeia ao Prona e tantas outras organizações no período, como a defesa do *Estado necessário*, contrariedade às reservas indígenas e sobretudo o nacionalismo na questão dos minérios. O projeto partidário findou em 2013, com o falecimento do patrono idealizador (Gama e Silva).

771 São Paulo acoge al Foro de Gualajara. *Resumen electrónico de EIR*, Vol. I, n. 14, 25/11/2002. Disponível em: <[http://www.larouchepub.com/spanish/reir/privado/anteriores/anteriores2002/2002\\_24/iberoam.html](http://www.larouchepub.com/spanish/reir/privado/anteriores/anteriores2002/2002_24/iberoam.html)> (Acesso em 12 jan. 2016).

772 *Idem*.

no legislativo submetidos às ordens do presidente da legenda e, em teoria, fiéis ao partido. Afinal de contas, era uma bancada formada fundamentalmente por fundadores ou membros com trajetória de militância partidária<sup>773</sup> ao lado de Enéas.

No entanto, a bancada partidária durou por um curto período de tempo, pois recrudescceu para uma dupla de deputados. Após um ano de mandato, Irapuan Teixeira, Ildeu Araújo, Vanderlei Assis e Amauri Robledo Gasques romperam com a legenda, passando os três primeiros ao Partido Progressista (encabeçado por Paulo Salim Maluf) e o último ao Partido Liberal.

Mesmo antes da transição a outros partidos mais *profissionais* (ou com bancadas mais expressivas), a participação dos quatro deputados do Prona foi pouco efetiva no que diz respeito a defesa das bandeiras tradicionalmente reivindicadas. O quadro a seguir demonstra a baixa participação destes congressistas, inclusive nos trâmites habituais e não restritos às esferas notadamente partidárias.

<b>Amauri Robledo Gasques</b>		<b>Ildeu Araújo</b>	
Comunicações Parlamentares	2	Comunicações Parlamentares	0
Homenagem	6	Homenagem	0
Ordem do Dia	9	Ordem do Dia	0
Grande Expediente	1	Grande Expediente	1
Pequeno Expediente	0	Pequeno Expediente	1
Breve Comunicações	0	Breve Comunicações	0
Projeto de Lei	0	Projeto de Lei	1 (771/2003)
<b>Vanderlei Assis</b>		<b>Irapuan Teixeira</b>	
Comunicações Parlamentares	0	Comunicações Parlamentares	12
Homenagem	0	Homenagem	1
Ordem do Dia	2	Ordem do Dia	14
Grande Expediente	4	Grande Expediente	17
Pequeno Expediente	3	Pequeno Expediente	35
Breve Comunicações	0	Breve Comunicações	5
Projeto de Lei	0	Projeto de Lei	1(2415/2003)

Tabela 23 – Atividade Legislativa – Prona/1<sup>774</sup>

A trajetória de Amauri Robledo Gasques cumpriu, em grande medida, aos interesses da classe médica. Exemplo disso é o pedido<sup>775</sup> de realização de sessão solene em comemoração

773 Bancada do Prona será de fundadores. *Folha de São Paulo*. 08/10/2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0810200255.htm>> (Acesso 16 jan. 2016).

774 Dados obtidos a partir de pesquisa nos sites da Câmara dos Deputados. <<http://www.camara.leg.br/>> e <<http://www.camara.gov.br/>>

775 *Diário da Câmara dos Deputados*, 03/06/2002, p. 24688.

ao 60º aniversário de fundação da Sociedade Brasileira de Cardiologia, assim como a menção em homenagem ao *Projeto Genoma Schistosoma Mansonii*, da Universidade de São Paulo<sup>776</sup>. Dessa maneira, a composição marcante da fundação do partido, em 1989, permaneceria presente em reivindicações e homenagens de seu mandato, mas não a identidade política da agremiação.

Ildeu Araújo utilizou o plenário da Câmara por apenas três vezes durante a vigência de seu mandato pelo Prona. No dia 10 de outubro, homenageou uma cidade do interior paulista (Laranjal Paulista) na data de sua fundação, na segunda vez teceu críticas à reforma tributária, e, por fim, encaminhou pedido para a inclusão de servidores capacitados na Língua Brasileira de Sinais<sup>777</sup>. Além disso, propôs o Projeto de Lei 771/2003 (não aprovado), que dispunha sobre a necessidade de aulas de direção defensiva nos cursos de formação de condutores de veículos automotores.

O médico e deputado Vanderlei Assis, ao contrário de Amauri Gasques, não apresentaria propostas, discursos e proposições voltadas à classe médica. Ao contrário disso, a curta trajetória como deputado do Prona foi predominada por questões ligadas aos *softwares* livres (programas e sistemas operacionais computacionais não proprietários), pois o congressista era membro da Frente Parlamentar sobre o tema<sup>778</sup>. No entanto, não apresentou nenhum Projeto de Lei durante o período.

Já a atuação legislativa de Irapuan Teixeira enquanto filiado ao Prona foi a mais ativa entre as trajetórias dos deputados que deixariam o partido após transcorrido cerca de um ano de mandato. Apresentado como professor com extenso currículo<sup>779</sup>, Irapuan Teixeira abordaria, em grande parte de sua atividade como congressista, temáticas relacionadas à educação, fosse em defesa de propostas genéricas<sup>780</sup>, queixas contra atrasos de pagamentos em instituições privadas<sup>781</sup>, menções às organizações de classe, ou mesmo em apoio ao então ministro da educação, Cristovam Buarque<sup>782</sup>.

---

776 *Diário da Câmara dos Deputados*, 19/09/2003, p. 48406.

777 *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/10/2002, p. 53724; *Diário da Câmara dos Deputados*, 10/09/2003, p. 45190; *Diário da Câmara dos Deputados*, 04/09/2003, p. 42132.

778 *Diário da Câmara dos Deputados*, 05/06/2002, p. 25395 ; *Diário da Câmara dos Deputados*, 31/07/2002, p. 35734.

779 Em reportagem veiculada na Revista *Época*, contestava-se a validade de diversos diplomas de Irapuan Teixeira, que teria informações inverídicas (doutorados, pós-doutorados, etc.). cf. FREITAS, Ronald. Mestre do ilusionismo? *Revista Época*. 28/07/2006. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG74930-6009,00-O+DEPUTADO+DE+VOTOS.html>> (Acesso 10 jan. 2016).

780 *Diário da Câmara dos Deputados*, 15/03/2003, p. 6897.

781 *Diário da Câmara dos Deputados*, 15/11/2003, p. 61842.

782 *Diário da Câmara dos Deputados*, 05/04/2003, p. 12727.

Na realidade, embora a curta carreira parlamentar de Irapuan Teixeira junto ao Prona denotou um certo independentismo das premissas basilares dos *projetos* (nacional, municipal, etc) do Prona e de Enéas Carneiro, ao menos em dois momentos é possível constatar a existência de proposições conservadoras em sua atividade como Deputado, fosse na crítica ao *Estatuto do Desarmamento*<sup>783</sup>, ou no pedido de prisão ao dirigente do MST, Pedro Stédile, em razão de conflitos armados no campo<sup>784</sup>.

Quanto aos Projetos de Lei, a única proposição de Irapuan Teixeira como membro do Prona referiu-se à tentativa de conceder a todas as Universidades do Brasil, públicas ou privadas, a prerrogativa de revalidação de diplomas emitidos em instituições estrangeiras<sup>785</sup>. Convém ressaltar, contudo, que dois dos supostos<sup>786</sup> títulos de doutorado do deputado foram concedidos por instituições estrangeiras, assim como um estágio de Pós-doutorado.

No processo de transição do Prona ao Partido Popular (PP), Irapuan apresentou o Projeto de Lei 2687/2003, que previa a extensão às escolas particulares sobre a imprescindibilidade da oferta de Ensino Religioso, assim como o PL 5198/2005, que dispunha a obrigatoriedade da adoção da *Bíblia Sagrada* como livro didático na disciplina de História.

A proposta mais polêmica de Irapuan Teixeira ocorreu em 2004, quando defendeu a promulgação de um Projeto de Lei que previa a doação compulsória de órgãos a indivíduos condenados por dois ou mais homicídios (com condenação superior a trinta anos). De acordo com o projeto<sup>787</sup>, os apenados seriam obrigados a doar um dos órgãos duplos *disponíveis*, além da medula ou parte do fígado. O Projeto de Lei, que surtiu debates no campo da bioética<sup>788</sup>, foi barrado.

Embora essas proposições poderiam ser de alguma maneira coerentes com o projeto político de seu antigo partido, Irapuan Teixeira não estava mais filiado ao Prona, de modo que não responderia à liderança de seu ex-chefe de legenda e de sua antiga bancada parlamentar. Desse modo, a eleição sob recorde de Enéas Carneiro trouxe, até o fim do mandato, apenas

---

783 Câmara dos Deputados – DETAQ. Sessão: 205.1.52.0. 25/09/2003, 18h08. Disponível em: <<http://camara.gov.br>>

784 “O parceiro daqueles que se denominam defensores e coordenadores de movimentos sociais, homem testa do MST, Pedro Stédile, agora proclama abertamente o início da luta armada em todo o País, incentiva o confronto entre aqueles que se dizem sem terra e os produtores rurais, verdadeiros trabalhadores e responsáveis pela produção brasileira de alimentos. Ou o Governo manda prender esse agitador e criminoso, ou estaremos seriamente ameaçados pela bandidagem que assola o País.” Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão 023.1.52.E. 29/07/2003 (16h48). Disponível em: <<http://camara.gov.br>> (Acesso 10 jan. 2016).

785 PL 2415/2003.

786 cf. FREITAS, Ronald. Mestre do ilusionismo? *Revista Época*. 28/07/2006. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG74930-6009,00-O+DEPUTADO+DE+VOTOS.html>>

787 PL 3857/2004.

788 Cf. COHEN, Claudio & BUCCI, Daniela. A doação compulsória de órgãos e os prisioneiros condenados à morte: uma análise sob o ponto de vista da bioética. *Rev. Bioética*, 19(2), 2011, p. 383-396.

dois efetivos deputados do Prona: o próprio líder e presidente da legenda, junto ao seu colega, também médico, Elimar Máximo Damasceno.

#### 5.4.1 Enéas Carneiro

O início do mandato de Enéas Carneiro como Deputado Federal prezou pela repetição do discurso habitual, que teria auxiliado em sua eleição. No dia 18 de fevereiro, ocorreu o primeiro pronunciamento do presidente do Prona como também líder do partido na Câmara Federal, momento em que, ao mencionar a *ventania neoliberal*, enunciadamente reafirmou os teores do “Manifesto do Prona”, formulado inicialmente em 1989.

Ao fim do pronunciamento, ao comemorar o resultado da disputa eleitoral da qual havia saído vitorioso e recordista nacional, Enéas Carneiro definiu a busca pelo nacionalismo econômico brasileiro como força motriz de seu mandato e compromisso político.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em fevereiro de 1989, exatamente 14 anos atrás, eu escrevi o “Manifesto do PRONA”, em que eu alertava a população brasileira para os riscos da ventania neoliberal que começava a soprar aqui no Hemisfério Sul, ventos egressos do Norte do planeta, a partir de uma concepção política que começava a tomar corpo — uma nova divindade assumia o cetro, o controle das ações governamentais na maioria dos países do orbe terráqueo. O mercado, erigido à categoria de um deus, decidiria o destino das nações. Desapareceriam as fronteiras para os fluxos de capital e todos teríamos, em um futuro não muito distante, um bem-estar social inconcusso. E, realmente, tudo foi acontecendo como o previsto. Em quase todos os recantos do mundo, a palavra da moda passou a ser globalização. O mundo transformou-se em um imenso cassino onde, pelo simples toque em uma tecla de computador, fortunas fabulosas são transferidas, à velocidade da luz, de um ponto a outro do planeta, sem que, para isso, exista qualquer correspondência com as riquezas do mundo real, do mundo físico. Quem se atrevesse a falar em Estado Nacional soberano receberia, de pronto, o epíteto de troglodita, dinossauro ou qualquer coisa semelhante a um ser que viveu em priscas eras. [...] Hoje, pela primeira vez ocupando esta tribuna, à qual cheguei guindado pela vontade, expressa nas urnas, de mais de 1.570.000 eleitores, eu declaro expressamente aqui, como sempre fiz, em todas as oportunidades que vê, em todos os lugares, no Brasil ou no exterior, que não é possível continuarmos atrelados a esse modelo de submissão às potências hegemônicas. É hora de dizer basta a esse modelo pútrido, infecto, nauseabundo, que está levando nosso povo para a escravidão. É hora de declarar a independência econômica do Brasil.<sup>789</sup>

Ao contrário da narrativa autobiográfica expressa em ocasiões anteriores, nas quais enfatizou as adversidades provenientes do sistema eleitoral, dos adversários políticos ou da imprensa brasileira ao tratar de sua trajetória política (e do partido que liderava), em 2002 Enéas Carneiro imprimiu o senso de continuidade a um processo iniciado em 1989, portanto

---

789 *Diário da Câmara dos Deputados*, 19/02/2002, p. 2281.

em pleno e natural desenvolvimento.

No entanto, por ser proveniente de um projeto político em que o próprio Deputado afirmava a exequibilidade somente quando alcançado o mais alto grau de governança (isto é, ao exercício do poder proveniente de uma Presidência *monocrática* e autoritária), os costumeiros planos difundidos ao redor das campanhas presidenciais de Enéas Carneiro tiveram que ser adequados às condições contextuais dispostas à configuração e amplitude de seu mandato.

Em 18 de março, Enéas Carneiro afirmaria o perigo do Brasil transformar-se em um novo Iraque (então sob invasão dos EUA) devido à dimensão territorial e sobretudo ao potencial hídrico do país. Assim, solicitou atenção do Ministro da Defesa para o caso<sup>790</sup>. Ao dia 27 do mesmo mês, retomou a questão e, após citar “o renomado economista e pensador americano Mr. Larouche, no hebdomadário *Executive Intelligence Review*”<sup>791</sup>, criticou a adesão do Brasil ao TNP das Armas Nucleares.

Por fim, sugeriu ao presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) para que utilizasse a questão como argumento para o rompimento com os EUA e os *donos do mundo*. Para Enéas Carneiro, a ruptura seria um instrumento estratégico de independência nas relações internacionais, assim como alçaria o Brasil como potência mundial, em uma concepção de protagonismo da nação brasileira de modo imediato, instantâneo.

Atrairamos, instantaneamente, a França e a Alemanha, que expressamente já declararam o seu repúdio à ação norte-americana no Iraque. Para essas nações, que precisam muito do petróleo, podemos acenar com a energia da biomassa, que, em nosso País, com a riqueza imensurável de luz solar de que somos dotados, pode apresentar-se como o álcool e os óleos vegetais, capazes de substituir, com vantagens, todos os derivados do petróleo. E tanto a China como a Rússia e a Índia, além de vários outros países, poderão ser excelentes parceiros comerciais, no caso de retaliações advindas do império americano. E não se fale em risco de não-abastecimento. Nossos irmãos da América Latina na e da Ásia estarão prontos, sem dúvida, a estabelecer parceria conosco, visando também a se libertar do *octopus* que lhes suga o sangue circulante.<sup>792</sup>

Os discursos de Enéas Carneiro na Câmara foram, em grande medida, compostos pela repetição de propostas e reivindicações já apresentadas em processos eleitorais anteriores, nos quais o líder do Prona relacionava as teses de reorganização da economia mundial às questões

---

790 *Diário da Câmara dos Deputados*, 19/03/2002, p. 2799.

791 Em 12/11/2003, quando da visita de Donna Hrinak (embaixadora dos EUA no Brasil), Enéas Carneiro questionaria sobre a questão nuclear. “O Brasil não tem o direito de deter o controle do poder nuclear? A pergunta é específica para a Embaixadora”. A pergunta, contudo, não obteve resposta direta, apenas um elogio à campanha brasileira pelo desarmamento e pela paz. (cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13/11/2003, p. 61370).

792 *Diário da Câmara dos Deputados*, 28/03/2002, p. 10728.

de soberania nacional. Em contrapartida, é possível auferir, em especial a partir de alguns de seus pronunciamentos, o processo de contextualização para fins propositivos.

Mais que um simples método argumentativo, foi a partir dessa perspectiva que, nos meandros das sessões da Câmara, o líder do Prona acabou por se aproximar das proposições de uma das referências parlamentares da extrema-direita brasileira, o deputado Jair Messias Bolsonaro (PP/RJ). Seria, assim, um procedimento de contextualização concomitante ao de articulações políticas no campo político da direita.

Em 11 de junho de 2003, Enéas Carneiro defendeu o aumento de atenção do Poder Público às Forças Armadas, passando pelo apelo ao acréscimo do efetivo e de políticas salariais mais vantajosas<sup>793</sup>. Além das questões militares, a soberania nacional estaria em risco pelas propostas de Reforma da Previdência, a qual Enéas Carneiro criticava, remetendo novamente ao perigo da perda da autonomia brasileira<sup>794</sup>.

Essas eram questões que evidentemente já estavam presentes nos discursos de Enéas Carneiro ao longo dos anos, assim como nos programas de governo do Prona, mas que passam a engendrar uma colaboração efetiva para além do monopartidarismo característico da carreira do líder partidário. Enéas Carneiro reconhecia (ou haveria de reconhecer) a similaridade de seus discursos e ideias a determinados setores do campo político nacional, inclusive àqueles com representatividade política.

A concordância entre Enéas Carneiro e Jair Bolsonaro ocorreu também em relação à votação do Estatuto do Desarmamento. Embora Enéas Carneiro fizesse ressalvas à entonação do discurso de Jair Bolsonaro (“linguagem – considero eu – um pouco rígida, talvez despida de figuras de sintaxe ou retórica, mas sincera”<sup>795</sup>), o consentimento residia na contrariedade ao desarmamento da população civil brasileira. Curiosamente, Enéas Carneiro não mencionava seu então colega de bancada (Irapuan Teixeira) e de opinião, fosse pela necessidade da aproximação política extrapartidária, ou por razão do iminente desligamento do então deputado do Prona.

A temática moralizante e conservadora, traço marcante em Enéas Carneiro, surge também quando o líder do Prona na Câmara discorreria sobre um Projeto de Lei, de autoria do Deputado Fernando Gabeira (Partido Verde), que dispunha sobre a legalização e regulamentação da prática da prostituição. Ao criticar o projeto, Enéas Carneiro situou a prostituição e a homossexualidade como desvios morais parametrizáveis ao uso de drogas. A

---

793 *Diário da Câmara dos Deputados*, 12/06//2003, p. 27019.

794 *Diário da Câmara dos Deputados*, 06/08/2003, p. 37124.

795 *Diário da Câmara dos Deputados*, 24/10/2003, p. 57047.



sua eleição e votação expressiva eram, para Enéas Carneiro, uma manifestação conservadora em repúdio à difusão desses valores “anormais”.

Excelência, vivemos uma época, quero crer que não há dúvida quanto a isso, em que temas como prostituição, drogas, homossexualismo são apresentados quase que como variantes normais. Percebo que há, cada vez mais, não só tolerância, como aplauso. Preocupa-me isso. Quando eu digo preocupa-me, preocupa a mim e a 1 milhão e meio de pessoas que acreditaram em mim, numa votação isolada, falando pela televisão.<sup>796</sup>

Até dado momento, a presença dos elementos do discurso de Enéas Carneiro persistiam, alguns com maior intensidade, outros articulados com correntes do conservadorismo no Congresso, mas ainda sem a assiduidade e o impacto das intensas críticas à Lula, tal qual produzido em todas as campanhas de Enéas (inclusive quando candidato à Prefeitura de São Paulo).

É significativo que justamente no dia 31 de março de 2004, portanto quarenta anos após o golpe de Estado de 1964, Enéas Carneiro reassumiu esse teor apreciativo amparado nas críticas ao então Presidente da República. Ao tecer elogios (e somente uma crítica pontual) ao regime militar e à “revolução” de 1964, além de discorrer sobre a suposta falsa natureza da democracia brasileira, Enéas Carneiro menciona também o fato do então Presidente ter sido opositor ao regime implantado em 1964.

No dia de hoje, 31 de março – há quatro décadas, neste mesmo dia, houve uma revolução que mudou os destinos desta Pátria –, faço questão absoluta de trazer à baila algumas questões que, do meu ponto de vista, têm importância primacial. Primeiro, é normal e comum que os meios de comunicação cite esta data como um retrocesso. Hoje à tarde, assisti ao pronunciamento do nosso colega Deputado Coronel Fraga e quero dizer de público que endosso in totum aquele pronunciamento bastante longo. É claro que os militares fizeram coisas ruins, sem dúvida, como o cerceamento da liberdade de expressão. Mas também fizeram muitas coisas boas, como a promoção do desenvolvimento da infraestrutura, das telecomunicações, entre outros grandes investimentos que pouco a pouco foram solapados pelos governos ditos democráticos que se sucederam. E o mais curioso – é importante que se faça justiça – é que os indivíduos que naquela época foram guerrilheiros, responsáveis por ações terroristas, hoje estão no centro do poder.<sup>797</sup>

A combinação entre o aniversário do golpe de Estado e a temática escolhida não era mera casualidade. A intenção era projetar o passado glorioso ao presente decadente, para contrapô-los em torno da intenção política do líder do Prona. Para Enéas Carneiro, a situação do Brasil no governo de Luiz Inácio Lula da Silva era angustiante de tal modo que só restaria a renúncia

---

796 *Diário da Câmara dos Deputados*, 14/08/2003, p. 38469.

797 *Diário da Câmara dos Deputados*, 01/04/2004, p. 14070.

presidencial como solução efetiva.

No entanto, o *apelo* do líder do Prona não se estruturava em torno de questões essencialmente políticas, jurídicas ou mesmo daquelas advindas de um suposto clamor popular, mas determinado pela suposição da incapacidade intelectual, algo que o presidente do Prona julgava traço marcante do então Presidente da República. Mais uma vez, a crítica a Lula compreenderia, automaticamente, o *autoelogio* a Enéas Carneiro.

Diante desses fatos todos, depois de terem sido desmoralizadas e desarmadas as Forças Armadas, depois inclusive de o Governo atual obrigar a população civil a se desarmar, depois de tantas iniquidades, depois de tanto desrespeito a direitos adquiridos pelo cidadão comum, volto à tese de 1994 e dirijo-me agora, de público, de pé, de frente, à S. Exa., o Sr. Presidente da República: Excelência, não estou me reportando à sua bagagem moral, mas a uma arrumação cromossômica intraespecífica que V.Exa. não possui para dirigir um país das dimensões continentais do Brasil. V.Exa. está sendo conduzido; não está conduzindo. V.Exa. tem uma excelente oportunidade de mostrar aos brasileiros o que pensa realmente deles. Renuncie, Presidente! Presidente, mostre à Nação que V.Exa. crê no Brasil! Reconheça, de público, que V.Exa. não tem condições para conduzir o barco! Não estou me referindo ao Sr. Ministro José Dirceu, não estou me referindo a escândalos, pois não sou homem de falar de qualidade moral de ninguém. Estou falando de ação governamental, de desídia, de ausência de conduta governamental apropriada, por absoluta falta de condições intelectuais para tanto<sup>798</sup>.

No dia 12 de maio de 2004, novamente ao mencionar o colega parlamentar Jair Bolsonaro, Enéas Carneiro tratou de uma temática comum aos círculos políticos que o rodearam desde 1994, mas que inexistia em seus projetos de governo. Sugeri a intervenção federal (mediante Exército) em determinadas reservas indígenas, a fim de mediar o conflito entre os índios brasileiros e garimpeiros da região. Além disso, Enéas Carneiro conclamava à união de *todos*, índios e garimpeiros, “contra esse poder mundial hediondo que está tomando a nossa terra, com a desculpa de que está defendendo os índios”<sup>799</sup>.

A proposição já havia sido mencionada em 28 de maio de 2003, durante audiência pública da Comissão de Relação Exteriores e de Defesa Nacional, com a presença do Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho (Comandante da Marinha), quando Enéas Carneiro mencionou seu antigo candidato à vice-presidência (Roberto Gama e Silva), além de concordar com a tese da reserva ianomâmi como um efetivo perigo para a soberania nacional.

Em conjunto com um colega de V.Exa., o Almirante Gama e Silva, que foi Comandante do Grupo de Estudos do Baixo Amazônia, um amigo meu, atualmente reformado, estudei bastante essas questões. Ele é da Força a que V.Sa. pertence. Recentemente, quando estive na região amazônica, fiquei impressionado com o

---

<sup>798</sup> *Idem*.

<sup>799</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, 13/05/2004, p. 21815.

trabalho realizado pelos pelotões de fronteira. Triste fico quando vejo a chamada nação ianomâmi ocupar mais da metade da área do atual Estado de Roraima. Daí para dizermos que a independência da nação ianomâmi pode ser declarada é um passo. Isso criará um enclave em nosso País. Concordo também com V.Exa. quando diz que é sonhadora a tese de que estamos em paz eterna.<sup>800</sup>

Além de estabelecer reconhecimento público aos estratos políticos aliados em suas campanhas eleitorais – e elementos cruciais para a formação do ideal político de seu partido, é possível que a diversificação do discurso de Enéas Carneiro fosse um apelo a outras lideranças da extrema-direita brasileira, sobretudo Jair Bolsonaro. Estando em uma bancada praticamente inexistente, o líder do Prona teria que trazer interlocutores às suas reivindicações.

Se durante as campanhas presidenciais Enéas se gabava da inexistência de *alianças espúrias* que tipificariam o *político profissional* (ao qual ele supostamente jamais repetiria os gestos e atitudes), o processo legislativo não somente propulsionou a interlocução às proximidades político-ideológicas disponíveis, como também determinou a necessidade em buscar terrenos consensuais, aproximações não residuais, pois caso contrário o Prona estaria relegado à periferia da própria periferia/marginalidade do campo político-partidário.

Ao dia 15 de junho de 2004, Enéas Carneiro teve oportunidade de discursar durante vinte e cinco minutos ao púlpito da Câmara. Mais uma vez, reafirmou o panorama da crise, o cataclismo social, a desordem, a crítica à inversão dos valores norteadores da civilização e o *aplausos ao homossexualismo*. Afora da menção a Adriano Benayon do Amaral, Enéas Carneiro cita e declama trechos da obra *Genocide – Russia and The New World Order*, do *larouchista* russo Sergei Glazyev. Além de estimá-lo como “um colega nosso”, o líder do Prona classificou o título *larouchista* como “obra extremamente séria, de um trabalho realizado por um Deputado Federal do Parlamento russo, homem extremamente preparado, nacionalista preocupado com o destino de sua pátria”<sup>801</sup>.

Dessa maneira, embora estivesse em diálogo com outras vertentes e expressões do pensamento da direita brasileira com representação ou inserção política, a filiação *larouchista* de Enéas Carneiro foi reafirmada e comemorada. Na realidade, o contato de Enéas Carneiro com a obra de Sergei Glazyev já havia sido mencionado em entrevista do deputado brasileiro à EIR<sup>802</sup>, onde Enéas Carneiro elogiou o deputado Russo, que estava em campanha à

---

800 Comissão de Relação Exteriores e de Defesa Nacional, Audiência Pública nº: 617/2003, 10h22min-13h11min. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> (Acesso em 12 jan. 2016).

801 *Diário da Câmara dos Deputados*, 16/06/2004, p. 28382.

802 SMALL, Dennis. Brazil's Congressman Dr. Enéas Speaks Out. *Executive Intelligence Review*, v. 31, n. 7, 20/02/2004, p. 13-17.

presidência de seu país. Essa relação compreende, portanto, o panorama de circularidade e cooperação *larouchista* para além de dois polos exclusivos ou exclusivistas (EUA/Brasil; ou Brasil/Argentina, na América Latina).

Por fim, Enéas Carneiro destinou duas inserções (nos dias 20 de outubro<sup>803</sup> e 01 de dezembro de 2004<sup>804</sup>) para tratar da crítica ao aborto, não somente em caso de anencefalia do feto, mas de uma maneira mais ampla ao caso das pesquisas científicas com células-tronco, estabelecendo críticas às duas questões propositivas. Para a primeira delas, tratar-se-iam de *assassinatos*. Quanto às pesquisas com células-troncos, seriam *pesquisas com cadáveres*.

A atuação parlamentar de Enéas Carneiro durante o mandato de 2002 e 2006 foi, contudo, mais intensa na presença ao púlpito da Câmara do que em matéria legislativa propriamente dita (isto é, a criação de Projetos de Lei). O quadro a seguir ilustra a afirmação. Foram apenas duas proposições de lei, apresentadas em 2004 e 2005, no entanto todas elas em coautoria com o segundo deputado do Prona à época, Elimar Máximo Damasceno.

<b>Enéas Ferreira Carneiro</b>	
Comunicações Parlamentares	1
Homenagem	1
Ordem do Dia	45
Grande Expediente	2
Pequeno Expediente	1
Breves Comunicações	0
Projeto de Lei	2 (4856/2005; 3960/2004)

Tabela 24 – Atividade Legislativa (Prona: Enéas Carneiro)

O Projeto de Lei 3960/2004 previa a substituição, em todo o território nacional, dos combustíveis derivados do petróleo, por aqueles produzidos a partir da biomassa (óleos vegetais, bagaço da cana, biogás, etc.), dentro de um prazo de cinco anos, sendo 40% ao longo dos dois primeiros anos. Por decorrência, caso aprovado o PL, as montadoras de veículos automotores teriam que readequar a linha de produção às determinações da Lei, que estimava a criação de no mínimo dez milhões de novos empregos.

Como forma de estimular a aprovação do Projeto de Lei, em 11 de Agosto de 2005 foi realizada uma reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no plenário 8 da Câmara dos Deputados. O evento contou com a presença de Enéas Carneiro, além de J. W. Bautista Vidal e de Adriano Benayon do Amaral. Portanto, embora Bautista

803 *Diário da Câmara dos Deputados*, 21/10/2004, p. 45346.

804 *Diário da Câmara dos Deputados*, 02/12/2004, p. 52321.

Vidal não mais colaborasse politicamente (ao menos de modo oficial) com o Prona, a influência técnica com impacto político não somente notada, mas reproduzida e continuada. O esforço, contudo, foi em vão, pois o projeto foi arquivado.

Já o PL 4856/20005 visava a diminuição do hábito fumígeno em todo o território nacional. De acordo com a proposta, seria vedada a comercialização de qualquer produto alimentar que se apresentassem sob forma de cigarros, charutos, cigarrilhas ou qualquer outro hábito tabagista. De acordo com a justificativa, tal medida diminuiria o apelo do ato de fumar entre jovens e adolescentes. Mais uma vez, a proposta foi arquivada.

O que explica a baixa participação essencialmente legislativa (no sentido da proposição de leis e decretos) de Enéas Carneiro? Observando a trajetória enquanto Deputado Federal, é possível averiguar que parte substancial das propostas e reivindicações de Enéas Carneiro permaneciam as mesmas quando de suas candidaturas presidenciais (ou mesmo da Prefeitura de São Paulo). Haveria, assim, um significativo descompasso entre o líder que Enéas Carneiro imaginava ser e a realidade do trâmite político ao qual ele estava inserido.

E em contraposição à utilização do púlpito para discursos diversos (este sim, um instrumento devidamente utilizado), as proposições de legislatura foram inócuas e efêmeras, nenhuma delas de autoria individual, sendo que uma delas, caso aprovada, traria resultados pouco efetivos, em termos de impacto, para quem se julgava a pessoa mais preparada para levar o Brasil à liderança internacional – e se gabava de ter lido mais de 200 obras só na área da Filosofia<sup>805</sup>.

Em última instância, o mandato serviu para manter Enéas Carneiro em evidência, repetindo as propostas de um projeto político grandioso em seus enunciados, embora fundado e articulado em torno de dualismos contrastantes e relativamente simplistas (o *bem* contra o *mal*, a *verdade* contra a *mentira*, e assim por diante). A tentativa ou tentação de Enéas Carneiro à presidência era condição eminente, que veio a ser confirmada pelo próprio deputado.

No ano de 2006, Enéas Carneiro foi diagnosticado com leucemia mieloide aguda, razão pela qual, em função do tratamento quimioterápico, teve que raspar a vasta barba, marca indelével de seu personagem político. Devido à comoção do fato, utilizou do plenário para discorrer sobre a questão.

---

805 Em 22/11/2005, durante a reunião da Comissão de Seguridade Social e Família, Enéas afirmou: “Sou diplomado em Medicina e sou professor de Medicina há mais de 3 décadas. Sou diplomado em Matemática e Física e, ao longo da vida, só fiz duas coisas: trabalhei e estudei. De Filosofia, de que ouvi comentários aqui, eu li mais de 200 obras”.

Estou de volta. Não me afastei e não me afasto um milímetro sequer das convicções que me trouxeram até aqui, que são a luta por um Brasil livre, soberano, independente dos grilhões que continuam mantendo o nosso povo, a nossa gente na escravidão. A chama da esperança continua viva. Sou pré-candidato à Presidência da República e meu nome será homologado na Convenção Nacional do Partido, em junho. Nunca imaginei que o fato de eu ter raspado totalmente a minha barba pudesse ser notícia nacional. Mas, já que a mídia divulgou tanto esse acontecimento, preciso dizer agora para os meus eleitores de todo o Brasil: o importante é que, com barba ou sem barba, eu continuo sendo o mesmo. E nunca disse esta frase, nunca disse isto nesta tribuna: meu nome é Enéas!<sup>806</sup>

No entanto, aquele que viria a ser o quarto tentame em eleger-se Presidente da República, não pôde ser cumprido. Devido à gravidade dos problemas de saúde e da intensidade do tratamento da doença, Enéas Carneiro teve que contentar-se à tentativa de reeleição como Deputado Federal, obedecendo a pedidos da família e dos próprios membros da agremiação. A decisão foi anunciada no dia 14 de junho de 2006<sup>807</sup>, última participação do primeiro mandato de Enéas Carneiro.

No entanto, apesar de o meu organismo ter apresentado o melhor resultado possível, em face do tratamento a que estive submetido – ausência absoluta de neoplasia óssea –, exige-se, do ponto de vista médico, que, ainda no mês de julho, eu receba a última dose suplementar da terapêutica quimioterápica específica. Assim, como a cada ciclo correspondem cerca de 3 semanas entre internação e subsequente repouso, restar-me-iam, para o processo de eleição presidencial, apenas os meses de agosto e setembro para ir a todos os Estados do Brasil, uma vez que, desde fevereiro, enquanto os demais pré-candidatos viajam pelo País, tenho dividido o meu tempo entre o hospital e minha casa. Acresça-se a isso o fato de ser, neste momento, minha família totalmente contrária à minha participação no pleito presidencial, em face do esforço estrênuo que deveria ser desenvolvido para, em tempo recorde, levar a idéia de um grande projeto de libertação nacional a todos os brasileiros. Finalmente, os membros do Diretório Nacional, do partido do qual sou Presidente, à unanimidade, pedem-me que volte a candidatar-me ao cargo de Deputado Federal, por São Paulo, reservando, para 2010, a luta pela Presidência da República. Então, apesar de, indiscutivelmente, minha pretensão continuar sendo a disputa presidencial, pelo vazio de perspectivas no horizonte, pela absoluta ausência de esperança no cenário e no embate que se apropínqua, embora tudo isso, em face dos argumentos já aduzidos, e que são irretorquíveis, comunico aqui hoje, de maneira oficial, a retirada da minha pré-candidatura à Presidência da República. No próximo dia 23 deste mês, em São Paulo, o meu nome será lançado como candidato ao cargo de Deputado Federal. Muito obrigado povo brasileiro, colegas e Sr. Presidente.<sup>808</sup>

#### **5.4.2 Elimar Máximo Damasceno: conservadorismo e integralismo**

---

806 *Diário da Câmara dos Deputados*, 06/04/2006, p. 17911.

807 *Diário da Câmara dos Deputados*, 15/06/2006, p. 30314.

808 *Diário da Câmara dos Deputados*, 15/06/2006, p. 30314.

Além de Enéas Carneiro, somente Elimar Máximo Damasceno cumpriu o mandato de Deputado Federal junto ao Prona. Embora fosse membro titular do Diretório Nacional do partido desde 1994, mesmo ano em que havia disputado eleição para Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, o médico Elimar Máximo Damasceno não era um personagem central no encaminhamento político do partido, fosse na ausência de menções ao seu nome nos escritos ou discursos de Enéas Carneiro, assim como nas articulações com outras organizações políticas próximas à agremiação.

No entanto, o fato de ter exercido o mandato parlamentar integralmente junto ao Prona e a Enéas Carneiro, determinou o aumento exponencial da importância de seu mandato. Seria uma espécie de fiel escudeiro de Enéas Carneiro. Além disso, Elimar Damasceno foi o mais ativo dos deputados do Prona, fosse em matéria legislativa (isto é, a criação de Projetos de Lei e afins) ou em participação nos trâmites diversos da Câmara dos Deputados. O quadro a seguir é elucidativo.

<b>Elimar Máximo Damasceno</b>	
Comunicações Parlamentares	74
Homenagem	71
Ordem do Dia	34
Grande Expediente	78
Pequeno Expediente	55
Breves Comunicações	5
Projeto de Lei	77 (Anexo C) / 71 autoria própria

Tabela 25 – Atividade Legislativa (Prona: Elimar Damasceno)

Na realidade, o transcurso parlamentar de Elimar Damasceno foi marcado pelo intenso conservadorismo, inclusive em relação aos demais parlamentares eleitos pelo Prona, mesmo Enéas Carneiro. Atrelado sobretudo às tradições e compreensões oriundas do cristianismo de orientação conservadora – e mais propriamente de inspiração católica, o mandato de Elimar Damasceno trouxe propostas polêmicas, inclusive cumprindo com os eventuais anseios de grupos neofascistas.

Em sua contínua participação na Câmara Federal, não somente em relação à criação de Projetos de Lei (em quatro anos, foram 77 PL, 71 deles de autoria própria), diversas menções em repúdio às ações contra a cristandade, assim como na defesa da concepção tradicional de família e do direito à vida. Dessa maneira, Elimar Damasceno efetivaria o embate político com movimentos sociais a favor da legalização do aborto, grupos feministas ou daqueles em

defesa dos direitos dos homossexuais.

Essa condição foi, inclusive, a tônica de sua primeira participação no plenário da Câmara, no dia 24 de março de 2003, quando criticou produções artísticas tidas como ofensivas ao cristianismo, como a peça de humor *Hermanoteu na Terra de Godah*.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que registre nos Anais da Casa termo de declarações da Sra. Maria Cora Monclaro de Mello contra várias produções artísticas que ofendem a cristandade, como: *O Apocalipse*; *Hermanoteu na Terra de Godah*; *O Evangelho de Jesus Cristo segundo Saramago*; *Deus é Brasileiro* e *A Última Tentação de Cristo*, verdadeiras apologias contra o cristianismo. Aproveito o ensejo para parabenizar a Sra. Maria Cora pelo transcurso de seu aniversário no dia 21 de março. Solicito também, a pedido do PROVIDAANÁPOLIS, transcrição do Ofício nº 215, do Sr. Ivaldo Lemos Júnior, Promotor, dirigido ao Sr. José Eduardo Sabo Paes, Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal, que indaga sobre as autorizações indevidas de abortos, assinadas pelo Sr. Diaulas Costa, Promotor de Defesa dos Usuários de Serviços de Saúde. Muito obrigado.<sup>809</sup>

A menção à organização *Pró-Vida Anápolis* logo no primeiro pronunciamento de Elimar Damasceno, foi não apenas uma espécie de reconhecimento da influência decorrente da organização específica, mas de uma proximidade política e ideológica à causa defendida pelas diversas siglas do movimento Pró-vida naquele momento histórico.

Ainda que fosse um grupo de pressão de caráter heterogêneo, multipartidário em suas adesões<sup>810</sup> e articulado em torno das correntes mais conservadoras de diversas congregações religiosas (cristãs), a relação de Elimar Damasceno foi, ao que tudo indica, articulada em torno de duas entidades: o *Pró-Vida de Anápolis*, coordenado pelo Padre Luiz Carlos Lodi da Cruz e a *Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família*, gerida pelo advogado Paulo Fernando Melo da Costa, que viria a ser assessor parlamentar de Elimar Damasceno.

Além da questão do combate ao aborto, a defesa da família tradicional por Elimar Damasceno primava também pela promoção da abstinência sexual aos jovens, anunciado como o método mais eficaz de combate às DST, além do apelo para o ato sexual como prática destinada essencialmente à reprodução humana e determinada aos meandros da relação matrimonial.

Por que insistir no uso do preservativo que promove a promiscuidade sexual que

---

809 *Diário da Câmara dos Deputados*, 25/03/2003, p. 9517.

810 De acordo com Naara Luna, os grupos de pressão sobre a questão do aborto e das células-tronco embrionárias (temáticas que nortearão a atividade política-parlamentar de Elimar Damasceno), podem ser divididos em quatro principais atores sociais: a Igreja Católica (desde meados de 1949), a categoria médica (década de 1960), o movimento feminista (de 1980 em diante) e os evangélicos, a partir da segunda metade dos anos 1980. Cf. LUNA, Naara. Aborto e células-tronco embrionárias na campanha da fraternidade: ciência e ética no ensino da Igreja. *Rev. Bras. de Ciências Sociais*, vol. 25, n. 74, São Paulo, Oct./2010.



leva à disseminação de DST e da terrível AIDS? Para preservar nossa juventude, sugiro que assistam à fita “Sexo tem um Preço” difundida pela Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família —PROVIDAFAMÍLIA, para assegurarmos um futuro sadio para nossa sociedade. É preciso que se acabe com essa propaganda enganosa sobre o preservativo, que está destruindo o futuro de nosso País. É hora de dizer a verdade sobre a conduta a ser seguida para combater esse mal do século.<sup>811</sup>

Além desses tópicos, o discurso de Elimar Damasceno primava também pela aversão às práticas homossexuais e à própria homossexualidade, inclusive negando a natureza dos crimes homofóbicos<sup>812</sup>. Por um lado, mais uma vez é possível afirmar que essa premissa esteve presente no Prona desde as campanhas presidenciais de Enéas Carneiro, quando utilizava uma base supostamente científica (da área médica, não da antropologia, da história, etc.) para sustentar a retórica homofóbica. Em contrapartida, o discurso de Elimar Damasceno adquiriu feições mais incisivas em relação ao de Enéas Carneiro, sendo estruturado sob argumentos moralizantes não pretensamente *científicos*, assim como assumindo efetiva posição de embate aos movimentos sociais e organizações LGBT.

Elimar Damasceno chegou, inclusive, a propor medidas legais de impedimento aos direitos civis dos homossexuais, mediante Projeto de Lei 2279/2003, que visava a proibição do beijo em público entre casais homossexuais, afirmando se tratar de lascividade e contrariedade aos *preceitos de Deus*. Ademais, era também uma espécie de contrapartida à atuação política dos movimentos sociais, argumento inclusive utilizado na apresentação da fundamentação (e promoção) da proposta.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 2.279, de 2003, que torna contravenção penal o beijo lascivo entre pessoas do mesmo sexo, em público, teve origem após o lançamento da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, no dia 8 de outubro do corrente ano. Nesse triste evento, realizado dentro desta Casa de leis, os homossexuais trocaram beijos lascivos, desmoralizando todos os Parlamentares. Jamais poderemos permitir tal acinte. Não ao hedonismo, ao permissivismo e à promiscuidade. O Brasil é país cuja maioria da população é constituída por pessoas de formação cristã. Assim sendo, ensinamos aos nossos filhos, em nossas casas, igrejas, algumas escolas e outros lugares, os preceitos de Deus, que condenam a prática do homossexualismo. Sendo os homossexuais minoria da população, e mesmo que fossem maioria não se justificaria, não é justo que pratiquem atos libidinosos diante de nossos filhos, contra nossos costumes. A grande maioria das pessoas, ou seja, milhões de famílias, desaprova tais atos. É preciso que uma voz se levante e que algo seja feito. Precisamos respeitar os

---

811 *Diário da Câmara dos Deputados*, 12/04/2003, p. 14498.

812 “Os homossexuais fazem referências de forma distorcida sobre as agressões e violências sofridas por eles, quando sabemos que a maioria desses crimes é cometida pelos próprios parceiros e não por pessoas que os discriminam, como querem fazer parecer. Quero concluir minhas palavras dizendo que a igreja existe para acolher a todos. Você, simpatizante, não se esqueça de que isso também ofende a Deus. Ele nos deu o livre arbítrio, mas, como seres inteligentes, feitos à sua imagem e semelhança, devemos estar no centro da sua vontade. O homossexualismo não é a vontade de Deus. Escolha os caminhos de Deus. Não engane a si próprio.” (*Diário da Câmara dos Deputados*, 04/07/2003, p. 30965).

homossexuais, mas o respeito deve ser recíproco. Os nudistas separam seus recantos e procuram respeitar outros locais. Os fumantes separam seus ambientes e respeitam os não-fumantes. Por que os homossexuais querem ser diferentes? Queremos deixar bem claro que não somos contra os homossexuais, mas contra a prática do homossexualismo, que é uma ofensa a Deus. Dentro desse contexto, nada mais justo que um projeto da natureza do mencionado, que se fundamenta nos preceitos de Deus, nos quais está alicerçado o PRONA, partido de reedificação, no caso, reedificação da família, célula da sociedade.<sup>813</sup>

A proibição ao beijo entre casais homossexuais seria apenas mais um item da extensa lista dos 77 projetos de Lei propostos por Elimar Damasceno (Anexo C), que incluiria, também, a proposta de proibição de mudança de prenome em casos de transsexualismo (PL 5872/2005), assim como a criação de uma central de atendimento telefônico destinada a atender denúncias de abortos clandestinos (PL 849/2003). Dessa maneira, as propostas de teor homofóbicas complementariam aquelas de combate às habituais reivindicações feministas e de diversos movimento sociais.

Essas propostas traspassaram os limites partidários, assim como estabeleceram cooperações no campo do conservadorismo político na Câmara dos Deputados, cuja a própria condição do Prona demonstra que não haveria uma unidade partidária (ou de somente um partido político), mas uma pulverização entre diversos mandatos dispersos em inúmeras agremiações.

Tal questão é corroborada pela matéria legislativa do Deputado do Prona onde, além das propostas de Elimar Damasceno, haviam outras duas em coautoria com Enéas Carneiro, uma com Jair Bolsonaro (PP), duas com o Deputado *Pastor* Reinaldo e uma com Osmânio Pereira, ambos filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Juntamente a Osmânio Pereira, Elimar Damasceno redigiu o PL 6150/2005, denominado *Estatuto do Nascituro*, que previa a determinação de personalidade jurídica ao feto após o nascimento com vida, mas natureza humana desde a concepção (inclusive *in vitro*, clonagem ou qualquer outra modalidade possível). Na prática, a proposta, caso aprovada, além da proibição de pesquisas com células-tronco embrionárias, penalizaria qualquer modalidade de aborto, inclusive em casos de gestação fruto de estupro ou de má formação do feto. Apesar de arquivado, o projeto original viria ser apresentado com ligeiras modificações, por deputados em outras legislaturas.

Em parceria ao Deputado *Pastor* Reinaldo, do PTB/RS, foram apresentados dois Projetos de Lei. O PL 5906/2005 previa o aumento de pena aos crimes contra costumes que caracterizassem incesto, e o PL 5907/2005 definia que as empresas de planos de saúde

---

813 *Diário da Câmara dos Deputados*, 25/10/2003, p. 57178.

deveriam fornecer cobertura obrigatória aos procedimentos cirúrgicos para reversão de esterilização cirúrgica (laqueadura e vasectomia).

Em contrapartida, o Projeto de Lei em coautoria com Jair Bolsonaro diferiria das abordagens sobre temas como aborto, reprodução ou homossexualidade. O PL 5508/2005 previa que o Livro dos Heróis da Pátria viria a receber a inscrição do nome de Mário Kozel Filho, militar morto em ação praticada pela organização de esquerda armada, *Vanguarda Popular Revolucionária*, durante o regime militar. Dessa maneira, Elimar Damasceno inclui seu mandato a uma estratégia política da extrema-direita mais recente: a releitura do regime militar e a crítica à esquerda brasileira, não apenas das organizações praticantes da resistência armada ao regime militar.

Sr. Presidente, hoje muitos dos autores daqueles atos infames estão soltos, anistiados, recebendo polpudas indenizações e pensões vitalícias. São aclamados heróis. Indenizados pelo quê? heróis de quê? pelos assassinatos que cometeram? pelas famílias que desfizeram? pelos lares que destruíram? pela covardia de uma guerra sem nobreza, fazendo-se inimigo sem rosto, sem quartel, agindo à traição? indenizados pela traição ao Exército Brasileiro? No Brasil, a Esquerda radical conta os seus mortos pelo Governo militar, mas esquece as 105 vítimas que deixou e quantas mais haveria – milhares, talvez milhões – se a sua terceira grande revolução, depois da soviética e da chinesa, tivesse sido vencedora. A Esquerda intransigente esquece que foram os seus sicários, teleguiados por países da democracia do partido único, que declararam a guerra suja, deixando o País atônito e acuadas as suas Forças Armadas, arrastadas para uma guerra infame. A Esquerda radical esquece que, se algum sucesso tivesse, no Araguaia ou em Caparaó existiriam enclaves semelhantes aos das FARC, que ensangüentam a Colômbia há mais de 30 anos. A Esquerda festiva esquece dos valores roubados para financiar as ações terroristas e dos recebidos do exterior, por vezes tomando destinos outros, acima da ideologia, que só a cobiça humana pode explicar. A Esquerda folclórica não lembra os seqüestros de 4 diplomatas, cujas vidas foram moeda de troca para a libertação de terroristas presos, sendo que destes, muitos ocupam, hoje, altos cargos no Governo.<sup>814</sup>

Elimar Damasceno concebia a questão dentro de uma problemática de amplitude internacional, mas sobretudo na América Latina. É nesse sentido, inclusive, que comemora a concessão de indulto à prisão do militar *carapintada* (e *larouchista*) argentino, Mohamed Ali Seineldín, aproveitando para elogiar um suposto processo de conciliação entre Forças Armadas e sociedade civil na Argentina.

Esse processo de *conciliação*, para Elimar Damasceno, era reflexo da ausência de políticas de reparação, assim como decorrência da condição e prática democrática na Argentina. Somente um regime efetivamente democrático seria capaz de *esquecer* e *silenciar* o passado traumático. Dessa maneira, o Deputado brasileiro empreende um paralelo óbvio: o Brasil

---

814 *Diário da Câmara dos Deputados*, 08/05/2004, p. 20995.

deveria repercutir o sucesso do caso argentino.

Ora, um governo verdadeiramente democrático deve saber lidar com as diferenças. Foi exatamente essa a justificativa argentina para libertar o Coronel Seineldín: ele estava lutando por seus ideais. [...] Ora, é absolutamente legítimo que se tente garantir a transição democrática sem remexer em antigas feridas ou criar novas chagas — e era exatamente esse um dos ideais do Coronel Seineldín. Os militares acreditavam estar trabalhando por uma Argentina melhor. O malogro do projeto já foi doloroso demais para o país. Por que expor ainda as mazelas da pátria e gerar disputas fratricidas? [...] Agora libertado, vale a pena recordar suas palavras: “Em mais de uma década de cárcere, o sistema tão-somente conseguiu aprisionar meus oitenta quilos de carne e ossos. Meu espírito sempre viveu em liberdade”. Liberdade agora restituída, com razão.<sup>815</sup>

Em relação à questão *larouchista*, Elimar Damasceno citou a liderança política norte-americana apenas uma vez em suas diversas participações ao plenário da Câmara, inclusive com uma pequena ressalva. Ao noticiar o lançamento de obra editada pela EIR, Elimar Damasceno congratula a iniciativa, embora ressaltasse a condição contravertida de Lyndon LaRouche. Logo, seria o caso de tributação à questão política do Prona (ou de sua principal liderança), mas não uma subscrição absoluta à causa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o objetivo deste pronunciamento é chamar a atenção de todos para o livro *O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as nações da Ibero-América*, publicado em 1993. A mensagem principal está resumida no título e apresenta, em cada capítulo, uma análise do que se trama para cada uma das nações analisadas. Publicação da *Executive Intelligence Review*, traz a apresentação do Coronel Alí Seineldín e a introdução de Lyndon LaRouche - o prefácio à edição brasileira é do General Tasso Villar de Aquino. Embora, pelo menos, LaRouche seja uma personalidade tida como altamente controversa na comunidade internacional, pode-se reconhecer no livro o mérito de trazer à baila questionamentos que, se não conclusivos, podem levar à análise do fenômeno da globalização e de suas conseqüências para todos os povos do planeta, não somente para as grandes potências, como tem acontecido.<sup>816</sup>

Ao contrário de Havanir Nimitz, que concedeu o título de cidadão paulista a Lyndon LaRouche, e de Osvaldo Enéas e Enéas Carneiro (que convidariam Helga Zepp LaRouche para discursar em São Paulo), o discurso de Elimar Damasceno denota a condição de pertencimento ao Prona (ou aceitação à relação definida pelo presidente da legenda) concomitantemente a um relativo teor de autonomia ao *larouchismo* no partido.

A explicação mais razoável para essa questão pode ser disposta em função da importância do pensamento conservador e autoritário genuinamente brasileiro para a razão política do parceiro de Enéas Carneiro na Câmara. No dia 03 de outubro de 2005, Elimar Damasceno

---

815 *Diário da Câmara dos Deputados*, 08/08/3003, p. 37442.

816 *Diário da Câmara dos Deputados*, 14/12/2004, p. 54318.

homenagearia Oliveira Vianna, afirmando que “No momento em que o País busca ardentemente modelos de vida que possam inspirar a nossa educação e a nossa cultura, Oliveira Vianna surge com força, com atualidade – um autêntico, voraz e corajoso intérprete da realidade brasileira da primeira metade do século XX”<sup>817</sup>. Já no dia 27 de junho de 2006, seria a vez de Elimar Damasceno homenagear Jackson de Figueiredo, ressaltando o papel da revista *A Ordem* no combate ao comunismo, ao liberalismo e à maçonaria, além da incessante busca pela *recatolicização* do Brasil<sup>818</sup>.

Não obstante, foi a partir do Integralismo que Elimar Damasceno explicitou maior grau de aproximação ideológica, produzindo homenagens, elogios e apresentações da doutrina, além de comemorar a trajetória política de alguns *camisas-verdes* e *perrepistas*.

A primeira menção de Elimar Damasceno ao Integralismo ocorreu em 18 de junho de 2003, quando o Deputado homenageou Gustavo Barroso, um dos principais nomes da Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930. No discurso, foi concedido destaque especial à obra *Brasil, Colônia de Banqueiros*, definida como a principal obra teórica do Integralismo, da mesma maneira como Gustavo Barroso foi denominado por Damasceno como maior *doutrinador* da AIB.

Em 1933, após ouvir a conferência do Chefe da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado, Gustavo Barroso aderiu ao Integralismo, tornando-se seu mais importante doutrinador. No mesmo ano publicou o livro *O Integralismo em Marcha*, e, no ano seguinte, produziu a obra que daria ao Movimento Integralista seus mais sólidos fundamentos teóricos: *Brasil, Colônia de Banqueiros*. Nessa obra, Gustavo Barroso defende a tese ainda hoje polêmica de que o Brasil não é um país independente, uma vez que o brado retumbante de D. Pedro I resultou num compromisso com a dívida externa que a Inglaterra herdara de Portugal. Seríamos, pois, dependentes do imperialismo inglês, assim como hoje haveria dependência do capital internacional. [...] Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável que no nosso País não se tenha por hábito enobrecer a memória de nomes como Gustavo Barroso, que tanto contribuiu para a cultura e a política do País. Não faz sequer um século que ele nos deixou; fragmentos de sua atuação, como a criação do Museu Histórico Nacional, ocupa lugar de destaque no cenário nacional. Pergunte-se, porém, a qualquer cidadão bem formado sobre quem foi Gustavo Barroso e ele dificilmente saberá.<sup>819</sup>

É possível que a decisão de Elimar Damasceno em mencionar inicialmente Gustavo Barroso não foi despropositado, mero fruto do acaso. A crítica do integralista ao *judáismo internacional* adquire, em certos aspectos, semelhanças com as críticas ao *Sistema Financeiro Internacional*, elemento recorrente no discurso do Prona, sobretudo na campanha presidencial de Enéas Carneiro em 1998. Esta relação pode ser notada, também, na afirmação do livro de

---

817 *Diário da Câmara dos Deputados*, 04/10/2005, p. 48169.

818 cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 28/06/2006, p. 32168.

819 *Diário da Câmara dos Deputados*, 19/06/2003, p. 28414.

Gustavo Barroso como principal obra teórica da Ação Integralista Brasileira.

No entanto, embora tenha sido uma das mais famosas obras integralistas de Gustavo Barroso, *Brasil, Colônia de Banqueiros* não era necessariamente aquela que havia sido pensada pelo autor como a contribuição fundamentalmente teórica à doutrina do *Sigma*. Na realidade, o principal aporte teórico de Gustavo Barroso ao Integralismo ocorreu a partir do lançamento de *O quarto império*<sup>820</sup>, obra em que o autor divide a história da humanidade em quatro estágios, tratando do processo de declínio, degeneração e regeneração, condição última ao qual o Integralismo deveria remeter sua filosofia e movimentação política para o renascimento da nação<sup>821</sup>.

*Brasil, Colônia de Banqueiros* seria, em contrapartida, politicamente útil para o deputado do Prona, pois a interpretação da narrativa de Gustavo Barroso estabelecia a paridade de discursos conspiracionistas, em obra com encadeamento histórico, permeada de denúncias acerca das falências financeiras, assim como a necessidade da quebra do monopólio dos *poderes invisíveis* nos ditames essenciais da nação brasileira.

Dessa maneira, ainda que *Brasil, Colônia de Banqueiros* não fosse a obra fundamentalmente teórica do integralismo de Gustavo Barroso, tampouco o principal título do tipo do Integralismo (que era, provavelmente, *A Psicologia da Revolução*<sup>822</sup>, de Plínio Salgado), era aquela que mais se aproximava do discurso de nacionalismo econômico de Enéas Carneiro e demais membros do Prona, inclusive por sua tentativa de narrativa da história econômica do Brasil atrelada aos interesses de uma conspiração internacional.

No dia 21 de agosto de 2003, Elimar Damasceno proferiu discurso em homenagem à cidade de São Bento de Sapucaí, no interior paulista. Na ocasião, afirma o deputado do Prona: “Distingue-se [...] também por ser a cidade natal de dois dos mais notáveis nomes do País, cujas vidas e obras elevam ao expoente máximo a história, a cultura e a inteligência nacional: Miguel Reale e Plínio Salgado”<sup>823</sup>.

Após quatro dias, Elimar Damasceno realizou um discurso em homenagem a Miguel Reale, no qual traçou a trajetória política e intelectual do jurista e ex-líder integralista, desde os anos de participação na Sociedade de Estudos Políticos fundada por Plínio Salgado, até o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ao fim da biografia, Elimar Damasceno

---

820 BARROSO, Gustavo. *O quarto Império*. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1935.

821 *O quarto império* é, inclusive, o principal objeto da análise em MAIO, Marcos Chor. *Nem Rothschild Nem Trotsky. O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago Editor, 1992

822 SALGADO, Plínio. *Psycologia da Revolução: revista e enriquecida de novas anotações e um prefácio do autor*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

823 *Diário da Câmara dos Deputados*, 22/08/2003, p. 39505.

ressaltou a vinculação integralista de Miguel Reale.

Miguel Reale, não resta dúvida, é um intelectual de larga dimensão, um humanista completo, por isso depositário do meu mais profundo respeito. Quase adentrando os 93 anos, vividos com imensa fé no Brasil, tem estado ausente da vida nacional, mas presente sempre estará na solidez de suas ideias e no vigor de seu exemplo. Ainda recentemente, em entrevista à TV Câmara, ao ser indagado pelo entrevistador sobre o que mudou do Miguel Reale integralista para o Miguel Reale de hoje, respondeu: “Eu diria que nada. Particpei do integralismo com determinação e espírito público, e essa mesma determinação e espírito público nunca me abandonaram”.<sup>824</sup>

A homenagem a Plínio Salgado ocorreu no dia 16 de julho de 2003, quando Elimar Damasceno apresentou uma releitura da trajetória do líder integralista. No texto que compunha a homenagem, é possível averiguar a concordância do Deputado do Prona ao processo de construção da memória pelos militantes integralistas (e à visão militante dos fatos), onde o exílio de Plínio Salgado em Portugal não havia sido decorrência da tentativa de golpe contra o Estado Novo, mas de um ato covarde de Getúlio Vargas.

Seu momento público máximo teve lugar nos anos 30, quando lutou contra o coletivismo marxista ateu na Intentona Comunista, em 1935; organizou o maior movimento cívico popular brasileiro, a “Ação Integralista Brasileira”, que lhe valeu um exílio involuntário em Lisboa, de 1939 a 1945, por perseguição covarde de Getúlio Vargas, sendo preso na Fortaleza de Santa Cruz, de onde redigiu o famoso poema com o nome da referida fortaleza.<sup>825</sup>

De certa maneira, os pronunciamentos de Elimar Damasceno ofereceriam espaço cativo para a comemoração da memória integralista sob o ponto de vista militante, de modo que é possível pensar esses momentos como espécies de eventuais *lugares de memória*.

Além desses episódios, o Integralismo foi mencionado não apenas ao decorrer das eventuais homenagens aos principais líderes da AIB, mas também de outras personalidades políticas que tiveram relações com os antigos camisas-verdes ou *perrepistas*. Assim, ao homenagear Getúlio Vargas, Elimar Damasceno fez questão de mesclar o elogio à industrialização brasileira e das leis trabalhistas à crítica ao exílio de Plínio Salgado.

Foi com Getúlio que o Brasil iniciou sua industrialização. De Getúlio herdamos as leis trabalhistas, as estatais, os partidos de âmbito nacional, e, de certa forma, até mesmo Juscelino, que continuou o trabalho de industrialização iniciado pelo gaúcho Getúlio Vargas. Ao homenagear Getúlio, não precisamos abandonar nosso senso crítico: afinal, durante grande parte do seu primeiro mandato chefiou uma feroz ditadura e perseguiu adversários, exilando Plínio Salgado em Portugal.<sup>826</sup>

---

824 *Diário da Câmara dos Deputados*, 26/08/2003, p. 40115.

825 *Diário da Câmara dos Deputados*, 17/07/2003, p. 33940.

826 *Diário da Câmara dos Deputados*, 26/09/2003, p. 50591.

Já ao tratar da trajetória de Leonel Brizola, recém-falecido em 22 de junho de 2004, Damasceno menciona a aliança realizada entre o líder trabalhista e o Partido de Representação Popular, o integralismo no pós-guerra - “Em 1958, o seu PTB histórico do Rio Grande uniu-se ao integralista Guido Mondin na campanha do Senado<sup>827</sup>”. Da mesma maneira, ao homenagear Cassiano Ricardo, Elimar Damasceno testifica a colaboração com Plínio Salgado no movimento modernista<sup>828</sup>, assim como ao reverenciar Gerardo Mello Mourão, ressaltaria a fase integralista do autor<sup>829</sup>, do mesmo modo como ocorreria ao tratar da biografia de João Cândido, líder da Revolta da Chibata<sup>830</sup>.

As homenagens de Elimar Damasceno às lideranças integralistas não se restringiriam apenas aos principais nomes da AIB, tampouco aos integralistas de uma só organização. Abel Rafael, do PRP de Minas Gerais, foi elogiado pela perseguição aos professores *marxistas* da Universidade de Brasília durante o regime militar<sup>831</sup>, em ato que seria, para Elimar Damasceno, reflexo ou decorrência direta de uma inspiração integralista.

Na homenagem a Raimundo Padilha<sup>832</sup>, também Deputado eleito pelo PRP de Plínio Salgado, Elimar Damasceno demonstra mais uma vez a filiação ao discurso da militância integralista, ao afirmar que o PRP havia sido criado por Raimundo Padilha, sob iniciativa própria e sem qualquer influência do antigo chefe nacional da AIB.

Dessa maneira, a filiação de Plínio Salgado ao PRP ocorreria posteriormente, contudo sem relação com o processo de formação da legenda em questão. No entanto, a historiografia sobre o tema demonstra a predominância do antigo *chefe nacional* integralista na formação do PRP<sup>833</sup>, de modo que o discurso militante sobre o fato foi articulado pelo próprio Plínio Salgado.

Elimar Damasceno mencionaria também José Loureiro Júnior<sup>834</sup>, membro da AIB, PRP e

---

827 *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/06/2004, p. 29426.

828 *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/01/2004, p. 1402.

829 *Diário da Câmara dos Deputados*, 30/01/2004, p. 2807.

830 *Diário da Câmara dos Deputados*, 03/09/2005, p. 43581.

831 Afirma Elimar Damasceno: “Notabilizou-se pelas firmes posições adotadas contra professores da Universidade de Brasília, logo após a Revolução de 1964, quando se pôs fim à anarquia que se instalava no Brasil. Identificado com os ideais integralistas, lutou acirradamente contra a predominância do pensamento marxista no ambiente universitário. Ofereceu-se de público para colaborar com o expurgo que julgava necessário no sentido de restabelecer a importância de valores como a defesa da pátria, a liberdade e a conduta cristã. Foi assim que o ex-Deputado Abel Rafael passou à história: como intransigente defensor da democracia e da liberdade, em um momento crucial da história do Brasil”. (*Diário da Câmara dos Deputados*, 08/12/2006, p. 54535).

832 *Diário da Câmara dos Deputados*, 13/12/2006, p.54963.

833 CALIL, Gilberto. *O Integralismo no Pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

834 *Diário da Câmara dos Deputados*, 14/11/2006, p. 50344.



sogro de Plínio Salgado. Em 2003, o deputado do Prona prestaria homenagem póstuma a Maria Amélia Salgado Loureiro, única filha do chefe nacional integralista, citando sua obra “Plínio Salgado, Meu Pai”<sup>835</sup>. Por fim, a penúltima comunicação do mandato de Elimar Máximo Damasceno, foi um discurso em homenagem a Gumercindo Rocha Dórea, militante integralista de longa data e criador da editora GRD, principal veículo de publicação de obras integralistas no período do pós-guerra (inclusive da obra de Maria Amélia Salgado) até os dias atuais<sup>836</sup>. Todavia, a exposição de Damasceno curiosamente priorizou uma outra peculiaridade da atividade de Gumercindo Rocha Dórea: o pioneirismo na publicação de obras de ficção científica no Brasil.

É necessário compreender que as exposições, homenagens e discursos de Elimar Damasceno sobre (e aos) os integralistas não eram apenas a rememoração de um movimento político (cívico e cultural) de um passado remoto e inalcançável, mas um evidente exercício de articulação política.

Conforme mencionado, os anos de 2003 e 2004 foram momentos de rearticulação neointegralista. Em 2004, foi realizado o *I Congresso Integralista para o Século XXI*<sup>837</sup>, que acabaria por contribuir para o surgimento de três organizações integralistas distintas, sendo que a de maior expressão é a *Frente Integralista Brasileira* (FIB), seguida pelo *Movimento Integralista e Linearista Brasileiro* e a *Ação Integralista Revolucionária*. Na realidade, o próprio Deputado do Prona esteve presente no evento, juntamente a outros representantes de grupos da direita radical brasileira, como a *União Nacionalista Democrática*, dirigida pelo advogado Antônio Rivas<sup>838</sup>.

Além do fato da FIB ser uma organização que pleiteava uma parcela do capital político do autoritarismo e conservadorismo brasileiro (ou simplesmente como principal célula do neofascismo no Brasil), a cooperação entre Elimar Damasceno e os neointegralistas foi impulsionada pela relação do deputado do Prona com seu assessor, Paulo Fernando Melo e Costa, dirigente de organizações *Pró-Vida* e também militante da Frente Integralista Brasileira.

Dessa maneira, a relação construída auxiliou a conferir um maior grau de independência do

---

835 *Diário da Câmara dos Deputados*, 01/08/2003, p. 36130.

836 cf. CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. A controversa trajetória das *Edições GRD* – entre as publicações nacionalistas de direita e o pioneirismo da ficção científica no Brasil. *Miscelânea/Unesp*, Assis, vol. 8, jul./dez., 2010, p. 208 – 222.

837 cf. CARNEIRO, Marcia Regina da Silva Ramos, *Op. Cit.*

838 Sob protestos de *punks*, Integralistas se reúnem. *O Estado de São Paulo*, 04/12/2004. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sob-protesto-de-punks-integralistas-se-reunem,20041204p33236>> (Acesso em 19 jan. 2016).

congressista à liderança centralizadora de Enéas Carneiro, que nunca se aproximou efetivamente dos *herdeiros do sigma*, além de ter sido inspirado sobretudo pelo nacionalismo autoritário de Getúlio Vargas (e de militares radicais, etc.), mas não de Plínio Salgado e o Integralismo de corte fascista.

Em contrapartida, ainda que não assumisse publicamente alguma filiação integralista, Elimar Damasceno foi uma espécie de representante dos camisas-verdes na Câmara, de maneira que a repercussão aos “pronunciamentos integralistas” foi imediato no *site* da FIB, que reproduziria a íntegra dos discursos “integralistas” do congressista do Prona<sup>839</sup>. Além disso, a organização neointegralista viria a elogiar o Prona como “única legenda digna de votos pelos brasileiros conscientes”<sup>840</sup>, embora lamentasse a condição diminuta da legenda.

A atuação parlamentar de Elimar Damasceno transitou principalmente entre o conservadorismo de inspiração integralista e cristã, a campanha pela completa criminalização do aborto, a crítica aos movimentos em defesas dos direitos civis dos homossexuais (criticando, inclusive, a utilização do arco-íris como símbolo LGBT<sup>841</sup>) e o apelo aos militares.

Em matéria de proposição de leis, esse quadro persistiu, embora tenha apresentado projetos como o PL 6431/2005, que instituiria o *Dia Nacional da Verdade* (1º de outubro). Dentre todas as setenta e sete proposições do deputado mais ativo do Prona, apenas uma delas foi aprovada: o PL 955/2003, que determinou a inscrição do nome de Francisco Manuel Barroso da Silva (Almirante comandante da Armada Brasileira na Guerra da Tríplice Aliança) no Livro Heróis da Pátria.

Seja na aproximação com integralistas, na grande quantidade de Projetos de Lei redigidos e

---

839 cf. Dep. Elimar Máximo Damasceno homenageia Miguel Reale <<http://www.integralismo.org.br/?cont=54&ox=12#.VrMocrIrIck>>; Dep. Elimar Máximo Damasceno homenageia Maria Amélia Salgado Loureiro <<http://www.integralismo.org.br/?cont=54&ox=14#.VrMoc7IrIck>>; Dep. Elimar Máximo Damasceno homenageia Gerardo Mello Mourão <<http://www.integralismo.org.br/?cont=54&ox=16#.VrModbIrIck>>; Dep. Elimar Máximo Damasceno homenageia os marinheiros <<http://www.integralismo.org.br/?cont=54&ox=19#.VrMod7IrIck>>; Dep. Elimar Máximo Damasceno homenageia Gumercindo Rocha Dórea <<http://www.integralismo.org.br/?cont=54&ox=20#.VrMoerIrIck>>; Dep. Elimar Máximo Damasceno homenageia Raimundo Padilha <<http://www.integralismo.org.br/?cont=54&ox=18#.VrMofbIrIck>>; Homenagem a Gustavo Barroso <<http://www.integralismo.org.br/?cont=54&ox=9>>; Homenagem a Plínio Salgado <<http://www.integralismo.org.br/?cont=54&ox=10#.VrMoiLrIck>>. (Acesso em 08 jan. 2016).

840 Lula e FHC: as duas faces de uma mesma mentira! *Frente Integralista Brasileira*. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/LULA%20E%20FHC.pdf>> (Acesso em 08 jan. 2016).

841 Para Elimar Damasceno, o arco-íris seria um símbolo de *origem sagrada* - “Verificamos, com bastante aflição, que, apesar dessa origem sagrada, o arco-íris vem sendo utilizado por grupos homossexuais em suas manifestações, que agridem a decência, a dignidade e os princípios morais e religiosos do mundo inteiro. Como aceitar tamanha iniquidade se, em diversas passagens da Bíblia, as práticas homossexuais são condenadas, em tudo contrárias aos preceitos divinos?” (*Diário da Câmara dos Deputados*, 05/09/2003, p. 43160).

apresentados, no relativo distanciamento ao *larouchismo* ou na relação com outros Deputados conservadores, essas dinâmicas indicam, além da existência de uma relativa mobilidade ideológica/discursiva do quadro parlamentar do Prona, a necessidade de Elimar Damasceno em se afastar da sombra política de Enéas Carneiro (e do *efeito Enéas*) de modo a criar uma trajetória política autônoma e independente, já que se candidataria à reeleição em 2006.

Ainda assim, Elimar Damasceno persistiria fiel à liderança de Enéas Carneiro. Indício dessa dinâmica foi a publicação da obra “Em defesa do Cristianismo, da Pátria, da Cultura e da Família”<sup>842</sup>, que reuniria discursos proferidos por Damasceno na Câmara dos Deputados. Apresentado por Enéas Carneiro, com prefácios dos deputados Severino Cavalcanti (PP, antigo presidente da Câmara) e Pastor Jorge (PTB), o término do texto compunha uma *nota de agradecimento* ao presidente do Prona - “Muito obrigado, Dr. Enéas, por tudo. Muito obrigado, Senhor, pela vida do professor Enéas”, afirmava Elimar Damasceno, em um misto de reverência política e clamor pelo reestabelecimento da saúde do presidente da legenda.

### 5.5 2006: o fim do Partido de Reedificação da Ordem Nacional

Em entrevista concedida ao *Programa do Jô* em 2006, Enéas Carneiro definia a saída de parte da bancada do Prona na Câmara dos Deputados como elemento de “uma grande depressão” pessoal. Citava, contudo, orgulho pela permanência de Elimar Damasceno, afirmando que o membro do Prona havia recusado propostas para mudar de legenda, inclusive com incentivos financeiros que o tornariam milionário caso aceitasse-as.

Sobre o desligamento de Irapuan Teixeira, Ildeu Araújo, Vanderlei Assis e Amauri Robledo Gasques, afirmava que a incapacidade de provar tal relação não implicaria a inexistência de razões financeiras para a mudança de partido. Subentende, então, que a razão não teria sido política, mas monetária. Enéas Carneiro criticou sobretudo as motivações apresentadas pelos antigos membros do Prona, pois versavam sobre um princípio fundamental do Prona, a autoridade centralizadora do presidente e fundador da legenda.

Naquela ocasião em que eles saíram, eu levei um murro [...] por que eu não esperava isso. E o argumento que eles usam aí, que eu sou um ditador, que eu queria que as coisas fossem feitas sempre do mesmo jeito, mas o que eu perguntava e pergunto: Meu Deus, quem convive comigo, sabe como eu sou. Esperou ser eleito para isso?<sup>843</sup>

---

842 DAMASCENO, Elimar Máximo. *Em defesa do Cristianismo, da Pátria, da Cultura e da Família*. Brasília: Centro de Documentação e Informação (Câmara dos Deputados), 2005.

843 cf. Enéas Carneiro – Entrevista em 2006 – Jô Soares. Disponível em: <<https://youtu.be/t3DhwbVGHdM>>

Na realidade, não somente os Deputados Federais haviam *desistido* da reordenação da nação brasileira sob liderança de Enéas Carneiro. Havanir Nimitz deixou o Prona em 2005 (em um mandato tímido, com apenas um projeto de Lei<sup>844</sup>) para filiar-se ao PSDB paulista. O maior impacto do mandato de Havanir Nimitz enquanto filiada ao Prona, foi uma leitura de carta redigida por Enéas Carneiro em 2003. Direcionada ao Presidente da República, o líder do Prona reafirmava, no texto, a necessidade da construção da bomba atômica<sup>845</sup>.

A estrutura partidária estava combalida, e a saúde de Enéas Carneiro inspirava cuidados. Ao se candidatar à reeleição para a Câmara dos Deputados, o presidente do Prona demonstrava, mediante sua propaganda via HGPE, receio quanto ao impacto político da perda da barba, decorrência do tratamento de saúde.

Miasmas pútridos emanam do congresso em Brasília, contaminando o ar da Metrópole. Mas o meu nome não exala odor mefítico, porque não chafurda no pântano da ignomínia. Meu nome nunca esteve ligado à imundície – por isso não aparece em lista alguma de deputados suspeitos de assaltarem o povo. Pela doença que tive, perdi minha barba. Sou Deputado Federal. Com barba ou sem barba, meu nome é Enéas, 5656!<sup>846</sup>

A preocupação de Enéas Carneiro quanto à possibilidade de perda do potencial político à condição de sua imagem era tamanha, que a sua propaganda política era encerrada com a projeção de sua própria imagem, com barba, de modo a comprovar que ele seria a mesma pessoa. Neste momento, entoava o bordão da derradeira campanha. “Com barba ou sem barba, meu nome é Enéas!”.

---

(Acesso em 17 dez. 2015).

844 PL 11757/2004, que dispunha sobre o atendimento especializado, nos estabelecimentos públicos de Saúde de São Paulo, às mulheres acometidas pela Tensão Pré Menstrual.

845 Havanir defende bomba atômica em discurso na Assembléia de SP. *Folha de São Paulo*, 01/04/2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u47590.shtml>> (acesso em 27 dez. 2015).

846 Enéas Carneiro – Horário Político 2006 – PRONA. Disponível em: <<https://youtu.be/TpXcn6WYoSs>> (Acesso em 12 jan. 2016).



Figura 19 – HGPE – Enéas Carneiro (2006)

Tal qual em 2002, a desistência de candidatura à presidência por Enéas Carneiro não proporcionou nenhuma alternativa de chapa majoritária do partido, tampouco apoio a alguma coalização entre legendas diversas. O Prona apresentou seis candidaturas aos governos estaduais<sup>847</sup> e cinco nomes ao Senado<sup>848</sup>.

No Rio de Janeiro, onde o Prona inicialmente lançaria a candidatura de Marcos Coimbra a governador, foi aventada a possibilidade de coligação com o PDT na candidatura para o governo estadual. O candidato do PDT, Carlos Lupi, afirmava que não haveria problemas na aliança (“O que nos une é o campo ético e o nacionalismo. O programa de governo será nosso, e a candidatura é nossa. Como dizia Vargas, apoio não se discute, se aceita”<sup>849</sup>). De qualquer maneira, a cooperação entre os partidos não se efetivou, e o Prona apoiou a candidatura de Sérgio Cabral Filho<sup>850</sup>, do PMDB.

847 Acre, José Aleksandro da Silva; Bahia, Tereza Cristina Baptista Serra; Minas Gerais, Fábio Novais Magalhães; Maranhão, João Melo e Sousa Bentivi; Pernambuco, Clóvis Corrêa de Oliveira Andrade Filho ; São Paulo, Ruy Renato Reichmann.

848 André Paulo Junges (Bahia); Luiz Carlos Barbosa Noleto (Maranhão); Pedro Correa Gondim (Pernambuco); Gleen David Schiaveto (Roraima); Robson Malek (São Paulo).

849 PDT e Prona estão perto de um acordo no Rio. *O Dia*, 29/06/2006. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1056036-EI6676,00-PDT+e+Prona+estao+perto+de+um+acordo+no+Rio.html>> (Acesso em 08 jan. 2016).

850 Prona desiste de lançar candidato a Governo do Rio. *Agência Rio de Notícias*. Disponível em: <<http://www.agenciario.com.br/materia.asp?cod=12202&codEdit=3#.VrgPW7IrIcl>> (Acesso em 10 jan. 2016).

A tentativa majoritária do Prona era, provavelmente, repetir o êxito eleitoral de 2002, com um novo *efeito Enéas*. Por São Paulo, foram lançados Enéas Carneiro, Elimar Damasceno, Adriano Benayon do Amaral e mais dez outros candidatos<sup>851</sup>, incluindo Luciano Enéas Nantes Soares, filho de Osvaldo Enéas Nantes Soares. No entanto, a façanha eleitoral de 2002 não foi repetida com sucesso. O Prona elegeu somente dois Deputados Federais.

Enéas Carneiro foi eleito com 386.905 votos (1,86%), um decréscimo considerável aos mais de um milhão e meio de votos em 2002. Garantiu a quarta colocação no estado de São Paulo, atrás de Paulo Maluf (PP), Celso Russomano (PP) e Clodovil Hernandes, do PTC. Obteve mais de 4% de votos nas seguintes cidades:

Município	Votos	%
Jardinópolis	782	5,091
Jaci	144	4,748
Paulínia	1776	4,703
São Joaquim da Barra	1098	4,617
Santa Gertrudes	440	4,519
Cândido Mota	724	4,374
Cordeirópolis	445	4,273
Cerqueira César	353	4,213
Sales Oliveira	220	4,173
Ibitinga	1062	4,125
São Manuel	832	4,11

Tabela 26 – Votação: Enéas Carneiro (2006)<sup>852</sup>

Em relação ao montante de votos, Enéas Carneiro obteve mais de dez mil votos apenas em três cidades paulistas, embora com baixos índices percentuais em todas elas: São Paulo (98.444 votos, 1.656% dos votos válidos), Guarulhos (11.482; 2,157%) e Campinas, com 10.098 votos, ou 1,961%.

No Rio de Janeiro, Suely Santana da Silva foi eleita Deputada Federal com 23.459 votos. Na campanha, a candidata *Srta. Suely* era apresentada ao lado de Enéas Carneiro, assim como havia ocorrido com Havanir Nimtz, em processos eleitorais anteriores.

A retórica e estilo de discurso de Enéas Carneiro foram reproduzidos também por Patrícia Freitas Lima - “Sou a candidata do doutor Enéas a Deputada Estadual. Meu nome é Patrícia! 56300”<sup>853</sup>, afirmava a Deputada Estadual em São Paulo, com 77.351 votos. Além de Patrícia

851 Dados: TSE – Cássia Regina de Jesus Martins; Catia Cristina Santos da Silva; Daisy Ferreira Netto; Felipe Augusto Correa; Geraldo Luiz Machado; Luciana de Almeida Costa; Luciano Enéas Nantes Soares; Marlene Marques da Silva; Nelson Vieira da Silva; Rejane Haluane Chaves.

852 Dados: TSE.

853 cf. PRONA – *Patrícia Freitas Lima – Horário Político Eleitoral*. Disponível em: <<https://youtu.be/D0By-jums3Q>> (Acesso em 07 jan. 2016).

Lima, o Prona elegeu os seguintes Deputados, nos respectivos estados: Rui Palmeiras, em Alagoas (21.752 votos); Wilson Lima, no Distrito Federal (8.983 votos); *Remidio da Amatur*, Roraima, 3.241 votos; e Édino Fonseca, no Rio de Janeiro, com 41.991.

Pastor pela *Igreja Assembleia de Deus*, Édino Fonseca migrou do Partido Social Cristão ao Prona em 2005, pelo qual havia sido eleito em 2002. Em 2003, apresentou o Projeto de Lei nº 717/2003, em que propunha a criação de um “programa de auxílio” às pessoas que voluntariamente optassem pela “mudança da homossexualidade”, ou seja, para aqueles e aquelas que quisessem *transformar-se* em heterossexuais. O projeto não foi aprovado.

Sob o número 56.123, a campanha de Édino Fonseca era destinada sobretudo ao eleitorado evangélico<sup>854</sup>, e apelava para tons messiânicos e teorias conspiratórias: “Conheça as 5 leis preparadas pelo Anticristo para destruir as Igrejas do Brasil: Deus preparou este homem para fazer a Resistência”, afirmava o material de campanha do Deputado eleito pelo Prona.

Por outro lado, a eleição não trouxe vantagens para os dois candidatos enunciadamente integralistas do partido. Dario Di Martino, que candidatou-se sob o número 56.500, foi o único candidato a Deputado Estadual pelo Prona no Rio Grande do Sul (no estado, o Prona apoiou Yeda Crusis, do PSDB). No HGPE, trajava camisas-verdes e afirmava “Quero Deus, Pátria e Família”. Conquistou 4.271 votos, 0,071% dos votos válidos. Em São Paulo, entre os 77 candidatos a Deputado Estadual, esteve Paulo Fernando Melo da Costa, 56567, também não eleito (1.954 votos, 0,009%). Na realidade, a não-eleição de Paulo Fernando da Costa foi um revés político também para a Frente Integralista Brasileira.

Na 1ª edição do jornal *4ª Geração*, anunciado como “Informativo Oficial da Frente Integralista Brasileira”, o grupo neointegralista informava não apenas o apoio à candidatura de Paulo Fernando, mas a todo o Partido de Reedificação da Ordem Nacional. No texto “FIB apoia o PRONA nas eleições de 2006”<sup>855</sup>, a adesão sustentava-se em razão da trajetória política da agremiação.

Uma agremiação que, contra tudo e contra todos, contra os canalhas de toda espécie que estão enquistados em todos os setores governamentais, ainda se bate pela defesa da pátria, pela honra e pela dignidade do povo brasileiro [...] Uma legenda que ainda tem coragem de criticar os efeitos nefastos do capital especulativo sem estar subordinada a superados devaneios marxistas. Um partido que ainda defende o trabalho honesto, o respeito à família e à religião, que luta pelo estabelecimento de uma nova ordem nacional. Esse partido é o PRONA.<sup>856</sup>

---

854 cf. MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: A participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.114.

855 FIB apoia o PRONA nas eleições de 2006. *4ª Geração*, ed. 1, agosto/2006, p. 15.

856 *Idem*.

No entanto, o apoio ao partido não mencionava Enéas Carneiro, mas sim o candidato Paulo Fernando (“verdadeiro homem integral”)<sup>857</sup>, membro da FIB, e Elimar Máximo Damasceno, que, para os neointegralistas, havia sido o único Deputado “que teve a coragem de fazer menção honrosa, no Congresso Nacional, ao integralismo e alguns de seus homens mais importantes”<sup>858</sup>. A aproximação política de Elimar Damasceno (ou a publicidade de uma relação previamente existente) surtiu efeito político para o deputado do Prona. No entanto, não foi capaz de reelegê-lo à Câmara, em Brasília. Obteve somente 1.567 votos.

Além de não repetir o *efeito Enéas* e ter diminuída a quantidade de Deputados Estaduais eleitos (em 2002, haviam sido doze candidatos eleitos), o projeto político de Enéas Ferreira Carneiro e de tantos outros militantes, intelectuais, colegas e simpatizes estava próximo ao fim. A tentativa em reordenar a nação, tornar o Brasil protagonista nas relações internacionais e efetivar um poder autoritário e conservador nos costumes, tradições e valores sociais, não se concretizou.

A cláusula de barreira, aprovada originalmente em 1995 e com previsão para vigorar a partir de 2006, previa que os partidos políticos pequenos (isto é, aqueles que não tivessem obtido 5% dos votos para Deputado Federal), teriam uma significativa diminuição no tempo de propaganda em rede nacional de TV e Rádio (dois minutos por semestre), além de um abrupto decréscimo do Fundo Partidário<sup>859</sup>.

Com a nova regra, 22 das 29 legendas partidárias existentes à época teriam que dividir cerca de 1% do Fundo Partidário (em 2006, um total R\$120 milhões). Na prática, a medida inviabilizaria a existência dos partidos pequenos, pois também impediria que essas agremiações indicassem titulares para comissões (CPI, inclusive), membros da Mesa Diretora, etc. Como o Prona obteve cerca de 1% dos votos em âmbito nacional, o destino era o ostracismo político.

A alternativa encontrada por diversos partidos, foi a fusão das siglas. O Partido dos Aposentados da Nação filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro. O Partido Popular Socialista, de Roberto Freire, estudava junção ao PMN (Partido da Mobilização Nacional) e ao Partido Humanista da Solidariedade, PHS, anteriormente denominado PSN.

Inicialmente, o Prona previa a fusão com outras três legendas: o Partido Liberal (PL), o

---

857 A Frente Integralista Brasileira continuaria apoiando as sucessivas disputas eleitorais de Paulo Fernando da Costa, inclusive na mais recente, quando candidato pelo PSDB.

858 *Idem*.

859 MATIAS, Andreza. STF derruba cláusula de barreira. *Folha de São Paulo*, 07/12/2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u87526.shtml>> (Acesso em 18 set. 2015).



Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) e o Partido Social Cristão, PSC<sup>860</sup>. No entanto, as negociações com o PTdoB e PSC não avançaram, fosse por questões burocráticas ou decisões das próprias legendas e suas hierarquias burocráticas. Por fim, restou a possibilidade de fusão entre PL e Prona – o primeiro, havia conquistado 4,4% dos votos, o segundo, 1%. Assim, a barreira dos 5% estaria solucionada.

No dia 26 de outubro de 2006, o PL e Prona firmaram o acordo de fusão, dando origem ao PR, o Partido da República. Ao definir a razão para o aceite da proposta, Enéas Carneiro afirmou que a direção do PL lhe havia prometido dezoito inserções semestrais de propaganda política em cadeia nacional de TV e Rádio. De acordo ao antigo presidente do Prona, e atual vice-presidente do PR: “Recebi o telefonema do senhor Valdemar Costa Neto na semana passada com o convite. Ele cedeu-me a oportunidade, que venho perseguindo há 17 anos, de ficar com 18 inserções por semestre”<sup>861</sup>.

A fusão, na realidade, era uma espécie de adesão do Prona ao PL. O PR não teria Enéas Carneiro na presidência do partido, o número da legenda seria o 22 – o mesmo do PL, assim como as cores e o leiaute do novo partido remetiam ao seu antecessor *liberal*.



Figura 20 – Símbolos partidários: PL/PR

De acordo com texto partidário sobre o processo de fusão/criação, afirma-se que o partido congregaria o *nacionalismo de Enéas Carneiro* e o *liberalismo social defendido por Álvaro Valle*, fundador e primeiro presidente do Partido Liberal<sup>862</sup>. No entanto, a perspectiva política

860 PR, partido resultante da fusão entre PL e PRONA, pede registro no TSE. *Tribunal Superior Eleitoral*. Disponível em: <<http://agencia.tse.jus.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=16109>> (Acesso em 12 jan. 2016).

861 BRAGON, Ranier; DELGADO, Malu. Fusão de PL e Prona gera o PR; PPS negocia com 2 “nanicos”. *Folha de São Paulo*, 27/10/2006. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2710200628.htm>> (Acesso em 27 dez. 2015).

862 PL e PRONA promovem fusão. *Partido da República*. Disponível em:

e ideológica do Prona não é factível nos textos fundadores do PR, como a *Apresentação* e o *Manifesto do Partido da República – PR*<sup>863</sup>.

Não é possível constatar, nesses documentos partidários, nenhuma menção ao “desaparecimento da autoridade” (sequer a expressão *autoridade*), assim como a única referência ao termo *desordem* é uma passagem sobre desordem urbana, divergente à acepção dada ao termo pelo Prona entre 1989 e 2006, inclusive no marco fundador do partido de Enéas Carneiro. Inexiste, também, qualquer definição do partido como uma agremiação nacionalista. Por fim, uma das primeiras deliberações do novo corpo partidário foi o apoio à eleição do Deputado Arlindo Chinaglia, do PT, à presidência da Câmara dos Deputados<sup>864</sup>, algo improvável a uma agremiação afeita à trajetória do Prona e, principalmente, de Enéas Ferreira Carneiro.

Ao fim de 2006, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da cláusula de barreira, após Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelos seguintes partidos: PDT, PSB, PV, PSC, PSOL, PRB e PPS<sup>865</sup>. Assim, a fusão (ou incorporação, utilizando termo mais coerente com o processo) do Prona ao PL foi em vão. De qualquer maneira, o Prona esteve, mais uma vez, ligado à trajetória de Enéas Carneiro, cuja última atividade legislativa havia ocorrido quando ainda era presidente nacional do Prona. Após o fim do Prona, a vida de Enéas Ferreira Carneiro também chegou ao fim.

No dia 06 de maio de 2007, o político e médico cardiologista veio a óbito em decorrência do agravamento da doença que o acometera meses antes. Na realidade, o tratamento não surtiu mais efeito, de modo que Enéas Carneiro decidiu por interrompê-lo e passar os últimos dias de vida em casa, junto aos seus familiares<sup>866</sup>. No velório, realizado no Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro, alguns colegas e ex-colegas estiveram presentes: Elimar Máximo Damasceno (PR), Havanir Nimitz (PSDB), Jair Bolsonaro (PP), Édino Fonseca (PR) e o antigo presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PCdoB)<sup>867</sup>. O corpo de Enéas Carneiro foi cremado.

---

<[http://www.partidodarepublica.org.br/partido/historia\\_do\\_pr.html](http://www.partidodarepublica.org.br/partido/historia_do_pr.html)> (Acesso em 16 jan. 2016).

863 *Idem*.

864 Cf. PL, PSC e PRONA anunciam apoio à Chinaglia. *Agência Estado*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1421396-5601,00-PL+PSC+E+PRONA+ANUNCIAM+APOIO+A+CHINAGLIA.html>> (Acesso em 12 jan. 2016).

865 MATAIS, Andreza. STF derruba cláusula da barreira. *Folha de São Paulo*, 07/12/2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u87526.shtml>> (Acesso em 12 jan. 2016).

866 SPITZ, Clarice. Ex-mulher diz que Enéas Carneiro preferiu morrer em casa. *Folha de São Paulo*, 07/05/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u91962.shtml>> (Acesso em 12 jan. 2016).

867 Cf. VICTOR, Dório. Políticos e parentes se despedem de Enéas. *G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL32526-5601,00-POLITICOS+E+PARENTES+SE+DESPEDEM+DE+ENEAS.html>> (Acesso em 17 jan. 2016).; Poucos políticos comparecem ao velório de Enéas no Rio. *Agência Estado*. Disponível:

A morte de Enéas Carneiro foi lamentada pelos veículos *larouchistas*. Em texto da *Executive Intelligence Review*, afirmam: “Brazil Loses a Patriot, The LaRouche Movement a Friend”<sup>868</sup>. Na mesma edição, foi reproduzida entrevistas com Enéas Carneiro, assim como uma trajetória política, ressaltando a intensa colaboração entre o líder do Prona com Lyndon LaRouche. Na realidade, a morte de Enéas Carneiro foi um provável golpe final à presença efetiva de LaRouche no Brasil. Desde 2004, o Movimento de Solidariedade Ibero Americana havia rompido com o antigo líder. Cumprindo a operação conspiracionista de LaRouche, a partir do momento que os membros do MSIa deixaram de estar sob os seus, o grupo passou a ser firmemente atacado e denunciado como membro de uma operação pró-terrorista de cunho *pró-nazi*<sup>869</sup>.

Em relação à vaga de Enéas Carneiro na Câmara, ela foi ocupada por sua suplente imediata, Luciana Castro de Almeida (Prona/PR), que havia conquistado 3.980 votos na eleição, permanecendo em segundo lugar da legenda. Em sua primeira participação no plenário, afirmou que buscaria representar o *Dr. Enéas*<sup>870</sup>. No entanto, a transmissão do capital político de Enéas Carneiro não obedeceu regras da Justiça Eleitoral, e foi objeto de disputa especialmente no pleito de 2008.

No Rio de Janeiro, Gabriela Guimarães Carneiro, filha de Enéas Carneiro, foi lançada candidata a vereadora, pelo Partido da Mobilização Nacional. Apresentava-se sob a inscrição *Gabriela Enéas*.<sup>871</sup> Havanir Nimitz, candidata a vereadora pelo Partido Trabalhista Cristão, repetiria o bordão habitual: “Meu nome é Havanir!”, também sem êxito eleitoral, com 8.081 votos<sup>872</sup>. No entanto, o caso mais pitoresco coube à candidatura de Enéas Filho, ou *Enéas Filho*.

Utilizando longas barbas, com cabelos curtos (raspados), óculos de grau de grande espessura, em HGPE com trilha sonora idêntica à de Enéas Carneiro (Quinta Sinfonia, de Beethoven), Luciano Enéas Nantes Soares apresentou candidatura a Vereador em São Paulo,

---

<[http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1534093-5601,00-](http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1534093-5601,00-POUCOS+POLITICOS+COMPARECEM+AO+VELORIO+DE+ENEAS+NO+RIO.html)

[POUCOS+POLITICOS+COMPARECEM+AO+VELORIO+DE+ENEAS+NO+RIO.html](http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1534093-5601,00-POUCOS+POLITICOS+COMPARECEM+AO+VELORIO+DE+ENEAS+NO+RIO.html)> (Acesso em 17 jan. 2016).

868 SMALL, Dennis & SMALL, Gretchen. Enéas Carneiro: Brazil Loses a Patriot, The LaRouche Movement a Friend. *Executive Intelligence Review*, 25/05/2007, p. 32 – 36.

869 SMALL, Dennis. LaRouche Blast Exposes Synarchist Pro-Terrorist Operation. *Executive Intelligence Review*, v. 31, n. 03, 23/01/2004, p. 58-61.

870 *Diário da Câmara dos Deputados*, 05/09/2007, p. 44501.

871 ISMAR, Isaac. Filha de Enéas é candidata a vereadora no Rio. *Terra*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2008/interna/0,,OI3224376-EI11874,00-Filha+de+Eneas+e+candidata+a+vereadora+no+Rio.html>> (Acesso em 18 jan. 2016).

872 Após desligar-se do Prona, Havanir Nimitz passou ao PSDB, PTC, PRB, PSD e, mais recentemente, PRTB, quando apoiaria a candidatura de Levy Fidelix à presidência, em 2014.

pelo Partido Trabalhista Nacional, sob o seguinte discurso: “Vou continuar o trabalho do meu pai. Para vereador, 19600. Enéas filho! 19600. Meu nome é Enéas Filho!”<sup>873</sup>.



Figura 21 – Enéas/Enéias Filho (2008)

Na realidade, *Enéas Filho* não era filho de Enéas Carneiro (pai de três mulheres), mas sim de Osvaldo Enéas Nantes Soares<sup>874</sup>, o *clone/sósia* de Enéas Carneiro, que havia sido vereador pelo Prona de São Paulo, mas entrado em litígio com o antigo mentor, além de tentado barrar a candidatura do *primeiro* Enéas em 2000.

Luciano Nantes, assim como seu pai, havia adicionado a *marca* Enéas posteriormente ao nome, após se filiar ao Prona. Com a repercussão da candidatura, *Enéas Filho* passou a utilizar a grafia *Enéias Filho*, mas, ainda assim, a situação gerou reclamações da família de Enéas Carneiro, assim como de Havanir Nimtz<sup>875</sup>. A partir de 2012, *Enéas Filho* utiliza o nome *Luciano Enéas*, de modo a evitar complicações legais. Persiste filiado ao PTN.

Além das tentativas pessoais em emular o estilo de linguagem e retórica de Enéas Carneiro, algumas investidas buscam reativar a legenda partidária fundada em 1989. Em meados de

---

873 O falso filho de Enéas Carneiro. Disponível em: <><https://youtu.be/T67FLtUBfw8> (Acesso em 12 jun. 2015).

874 Enéas Filho, candidato a vereador em SP, não é filho do ex-deputado Enéas Carneiro. *O Globo*, 01/09/2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2008/eneas-filho-candidato-vereador-em-sp-nao-filho-do-ex-deputado-eneas-carneiro-5006995>> (Acesso em 12 jan. 2016).

875 FARIAS, Ivy. SP: candidato sósia se diz filho de Enéas na TV. *Terra*. 21/08/2008. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2008/interna/0,,OI3123192-EI11879,00-SP+candidato+sosia+se+diz+filho+de+Eneas+na+TV.html>> (Acesso em 12 jan. 2016).

2012, houve a primeira tentativa de refundação do Partido de Reedificação da Ordem Nacional, mas que esteve restrito aos meios virtuais e redes sociais na Internet<sup>876</sup>.

A partir de 2015, um grupo liderado pelo sindicalista Marcelo Vivório (ex-PTN e ex-PRTB), sem nenhuma ligação efetiva com o Prona de Enéas Carneiro, busca rearticular a sigla. Segundo reportagem publicada sobre a reorganização, teriam apoio de Havanir Nimtz, que teria interesse em juntar-se à sigla e auxiliar no trâmite necessário<sup>877</sup>.

No entanto, embora exista a tentativa da linearidade histórica expressa nas cores e sigla partidária, os grupos são diversos, assim como a própria legenda. Em vez de Partido de Reedificação da Ordem Nacional, o novo partido, caso consiga o registro definitivo, será denominado como Partido da Reedificação da Ordem Nacional. De qualquer modo, essa questão pode ser um mero detalhe relacionado às exigências eleitorais (registro, burocracia, etc.).

Com Estatuto publicado no *Diário Oficial da União*<sup>878</sup>, o grupo se articula, dentro de suas limitações, em busca das assinaturas necessárias para o processo de legalização. Para tal, utilizam o *website* e as chamadas *fanpages* no Facebook<sup>879</sup> como canal de divulgação. Embora homenageiem Enéas Carneiro e o corpo político do Prona entre 1989 e 2006, o grupo nega a condição de extrema-direita (condição que na realidade nunca foi assumida pela agremiação original) à sigla: “O Novo Prona é um partido criado com o objetivo de Resgatar a Ordem Pública no nosso país e garantir os direitos do povo brasileiro. Não é mais um partido de extrema direita, mas é um partido intransigente com as questões relacionadas ao dinheiro público e a corrupção”<sup>880</sup>.

Além dos meios tradicionais da política, as redes sociais nos meios virtuais auxiliam ao processo de conservação da memória de Enéas Carneiro e do Prona, estabelecendo um fio condutor entre a memória militante (ou a memória da própria organização) e os saudosistas do Prona (e especialmente de seu falecido líder), fossem antigos eleitores ou jovens que não vivenciaram a experiência política do Prona.

Nesse sentido, a mais nova geração da direita brasileira tem Enéas Carneiro como uma espécie de guardião da moral conservadora, retidão política, nacionalismo autoritário e

---

876 Cf. CALDEIRA NETO, Odilon. A direita que se (re)cria: AIB, Arena e PRONA. *Boletim do Tempo Presente*, n. 4, 2013, p. 1-19.

877 PEROSA, Teresa. O Prona vai voltar. *Época*, 30/03/2015. Disponível em:

<<http://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2015/03/o-prona-vai-voltar.html>> (Acesso em 18 jan. 2016).

878 Partido da Reedificação da Ordem Nacional – Estatuto. *Diário Oficial da União*, Seção 3, 09/02/2015, p. 167-168;

879 <<http://www.prona.org.br>> <<http://www.facebook.com/novoprona>>.

880 Novo Prona. Disponível em: <<http://prona.org.br/novo-prona/>> (Acesso em 18 jan. 2016).

autoridade intelectual. De certo modo, Enéas Carneiro (e o Prona) permanecem vivos, como uma espécie de líder providencial que o Brasil não fez por merecer, ou não soube compreender.

## Considerações Finais

Entre 1989 e 2006 (ou 2007, caso situado em torno de Enéas Ferreira Carneiro), o Prona foi uma das principais e diminutas organizações políticas do radicalismo de direita no Brasil surgidas após o fim do regime militar. No âmbito das agremiações partidárias, a legenda fundada por um médico cardiologista, seus colegas de profissão, vizinhos e amigos íntimos, tornou-se, ao passar dos anos e de seu *amadurecimento* político, a principal e impactante imagem que parcelas significativas da sociedade brasileira buscavam esquecer: autoritarismo, elitismo, conservadorismo, militarismo, e assim por diante. Mais que um espectro que rondava o Brasil, o Prona era uma espécie de gigante letárgico de um passado não distante.

Afinal de contas, em uma sociedade em que até poucos anos antes concordava em torno de um aparente consenso sobre as benesses da democracia brasileira, assim como em relação ao mito de resistência uníssona aos desmandos ditatoriais de militares (auxiliados por civis ainda presentes e influentes no Brasil do século XXI), como explicar o crescimento eleitoral de Enéas Carneiro, Havanir Nimitz e demais correligionários do Partido de Reedificação da Ordem Nacional?

Apressada e ironicamente, parcela significativa da chamada opinião pública projetou o Prona tal qual um inimigo externo, assim como a própria legenda fez em momentos diversos de sua história. Oriundo do mimetismo das perigosas crescentes ondas políticas na Europa? Reencarnação do também franzino líder integralista dos anos 1930? Pouco importava a fundamentação. As explicações alçavam o Prona nos colos dos desavisados. Em última instância, o Prona não era fruto e representação de parcela da sociedade brasileira, a mesma que momentos antes havia sustentado um regime autoritário.

Por um lado, é evidente que o declínio do regime militar partiu também da profunda resistência de setores da sociedade brasileira. Mas as reminiscências do autoritarismo, do militarismo, de uma visão desigual entre homens e mulheres foi de fato um consenso absoluto em termos de desfecho? É provável que não. Embora o *cacareco*, o voto de protesto, o chiste eleitoral podem ter auxiliado em alguma (ou grande) medida à crescente eleitoral do Prona e em especial de Enéas Carneiro, ao longo desse trabalho foi possível observar a existência de um intenso processo de articulações políticas, fundamentações ideológicas e criação de um projeto político relativamente estruturado.

O Prona surgiu, de fato, sob tons amadorísticos. Constatou-se a inexistência de articulações políticas precedentes e efetivas à fase embrionária do partido liderado por Enéas Carneiro.

Mas ainda em 1989, a partir do discurso conservador e moralizante daquele que teimava em dizer o próprio nome, existe um intenso e profícuo processo para a organização política em questão. Para os correligionários, entusiastas e intelectuais mais dedicados, o Prona não era uma galhofa política, mas um efetivo veículo de promoção e defesa das ideias de um nacionalismo autoritário, do nacional desenvolvimentismo, ou mesmo para a promoção de um novo desenho da economia globalizante ou das Relações Internacionais.

A mensagem que Enéas Carneiro buscava transmitir era clara: não era necessário refundar o Brasil, buscar novas bases da cultura nacional ou imaginar uma nova elite (não política, evidentemente). Tampouco seria necessário olhar para além dos limites do Estado-nação, ao menos em um primeiro momento. A razão para o sucesso brasileiro estava definida, sua condição também, seu potencial gerador de autonomia nacional era evidente. Bastava, para isso, reordenar a nação, adequar as peças, agregar os órgãos em torno de um procedimento harmônico. O conservadorismo com olhos ao futuro seria a ferramenta ideal para cumprir o destino manifesto nacional, sob os auspícios de uma posição prona em plano institucional.

Longe de mero tradicionalismo estanque em um passado distante e idealizado, assim como afastado ideologicamente de um elemento palingenético de *refundação* gloriosa da nação brasileira, a reconstrução nacional era elemento plausível e exequível, justamente por que presente em proximidade temporal, que transitava entre o passado pessoal de Enéas Carneiro, mas também de algumas práticas e valores autoritários mais próximos.

Entre 1989 e 2006, o Prona vivenciou três principais fases. A primeira delas, que desencadeou o processo eleitoral de 1994, decorreu do panorama iniciado em 1989. Enéas Carneiro era, talvez, o mais nacionalista das alternativas nacionalistas, ou então o mais autoritário dentre as opções do nacionalismo autoritário em perspectiva eleitoral. Em contraste ao passado nacional pouco lembrado (ou efetivamente silenciado e minimizado), o Prona constituía o objeto vivo de um outrora não distante. Isso explica, em grande medida, as razões da aproximação dos intelectuais e militantes diversos ao partido na antessala das eleições de 1994.

A segunda fase coube ao contexto internacional. Aquele partido que não se encaixava efetivamente ao modelo internacional que lhe impunham, tampouco a uma determinada ideologia política do entreguerras, aproxima-se de uma corrente política que também negava essas duas categorias. A cooperação ou filiação *larouchista* não marca somente a radicalização do discurso político, do nacionalismo econômico em dimensão cooperativa transnacional, ou mesmo do aprofundamento do elemento conspiracionista, mas também da



noção de pertencimento a uma grande dinâmica de enlances internacionais, da Argentina à Rússia, do Brasil aos EUA. Isso decorre também da percepção da agremiação (ou de seu principal líder) em torno da *certeza* de uma eminente vitória eleitoral, após o vantajoso terceiro lugar conquistado em 1994.

O fracasso consumado, proporcionalmente inverso às ambições partidárias, propulsionou a terceira e derradeira fase, quais seriam as novas investidas eleitorais. De partido (pre)destinado a eleger o futuro Presidente da República, o Prona constituiu uma bancada parlamentar que não somente persistiu em seus referenciais políticos anteriores (o nacionalismo autoritário e o *larouchismo* internacional), mas também se inseriu nas relações com as correntes conservadoras existentes na Câmara dos Deputados e na política parlamentar brasileira. Além disso, esse momento marca a aproximação do Prona com outras expressões do radicalismo político, notadamente algumas expressões neofascistas.

No entanto, as disposições políticas – e o falecimento de Enéas Carneiro – incapacitaram a projeção do Prona como uma espécie de partido neofascista. Na realidade, essa possível aproximação não demonstra necessariamente o caráter fascista da agremiação, de modo que a relação política não predisponha a aceitação da totalidade de um corpo ideológico das partes envolvidas. Embora alguns traços de similaridade existiam desde 1989 e se acentuam com o passar dos anos, o mais impactante foi o processo da congregação de diversas tendências da direita brasileira ao redor do projeto político iniciado em 1989.

Isso demonstra, mais uma vez, que o Prona não era algo descolado da realidade ou fundamentalmente anacrônico, tampouco alguma espécie mimética de agremiações políticas europeias. Da mesma maneira, afirmar que a legenda liderada por Enéas Carneiro tratava-se de simples e inequívoca expressão (neo)fascista, acaba por dificultar a inteligibilidade do quadro histórico proporcionado não somente pela própria agremiação, mas também as diversas tendências da direita radical brasileira nesse espaço de tempo, assim como suas interações orbitantes ao Prona.

Compreender o Partido de Reedificação da Ordem Nacional auxilia-nos, talvez, em entender o porquê da persistência ou aumento das manifestações antidemocráticas mais recentes, que vez ou outra elogiam Enéas Carneiro e demonstram que o Prona surtiu algum efeito político, a despeito de toda a perplexidade que o rodeava (ou das tentativas de compreender a questão como mera galhofa eleitoral). Entre o passado e o futuro, o presente autoritário não foi uma simples mácula espectral, mas a incômoda e insistente presença.

## Fontes e Bibliografia

- **Arquivos e Centros de Documentação**

Centro de Documentação e Informação  
Câmara dos Deputados (Brasília, DF / *online*)  
<http://camara.gov.br>

Movimento de Justiça e Direitos Humanos (Porto Alegre, RS)  
Fundo MJDH, Série 02, Sub série 02.4, Caixa 09.

Digital Archive of Latin American and Caribbean Ephemera (Princeton)  
<http://iae.princeton.edu>

FGV-CPDOC (Rio de Janeiro, RJ/*online*)  
Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro  
<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

“Arquivo Prona Doutor Eneás” / “EneasTV” (*Online*)  
<https://www.youtube.com/user/EneasTV>

- **Sites\***

### **Partidos Políticos / Organizações**

Associação Deus, Pátria e Família - <http://planeta.terra.com.br/noticias/integralismo/>

Frente Integralista Brasileira – <http://integralismo.org.br>

Instituto Schiller – <http://schillerinstitute.org>

Movimento de Solidariedade Iberoamericana – <http://msia.org.br>

*Movimento internazionale per i Diritti civili – Solidarietà* - <http://movisol.org>

*Solidarité & progrès* – <http://solidariteetprogres.org>

Partido da República – <http://partidarepublica.org.br>

Partido Democrático Trabalhista - <http://pdt.org.br> | <http://pdt-rj.org.br>

---

\* Obs.: último acesso em 17 jan. 2016. No caso do *site* do Prona [prona.org.br], o endereço atualmente remete à mais atual tentativa de refundação da legenda. No caso do partido existente entre 1989 e 2006, esse mesmo endereço foi acessado mediante ferramenta de navegação retroativa em *websites* resguardados via *Internet Wayback Machine* [cf. <http://wayback.archive.org>].

Partido Popular de La Reconstrucción - <http://ppreconstruccion.com>

## **Prona**

Partido de Reedificação da Ordem Nacional – <http://prona.org.br>

Brasil Soberano (Marcos Coimbra) – <http://brasilsobrano.com.br>

Partido da Reedificação da Ordem Nacional - <http://prona.org.br> | <http://fb.com/novoprona>

- **Publicações Periódicas** (*Periódico, Local, Ano*)

### **Publicações Periódicas: Neointegralismo, Militares**

<i>Avante!</i>	1999					
<i>Informativo CEDI</i> (Rio de Janeiro)	2000					
<i>Ombro a Ombro</i> (Rio de Janeiro)	1988	1990	1991	1992	1993	1994

### **Publicações Periódica: Lyndon LaRouche / *larouchismo***

<i>Boletim MSIA</i> (Rio de Janeiro)	1995					
<i>Executive Intelligence Review</i> (Leesburg, Virginia)	1978 1992 1998	1983 1993 1999	1986 1994 2002	1988 1995 2004	1989 1996 2007	1991 1997
<i>Fidelio</i>	1993					
<i>Fusión</i>	1987					
<i>New Solidarity</i>	1978					
<i>Resumen Electrónico de EIR</i>	2002					
<i>The New Federalist</i>	1991					

### Publicações Periódicas (imprensa em geral)

<i>Correio Braziliense</i> (Brasília)	1983	1989				
<i>Folha de São Paulo</i> (São Paulo)	1971 2002	1989 2006	1994 2007	1997 2013	1998	2000
<i>Hoje em Dia</i> (Belo Horizonte)	1989					
<i>Hora do Povo</i> (São Paulo)	2013					
<i>O Dia</i> (Rio de Janeiro)	2006					
<i>O Estado de São Paulo</i> (São Paulo)	1987 2004	1989	1990	1994	2001	2002
<i>O Globo</i> (Rio de Janeiro)	1986	1987	1994			
<i>Jornal do Brasil</i> (Rio de Janeiro)	1991 1998	1992 2000	1993 2001	1994 2002	1995	1997
<i>Jornal do Commercio</i> (Recife)	1997					
<i>Jornal do Commercio</i> (Porto Alegre)	1989					
<i>Jornal da Tarde</i> (São Paulo)	1988					
<i>Tribuna da Imprensa</i> (Rio de Janeiro)	1994	1998				
<i>Última Hora</i> (Rio de Janeiro)	1983	1988				
<i>Última Hora</i> (Porto Alegre)	1989					
<i>Monitor Mercantil</i>	2002					
<i>Revista IstoÉ</i>	1998	2002				
<i>Revista Época</i>	1998	2006				
<i>Revista Veja</i>	1980	1988	2002			

### Publicações Periódicas: internacionais (imprensa em geral)

<i>Clarín</i> (Buenos Aires, Argentina)	2001
---	------

Le Monde (Paris, França)	2012
<i>Los Angeles Times</i> (Los Angeles, EUA)	1986
<i>Página 12</i> (Buenos Aires, Argentina)	2009
<i>The New York Times</i> (Nova York, EUA)	1989 2002
<i>The Washington Post</i> (Washington, EUA)	1985

- **HGPE, Debates e Entrevistas**

1989: Youtube [<http://youtu.be>]

1994: Youtube [<http://youtu.be>]; Instituto Fernando Henrique Cardoso [<http://ifhc.org.br>]

1998: Youtube [<http://youtu.be>]; Instituto Fernando Henrique Cardoso [<http://ifhc.org.br>]

2000: Youtube [<http://youtu.be>]

2002: Youtube [<http://youtu.be>]

2004: Youtube [<http://youtu.be>]

2006: Youtube [<http://youtu.be>]

- **Dados Eleitorais**

Tribunal Superior Eleitoral [<http://tse.jus.br>]

Tribunal Regional Eleitoral (SP) [<http://tre-sp.jus.br>]

- **Pronunciamentos, Discursos e Proposições parlamentares**

Diário Oficial de União	1989					
Diário da Câmara dos Deputados	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Diário do Congresso Nacional	1982	1991	1992	1993	1994	
Diário da Assembleia Nacional Constituinte	1988					

- **Bibliografia: Prona**

AMARAL, Adriano Benayon do. A Globalização das transnacionais: a relação centro-periferia. In: Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas (org.). *A causa nacional: o futuro da nação brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 1998, p. 121 – 133.

BENAYON, Adriano. *Globalização versus Desenvolvimento*. São Paulo: escrituras, 2005.

CARNEIRO, Enéas Ferreira (org.). *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1994.

CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O Brasil em Perigo!*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Enéas Ferreira Carneiro Ltda., 1996.

CARNEIRO, Enéas Ferreira. *O eletrocardiograma: dez anos depois*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1987.

CARNEIRO, Enéas Ferreira. *Um Grande Projeto Nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1998.

DAMASCENO, Elimar Máximo. *Em defesa do Cristianismo, da Pátria, da Cultura e da Família*. Brasília: Centro de Documentação e Informação (Câmara dos Deputados), 2005.

MARTINO, Dário Di. *É proibido!*. Porto Alegre: edição do autor, 2005.

SILVA, Roberto Gama e. A hiléia e a ocupação racional da Amazônia. In: CHAVES, Francisco Rego et. al. *A questão mineral da Amazônia: seis ensaios críticos*. Brasília: CNPq, 1987.

SILVA, Roberto Gama e. *A quinta-coluna no setor mineral: o entreguismo dos minérios*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1988.

SILVA, Roberto Gama e. Minerais e constituição. In: GUERREIRO, Gabriel et. al. *Constituinte: A nova política mineral*. Brasília: CNPq, 1988.

SILVA, Roberto Gama e. *Olho grande na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

SILVA, Roberto Gama e. São mesmo nossos os minerais não-energéticos?. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1987.

SOUZA, Lenine Madeira de; FILHO, Salvador Borges & CARNEIRO, Enéas Ferreira. A hipertensão arterial na cidade do Rio de Janeiro. *Revista da SOCERJ*, Vol. 1, nº 1, junho 1988,

p. 05-14.

VIDAL, J. W. BAUTISTA. De estado servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

VIDAL, J. W. BAUTISTA. O esfacelamento da nação. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 15.

- **Bibliografia: Lyndon LaRouche (*larouchismo*)**

*A Doutrina LaRouche para as Américas*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 2002.

A Educação Clássica para um novo Renascimento. Rio de Janeiro: Movimento de Solidariedade Ibero-Americana, 1999.

A integração ibero-americana: cem milhões de novos empregos no ano 2000. Sociedade Brasileira de Economia Física. Rio de Janeiro: Século 21, 1988.

ESCLUSA, Alejandro Peña. *Cómo salvar a Venezuela del castro-comunismo*. Caracas: Fuerza Productiva, 2005.

\_\_\_\_\_. Alejandro Peña. *Hagamos de Venezuela una potencia industrial* (Programa de Gobierno). Caracas: Partido Laboral Venezolano, 1998.

GLAZYEV, Sergei. *Genocide: Russia and the New World Order (A Strategy for Economic Growth on the Threshold of the 21st Century)*. Washington: Executive Intelligence Review, 1998.

HAMILTON, Alexander. Relatório sobre as manufaturas. Rio de Janeiro: Movimento de Solidariedade Ibero americana, 1995.

LAROUCHE, Lyndon H. *Então, queres aprender economia? Um texto de economia física elementar*. Porto Alegre: Movimento de Solidariedade Ibero-americana, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Ciência da Economia Cristã*. Porto Alegre: Movimento de Solidariedade Ibero-americana, 1998.

\_\_\_\_\_. *Não há limites para o crescimento*. Rio de Janeiro: Dois pontos ed., 1986.

\_\_\_\_\_. *Nem Kissinger, Nem Castro!: Operação Juarez é a única saída para a crise da dívida*. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1986.

\_\_\_\_\_. O Governo Mundial: A perversão de Bertrand Russell e H.G. Wells. Rio de Janeiro: MS1a, 1999, p. 17.

\_\_\_\_\_. *Operación Juarez. Informe especial de Executive Intelligence Review*, 1985.

\_\_\_\_\_. *The are No Limits to Growth*. Nova York: New Benjamin Franklin House, 1983.

\_\_\_\_\_. *The Road to Recovery*. Leesburg, Virginia: LaRouche's committee for a New Bretton Woods, 1999.

*Narcotráfico SA: La Nueva Guerra del Opio*. Nova York: The New Benjamin Franklin House, 1985.

*O complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações da Ibero-América*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 1997.

- **Bibliografia: Integralismo**

BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*. Vol. 2. Porto Alegre: Revisão Editora, 1991.

\_\_\_\_\_. *Integralismo e Catolicismo*. Rio de Janeiro: ABC, 1937.

\_\_\_\_\_. *O quarto Imperio*. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1935.

SALGADO, Plínio. *Psycologia da Revolução: revista e enriquecida de novas anotações e um prefácio do autor*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

- **Bibliografia: Movimento Nativista**

Brasil Acima de Tudo. *Movimento Nativista*, 1994.

- **Bibliografia: Relatórios**

Anti Defamation League International Report – Latin America – The LaRouche Network in Latin America. Nova York: ADL, January, 1998.

KRISCHKE, Jair. A Extrema-direita americana no Brasil: ideologia, organização e práticas dos Larouchistas – a organização LaRouche. In: MILMAN, Luis (org.). *Ensaio sobre o Antisemitismo Contemporâneo: dos mitos e da críticas aos tribunais*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 75-91.

U.S. LABOR PARTY. *The Heritage Foundation Instituion Analysis*. n. 7, June, 1978.



## Bibliografia Geral

ACCIOLY, Inny Bello & SANCHEZ, Celso. Antiecológismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 25, p. 97-108, jan/jun, 2012.

ALBANESI FILHO, Francisco Manes (org.). *50 anos de história da cardiologia do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SOCERJ, 2005, p. 15.

ALMEIDA, Alexandre de; Costa, Márcia Regina da. Os Skinheads brasileiros e os movimentos nacionalistas contemporâneos. In: Lustosa, Rogério V. (Org.). *À Direita da Direita*. Goiânia: Editora PUC-GO, 2011.p. 253.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 2014.

ANTÓN-MELLÓN, Joan. El Eterno Retorno. ¿Son fascistas las ideas-fuerza de la Nueva Derecha Europea (ND)? *Foro Interno*, 2011, 11, 69-92.

ARAUJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e Revolução: O integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 130.

\_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASCENSO, João Gabriel da Silva. A redenção cósmica do mestiço: inversão semântica do conceito de raça na Raza cósmica de José Vasconcelos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 294-315, jul.-dez., 2013.

BALE, Jeffrey M. Political paranoia v. political realism: on distinguishing between bogus conspiracy theories and genuine conspiratorial politics. *Patterns of Prejudice*, Vol. 41, No. 1, 2007.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

BARBOSA, Rafaela Aparecida Emetério Ferreira. *Cláusula de barreira: Uma análise da jurisprudência do STF a partir da Constituição Federal de 1988*. Monografia (Escola de Formação). Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 40 fls., 2008.

BARBOSA, Ricardo. *Schiller & a Cultura Estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BARKUN, Michael. *A culture of Conspiracy: Apocalyptic Visions in Contemporary America*.

Los Angeles: University of California Press, 2003.

BARRETO, Carlos Alberto Lima Menna. *A farsa ianomâmi*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

BASTOS, Elide Rugal. Paulo Augusto Figueiredo e o pensamento autoritário no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo et. al. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BECKENKAMP, Joãozinho. *Entre Kant e Hegel*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BENOIST, Alain de. *Nova Direta Nova Cultura: antologia críticas das ideias contemporâneas*. Lisboa: Casa do Livro Editora, 1981.

BERTONHA, João Fábio & CALDEIRA NETO, Odilon. Fascismos e fascistas em comparação: Gustavo Barroso, Adrien Arcand e o antissemitismo no Brasil e no Canadá no entreguerras. *História e Perspectivas* (53): 371-400, jan./jun. 2015.

BERTONHA, João Fábio. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre a solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. *Rev. Bras. polít. int.*, v. 43, n. 1, jan./jun, 2000.

BIANCHI, Álvaro. O conceito de Estado em Max Weber. *Lua Nova*. São Paulo, n. 92, 2014, p. 79-104.

BIAZOTTO, Thiago Amaral. “Vote no fim da desordem!”: O edifício político-ideológico do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006). *História e-história*. Disponível em: <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=476>> (acesso em 26 mar. 2015).

BITTENCOURT, Fábio Lucena Pereira de. *Nas águas do contrabando: naufrágio do Almirante Gama e Silva*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1983.

\_\_\_\_\_. *Nas águas do contrabando*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1983.

BLAMIRE, Cyprian P. & JACKSON, Paul. *World fascism: a historical encyclopedia*. Santa Barbara: ABC Clio, 2006.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANDALISE, Carla. Europes des Patries: históricao da extrema direita Européia. *Rev. Cena Int.* 7 [1]: 50-82, 2005.

BRIONES, Álvaro. El neofascismo en America Latina. *Problemas del Desarrollo*. México, N° 23, Ano VI, Agosto – Outubro de 1975, pp. 25-50.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: Ação política, ideologia e representação. *Rev. Inst. Est. Bras.*, 40: 69-89, 1996.

CALDEIRA NETO, Odilon. A direita que se (re)cria: AIB, Arena e PRONA. *Boletim do Tempo Presente*, n. 4, 2013, p. 1-19.

\_\_\_\_\_. Integralismo contemporâneo ou Neointegralismo? Sobre a viabilidade e possibilidades de uma definição. BOHOSLAVSKY, Ernesto & ECHEVERRÍA, Olga (Org.). *Las derechas en el cono sur, siglo XX*. Los Polvorines: Instituto del Desarrollo Humano, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2014, p. 82-113.

\_\_\_\_\_. O Neointegralismo e a questão da organização partidária. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 6, No18, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. *Sob o signo do sigma: integralismo, neointegralismo e o antissemitismo*. Maringá: EdUEM, 2014.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1964)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Integralismo no Pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discurso de celebração da 'Revolução de 1964'. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, São Paulo, dez-2011.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese de doutorado (História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Reforma agrária: de eleições a eleições. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 31, São Paulo, set./dez, 1997.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. A controvertida trajetória das *Edições GRD* – entre as publicações nacionalistas de direita e o pioneirismo da ficção científica no Brasil. *Miscelânea/Unesp*, Assis, vol. 8, jul./dez., 2010, p. 208 – 222.

\_\_\_\_\_. Rapsódia verde: as comemorações do jubileu de prata integralista e a manutenção de seu passado/presente (1957-1958). *Revista Brasileira de História*, v. 31, nº 61, p. 145-165, 2011.

COELHO, Aristides Pinto. *Nos confins dos Três Mares... a Antártida*. Rio de Janeiro: BIBLEX, 1983.

\_\_\_\_\_. *O que você deve saber sobre Energia Nuclear*. Rio de Janeiro: CNEN, 1977.

COHEN, Claudio & BUCCI, Daniela. A doação compulsória de órgãos e os prisioneiros condenados à morte: uma análise sob o ponto de vista da bioética. *Rev. Bioética*, 19(2), 2011, p. 383-396.

COHN, Norman. *A conspiração mundial dos judeus: mito ou realidade?*. São Paulo: Ibrasa, 1969.

Conversão de usinas nucleares em usina à gás natural: desfazendo a desinformação. *Associação Brasileira de Energia Nuclear*, Rio de Janeiro, Maio de 1990. Disponível em: <[http://www.iaea.org/inis/collection/NCLCollectionStore/\\_Public/22/016/22016667.pdf](http://www.iaea.org/inis/collection/NCLCollectionStore/_Public/22/016/22016667.pdf)> (Acesso 07 dez. 2015).

COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém: Editora Universitária UFPA, 1992, p. 32.

COSTA, Márcia Regina da. *Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo: MUSA, 2000.

COUTINHO, João Pereira. *Conservadorismo*. Lisboa: D. Quixote, 2014.

CRUZ, Natalia dos Reis. Do humanismo à intolerância. As contradições do discursos integralista. *História Unisinos*, 10(3): 344-351, Setembro/Dezembro, 2006.

DEUTSCH, Sandra McGee. *Las Derechas: Extrema derecha em la Argentina, Brasil y Chile (1890-1939)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005. p. 404.

EARP, Fábio S. Sá. et. al. *A questão mineral na Constituição de 1988*. Brasília: CETEM/CNPq, 1988, p. 43.

FAUSTO, Bóris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FELDMAN, Matthew. Lyndon LaRouche, neo-fascism, coded anti-Semitism, and the Jeremiah Duggan Case. *Holocaust Education & Archive Research Team*. Disponível em: <<http://www.holocaustresearchproject.org/essays&editorials/duggan2.html>> (Acesso em 28 dez. 2014).

FERREIRA, Luiz Guilherme Martins. *Os discursos da direita no pós-redemocratização; Com a palavra, Enéas Carneiro*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

FILHO, João Roberto Martins. As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, Celso (org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FINCHELSTEIN, Federico. *The ideological origins of the Dirty War: Fascism, Populism, and Dictatorship in Twentieth Century Argentina*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Fundação Gylberto Freire, 2006.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992,

GADEA, Carlos A. & SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Rev. Sociologia Política*, Curitiba, 25, p. 39-45, nov. 2005.

GILBERT, Helen. *Lyndon LaRouche: Fascism Restyled for the New Millennium*. Seattle: Red Letter Press, 2003.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. “Civilizando” pela música: a pedagogia do canto orfeônico na Escola Paulista da Primeira República, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, 289 fls., 2003.

GIRARDET, Raoul. *Mitos y mitologias políticas*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1999.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 699 fls, 2012.

GORDILHO, Regina. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro – DHBB*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>> (Acesso em: 12 jan. 2015).

GOSKA, Danusha V. Golem as Gentile, Golem as Sabra: An Analysis of the Manipulation of Stereotypes of Self and Other in Literary Treatments of a Legendary Jewish Figure. *New York Folklore*, v. 23, n. 1-4, 1997, p. 39-47.

GREGOR, Anthony James. *The search for Neofascism: the use and abuse of social science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GRIFFIN, Roger. Fascism's new faces (and the new facelessness) in the 'post-fascist epoch'. In: FELDMAN, Matthew (org.). *A Fascist century*. Basingstoke: Palgrave, 2008.

\_\_\_\_\_. From slime mould to rhizome: an introduction to the groupuscular right. *Patterns of Prejudice*, v. 37, n. 1, 2003, p. 27 – 50.

\_\_\_\_\_. Studying Fascism in a Postfascist Age. From new consensus to New Wave?. *Fascism: Journal of Comparative Fascist Studies*. V. 1, N.1, 2012, pp. 01-17.

\_\_\_\_\_. *The Nature of Fascism*. Londres: Pinter, 1991.

GRINBERG, Lúcia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. *Tempos Fraturados: cultura e política no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOEVELER, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 418 fls., 2015.

HOHLFELDT, Antonio & BUCKUP, Carolina. *Última Hora: Populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Antri-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória*. São Paulo: EdUnesp, 2006.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. São Paulo: Objetiva, 2008.

JÚNIOR, Hermes de Andrade. *Limites e desafios aos militares brasileiros em relação à questão ambiental*. Tese (Doutorado em Ciências). Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

JÚNIOR, Hermes de Andrade. *Os limites e desafios do pensamento militar brasileiro em relação à questão ambiental*. Tese (Doutorado em Ciências na Área de Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 333 fls, 2005.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli & ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. Redes sociais e capital político: uma proposta teórico-metodológica para análise das organizações partidárias brasileiras. *Política & Sociedade*, vol. 10, nº 18, abril, 2011, 301-332.

KING, Dennis. *Lyndon LaRouche and the New American Fascism*. Nova Iorque/Londres: Doubleday, 1989.

KINZO, Maria D'Alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, 15 (4) 2001, p. 03-11.

KIRKPATRICK, Clifton, *Thath The may All be One: Celebrating the World communion of Reformed Churches*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2010, p. 105.

KUNHAVALIK, José Pedro. *Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. Tese (Doutorado em Sociologia Política),

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 241.

LAQUEUR, Walter. *Fascism: Past, Present, Future*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

LARUELLE, Marlene. Aleksandr Dugin: A Russian Version of the European Radical Right?. *Kennan Institute Occasional Papers*. 2004, Washington D.C. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/kennan>>.

LE TALLEC, Cyril. *Les sectes politiques (1965-1995)*. Paris: L'harmattan, 2006, p. 133.

LEÃO, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. *Cadernos de Pesquisa*, nº 107, p. 187-206, Julho/1999.

LEE, Martin A. *The Beast Reawakens: Fascism's Resurgence from Hitler's Spymasters to Today's Neo-Nazi Groups and Right-Wing Extremism*. New York: Routledge, 2011.

LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

LOPES, Luiz Roberto. *Do terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992.

LUKES, Steven. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, Terence & BELLAMY, Richard (orgs.). *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 602-626.

LUNA, Naara. Aborto e células-tronco embrionárias na campanha da fraternidade: ciência e ética no ensino da Igreja. *Rev. Bras. de Ciências Sociais*, vol. 25, n. 74, São Paulo, Oct./2010.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: A participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Neonazismo: o retorno da intolerância. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, 1998, p. 199-214.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: Quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rothschild Nem Trotsky. O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago Editor, 1992.

MALFATTI, Selvino Antonio. Os movimentos sociais em Alain Touraine. *Estudos Filosóficos*. Nº 6, 2011, p. 217-228.

MAMMONE, Andrea. *Transnational Neofascism in France and Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MANN, Michael. *Fascistas*. São Paulo: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. Review: The Search for Neofascism. *The American Historical Review*, Vol. 112, No. 5 (Dec. 2007), pp. 1498-1499.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARCHI, Riccardo. A identidade de Portugal no discurso da direita radical: do multirracismo ao etnonacionalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 41, n. 2, p. 422-442, jul. - dez. 2015.

\_\_\_\_\_. *Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo della Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália*. *Análise Social*, v. XLVI (201), 2011, 697-717.

MARIANO, Ricardo & PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos*, n. 34, nov. 1992.

MARQUES, Adriana A. Presença Militar na Amazônia: a visão do poder legislativo. In: CASTRO, Celso (org.). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MERKL, Peter H. Missing the Neofascist Forest. *International Studies Review* Vol. 9, No. 3 (Autumn, 2007), pp. 531-533.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso nacional. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, Curitiba, p. 115 – 134, Junho, 2003.

\_\_\_\_\_. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

MILMAN, Luis. Negacionismo: Gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual. In: MILMAN, Luis & VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

MINKENBERG, Michael. The Renewal of the Radical Right: Between Modernity and Anti-Modernity. *Government and Opposition*. v. 35, n. 2, p. 170-188, Abril, 2000.

MONTEIRO, Tiago Francisco. As propostas de defesa da democracia apresentadas pelas facções castrenses do Exército brasileiro entre a Transição Política e a Nova República (1974-89). *Aedos (UFRGS)*, n. 3, vol. 5, Ago/Dez 2013, p. 80 – 101.

MONZAT, René. Le Parti ouvrier européen: Une paranoïa maîtrisée au service du renforcement. In: *Enquêtes sur la droite extrême*. Paris: Le Monde-Éditions, 1992, p. 247-262.

MORAN, Emilio F. Deforestation and Land Use in the Brazilian Amazon. *Human Ecology*, Vol. 21, No. 1, 1993.



MORIN, Edgar. *O mundo moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anti-comunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. O mito da conspiração judaico-comunista. *Revista de História (USP)*, 138, 1998, p. 93-105.

MUDDE, Cas. The paradox of the anti-party party: Insights from the Extrema Right. *Party Politics*, v. 2, n. 2, 1996, pp. 265-276.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. ESG e campo cultural no Brasil – Apontamentos para o estudo da relação entre os Militares e o Estado Brasileiro (1930-1964). *Aedos (UFRGS)*, nº 12, vol. 5, jan/jul, 2013, p. 182-197.

NAQUET, Pierre Vidal. *La nueva judeofobia. Israel y los judios: desinformación y antisemitismo*. Barcelona: Gedisa, 2009.

NETO, Vasco de Azevedo. Portos e ferrovias: projeção para o III milênio. *Politécnica*. Ano I, n. 2, Jul-dez/2006, p. 13.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NORDEN, Deborah L. *Military Rebellion in Argentina: between Coups and Consolidation*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1996, p. 154.

O que é democracia? Entrevista com Lyndon LaRouche. *Informativo CEDI*, Maio, 2000, p. 8—9.

O'DONNELL, Gabriel. “Transitions, Continuities, and Paradoxes”. In: MAINWARING, S., O'DONNELL, G. & VALENZUELA, J.S. *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspectives*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992, p. 17-56.

O'GORMAN, Frank. *Edmund Burke: His Political Philosophy*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2005.

OLIVERA, Sérgio. *O livro branco sobre a conspiração mundial*. Porto Alegre: Revisão Editora, 1998.

ORTEGA Y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Os Protocolos dos Sábios de Sião. São Paulo: Edições Júpiter, 1984.

PAIVA, Kelly Cristina de Albuquerque & BEPPU, Osvaldo Shigueomi. Posição prona. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, vol.31 no.4 São Paulo Jul./Aug., 2005.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAYNE, Stanley. *A History of Fascism (1914-1945)*. Londres: Routledge, 1995.

PEREIRA, Roberto. *A formação do Balé Brasileiro: Nacionalismo e Estilização*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos (CEBRAP)*. Nº 19, dezembro, 1987, p. 285.

PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. *Varia Historia*, v. 30, n. 52, Belo Horizonte, Jan./Abr., 2014.

\_\_\_\_\_. O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul: uma introdução. In: PINTO, António Costa & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, Outubro, 2004 (73-93).

PORTO, Mário Sérgio Paranho de Lima. *Opção continuum: o sequestro do profeta*. Edição do autor, 2015.

\_\_\_\_\_. *Minha passagem pela Organização LaRouche*. MPHP. Disponível em: <<http://www.mphp.org/problemas-brasileiros/minha-passagem-pela-organizacao-larouche.html>>, Acesso em 22 fev. 2015).

PORTO, Mauro Pereira & GUAZINA, Liziana Soares. A política na TV: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. *Contracampo (UFF)*, n. 3, 1999, p. 05-33.

PORTO, Walter Costa. *Dicionário do Voto*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

POWER, Timothy J. & ZUCCO Jr., Cesar. Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990-2005. *Latin American Research Review*, Vol. 44, No. 1, 2009, p. 235.

POWER, Timothy J. *The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization*. Universit Park: Pennsylvania State University Press, 2000.

PROOIJEN, Jan-Willem; KROUWEL, André P. M. & POLLET, Thomas V. Political Extremism Predicts Belief in Conspiracy Theories. *Social Psychological and Personality Science*. Vol. 6(5), p. 57-578, 2015.

PUGLIA, Douglas Biagio. *ADESG: Elites locais civis e projeto político*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

\_\_\_\_\_. *As ideias políticas como alicerce: os padrinhos do Brasil e a formação da Escola Superior de Guerra*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. *Conservadorismo à brasileira: sociedade e elites*

*políticas na contemporaneidade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 273 fls., 2015.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, vol. 23, no. 45, Rio de Janeiro, Jan./Jun, 2010.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

ROBBEN, Antonius C. G. M. *Political Violence and Trauma in Argentina*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 385.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987, p. 97.

RODRÍGUEZ, Laura Graciela. Los nacionalista católicos de Cabildo y la educación durante la última dictadura en Argentina. *Anuario de estudios americanos*, v. 68, n. 1, 2011, p. 253-277.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. O que são os movimentos Antissistêmicos? *História em reflexão*, v. 7, n. 13, Dourados/MS, jan/jun, 2013

ROWELL, Andrew. *Green Backlash: Global subversion of the environmental movement*. Londres: Routledge, 1996, p. 57.

SABORIDO, Jorge. El anitsematismo en la Historia argentina reciente: la revista *Cabildo* y la conspiración judía. *Rev. Complutense de Historia de América*, 2004, v. 30, p. 209-223.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANROMÁN, Diego Luis. *La Nueva Derecha: Cuarenta años de agitación metapolítica*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2008.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Extrema-direita, volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009.

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Berço de Heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”*. São Paulo: Annablume, 2004.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da Historiografia*. Ouro Preto (MG), n. 10, dezembro/2012, p. 75-93.

SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2015.

SILVA, Antonio Ozaí da. Memória e História da Renovação Carismática Católica em Maringá (PR) – Parte III. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 80, Janeiro/2008, Disponível em:

<<http://www.espacoacademico.com.br/080/80ozai.htm>> (Acesso em 21 dez. 2015).

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. *A face da Extrema Direita: 'Meu Nome é Enéas!'* (1989-1998) - A Trajetória de um Neofascista no Âmbito Político Nacional". Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Emilio. *Pena de morte já*. Rio de Janeiro: Continente, 1986.

SILVA, Leandro Assunção. História, filosofia e espaços: a ideia de ocidente em Oswald Spengler. *Inter-legere*. n. 10, jan.-jun, 2012, p. 159-183.

SILVA, Ricardo. Estado autoritário e tecnocracia. *Revista de Ciências Humanas*. Edufsc, n. 29, p. 93-114, abr. 2001.

SILVA, Sandra. *Teorias da Conspiração: Sedução e Resistência a partir da Literacia Mediática*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, 2010, 114 fls.

SMITH, Jeffery Bradley Stewart. *The brazilian military ideology: implications for institutionalized democracy*. Dissertação (Mestrado em Artes - Latin American Studies). University of Arizona, Ann Arbor, 1994.

SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

STERNHELL, Zeev. *The birth of fascist ideology: from cultural rebellion to political revolution*. New Jersey: Princenton University Press, 1994.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011, p. 115-116.

SYNDER, Timothy. Fascism, Russia, and Ukraine. *The New York Review of Books*. 20/03/2014. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/archives/2014/mar/20/fascism-russia-and-ukraine>> (Acesso em 28 mar. 2014).

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. “Despertemos a Nação!”: do mito fundador do Brasil ao nacionalismo integralista de Plínio Salgado. (1927-1937). *Anais do XIX Encontro de História (Anpuh)*, Juiz de Fora, 2014.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro nos anos 30*. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *O veneno da Serpente*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

VASCONCELOS, José. *La Raza Cósmica: Mision de la raza iberoamericana. Notas de viajes a la América del Sur*. Madrid: Agencia Mundial de Librería, 1925. Disponível em: <<http://www.filosofia.org/aut/001/razacos.htm>> (Acesso em 01 jan. 2014).

VIEIRA, Friederick Brum. Matrizes teóricas da geopolítica brasileira: as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005, p. 138.

WEBER, Max. *A política como vocação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: Gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

ZIRKER, Daniel. *The brazilian military paradox: growing nationalism in a global environment*. XXIII International Congress of the Latin American Studies Association, Washington, DC, 2001, p. 1-25.

ZIZEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo? Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. São Paulo: Boitempo, 2013.

## ANEXO A – Candidatos/1994<sup>1</sup>

<b>Governador</b>	<b>Senador</b>
<b>AC</b>	
Duarte José De Couto Neto	José Wilkens Dias Sobrinho
<b>AP</b>	
	Telma de Sousa Gameleira
<b>CE</b>	
José Evaldo Costa Lins	Ana de Castro Lins
<b>DF</b>	
Ildeu Alves Do Araujo	Rui Augusto Mattos Nogueira
<b>MG</b>	
Cleuber Cunha Dalseco	Walter Paulo de Almeida
<b>MS</b>	
Rita De Cássia Gomes Lima	Francisca Diva Escobar
<b>PA</b>	
Everaldo Da Silva Araujo	Raimundo de Jesus Gomes Lima
<b>PR</b>	
Jaime Schmitt Kreuzchk	Iran Getulio Zanini Longhi
<b>RJ</b>	
Paulo Roberto De Mello Santoro	Vanderlei Assis de Souza
<b>RO</b>	
Edgard Manoel Azevedo	Rogério Oliveira Dias Da Cruz
<b>RS</b>	
Irapuan Teixeira	Paulo Luiz Vieira De Freitas
<b>SP</b>	
Alvaro Brandao Soares Dutra	Paulo Flores Junior
<b>TO</b>	
Carlos Augusto Solino De Sousa	Juracy Dos Santos

1 Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994>> (Acesso em 10 set. 2014).

**Deputado Federal****Deputado Estadual**

(cont.)

**AC**

Marco Simões Nunes

Benedito Pereira de Souza

José Maria de Freitas Moreira

**AP**

Claubenil Sebastião B. de Paiva

Wilson Sampaio Batista

Mauro Queiroz Cardoso

**CE**

Maria Ednar Costa Lins

Francisco Garcia da Rocha

**DF**

Antonio Carlos Coutinho dos Santos

Olávio Nascimento da Silva

Eugenio Silva de Oliveira

Francisco Jose Lima Uchoa de Aquino

Inácio Natal de Barros

Paulo Folha Brandão

Allan Kardec Carvalho Rodrigues

Paulo Amorim Oliveira

Luiz de Jesus Alves Franca

Maria Adla Lins e Santos

Antonio Jose do Nascimento Silva

Ruiderval Miranda Moura

Francisco de Assis Cardoso

Helvio Antonio da Silva Pereira

Osman Ribeiro de Araujo

Ely Barradas dos Santos

**MG**

Walter de Almeida Filho

Sérgio de Almeida

Maria Regina Moreira Rocha

Aparecida Luiza Moreira Rocha

**MS**

Izaque de Oliveira Mendes

**PA**

Maria Rosa Belo da Silva

**PR**

Leda Regina Lapa Dallarmi

Adão José Rosa de Castilhos

Vera Regina Araujo Marcos

Lidia Muchinski

**RJ**

Maria Celeste Suassuna

Francisco José Seghetto

Jorge Alves de Lima

Boanerges Garro F. Rabello Neto

Elmo Nascimento da Silva

Paulo Roberto Carvalho

José Luiz Kaiser de Melo

Wanderley Galdeano Pereira

João Pereira de Lima

Mauro La-Salette Costa Lima

Salomão Cordeiro de Moraes

Péricles de Lima Andrade

Luiz Marcos dos Santos

Jorge Santos da Fonseca

Luis Sergio Silva

Regina Helena Costa Gordilho

Luiz Antonio de Araujo Ramalho

Ubirajara de Mattos

Sergio Roberto de Almeida

Vilmar José Dias de Oliveira

Edson Lima Calles

Elimar Maximo Damasceno

Jacob Schwartzman

João Alves Peixoto

Raimundo Nonato Cordeiro de Melo

Arlindo Alves Machado

Eronildo Batista de Souza

Roberto Marcos dos Santos

Dorothea Correa Nascimento

Helio de Azevedo Gomes

Valmir Alves Brum

Silvio da Silva Delgado

Ilson Teodoro de Souza

Arcadio Joaquim Vieira Filho	Georgina Bianco Maia
Jose Crispiniano Beltrao Lessa	Paulo Pereira Guimarães
Valentim Gregorio de Souza	Pedro Paulo Franco Garrido
Raimundo Moreira de Oliveira	Paulo de Oliveira Peres
Helio de Souza Machado	Antonio Carlos Liboredo
Elizabeth Melaschus Medina	Jorge de Souza Gomes
Antonio Fernando Santos Sepulveda	Adelai de Souza
Maria da Conceição Silva	Jomar Duarte Bittencourt
Vera Lucia de Melo Santos	Luiz Claudio Pereira Paredes
Daniel Eugenio Figueiredo	Genival Borges da Silva
Jose Andrade de Araujo	Jorge Muniz Pinheiro
Janete Francisco Moreira	Marlon Zotes Soto
Amaury Fialho da Silva	Antonio Carlos Libano Garcia
Carlos Alair Pereira	Orlando Samo Rolim
Eli Marques de Oliveira	José Neves
Blandino Pontes do Amaral	Edson Morais Cavalcante
Ricardo de Souza Dutra	Edison Carneiro
Pedro dos Santos Faria	Vera Lucia dos Reis Bernardo
Hugo Machado Monteiro	

### RO

Amilton Diogo da Silva	Walci Nonato Maraes	Jaime Batista Antonio
Maria Jose Reis Azevedo	Antonio Cezar Duarte de Queiroz	Ivanir Marcelino de Toledo
Carlos Casimiro Martins		
Luiz Carlos Mascarenhas Alves		
Alexandre Francisco G. do Nascimento		

### RS

Nilton Ribeiro	Camelino Brites Acosta	
Pedro Augusto Sartori Furaste	Jorge Alencastro De Oliveira Junior	

### SC

Marco Antonio De Padua Borges		
Marcelo Jose Oliveira		
Pedro Paulo Das Chagas		

### SP

Sidney Cirera	Celia Sueli Artacho	Oseias De Pinho Souza
Diva Da Silva Nascimento	Roberto Galdi	Jacy Pires Ribeiro
Jose Cristovao Galindo	Roberto Frota Decourt	
Havanir Tavares De Almeida Nimtz		
Paulo Cesar Correa		

### TO

Joao Goncalves Dourado	Antonio De Jesus Araujo Tavares	Raimundo Jose R. Guimaraes
	Dinoel Alexandrino Leal	Jose Eudacy Feijo De Paiva



## ANEXO B – Candidatos / 1998<sup>2\*</sup>

Governador	Senador
<b>AC</b>	
Duarte José do Couto Neto	.
Marco Simões Nunes	
<b>BA</b>	
Delma Gama e Narici	Narciso Pereira dos Santos
Nestor Gumes Fernandes Neto	Antonio Fernando de Souza*
	Waldemar Rodrigues da Silva*
<b>GO</b>	
Ângela Jorge Dahas	
José Geraldo Lopes Pereira	
<b>MT</b>	
Manoel Alves	
Ana Maria Daltro Pereira	
<b>MS</b>	
Heitor Pereira de Oliveira	Marco Antonio Claro dos Santos
Mario Xavier Martins	Maria de Lourdes Costa Souza*
	Genésio Fernandes de Souza*
<b>MG</b>	
Sônia Maria Azevedo de Souza	
Alixandre Emílio dos Santos	
<b>PA</b>	
Roberto José de Carvalho Neto	Edvaldo Ferreira Leite
Ana Catarina Dias Negrão	Clóvis Pereira Lago*
	Gilvan de Oliveira Assofra*
<b>PR</b>	
Jamil Nakad	
Abel de Souza Morangueira	
<b>RJ</b>	
Lenine Madeira de Souza	Antônio Fernando dos S. Sepúlveda
Elimar Máximo Damasceno	Paulo Roberto Carvalho*
	Derli Azevedo Minguta
<b>RS</b>	
Cel. Luis Carlos Glinta Martins	Cel. Oswaldo Uchôa Resende
Antônio Furtado Maciel	Moysés Amaro Pereira*
	Heloísa Helena Lemos Ferreira*
<b>SC</b>	
Sophia Garcia Wolski Saade	
Janete Keller	
<b>SP</b>	
Constantino Curi Neto	Paulo Cesar Corrêa
Francisco Paccas	Adalton Nimitz*
	Antônio de Graco Sant'anna Gomes*
<b>TO</b>	
Raimunda Guimarães Araujo	José Carlos Ferreira
Otavio de Souza de Milhomem	

<sup>2</sup> De acordo com dados disponíveis em: CARNEIRO, Enéas Ferreira. *Um grande projeto nacional: Enéas Presidente*. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), 1998, p. 99-117.

\* Os candidatos assinalados com asterisco, tratam-se de suplentes a Senador.

<b>Deputado Federal</b>	<b>Deputado Estadual</b>	<b>(cont.)</b>
<b>AC</b>		
Rejane Haluane Chaves	José Maria de Freitas Moreira	Albertino Viana Chaves
	Maria Tereza Prado Couto	Antonio Ambrosio da Silva
	Maria de Fátima Barroso de Araújo	José Pepes Guimarães de Souza
	Maiusa de Carvalho	Luzia Izaías Ribeiro de Almeida
	Aparecido Alves dos Santos	Benedito Pereira de Souza
		Francisco Albuquerque de Lima
<b>AM</b>		
Rosana Maria Ferreira e Silva	Gilberto Lúcio Ferreira e Silva	
<b>BA</b>		
José Geraldo da Silva	José Pedroso dos Santos	João de Araújo
Padre Gilson Batista	Luís Cláudio Dantas Costa	Emanuel Silva Oliveira
Moacir Batista Pereira	Pedro Mota Lisboa	Fernando de Souza Ferreira
Fabrizio Gama e Narici	Francisco Vieira Sobreira	
<b>CE</b>		
João Cristovão Galindo		
<b>DF</b>		
Rui Augusto Mattos Nogueira	Antonio Airton de Lima	Iolanda Medeiro da Silva
Jorge dos Reis Pinheiro	Antonio Azevedo Gomes	Ildeu Alves de Araujo
	Astério Ribeiro Borges	João Gonçalves da Silva
	Carolina Maximiliano de Oliveira	José Ernaldo de Farias
	Devani Alves de Faria	José Roberto Bezerra do Vale
	Elias Rosa de Medeiros	José Osires Pereira Serra
	Emiliano Caldeira da Silva	Levy da Costa Peres
	Estenilza Dias Cavalcanti Ramos	Magney Vieira dos Santos Duarte
	Francisco Mota Cruvinel	Marcone Souza Rocha
	Francisco Afrânio Cardoso	Maria Divina Pereira
	Francisco de Oliveira Lima	Narciso Cardoso Filho
	Francidenia Farias Silva	Petronilho Tadeu Torres de Oliveira
	Galdino Nunes Melo	Ronaldo Ivan da Cruz Mesquita
	Geraldo Queiroz dos Reis	Waldomiro Luiz Xavier
	Heitor Arantes Nogueira	Wilson Nunes Sobrinho
<b>ES</b>		
Léa de Oliveira	Jeová Alves da Silva	José Ferreira Mendes
	Angela Lucas Brandão	
<b>GO</b>		
Nilson Omar Rodrigues	Eurípedes Rodrigues Cavalcante Filho	Lázaro Alves de Souza
Carlos Alberto Lorenzine Bastos	Delzira Alves de Souza	Rogério Sabá
<b>MA</b>		
Antonio Cícero Lopes Assunção	Manoel Pereira de Sousa	Pedro Ribeiro da Silva
José Silva Santos	Cícero Silva Carneiro	Conceição de Maria Fontoura de Lima
	Maria do Rosário Coelho Costa	Nelson Estevan de Carvalho
	José Renato Freitas Sousa	Miguel Carvalho de Menezes
	Maria de Nazaré Oliveira Silva	Iracilda Maria Silva
	José do Nascimento Pires Sampaio	José Ricardo Silva dos Santos
	Júlio de Jesus Lopes	Josmir de Castro Cássio Barbosa
	Maria Luiza Pereira de Sousa	Ismar Ubirajara Menezes Teixeira
	Sérgio Henrique da Silva Lobato	Francisco das Chagas Sales de Sousa
	Welson Froz Lindoso	João Rodrigues da Mata
	Terezinha de Jesus Bezerra Araújo	Raquel Cristina Galvão de Lima Bezerra
	José de Castro Souza	Elias Louzeiro da Silva
<b>MT</b>		
Marcio Barbosa Lacerda	Dioran Ataíde Passos	Miguel Flores Zocal
	Durval Moreira Junior	Julio Cesar Arrais Weber
	Gilberto Lopes Filho	Gildasio Pequeno da Silva
	Maria Vetorasso	Antonio Miguel da Silva

**MS**

Izaque de Oliveira Mendes	Hildebrando Alcântara	José Wanderley Scucuglia
Raquel Gonçalves de Oliveira	Elias Gonçalves Lima	Zenilton Vieira Brito
	Elizeu Gonçalves de Oliveira	Israel Pacheco Rocha
	Edivaldo Paixão de Jesus	José Roberto Domingos da Costa
	João Sobrinho dos Santos Dias	Lourenço Mariano da Silva

**MG**

Osório Alexandrino de Souza	Anthero Drummond Júnior	Otacílio Ferreira da Silva
	Jades Dias de Souza Silva	José Silvio Mathias da Silva
	Isabel Diniz Gama	Marineida Maria Alves
	Norma Venância	Sérgio Silva Balbino
	Nadir Graciano Brandão	Generino Alves Pereira

**PA**

Edvaldo Alves Ferreira Leite	Afonso Celso Pacheco da Silva	Jackson Felguera Reis
José Fernando do Nasc. Moraes	Almiro Fausto	José Carlos Gadelha Pinheiro
	Eliana Roberto Cavalcante	Manoel Nascimento Maia
	Eliete Silva da Conceição	Maria Holanda da Purificação Ramos
		Raimundo Nonato Machado Pinheiro

**PB**

Martha Izabel de Oliveira Silva	Mario Roberto Barros de Oliveira	Dan Manoel de Oliveira Coutinho
	Wandregíselo G. V. de Medeiros Filho	

**PR**

Ernani Moreno Silva	Enéias Flores	Leid Luiza Mitter Carnevalli
Evaldo Luiz Moreno Silva	José Gladston Bispo	Paulo Roberto Caetano Dinizo
	Mauricio Dassiê	Laurí César Bittencourt

**PE**

Cil Farnei Eustáquio de Lacerda	Cosme Costa Lima	Gilva Martins de Arruda
		José Carlos Mendes Monteiro

**RJ**

Fernando de Campos A. Macedo	Abrahão Lopes da Silva	João Morani Veiga
Ivana do Carmo Ferraz M. Macedo	Adelino Gomes	Jorge Garcia Leite
Antônio Godoy Camargo Neto	Ademir Gonçalves Barros	José Carlos da Silva
	Ademir João dos Santos	José Carlos Pires Torres
	Afonso de Souza Goudinho	Joseilde Silva de Abreu
	Alicio Pereira Mamedir	Luciano da Silva
	Amauri Fiali	Lucio Mauro Bahiense Moreira
	Antônio Carlos da Gama	Marcelo Matos Martins
	Antônio José Cordeiro	Marcílio Martins
	Antônio Lins de Azevedo	Mário Antunes Viana
	Aristides da Motta Oliveira	Maurício da Conceição Boyd
	Arylton Mathias de Abreu	Miguel Crispim Neto
	Augusto da Conceição	Nelson Teixeira Nunes
	Blandino Pontes do Amaral	Orlando Sarno Rolim
	Carlos Alair Pereira	Paulo Gonçalves Roma
	Carlos Alberto Almada	Paulo Roberto de Oliveira
	Carlos Alberto Silva de Souza	Paulo Roberto da Paixão
	Carlos José dos Reis	Raimundo Luiz da Silva
	Carlos José dos Santos	Renato César Pache
	Carlos Raimundo de Souza Damasceno	Roberto Paschoal dos Santos
	Cleber Machado de Miranda	Sebastião Falcão Gonçalves
	Dircillo Mendes da Rocha	Sebastião Lopes do Nascimento
	Edson Moreira Brigido	Vicente Marcelino Nunes
	Eloy Eharaldt	Wagner Jorge Ferreira de Toledo
	Epaminondas José Vianna	Wanderley Freitas Lemos
	Fernando Cidro de Amorim	Zacarias Rodrigues da Silva Barbosa
	Flávio Tavares Maia	Ivone Ribeiro Camodego
	Francisco Canindé da Silva	Jorgina Anderaos Avila
	Gilso Soares Verdán	Lucia Regina Ribeiro de Almeida
	Giovani Cosme Bispo de Souza	Lucineide Gonçalves de Sousa

Hélio Celestino Marquês	Lya Beatriz Lopes de Mello
Herbert Salles de Souza	Maria das Graças Sales de Lima
Humphrey José Valentim	Maria José de Moraes Gabriel
Irapuan Sisanando Panzariello	Maria Lúcia Moraes Pinto Bastos
Jair dos Santos Barbosa Duarte	Odaléa Murat
Jeferson Silva da Conceição	Ormely Fonseca
João Amaury Alcântara de Carvalho	Rosimary Viana da Rocha
João Batista Ferreira dos Santos	Sônia de Oliveira Fernandes da Silva
João Batista Netto	Soraya Medeiros Rouge
João Ferreira Carneiro	Teresa Cristina Nascimento Jardim
	Vera Lúcia dos Reis Bernardo

### RN

Luiz Roberto Moura e Souza      João Vanderley Calazans

### RS

Major Médico Otílio Carlos Marques	Armando Gomes Ribeiro	Juarez Fraga Machado
	Ascanio Kaercher	Maria Isabel Severo Teixeira
	Cláudio Crispim Dias	Marvel José Alves Herbstrith
	Claudio Derlí Santos da Silveira	Paulo Sidirnei Medeiros
	Dário Pompeu Di Martino Júnior	Pedro da Silveira Narciso
	Donald Lopes	Pedro Roque Ereno Assunção
	Fernando Fernandes Costa	Rogério Porto Breier
	Gilnei Machado Fonseca	Valdir Mendes Ferreira
	José Carlos Oliveira de Souza	João Luiz Pulgatti

### RO

Prof. Edgard Manoel Azevedo	Esmério de Souza	Marcio Maia
	Robertou Coupê	Mário de Souza
	Claudiner de Almeida	Fernando Salvaterra
	Nicanor Solis	Martha Jackson
		Anatilo Linck

### SP

Havanir Tavares de Almeida Nimitz	Adhemar Ferreira Castilho	José Luiz Francia
Paulo Cesar Marques de Velasco	Ahmad Said Mourad	José Maria Santana
Luiz Paccès Filho	Aluizio Tonidandel	José Ribamar de Araújo
José Raimundo Pereira dos Santos	Alvaro C. De Almeida	José Roberto de Castro
	Alvaro José Val Girioli	José Tadeu Modolo
	Alvaro Stievano Júnior	José Zito de Assunção
	Antonietta Costa Matos	Joselipson Zuza de Oliveira
	Antonio L. de Carvalho Filho	Júlio Trujillo Alves
	Antonio Lopes da Silva	Luis Carlos Maggio de Castro
	Antonio Mansur	Luiz Afonso de Andrade
	Antonio Vicente	Luiz Bais Serrano
	Armando Nunes Marinho	Luiz Carlos de Siqueira
	Augusto Cesar de Oliveira	Luiz Cesar Reginato
	Carlos Alberto da Silva	Luiz Ribeiro Távora
	Carlos Ricardo Janikian	Luiz Roberto da Costa Garcia
	Claudio Omar Vicente Moreira	Manoel da Cruz Carlos Vieira
	Daniel Caldeira Mateus	Manoel José Gonçalves
	Darcy do S. Nogueira	Marcelo Paccès
	Décio Moreira S. Lima	Marcos Dias
	Delcides Menezes Tiago	Maria Leila Saroba
	Donizete Luiz Pessoto	Matusalém Santana
	Edgard Antonio dos Santos	Mauro Ant. da Costa Telles
	Edson da Paz	Milton Custódio de Souza
	Eduardo A. da Silva Pires	Mirian Perobelo Vielela
	Élcio Alvares	Milton Vieira Pinto
	Erivaldo Evangelista Campos	Nelson Gomes da Silva
	Eronidina Cambuí Ferreira	Ocimar Scopel
	Flavio Lima de Barros	Oclides Ribeiro da Silveira
	Francisco H. de Oliveira	Odair Gonzales
	George Henrique Melão Monteiro	Orlando Anibal

	Geraldo Antônio Ferreira	Otoniel Gomes de Oliveira
	Geraldo Camarine Neto	Paulo Flores Júnior
	Gilberto Carlos Mantovani	Paulo Romero Ramos Mello
	Gleen David Schiaveto	Pedro Benedito Paiva Júnior
	Hélio Antonio Sécio	Ramiro Meves
	Hirant Sanazar	Ramiro Said Murad
	Horácio Garcia de Oliveira	Rentao Ventura Ribeiro
	Janete Ferreira Dorneles	Ricardo Fioravante Spíndola
	João Alberto dos S. Barros	Ricardo Veronesi
	João Batista Ferreira	Roberto Nagib Izar
	João Crisóstomo de Araújo	Robson Maleque
	Joel Alves da Silva Júnior	Sergio Francisco Terra
	Jorge Massayuki Tokusumi	Ubiratã de O. de Francisco
	José André Cesário	Valdomiro Veloso da Silva
	José Carlos Bispo da Paz	Valter Luiz Sguillaro
	José Carlos de Castilho	Vera Lucia Marcom
	José Carlos do Prado Altro	Vitor Rodrigues de Araujo
	José Carlos dos Santos	Waldir Francisco Lima
	José Dilson de Carvalho	Walter Gomes de Oliveira
	José Garcia Martins	Wanda Maria Figueiredo

### SC

Lorival Hari Hubner Saade

### SE

Agenor Alves de Almeida

Eliana de Jesus

José Ribeiro Dias

Flodoaldo Alves Cruz

Noel Lima dos Santos

Paulo Nelson Jesus da Silva

### TO

Irineu Polachini Júnior

Deniza de Fátima Nunes de Barros

Antonio de Jesus Araujo Tavares

Carlos Augusto Solino de Souza

Aloilma Matias de Carvalho

Borgonho Alves Lima

Rui Pereira da Silva

Edson de Farias Meireles